



UNIVERSIDAD DE SALAMANCA

FACULTAD DE FILOGIA

**TRINDADE COELHO:
ESTUDO CRÍTICO E ARQUIVO DOCUMENTAL
DE UM POLÍGRAFO FINISSECLAR**

JOÃO DOS SANTOS CABRITA DE ENCARNAÇÃO

ORIENTADORES:

PROF. DOUTOR ANGEL MARCOS DE DIOS

PROF. DOUTOR PEDRO SERRA

DOUTORAMENTO EM FILOGIA PORTUGUESA

SALAMANCA, 2010

ÍNDICE

Índice	3
Proémio	7
I. Os Estudos Trindadeanos: estado da questão	11
II. 1. Factos e documentos da bibliografia de Trindade Coelho	27
<i>II. 1. A etapa estudantil.....</i>	<i>27</i>
<i>II. 2. A terra e o homem.....</i>	<i>38</i>
II. 2.1. O transmontano.....	38
II. 2.2. O Senhor Sete e outros textos avulsos.....	44
<i>II. 3. A interrupção de um percurso.....</i>	<i>65</i>
II. 3.1. O ambiente político-social	65
II. 3.2. A neurastenia. Uma carreira que chega ao fim	74
II. 3.3. O ano da morte de Trindade Coelho.....	85
II. 3.4. O regresso a casa.....	99
III. Leitura crítica da obra trindadeana	111
<i>III. 1. Os contos.....</i>	<i>111</i>
III. 1.1. Etimologia da palavra “conto”	111
III. 1.2. O conto como género narrativo	113
III. 1.3. O conto na literatura portuguesa oitocentista.....	121
III. 1.4. O corpus de Trindade Coelho.....	168
III. 1.5. Perfil temático-formal do conto trindadeano.....	189
III. 1.6. Trindade Coelho, entre o romantismo e o realismo.....	196
<i>III. 2. Os Meus Amores: “Forma literária encantadora”</i>	<i>209</i>
III. 2.1. Os contos em análise a partir da 3ª edição	209
III. 2.2. Amorinhos: Contos trazidos da tradição oral.....	260
III. 2.3. Outros Amores. Um produto de emoções.....	265
III. 2.4. Regionalismos em Os Meus Amores, Amorinhos e Outros Amores.....	293
<i>III. 3. O Fabulista. Uma escrita herdada da escola</i>	<i>300</i>
III. 3.1. O Fabulário português	300
III. 3.2. A fábula em Trindade Coelho.....	305
IV. Outros géneros de um Escritor polígrafo.....	315
<i>IV. 1. In Illo Tempore.....</i>	<i>315</i>
IV. 1.1. A vida académica	315
IV. 1.2. Os Lentos	315
IV. 1.3. Os Futricas.....	315
IV. 1.4. A sociedade coimbrã.....	315
<i>IV. 2. O Epistológrafo</i>	<i>330</i>

IV. 2.1. A epistolografia em Portugal.....	331
IV. 2.2. Trindade Coelho – epistológrafo	339
<i>IV. 3. O Jornalista</i>	<i>362</i>
IV. 3.1. Uma actividades jornalística sem limites.....	362
IV. 3.2. Os pseudónimos.....	362
<i>IV. 4. O Educador</i>	<i>374</i>
IV. 4.1. A produção didáctica	374
IV. 4.2. A preocupação pedagógica.....	374
IV. 4.3. O Meu Livrinho	374
<i>IV. 5. O Cidadão, o Jurisconsulto e o Magistrado</i>	<i>400</i>
IV. 5.1. “A Minha Candidatura por Mogadouro”	400
IV. 5.2. O Manual Político e outros textos.....	423
Conclusão	475
Bibliografia	483
1. <i>Obras de Trindade Coelho.....</i>	<i>483</i>
2. <i>Sobre Trindade Coelho</i>	<i>485</i>
3. <i>Geral.....</i>	<i>487</i>
4. <i>Jornais e revistas.....</i>	<i>497</i>
Apêndices.....	503

Ao João

Que já vai dando conta das páginas de um livro

PROÉMIO

Tomei contacto com Trindade Coelho num período de inquieta adolescência, vivida no imediatismo do quotidiano, ao mesmo tempo que desenhava no meu horizonte sonhos e quimeras que se foram diluindo e transformando na minha existência.

Em tempos de verões cálidos, numa tentativa de agarrar um saber enciclopédico inculcado nas escolas de então, a ampulheta em dias de exame obrigava-me a conhecer Trás-os-Montes e outros espaços que ia observando através do mapa. Ficava lá longe. Num percurso de nunca mais acabar. De um frio intenso contrastante com a temperatura da minha terra natal.

Depois dei por mim a ler Trindade Coelho. *In Illo Tempore* descobri-o numa biblioteca aonde voltei há pouco tempo. Soube que era de Mogadouro, terra a que, afectivamente, me liguei por razões que guardo quando comecei a despontar para a vida. Procurei saber onde era Caçarelhos.

Camilo confirmou-me essa terra. O deputado que, por daí abaixo, tinha chegado a Lisboa de utopia na mão que caíra como um anjo e era político.

O “meu” Trindade Coelho de hoje não é o mesmo da minha adolescência. Na vida tudo se transforma. “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. A consciência dos homens também varia, quantas vezes ao sabor das vicissitudes epocais. Quão diferente é o Portugal de hoje, parecendo diluir-se na voracidade de uma globalização

que nos faz perder o pé e deitar por terra o conceito de nacionalidade para os mais cépticos, quando há vozes avisadas que prognosticam o fim de uma pátria milenária. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* em 15 de Julho de 2007, conduzida por João Céu e Silva, José Saramago afirma que Portugal acabará por se integrar na Espanha, constituindo mais uma província do país vizinho, formando-se, assim a Ibéria. O país não deixaria de falar e escrever o português, continuando com a sua própria cultura embora se processasse uma integração territorial, administrativa e estrutural.

Que sortilégio transmite este homem para me ligar a ele, agora que são volvidos quase cem anos após a sua morte? À medida que a minha experiência e a minha evolução se vão processando, eu vejo Trindade Coelho como uma figura diferente. Ele já não é só o autor que me entusiasmou com “as aventuras” académicas do *In Illo Tempore*, onde eu acrescentei entusiasmo no meu imaginário buscando um espaço como estudante; ele é hoje o ponto de encontro da minha serenidade como homem e cidadão. Autor precoce de uma vasta obra contemplando jornais e revistas é um modelo e um arquétipo para os que lutam, sofrem e vencem, atingindo patamares onde poucos se alcandoram.

José Francisco Trindade Coelho, de seu nome, tem sido estudado a partir, sobretudo, da sua produção. Embora tivesse soçobrado muito cedo à vida, foi muito o que deixou para a posteridade. A ficção, a epistolografia, o texto de carácter jurídico e pedagógico são instrumentos de que se serve o investigador trindadeano. Muitos foram, pois, os textos autobiográficos legados para os que apreciam o fenómeno literário ligado à biografia. Depois são os especialistas que monopolizando o autor escarpelizam o pedagogo, o jornalista, o homem público, o contista, o

jurista e o político, não esquecendo o mistério da sua morte inopinada. O escritor transmontano, homenageado e reconhecido no seu ecletismo, exumado na sua polivalência, tem sido dissecado até ao mais pequeno pormenor.

Não sendo Trindade Coelho propriedade de ninguém, não sendo por isso um caso encerrado de investigação, como se a sua pessoa e a sua obra não oferecessem campo de manobra para quem aprecia a Literatura Portuguesa, tão rica, no entroncamento dos séculos XIX e XX, foi meu propósito ordenar e acrescentar algo mais acerca deste homem que um dia a morte o arrebatou para o imortalizar; assim delineei apresentá-lo nas suas várias facetas encimadas por este pequeno capítulo de carácter introdutório. Porque penso e estou seguro que o esquecimento tem, de algum modo, tomado conta do escritor, praticamente olvidado dos compêndios escolares e dos livros da especialidade no âmbito em que Trindade Coelho, escritor polígrafo, mais se distinguiu, o Conto, a Fábula, o Jornalismo e a Educação, entendi por bem dedicar um capítulo a cada uma destas vertentes, com maior acuidade na análise do conto, onde é considerado um dos maiores especialistas portugueses.

A sua condição de estudante num período muito difícil da vida portuguesa, não passará ao lado deste trabalho de investigação, bem como a sua face de pedagogo e educador que muito tentou fazer pelo seu país e pela sua terra em particular. O advogado e Delegado do Procurador Régio, profissão, de onde extraía a sua pecúnia, também merecerá atenção.

Ainda, o Escritor telúrico, embaixador de Trás-os-Montes por terras onde estudou e trabalhou merecerá, naturalmente, a minha apreciação, bem como a sua morte ocorrida quase no findar de uma monarquia que

corria a passos largos para a celebração do seu *Requiem*. Dentro da medida do possível, procurarei o enriquecimento icónico, resultado de um aturado trabalho por bibliotecas, hemerotecas, alfarrabistas, arquivos e museus, que serviram de sustento e de certificação ao documento que inquiri e que ia conquistando nesta tentativa de chegar mais além.

Sendo Trindade Coelho memória de cada um de nós, contributo maior para a vida colectiva deste país que pugna pela singularidade e culturas diferentes, apesar de encravado numa Europa onde a multiculturalidade são marcas de uma globalização que avança de modo inexorável, é minha determinação evocá-lo; ele, hoje, arredado dos compêndios e dos arcópagos das discussões literárias, homem ilustre do seu tempo, admirado e louvado pelo seu ecletismo. Lido e citado por aqueles que à cultura dedicam o seu tempo, é justo que o lembremos como exemplo de um Trás-os-Montes que teima em dizer que para lá do Marão mandam os que de lá são...

Recordemo-lo na sua vida de 47 anos, em ano de morte de D. Carlos e no do seu falecimento, a precipitar o país para o fim da monarquia, por cuja manutenção foi fiel servidor.

I. OS ESTUDOS TRINDADEANOS: ESTADO DA QUESTÃO

A obra de Trindade Coelho mereceu, da parte dos estudiosos, a atenção própria de um escritor que não tendo escrito romances, circunscreveu a sua produção ficcional a contos e fábulas.

Durante o curto percurso da sua existência, os seus contos, publicados de forma avulsa em jornais e revistas, mereceram palavras de elogio dos críticos. O escritor transmuntano, de vasta colaboração nos jornais, tendo o hábito de compartilhar com os seus pares os livros que ia publicando, ia dando conta de apreciações, na generalidade, favoráveis ao que ia escrevendo.

Importa dizer que o espólio do escritor existente no Museu Abade de Baçal, doado por sua nora D. Maria Cristina Trindade Coelho, é constituído por grande quantidade de recortes de jornais e revistas que noticiam informação acerca da produção literária deste escritor mogadourense, mas também acerca da sua vida como figura do mundo do Direito. Ele era, no seu tempo, uma figura de proa nas letras portuguesas.

A sua morte foi notícia de primeira página na imprensa da época. Lamentada pelos jornais foram muitas as colunas dedicadas ao acontecimento que cobriu de luto a intelectualidade portuguesa e o mundo jurídico a que pertencia. De facto, para além de se tratar de um acontecimento inesperado e inopinado, causou surpresa no mundo da justiça, das letras e na sociedade em geral. O suicídio de quem se confessava publicamente ser católico e acreditar em Deus, era motivo de

espanto e de comentários em periódicos que se interrogavam acerca de tão tresloucado acto.

O aniversário da sua morte foi sendo pretexto para comentários de carácter ensaístico, onde os signatários aproveitaram para falar da sua obra avulsa, ou debruçarem-se sobre livros considerados irrepetíveis. Com efeito, o êxito comercial alcançado por livros como *Os Meus Amores*, *Manual Político* e *In Illo Tempore* conduziu o escritor ao público mais variado, tornando a sua produção uma leitura apetecível, porque aí encontravam os leitores um espaço remansoso, que não sendo genuinamente romântico e sonhador, conjugava o rústico eivado de realismo com um sentimentalismo a que muitos aspiravam, não faltando a ingenuidade e a simplicidade tão ao gosto dos hábitos de quem vivia longe dos grandes centros urbanos.

Se o texto trindadeano vinha ao encontro daqueles que viviam no campo o *locus amoenus* da sua existência, tão conturbada em tempos revoltos, houve quem o criticasse e o vituperasse. João Gaspar Simões nem sempre esteve do seu lado, não deixando de afirmar num artigo que escreve em *Literatura, Literatura, Literatura... de Sá de Miranda ao concretismo brasileiro*, intitulado Trindade Coelho e a arte do conto, p. 147

A sua popularidade e a sua fama têm de procurar-se ao mesmo tempo na incipiência de uma arte de contar que utiliza processos mais arcaicos que modernos na mentalidade do leitor muito mais prediposto para se emocionar com histórias à medida da sua própria ingenuidade que ao nível de uma consciência adulta.

O *Manual Político* foi uma espécie de labéu para as hostes mais conservadoras. Preconizar o divórcio e sugerir a cisão na Igreja eram

objectivos inaceitáveis num Portugal que tinha no catolicismo a sua religião oficial.

Desaparecido Trindade Coelho, reaparece para se eternizar nos livros. A sua ficção tem sido reeditada e estudada. Produtor de doutrina jurídica dada à luz para mostrar a sua capacidade na profissão que abraçara, não atinge a projecção que aos contos e fábulas proporcionou.

Objecto de estudo em Universidades, são várias as teses de licenciatura produzidas a partir da obra de Trindade Coelho. Vejamos os exemplos mais significativos:

Em 1942, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é apresentada uma dissertação de Licenciatura na Filologia Românica por Lucília Soares de Almeida denominada *Algumas contribuições para o estudo de Trindade Coelho*. Igualmente, em 1952 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é apresentada uma Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica por Adélia Rosa Henriques subordinada ao tema *O Conto em Trindade Coelho*. Em 1954, Maria Clarisse Ferreira Pires defende o tema *Trindade Coelho em confronto com os principais rusticistas do século XIX*, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como tese de Licenciatura em Filologia Românica, embora a dissertação não indique o objectivo da mesma. Em 1960, Maria Matilde Cerejeira Nunes Bento, baseando-se no tema *O Conto Rústico em Portugal no século XIX*, apresentou uma dissertação em Filologia Românica à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Júlio Alberto Lopes submeteu-se a provas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1965 apresentando como Dissertação para a licenciatura em Filologia Românica o tema *Trindade Coelho, testemunho literário da realidade transmontana no século XIX*, aproveitando este facto para

editar em 1969 através de “Amigos de Bragança”, o livro *Trindade Coelho O Homem e a Obra*.

Por outro lado, os livros publicados, dedicados ao estudo da obra de Trindade Coelho, é de destacar *Trindade Coelho, Homem de Letras, O Contista, O Esteta e O Pedagogo*, publicado em 1947 em Coimbra pela *Acta Universitatis Conimbrigensis*, de autoria de Feliciano Ramos. Em 1961, por ocasião da comemoração do centenário do escritor, a Portugália Editora, publicou o livro *Ensaio sobre a obra de Trindade Coelho*, de autoria de Rogério Fernandes.

Sendo um escritor transmontano, suscitou da parte de estudiosos seus conterrâneos interesse pela investigação, daí terem sido dados à estampa em 1993 de autoria de Luís José Afonso Ruivo, *Trindade Coelho na História e nas Letras*, numa publicação de autor com a sua origem na Tipografia Artegráfica Brigantina em Bragança. Igualmente, proveniente de Bragança, de autoria de António Nogueira Afonso, em 2002 é publicado *Trindade Coelho em Três Partes*, num trabalho tipográfico de Artegráfica Brigantina – Bragança.

À parte as teses citadas e os livros indicados, importantes para o estudo de Trindade Coelho, enunciando pontos de vista onde a subjectividade é marcante, movida, também, por razões de simpatia e de aproximação geográfica, de realçar o trabalho de investigação notável levado a cabo por Viale Moutinho, quer escrevendo em jornais artigos que não sendo exclusivamente de opinião, são, sobretudo, textos que põem à mostra o que foi a vida de Trindade Coelho. Afastando-nos da *Autobiografia e Cartas*, trabalho de recolha levado a cabo pelo filho Henrique e publicado postumamente. Viale Moutinho, durante muito tempo, um grande estudioso da produção epistolográfica trindadeana

produziu valioso estudo, um ícone da vida de um escritor posto às escâncaras perante a opinião pública que teve a oportunidade de ler, numa escrita despretensiosa e corrente, quem era Trindade Coelho, retirado da vida de escritor, jurisconsulto e homem de sociedade.

Interrompido ou terminado o trabalho “arqueológico” levado a cabo pelo investigador madeirense, homem de letras consagrado, outros têm aparecido na sua esteira, levados por razões de contiguidade telúrica e regional, sem nos desligarmos da admiração que a grande figura provoca naqueles que à escrita e à leitura são dados. Hírdino da Paixão Fernandes que há muitos anos se dedica ao desbravamento do espaço territorial e das gentes do Nordeste, tem vindo a dedicar-se ao estudo de Trindade Coelho, publicando em 2007 um trabalho constituído por 343 páginas que denominou *José Francisco Trindade Coelho, Extracto (com breves trechos em exclusividade)*. Esta produção investigativa encontra-se incluída junto a outros textos no âmbito da transmontaneidade, no volume XXVII, nº 1/2/3/4 de Janeiro/Dezembro de 2007 da *Revista Brigantia* publicada em Bragança.

Com a passagem do centenário da morte de Trindade Coelho, a Câmara de Mogadouro levou a cabo um concurso literário a que deu um cunho nacional para promover o conhecimento do escritor pelo país, não esquecendo que nos estabelecimentos de ensino em Portugal, a obra tem sido ostracizada, embora *Os Meus Amores* estejam contemplados no Plano Nacional de Leitura, no que respeita ao 7º ano.

Das comemorações levadas a cabo pela edilidade mogadourense, há que destacar uma exposição na Casa da Cultura, com livros disponibilizados pelo Museu Abade de Baçal, o maior proprietário do espólio do autor, algumas certidões emprestadas pelo Arquivo Distrital

de Coimbra e algumas cópias digitalizadas de jornais, cedidas pela Biblioteca Municipal de Portalegre.

No dia 9 de Agosto de 2008, em cerimónia realizada em Mogadouro, foi colocada uma placa na casa onde nasceu Trindade Coelho, alusiva à sua morte, tendo, posteriormente, na Casa da Cultura sido lançado o livro *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa – Dr. Trindade Coelho*, prefaciado por Amadeu Carvalho Homem, usando da palavra o prefaciador e António Arnaut. O Presidente da Câmara evidenciou o desejo de ser criado o Centro de Estudos Trindadeanos. Cerca de duas centenas de pessoas assistiram às cerimónias, sendo visitada a exposição, ao mesmo tempo que era posto à venda um selo comemorativo da data.

A Editorial Moura Pinto que publicou a *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa*, ofereceu um jornal por si editado como Comemoração do Centenário da Morte de Trindade Coelho, bem como um envelope e carimbo comemorativo Club Filatélico Fraternidade e Justiça.

Cumprindo o que havia prometido, a Câmara de Mogadouro em parceria com as Edições Caixotim concretizam a publicação de *Os Meus Amores*, *In Illo Tempore* e *Senhor Sete* com prefácio de José Carlos Seabra Pereira assinalando o centenário da morte de Trindade Coelho.

As comemorações organizadas pela Câmara de Mogadouro vieram quebrar algum letargo nos estudos acerca da obra de Trindade Coelho, polígrafo de muitos talentos que corre o risco de se ver relegado para um segundo plano, à semelhança de muitos escritores caídos no olvido à medida que os estudos literários nas escolas vão sendo ocupados pelas

novas tecnologias e que outros escritores mais recentes vão dominando as preferências literárias.

A par das celebrações levadas a cabo em homenagem a Trindade Coelho, Bragança não esqueceu o escritor, tendo estado patente uma exposição bibliográfica no antigo Liceu Nacional de Bragança, hoje Escola Secundária Emídio Garcia, durante o mês de Maio de 2008, exposição a que foi dado o nome de *Trindade Coelho – Recordar para Conhecer*.

A Hemeroteca Municipal de Lisboa, não deixou passar em claro o escritor, cujo largo com o seu nome se localiza perto da Hemeroteca, promovendo uma mostra bibliográfica e documental em exibição até 14 de Outubro de 2008.

Simultaneamente, foram promovidas conferências com o apoio daquele organismo camarário, sendo oradores António Valdemar, da Academia das Ciências de Lisboa, João Bigotte Chorão, do Centro de História da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra e ainda Ernesto Rodrigues, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como Alexandre Parafita na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Lisboa.

Já depois de terminada esta tese, foi tornada pública no Arquivo Distrital de Bragança, em 5 de Novembro de 2009, em cerimónia que teve a presença de numerosas individualidades, como o bispo da diocese de Bragança e o presidente da câmara, a edição de um livro a que o autor, Hírdino da Paixão Fernandes, deu o título de *Correspondências 1873-1908*. O acervo é constituído por 511 cartas devidamente numeradas. 485 apresentam-se ordenadas cronologicamente. As cartas

n.ºs 486 a 489 são endereçadas ao filho; dos números 490 a 506, por falta de data, estão dispostas por ordem alfabética de autores, e as cartas n.ºs 507 a 511 por ordem de chegada ao autor do trabalho, o maior investigador da epistolografia trindadeana, numa tarefa de cerca de meio século.

São 94 os destinatários das cartas, distinguindo-se, pela quantidade recebida:

Louise Ey, Júlio de Lemos, António Corrêa d'Oliveira, Ao filho, Ao pai, António J. Torres de Carvalho, Eugénio de Castro, Afonso Lopes Vieira, Camilo Castelo Branco, Paulo Osório, José Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis Vasconcelos, Joaquim Ferreira Moutinho e António Augusto Gonçalves.

O conjunto de cartas constitui na íntegra a revista de cultura denominada *Brigantia*, a que corresponde o volume XXVIII-XXIX de 768 páginas, anos 2008-2009, publicada anualmente em Bragança, propriedade da Assembleia Distrital e cujo director é Ana Maria Afonso.

De Trindade Coelho, afirmou António José Saraiva numa das suas obras maiores, de parceria com Óscar Lopes, em edição de 1976 na *História da Literatura Portuguesa*, tratar-se do mais característico representante do conto rústico e também o seu melhor cultor. Debruçando-se sobre *Os Meus Amores* escreve que se trata de uma obra de evocação saudosista do viver campesino confundido com as recordações da infância e que se tornou num como que paraíso perdido para o cidadão fatigado.

Compulsando o que escreve sobre *Os Meus Amores*, a obra mais emblemática da produção trindadeana, António José Saraiva acrescenta que o autor se limita a viver em recordação tipos e ambientes da aldeia

com uma simpatia de raiz que vai até aos bichos, não procurando extrair dos seus contos qualquer lição de moral como o fizeram Herculano, Júlio Dinis ou Rodrigo Paganino.

Lembra, ainda, Saraiva que Trindade Coelho, pertencendo a uma época posterior ao Ultimato, subscreve o primeiro manifesto do nacionalismo literário em artigo de apresentação da *Revista Nova* em 1893, ao reagir contra tudo o que pensa existir de estrangeirado na geração de 70 e noutros grupos ulteriores, incluindo os simbolistas.

Herdeiro de uma tradição já enraizada através de Fialho de Almeida, Rodrigo Paganino, Camilo e Júlio Dinis, os seus temas idílicos buscam na exaltação naturalista a seiva que os conduz ao que há de instintivo ou animal nos homens, não sendo, por acaso, que muitos dos comportamentos dos animais servem de paradigma ao humano.

Não se quedando na obra ficcionada, reforça a importância de Trindade Coelho no campo da política, a fazer lembrar o entusiasmo reformador dos primeiros românticos, ou contemporaneamente o de Teófilo Braga. Com efeito, *A Minha Candidatura por Mogadouro*, os *Folhetos para o Povo* e o *Manual Político do Cidadão Português* editado em 1906 e reeditado em 1908, já ampliado, são bem a prova da incursão na atmosfera política, ele que confessava abominar a política, ou a política partidária, embora tivesse aderido à Maçonaria e, conseqüentemente, ao seu ideário e à sua disciplina.

Outros grandes estudiosos da Literatura Portuguesa também se debruçaram sobre a obra de Trindade Coelho. Óscar Lopes no seu livro *Entre Fialho e Nemésio*, no capítulo que denominou Tendências Literárias de 1890-1910 apresenta uma rubrica que intitulou Nacionalismo: *Os Meus Amores*. Incluindo o livro na variante etnografista do novi-romantismo,

Os Meus Amores podem ser vistos como a mais acabada expressão da saudade idealizadora das tradições rurais já levadas a cabo por outros escritores onde a estética decadente e a ficção naturalista se encontram presentes, embora Trindade Coelho, talentoso nato e espontâneo da escrita, confessasse que os seus textos eram norteados pela emoção e pelo carácter moralista que o movia¹.

Vale a pena recordar, através de várias cartas que compõem o livro *Autobiografia e Cartas*, o que, a propósito, da sua escrita confessou a alguns dos seus correspondentes.

A Paulo Osório, em carta endereçada em 22 de Janeiro, afirma

Eu não sei escrever a frio; não escrevo por querer escrever; - e até quando caio nessa tolice, rasgo tudo quanto faço. Eu escrevo do pescoço para baixo. Do pescoço para cima não sei escrever. O assunto para mim há-de ser uma emoção. Se lhe dou tempo de se converter em ideia, arrefece e não dá nada. A emoção, explorada pelo improvisado, é que eu amo. Pôr-me a escrever sem saber o que vou dizer, - mas sentindo qualquer coisa que eu não sei que é... Quando escrevo assim é que escrevo melhor, - e regalo-me então de estar sendo o espectador de mim mesmo, e ponho-me a perguntar, sorrindo, donde é que está saindo tudo aquilo. É da emoção;²

Numa outra carta dirigida a Louise Ey, datada de 29 de Maio de 1902, escreve Trindade Coelho acerca da sua pouca importância como escritor

Para mim há um escritor que eu não conheço em Portugal: sou eu! Talvez por isso mesmo, não me reputo, nunca me reputei um escritor; e tenho de mim

¹ Veja-se Oscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio*, p. 51.

² *Op. cit.*, p. 61.

próprio a visão de um sujeito que está ao lado da literatura e dos escritores do seu país, sem ter de comum com eles a menor coisa!³

Ainda, a Louise Ey em 16 de Junho de 1902

A Arte é a Arte: é uma forma bela da Moral. O Artista é um Moralista. Como eu sou um pouco artista e o meu íntimo não é mau, as minhas obras, os meus contos, serão, sob a feição exterior em que colabora a observação dos sentidos e da inteligência, factos interiores, em que colaboram as minhas qualidades anímicas. Nada mais. O resto, a maneira, o processus, isso pertence ao instinto do artista, que, se o for a valer, realizará a obra sem o saber. Nos meus contos, por exemplo, tem-me escapado sempre a intenção: é coisa de que não tenho dado fé.⁴

Na mesma carta, na parte final, acrescenta

Tudo isto vem para lhe dizer, minha Amiga, que ai de nós se queremos submeter a preceitos a obra de arte, fazer arte segundo teorias! Eu até rejeito a noção de escolas literárias. Não há escolas! O que há é talento inventivo, é originalidade (origo, originis!) – e sujeitos que à falta de talento inventivo e de originalidade macaqueiam, melhor ou pior, a obra dos outros, dos tais que inventam e são originais... Tudo o mais, poeira!⁵

Apesar de ter mostrado de um modo muito claro o seu pendor não naturalista através de alguns textos que acabámos de transcrever, afirma Óscar Lopes que os seus contos atingiam “um equilíbrio e um nível de estética realista raramente alcançado pelos naturalistas encartados seus contemporâneos”.

Como exemplo de contos de índole naturalista, Óscar Lopes cita *Terra-Mater*, *Luzia*, *À Lareira*, em que Trindade Coelho pinta o

³ *Ibidem*, p.73.

⁴ *Ibidem*, p. 76.

⁵ *Ibidem*, p. 77.

temperamento e regista o comportamento das personagens, fruto do determinismo do meio.

Produto de um meio que o penetra por todos os lados, servindo-se de animais, tão ao seu gosto, assinala como exemplo do texto naturalista os contos *Sultão*, *Mãe* e *Choca*.

Outros contos onde se encontra presente a componente naturalista *Idílio Rústico*, *Vae Victis*, *António Fraldão* e *Manuel Maçores*, estes dois a assemelham-se aos textos camilianos onde o amor se conjuga com ciúme, morte e, posterior despenalização, não fosse o amor o regenerador de comportamentos.

A leitura das cartas de Trindade Coelho, bastidores da sua produção e justificação do seu fazer na escrita, conduz o leitor dos seus escritos a conclusões que acabam por ser confirmadas pelo escritor mogadoureense: a facilidade de escrita, a não filiação a qualquer escola literária, a propensão para o improvisado, aliada a uma improvisação que ele denuncia nas suas cartas. A moralidade, o desejo de corrigir hábitos, o tentar ensinar àqueles que menos sabiam são a pedra de toque em quase toda a sua produção, quer falemos da ficção, contos e fábulas incluídas, quer nos debrucemos pelos livros que ele apostou adoptar nas escolas ou os que escreveu no campo da jurisprudência, sem esquecer o *Manual Político do Cidadão Português*, de grande sucesso para a época.

Sendo um homem da justiça e às leis dado, talvez sentisse algum desconforto e alguma desadaptação ao meio onde vivia, não só por se tratar de um transmontano emigrado e cheio de saudades numa Lisboa que não era a sua, ou porque outras questões sociais havia que resolver numa época conturbada onde a monarquia dava sinais de cansaço e o Ultimatum de 1890 ainda agitava as populações, apesar de Tomás

Ribeiro ao publicar D. Jaime em 1862 ter escrito na terceira estrofe a propósito de Portugal

Jardim da Europa à beira-mar plantado
de loiros e de acácias olorosas;

Tendo chegado a um público cada vez mais apreciador da sua obra, Trindade Coelho vai sublimando o seu realismo/naturalismo numa moralidade que não é de modo algum inócua.

Óscar Lopes a esse propósito escreverá

Trindade Coelho não via como tirar partido literário, não via como captar valores de superação humana baseando-se na realidade social conhecida. Idealizou-a, “moralizou-a” (tal como “estilizou” os contos populares). Essa idealização não deixa, porém, de apresentar um gume de crítica, indirecta e voltada para outro tipo de relações sociais, aquelas relações de dependência cada vez menos pessoal e cada vez menos compreensível que o desenvolvimento da função capitalista do dinheiro estava, a olhos vistos, instalando na nossa vida urbana.⁶

Com preocupações éticas, próprias da sua condição de homem e de cidadão, afirma Óscar Lopes que, sem querer, se aproximou da estética da decadência que “tanto criticou e taxou de «estrangeirismos»”.⁷

Assinalando o centenário da morte de Trindade Coelho foi publicado pelas Edições Caixotim com patrocínio da Câmara Municipal de Mogadouro, o tríptico *Os Meus Amores, In Illo Tempore* e o *Senhor Sete*, prefaciado por José Carlos Seabra Pereira.

Tratando-se de um grande especialista do século XIX não é despiciendo transcrever algumas considerações contidas no prefácio de *Os Meus Amores* que, na actualidade, vêm acrescentar algo mais sobre a

⁶ *Op. cit.*, p. 55.

⁷ *Op. cit.*, p. 58.

obra trindadeana e que pelo imediatismo mereceu a leitura do investigador literário. Intitulando o prefácio de *Estriga de luz* que se vai desafiando, escreve Seabra Pereira

Produziu os seus textos de ficção narrativa ao abrigo de uma clarividência, entre nós inusitada, das implicações de categorias metatextuais e das injunções pragmáticas do contexto de situações em que publicava.⁸

Não se filiando Trindade Coelho em nenhuma escola literária, sendo um improvisador e um emotivo, desconhecendo até onde vai a sua verve, afirma o articulista que do processo de concepção orgânica do seu livro ressalta

uma colocação no xadrez dos estilos epocais que explora a fronteira porosa, de uma banda, com o programa naturalista e, de outra banda, com as poéticas decadentista e simbolista – ao mesmo tempo que se demarca de um e de outros, em favor de certa opção em mais feliz equação com a sua idiossincracia artística e com o sistema de valores em que comungavam a sua mundividência, o seu compromisso ético e o seu empenhamento cívico,⁹

Não abandonando as saudades do Trás-os-Montes natal e algum distanciamento pelas grandes cidades, tendo presente a ética e a moral que o nortearam, são de Seabra Pereira as palavras seguintes

A poética hegemónica nos escritos de Trindade Coelho é expressiva e heterotélica, etnografista e anticosmopolita.¹⁰

⁸ *Op. cit.*, p. 8.

⁹ *Op. cit.*, p. 9.

¹⁰ *Op. cit.*, p. 37.

Dando a conhecer às gentes da cidade e aos mais letrados o que era a vida no campo e a partilha de vivências no agro a que renunciara para se alcandorar a jurado, é de inteira justiça a afirmação que transcrevemos:

as suas amáveis narrativas situam o leitor numa óptica de conhecimento efectivo do mundo campesino, de apego plebeu ao optimismo secular ou à esperança religiosa, de participação na coesão gregária da aldeia, de partilha dum sentimento inequívoco de fraternidade e de dignidade da gente simples, de crítica indirecta às relações de dependência social à contraluz da memória afectiva do comunitarismo perdido – perspectiva reflectida estilisticamente na coloquialidade, lhaneza e vivacidade da linguagem.¹¹

Relevando o aproveitamento da estilística popular oral, de junturas frásicas densas e ainda por gramaticalizar, com gradações entre o discurso vivo, directo e indirecto e a utilização constante dos sintagmas da coloquialidade com os leitores, tal como já haviam adoptado Almeida Garrett e Camilo Castelo Branco. Em Trindade Coelho é frequente a interpelação ao leitor “Ora imaginem agora, se podem, a efusão do lavrador” (Sultão).

Contemporâneo de Cesário Verde (1855-1886) parece compartilhar com o poeta de Linda-a-Pastora dos mesmo arquétipos, embora por razões diferentes, em estruturas frásicas diferentes. A propósito do suposto primado do campo sobre a cidade, escreve Seabra Pereira

os seus contos campesinos ilustram a convicção insuspensa da superioridade do campo sobre a cidade (com o desgosto pelo homem urbano a transparecer na vida do pequeno funcionário de “tipos da Terra”), exaltam as virtudes do homem rural (a lealdade, a valentia, a bondade, a solidariedade, o amor ao trabalho, o espírito de sacrifício e a capacidade de sentir-se feliz com singelas condições de

¹¹ *Op. cit.*, p. 40.

subsistência), atenuam a presença dos vícios e os conflitos de natureza sócio-económica (apesar das maldades cruentas de “Manuel Maçores”).¹²

Terminando a sua apreciação sobre *Os Meus Amores*, conclui o professor de Coimbra

Os Meus Amores não é outra coisa senão a análise diversificada da afectividade humana em situação.¹³

Livro de afectos onde o campo de forma simples e fotográfica se apresenta como uma mais-valia a fazer jus ao que os seus antecedentes vinham a registar.

¹² *Op. cit.*, p. 40.

¹³ *Op. cit.*, p. 53.

II. 1. FACTOS E DOCUMENTOS DA BIBLIOGRAFIA DE TRINDADE COELHO

II. 1. A etapa estudantil

Estes rigorosos castigos pela maior parte produzem tal aversão aos estudos, que não se pode vencer em todo o discurso da vida.

Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar, Carta Décima Sexta*

“Aqui está a encomendinha”¹⁴. Foi com estas palavras pronunciadas por Helena, a ama que o conduziu à escola régia de Mogadouro, situada no velho casarão do convento, que o menino “Josezinho” frequentou pela primeira vez a casa que o iria transportar às letras que o enformariam. Choramou diante daquele homem, professor, amigo da família, Paulo Manuel Correia da Veiga¹⁵, de óculos e cara rapada, falripas por baixo do lenço vermelho, atado em nó sobre a testa. Cascava rijo mesmo diante da senhora Helena, com aquela régua que já tinha feito muitos doutores. O neófito queria ser prior, ele que já sabia ajudar à missa¹⁶. O futuro esperava-o naquela escola onde estavam os meninos que ele já conhecia.

O pai, o senhor João Trindade, comerciante na vila, tinha em casa um professor que proporcionava as lições ao filho. Aos oito anos vai estudar para Travanca com o irmão Abílio. Era professor Francisco

¹⁴ Trindade Coelho (1901, 145).

¹⁵ Luís José Afonso Ruivo (1993, 36).

¹⁶ Informação retirada do conto Para a Escola, in *Os Meus Amores*, 3ª edição, muito aumentada, Livraria Aillaud & C.ª, Paris-Lisboa, 1901.

Augusto Lemos Pimentel¹⁷. A terra era pobre, fria e feia, recordará Trindade Coelho em carta escrita a Louise Ey, em 6 de Abril de 1902¹⁸. Foram dois anos de saudades do pai e da mãe. Mogadouro e a sua casa de primeiro andar quase contígua à igreja ficam-lhe no pensamento. Cada vinda à terra natal ao fim-de-semana é uma festa que termina em lágrimas quando retoma as aulas em Travanca. As aulas eram ao ar livre em dias de sol, sentados em bancos de pedra, tendo que se levantar muito cedo. Dormiam, num quarto muito pequeno, que 20 anos mais tarde foi encontrá-lo como poleiro das galinhas. Se é verdade que o professor era considerado o melhor do concelho, essa qualidade reflectia-se no progresso na leitura e nas contas, contudo umas reguadas nos nós dos dedos, não faltavam conforme recorda a Louise Ey. Era preciso pegar na pena como devia ser, de modo a fazer as letras como o professor ensinava.

As saudades da casa eram muitas. Uma tentativa de fuga fez parte da história da sua permanência em Travanca. A autoridade do professor fê-lo voltar atrás. Ligado à terra, vai cultivando uma pequena horta, trata dos animais e vai à caça. Lê para a gente analfabeta da sua terra contos e versos.

A sua terra era o seu espaço aprazível. Era aí que ele queria viver. Desesperava por ter que ir a Travanca. Confessava querer ser burro. O choro era uma constante na despedida. Os lenços marcavam a partida cheia de adeus.

Depois do regresso de Travanca, esteve uns dois ou três anos em Mogadouro com o pai e a tia Gracinda. A mãe, entretanto, falecera. A sua morte marcá-lo-á pela vida fora. Foi tempo de estudar latim com

¹⁷ *Ibidem*, p. 38.

¹⁸ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910, p. 5.

dois padres, Joaquim Felgueiras Neto Velho e José Costa, à custa da palmatória¹⁹. Embora os padres não soubessem muito latim, eram destros nos castigos. Trindade Coelho confessa ter levado mais do que areia tem o mar e estrelas o céu²⁰. Era preciso saber a gramática na ponta da língua, para isso o professor vendava os olhos dos alunos com um lenço de assoar, obrigando-o a apontar com o dedo, sem que os alunos se enganassem numa vírgula, os assuntos todos do livro, a que Trindade Coelho apelidava de horrendo. Era preciso saber localizar as matérias da gramática, do princípio ao fim²¹. Com metodologias desta natureza só lhe restava odiar os livros; além disso as informações desfavoráveis eram transmitidas ao progenitor. Para as letras não tinha jeito, acrescentando que não havia nenhuma lei que obrigasse um homem a ser doutor, embora João Trindade Coelho se deliciasse a ouvir o filho a ler latim. Estava ali uma esperança²². E com esperança matriculou-se no Colégio São Carlos, no Porto, terra de sua mãe. O mar e os barcos deslumbraram-no. A viagem de barco em companhia do pai e de um amigo desde o Sabor ao Porto foi um momento inesquecível. Apesar de se distanciar do seu Mogadouro natal, o entusiasmo era tão grande que desapareceu e perdeu-se do pai à chegada ao Porto. Quase à noite o pai encontrou-o numa esquadra da polícia, classificado de “menor perdido”²³. Estávamos em 1873.

Neste Colégio estudou seis anos, preparando a sua entrada para a Faculdade de Direito. Acerca deste estabelecimento de ensino, é possível

¹⁹ Luís José Afonso Ruivo, op. cit. p. 40.

²⁰ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, p. 10.

²¹ *Ibidem*, p. 11.

²² *Ibidem*, pp. 11, 12.

²³ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, p. 13.

ler na revista *O Tripeiro*, de 1 de Fevereiro de 1927, Série 3, ano 2, nº 27, em artigo assinado por João Pimentel

... Colégio de S. Carlos, que se tornou célebre naquela época, não só pela sua numerosa frequência como também pelo crédito que gozava no Porto e em todo o norte do país, o qual fornecia anualmente dezenas e dezenas de alunos àquele importante estabelecimento de ensino.

(...)

Carlos Brandão de Vasconcelos, director do colégio. No seu meio profissional foi grande e modesto: grande, porque criou um colégio como nenhum outro, e pelas suas virtudes foi altamente estimado e chorado depois de morto. Foi um benemérito do ensino; as portas do seu colégio estavam sempre abertas, mesmo para aqueles que não podiam pagar as aulas.

(...)

Ele tinha no seu colégio escolhido professores, sem olhar a despesas, pertencentes quase todos eles ao liceu. Era uma esperança para os alunos nos finais dos anos lectivos. O aluno convivia com o professor dentro da aula, habituava-se a ele e, portanto, não o estranhava no seu exame; daí, o resultado ser sempre satisfatório, do que resultava as aprovações e as distinções aumentarem de ano para ano.

Dentro do colégio havia uma rigorosa disciplina, sem que o director e professores usassem de meios violentos, pois faziam-se respeitar pelas suas belas qualidades de coração e de carácter, impondo-se assim aos alunos que os estimavam deveras.

O Colégio de São Carlos, com toda a sua grande fama, nasceu quase de um nada numa modesta casa da rua da Restauração; ali estive também.

A sua frequência era, então, relativamente reduzida, quase em família.

Depois, quando veio para aquele velho casarão da rua Fernandes Tomaz, é que se tornou o estabelecimento modelar que todo o Porto e o norte do país conheceram e admiraram.

(...)

Toda a gente sabe que o colégio de S. Carlos funcionou durante muitos anos naquele enorme quintal do lado esquerdo, de quem desce a rua de Santa Catarina, mesmo ao fundo da rua de Fernandes Tomaz. Era uma perfeita vivenda para uma casa de educação, onde não chegava nem o ruído da cidade nem o barulbinho das multidões.

Raul Brandão, por seu turno, afirmará, em artigo inserto na mesma revista em 15 de Fevereiro de 1927, Série 3, Ano 2, nº 28

Ensino – Luz turva. Um casarão enorme no alto da rua Fernandes Tomás dentro duma cerca de terra calcinada... Entro: sala enorme, cheia de petizes dominados pelo mesmo sentimento de terror – 8x7? – 8x7? – Entre as bancadas passeia um homem atarracado e grosso, de cabelo encarapinhado de mulato, botas de montar e a palmatória metida no cano das botas: - 8x7? – 8x7? – E o seu vozeirão metia medo. – Eu tinha todos os dias cólicas horríveis, antes de entrar no Colégio de S. Carlos, e foi ali que principiei a estragar os meus nervos e a amargar a vida. O mestre, o Aragão, não era mau – era estúpido. Tinha nascido para cavar as vinhas do Alto Douro – e acabou director do colégio, depois da morte de Carlos Brandão.

(...)

Era terrível ouvir o vozeirão do Dantas ensinando latim àquela câfila, com bramidos que se ouviam no Bolhão.

(...)

O que este colégio, porém, tinha de melhor, é que nos punha em contacto com a realidade. Não havia sistema de educação – mas entrava-se logo na brutalidade, no egoísmo, na dureza do mundo.

Com uma vida feita de altos e baixos, na *Autobiografia* publicada em 1910, que temos vindo a citar, numa carta que dirige em 6 de Abril de 1902, confessa a Louise Ey, que foram seis anos miseráveis, “de uma obediência estúpida e passiva, sempre a toque de sineta, eu e mais alguns 300”²⁴. Condiscípulo de Leite de Vasconcelos que, embora cursando, posteriormente, medicina, se distinguirá nos estudos de Filologia, terá como professores em Latim, Manuel Emídio Dantas, alegre e gracejador,

²⁴ *Op. cit.* p. 13.

amigo de fazer rir, e como professor de Retórica, o padre Francisco da Costa Portela, pacato e macambúzio²⁵.

Vítima de um roubo, em carta que escreve ao pai, misturada de saudades da família, mormente da mãe que falecera em 9 de Setembro de 1870, onde o apelo às preces é uma constante, queixar-se-á do furto de um tinteirinho de bolso, dois canudos, um sistema métrico, o *Manual Enciclopédico*, vinte réis que tinha numa bolsa à cabeceira da cama, uma tesoura e das correias dos sapatos que se encontravam debaixo da cama, comentando que aquilo era a maior ladroeira²⁶.

Dando-se sempre bem com os companheiros, alcunhado do Mogadouro, vai vivendo preocupado com os estudos. Tem medo do director, Carlos Brandão de Vasconcelos, bem como dos prefeitos e dos professores.

Lamentando-se dos seis anos que viveu no Colégio, afirma que só não o deformaram por milagre, mas fizeram-lhe ter dos homens uma impressão de falsa grandeza, de poder falso e de falso valor.

Todos diziam que o director era seu amigo. Trindade Coelho achava-o bom. Sendo apontado como bom estudante, o director no último ano não lhe cobrou a mensalidade, não aparecendo na hora da despedida, talvez com receio de chorar ao pé do jovem de Mogadouro.

Apesar de alguns contratemplos e apreciações nada favoráveis, é um aluno laureado com cerca de treze diplomas²⁷ que conferem o primeiro prémio em várias disciplinas leccionadas no Colégio, para além de prémios representados por livros, como *Oeuvres Choïsies*, de Bernardin de

²⁵ Conforme artigo publicado por Viale Moutinho no *Diário de Notícias* em 24 de Julho de 1988, p. 8, sob o título “Trindade Coelho: inéditos da sua infância”.

²⁶ *Ibidem*, pág. 8.

²⁷ Conforme espólio doado ao Museu Abade de Baçal pela nora, D. Maria Cristina Trindade Coelho.

Saint-Pierre – *Paul et Virginie*, *L’Arcadie* – *La chaumière indienne* et *La pierre d’Abraham* e ainda *Le Petit Buffon Illustré, Histoire et description des animaux*.

Se é verdade que a atribuição dos diplomas lhe confere uma auréola de bom estudante, não deixa de ser importante assinalar o facto, na véspera do exame de instrução primária, ter levado trinta e sete palmatoadas pelo facto de ter respondido “Não sei” ao mesmo número de perguntas que lhe foram feitas pelo professor. Era de geral conflitualidade a sua relação com os professores. O relato que nos é proporcionado na *Autobiografia* dirigida a Louise Ey, sua correspondente e tradutora para alemão, transmite uma imagem perversa e inaceitável do que deve ser o ensino. São marcas de um país que navega por espaços ínvios, à procura de si, utilizando despoticamente a educação para atingir fins pouco convincentes.

De facto, tudo o que Trindade Coelho escreve na sua vida de estudante em finais do século XIX, pressagia e encontra-se na linha de actuação descrita em textos que, embora ficcionados, não andam longe da realidade. *Manhã Submersa*, de Vergílio Ferreira, *Adolescente Agrilboado*, de José Marmelo e Silva, ou ainda o texto-tese *Adolescer em Clausura*, de Carina Infante do Carmo, editado pela Universidade do Algarve, Centro de Estudos Aquilino Ribeiro, são testemunhos de situações deploráveis de práticas pedagógicas que Trindade Coelho vive e combaterá quando, mais tarde, publicar algumas obras tendentes a acabar com o analfabetismo na sua terra.

Se a vida atribulada no Colégio de São Carlos não escapa das suas memórias e vai navegando à tona da sua existência enquanto cidadão e jurisconsulto, lembrando-se da situação de escondido durante seis horas antes de um exame, é natural que situações atípicas tenham sido vividas

pelos mais diversos espaços e tenham navegado na linha do seu inconsciente.

A proibição de romances ou quaisquer livros que não fossem de estudar, também, passava pelo crivo censório do Colégio, daí haver necessidade de se furtar aos olhares fiscalizadores da docência colegial. Alexandre Dumas e dois ou três romances portugueses são lidos por si, bem como *Mário*, de Silva Gaio. No Porto terá o seu tirocínio como contista. A sua experiência como contista iniciar-se-á, por coincidência, no Colégio de São Carlos. A Universidade esperava-o. Afinal, o futuro augurado pelo professor de Mogadouro, sua terra natal, não se confirmava. Enganara-se no prognóstico. Caminhava para doutor...

Coimbra será o próximo percurso numa linha que só terminará em 1885 quando tiver alcançado o diploma que almejava. Coimbra, a dos doutores, esperava-o. A Torre dos Clérigos, que não lhe parecia maior que a da sua terra²⁸, sua primeira impressão ao chegar à capital do Norte, de mão dada com o pai, e embevecido pelas águas do Douro, tinha sido uma ligação de seis anos que agora urgia terminar.

A Faculdade de Direito era na terra dos doutores e dos futricas. Lá estavam a boémia, os estudantes que não estudavam, os sebenteiros, os explicadores, João de Deus, Eugénio de Castro, João Penha e tantos outros que iriam fazer parte da sua vida.

A Universidade, linda por fora, feia por dentro, mais ainda, um horror. Completa desilusão. Os lentes, de figuras olímpicas, cedo se transformaram na banalização de seres terrenos. “Tudo era vago e incorpóreo, aéreo e sem raiz, banal, inútil, artificial”²⁹, conforme conta na *Autobiografia* que temos vindo a citar.

²⁸ Conforme declara na *Autobiografia* que escreve a Louise Ey em 6 de Abril de 1902, p. 13.

²⁹ *Ibidem*, p. 17.

Outubro de 1879 é a data da sua matrícula. Coube-lhe o número 93 do curso. Eram 96 alunos no primeiro ano. Por mera coincidência, o Coelho, de apelido, irá ocupar o lugar na coelheira, última bancada da aula³⁰. Reside nos Palácios Confusos nº 32 no emaranhado medieval do velho burgo, conforme afirma Carlos Santarém Andrade³¹. Assinava José Francisco Coelho, nome que conservou até ao quarto ano do curso. António Cabral, seu colega de curso, trata-o por Zé Coelho.

Era reitor da Universidade, António Bernardino de Menezes. Enquanto aluno na Academia de Coimbra, Trindade Coelho encontrou como professor Emídio Garcia, prestigiado bragançano, regente das cadeiras de Direito Administrativo, Direito Público e Direito Penal.

Muito crítico em relação ao seu conterrâneo e contemporâneo, é possível ler comentários pouco lisonjeiros a este positivista nas páginas do *In Illo Tempore*, nos capítulos dedicados à Récita dos Quintanistas e O Bólson das Contas Lisas.

Conta António Cabral, seu colega de curso, no livro *Homens e Episódios Inolvidáveis*, num capítulo dedicado a Trindade Coelho que uma noite indo para casa o inexperiente e acanhado estudante, a quem tratavam por bisonho e peludo, o emboscaram num recanto escuro da velha Alta Coimbrã. Da emboscada saíram uns estudantes embuçados que se entretinham a caçar caloiros e gatos. Nessa noite a vítima foi Trindade Coelho a quem cortaram o cabelo com duas ou três tesouradas.

O primeiro ano foi de insucesso embora tivesse escrito o manuscrito das aulas de Direito Romano. Bernardo de Albuquerque, o professor,

³⁰ António Cabral, *Homens e Episódios Inolvidáveis*, Livraria Bertrand, 1947, p. 123.

³¹ Por ocasião do Centenário da Publicação do *In Illo Tempore* de Trindade Coelho, a Câmara Municipal de Coimbra publicou em 21 de Novembro de 2002 um opúsculo contendo as conferências proferidas por Carlos Encarnação, Viale Moutinho e Carlos Santarém, de onde extraímos a informação acima contida, na página 29.

não admitia que um aluno aparecesse na aula com o cabelo às escadas, o que o levou a pensar que tal circunstância se devia a pândega e a passeios nocturnos “punidos” pelos alunos veteranos. Se o cabelo rente não contribuiu para a reprovação, é certo que ela aconteceu; dirá Trindade Coelho em *In Illo Tempore*, p. 292, 1ª edição:

Tinham-se enganado... Fora um engano... Coisas que acontecem...

Com a reprovação no 1º Ano, o pai corta-lhe a mesada. A partir daí tira o curso com explicações e com dinheiro que ganhava como sebenteiro. A viver um período de grandes dificuldades, é a Filantrópica, sociedade coimbrã que subsidiava estudantes carenciados, que o ajuda e de tal modo, que confessa nunca ter tido tanto dinheiro na vida.

Voltou a repetir o primeiro ano de Direito, tendo o nº 47. Eram 107 os alunos. Morava na Rua dos Militares nº 22³², tendo ficado aprovado.

No segundo ano, no ano lectivo de 1881/82, numa turma de 81 alunos, tendo o número 66 e a mesma residência, é aprovado. No terceiro ano, em 1882/83, mudou para a Rua da Trindade, 67, sendo o número 44 numa turma de 66 alunos, foi igualmente aprovado.

No quarto ano, mudou-se para o número 72 da mesma rua e tinha na aula o número 51, numa turma constituída por 68 alunos. Morreu-lhe o pai, José Francisco Trindade Coelho, com 56 anos, quando se encontrava de férias em Longroiva, em 4 de Agosto de 1883.

Entretanto, casa-se em 27 de Setembro de 1884, quando frequenta o 5º Ano Jurídico, com Maria Lucilla Andrade Costa, indo residir para casa da mulher na rua do Corpo de Deus, número 7, sendo o casamento noticiado no jornal *Imparcial de Coimbra* em 28 de Setembro de 1884. No

³² Toda a informação acerca do percurso académico de Trindade Coelho foi colhida no *Boletim da Universidade – Anuário da Universidade de Coimbra*.

último ano lectivo, como aluno, passou a assinar José Francisco Trindade Coelho, tendo a turma do 5º Ano 64 alunos.

Termina o Curso em 16 de Junho de 1885, tendo o filho nascido em 1 de Julho do mesmo ano.

António Cabral faz de Trindade Coelho o seguinte retrato: “Baixo, atarracado. Ombros largos e perna curta. Rosto redondo, óculos, bigode levantado nas guias, voz de trovão”.³³

Citando o *In Illo Tempore* no capítulo O Orfeon Académico define esta particularidade “o meu vozeirão de baixo profundo”, adiantando que “A minha voz não prestava para nada, e tinha um ouvido como uma pedra”.

Os tempos não são fáceis. Fazendo das fraquezas forças, acumulando as várias actividades com a de estudante, o tempo é-lhe escasso, por isso é a desoras que se dedica a trabalhos extracurriculares. Escreve. Escreve muito em Coimbra. As vésperas de feriado (quartas-feiras e Sábados) à noite, leva-as a escrever. Nos feriados põe ao serviço da escrita todo o seu talento. Jornais dos mais variados espaços do país receberão a sua colaboração. O seu estro posto ao serviço da comunidade leitora torna-o conhecido nos meios académicos. O estudante bisonho e peludo, como eram alcunhados os estudantes inexperientes, que abandonara a vilinha transmontana, nascido precocemente para a escrita, saíra do casulo da sua metamorfose e voava já alto nos meios académicos. Fundava jornais. *A Porta Férrea* e o *Panorama Contemporâneo* nasceram pela mão de Trindade Coelho enquanto estudante de Coimbra. Era um intelectual no interior da imprensa. Grandes eram os horizontes para este homem que buscara na mudança a

³³ *Op. cit.*, p. 122.

construção de um mundo melhor, a elevação das suas gentes e a equidade social. A cultura fazia parte dos seus desígnios. A sua terra ficava aquém da dimensão dos seus desejos. O seu sonho estava a materializar-se. Já era bacharel formado em Direito. Era preciso ir mais além. Por Mogadouro morria de saudades...

II. 2. A terra e o homem

II. 2.1. O transmontano

A mim... - a mim reputo-me um pobre filho do povo, que por acaso veio dar cá cima,

Trindade Coelho, *A Autobiografia e Cartas*³⁴

Se há escritores que deixaram marcas da sua vida e do espaço onde nasceram, Trindade Coelho é um deles. Não sendo considerado um escritor regionalista, é certo que a sua obra tem marcas da sua personalidade, da sua vivência e da sua terra; a exemplo de Trindade Coelho e de outros escritores que repartiram a sua escrita por matérias várias, daí a existência de muitos ensaios literários acerca da relação binómica literatura/sociedade, literatura/biografia, literatura/ideologia, literatura/costumes e tantas outras que marcam o ser humano ao longo da sua existência.

Se hoje o Nordeste Transmontano não é mais aquele quinhão de terra desligado de Portugal e da Europa, postergado no mundo das decisões governamentais, o Trás-os-Montes de há cem anos era dos locais mais pobres e mais tristes de Portugal, parafraseando o próprio

³⁴ Carta dirigida a Louise Ey em 6 de Abril de 1902.

Trindade Coelho. Filho de um comerciante com algum pecúlio, faz da força de vontade a sua principal arma, à custa de muito sacrifício na escola superado, onde os professores utilizam os castigos físicos para desenvolver os dotes dos alunos. Trindade Coelho vai trilhando os caminhos do conhecimento de forma quase heróica. Aos professores não concede elogios e trinta e sete palmatoadas em véspera de exames não se apagam facilmente da memória. A caminhada é longa, mas os êxitos também lhe pertencem. De aluno laureado no Colégio de São Carlos em seis anos de dificuldades, até ser advogado formado por Coimbra vai um rosário de recordações fixadas numa escrita, ombreando ao lado dos maiores textos autobiográficos produzidos em língua portuguesa. Cartas, jornais e livros atestam a vida deste transmontano que longe do seu Mogadouro natal, não deixou de transportar a sua terra nos seus hábitos, desenhando-a nos livros que legou à posteridade. Cicerone de Trás-os-Montes em terras cosmopolitas por onde estudou e trabalhou, é-o também para estudantes em visita a futricas na Coimbra dos doutores.

In Illo Tempore, 1902, é um livro no “Tempo em que...” invariavelmente um *incipit* a saber a conto que se conta a crianças, ou a todos os que não sendo crianças querem saber como foi ou como será, quando um dia forem estudantes. Fresco, descomplexado, fluente, descomprometido e empolgante, cheio de simplicidade e ingenuidade. Um retrato de um doutor para outros e para o mundo, em geral, porque ali tudo parece fácil.

É consensual que a obra de Trindade Coelho tem o sabor de Trás-os-Montes. Vive as memórias de quem uma vez saiu de Mogadouro mas

deixou lá o espírito e transporta dentro de si o nordeste transmontano na força inquebrantável do homem que sabe o que quer e para onde vai.

Citando João de Araújo Correia, em *Perfil transmontano de Trindade Coelho*, editado pela Portugália Editora em 1961

Foi independente. Não se enamorou de modas literárias. Não aderiu a conluios, que dão asas de cera a quem não tem talento e ferropiam a mão de quem o tem. Cuspiu em gloriolas factícias. Tinha nascido a mil metros de altitude.³⁵

Não quis ser juiz. Não era político e tinha-lhes aversão de morte. Leal como os leais. Crítico do rei, ministros e partidos, mas português, patriota, democrata, amigo do seu país como os que o são.

Em *Os Meus Amores*, 1891, é a rusticidade transmontana na sua plenitude. A antropomorfização de um universo que ele conhecia bem e a que aderiu desde criança sem nunca ousar desligar-se e Trás-os-Montes não o abandona porque aí existia sempre a terra de chegada.

O campo na literatura em palavras que todos entendem. A realidade em distâncias que se encurtam cada vez mais. Um retrato para ler, ver e recordar.

Contemporâneo de João Penha e de Cesário Verde, a cidade e o campo em relação antinómica como se chamasse para um mundo que não pretende ver esquecido. Falar da sua terra, trazê-la para a ribalta e dá-la a conhecer fazia parte de um contrato que parecia pertencer implicitamente, à sua existência. A *Os Meus Amores*, 1891, tinha transportado as suas gentes e seus costumes, anteriormente retratados em jornais por onde o seu talento se repartia, mas algo mais era preciso cumprir: falar da natureza e dos seus produtos, afinal, alimento que lhe faltava em terras por onde andava e que ele sublimava na escrita,

³⁵ Op. Cit., p. 18.

convidando todos os que o liam para os manjares transmontanos que ele conhecia e que ele queria dar a saber com a sua habilidade de mestre de escrita.

Quando em 1901 foi publicado o opúsculo *A Minha Candidatura por Mogadouro*, Trindade Coelho anunciava o propósito de publicar dois volumes dedicados ao folclore transmontano a que daria o nome de *Senhor Sete* e *As Terras de Bragança*, resultado da sua colaboração em jornais e revistas da época, como *A Tradição*, *Repórter*, *Tribuna* e outros.

Não tendo *O Senhor Sete* sido publicado em vida do escritor, somente em 1961 graças ao trabalho de Augusto da Costa Dias, por altura do centenário do nascimento do escritor, a Portugália Editora dá-o a conhecer ao grande público.³⁶

A leitura de *Os Meus Amores* e *O Senhor Sete* permite-nos aceder a um espólio etnográfico de grande valor, onde o autor contempla folclore, contos de tradição oral, adivinhas, descrição de costumes, poemas, provérbios, sentenças, rezas, superstições, curiosidades ligadas, naturalmente, ao número sete e ainda alguns artigos de jornal, onde cabe, também, a crítica literária e a antinomia entre a cidade e o campo.

Sobre alguns costumes de Mogadouro e de terras limítrofes, Viale Moutinho escreveu, a partir de dezoito páginas pautadas manuscritas, não assinadas, que encontrou no espólio do escritor no Museu Abade de Baçal, um ensaio de cerca de 16 páginas a que deu o nome de *Inéditos de Trindade Coelho com interesse etnográfico*, publicado em 1985 pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia na Faculdade de Ciências do Porto.³⁷

³⁶ Augusto Costa Dias, *Senhor Sete*, Portugália Editora, Lisboa, 1961.

³⁷ Viale Moutinho, *Inéditos de Trindade Coelho com interesse etnográfico*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, Faculdade de Ciências, Porto.

Dos Inéditos constam trabalhos sobre *O ramo encantado*, *Domingo de Páscoa*, *Rezas*, *São João*, *Botar os ovos*, *Cinco Réis* e *O ramo de Santa Maria*, nenhum deles integrando *O Senhor Sete*.

Convictos que não é do domínio público este valioso trabalho de Viale Moutinho, permitimo-nos, com a devida vénia transcrever o que algumas destas riquezas etnográficas significavam e como eram celebradas em terras transmontanas, hoje caídas em desuso, dominadas e tragadas pela voragem da globalização.

Domingo de Páscoa

Na madrugada de domingo de Páscoa, é costume começarem os sinos a tocar ainda de noite, pois é crença que o primeiro rapaz que os tocar descobre um ninho de perdiz. Dá isto em resultado que os rapazes disputam a valer a subida à torre do campanário, com o sentido no tal ninho, madrugando cada um o mais que pode.

E de facto, acontece às vezes que o encontram, - mas isso, já se vê, porque vão... procurá-lo!³⁸

Acerca do São João que é comemorado por toda a parte, cada vez com mais afínco, vejamos como era esta festa no tempo de Trindade Coelho:

Na noite de S. João, costumam “bater-se os papelinhos”. Este costume popular consiste no seguinte. As raparigas casadouras fazem uma porção de bilhetes, cada um dos quais com o nome dum rapaz da sua simpatia, e deitam os bilhetes (botam os papelinhos) num copo de água. À meia-noite em ponto, esse copo é colocado à janela ou na varanda da casa, de modo a poder receber o orvalho da noite, e a isto chama-se pôr o copo a serenar.

³⁸ *Op. Cit.*, vol. 25 – fasc.2-4-1985, p. 371.

Os bilhetes devem ser dobrados com duas dobras, em cruz; e aquele que aparecer de manhã aberto à tona de água é o que designa o noivo que S. João escolheu, e que o rapaz cujo nome lá está escrito. Este fica sendo então o eleito (o namorado, o esposado) da rapariga.

Acredita-se nisto como coisa certa; sendo assim, com efeito, que muitos namoros principiaram, os quais, mercê da virtude de S. João, acabam... no casamento!

A operação é recíproca; isto é, os rapazes também “botam os papelinhos”.

A “noite de S. João” é a da véspera do dia deste santo: isto é, 23 de Junho.³⁹

Embora Viale Moutinho tenha, ainda, transcrito outras celebrações de carácter etnográfico que se foram perdendo ao longo dos tempos, conveniente será que se leia o que escreveu acerca de operação botar os OVOS.

A operação de “botar os ovos” tem por fim saber a sorte das pessoas a quem se dedicam, pois destinam-se sempre a certas e determinadas pessoas. Consiste no seguinte. À meia-noite em ponto, na véspera de S. João (noite de 23 para 24 de Junho), quebra-se um ovo dentro dum copo de água, e põe-se este ao relento, numa janela ou varanda, a serenar. A gema do ovo precipita-se para o fundo do copo; mas a clara, essa como que se esfarrapa no volume da água formando os seus filamentos figuras caprichosas que se distinguem através do copo: qualquer coisa como um navio, uma torre, um castelo, etc.. É essa figura o que representa o destino da pessoa que se tem em mente, e à qual o ovo é dedicado. Assim, se a figura representa um navio, ou ao menos uma coisa que a ele se assemelha, essa pessoa tem de embarcar, ser homem do mar ou coisa que o valha. Se é uma igreja “o que vem”, a pessoa tem de ser padre, por exemplo... Se é um castelo, tem de ser guerreiro ou seguir a sorte das armas, etc., etc..⁴⁰

³⁹ *Ibidem*, p. 375.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 376.

Com tradições ligadas à religiosidade, é natural que fizessem parte do elenco das preocupações de Trindade Coelho, que ele desejaria ver preservadas ou divulgadas.

Não as tendo tornado públicas, coube a Viale Moutinho essa tarefa. A natureza, a religiosidade e a tradição em comunidade.

O ramo de Santa Maria

Santa Maria é o nome duma planta que dizem viver do ar, pois que mesmo em casa vegeta, ainda depois de cortada. Na manhã de S. João é costume colher um ramo dessa planta, e, levando-o para casa, atar-se com um fio e dependurar-se.

Esta operação é geralmente dedicada a pessoas da família, que estão ausentes: - se a planta se conserva verde, e cria rebentos, sinal é que vai bem a vida a essa pessoa, e que a fortuna lhe corre propícia. Mas se, pelo contrário, a planta definha e seca, é contar que essa pessoa tem revezes na sua vida.⁴¹

II. 2.2. O Senhor Sete e outros textos avulsos

Façamos, agora, uma incursão n' *O Senhor Sete*, que é um livro de cerca de 312 páginas, compilação aturada de Augusto da Costa Dias a partir de Trindade Coelho que na sua terra observou e não esqueceu. Embaixador de costumes e sabores deu-os a conhecer. Com o à-vontade que têm os que dominam bem as matérias que conhecem, e mantendo um tom coloquial, parece confidenciar a leitores os seus gostos, como se todos se conhecessem. Para além de cicerone do seu agro, confessava as suas apetências. Ele era um entre os pares. Dado ao fumeiro transmontano, a viver em Lisboa e saudoso dos paladares da sua terra, lembrava as castas de feijões, das quais enumerava onze variedades e

⁴¹ *Ibidem*, pp. 376-377.

explicava ao pormenor algumas particularidades. No seu tempo, era assim que o magistrado dava a conhecer os produtos da sua terra⁴²:

Feijão branco, feijão preto, feijão amarelo, feijão rajado, feijão de bico de sacho, feijão coimbrês, feijão vianês, feijão de vagem branca, feijão arroz, feijão fradinho ou chícharo e feijão de sete semanas

Pela originalidade da designação, importa ver como Trindade Coelho definiu o feijão de sete semanas. Diz o autor que

é o mais temporão, porque dá fruto às sete semanas. É amarelo. É dos primeiros a semear-se na Primavera, porque se o tempo lhe vai a modo, perto do S. João está carregado de vagens! No Outono, ou perto dele, é o último que se semeia, porque se cria num ai. Com água ao pé bastas vezes, e sol pela rama, é um instante enquanto se cria. E tem uma vagem tenra, e para o caldo, ou para guisar, não há melhor. Não é palhento, como o de outras castas, e dizem as mulheres que é como água. Coze-se num pronto, e desfaz-se na boca!⁴³

Mostrando-se conhecedor e apreciador da gastronomia, atentemos, de forma sucinta, o que, há cem anos, dizia este transmontano que passou pela vida louvando e promovendo a sua terra:

Bulhos, comidos, habitualmente, no Entrudo com orelheira, até parece que se esgargalha no prato. São feitos das pontas das costelas, doutros ossos tenros e miúdos, e do rabo. O rabo é parte obrigada, e não têm as mulheres pequeno trabalho, quando é da matança, para o não deixarem roubar aos rapazes. Os ossos do lombo, isto é, as vértebras, depois de se lhes separarem as costelas, que são para assar dão a chamada soã, que besunta muito quem a come e não farta nada.

[...]

⁴² *O Senhor Sete*, pp. 115-116.

⁴³ *Ibidem*, p. 117.

Chouriços de sangue, alheiras - chamados também morcelas de alho: são uns chouriços feitos de sopas de pão-trigo, amolecidas num caldo de gorduras, temperado com alho. Esta massa é envolvida depois com o sangue líquido do porco, que para não coalhar é muito batido em um alguidar pela mulher que apara o sangue.

É o primeiro chouriço que se faz do porco, e serve para cozer. Cada porco regular pode dar sangue para duas a três dúzias desta qualidade.

[...]

Linguíças – é o chouriço feito das carnes magras do porco, picadas em bocadinhos pequenos. Este picado é posto de suça que é um tempero feito com água, sal e alhos. Alguma gente ainda usa temperar com vinho, ao que chamam vinha de alhos. É cheio em tripa estreita, curvadas em forma de ferradura.

[...]

Salpicão – é o lombo cortado em pedaços com o mesmo tempero da linguíça. Alguma gente costuma também empregar no fumeiro as especiarias, e os salpicões levam pau-cravo (as morcelas de alho, sempre cominhos).

Muito bom para levar de jornada, e que figura sempre no pão do foliar, na Páscoa, todo partido às rodaxas, é enroscado em tripa estreita, mas já a fugir para a grossa. Come-se cozido, mas comido em cru, sabe que regala, e puxa a pinga que é um louvor.

[...]

Bochas – é um chouriço em que só entram miúdos de porco: coração, bofe, etc e algumas gorduras, e a que deitam por cima alguma bochada, que vão comprar ao açougue. É chouriço de cozer (para tempero).

[...]

Chabiana – feita só das gorduras e carnes ensanguentadas do porco, e misturam-lhe um pouco de ralão ou sêneas, e mesmo pão-trigo ralado. É chouriço muito forte, e dá ao caldo muito bom tempero.

[...]

Vilão – é um chouriço feito de muitas misturas: carne cozida de toda a qualidade: de açougue, caça, presunto, etc.. A carne é muito desfiada, depois de bem cozida em grandes panelas de ferro; na água em que foi cozida, a carne é amolecida uma grande porção de sopa-triga, que depois de amassadas e juntas com a carne é escaldada com pingo a ferver, e então ensacada. (Pingo é o mesmo que banha).

[...]

Tabafeia – é um picado de lombo em cru, e tripa grossa de vaca ou de vitela, sendo depois a massa escaldada com pingo a ferver e por cima bota-se-lhe vinho.

44

Diz Trindade Coelho que em Bragança chama-se “tabafeias” aos vilões, e noutras terras, aos vilões chamam-se-lhe “alheiras”, porque também levam um bocado de alho. Vilarinho dos Galegos é a terra do melhor fumeiro, mesmo sendo uma terra de Judeus.

Para terminar, recorda o chicho que é um bocadinho de carne que em vez de ir para o funil, e do funil para dentro da tripa, quando as mulheres estão a fazer os chouriços, vai para a mão do rapaz, como se estivesse a tornar presente um acontecimento que, dificilmente, esquece. Acerca das linguças não perde a oportunidade para dizer que assadas são um regalo, ao mesmo tempo que afirma que morre por elas. Ao invés, das bochas diz que não gosta.

Representa o *Senhor Sete* mais uma demonstração do seu apego à terra. Arauto de usos e costumes, da gastronomia e de paladares comunga com as pessoas e vai construindo cenários indestrutíveis e cada vez mais conseguidos através da humanização em livros daqueles que em Mogadouro foram e eram a sua gente, a sua família e os seus amigos. A realidade gastronómica e o desenhar o povo em sinais gráficos eram

⁴⁴ *Op. Cit.*, pp. 117-122.

formas de ir serenando no cosmopolitismo que o albergava por força da sua profissão.

Da leitura da ficção trindadeana é possível afirmar que o escritor jamais se afastou da sua qualidade de cidadão transmontano. Em *Os Meus Amores* verteu, repetidamente, o amor pela terra natal, através de personagens que não sendo, obrigatoriamente, o seu alter-ego, tinham a sua representatividade na história contada, como se a sua onnipresença ajudasse a formatar um tecido gráfico e de vida a que pertencia. Cremos que em Trindade Coelho se verifica, implicitamente, um desvio do sentido da escrita para o ponto de vista do homem e da geografia da terra, como se estivéssemos a assistir à desmontagem do artifício do progresso, num regresso ao chão e à essência das coisas que o conto *Civilização* retrata e o romance de Eça de Queirós saído em 1901, *A Cidade e as Serras*, desenvolve e simboliza.

Como o pobre Domingos Couceiro que só fazia objectos pequenos, a partir de barro da terra⁴⁵, Trindade Coelho tomou o barro por palavras e fez com elas livros singelos e quase autobiográficos, em que a terra se movimenta no seu quotidiano e no seu incessante labor, não sendo possível dissociar o produtor nas suas várias facetas, onde se compatibiliza a ideia da terra e do homem, formando um traço de união entre a cultura popular e a cultura erudita, sem que as diferenças se dissipem.

Representando o que há de mais genuíno no ruralismo de Trindade Coelho, da linguagem extrai-se um valor de uso atribuído ao número sete que a erudita paciência do escritor mogadourense levou a cabo.

⁴⁵ *Autobiografia e Cartas*, p. 3.

O livro saiu com o nome de *Senhor Sete* porque a sua primeira parte se destina a arquivar “tudo quanto a minha paciência para coisas do povo tem coligido – aqui, além, acolá – em que entre o algarismo 7, que é, como se sabe, muito do agrado popular”⁴⁶.

A título de exemplo, vejamos três quadras em que intervém o número sete

Sete dias levou Deus
A fazer o mundo inteiro
Tem de escolher sete anos
Quem quiser amor certo.

Há três dias que não janto,
Há cinco que não almoço,
Há sete que te não falo,
Meu amor, porque não posso.

Lá te mandei um raminho
De sete rosas iguais,
No meio ia um suspiro
Do muito que me lembrais.

A segunda parte transcreve o *Cancioneiro Transmontano* publicado no *Repórter* de Janeiro a Março de 1893 na secção *Ecos* com o pseudónimo de Ch. A. Hysson, de que extraímos três quadras que iniciam este segmento do livro

Laranjeira do pé de ouro
Deita galhadas de prata,
Tomar amores não custa,
Deixá-los é o que mata

⁴⁶ O *Senhor Sete*, p. 17.

O loureiro bate à porta,
Ó salsa vai ver quem é;
São os ladrões dos teus olhos
Que roubam à falsa fé.

A folha do olmo vira,
Vira que a vira o vento,
Também tu, minha menina,
Viraste-lo pensamento.

A terceira parte é constituída por quadras transmontanas divulgadas na *Revista Nova* tomo 1, de que Trindade Coelho foi fundador, de Novembro de 1893.⁴⁷

A quarta parte denominada de *Miscelânea Folclórica* contém, além de poesia popular constituída por quadras, epitáfios alegres e adivinhas de tradição oral.

As partes subsequentes são constituídas pelos seguintes contos já publicados no livro *Os Meus Amores*

- *Conto das 3 Maçãzinhas de Ouro*
- *Parábola dos Sete Vimes*
- *Conto da Infeliz Desgraçada*
- *Conto das Artes Diabólicas*

Há ainda a considerar um outro conto publicado em 1903 denominado *Conto da Flauta e da Varinha* que não aparece em *Os Meus Amores* e que foi transcrito no *Almanaque das Senhoras* editado pela Parceria António Maria Pereira.⁴⁸

⁴⁷ *Revista Nova*, Tomo 1, Novembro 1893.

⁴⁸ *Almanaque das Senhoras*, Parceria António Maria Pereira, 1901.

A concluir, contempla o livro Artigos sobre o nacionalismo literário, o Dicionário da Academia e a recolha de glossários regionais, A Tradição, A Tribuna e ainda um artigo sobre a Antinomia entre cidade e campo.

Embora o *Senhor Sete* só tenha sido publicado na altura da celebração do centenário do nascimento de Trindade Coelho, em 1961 graças a um trabalho primoroso de Augusto da Costa Dias, que entendeu incluir textos que não estando na linha do moralismo ficcionista e da tradição oral, o livro projecta, ainda, pontos de vista do escritor transmontano quanto ao nacionalismo literário de 90 e as suas apreciações na dicotomia cidade/campo.

São do conhecimento geral os momentos convulsos por que passou a sociedade portuguesa em tempos de vivência de Trindade Coelho. *Do Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890 à ditadura de João Franco de 1907, o caos na indústria e na agricultura, a fraqueza na governação marcada pela debilidade de um rotativismo partidário traçam marcas difíceis de sanar com reflexos em escritores cuja obra literária é marcada por uma disforia frisante a fazer adivinhar uma neo-romantismo marcado por uma saudade a verter lágrimas por uma pátria que se instalava obstinadamente no *mal du siècle*.

António Nobre, contemporâneo de Trindade Coelho, publicará em 1892, o *Só*, advertindo que é “O Livro mais triste que há em Portugal, tende cautela não vos faça mal...” Num clima passadista, niilista e pessimista escreve o poeta nortenho

Em certo Reino, à esquina do Planeta,
Onde nasceram meus Avós, meus Pais,
Há quatro lustros, viu a luz um poeta

Que melhor fora não a ver jamais.

Mal despontava para a vida inquieta,
Logo ao nascer, mataram-lhe os ideais,
À falsa fé, numa traição abjecta,
Como os bandidos nas estradas reais!

E embora eu seja descendente, um ramo
Dessa árvore de Heróis que, entre perigos
E guerras, se esforçam pelo Ideal:

Nada me importas, País! Seja meu Amo
O Carlos ou o Zé da T'resa... Amigos,
Que desgraça nascer em Portugal⁴⁹

Por seu turno, Alberto de Oliveira, em 1894, publicará *Palavras Loucas*, afirmando na “Profissão da minha fé (carta ao Papa Leão XIII)”

(...) Vós que sabeis a vida, ouvi um que quer aprendê-la; na minha voz fala um povo a morrer por uma banda e a crescer pela outra, pois se acaba o seu fim na história, os ventres das mães insistem em gerar filhos que pretendem ser homens.

(...)

Nos povos esfarrapados e mendigos, como este de que sou filho, há mais idealistas, que nos outros. A desgraça traz imaginação. A dor fecunda a piedade. E nós que nascemos agora e queremos ocupar os nossos velhos vinte anos, só uma estrada temos a seguir: procurar a felicidade na fé, e o sossego no instinto. Desintelectualizar-nos. Enjoa-nos a análise, agonia-nos a dúvida. Pelo contacto com os simples, enxertando nas nossas veias o seu sangue, fazendo-nos espectadores da sua desassombrada paz, melhoraremos e seremos úteis a Deus.⁵⁰

⁴⁹ *Op. Cit.*, p. 148.

⁵⁰ *Op. Cit.*, p. 32.

A literatura sendo uma expressão da sociedade, e os exemplos atrás transcritos são bem a marca de uma representatividade social a que o produtor da obra de arte dificilmente se furta, outros há como Trindade Coelho que ultrapassam momentos de crise, refugiando-se em modelos de carácter estético alicerçados em imaginários que não fazendo escola são marcas singulares de qualidade e de afirmação.

Consciente da crise que apoquentava o país que se estendia aos costumes, à intelectualidade, da economia à mentalidade, tornando-o mais vulnerável a modas e mais receptivo ao que vinha do estrangeiro, Trindade Coelho entendia que nos deveríamos virar para o que era nosso, numa regressão ao passado para daí trazeremos “alento e estímulo para a iminente revolução do futuro”⁵¹.

Da leitura do *Senhor Sete* parece evidenciar-se, agora, que era preciso vencer a crise, que era aconselhável que usufríssemos daquilo que a Pátria nos podia proporcionar, protagonizando um diálogo que ele, Trindade Coelho, poderia estabelecer.

Não optando pelo discurso panegírico ou pelo ruralismo beato, ele que tão bem conhecia o espaço de onde o seu imaginário nunca se despedira, preconizava, de uma forma mais ou menos doutrinária em artigo de abertura da *Revista Nova*, nº 1, Novembro de 1893, inserto no *Senhor Sete*

Sem desprezarmos a alta literatura, exploraremos a literatura popular, desde os diferentes cancioneros lírico, religioso e político, até aos calões de diversas espécies, as adivinhas e os contos infantis, os autos e as loas, todas essas mínimas coisas de que até hoje raro têm curado os pretores das nossas terras.

⁵¹ *Senhor Sete*, p. 193.

Os costumes peculiares de certas terras ou de certas classes, as excentricidades, as predileções, os glossários especiais, as formas gramaticais ou sintáticas exclusivas de determinados autores ou de determinadas localidades, constituirão por conseguinte uma parte importante do nosso plano, que se completará com a bibliografia ou crítica das publicações que aparecerem, com a notícia das questões literárias ou artísticas ocorrentes, reabilitando do esquecimento os autores e os escritos merecedores de exumação, e abrindo caminho, estimulando e chamando à luta os escritores incipientes.⁵²

Sendo um homem desassossegado e intranquilo, diverge Trindade Coelho dos escritores que na última década de Novecentos o acompanharam, conseguindo ultrapassar as contrariedades inerentes ao tempo e ao espaço. Vivendo em Lisboa e coexistindo mal com a capital, mantém-se fiel aos princípios bebidos no seu Mogadouro natal, que ele vai divulgando através da imprensa onde dá a sua colaboração de forma estreme e continuada, não perdendo o pé quanto às suas origens. Não sendo um palaciano na cidade, mas um amigo do povo porque a sua génese daí provinha e porque, apesar de distante, o afastamento, paradoxalmente, alimentava-lhe a aproximação, pugnando pela recolha do vocabulário de matriz popular volvia-se para o passado das tradições e da família, incitando ao amor, aos usos e costumes da nossa terra, lembrando que Portugal “é de todos os países da Europa o mais rico de tradições”⁵³, sendo necessário estudá-las sem esquecer que devemos ter os olhos no progresso.

E é neste binómio passado/progresso que deveremos pensar no nosso futuro. Parafraseando Trindade Coelho, permitimo-nos afirmar que destruir o passado, eliminando as marcas da existência, como

⁵² *Op. Cit.*, p. 198.

⁵³ *Senhor Sete*, p. 201.

monumentos, costumes, vestuário e linguagem, faz-nos sentir bastardos dos nossos antepassados. É preciso estudar, possuir os livros que falem das nossas tradições. Proceder à actualização desses livros, numa constante renovação, sem nos envergonharmos dos nossos antecedentes, reunindo o maior número possível de materiais etnográficos, quer de carácter físico, como de carácter mental.

A leitura de *O Senhor Sete* configura-nos um universo imagético que convoca para a escrita o Portugal simples, trabalhador, rústico, cerzido a partir de relações de igualdade, onde todos são apresentados, esquecendo, mesmo, a existência de hierarquias. Um mundo à medida do seu coração bondoso, onde os homens procuram a justeza de princípios e os comportamentos dos animais são exemplos a seguir. Tudo cabe neste espaço rústico povoado de idealismo, numa altura em que as grandes questões sociais apoquentavam a Europa e grandes manifestações operárias se faziam sentir.

O nacionalismo literário tinha o seu *locus amoenus* distante das grandes cidades. Os homens amavam o sossego e fugiam do bulício das grandes metrópoles. Para um país feroso e agitado, o modo de sanar os seus males era debruçar-se sobre o que tinha de mais genuíno e autêntico e o que havia de mais verdadeiro era a terra natal.

- Pequena e tão pobre! Mas vá lá saber a gente porque há-de gostar assim da sua terra!⁵⁴

No quadro traçado em *Os Meus Amores* emergia a defesa dos valores da pureza, da solidariedade e da ancestralidade, onde a subjectividade do narrador se encontra a cada passo, em textos produzidos em jornais e revistas, essas marcas não deixam de ser notórias. O gosto pelo território

⁵⁴ *Os Meus Amores, Terra Mater*, p. 166.

é uma constante. De facto na recolha transportada até ao *Senhor Sete*, feita a partir de um artigo escrito no *Repórter* n.º 303 de 6 de Abril de 1893, com o pseudónimo Ch. A. Hysson, volta o autor a fazer a apologia da ingenuidade da aldeia em detrimento da cidade. Um texto antológico que vale a pena recordar, escrito por um homem, figura grada nas letras portuguesas, com créditos já firmados, não o era menos na magistratura, onde ocupa o lugar de Delegado do Procurador Régio, em Lisboa.

Dia de Reis na aldeia!

Na aldeia, sim, na aldeia é que vale a pena passar o dia de Reis! E o Natal. E a Páscoa. E o Entrudo. A vida toda. Por essas províncias, ontem à noite, cantaram-se os Reis. Em Lisboa, quem deu fé que passasse a véspera de Reis? Mais queria estar na minha terra, ontem à noite. A ouvir os rapazes, do que em S. Carlos a ouvir o Masini...

Ora aí está!

Lisboa é uma grande terra, mas não tem poesia nenhuma. Tem grandes casas, palácios enormes, mas sente-se aqui a gente como num acampamento de zingaros, que o acaso reuniu e baralhou... “Que tipo!” “Que cara!” “De quem será esta casa?” Lisboa! Isto não presta! É frio, é desconchegado, é hostil... Na aldeia, sim. Toda a gente nos conhece; conhecemos toda a gente.

- Adeus, António! – Adeus Maria! – Ti Zé, viva!

Até as árvores nos dizem adeus:

- Adeus, Sr. Josezinho! Quer flores? Quer ninhos? Quer sombra?

E as fontes? ⁵⁵

Para além do regresso à aldeia e dos valores nacionais, Trindade Coelho não tem dúvidas em escrever um artigo publicado na *Revista Nova*, de que foi director com Alfredo da Cunha, em 1893, dois anos

⁵⁵ *Op. Cit.*, p. 213.

após a publicação de *Os Meus Amores* e inserto, também, no *Senhor Sete*, alertando para a influência negativa da cultura estrangeira em Portugal

Na crise aguda que atravessamos – crise complexa de moralidade e de intelectualidade, de pobreza económica e de miséria mental – urge, para que nos não anulem numa passividade que tocara as raias da idiotia, que cada um, na sua esfera de trabalho e de apostolado, se eleve à compreensão duma necessidade, primeira entre todas – a de reagir virilmente contra a onda triunfante de estrangeirismo, que tudo vai deixando submerso em vasa e lodo, e de, ao mesmo tempo, numa regressão ao passado, ir buscar alento e estímulo para a iminente revolução do futuro.⁵⁶

Desta fuga ao estrangeirismo e a defesa dos valores nacionais, no que havia de mais autêntico e arreigado, nos hábitos dos portugueses e que faziam parte da sua identidade, chama a atenção Joel Serrão para o que se passava com os escritores deste fim de século em forma de defesa pela sua cultura

Ora, de uma forma ou de outra, com mais ou menos estilo, todos os nossos escritores, quer os mais velhos, de formação ainda positivista e científica, quer aqueles que vieram depois, e foram afeiçoados já à mercê dos ventos de desencanto que então sopravam, todos eles acabaram por sentir e por declarar, em vários tons, que “na aldeia, sim”. Sentiram-no, e com tal vivência alimentaram as suas obras derradeiras Eça, Teixeira de Queirós, Fialho, Jaime de Magalhães Lima. Sentiram-no e disseram-no, como novidade, os escritores da geração de 1890, cujo bardo é António Nobre, precursor do saudosismo e do messianismo literários (...)⁵⁷

⁵⁶ *Op. Cit.*, p. 193.

⁵⁷ Joel Serrão (1973, 95).

Nesta linha de defesa dos nossos valores em oposição ao que é estrangeiro, escreve Trindade Coelho em artigo inscrito em *O Senhor Sete*

Tudo o que vem do povo, interessa. O povo é o passado. O povo há-de ser o futuro... Tudo o que vem do povo interessa: costumes, crenças, superstições, poesia, música – e até a sua própria culinária...⁵⁸

Mais adiante, poderemos ler no artigo de abertura da *Revista Nova* nº 1 de Novembro de 1893 a defesa da língua portuguesa, já na linha do que fizera Almeida Garrett na *Memória do Conservatório* na apresentação de Frei Luís de Sousa

O que desejamos é que se chame para o movimento e para a actividade de hoje, como uma transfusão de sangue puro num organismo derrancado, tudo o que o passado teve de bom e de salutar, e principalmente tudo o que no presente pode afirmar a nossa individualidade, apagada e diluída em mil imitações incongruentes, em mil exoticismos ridículos; e do mesmo modo queremos, não só que seja portuguesa a nossa linguagem, que

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva

A Portuguesa língua⁵⁹

Embora em Lisboa, não esquecendo nunca o seu Trás-os-Montes natal, a sua terra, circunscrevendo o seu espaço à sua terra, é de forma determinada que escreve sobre ela como se a quisesse dar a conhecer através de um periódico editado na capital e que se estendia para muito além do local onde era produzido. Na *Revista Ilustrada*, sem receios, ousa escrever, sobrepondo a sua terra a todos os seus interesses, começando por uma frase como se fosse uma couraça para enfrentar um público que ele teme

⁵⁸ *Op. Cit.*, p. 114.

⁵⁹ *Idem*, p. 193.

Seja o que Deus quiser!(...)

Eu bem sei que lhes não interessa a minha terra, nem tão-pouco o meu céu. Muito menos as minhas árvores; muito menos os ninhos das minhas árvores; muito menos os pássaros desses ninhos... - o canto e o voo e os filhos desses pássaros, o barro, a trança e os ovos desses ninhos...⁶⁰

(...)

Insistindo na comparação com Lisboa, e já mais à-vontade, parecendo dialogar com o leitor, interpelando-o, escreve

Mas Lisboa, sabem? não é terra de ninguém. Os que são de cá não têm terra – perdidos, desnorteados, indiferentes no meio da casaria sem fim, no meio de uma população, de casaco que os não conhece, que eles não conhecem; como se todos nessa hora acabassem de arribar de longe, dali, dalém, dacolá, nenhum sabe donde e cumprido o fim da viagem de novo abalasses para longe – agora, logo, amanhã, sem um riso, sem um adeus, sem uma lembrança... Perde-se neste meio, quase, a própria noção de Pátria;⁶¹

Se Sá de Miranda ousou abandonar a corte e ir viver para a sua quinta em Duas Igrejas, na margem do rio Neiva, se Alexandre Herculano se retirou para a propriedade que tinha em Vale de Lobos, perto de Santarém, o mesmo não aconteceu com Trindade Coelho a viver e a trabalhar em Lisboa, colocado no mais antipático dos tribunais e no papel mais antipático porque tinha a seu cargo fiscalizar oficialmente a imprensa de Lisboa, aplicando os decretos violentíssimos, restritivos das liberdades públicas.

Magistrado em funções antipáticas, a viver em local que lhe era desagradável, plumitivo de verbo fácil, sobra-lhe tempo para se servir da

⁶⁰ Texto inserto em *O Senhor Sete*, p. 219, 222 e ainda em *A Minha Candidatura por Mogadouro*, p. 103-105.

⁶¹ *Ibidem*, p. 220.

sua prolixidade. Continuando a crónica que temos vindo a citar, escreve Trindade Coelho

Não tem terra, não! quem é daqui! Porque o mesmo é que não ter terra – oh! parece mesmo que é não ter mãe! – não receber dum jacto, cerrando os olhos, a impressão, a visão total, a um tempo raciocinada e sentida, mais sentida, porém, que raciocinada de uma concha azul do céu, lá em cima... de uma igreja debaixo dessa concha... de casas em volta dessa igreja... de árvores em volta dessas casas... de ruas que essas casas formam, assim desta maneira, daquela...⁶²

Num amplexo que não mais termina, um diálogo constante com a sua terra natal, parecendo ter os leitores do periódico à ilharga, continua Trindade Coelho em palavras lavradas em documento que mais tarde lhe servirão de epitáfio quando à sua terra regressar definitivamente em 1961, por vontade das suas conterrâneos que não o esqueceram

Oh! a minha terra!...

Eu não ia há sete anos à minha terra! Desde que saído das escolas, um dia, derivara na luta da vida, no acaso da vida, com o coração cheio de esperança e o cérebro iluminado de ilusões. Mas ao cabo desse tempo, a minha primeira hora de fadiga foi, para o meu coração, a sua primeira hora de saudade... Ao longe, como um sagrado porto de abrigo, esse abençoado recanto cuja visão eu não perdera, parecia-me um paraíso – ao longe, como um sagrado porto de abrigo... Como seria bom repousar aí! Em parte alguma repousaria melhor, decerto, do que além – debaixo daquele céu que enviou aos meus olhos, mal nasci, o primeiro beijo de luz, como se fora uma carícia de Deus...

- Vou! Porque não?

De mais a mais, precisava saber se estariam muito crescidas as árvores, e se as árvores me conheceriam. Certo olmo, sobretudo, devia querer despedir-se de

⁶² *Ibidem*, p. 220.

mim – falar-me, quase moribundo, dos ninhos que outrora me oferecia nos seus ramos hoje caducos.⁶³

A par de outros textos escritos por Trindade Coelho denunciadores de uma cultura perfeitamente desenhada em termos sociais, históricos e éticos, materializados por critérios de coesão que se vão desenvolvendo na geometria textual, extraídos do diálogo que o escritor mantém com o mundo que idealiza e viveu, o *Senhor Sete* é mais uma peça da grande malha cerzida por este transmuntano que construindo um macrotexto⁶⁴ deu a conhecer ao mundo a simplicidade e a pureza de um Portugal rústico que ainda se vai mantendo, reminiscência de um país independente, sadio, irreverente e pacífico.

Crítico em relação ao seu tempo, privilegiou a sua terra, transportando-a para além das paredes da sua existência, tentou iluminar cérebros incultos, aportou a caminhos cheios de sombra e transmitiu claridade através do *ABC do Povo*, *Cartilha do Povo*, *Remédio contra a usura*, enamorando-se da língua portuguesa, da língua popular, a da sua terra, sem a adulterar.

Libertou a sua terra, concedendo-lhe carta de alforria em registo escrito, através de livros que enriquecem leigos e investigadores.

Transmuntano à terra dado, confessa que em toda a sua vida não deixou de um dia para o outro o menor serviço ou um único processo – excepto um que formava um grosso volume de 600 páginas.

⁶³ *Op. cit.*, p. 222.

⁶⁴ Utilizamos este termo no sentido que lhe dá Carlos Reis, in *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*, p. 203 referindo-se “à obra completa, estabelecida em função de um específico critério – que é o do escritor”. Neste caso o da rusticidade dominante em *O Senhor Sete* e *Os Meus Amores*.

Acusou a injustiça. Praticou a justiça. Viveu longe da terra e daqueles que o viram nascer. Saiu de casa, voltando à terra para não mais daí sair. Saiu de casa dizendo adeus às pessoas, às árvores e elas responderam.

Era um sonhador que vivendo em Lisboa um dia recusou ser o juiz mais novo do seu país...

Atento ao que se passava na sua terra e não querendo perder a ligação à gestão do seu distrito, toma a iniciativa da criação de um *Boletim Parlamentar do Distrito de Bragança* com periodicidade mensal que dará conta do que no parlamento se passar.

Do primeiro número saído em 17 de Fevereiro de 1901, cuja redacção tinha a Sede na Rua Largo de São Roque, 20 em Lisboa, residência de Trindade Coelho, dava conta que Bragança era representada na corte por cinco deputados:

- José Beça, eleito pelo círculo de Bragança
- Dr. Alberto Charula, eleito por Macedo de Cavaleiros
- Dr. José Joaquim Gales, pelo círculo de Mogadouro
- Carlos Pessanha, pelo círculo de Mirandela
- Dr. Lopes Navarro, pelo círculo de Moncorvo⁶⁵

Constituído por quatro folhas, o boletim abre com uma coluna indicando o seu objectivo que referirá

com escrupulosa exactidão tudo quanto os deputados pelo distrito de Bragança fizerem a bem do seu distrito e dos círculos que os elegerem, constituindo, deste modo, a acta da acção parlamentar de cada um e ainda a resenha de quaisquer trabalhos extra-parlamentares, atinentes, por parte daqueles deputados, ao desempenho do seu mandato.⁶⁶

⁶⁵ *Boletim Parlamentar do Distrito de Bragança*, 17 de Fevereiro de 1901.

⁶⁶ *Idem*.

A publicação durará tantos anos quantos os que durar a legislatura e porque o distrito tem sido votado ao esquecimento, lembra que é o mais descurado de todo o país e aquele que mais instantemente reclama dos seus representantes em cartas, uma porfiada e enérgica acção em prol dos seus desprezados interesses.

A sua terra e os seus próceros não o esqueceram e nos idos que remontam a 1899 é notícia no jornal *Universal*, conforme doc. nº oito e no *Diário de Notícias* de 3 e 4 de Janeiro daquele ano que o proprietário em Lisboa, José António Machado acabara de oferecer à nova Câmara Municipal do Concelho de Mogadouro um retrato a óleo em tamanho natural, ricamente emoldurado, cópia de uma fotografia de Trindade Coelho. Acrescenta a notícia que o retrato representa uma esplêndida produção, muito nítida e bastante expressiva, trabalho saído do acreditado atelier fotográfico da “Fotografia do Povo” da Avenida da Liberdade em Lisboa, de que é proprietário António Maria Serra. A Câmara Municipal procedeu à inauguração do mesmo retrato em cerimónia solene na sala das sessões deliberando lançar na acta um voto de sincero agradecimento ao oferente. Decidiu, ainda, a Câmara que se retirasse uma cópia da acta enviando-a a Trindade Coelho para dela ter conhecimento.

De notar que, no documento a que o investigador teve acesso, há um texto autógrafa que permite avaliar o carácter de Trindade Coelho

Esta notícia surpreendeu-me muito, - e não me arreliou menos... Começo a pensar em quem trará o retrato do lugar onde estes o puseram. Eu creio no Evangelho, e está no Evangelho que ninguém é profeta na sua terra... Eu ter-me-ia oposto a isto se o soubesse e muito mais à notícia disto nos jornais. Ao José António Machado telegrafei logo nestes termos: “Acabo de ler nos jornais a notícia da tua lembrança, que me surpreendeu, que eu não mereço, mas a que sou

muito grato. A todos muito obrigado. Teu amigo – Trindade Coelho” Gemer e agradecer! Pior do que sofrer e calar!⁶⁷

Na parte de baixo da notícia publicada no *Diário de Notícias*, escreve Trindade Coelho

Meu querido Alfredo:

Também tu, Alfredo, - também o *Diário de Notícias*, publicou o diabo do telegrama de Mogadouro! E eu que já andava meio reanimado com a ideia de que teria morrido, sem ressonância maior, no *Universal* e na *Vanguarda*! Valha-me Deus! Para lá mandei ontem dizer numa descompostura, que quem tinha posto o retrato – o painel! – sabia eu; agora quem o havia de ali tirar, que nós o veríamos...

Maior arrelia, só a de ver o meu nome em bandeirola de partido político, também lá! Em vão mandei aos da igreja o teu artigo nos *Ecos da Avenida*, com chamada especial àquele último período... *Vox clamantis in deserto*! Foi o mesmo que nada! Valha-me Deus! E ainda por cima, se a gente se zanga, aqui d'El-Rei que é ingrato! Pois pode regalar-se, os teus amigos da minha terra, que me pregaram duas ricas peças! Ai, ai, valha-me Deus! Teu doc. 4. 1. 99 (Assinado)⁶⁸

Avesso a honrarias, trabalhador incansável capitaliza competências que reparte através de actos, palavras e de preocupações sociais com o povo, sobretudo o seu, que não esquece.

E Mogadouro arauto da gente simples transmontana reconhece-lhe o mérito como se os laços de paternidade em vez de se delirem criassem um elo inquebrantável.

⁶⁷ Documento existente no espólio de Trindade Coelho, no Museu Abade de Baçal, em Bragança, doado por sua nora, D. Maria Cristina Trindade Coelho.

⁶⁸ Também Herondino da Paixão Fernandes em artigo escrito para a *Revista Brigantia*, vol. XXVII, nº 1/2/3/4, Janeiro/Dez 2007, dá conta deste facto nas pp. 400-401.

II. 3. A interrupção de um percurso

II. 3.1. O ambiente político-social

Trindade Coelho vive em período convulso. Governava D. Carlos desde 1890. Exercida a magistratura em Portalegre de 12 de Maio de 1886 a 25 de Janeiro de 1890, quando menos esperava é transferido para Ovar por alegada conveniência de serviço público. Numa altura em que os governos são cada vez mais precários é-lhe proposta pelo Ministro da Justiça, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, a eleição de deputado por Portalegre, o que seria impossível se estivesse a exercer funções públicas em tempo de eleições na capital do Alto-Alentejo. Avesso à política como militante, recusa a situação que lhe é proposta, tendo sido, em alternativa, oferecida a hipótese de ser juiz, facto que também rejeitou.

Chega a Lisboa num período de grande turbulência política e social. As ideias propagadas pelas Conferências Democráticas do Casino dos anos setenta que tanto tinham dado que falar e que ocuparam grande parte dos jornais da época, são alimento suficiente para provocar alguma perturbação junto de um governo que parecia primar pela fragilidade. Com a fundação do Partido Socialista em 1875, por parte de Antero de Quental e José Fontana, as ideias inoculadas pela Internacional Operária vão desenhando no xadrez político um quadro de contestações alimentado pelas opções republicanas sustentadas pela pequena e módica burguesia liberal de raiz urbana.

Homens como Oliveira Marreca, José Elias Garcia e José Falcão viam no republicanismo o caminho desejado para sarar os males que apoquentavam a pátria, devassada por dívidas contraídas no exterior e acumuladas por juros não pagos, o que determinava a insolvabilidade das finanças públicas. O quadro é tão assustador que José Bento Ferreira de

Almeida, antigo ministro da Marinha e do Ultramar, discursando na Câmara dos Deputados em 12 de Fevereiro de 1900, defende a venda das colónias, exceptuando Angola e São Tomé e Príncipe para, com cujo produto, se poder pagar a dívida externa e fomentar o desenvolvimento do país.

Com o país à beira da bancarrota punham-se em causa a credibilidade moral e política de ministros e de altos funcionários do Estado.

Por outro lado, as grandes potências europeias começaram a dar contas do imenso potencial do continente africano, dando lugar a projectos ambiciosos que visavam o domínio e a exploração de terras africanas, incentivando os contingentes da sua mão-de-obra excedentária à demanda de África. Embora as primeiras explorações portuguesas já se tivessem concretizado no reinado de D. Luís, o Congresso Colonial de Berlim já tinha decidido a partilha do continente. Portugal não podia invocar unicamente direitos históricos resultantes da primazia das suas descobertas. Para poder legitimar a propriedade dos terrenos ocupados, era necessário proceder a uma ocupação efectiva através de serviços e de profissionais qualificados.

O facto de Cecil Rhodes, com o apoio do governo inglês, pretender ligar por via férrea a colónia do Cabo à cidade do Cairo no Egipto, ocupando, assim, o território compreendido entre Angola e Moçambique, a que se chamou o mapa cor-de-rosa, originou um ultimato da Inglaterra a Portugal em 11 de Janeiro de 1890, o que provocou grande indignação em Portugal, permitindo ao republicanismo capitalizar um grande potencial de adeptos, transformando-se numa

força política capaz de renovar e melhorar as condições sociais, políticas e económicas do país.

O ultimato obrigou o governo a criar um conjunto de medidas julgadas capazes de reprimir ou a reduzir a capacidade das reivindicações apresentadas pelos republicanos a uma monarquia constitucional cada vez mais em dificuldades para resolver questões quase insolúveis, face aos adversários que do estrangeiro se perfilavam. Foram criados tribunais especiais e a imprensa ficou sujeita à célebre “lei das rolhas” que visava, sobretudo, os periódicos e os escritores da propaganda republicana. Coube a Trindade Coelho a ingrata missão de fiscalizar a imprensa da capital, cumprindo sem hesitação o dever que lhe prescreviam as suas funções. Sendo jornalista, colaborador de muitos periódicos, são, também, muitos os jornalistas que não deixam fugir a oportunidade de o atacarem com vigor, conquanto mantivesse relações de cordialidade com a generalidade dos profissionais do sector.

Neste quadro de grande inquietação social, assiste ao suicídio do seu grande “protector” Camilo Castelo Branco e, também, ao suicídio de Antero de Quental, no espaço de dois anos, numa altura em que em 31 de Janeiro de 1891, no Porto, se dá a primeira tentativa de implantação da república. Manuel de Arriaga e Teófilo Braga pontificavam no Congresso do Partido Republicano, ao mesmo tempo que o governo reforçava a vigilância policial, tentando evitar agitações de rua e prende, Heliodoro Salgado, jornalista e divulgador dos ideais republicanos, por delito de imprensa.

Em 1892 o governo encerra o tribunal onde Trindade Coelho trabalhava depois de “cair a fundo sobre banqueiros que tinham enriquecido à custa dos pobres, arruinando bancos em proveito deles”⁶⁹.

Tentando sanear financeiramente o país, Oliveira Martins, ministro das Finanças do governo de Dias Ferreira promulga um conjunto de medidas, cuja incidência visava, sobretudo, o agravamento dos impostos, a renegociação da dívida externa, bem como o corte das despesas supérfluas do serviço público.

Neste mesmo ano, é criada uma carta de lei que prevê que os deputados às Cortes gerais exercessem a sua actividade sem remuneração, beneficiando apenas de passagem gratuita nos caminhos-de-ferro e nos navios do Estado⁷⁰.

Com a demissão de Dias Ferreira em 1893 reinicia-se em Portugal o rotativismo político constituído pelo Partido Regenerador e pelo Partido Progressista que, num espaço de 13 anos, produziu oito ministérios. Sucessivas dissoluções do parlamento, dão bem conta da instabilidade em que vivia o País, onde não falta a limitação da liberdade de reunião, a dissolução de várias Associações, subindo de tom a propaganda republicana.

Com a monarquia constitucional a violar constantemente o princípio eleitoral, eram frequentes as manifestações populares contra a ditadura de Hintze Ribeiro, tendo o governo ameaçado com uma lei que visava deportar para as colónias quem perturbasse a ordem social.

Neste clima de instabilidade e turbulência, dá-se a morte de João de Deus, em 1896 grande amigo de Trindade Coelho, autor da *Cartilha*

⁶⁹ *Autobiografia e Cartas*, p. 26.

⁷⁰ *História de Portugal em Datas*, Círculo de Leitores, 1994, p. 239.

Maternal, e é criada a Carbonária Portuguesa em 1897 por António Augusto Duarte da Luz Almeida.

Em Junho de 1898 em plena crise financeira, o governo português resolveu contrair em Londres um empréstimo de oito milhões de libras. “A Alemanha foi avisada e iniciou-se então (contra nós) uma inverosímil perseguição. O desprestígio de Portugal, em desordem política e mísero mendicante, não era de molde a impor o respeito (aos estrangeiros)”⁷¹. Esta crise teve como epílogo um tratado Anglo-Germânico prevendo, em cláusula secreta, a divisão das possessões portuguesas ao sul do Equador. Os alemães ficariam com as regiões ao norte do Zambeze e o Sul de Angola, e Timor, ficando para os Ingleses a baía da Lagoa e a parte norte de Angola.

Em 1899 o país é açoitado por uma epidemia de peste bubónica no Porto que o governo procurou atalhar com um conjunto de medidas consideradas prejudiciais para a economia da cidade, tendo o Partido Republicano aproveitado o descontentamento popular para eleger três deputados nas eleições de 26 de Novembro: Afonso Costa, Paulo Falcão e Xavier Esteves.

Apesar de todas as contrariedades, Portugal negocia com Inglaterra o tratado de Windsor, onde são reafirmados os anteriores tratados de amizade entre os dois velhos aliados, e é garantida a integridade dos domínios portugueses, sendo inviabilizado o tratado anglo-alemão do ano anterior.

Em 1900 morrem António Nobre e Eça de Queirós em período de forte contestação clerical, realizando-se em Lisboa um Congresso

⁷¹ Carlos Ferrão (s/d-p. 10).

anticlerical. João Franco sai do partido regenerador levando consigo 25 deputados e funda o partido regenerador liberal.

Em 1901 a repressão governativa continua a fazer-se sentir, através da supressão de jornais, dissolução de câmaras municipais, intervenção violenta da política e deportação para as colónias.⁷²

No dealbar de 1902 o país assiste incrédulo ao suicídio em Lisboa de Mouzinho de Albuquerque, antigo colega de Trindade Coelho na Universidade de Coimbra, militar de grande prestígio que se tinha destacado nas campanhas em África com a prisão do Gungunhana. Forte agitação nas Universidades do Porto e Coimbra e na Politécnica de Lisboa, onde ocorrem motins estudantis.

A propósito de Mouzinho de Albuquerque, Trindade Coelho no capítulo denominado *A Campanha do Zé Pereira* no livro *In Illo Tempore*, lembra-o, matriculado na Universidade a estudar Matemática e Filosofia, tratado por Joaquim Mouzinho pelos colegas. Segundo o escritor mogadorense “tinha umas pernas muito finas, um corpo um tanto cambado, e o bigode, de um lado, parece que mordido dos ratos, e ia sempre às aulas fardado de alferes, foi depois sem tirar nem pôr, o major Mouzinho de Albuquerque”.⁷³

Conta Trindade Coelho que estando os estudantes em reunião pacífica no edifício do Club Académico, onde decorria uma Assembleia Geral, o edifício foi cercado pela tropa, por ordem do governador civil. Discutiu-se, então, uma proposta para que, dado o rigor dos regulamentos militares, os estudantes militares presentes fossem dispensados de seguirem a Academia. Mouzinho fardado, de pé no meio da plateia declara

⁷² *História de Portugal em Datas*, Círculo de Leitores, p. 245-248.

⁷³ *In Illo Tempore*, Livraria Aillaud, Paris-Lisboa, 1902, p. 169.

Não há dúvida que os regulamentos militares são muito rigorosos, em matéria de disciplina; mas não há dúvida também que onde está um superior este cobre com a sua responsabilidade a responsabilidade dos inferiores. Eu sou desta casa, senhor presidente, o estudante militar mais graduado. Pois bem... (e perfila-se como quem vai comandar, voltando-se e dominando toda a plateia), usando da superioridade da minha patente, eu não só não aconselho os estudantes militares que estão presentes, a que saiam, mas proíbo-lhes que saiam!⁷⁴

Não obstante o clima de insegurança e de contestação por que o país passava, com a demissão do governo de Hintze Ribeiro e greves, D. Carlos mantém a sua política de relações internacionais recebendo Eduardo VII de Inglaterra, Afonso XII de Espanha, a rainha Alexandra de Inglaterra, o imperador Guilherme II da Alemanha e o presidente da república francesa Émile Loubet, retribuindo o soberano português as visitas, preparando-se para visitar o Brasil em 1908. D. Luís Filipe, herdeiro do trono, em 1907 visitará as colónias.

Após a queda do governo progressista de José Luciano de Castro, em 1906, forma-se o último governo em que participou Hintze Ribeiro, que duraria apenas dois meses, terminando aqui o rotativismo partidário iniciado em 1893.

João Franco é nomeado chefe do governo, dando início a um governo ditatorial, fortalecendo, assim, o poder real que D. Carlos procurava e de que era partidário, dando lugar à dissolução das cortes e à marcação de novas eleições para 1906, tendo sido sufragados pelo Partido Republicano, Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga e João de Meneses em 19 de Agosto.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 180.

Na sessão de 20 de Novembro, Afonso Costa declara “Por menos do que fez o Sr. D. Carlos rolou no cadafalso a cabeça de Luís XIV”.⁷⁵ Nessa mesma sessão, João Franco debate a questão dos adiantamentos à casa real. Quantias avultadas haviam sido facultadas à família real, em forma de adiantamentos, o que mereceu o protesto exaltado dos deputados republicanos, ao ponto de serem expulsos da Câmara dos deputados e suspensos por um mês.

A propósito das finanças do rei D. Carlos, publicava o jornal *Luta* em 6 de Setembro de 1907

(...) Sabendo-se agora que S.M., a despeito da sua trágica pobreza, anda constantemente aflito por dinheiro, pedindo-o a particulares e a bancos; sabendo-se que S.M. compra prédios em Lisboa, compra quintas na Outra Banda, compra automóveis por grosso, e manda vir quadros de Londres, no valor de muitas dezenas de libras esterlinas. Sabendo-se agora isto, quem porá em dúvida que S.M., num espírito de providência que nem todos teriam, nas suas circunstâncias, manda para os bancos estrangeiros os rendimentos que tira desta boa terra portuguesa?

A questão dos adiantamentos, para o Governo, foi sempre e unicamente uma questão de dinheiro. Tratava-se de regular o pagamento de uma dívida, em termos tais que o devedor pagasse sem despender um vintém, e o credor se considerasse pago sem receber um real.⁷⁶

Com um movimento de contestação a alastrar-se no meio académico, liderado por Coimbra, o governo sente-se incapaz de dominar o Parlamento cujas sessões decorriam em clima agitado.

⁷⁵ *História de Portugal em Datas*, p. 255.

⁷⁶ *O Regicídio*, p. 140.

Face aos ataques constantes da imprensa republicana e dissidente - João Franco faz aprovar uma nova lei de imprensa, que pelo seu carácter repressivo ficou conhecida como lei contra a imprensa.

Em 12 de Abril de 1907 inicia-se o governo ditatorial, sendo a Assembleia dissolvida em 10 de Maio por decreto publicado no *Diário do Governo* nº 104 de 11 de Maio. Da leitura do referido diploma é possível dar conta na coluna da direita

Não vamos fazer ditadura no sentido vulgar da palavra, levados pelo prurido de legislar, sem peias nem fiscalização, revolvendo, só elos espírito de reforma, todo o campo da legislação pátria. Vamos realmente e firmemente fazer administração em ditadura, já que de outras forma não nos deixaram fazê-la.⁷⁷

A ditadura arrastou consigo um conjunto de procedimentos cerceadores da liberdade dos cidadãos e das instituições.

Em Coimbra, um decreto mandava encerrar as matrículas na Universidade, só considerando admitidos os estudantes naturais da cidade. Com a lei de imprensa a funcionar em pleno, o jornal *A Luta*, dirigido por Brito Camacho vai ter um papel de especial relevo na formulação do Partido Republicano, dando origem à União Republicana em 1912.

As greves nas escolas e no sector industrial eram mais um foco de agitação social agravado dia-a-dia, onde não faltavam os comícios do Partido Republicano.

Começava a funcionar o chamado gabinete negro instituído pela lei da imprensa, movendo-se como uma espécie de conselho fiscal da imprensa, composto por delegados do Ministério Público que examinavam o seu conteúdo e aplicavam a lei repressiva.

⁷⁷ *Diário do Governo* nº 104, de 11 de Maio de 1907.

Tentando uma melhor articulação entre a administração central e o poder local, João Franco dissolve a Câmara Municipal de Lisboa e outras instituições, substituindo-as por Comissões Administrativas.

Em 20 de Junho de 1907 é publicada nova lei da imprensa que agravava a de 11 de Abril, proibindo os escritos, desenhos ou impressões, atentórios da ordem pública, reforçando os poderes dos governadores civis que decidiam sobre novas publicações. Os jornais *O Mundo* e *O País* são suspensos temporariamente.

No mesmo ano publicam-se os decretos regulando o despejo dos prédios rústicos e urbanos, simplificando o processo de expulsão dos inquilinos, aplicando-se, também, a lei do descanso semanal, perante o júbilo dos empregados do comércio.

II. 3.2. A neurastenia. Uma carreira que chega ao fim

A leitura de *Autobiografia e Cartas*, construída a partir de um trabalho concertado por Henrique Trindade Coelho, filho do escritor e publicado após a morte do autor de *Os Meus Amores*, traz-nos à memória a declaração que Montaigne escreveu na advertência ao leitor em 1580 na primeira edição dos *Essais*. Aí declara de uma forma muito simples, quebrando distâncias entre o escritor e quem o lê “Ainsi, lecteur, je suis moy-mesmes la matière de mon livre: ce n’est pas raison que tu employes ton loisir en un subject si frivole et si vain”⁷⁸.

Não tendo Trindade Coelho escrito uma autobiografia, mas sendo responsável pelo longo acervo deixado à posteridade, analisando os fragmentos discursivos que produziu dá-se conta da sua capacidade de

⁷⁸ Montaigne, *Essais*, Livre 1, GF-Flammarion, p. 35.

reflexão e análise, bem como da sua imaginação, dando voz a um mundo interior que se nos torna acessível.

Não constituindo o epistolário trindadeano um conjunto de textos destinados à publicação, mas tão só a passagem a escrito do que havia de mais intimista de seu e que só a si e ao outro dizia respeito, a análise de *Autobiografia e Cartas* torna-se uma obra fundamental para quem deseja entrar nos recantos da vida do escritor e encontrar justificação para o que produziu, partindo à procura da aceitação ou refutação de que ele é ou não a matéria do seu livro.

Sabe-se que a vida de Trindade Coelho terminou inopinadamente. O suicídio afastou-o do mundo material. Poucos o conheciam na intimidade da sua existência. Era uma figura de proa dada aos grandes acontecimentos da vida judiciária do país. Resguardado pela actividade profissional e só reconhecível pelo que escrevia. Amado e odiado vive em época de grande labor epistolográfico, ele que encontra na escrita muito da sua terapêutica existencial. Impossível, pois, chegar ao escritor sem o ler na obra póstuma conhecida do grande público.

A sua obra ficcional, biográfica e pedagógica transmite-nos um retrato do vigor, da rudeza, da rigidez e da saúde perfeita, adjectivação utilizada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos no prefácio à *Autobiografia e Cartas*, justificando como “uma máscara que a Natureza lhe dera para a sua defesa”⁷⁹.

Quem era afinal este Trindade Coelho, filho de João Trindade Coelho e de Narzissa Maria Trindade Coelho, morador em Lisboa na Rua de São Roque nº 20, a 111 degraus do rés-do-chão, que tinha necessidade de utilizar uma máscara para se apresentar, para sua defesa,

⁷⁹ *Op. Cit.*, p. XIX.

como uma pessoa forte, ele que tinha um coração de ouro e uma sensibilidade extrema? São, ainda, palavras de D. Carolina que adjectivam Trindade Coelho: “adaptando-se ao meio, optimista persuadido da perfectibilidade da natureza humana; idealista, fundamentalmente bom; (...) a trabalhar sempre pela vinda do reino da Justiça e da Bondade” (...)

As cartas que compõem a *Autobiografia e Cartas* são elucidativas quanto à robustez física de Trindade Coelho, o que não é focado pelos seus maiores biógrafos, quer Rogério Fernandes, Feliciano Ramos e Viale Moutinho. Porque se afigura de grande importância para a análise do comportamento bipolar que, por vezes, em público aparentava, escamoteando crises que o conduziam a algum imobilismo, abulia e amorfismo de conduta, vejamos o que sobre a neurastenia confessou ser a sua tragédia que lhe terá acontecido pela primeira vez em 1899⁸⁰.

Em 6 de Abril de 1902 em carta escrita a Louise Ey confidencia o escritor

(...) Aquele trabalho violento durante largo tempo, prostrou-me! Um esgotamento nervoso (a que já me referi) teve-me paralisado durante meses, em atroz doença de que me supus me não resgataria, e em que a vida me pareceu toda uma mentira e só verdade a tristeza e a negação – menos a de Deus, em que eu pus sempre toda a minha esperança. Oh! O que eu sofri!

Mas um largo descanso fora de Lisboa, no campo, restituiu-me as forças e essa confiança em mim que eu perdera de todo, porque cheguei a convencer-me de que nunca mais escreveria uma palavra e ao mesmo tempo a odiar os livros, eu que só entre livros vivia bem, e com a minha pena! Vivia e vivo, porque eu quase não conheço os homens senão de vista (e de longe!) e só com os rapazes me sei dar, e sou no meio deles um rapaz – e dizem que muito alegre⁸¹

⁸⁰ *Op. Cit.*, pp. 150-151.

⁸¹ *Op. Cit.*, p. 31.

Como se tratasse de uma autobiografia, ainda, na mesma carta dirigida à sua tradutora alemã escreve

Mas essa crise nervosa de que falo acima é a fase mais angustiosa da minha vida: durante meses eu fui o inverso de tudo aquilo: daquela energia, daquele vigor, daquela saúde; e todo eu amoleci numa grande tristeza, numa ternura infinita feita de lágrimas e de piedade por todas as dores, angustiosa, fatal, inconsolável! Supus-me perdido para todo o sempre; e agora, quando olho para trás, esses meses de longo martírio, de que me ficaram na memória todas as minúcias, parecem-me na minha vida uma montanha escura, atrás da qual fica o meu passado...

Passado pouco tempo, em 19 de Outubro de 1903, confessa a Louise Ey

(...) A minha vida, há meses, é um martírio, e eu parece que só gosto de lhe escrever quando estou alegre... Cartas de um triste, são naturalmente tristes, e eu preferia acrescentar aos meus desgostos o de lhe não escrever, a fazer-lhe participar das minhas tristezas.

(...)

Tenho horas horríveis em que a vida só me oferece aspectos desoladores. Nisto anda também a fadiga, pelo excesso de trabalho a que me entreguei durante longos meses e que tão mal sucedido foi pela maldade dos homens. Hoje, só desejaria ter uma fortuna modesta que me permitisse ir para uma aldeia, e não tornar a sair de lá. Quase preciso fazer um grande esforço para encarar o meu semelhante nestas paragens... civilizadas!

O que me vale é a família. Estou bem dentro da minha casa, como que fugido do exterior! Habitado a trabalhar, quero ver agora se não trabalho; mas esta falta de hábito de inacção é também causa de aborrecimento... O que me vale é que as minhas ocupações oficiais me absorvem algumas horas por dia, e essas passam quase insensíveis. Mas o meu trabalho de espírito, que me foi sempre tão querido,

repugna-me agora inteiramente. Desde que regresssei, ainda não acendi a luz do meu gabinete, e procuro matar o tempo a ler algum romance tolo ou... a dormir! Já estive muito pior, e revivi. Mas estou muito doente, e apoderou-se de mim uma descrença absoluta! Nem no trabalho confio já! E não podendo por temperamento, converter-me num pulha, tenho de aceitar que sou um condenado, à mercê de maus... Isto é deles, dos maus!⁸²

À medida que avançava na sua relação epistolográfica com Louise Ey, a confidencialidade era cada vez maior. Ela era o espaço onde desaguava a sua tragédia.

A poucos meses de distância do fatídico acontecimento que lhe ceifou a vida, em 25 de Abril de 1908, em forma de apelo diz à sua tradutora

(...) Não calcula como estou doente!

Empolgou-me uma nova crise aguda de neurastenia, que o meu médico diz ser a mais funda que tem encontrado na sua clínica. É a nova erupção violenta de um vulcão que nunca se apaga de todo, pois nasci assim. A minha vida tem sido sempre a de um doente, ora melhor, ora pior, nunca bem. Ou neurastenia exaltada, manifestando-se em febre de trabalho, ou neurastenia depressiva manifestando-se numa tristeza horrorosa e numa absoluta falência de todas as energias. O médico proíbe-me de trabalhar durante dois ou três meses; mas ainda que mo não proibisse, que poderia eu fazer?! Vivo num sofrimento constante! Desalentado, esmagado, aniquilado! Um horror! Alenta-me a esperança de que melhorarei com algum tempo de forçado repouso, como tem sucedido de outras vezes.

Eu não torno a escrever para publicar! Tem sido a minha desgraça, porque cedendo a esse capricho agradável do meu temperamento, descurei toda a ordem de interesses materiais, e cheguei, após 25 anos de luta, a isto que sou hoje: um

⁸² *Op. Cit.*, pp. 86-87.

farrapo de dor, sem fortuna, sem saúde, sem o menor valor eficaz para assentar numa base estável o sossego dos anos que tenho ainda a viver! É medonho!
E multiplica ao infinito o meu atroz sofrimento o ser ele, também, a causa do sofrimento de outros, precisamente daqueles por quem eu seria capaz de todos os sacrifícios para os ver felizes!⁸³

A carta termina num apelo lancinante

Adeus minha boa amiga. A sua amizade é-me precisa. Conceda-a sempre por bondade e por caridade ao

Seu sempre dedicado e gratíssimo⁸⁴

Se as cartas a Louise Ey manifestavam todo o desespero resultante da neurastenia que o vinha apoquentando, a Afonso Lopes Vieira (1878-1946) oferece toda a sua disponibilidade a partir da experiência adquirida por males por que tinha passado. Em 17 de Setembro de 1900, muito distante do fim que não pressagiava ainda, aconselha o seu correspondente

Aí anda grossa avaria: de fígado, de estômago, de órgão que segrega tudo menos... poesia!

Isso cura-se. Eu o ano passado andei assim uma grande temporada. Estou que melhorei com duches. O que você me diz não é novidade para mim, - nem me sobressalta. É um estado físico, e por isso curável. Há um desequilíbrio entre a vida cerebral e a dos outros órgãos. Mas é remediável pela higiene física. Nada mais. Digo-lhe isto absolutamente convencido, tanto mais, repito, que já habitei esse inferno... Mas eu dispus sempre de uma grande força de reacção. À *contre-cœur*, à má cara, convertendo-me num algoz de mim próprio.

⁸³ *Op.cit.*, pp. 92-93.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 93.

Mas venci. Aí tem você uma bela batalha a batalhar, e uma vitória a conseguir. Lute, reaja, - até expulsar esses demónios incubos! Leia os *Neurasténicos*, do José de Lacerda, - um neurasténico. Perderá o medo à doença, vendo como os próprios sábios quase chasqueiam dela! Fez-me um grande bem, esse livro. Reduziu a minha tragédia... a folhetins! Depois leia a *Higiene da Alma*. E sobretudo, canse-se, fadigue-se, trate mal a besta! Se vir que há uma certa prioridade nesses crises, tome quinino; e se tiver insónias, tome sofonol, - ou uma coisa que pelo som se pareça com isso, e que é da medicina de todos os dias. Ah! Meu rapaz, diz-lho quem pode dizer-lho! O que eu sofri o ano passado, durante cinco meses, é indizível. Se fosse coisa que se visse, fugiria espavorido disso o próprio Horror! Sobretudo de manhã. O acordar era medonho! E pelo dia fora, até às 2, 3 horas da tarde! Não há recanto do inferno, escaninho da dor, que eu percorresse e não visse!

(...)

Eu não sei se você é religioso. Mas é muito amigo de sua Mãe. Pois faça protestos por ela, jure por ela que há-de combater-se. Eu jurei muito pela minha, que morreu ainda eu era pequenito. Mas valeu-me, acudiu-me, salvou-me. Parece que renasci dela!⁸⁵

Por vezes a doença, provocava-lhe grandes estados de abatimento. Em 16 de Março de 1904 escreve a Louise Ey, tuteando-a, depois, de inicialmente, a tratar por Excelência

Aos meus três meses de silêncio, tens de descontar o último, que passei na cama, doente! Levantei-me ontem, mas ficou-me da doença um vestígio impertinente, que a medicina diz que desaparece: fiquei quase surdo do ouvido esquerdo! Oxalá isto passe depressa, pois este desequilíbrio de audição, além de incómodo faz-me

⁸⁵ *Op. Cit.*, pp. 150-151.

bronco! E porque te não escrevi eu durante três meses? À espera que o tempo melhorasse – dentro e fora de mim...⁸⁶

Lembrando que o filho, Henrique, fazia 19 anos no dia 1 de Julho de 1904, confessa a Louise Ey em carta que lhe escreve nesse dia, o estado de morbidez que tais acontecimentos lhe provocam “No meu temperamento, há uma melancolia especial para esses dias, e hoje mesmo, que o meu Henrique faz 19 anos, - agravado pela sua ausência...”⁸⁷

António Cabral que conviveu com Trindade Coelho na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e que foi “seu amigo, como ele meu amigo foi”⁸⁸ e de quem faz o seguinte retrato

Baixo, atarracado. Ombros largos e perna curta. Rosto redondo, óculos, bigode levantado nas guias, voz de trovão⁸⁹

afirma que talento não lhe faltava, o que lhe faltava era o equilíbrio de ânimo, a força de resistência moral, o poder de fazer frente, sem ir a terra, às grandes contrariedades, às dificuldades poderosas da vida, em que se acrisola o valor do espírito e o vigor do coração.

Foi, contudo, Lourenço Cayolla que, com ele lidou, a partir da sua chegada a Portalegre até que se findou em Lisboa, que melhor o retratou na sua relação com a neurastenia. A primeira impressão deixada por Trindade Coelho registou-a Lourenço Cayolla através das seguintes palavras que não se afastam muito do que António Cabral escreveu e que atrás registámos

⁸⁶ *Prelo 11*, 1986/Abril/Junho, p. 48.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 48.

⁸⁸ António Cabral, *Homens e Episódios Inolvidáveis*, p. 117.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 122.

De estatura um pouco baixa, peito largo, cara redonda, bigode farto, olhos muito luminosos, mas com o brilho embaciado pelo uso constante da luneta e uma voz de trovão, a primeira impressão que se colhia, ao fitá-lo, não era das mais agradáveis. Trocadas porém com ele algumas palavras, essa impressão desvanecia-se e substituía-a uma outra inteiramente diferente.

Era tão sinceramente afectivo no modo como falava, tão terno nas suas expansões de entusiasmo, tão espontâneo e fácil no louvor, que, na sua fisionomia, transparecia, como num espelho, toda a bondade da sua alma, tudo o que havia de generoso no seu coração.⁹⁰

Da bibliografia existente acerca de Trindade Coelho, ninguém melhor que Lourenço Cayolla falou desta patologia que apoquentou o escritor transmontano. Através de um convívio muito próximo foi possível saber-se pela pena de Lourenço Cayolla, o que foram algumas das crises que conduziriam Trindade Coelho à sua auto-destruição. No capítulo que lhe dedicou no livro *Revivendo o Passado*, que denominou *Dívida sagrada*, é possível saber que Lourenço Cayolla o considerava um neurasténico, de disposição e humor variáveis, sofrendo crises, muitas vezes demoradas, em que o seu maior desejo era não ver ninguém, afastando-se de quem mais estimava. José Vilas-Boas, médico e primo de Trindade Coelho dá conta, em determinada altura, que tinha uma neurastenia no último grau, vendo-o próximo da loucura.

Tendo recorrido a todos os meios para o melhorar, pedia a Lourenço Cayolla para o ajudar, sabendo que Trindade Coelho o ouvia e reconhecendo algum ascendente que poderia ter sobre ele, já que lhe contava os seus segredos e o consultava em momentos inquietos ou preocupados da sua vida.

⁹⁰ Lourenço Cayolla (1929, 240).

Os encontros entre Trindade Coelho e Lourenço Cayolla eram cada vez mais fortuitos face ao estado de saúde do magistrado, o que não obstava que, por vezes, passeassem pela Avenida. Escreve Lourenço Cayolla que, um dia, acompanhando-o, bem como ao Dr. Vilas-Boas, Trindade Coelho chorando convulsivamente aos pés de Lourenço Cayolla, lhe implorava a sua bondade porque ia morrer, pedindo, por isso, para que amparasse a mulher e o filho que nessa altura, frequentava o liceu. Serenado e confortado por Lourenço Cayolla que lhe prometeu todo o auxílio, quis beijar-lhe a mão, embora ao longo deste doloroso passeio, de quando em quando, tornava a ajoelhar-se aos pés de Cayolla.

Tendo em conta que o filho Henrique frequentava o liceu, podemos imaginar que estes acontecimentos ter-se-ão passado nos princípios do século XX, por volta de 1900/1901 ou mesmo 1902. Observado por Curry Cabral, foi de parecer que a doença de Trindade Coelho era curável, necessitando de um demorado período de repouso e sujeitar-se a uma medicação especial em que predominavam especialmente a morfina e o quinino. Foi levado para o Luso, escrevendo quase todos os dias para Lourenço Cayolla cartas incoerentes e, de algum modo, ilegíveis com palavras incompletas, linhas por terminar e nas mais diversas direcções, saltos bruscos nas ideias e pensamentos, o que foi debelado à medida que o tempo corria, readquirindo o brilho e perfeição de outros tempos, escrevendo mais tarde, ao fim de um mês de permanência no Luso onde tivera a impressão que tinha estado no fundo de um poço cerrado de trevas, ressuscitando, depois. Passados mais ou menos dois meses estava curado e voltara à sua vida normal, começando um período de intenso trabalho, produzindo muitos dos seus livros que são do conhecimento público.

Não deixando de ser solidário para com os que dele necessitavam, deslocou-se a África, Luanda, para defender trinta e três indivíduos que tinham sido presos injustamente, que foram restituídos à liberdade e graças ao seu trabalho acabou por ver castigados os seus algozes⁹¹.

Os tempos não eram calmos no país que, por proposta de João Franco, primeiro-ministro de D. Carlos, decide pela dissolução da Câmara dos Deputados, entrando, assim, em ditadura em 20 de Maio de 1907. Com as liberdades cada vez mais coarctadas, em desacordo com um decreto de 21 de Novembro de 1907 que derogava os mais elementares princípios constitucionais e de organização judiciária, atacando os poderes legislativo e judicial⁹², recusa intervir em julgamentos de cidadãos subtraídos às justiças ordinárias do país, pede a exoneração de Delegado do Procurador Régio da 3ª vara da comarca de Lisboa, conforme documento nº onze.

Tendo servido como magistrado de 1886 a 1907, inutilizando todas as vantagens a que 21 anos de serviço público lhe conferiam direito, escreve a Louise Ey em 16 de Dezembro de 1907 a propósito da sua atitude que foi apoiada e felicitada por alguns dos seus amigos em jornais, ao ponto de ter afirmado que “durante dias fui o homem dos jornais”⁹³.

Ora aqui me tem! Já sabe a volta inesperada que levou a minha vida. Enquanto se tratou de aplicar leis, estive no meu posto, que era também da confiança da mesma soberania nacional que faz a lei. Mas por isso mesmo, eu não podia servir o arbítrio, que é o contrário da lei. Retirei-me. Tão naturalmente, que eu mesmo

⁹¹ Toda esta informação foi recolhida a partir do livro de Lourenço Cayolla, *Revivendo o Passado*, Capítulo Dívida Sagrada, pp. 239-261.

⁹² *Autobiografia e Cartas*, p. 90.

⁹³ *Ibidem*.

quase nem dei fé; e acharia tão natural que ninguém falasse nisso, como achei natural – fazê-lo.

(...)

Com pouco vive quem, como eu, foi sempre pobre. Agora, sou advogado; e como não sei o que são ambições materiais, para uma mediania modesta o meu trabalho, com saúde e honras, há-de chegar.

(...)

Isto é país a quem o catolicismo romano e os jesuítas quebraram a espinha dorsal;

(...)

Morri, o que pouco vale. Mas de pé, - o que para mim vale alguma coisa⁹⁴

O facto de ter trocado a sua carreira de magistrado, sendo um dos mais antigos do Ministério Público, pela sua condição de advogado provocou-lhe alguma perturbação, deprimindo-o.

Lourenço Cayolla⁹⁵ que se manteve sempre ao seu lado e o acompanhou, também, nos momentos mais difíceis afirma que o facto de ter aberto a banca de advogado não lhe trouxe grande sucesso nem grandes proventos porque o público continuava a recorrer aos advogados que já conhecia, postergando aqueles que se iniciavam na actividade, o que lhe provocou algumas dificuldades materiais, ele que não era muito propenso a actividades onde pudesse angariar alguns interesses pecuniários.

II. 3.3. O ano da morte de Trindade Coelho

Foi o reinado de D. Carlos dominado por grande agitação interna, resultante de questões políticas, sociais, económicas e financeiras, espreitando para uma mudança de regime que muitos auspiciavam e que,

⁹⁴ *Ibidem*, pp. 90-91.

⁹⁵ *Revivendo o Passado*, p. 257.

outros, afectos à monarquia, abominavam. Tratando-se de um sistema hereditário era de acautelar a continuidade das políticas, preparando, assim, de forma conveniente aqueles que amanhã iriam tomar conta da governação. A D. Carlos sucederia seu filho D. Luís Filipe, tendo o rei nomeado para preceptor e aio Mousinho de Albuquerque, herói de África, talvez uma forma de reconhecimento pela prisão do Gungunhana, o que conferiu a Portugal grande prestígio no contexto europeu e perante os países que disputavam o domínio de África, então cobiçada pela sua presumível riqueza.

Numa carta, em tom de grande confidencialidade e emoção escreve D. Carlos na altura em que delega a educação do filho:

Tenho grandes imperfeições como homem e como Rei. Os meus defeitos procedem de duas causas: primeira, a hereditariedade na gestação do meu ser; segundo a influência do meio em que nasci e me criei. Considero como primeiro dos meus deveres de pai eliminar ou, quando menos, restringir por meio da educação mais atenta e escrupulosa, no temperamento, no carácter e na inteligência dos meus filhos, a intervenção dos elementos que actuaram na minha tão imperfeita compleição⁹⁶.

Aquilino Ribeiro (1885-1963) que, pela causa republicana, dedicou muito do seu tempo faz uma apreciação de D. Carlos I que, não nos furtamos de registar. Escreve em *Um Escritor confessa-se* publicado pela Livraria Bertrand, em 1971, pág. 382/383

Era um Bragança na acepção pejorativa do termo. O seu gosto primava na guitarra, nos touros, na caça, tudo geórgica e santo ripanço.

(...)

⁹⁶ Rocha Martins (1926, p. 369).

Em D. Carlos, a matéria vibrátil – afabilidade inata, gosto de comodismo, perspicácia que não inteligência, bonomia pachorrenta e passa-culpas, o não te rales para tudo o que estivesse fora da sua esfera particular, pois aí a sua actividade, desde que se lhe não antepusesse arregimentada a usos e preceitos, mostrava-se viva e expedita – era de todo Bragança.

(...)

Faltou-lhe, segundo era proverbial na estirpe, uma verdadeira educação de príncipe. O seu estudo de ciências e humanidades parara nos rudimentos. (...) ⁹⁷

Apesar dos cuidados postos por D. Carlos na educação do primogénito, o clima social não se aclarara e a situação agravava-se à medida que os dias passavam. Rocha Martins escreve a propósito de Trindade Coelho:

Começavam os julgamentos de imprensa e o delegado do ministério público, dr. Trindade Coelho, até aí verberado pelos jornalistas para os quais pedia os rigores da lei, começara a mudar de opinião.

Escritor ilustre, sobretudo um contista notável, transformara-se, com a idade, num paladino liberal, desde que sentira à sua volta os aplausos enganadores da turba e as vénias dos adversários das instituições. Os juízes popularizavam-se, ao absolverem os acusados de delitos políticos e o advogado António Macieira, muito rico, muito ávido de renome, tornara-se o defensor obrigatório e gratuito de todos esses processos comicieiros. ⁹⁸

Em plena ditadura, desconhecendo o verdadeiro estado do país, D. Carlos concede, em Novembro de 1907, uma longa entrevista ao jornalista Joseph Galtier, do jornal francês *Tempo*, posteriormente, publicada em Portugal. Nessa entrevista, afirmava o rei português:

⁹⁷ Aquilino Ribeiro, *Um escritor confessa-se*, PP. 382/383.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 529.

Em todos os países, para fazer uma revolução é necessário ter-se o exército consigo. Ora, o exército português é obediente ao seu rei. Lealmente conservar-se-á a meu lado.

A maior parte dos oficiais são meus camaradas; servi com eles; conhecem-me. Não tenho a menor dúvida sobre a sua dedicação.

Tudo o que empreendi, tudo o que faço hoje, é no interesse do meu país. Decerto (o Rei sorri) antes queria que me deixassem tranquilo. Mas fico no meu posto.

Conheço o meu país; conheço o meu tabuleiro eleitoral, desde há dezoito anos que reino. Portugal precisa de tranquilidade; trabalha e pede que a ordem e a paz estejam salvaguardadas.

Compreendo, porque vou a toda a parte, que o meu povo está comigo. Quando as eleições nos tiverem dado uma forte maioria e que a normalidade esteja restabelecida, o remédio extraordinário que julguei indispensável para uma situação extraordinária, não terá mais razão de ser.

Nunca esqueci, um instante sequer, quais são os meus deveres para com a minha coroa e para com o meu querido país⁹⁹.

Não obstante esta serenidade e optimismo demonstrados pelo monarca, a entrevista desagradara na sua globalidade à oposição, fazendo os jornais eco do descontentamento e da hostilidade manifestados pelos cidadãos mais militantes, onde não faltavam as críticas ao primeiro-ministro João Franco.

As sociedades secretas organizavam-se. Manifestações e reuniões sucediam-se em todos os partidos. Apesar de ter sido estabelecido um controlo sobre a imprensa, nada contém o delírio verbal. Explosões acontecem em Lisboa levadas a cabo por dinamitadores pouco

⁹⁹ *Ibidem*, p. 560.

experientes. O café Gelo em Lisboa era o local onde militavam aqueles que apostavam no derrube do governo e no fim da monarquia.

Alguns opositoristas são presos com o seu chefe carismático, António José de Almeida. Manuel dos Reis Buíça, transmuntano, natural de Bouçães, concelho de Valpaços, onde nascera em 30 de Dezembro de 1875, professor na Escola Moderna, era também um dos frequentadores do café Gelo, bem como Alfredo Luís da Costa, alentejano, antigo empregado de balcão, de 23 anos fascinado pela ideia da República, grande admirador de António José de Almeida, dedicava-se a escrever em jornais de fraca projecção.

O rei e a família real partem, como em todos os invernos, para Vila Viçosa e aí tencionam ficar até ao fim do mês de Janeiro. 28 de Janeiro de 1908 é o dia da tentativa de um golpe de estado falhado. Muitos são os presos, tendo sido preparado um decreto autorizando a que fossem expulsos do Reino ou transportados para as possessões ultramarinas sem julgamento os principais dirigentes e inspiradores da conspiração. O rei assinou o decreto em 30 de Janeiro que seria publicado nesse mesmo dia 30, data do aniversário de uma tentativa revolucionária do Porto em 1891.

Apesar das advertências de D. Amélia e do Príncipe D. Luís Filipe, a família real regressa a Lisboa no dia seguinte, tendo D. Carlos pedido para enviar ao Terreiro do Paço não automóveis mas carros abertos, não receando qualquer possível desastre ao chegar a Lisboa, tendo sua mãe, semanas antes passeado em Lisboa sem escolta, sendo muito aplaudida.

Conforme escreve Carlos Ferrão¹⁰⁰ durante a viagem de Vila Viçosa a Lisboa, o rei conservou-se apreensivo e na travessia do rio esteve

¹⁰⁰ Veja-se *Em Defesa da Verdade, O Regicídio. Os Adiantamentos, a Diplomacia de D. Carlos*, pp. 46-47.

silencioso e sombrio, tendo-se fechado na sua câmara e só tornando a ser visto ao desembarcar no Terreiro do Paço. Augurando que algo iria acontecer perguntou ao oficial de polícia que comandava a segurança “Isto como vai?”

Em 31 de Janeiro, o Buíça e o Costa prepararam a operação, tendo o Buíça feito o testamento três dias antes. Alfredo da Costa procurou um capote onde pudesse esconder uma carabina.

Pouco depois das dezassete horas D. Amélia chegava a Lisboa. D. Carlos fardado de generalíssimo, atrás, dissimulava na algibeira do capote uma pistola num estojo de couro.

Alfredo da Costa dispara contra a nuca do rei, pendendo a cabeça de D. Carlos sobre o lado direito. Buíça alvejara o Príncipe Real que, de pé, ripostava ao tiroteio, mas os solavancos do carro roubavam-lhe a firmeza. Os homicidas foram abatidos sem poder falar.

A notícia correu célere. Chegou a Salamanca, ao Hotel do Comércio, onde estava hospedado o poeta português Guerra Junqueiro, inimigo de longa data de D. Carlos. Ao saber do acontecido comentava que “se houvesse dependido a morte do Rei de que eu, sozinho no meu quarto, movesse apenas este dedo mindinho, não o teria feito, nem pela morte do Rei nem pela dum Caim nem pelo dum Judas; mas, enfim, mataram-no, está bem morto!”¹⁰¹

Portugal ficava sem rei. João Franco sairia¹⁰² do país, indo viver para Itália, onde tinha propriedades.

Tomará conta do poder D. Manuel II, nascido em 18 de Março de 1889, não tendo ainda completado 19 anos.

¹⁰¹ Rocha Martins, *D. Carlos, história do seu reinado*, p. 591.

¹⁰² Rocha Martins (2007, 358).

Trindade Coelho já não era agente do Ministério Público, pedira a demissão do cargo, sem olhar a interesses pessoais, ficando sem meios para se governar. A neurastenia que o apoquentava assiduamente não o largava.

Depois da tragédia do Terreiro do Paço a situação clínica de Trindade Coelho agravara-se. Sem meios e sem trabalho via-se na iminência de vender o que possuía, conforme confessou a Lourenço Cayolla¹⁰³. Tentou advogar. Os proventos eram escassos. Graças à interferência de Cayolla junto do ministro da Justiça, Campos Henriques, foi feita a promessa da reentrada na magistratura, sendo colocado na comarca de Vieira do Minho, não tendo, contudo, tomado posse¹⁰⁴.

À semelhança do que outros da sua estirpe fizeram, tal como Camilo, Antero e Júlio César Machado, surpreendentemente para muitos, à excepção de Cayolla que não se admirou quando lhe noticiaram, Trindade Coelho suicidou-se. Um tiro no coração. Eram cinco horas da tarde. Ninguém em casa. Um livro aberto que ele não mais fechou. *A Imitação de Cristo* na página 112, capítulo VI, *Da Alegria da Boa Consciência*.

E todo o Portugal ouviu. Trás-os-Montes ficou de luto. A viúva e a cunhada depararam-se com o seu corpo morto, tendo verificado o óbito o dr. Vilas-Boas, íntimo de Trindade Coelho¹⁰⁵.

¹⁰³ *Op. Cit.*, p. 257.

¹⁰⁴ António Cabral (s/d, 130, 131).

¹⁰⁵ Segundo notícia publicada no *Correio da Noite* de 22 de Agosto de 1908 e, também, transcrita na *Revista Brigantia*, vol XXVII nº 1/2/3/4, Janeiro/Dezembro de 2007 em artigo publicado por Hirondino Fernandes, p. 410, transcrevemos:

“Sobre a desgraçada morte deste belo homem e distinto escritor, oferecemos hoje aos leitores uma notícia que dá bem a ideia da momentânea decisão que lhe atravessou o espírito.

Trindade Coelho só na véspera do dia em que resolveu matar-se é que comprou o revólver com que pôs termo à vida. Nesse dia, dirigiu-se, das 11 para o meio-dia, à casa do Sr. Heitor Ferreira, aquele espingadeiro agora preso, como é conhecido do público.

Partiu no dia 9 de Agosto de 1908. Os jornais noticiaram com grande profusão o acontecimentos. Conjecturando acerca das causas do suicídio, uns afirmando que o facto se devia a ter sido colocado em Vieira do Minho, outros por causa da política, afirmando, mesmo, que a última frase pronunciada terá sido “maldita política”¹⁰⁶, outros escrevendo que sucumbiu num impulso da sinistra neurastenia, ou ainda por ter sido vítima da ditadura franquista.

De entre os jornais que noticiaram o infausto acontecimento, em forma de editorial *A Pátria Nova*, de Bragança de 16 de Dezembro de 1908, Augusto Moreno escreve um texto laudatório a duas colunas, valendo a pena transcrever algumas frases produzidas por este pedagogo a propósito da morte de Trindade Coelho

(...) Carácter de aço e diamante, tu eras a encarnação mesmo do dever.

Aprumado e recto como a vertical, era a intransigência o timbre da tua honestidade. O teu lugar e o teu futuro, resoluto os sacrificaste; e ao dever foi logo a tua ideia, talvez sacrificar também a vida...

Nada te deteve, nem temores, nem solicitações, nem porventura promessas...

E o teu heroísmo engrandeceu-se, porque, pobre, deixando o teu lugar, única fonte dos teus recursos materiais atiravas-te, e aos teus, a pés juntos para a miséria!

Foste o civismo militante, a coração moral em acção!¹⁰⁷

Aí repararam os empregados da casa, que ele, um pouco alterado, comprou por 14\$000 réis a arma, da marca A. Francotte – Liège e uma caixa com 25 balas. Serviu-se para isso do seu cartão de identidade de delgado do ministério público.

Pouco mais de 24 horas após, Trindade Coelho matava-se”. Veja-se documento nº doze.

¹⁰⁶ Segundo D. Carolina Michaelis de Vasconcelos essa imprecação é falsa, tão falsa como a própria falsidade.

Veja-se Prefácio à *Autibiografia e Cartas*, p. XXIII.

¹⁰⁷ *A Pátria Nova*, 16 de Dezembro de 1908.

Foram, porém, os jornais da capital que, de um modo muito pormenorizado, noticiaram a morte e o funeral de Trindade Coelho. O *Correio da Noite* de 10 de Agosto de 1908 noticiava, assim, o funeral realizado às 5 da tarde em artigo muito extenso, cuja entrada transcrevemos:

O funeral do extinto revestiu uma grande e desusada imponência. Mais de cem carruagens acompanharam o corpo do ilustre magistrado, que era transportado num grande coche puxado a três parselhas, seguindo-o uma berlinda com os padres.

Sobre o féretro, uma urna, foram colocados vários ramos de flores; ornando o carro fúnebre iam, entre outras as seguintes coroas:

Rosas e violetas, fitas azuis – Ao seu dedicado amigo, estima e saudade da família Pinto Basto

Rosas e fitas pretas – Ao seu querido e devotado irmão, o grande cidadão dr. Trindade Coelho; O Gr. Or. Lusitano Unido

Violetas e rosas com fitas azuis; Ao seu querido amigo Trindade Coelho – José d’Almeida.

Amores perfeitos e violetas com fitas cor de rosa – A Trindade Coelho – Saudade de sua mulher e filho

De violetas e rosas com fitas azuis – Ao dr. Trindade Coelho – Humberto Lallemand

De malmequeres e violetas, com fitas azuis – Ao dr. Trindade Coelho – Saudosa homenagem da livraria Aillaud

De violetas e rosas, com fitas pretas – Ao querido amigo Trindade Coelho – Augusto Barroca.

Um grande ramo de flores naturais com fitas pretas – À memória do dr. Trindade Coelho

(iniciais)¹⁰⁸

Chegado o féretro ao Cemitério Ocidental, hoje denominado dos Prazeres, foram vários os oradores que discursaram louvando as qualidades do defunto, Magalhães Lima, grão mestre da ordem maçónica Grande Oriente Lusitano Unido, António Ferrão exaltou a obra do patriota e do educador e José Benedy, representante dos tipógrafos filiados ou não na Associação dos Compositores que realçou a vilania para com Trindade Coelho praticados pelo franquismo.

Do discurso de Magalhães Lima publicado na íntegra no *Diário de Notícias* em 11 de Agosto realçamos alguns aspectos que merecem especial atenção:

(...) Na sua rudeza de transmontano indomável, ninguém o excedeu no amor que consagrava à sua pátria. Orgulhava-se de ser cidadão português, com o ardor e o desvanecimento com que o habitante de Roma antiga se orgulhava de ser cidadão romano, “*Civis romanus sum*”.

(...)

Adversário implacável da reacção, combateu-a sem tréguas nem repouso. Demitindo-se do lugar que ocupava e que constituía o seu único recurso, quis significar a todos que, acima do bem estar dos indivíduos, das suas ambições e das suas comodidades, está o bem estar geral, a felicidade comum.

(...)

Trindade Coelho, morrendo pobríssimo, legou, todavia, aos seus concidadãos o que ainda aos mais opulentos não lhes foi dado legar: um sugestivo exemplo de civismo levado até ao sacrifício o “*Manual Político do cidadão português*” que ficará como o Evangelho das nossas escolas. (...) ¹⁰⁹

¹⁰⁸ *Correio da Noite*, 10 de Agosto de 1908.

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 11 de Agosto de 1908.

Em 16 de Agosto de 1908, o jornal *O Mundo* publicava um soneto de Gomes Leal, poeta por quem Trindade Coelho tinha grande admiração e a quem obsequiara com obras suas. Porque se trata de um texto irrepetível, importa transcrevê-lo:

A Trindade Coelho

Tudo isto pela maldita política

(Últimas palavras do suicída)

Apontaste a arma ao peito e voaste do desterro,

Ao ver como Catão a Liberdade morta.

Povo chora este herói, chora-o de porta em porta

E tu, Verdade, vai também atrás do enterro!

Que fazes tu aqui, já que o Brio é um perro,

Que engraxa a bota aos reis e a Honra é firma torta

Que beija o próprio enxurro e a pontapé suporta

Em quanto a plebe geme os seus varões de ferro!...

Vai-te enterrar também, já que não és o que eras.

Quanto a Trindade, a ti, varão de heróicas eras,

Tu vingaste-te bem desta vil gafairal!

Um tiro. Ouviu-se um tiro. Hora d'ânsia e respeito

Mas não foi a ti não, que estrangulaste o peito.

- Foste tu que furaste a tripa à Monarquia.

Gomes Leal¹¹⁰

Se a notícia da morte e do funeral de Trindade Coelho preenchem as páginas dos jornais da época, outras houve que interessaram a imprensa. Com efeito, o *Diário Ilustrado*, de 12 de Agosto, transcrevendo a notícia de um outro jornal, dá conta que na altura do funeral fora notada a

¹¹⁰ *O Mundo*, 16 de Agosto de 1908.

presença de dois agentes da policia judiciária, Tomé de São Marcos e Patrício, justificando, afinal, a presença pelas razões seguintes: o agente Tomé tinha um filho que era afilhado de Trindade Coelho e que tinha sido colocado na judiciária por influência do magistrado de Mogadouro, com quem mantivera boas relações, por isso o corpo de Trindade Coelho foi sepultado no jazigo da mãe do agente. Quanto ao agente Patrício, teria havido uma boa relação com Trindade Coelho porque este era conterrâneo da mulher do agente. Em 16 de Agosto, em carta subscrita por Paulo Osório, grande amigo de Trindade Coelho, dirigida ao jornal *O Mundo*, os leitores eram esclarecidos que o cadáver tinha ficado no jazigo da família Lessa¹¹¹.

Consta da sua certidão de óbito, documento n.º catorze, que faleceu sem sacramentos, contudo o prior da freguesia do Sacramento, Adriano Augusto de Vasconcelos, devidamente, acolitado, fez a encomendação do corpo daquele transmuntano que transportara Mogadouro no coração. Tinha 47 anos. Era magistrado e polígrafo.

A morte inopinada de Trindade Coelho além de ter deixado um vazio na família, deixou-a, também, em precária situação financeira, já que ele era o suporte daquele núcleo social. Henrique Trindade Coelho acabara, entretanto, o curso de Direito e é Lourenço Cayolla, conforme havia prometido ao pai, que se movimenta no sentido de alcançar um emprego. O momento não era difícil, uma vez que vagara um lugar de notário em Coimbra. Através do Ministro da Justiça, D. João d'Alarcão, foi possível colocar Henrique Trindade Coelho em Coimbra, embora tal

¹¹¹ Segundo informação prestada pela Divisão de Gestão Cemiterial da Câmara Municipal de Lisboa, em 14 de Janeiro de 2007, os restos mortais de José Francisco Trindade Coelho, foram inumados em 10.8.1908 no jazigo particular n.º 4347, no Cemitério dos Prazeres e transferidos em 9.7.1909 para o jazigo particular n.º 4410 no mesmo Cemitério.

facto tivesse trazido para o Ministro da Justiça graves dificuldades políticas, conforme escreve Lourenço Cayolla¹¹².

Por obra do acaso, no dia seguinte à colocação em Coimbra, Henrique Trindade Coelho veio a saber que ficara vago um lugar de contador dos tribunais de Lisboa em virtude de ter falecido o seu titular, o que seria bom para as suas aspirações uma vez que ficaria em Lisboa, coabitando com a mãe a casa da família, tão cheia de recordações. Exposta a situação ao Ministro, este anuiu e Henrique Trindade Coelho inicia a sua actividade profissional, como contador dos tribunais em Lisboa, o que lhe permitiu encarar o futuro com grande confiança, deixando Lourenço Cayolla entregue à sua satisfação, não só por ter ajudado um amigo, mas por sentir que tinha liquidado uma dívida de gratidão.

A morte de Trindade Coelho gerou, naturalmente, um sentimento de saudade em todos aqueles que com ele privavam e que a ele estavam ligados. A sua filiação na Maçonaria criou-lhe um elo que não se deliu apesar da sua morte.

Em 1929, em plena ditadura, sendo chefe do governo o general Ivens Ferraz, ministro das Finanças Oliveira Salazar e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique Trindade Coelho, para comemorar o 21º aniversário do falecimento de Trindade Coelho, realizou-se uma romagem ao túmulo de Trindade Coelho, em 11 de Agosto, domingo, localizado no Cemitério dos Prazeres, no jazigo da família Augusto Maria da Costa, na rua 12, não tendo sido pronunciado qualquer discurso. Os jornais da época noticiaram o acontecimento, nomeadamente, *O Diário de Notícias*, *O Comércio do Porto*, *O Século* e o *Jornal de Notícias*. Escrevendo que

¹¹² *Op. Cit.*, p. 261.

a concorrência fora imensa, sendo superior a 3000 pessoas, que desfilaram entre as 14 e 16 horas celebridades republicanas e liberais, que ali foram em romagem, deixando o jazigo pejado de flores. Alguns dos jornais, conforme documentos n.ºs quinze e dezasseis, apresentam fotografias mostrando os manifestantes com o jazigo ao fundo, afirmando, outros, que o jazigo oferecia um belo aspecto ao fim da tarde.

Não agradado com os acontecimentos, Henrique Trindade Coelho escreveu uma carta ao Chefe do Governo, pondo o seu lugar de Ministro dos Negócios Estrangeiros à disposição, alegando razões que transcrevemos, através da leitura da carta datada de 12 de Agosto, não dada à estampa, e a que foi proporcionado acesso ao investigador¹¹³.

Depois de justificar que teve conhecimento do acontecido através dos jornais e por informações complementares e do aspecto que a manifestação ao túmulo do pai revestiu e da publicidade que foi possível atribuir-lhe, aliás, mentirosa e infame, escreve o signatário:

(...) a imensa revolta que em mim provocou essa demonstração ignóbil de chacais à solta;

Por outro lado, a questão de ordem política que, essa sim, interessa a V. Ex.^a como a mim me interessa.

Nunca uma situação política se manteve, nem uma larga acção administrativa se desenvolveu, sem a garantia de ordem nos espíritos e nas ruas.

Este mínimo necessário, indispensável ao trabalho fecundo duma ditadura renovadora, não logrou atingir-se ao cabo de três anos de governo.

Por que só assim se explica, pela falta absoluta duma acção policial enérgica e competente, a possibilidade desse espectáculo repugnante e miserável que foi a manifestação de ontem gerada na atmosfera das lojas maçónicas para o incitamento do atentado pessoal.

¹¹³ Carta consultada através de um alfarrabista em poder do autor destas linhas.

O exame dos factos ocorridos, o seu exame sereno, conduz à convicção da impossibilidade material de governar quando falta aquele mínimo irreduzível de condições necessárias.

Nestas circunstâncias entendo do meu dever colocar à disposição de V. Ex.^a a pasta dos Negócios Estrangeiros.¹¹⁴

Em 15 de Agosto, o *Jornal de Notícias* noticiava que, em resultado da manifestação do dia onze, o pedido de demissão de Henrique Trindade Coelho tinha sido aceite, não aguardando o resultado do inquérito à manifestação, atribuída a uma deficiente acção policial, realizada com o pretexto de glorificar a memória do pai, conforme documento n.º dezassete.

II. 3.4. O regresso a casa

A leitura da obra de Trindade Coelho conduz-nos a um dos poemas de Alberto Caeiro reportando-se a Cesário Verde de que nos permitimos transcrever um excerto

Que pena que tenho dele! Ele era um camponês
Que andava preso em liberdade pela cidade.
Mas o modo como olhava para as casas,
E o modo como reparava nas ruas,
E a maneira como dava pelas coisas,
É o de quem olha para árvores,
E de quem desce os olhos pela estrada por onde vai andando
E anda a reparar nas flores que há pelos campos...¹¹⁵

¹¹⁴ Conforme fac-simil, documento n.º ???.

¹¹⁵ Alberto Caeiro, *Poemas*, O Guardador de Rebanhos, III, p. 25.

Com efeito, perpassa no texto trindadeano uma sintagmática que constrói e lembra um mundo conhecido, vivido e fotografado a partir da distância. Numa escrita telescópica, a vila natal, a vilinha que se situava a 1000 metros de altitude era visível na capital. A pena de Trindade Coelho desenhava espaços que os outros não conheciam e que se deliciavam ler porque ao escrever ele parecia, à maneira de Cesário Verde “um camponês/Que andava preso em liberdade pela cidade”.

Embaixador da sua terra, ele “cantava-a” onde lhe aprazia, levando-a por toda a parte, em forma de conto, de moralidade, de manual cívico, ou de texto didáctico. Bruscamente, sem que alguém esperasse, o embaixador partiu e a terra ficou mais pobre.

Mogadouro não esqueceu o seu filho maior, o seu herdeiro dilecto que jazia na Lisboa distante, naquela que não é terra de ninguém.

E a terra nordestina chorou o seu filho distante. Urgia trazê-lo até aos seus. E a terra encheu-se de brios e quis dizer a toda a gente que Trindade Coelho continuava a ser um dos seus.

Em cerimónia com pompa e circunstância, a 13 de Maio de 1911, em plena vigência republicana pelas doze horas da manhã, é descerrada uma lápide no frontespício da casa onde nasceu Trindade Coelho, com os seguintes dizeres:

Casa onde nasceu a 18 de Junho de 1861 o grande escritor e Magistrado José Francisco Trindade Coelho, falecido em Lisboa a 9.8.1908.

Presidiu à sessão João José de Freitas, como primeiro governador civil do regime republicano do Distrito de Bragança, que enalteceu com palavras de louvor o literato, o magistrado e o pedagogo. Falaram ainda António Pereira Taveira, Presidente da Comissão Municipal Republicana, Eduardo Ernesto Faria. Foram recebidos telegramas do

Ministro do Interior do Governo Provisório, Dr. Magalhães Lima, Francisco Luís da Silva Calejo, Moura Coutinho, Júlio Rocha, Visconde da Nova Java, mogadourense que fez a oferta da lápide comemorativa, Augusto Moreno, Júlio Lemos, de Viana do Castelo, Paulinho da Natividade e do Club Transmontano, de Lisboa.

A acta datada de 30 de Maio de 1911, assinada pelo secretário da Câmara, Abílio Bernardino do Nascimento Pinto Salgado, dá conta da presença de cerca de 100 pessoas, entre eles a de Henrique Trindade Coelho, advogado, filho do homenageado.

Mogadouro sentia como seu filho o escritor que lá longe repousava, emigrante em terras distantes, onde buscara a felicidade e não deixara de ser grande por onde passara. Referindo-se à sua terra, escrevera que em parte alguma repousaria melhor que não fosse debaixo daquele céu que o vira nascer.

E Mogadouro, parecendo dialogar com o seu filho, como só os pais sabem falar, fez-lhe a vontade. Em data comemorativa do centenário abriu-lhe os braços e à sombra do cipreste acolheu-o para a eternidade.

A cerimónia da trasladação verificou-se às 16 horas, tendo os restos mortais saído do cemitério dos Prazeres no dia 14 de Junho de 1961, numa cerimónia que contou com a colaboração da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e a Câmara Municipal de Mogadouro.

Foi em 18 de Junho em Mogadouro. A imprensa esteve lá. O acontecimento foi notícia no jornal. Para além da recepção do corpo e da inauguração do mausoléu no cemitério local, no espaço tumular 161, coube, também, a inauguração da estátua em bronze de autoria de Leopoldo de Almeida erguida sobre um pedestal de dois metros, de

granito da região, servindo-lhe de fundo a casa onde Trindade Coelho nasceu.

O mausoléu, de autoria do arquitecto Vaz Martins, foi mandado erguer pela Câmara Municipal, em pedra da região, tem à cabeceira três livros e sobre eles outro aberto em que se pode ler um excerto retirado de uma crónica publicada na *Revista Ilustrada*, vol II, 1891, página 207 e reproduzida no livro *A Minha Candidatura por Mogadouro*, página 105, bem como em *O Senhor Sete* editado pela Vega em 1993, página 222.

Oh! A minha terra!...

Como seria bom repousar aí! Em parte alguma repousaria melhor, decerto, do que além debaixo daquele céu que enviou aos meus olhos, mal nasci, o primeiro beijo de luz, como se fora uma carícia de Deus...

Trindade Coelho

Na tampa da sepultura a seguinte inscrição

José Francisco Trindade Coelho

Jornalista – Escritor – Magistrado

Nasceu em Mogadouro a 18-VI-1861

Morreu em Lisboa a 9-VIII-1908

Trasladado no ano do seu centenário

Homenagem

Dos seus

Conterrâneos

Com comemorações do centenário a que a Câmara Municipal achou condignas, foi descerrado numa das salas do Município um retrato de Trindade Coelho, pela nora do homenageado, seguindo-se, depois, um

almoço de confraternização, conforme documento da época na sede dos Bombeiros Voluntários.

Escrevem os jornais que fizeram a cobertura dos acontecimentos que, à tarde, houve concerto pela Banda de Mogadouro, no Largo Trindade Coelho, onde também se exibiu o rancho folclórico de Duas Igrejas, tendo sido lançado vistoso fogo de artifício, à noite.

A homenagem liderada pela Câmara Municipal de Mogadouro aquando do centenário do nascimento de Trindade Coelho foi o culminar de vontades que desde há muito tempo trabalhavam no sentido da materialização de um monumento que atestasse a passagem e a vivência na terra deste homem que obstinadamente se mostrou um transmuntano de parte inteira.

Terra de parques haveres, mobilizou vontades para que um monumento ao seu filho mais representativo fosse uma realidade e assim nasceram e desapareceram comissões cujo objectivo era erigir um monumento. 22 de Dezembro de 1938 e 27 de Abril de 1939¹¹⁶ viram nascer documentos que, se não deram frutos, ao menos criaram no espírito dos transmuntanos o desejo e a necessidade de dar vida ilimitada àquele que partira para a morte.

Foi moroso o percurso que conduziu o pensado ao realizado. Se é verdade que o sonho da construção da estátua nasceu cedo, a sua materialização foi um objectivo difícil de concretizar.

Em 27 de Janeiro de 1947 o *Jornal de Notícias* anunciava em forma de título numa das suas páginas A Casa de Trás-os-Montes em Lisboa inclui no seu programa de empreendimentos Um Monumento a Trindade Coelho, a partir de uma entrevista que o Presidente daquela organização,

¹¹⁶ Luís José Afonso Ruivo, *Trindade Coelho na História e nas Letras*, 1993, pp. 117-119.

Dr. João Almendra, tinha concedido ao referido jornal. Dizia o entrevistado que “com o auxílio da Câmara, dos distritos, de todos os transmontanos pretendia dar realidade à ideia, pagando assim uma dívida de gratidão ao espírito gentilíssimo e insigne dum homem cuja memoria dignifica a sua freguesia e a sua grande Pátria: o Mogadouro e Portugal”.¹¹⁷ Afirmava, ainda, que havia já uma maquete que não era definitiva, tendo sido constituída uma Comissão pró-monumento que ele integrava, bem como o jornalista Dr. Norberto Lopes, o major Álvaro Cepeda e um representante do concelho, pensando iniciar a construção da obra nos começos da Primavera.

Não obstante a boa vontade demonstrada por alguns transmontanos, mormente da sua Associação representada em Lisboa, dificilmente se concretizava o desiderato, ao ponto de o Presidente da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro escrever uma carta ao *Diário Popular*, publicada em 30 de Novembro de 1951, lamentando que o atraso na construção se devia à Câmara Municipal de Mogadouro, sob a presidência de Altino de Moraes Pimentel que em vez de acarinhar a ideia defendida e apadrinhada pela Casa de Trás-os-Montes só lhe criou obstáculos, levando aquele organismo e um grupo de artistas e transmontanos ilustres que estavam empenhados na iniciativa a desinteressar-se¹¹⁸.

Este processo enviesado era objecto de notícias na imprensa, já que a espera por algo prometido que não mais chegava, causava alguma perturbação para uma população ansiosa por um monumento há muito anunciado e que não passava da virtualidade.

¹¹⁷ *Jornal de Notícias*, 27 de Janeiro de 1947.

¹¹⁸ Informação colhida de Hironidino da Paixão Fernandes, in *Revista Brigantia* vol. XXVII, 1/2/3/4 de Jan/Dez/2007, p. 416.

Talvez para acalmar os espíritos mais inquietos, o Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, Dr. Altino Norberto de Morais Pimentel, tenha dirigido uma carta ao *Mensageiro de Bragança* que este jornal publicou em 14 de Agosto de 1959 dando conta das diligências operadas para levar a cabo a construção do monumento em Mogadouro.¹¹⁹

Escreve o signatário que, passados vinte anos de uma comissão de mogadourenses não ter levado a cabo a construção do monumento, tomou a Câmara a seu cargo a referida construção, tendo dirigido uma carta ao escultor Leopoldo de Almeida em 6 de Agosto de 1949 encarregando-o do trabalho desejado.

O monumento custava à volta de 200 contos, não tendo as subscrições realizadas sido suficientes para produzirem as verbas necessárias e a Câmara Municipal não podia suprir as faltas, por isso, a Câmara solicitou a comparticipação do Estado, assumindo a edilidade mogadourense as despesas de construção do plinto, segundo projecto a elaborar, de acordo com o escultor, cuja escolha foi aprovada pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização em 4 de Julho de 1955.

Não obstante a Câmara Municipal ter solicitado a verba por várias vezes ao Ministério das Obras Públicas somente em 1958 a mesma foi disponibilizada, estando em execução naquela altura.

Levar a cabo a construção da estátua não foi tarefa fácil, contudo, depois de erigida não foi unânime a apreciação que dela fizeram os mogadourenses mais esclarecidos. Em 29 de Maio de 1955 *O Mensageiro de Bragança* pela mão de Casimiro de Morais Machado e José A. Guimarães comentava

¹¹⁹ *Mensageiro de Bragança*, 14 de Agosto de 1959.

(...) Quanto ao indumento inventado, é simplesmente grotesco. É deveras chocante a visão.

Trindade Coelho, de severo aprumo, foi homem de sociedade e envergava com igual distinção o paletó com calça vincada e chapéu mole, como sobrecasaca com cartola, e as largas pregas da beca honrada caíam-lhe com impecável elegância.

Portanto, aquele não é Trindade Coelho; - é um homúnculo curvado ao peso da desgraça, que ninguém conhece e como há muitos. É um simples corpo de barro, a que falta a alma produtora da beleza. É um vulto indeterminado, inexpressivo...

O delicado Artista do sentimento e da forma não descreveu a rusticidade do povo, sublimou o bucolismo dos queridos conterrâneos.

Ao ver-lhe o corpo tão desfigurado, adivinhamos o desconhecimento do seu extraordinário espírito, o que é realmente confrangedor.¹²⁰

Se a apreciação de Casimiro de Moraes Machado não abona em favor do trabalho realizado por Leopoldo de Almeida, José A. Guimarães, no mesmo jornal escreve:

Logo à primeira olhada nos desagradou o trabalho, não somente na atitude, mas especialmente na falta de expressão individual, que ainda se conhece.

(...)

No entanto, colhemos a sua atraente fisionomia, através de muitos e bons retratos, um na posição escolhida, reproduzida e vulgarizado na “*Autobiografia e Cartas*”. Compare-se este último com o trabalho modelado, e verificar-se-á, *a priori*, que têm tantas parecenças como um ovo com um espeto, como é uso dizer-se.¹²¹

Em Dezembro de 1960, voltando, de novo, à estátua de Trindade Coelho escreve o articulista:

¹²⁰ *Mensagem*, 29 de Maio de 1955.

¹²¹ *Ibidem*.

(...)

E, vagorosamente, contemplei esse vulto negro, sentado, a medo, numa cadeira e mostrando aos circunstantes uma caneta na dextra e um livro na sinistra. Com olhar carinhoso olhei aquela figura, que o notável escultor diz ser a de um dos maiores contistas portugueses!

Duvidoso, mirei e remirei: nada!

Vá então de lançar as melhores achegas da memória, recordando as fotografias do insigne mogadourense e as páginas sublimes da sua grandiosa obra. Mas, mais uma vez... nada!

(...)

nada nos diz que a figura esbelta, normalmente com indumentária de talhe primoroso, de Trindade Coelho, corresponde àquele mamarracho que ora olhamos desolados.

Que pena que o grande escultor, grande com letra maiúscula, incontestavelmente, não tivesse estudado, prévia e convenientemente, os elementos basilares para a realização, com verdade, do seu trabalho!¹²²

Dando conta da existência da estátua na vila, escreve Armando Pimentel no *Jornal de Notícias* de 31 de Maio de 1961 um artigo que inicia com uma crítica que julgamos importante transcrever:

Já – já se encontra na sua vila, no seu largo, em frente à sua casa. Há quem goste de o ver tal e qual – e há quem diga que não.

Uns afirmam que sim senhor – é ele mesmo; outros que nem semelhanças – e que mais isto e mais aquilo.

Até pelas botas lhe pegaram – que são de elásticos. Com botas de elásticos! Ele que nunca o foi! – “Mas estão ali muito bem, porque era o que então se usava” – esclarece um seu conterrâneo. (...) ¹²³

¹²² mmmmmmm

¹²³ jjjjjjjj

A estátua era afinal um ponto alto na vila de Mogadouro e dos mogadourenses. Era o perpetuar de uma existência que dava à pacatez da vila transmontana num planalto a 1000 metros de altitude. A terra via, enfim, concretizado o seu desejo e os seus habitantes sentiam-se satisfeitos. O *Diário de Lisboa* em 3 de Junho de 1959, manifestando o seu agrado, escrevia:

Mestre Leopoldo de Almeida está a dar os últimos retoques na estátua de Trindade Coelho que será inaugurada em Mogadouro na data em que se comemora o centenário do nascimento do grande transmontano. É uma obra notável, em tudo digna do seu primoroso talento de escultor e do homem íntegro e bondoso a cuja memória se pretende prestar homenagem. O artista escolheu para a estátua, que será fundida em bronze e assentará sobre um bloco rude de granito, a posição que lhe pareceu mais adequada. O escritor está sentado num pedregulho que emerge desse bloco, numa atitude de repouso e de meditação, segurando numa das mãos o volume dos “*Meus Amores*”. A figura tem, ao mesmo tempo, a dignidade requerida pelo magistrado e a naturalidade despretensiosa do homem de letras. A semelhança física é flagrante. Um sorriso de bondade, que era a pedra de toque do seu carácter, espiritualiza a fisionomia de Trindade Coelho. O escultor não se limitou a reproduzir friamente as linhas do modelo, cuja recordação conserva ainda na memória, visto que Trindade Coelho foi incidentalmente seu examinador numa escola técnica, e do qual lhe foram facultados pela família diversos retratos de frente e de perfil. Imprimiu à fisionomia aquele halo de espiritualidade que traduz a nobreza de uma grande alma dentro de um corpo de linhas másculas e vigorosas. O físico do escritor está, assim, de acordo com a recordação que dele guardam aqueles que o conheceram de perto e os seus traços fisionómicos foram fielmente reproduzidos

pelo escultor, que realizou com inteira probidade uma obra válida, dentro dos moldes que caracterizam a sua arte consumada de grande estatuário.¹²⁴

Acerca da estátua de Trindade Coelho, conta o *Jornal de Notícias* de 30 de Janeiro de 1961, em artigo assinado por Cabral Adão, médico, grande admirador de Trindade Coelho, que a estátua, executada em Vila Nova de Gaia, e uma vez concluída, aproveitando a Câmara Mogadouro um transporte, fê-la montar em cima de um pedestal de granito claro ao meio da praça Trindade Coelho, onde hoje se encontra, sem qualquer tipo de identificação e sem legendas, permanecendo, assim, por muito tempo sem que se soubesse quem celebrizava. Tratando-se de um local nevrálgico no pulsar da vila porque muita gente por lá passava, desconhecendo quem era aquele homem de bigodes, sentado numas pedras e muito escuro, apelidou-a de O Preto. E o Preto foi o ponto de encontro para muita gente já habituada à presença tutelar de alguém que, para estar ali, seria importante, até que a estátua, inaugurada em 18 de Junho de 1961, deu a conhecer a todos que se tratava do mogadourense mais ilustre da terra: José Francisco Trindade Coelho, a quem, em dia de consagração na sua terra, foi lido o soneto de autoria de Telmo da Fonseca.

A Trindade Coelho

(Lido no acto da inauguração da estátua no Largo que tem o seu nome)

Ei-lo aí – espelho da Bondade
Entre clarões e auréolas de amor;
A face da Justiça e o ‘splendor
Duma vida no culto da Verdade!

¹²⁴ *Diário de Lisboa*, 3 de Junho de 1959.

Aqui o damos à posteridade
Nesta hora solene e de fulgor;
Símbolo vivo e rútilo da cor
Beijado pelo azul da imensidade...

Ei-lo aí – nas suas mãos as ‘spadas
Sem lâminas nem gumes, mas doiradas
P’lo amor do povo, - agradecido e terno...

Aqui o temos junto a nós, é nosso...
Pudera eu cantá-lo, e se não posso,
Curvo-me, humilde, ante o seu bronze eterno...

Mogadouro, 18 de Junho de 1961¹²⁵

Telmo da Fonseca

¹²⁵ Poema escrito e lido por Telmo da Fonseca em 18 de Junho de 1961, dia da inauguração da estátua de Trindade Coelho, em Mogadouro.

III. LEITURA CRÍTICA DA OBRA TRINDADEANA

III. 1. Os contos

III. 1.1. Etimologia da palavra “conto”

Antes de nos debruçarmos sobre a actividade de Trindade Coelho, como criador do conto, detenhamo-nos na palavra “conto” e no seu percurso diacrónico através de alguns estudiosos que se têm dedicado ao assunto, quer sob o ponto de vista linguístico, quer sob o ponto de vista literário.

Massaud Moisés que a esta matéria dedicou parte dos seus estudos, depois de enumerar as várias acepções da palavra em Português, aponta sentidos no âmbito da Literatura: história, narração, historieta, fábula e caso, adiantando, ainda que:

a palavra “conto”, em suas respectivas diferenciações, só é usada em Espanhol e Francês, respectivamente *cuento* e *conte*.

Em Inglês, concorrem as palavras *short-story*, para o uso de narrativas de carácter eminentemente literário, e *tale* para o caso de contos populares e folclóricos. Em alemão, usa-se *Novelle* e *Erzählung*, no sentido de *short-story*, e *Märchen* no sentido de *tale*.

Em italiano, *novelle* e *racconto*.¹²⁶

Se manusearmos os compêndios da especialidade, muitas são as definições que aureolam a palavra, tornando-a polissémica.

¹²⁶ Massaud Moisés, *A Criação Literária*, VIII capítulo – 1. A palavra “Conto”, p. 119.

Segundo José Pedro Machado¹²⁷ o vocábulo Conto tem origem no latim *computu* que significa “cálculo, conto” terá aparecido pela primeira vez no léxico português em 1282

“saluo que esses marinheiros do conto que devem seer”.

Não se afastando de José Pedro Machado, Juan Paredes Núñez escreve

Etimológicamente la voz cuento, conte, conto, deriva del latín Computum (cálculo, cómputo). Del sentido primitivo de enumerar objectos, se pasó, por translación semántica a enumerar hechos. Según Corominas, la acepción “narrar”, “relatar”, propriamente “hacer un recuento”, derivada de contar, “calcular”, del étimo latino Computare, es tan antigua en castellano como la otra.¹²⁸

Divergindo dos autores atrás citados, Gaffiot¹²⁹ afirma que a palavra pode ter a sua origem no étimo latino *comminiscor* – imaginar, cujo participio é *commentus*, *a*, *um*, significando “ficção”, coisa imaginada, imaginação.

No *Dicionário Português-Latino* de Francisco Torrinha, Editorial Domingos Barreira, Porto, 2ª edição, s/d é possível encontrar várias aceções para a palavra conto, tais como “narração de aventuras imaginárias”, “narração para divertir”, “historieta”, “fábula”, “narração mentirosa”.

Em Isidro Pereira¹³⁰ o vocábulo *Kovtós* aparece com o significado de “frecha, gancho e dardo”.

O conceito que hoje temos de conto, como sendo uma história curta, simples, fácil, centralizada no fazer de um personagem principal,

¹²⁷ *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª edição, II vol. Livros Horizonte, 1977, p. 219.

¹²⁸ “El término “cuento” en la literatura románica medieval”, in *Bulletim Hispanique*, Tome LXXXVI, n°s 3-4, juillet-décembre 1984, Éd. Bière, Bordeaux, pp. 435-451.

¹²⁹ *Dictionnaire abrégé Latin-Français*, Paris, Hachette 1936, p. 126.

¹³⁰ *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1969, p. 328.

quase sempre herói, não se afasta muito dos vários significados que nos foram veiculadas pelos dicionários, embora o étimo grego se afaste semanticamente do conceito que adotamos para o conto, contudo se o conto é uma forma de estar em comunicação, de estar ligado a alguém, afigura-se-nos que metaforicamente os vocábulos “gancho” e “dardo” também, são meios de agarrarmos e sustermos alguém. História de um modo geral curta para jovens que à atenção ainda não dedicam grande parte do seu tempo por força de alguma imaturidade e incapacidade, debruçemo-nos, agora, no conto, enquanto produção literária.

III. 1.2. O conto como gênero narrativo

Vivemos tempos difíceis. As empresas exigem cada vez mais dos seus funcionários. O tempo é escasso para tudo o que há para fazer. A leitura, apesar da concorrência dos vários órgãos de comunicação ainda faz parte dos nossos hábitos.

Citando Vergílio Ferreira, vejamos o que a propósito dos momentos que correm escreveu:

Vivemos no tempo do fragmento. Nada é inteiro, consciente, estruturado nos seus elementos. Nada dá de si uma garantia no suporte do que lhe agente a segurança. Nada tem razão de ser. Um vento de desolação tudo arrancou, ficaram os restos dispersos do seu passar. E temos imensa pressa para irmos onde não sabemos, para irmos de novo a donde não tínhamos partido, não podemos perder tempo como quem o perdeu para nos realizar uma obra. Comemos ao balcão do nosso frenesim, corremos no alvoroço do nosso ser em febre, dormimos nos intervalos de estar sentado no autocarro da nossa velocidade. E lemos então no intervalo de dormir. Mas toda a nossa vida é feita de farrapos, de bocados, de duas sandes comidas no snack. Ou lemos durante, para mais

depressa. Não lemos por inteiro, não pensamos por inteiro, não somos em nada tudo.¹³¹

Tentando acompanhar o ritmo de vida que é característica da nossa existência, a literatura busca no conto. “a história breve de enredo simples e linear, caracterizado por uma forte concentração da diegese, do tempo e do espaço”.¹³² Afirmam ainda Aguiar e Silva que

o conto é alheio à intenção romanesca de representar o fluir do destino humano e a formação e o amadurecimento de uma personagem, pois a sua concentração estrutural não comporta a análise minudente das vivências do indivíduo e das suas relações com os outros. Um curto episódio, um caso humano interessante, uma recordação, etc., constituem o conteúdo do conto.¹³³

Esta conjugação resultante do pouco tempo e da vida fragmentada que o cidadão comum dispõe e o curto espaço de tempo para dedicar à leitura, criam as condições objectivas para que o conto seja a forma narrativa mais disponível para o acto de leitura.

Grande foi o caminho percorrido para que o conto seja, hoje, um tecido gráfico de fácil manuseamento e de acessível leitura. São temas diferentes tentando ficcionar um mundo que quotidianamente evoluciona e se transforma. Incapazes de identificar a data primórdia do conto, Massaud Moisés¹³⁴ remonta o seu aparecimento a alguns milhares de anos antes do nascimento de Cristo, apontando o conflito de Caim e Abel como um exemplar de conto. Ainda segundo o mesmo investigador brasileiro, citando a Bíblia, são considerados contos os

¹³¹ Vergílio Ferreira, *Pensar*, Livraria Bertrand, 1993, p. 123.

¹³² Conforme Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *A Estrutura do Romance*, Livraria Almedina, Coimbra, 1974, p. 105.

¹³³ *Ibidem*, p. 106.

¹³⁴ *A Criação Literária*, Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 7ª edição revista, p. 120.

episódios de Salomé, Rute, Judite, Susana, a história do filho pródigo, a ressurreição de Lázaro, o episódio do Rabi-Akiva e a história da Mãe Judia. Além da Bíblia, no antigo Egito, a história de *Os Dois Irmãos*, *Setna* e o *Livro Mágico*, ambas de autor desconhecido, do século XIV A.C. seriam verdadeiramente contos. Na Antiguidade Clássica teremos como exemplos – *A Matrona de Éfeso*, de Caio Petrónio, do século I da nossa era e *O Naufrágio de Simónides*, de Fedro (15 A.C. – 50 D.C.), bem como as fábulas de Esopo e Fedro.

Do Oriente, sobretudo da Arábia e Pérsia, chegam-nos contos que ainda hoje fazem as delícias dos leitores do mundo ocidental, como *Aladim e a Lâmpada Maravilhosa*, *Ali Babá e os Quarenta Ladrões*. Dos contistas hindus, é de realçar Somadeva, do século X A.C., autor de *Oceano de Histórias*.

Na Europa Ocidental, a Alta Idade Média, no período compreendido entre os séculos XII e XIV, os contos denominados de “*fabliaux*” são o resultado da prosificação das gestas cavaleirescas, considerando Bédier¹³⁵ uma pintura realista, satírica e maliciosa de determinados costumes da época. Desta época são ainda os *Contos de Cantuária* de Geoffrey Chaucer (1340-1400) verdadeira crónica social de Inglaterra nos finais do século XIV e que só será publicado em 1526, sendo considerado o primeiro escritor realista de Inglaterra.

Nos séculos XVI e XVII em Itália o conto atinge grande relevo graças, sobretudo, a Bocaccio no *Decameron*, recolha feita entre 1350 e 1355 de cem contos contados em dez jornadas por sete mulheres jovens, instruídas, nobres e belas, cujas idades vão entre os dezoito e os vinte e oito anos, a que se juntam três homens jovens, tendo o mais novo vinte

¹³⁵ Bédier, Joseph, *Ler Fabliaux, Études de Littérature Populaire et d'Histoire Littéraire du Moyen Âge*, 5ª edição, Genève, Slatkine, 1982, p. 32.

e cinco anos. Reunidos nos arredores de Florença para fugir à peste que em 1348 fustigava a cidade, cem contos descrevem a vida dos burgueses florentinos, dos servidores da igreja, as suas preocupações, adultérios, infidelidades, preocupações culturais, prazeres, através de uma imagem de usos e costumes do tempo num rosário de histórias onde impera com abundância a licenciosidade e os actos lúbricos.

É natural que o *Decameron* tenha influenciado grande parte da Europa Ocidental. Em Espanha são de destacar Cervantes (1547-1616) autor de *Novelas Exemplares* que marcam uma época no capítulo da pequena narração e Quevedo (1580-1645) autor de *La Hora de Todos*. Naturalmente que a França não poderia ficar à margem deste movimento contista que passava pelo ocidente europeu, conforme afirmámos. Podem-se salientar entre outros Charles Perrault (1628-1703), que escreveu *Contos do tempo passado*, Madame Aulnoy (1650-1705) com *Contos de Fadas ou Fadas da moda* e La Fontaine (1621-1695) que conhece um grande sucesso com a publicação em 1661 de *Contos e Novelas*, textos graciosos e licenciosos em verso irregular acerca de assuntos já tratados por Bocaccio e Ariosto.

Positivamente, contar histórias é uma das mais belas ocupações humanas: e a Grécia assim o compreendeu, divinizou Homero que não era mais que um sublime contador de contos da carochinha. Todas as outras ocupações humanas tendem mais ou menos a explorar o homem; só essa de contar histórias se dedica amoravelmente a entretê-lo o que fartas vezes equivale a consolá-lo¹³⁶. Uma forma de entretenimento ou de adormecimento a alicerçar-se na capacidade de contar de um emissor, quantas vezes, parco de palavras. João Gaspar Simões afirma que o

¹³⁶ Carta dirigida por Eça de Queirós aos condes de Arnoso e de Sabugosa, de Paris, em 8 de Fevereiro de 1895, in Eça de Queirós, *Correspondência*, 2º volume, INCM, 1983.

conto é uma arte limitada, sendo raro um contista de raça escrever um romance de vulto, acrescentando que o contista, na maior parte dos casos, quando tenta outras formas de ficção, fica aquém de si mesmo, qualquer coisa o inibe de se sentir à vontade¹³⁷, afirmação muito discutível, já que Eça de Queirós, Vergílio Ferreira e Saramago, foram contistas e afirmaram-se de modo inequívoco como autores de romances de vulto.

Na sua generalidade, o conto apresenta-se como um texto narrativo que exige menor esforço e menos primor de escrita, sendo, por isso, uma alternativa ao romance. Eça de Queirós em carta dirigida a Luiz de Magalhães em 17 de Junho de 1891 afirmava

Enquanto a Romance, nem V. Sabe quanto eu sou longo a trabalhar. Não tenho nada feito em gaveta – se não um pequeno estudo, que pela sua natureza um pouco crua não convinha à Revista. Mas posso dar contos. Digo isto – porque um romance que eu agora (findo o trabalho que tenho entre mãos) começasse a escrever – quem sabe quando o daria pronto? A minha verve está cada vez mais perra.¹³⁸

Criticando alguma falta de capacidade dos contistas, vejamos o que Eça escreve em 8 de Fevereiro de 1895, numa carta remetida de Paris aos Condes d’Arnos e de Sabugosa:

Infelizmente, quase sempre, os contistas estragam os seus contos por os encherem de literatura, de tanta literatura que nos sufoca a vida! Vós não sois desses: contaís simplesmente, com elegância, o que observais com verdade: e por isso nos dais histórias vivas que deixam uma emoção viva.¹³⁹

¹³⁷ João Gaspar Simões, *Literatura, Literatura, Literatura...*, De Sá de Miranda ao concretismo Brasileiro, Portugália Editora, Lisboa, 1964, p. 148.

¹³⁸ *Correspondência*, Livraria Chandron, de Lello & Irmãos Lda., Porto, 1925, p. 222.

¹³⁹ *Op. Cit.*, p. 260.

Se a Eça pertenceram alguns comentários menos favoráveis relativamente ao conto, outro grande escritor português que não deixou de publicar, também, um livro de Contos em 1976, com uma quinta edição em 1993 composto por 26 peças.

Em Nota Introdutória de 14 de Junho de 1976, declara Vergílio Ferreira:

Escrever contos foi-me sempre uma actividade marginal e eles relevam assim um pouco da desocupação e do ludismo. E se um conto (como uma cerâmica ou uma gravura), bem realizado, excede em importância um mal realizado romance (ou um quadro a óleo), será sempre um conto, ao que julgo, de uma dimensão menor que a de um romance.¹⁴⁰

Das características que temos vindo a apontar como presentes no conto, a extensão é uma das dominantes, contudo esse aspecto acaba por não ser um factor distintivo. Segundo Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes constitui, tal como o romance, a novela ou a epopeia, um género narrativo que é “normalmente definido e analisado em conexão com aqueles géneros narrativos e em particular com o romance”, nomeadamente no que diz respeito à extensão. Acrescentam, os referidos autores que

É necessário sublinhar que a extensão, só por si, não se afigura um decisivo factor distintivo, no plano teórico como nos das decorrentes implicações operatórias; a verdade, porém, é que essa é uma característica historicamente verificável e susceptível de condicionar a construção do conto.¹⁴¹

¹⁴⁰ Vergílio Ferreira, *Contos*, Bertrand Editora, Lisboa, 1993, p. 7.

¹⁴¹ Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996, p. 78.

Ao predominar a curta extensão, podemos afirmar que é um relato imaginativo que se pode transmitir a um público concreto, não necessariamente muito culto, jovem e receptivo a uma intenção moralizadora, de natureza doutrinária ou religiosa, conferindo-lhe uma unidade onde tudo converge para um texto fechado com o objectivo de provocar uma dada impressão num receptor. Podemos, perfeitamente, aceitar que começou por ser oral, contando um episódio curto, ao mesmo tempo que era condicionado pela capacidade de contar do contador, limitado no espaço e no tempo, o que o levava a alterar em conformidade com o seu temperamento ou a sua capacidade inventora. Passa, assim, da oralidade ao domínio da escrita, deixando de ter um destinatário ouvinte e presente para se dirigir a um leitor ausente.

Nesta metamorfose de contador para contista que escreve para um leitor anónimo, vão sendo criadas condições de escrita tendentes a propagar o texto e a proporcionar sentimentos, emoções, reflexões ou outras reacções que consolidem o canal comunicativo entre destinador e destinatário.

Sem perder de vista o modelo actancial de Greimas na linha dos estudos levados a cabo por Propp e condensados na *Morfologia do Conto*, sujeito vs objecto, destinador vs destinatário e adjuvante vs oponente, podemos apontar as características que dinamizam e entram na génese do conto constituído a partir da personagem, tempo, espaço e acção. A acção tem como suporte um herói que vive uma situação de conflito, decorrendo num espaço e tempo reduzidos. O espaço não tem que ser obrigatoriamente reduzido, nem o próprio tempo, contudo o narrador ao referir-se a estes elementos, fá-lo de um modo sintético, em poucas linhas, recorrendo a uma forma sumariamente narrativa, deixando, assim,

uma recordação mais forte no leitor, abrindo-lhe o campo de imaginação, postergando, por isso, a descrição e a dissertação, ao mesmo tempo que despreza elementos considerados acessórios. Sendo o conto uma narrativa fechada, prevalece um só conflito e uma só acção com princípio, meio e fim, através de uma linguagem simples, clara, precisa e concisa, de modo a obter a concentração do leitor.

Vivemos tempos de constante renovação novelística, poética e de frequente transgressão aos códigos. O registo escrito de Saramago é bem a prova de que a obra de arte literária não é de modo algum um texto estático, mas o resultado do efémero que nos acompanha no quotidiano. Se a estrutura do conto permaneceu durante muito tempo inalterável, de acordo com a matriz identificada em cem contos de fadas, o que levou Vladimir Prop a escrever a *Morfologia do Conto*, podemos afirmar que nem todos os contos mantêm a mesma configuração estrutural, havendo contos onde a componente descritiva se afirma em detrimento da narrativa. A título de exemplo, podíamos citar o conto *Civilização* de Eça de Queirós, onde a descrição das personagens e dos espaços dominam a sintagmática textual. Estas modificações operadas ao longo do tempo têm provocado, naturalmente, algumas dificuldades na classificação da obra literária.

Esta questão não tem passado ao lado dos estudos levados a cabo pelos teóricos da literatura por isso não admira que Dominique Combe afirme

Les genres littéraires, aujourd'hui, se portent bien. Certes, nombreuses sont les oeuvres "ouvertes" qui mettent en question les classifications, pour la plus grande perplexité des éditeurs, des libraires, des bibliothécaires et des critiques, parfois. Aussi, devant la difficulté insurmontable à ranger les oeuvres de Michaux, de Ponge ou de Jabès dans une quelconque classe générique, tel manuel ou telle

histoire littéraire préfèrent-ils en regrouper les auteurs sous la catégorie des “inventeurs” – c’est-à-dire, en somme, des “inclassables”.¹⁴²

III. 1.3. O conto na literatura portuguesa oitocentista

Falar do conto na sua perspectiva teórica, obriga a debruçar-nos sobre a sua produção literária em Portugal desde os seus alvores até Trindade Coelho, delineando o seu percurso até aos finais do século XIX, apontando alguns nomes que foram importantes na realização contística em Portugal.

A origem do conto ou “estória” oral corria de boca em boca. A sua origem perde-se na noite dos tempos. A introdução da tipografia na Península Ibérica em 1473 torna possível a divulgação do livro. A primeira obra impressa em Portugal remonta a 1494, o *Breviarium Braccarense*, abre as portas a um desenvolvimento que no século XVI se processará de modo paulatino. Segundo António José Saraiva¹⁴³ o número de impressores no nosso país anda à roda de 50, existindo em 1551 5 impressores em Lisboa, em 1567 esse número eleva-se a 6 e em 1631 tinha baixado para quatro.

Com a propagação do livro em Portugal, a leitura deixa de ser privilégio de uma só classe. Além do público letrado, diplomado pela Universidade, havia os leitores recrutados na corte, a clientela do Paço e a burguesia da capital, que imitava a nobreza, aspirando a parecer-se com ela¹⁴⁴. É variada a produção literária brotada em plena época dos descobrimentos, numa altura em que Fernão de Oliveira produz a

¹⁴² Dominique Combe, *Les genres littéraires*, Paris, Hachette supérieur, 2006, p. 4.

¹⁴³ António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, volume II, Jornal do Foro, Lisboa, 1953, p. 128.

¹⁴⁴ João Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa (das origens ao século XX)* Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987, p. 176.

primeira gramática de língua portuguesa em 1536. Romances de cavalaria, romances sentimentais e o romance pastoril compõem o naipe dos textos lidos por um público diversificado, onde o povo já despertava, alimentando-se, sobretudo, a partir de obras produzidas por Chiado, António José da Silva e Baltasar Dias, em séculos posteriores.

É neste clima de alguma inexperiência editorial, que aparece o primeiro livro de contos publicado em território português que conforme afirma Manuel de Faria e Sousa na *Europa Portuguesa*, tomo III, parte IV, cap. 8º, nº 67 “foi este o primeiro livro de novellas que saíu à luz em Hespanha¹⁴⁵”. É seu autor Gonçalo Fernandes Trancoso. Data de 1557 *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* que, divididos em três partes, são constituídos por trinta e oito contos, tendo a primeira parte 19 contos, a segundo nove e a terceira 10 pontos.

Pouco se sabe deste homem, de nome Gonçalo Fernandes, presumivelmente de Trancoso, nome de povoação da Beira Alta, localidade do famoso sapateiro, poeta popular e “profeta”, Gonçalo Anes Bandarra. Terá nascido entre 1515 e 1520, sendo já falecido em 1596¹⁴⁶. Foi provavelmente preceptor em Lisboa, ocupando-se também de astronomia, já que a única outra obra que dele resta é uma *Regra Geral para Aprender a Tirar com a Mão as festas Mudáveis*, publicada em Lisboa no ano de 1570, e, por algumas referências contidas na sua obra maior, devia saber de leis e de processos judiciais¹⁴⁷.

No prólogo-dedicatória à rainha D. Catarina, avó de D. Sebastião, expõe as razões da sua composição feita em período de grande peste,

¹⁴⁵ *Dicionário Bibliográfico Português*, III, Estudos de Inocêncio Francisco da Silva, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989, p. 156.

¹⁴⁶ João Gaspar Simões, (1987-p. 172).

¹⁴⁷ Éttore Finazzi-Agrò, *A novelística portuguesa do século XVI* Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978, p. 95.

semelhante ao que havia acontecido a Boccaccio quando escreveu *Decameron*, mostrando, também, alguns aspectos da sua vida familiar:

Ficando eu nesta cidade de Lisboa o ano de 1569, a tempo que por causa da peste (de que Deus nos guarde) quase todos os seus moradores a despovoavam, vi tantas causas que provocavam os ânimos a tristeza, que quem quisera escrevê-las tinha matéria para escrever um grande e mui lastimoso livro. Porque, de contagiosa enfermidade, havia cada dia feridos que sacramentar e grande multidão de mortos que enterrar, e a muitos órfãos chorar... Neste tempo de tanto trabalho me tocou o Senhor, alcançando-me tanta parte, que perdi no terrestre naufrágio uma filha de vinte e quatro anos, que em amor e obras me era mãe; um filho estudante; um neto moço do coro da Sé. E para mais minha lástima, perdi a mulher, que por suas virtudes era de mim amada, o que foi causa de grande tristeza minha. Tanto que, ainda que conhecia vir-me (toda esta desgraça) por meus pecados, da mão do Senhor, a carne, que é tão fraca, com a imaginação se ia cada dia metendo em tristes pensamentos, e tais, que me desinquietavam e provocavam a grande melancolia. Tanto que temi que o imaginar nos trabalhos presentes me fosse prejudicial ao corpo e alma... E com este temor, por fugir daquelas tristezas, determinei prender a imaginação em ferros, e com a ajuda de Deus Nosso Senhor pude tanto, que ao tempo que ela queria fazer chaminés de lamentações, a tirei delas e a pus a escrever contos de aventuras, histórias de proveito e exemplo, com alguns ditos de pessoas prudentes e graves, do qual esta é a Primeira Parte. E tendo-o de todo acabado, por ser já de tempo de saúde e eu me achar desalivado das imaginações que foram causa de escrever, quisera contentar-me com isso e guardar o livro.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Trancoso “*Histórias de Proveito e Exemplo*, Antologia Portuguesa organizado por Agostinho de Campos, Livraria Aillaud e Bertand, 2ª edição, Lisboa, 1923, p. X.

Mesmo em período de governação dos Filipes em Portugal, a obra tem grande divulgação, ao ponto de ter tido seis edições, contando-se até 1764, segundo João Palma-Ferreira¹⁴⁹ 16 reimpressões.

Não tendo a carga libidinosa que o *Decameron* apresenta, possuem estes contos características que configuram a forma breve da narrativa, quer pelo número reduzido de personagens, quer pela unidade de acção e de espaço, com uma feição utilitarista, transpondo os conceitos para a forma narrativa de entretenimento moralizador.

É verdade que Portugal vivia um período de grandes constrangimentos não só pelo facto de o tribunal inquisitório prevalecer sobre a liberdade dos cidadãos, como também pela circunstância de estarmos sob o domínio dos espanhóis. A falta de liberdade não permitia grande criatividade. A Inquisição espreitava e eram muitos os livros que iam engrossar o Índice através da Real Mesa Censória.

Os contos são expressamente publicados em função da catequística e de acordo com o código dos comportamentos cristãos. Com uma epígrafe de curta extensão, os contos tornam-se de fácil leitura, a que acresce uma localização espacio-temporal, permitindo alguma verosimilhança e uma maior adesão à matéria narrada, criando assim um universo pretensamente realista.

A religiosidade, através do recurso constante a Deus e aos santos, é instrumento que o autor utiliza como arquétipo para um comportamento de pendor maniqueísta onde a moral e a ética cristã sobressaem em toda a narrativa.

No conto primeiro, da Primeira parte, o narrador afirma no começo da narrativa

¹⁴⁹ Veja-se Prefácio, leituras de texto, glossário e notas a *Contos e Histórias de Proveitos e Exemplo*, INCM, Lisboa, 1974, pág. XLIII.

No princípio desta obra, me pareceu bem dizer que, ainda que é muito bom, como o é, rogar aos santos que roguem por nós e nos sejam advogados diante de nosso Senhor, para nos alcançar o que desejamos, todavia é necessário, nós, da nossa parte, fazer o que podemos para haver o que queremos. Porque, se nós fazemos o contrário do que rogamos, nunca o haveremos.¹⁵⁰

Ainda em forma de epígrafe, afirma

Que as donzelas obedientes, devotas e virtuosas, que por guardar sua honra se aventuram a perigo de vida, chamando por Deus, ele lhes acode. Trata de uma donzela tal, que é digno de ser lido.¹⁵¹

Na esteira do que é a moral popular e o que deve ser a prática do quotidiano com vista à obtenção do êxito, como se tratasse de umas linhas de orientação para a vida, não faltam contos que podemos considerar histórias de proveito e exemplo. O Conto XIII da Parte I é um exemplo de honestidade e estoicismo numa sociedade que no século XVI não primaria pelos melhores hábitos. Talvez um guia a seguir, de acordo com um primado que o narrador prescreve, mais uma vez, em forma de epígrafe

Que os que buscam sempre o acham. Trata de um ermitão e um pobre lavrador que quis antes um real bem ganhado que cento mal ganhados¹⁵²

A ordem social e as regras familiares não escapam ao narrador. Interrompendo, por vezes, a história para tecer considerações e dar conselhos, fazendo lembrar outros narradores que mais tarde assim procederam, como Almeida Garrett e Camilo Castelo Branco.

¹⁵⁰ *Op. cit.*, p. 3.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 10.

¹⁵² *Op. cit.*, p. 53.

Continuando Deus presente em muitas das suas histórias, lembrando a máxima que dos pobres será o reino dos céus, lembra no Conto XV na epígrafe

Que os pobres não desesperem nas demandas que lhes armam tiranos. Trata de dois irmãos que competiam em demanda um com outro e outras pessoas.¹⁵³

Em forma de moralizador, pondo a tónica, numa atitude pedagógica, interrompe a narrativa para acrescentar

Aqui notem, filhos e filhas, quanto lhe convém estar à obediência dos pais e não aceitar casamento sem concelho e bênção, por que não caiam em sua desgraça e, miseráveis, venham a seus irmãos pedir socorro, como este fez que, vendo-se o mais velho em tanta miséria, foi ao irmão e, com lágrimas, lhe disse:¹⁵⁴

Alardeando sólida formação religiosa, tem presente os preceitos da Igreja, através de uma obra de carácter moralizante, onde a intransigência parece ser uma constante. Punindo os faltosos, os ambiciosos e premiando os cumpridores em nome de Deus, muitos dos seus contos terminam em forma de oração com o intuito de servirem de exemplo à maneira da Idade Média. Tendo presente Deus e os Santos, os contos que compõem a segunda parte do livro terminam de, um modo geral, com a palavra *Ámen*.

O Conto X da Parte III, o último, portanto, mostra ainda o seu patriotismo, pondo em confronto o saber e a eficiência de um ourives português, muito bom oficial e homem curioso que chegado a Florença fez uma peça de ourivesaria que ourives fiorentinos recusaram fabricar,

¹⁵³ *Ibidem*, p. 66.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 67.

receando que não fossem remunerados no final do trabalho. Mais uma vez, tendo presente Deus, afirma no final do Conto:

(...) podemos tomar exemplo como devemos todos servir a Deus Nosso Senhor, guardando seus preceitos e mandamentos, à sua vontade, confiando que Ele muito melhor que o Duque terá cuidado de nos pagar à nossa vontade, perdoando-nos os pecados em que, por fraqueza, cada dia caímos. Como o Duque perdoou as falhas do ourives, e muito melhor, dando-nos aqui sua graça para nos arrepender e fazer penitência de todas nossas culpas e, sobretudo, nos dará depois a capa de glória para o gozar para sempre, sem fim. Amén.¹⁵⁵

A leitura dos *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* de Gonçalo Fernandes Trancoso transmite-nos a ideia de uma época em crise que é preciso ajudar a corrigir. Perpassa em todos os contos o sabor a um moralismo exacerbado, intolerante, eivado de religiosidade onde o céu e o inferno são os dois extremos por onde passam todos os que na terra cumprem o seu percurso vivencial.

A ausência de outros contos do tipo diferente contribui para o êxito editorial da obra de Trancoso que não deixa de ser um conjunto de textos de leitura fácil, onde o recurso ao diálogo e a consequente oralidade construídos através de sentenças e provérbios que muitos conhecem, são elementos suficientes a uma leitura de carácter morigerador para uma sociedade que ainda vivia dos fumos da Índia. Hábitos da época, educação, questões sociais, relações entre governantes e governados, relações familiares, inveja, comportamentos de mulheres, questões conjugais. Uma visão de um século onde os costumes já tinham sido aflorados de uma forma crítica, quer por D. Duarte no *Leal Conselheiro* e Gil Vicente reportando-se ao século precedente, sendo as

¹⁵⁵ *Op. cit.*, p. 357.

questões abordadas por Trancoso não muito diferentes, embora a devoção e religiosidade e, por vezes a superstição dêem um carácter um pouco monótono e repetitivo¹⁵⁶.

Segundo João Gaspar Simões “Trancoso não teve continuadores. O conto literário por ele inaugurado volta à origem – ao povo, que o criou, modelou, transformou ou fecundou”.¹⁵⁷

Com o desastre de Alcácer-Quibir em Agosto de 1578 e a morte do Cardeal D. Henrique em Janeiro de 1580, é aclamado rei de Portugal Filipe II de Espanha nas cortes de Tomar em 1581. O ambiente cultural e social não era muito favorável aos portugueses devido à censura eclesiástica e civil e dos castigos do Santo Ofício. O monopólio do ensino continuava nas mãos dos jesuítas. Perante este clima intimidatório e limitativo das liberdades, não admira que a literatura moralista tenha tido grande aceitação através das várias edições do livro de Gonçalo Fernandes Trancoso. Convenhamos que a produção ficcional não encontra grandes hipóteses de florescer, contudo não falta os que à poesia dedicam muito do seu estro.

De entre os que às letras e à perenidade da língua portuguesa deram o seu contributo, é de realçar o nome de Francisco Rodrigues Lobo, oriundo de cristãos-novos, natural de Leiria que imortalizou os rios Lis e Lena num conjunto de 10 Éclogas publicadas em 1605. Nascido em 1579 morreu afogado no Tejo quando se dirigia de Santarém para Lisboa.

Portanto, um grande contributo à novelística pastoril é considerado por João Gaspar Simões.

¹⁵⁶ Maria da Assunção Morais Monteiro, *O Conto no Diário de Miguel Torga*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2004, p. 45.

¹⁵⁷ *Op. cit.* (1987-183).

o nosso primeiro homem de letras a ocupar-se criticamente da arte do conto e da novela.¹⁵⁸

Nascido da nostalgia da Independência, com uma funda intenção nacionalista, *Corte na Aldeia*, publicada em 1619 é dedicada por Rodrigues Lobo ao Sr. D. Duarte, Marquês de Freçilha e de Malagam, com data de Leiria de 1 de Dezembro de 1618. A dedicatória é inspirada no facto de a nobreza se encontrar desgostosa por não possuir a corte, propriamente dita, vivendo na nostalgia da “idade dourada dos Portugueses” em que brilhava a corte dos seus Reis. “Fazer Corte nas Aldeias, renovando as saudades da passada com lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses”. Segundo Afonso Lopes Vieira que escreveu o Prefácio à *Corte na Aldeia*, mais precisamente, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, em Outubro de 1942, afirma que “Foi costume dizer-se que o modelo directo da Corte na Aldeia era o livro célebre do conde toscano Baldassare Castiglione, publicado em 1528, vertido para castelhano em 1534 pelo italianista espanhol Bascan, e, desde então, muitas vezes reimpresso”¹⁵⁹.

Rodrigues Lobo imagina uma aldeia próxima de Lisboa, “Perto da cidade principal da Lusitânia está uma graciosa Aldeia que com igual distância fica situada à vista do mar Oceano”¹⁶⁰. Em sucessivas noites de inverno reúnem-se em casa de Leonardo, antigo membro da Corte, vários homens educados, o Dr. Lívio, antigo magistrado e muito lido em histórias de humanidades, o fidalgo patriota D. Júlio, o estudante Píndaro, poeta nas horas vagas, o velho Solino, espírito irónico e

¹⁵⁸ *Op. cit.* (1987-177).

¹⁵⁹ Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Prefácio e Notas de Afonso Lopes Vieira, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1942, pps. XI-XII.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 5.

mordaz, e ainda Feliciano, um prior e um soldado. Em conversa animada discutem sobre assuntos vários que se reportam à formação integral de um cortesão e homem discreto.

Constituído por dezasseis diálogos de carácter pedagógico, articulam-se como um texto ficcional onde não faltam preocupações acerca da prática da língua portuguesa e de comportamentos éticos não muito distantes do que já tínhamos observado no livro de Gonçalo Fernandes Trancoso, embora não citando os *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*, Rodrigues Lobo utiliza os diálogos X e XI para falar acerca dos Contos, através de personagens, a que deu o nome de “Da maneira de contar histórias na conversação” e “Dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação”.

Acerca da arte de contar histórias e contos, um dos intervenientes no Dialogo X, Feliciano afirma:

Essa diferença me parece que se deve fazer dos contos às histórias; que elas pedem mais palavras que eles, e dão maior lugar ao ornamento e concerto das razões, levando-as de maneira que vão afeiçoando o desejo dos ouvintes; e os contos não querem tanto de retórica porque o principal em que consistem é a graça do que fala, e na que tem de seu a cousa que se conta.¹⁶¹

Contemporâneo de Gonçalo Fernandes Trancoso é Francisco Rodrigues Lobo (1580-1621) que escreve *Corte na Aldeia* publicado em 1619 numa época em que o conto ainda dava os primeiros passos e a produção literária coartada pela censura architectava meios para se afirmar, com o poderio filipino a governar Portugal. Sem perder de vista aspectos tendentes a melhorar a conversação, bem como contribuir para a sua melhoria, a *Corte na Aldeia* é um trabalho de carácter crítico,

¹⁶¹ Francisco Rodrigues Lobo (1942-1999).

didático e literário repartido por dezasseis capítulos dedicados ao sr. D. Duarte, Marquês de Frecilha e de Malagam.

No diálogo XI denominado *Dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação*, a propósito de contos galantes, afirma o Doutor Lívio, uma das personagens dos diálogos:

pois eles não consistem em mais que em dizer com breves e boas palavras uma cousa sucedida graciosamente. São eles contos de três maneiras: uns, fundados em descuidos e desatentos; outros, em mera ignorância; outros, em engano e subtileza. Os primeiros e segundos têm mais graça e provocam mais o riso, e constam de menos razões porque somente se conta o caso, dizendo o cortesão com graça própria os erros alheios. Os terceiros sofrem mais palavras, porque deve o que conta referir o como se houve o discreto com o outro que o era menos, ou que na ocasião ficou mais enganado¹⁶².

No século XVII e princípios do século XVIII, digno do nome de ficcionista na área da novelística doutrinal revela-se o padre Manuel Bernardes. Clérigo secular da Congregação do Oratório de Jesus Cristo, nasceu em Lisboa em 1644, vindo a falecer em 1710, tendo enlouquecido dois anos antes do seu falecimento.

Grande mestre da língua portuguesa, legou-nos milhares de páginas, sendo a sua obra mais notável *Nova Floresta ou Silva de vários apotegmas e ditos sentenciosos, espirituais e morais, com reflexões, em que o útil da doutrina se alia com o vário da erudição, assim divina como humana*, em cinco volumes saídos em 1706-1708-1711-1726-1728.

Toda a obra do Padre Manuel Bernardes é de carácter religioso e espiritual, místico e narrativo. O tema obsessivo é a incerteza da salvação, o horror ao pecado, a angústia perante a ideia da morte como

¹⁶² Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, p. 214.

passagem para uma eternidade incerta, o terror do inferno, a oração mental e a sua importância na vida cristã¹⁶³.

A *Nova Floresta* é dedicada e oferecida à Soberana Mãe da divina Graça, Maria santíssima, Senhora nossa, radizando a sua estrutura nos apotegmas ou ditos sentenciosos que servem para exemplificar a doutrina exposta. Muito marcado pela religiosidade e pelo intuito moralizador, utiliza com frequência exemplos ou contos exemplares arrancados à história ou à mitologia, ao Evangelho ou à vida quotidiana, com a descrição de ambientes e gestos, servidos por uma linguagem natural e simples, espontânea e ingênua, convidativa ao prazer de ler. A verosimilhança dos exemplos é conferida pela presença do narrador e da utilização da primeira pessoa do singular.

Os temas são expostos por ordem alfabética, não indo além do J, focando entre outros – Abstinência e Jejum, Alegria e Tristeza, Alma, Amizade, Armas, Astúcia, Bailes, Bens temporais, Constância e Inconstância, Desprezo do mundo e seus bens, Devoção, fervor espiritual, Esmola, Estado religioso e vocação, Fé católica, religião cristã, Furto, Gula, Ebriedade, Luxo, Hipocrisia e fingimento, Humildade, Inferno e Purgatório, Honra, Fama e Opinião.

Cada tema começa pela exposição de um conto ou exemplo, de onde extrai, de seguida, uma doutrinação moral, narrada com tal convicção e simplicidade geradora de uma atmosfera de convicção e de veracidade, tendente a tornar convincente o que acaba de contar, servindo-se, inclusivamente, de espaço e tempo que são do conhecimento de todos. Vejamos, a título de exemplo:

¹⁶³ Lucília Gonçalves Pires, *Imagens da Obra do Padre Manuel Bernardes* (Apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária) Seara Nova, Lisboa, 1978, p. 14.

No ano da fome de 1694, na vila de Britiandos (que é na Província do Minho) um pobre homem, rodeado de filhinhos que lhe pediam pão, disse mui compadecido:

- Não tenho que vos dar, mas vamos outra vez peneirar uns poucos de farelos que estão naquela teiga a ver se lançam algum punhado de farinha.

Assim o fez; e de uns pós que saíram à pura diligência de agitar a peneira fez umas papinhas, mais para enganar que para satisfazer a presente necessidade. No mesmo tempo que estava ocupado nisto bateu à porta outro pobre que vinha morrendo de fome e pedia socorro como quem pede Sacramentos.

- Irmão, respondeu o de casa, eu não tenho mais que o que vedes: chegai e comamos todos, que Deus, que dá para uns, dará para os outros.

Esta largueza, tirada da mesma miséria pelo alambique da Caridade, agradou tanto àquele Senhor que se gloria do título de Pai dos pobres, que o mostrou com um milagre. Porque no seguinte dia (em que já não havia que esperar) reparou este homem esmolar que os mesmos farelos andavam à roda na teiga, como em redemoinho, e lançavam pó de farinha pela borda como sucede na pedra de um moinho quando trabalha. Recolheu pois a farinha que lhe bastava para o sustento daquele dia e o redemoinho cessou. E pelos dias seguintes (não averigui quantos) sucedia o mesmo à vista de muitos que acudiam a ver a maravilha e foram testemunhas de que os farelos andavam à roda e despediam de si farinha sem mão humana bulir com eles¹⁶⁴.

Mostrando-se um exímio contador de histórias, misturando o fantástico com alguma realidade e assumindo-se também como narrador participante que vê e observa, movendo os corações a aceitarem Deus, a fé Católica e as suas verdades¹⁶⁵ recorre bastas vezes a Deus, a partir de uma credulidade e de um ascetismo onde a miséria do homem e a

¹⁶⁴ Padre Manuel Bernardes, *Nova Floresta*, vol II, Livraria Chadron, Lello & Irmão, Editores, Porto, 1909, pp. 172-173.

¹⁶⁵ João David Pinto Correia, *Luz e Calor do Padre Manuel Bernardes: Estrutura e Discurso*, Livraria Almedina, Coimbra, 1978, p. 182.

grandeza de Deus são postos em contraste, através de uma exuberância verbal que não deixa de ter em conta o termo exacto, a frase sóbria de recorte nítido, de modo a que a sua comunicação produzisse eficácia, não fosse ele um pregador e um utilizador da palavra de Deus ao serviço de uma causa a que tinha aderido como membro da Congregação do Oratório e cuja função dominante é a de influenciar o destinatário.

Os séculos XVII e XVIII apresentam-se-nos como centúrias moralizantes que divergindo para outras áreas tão bem representadas, entre outros, pelo Padre António Vieira, através dos *Sermões*, ou ainda por Dom Francisco Manuel de Melo nos *Apólogos Dialogais e Carta de Guia de Casados*, houve ainda quem utilizasse os Contos nas suas práticas moralizantes, citamos ainda o Padre Francisco Saraiva de Sousa, presbítero secular, licenciado em Direito Canónico e Pároco na freguesia de N. S. Dos Mártires, de Lisboa. Natural da vila de Trancoso, nada constando, porém, quanto às datas do seu nascimento e óbito¹⁶⁶. Legou-nos *Báculo Pastoral de Flores de Exemplos Divinos, Colhidas de Vária, e Autêntica História Espiritual sobre a Doutrina Cristã*, publicado em 1624, onde alternam pequenas narrativas de tipo apologal com verdadeiros contos, alguns deles de pronunciado sabor tradicional¹⁶⁷.

De salientar Soror Maria do Céu, franciscana e abadessa no Convento de Nossa Senhora da Esperança em Lisboa, nascida em 11 de Setembro de 1658 e falecida, presumivelmente, em 1753. Escreveu em português e castelhano, prosa e verso gongórico, tendo utilizado o criptónimo de Maria Clemência, deixou-nos uma produção considerável. Em *Aves Ilustradas em Avisos para as Religiosas Servirem os Ofícios dos seus*

¹⁶⁶ Veja-se *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo Terceiro, Inocêncio Francisco da Silva, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. 58.

¹⁶⁷ João Gaspar Simões (1987-185).

Mosteiros, publicada em 1734, a autora fala às monjas do convento, desde a abadessa à rodeira e à jardineira, a todas dando conselhos servindo-se de aves, “aves ilustradas”, como o pavão, a andorinha, o chamariz, o pintassilgo, o papagaio, o pardal, a pega e o ganso entre outros. São estas aves ou outros elementos da natureza que contam os contos ou exemplos¹⁶⁸ cujas personagens são insectos ou aves, elementos da natureza ou os deuses da mitologia.

Na esteira do Padre Manuel Bernardes, é de salientar o Padre Manuel Consciência, natural de Lisboa, que depois de receber na Universidade de Coimbra o grau de licenciado em Direito Civil, abraçou o estado eclesiástico, ordenando-se presbítero e entrando na Congregação do Oratório de Lisboa a 2 de Fevereiro de 1698¹⁶⁹. Tendo nascido em Lisboa em 1669, vindo a falecer em 1739, segundo Jacinto do Prado Coelho:

Condimentou obras morais com ditos e casos anedóticos (Séneca, os poetas latinos, os historiadores são, a par da Bíblia, algumas das suas fontes), manejando um estilo claro e ágil, que o situa entre os bons clássicos da língua. (...) Compôs uma *Floresta Novíssima* (2 vols., 1735-1737) de “sentenciosas acções” cujos heróis ora pertencem à Antiguidade (Alexandre, Diágenes) ora os tempos modernos (D. João I). A Santa Maria Madalena deu lugar privilegiado. Da fecunda produção do A. Salientam-se ainda a *Academia Universal de vária erudição* (1732) e *A mocidade enganada e desenganada* (6 vols., 1729-1738).¹⁷⁰

Com a chegada do século XIX, os ecos da Revolução Francesa, a fuga da família real para o Brasil por força das invasões francesas, com o país a braços com uma guerra civil que findará com um armistício que

¹⁶⁸ *Ibidem*, pp. 185-186.

¹⁶⁹ Inocêncio Francisco da Silva, Tomo V, p. 400.

¹⁷⁰ Veja-se *Dicionário de Literatura*, 1º volume, Livraria Figueirinhas, Porto, 1978, p. 196.

terá lugar em Évora-Monte e culminará na constituição de 23 de Setembro de 1822, a falta de liberdade de expressão motivada por condicionamentos de ordem política e religiosa, restringiu a capacidade criadora do sujeito testemunha e revelador do complexo histórico, social, psicológico e ideológico onde vive. Se os textos moralizantes, religiosos e doutrinários marcam o timbre dos séculos XVI, XVII e XVIII, outros contributos temáticos marcarão o século XIX que conhecerá uma fase de grande esplendor. Grandes são as alterações do gosto literário operadas neste século, anotado por novas concepções da expressão artística, motivadas pelo desenvolvimento da crítica filosófica, do esgotamento da estética clássica. É verdade que a Revolução Francesa alterou profundamente o xadrez social ao tentar diminuir ou mesmo acabar com diferentes sociais reclamadas há muito. Se a liberdade, igualdade e fraternidade não foram conquistadas em pleno, ao mesmo tempo que nasce uma classe burguesa endinheirada, aparece um povo, nova classe constituinte, consciente do seu papel na sociedade: desejoso de sacudir o domínio dos poderosos, ao mesmo tempo que, recebendo dos intelectuais a informação necessária, tenta chegar aos arcanos do conhecimento através de textos que lhes são proporcionados, de leitura fácil e onde o homem acaba por ter um papel preponderante. O trabalho, o campo, a luta pela igualdade e a ruptura com o que está incorrecto, a pequena história, da História simples, desafectada e com laivos de despreziosa, espelho da vida ingénuo e inofensivo do leitor, vão definindo o conto do século XIX. A linguagem facilmente adaptável ao contador da história, torna o conto, quer seja proveniente da tradição oral ou fruto da imaginação de um autor, facilmente transmissível e transformável. Quem conta um conto acrescenta sempre um ponto.

André Jolles, em *Formes Simples* afirma

Dans la Forme simple, le langage reste au contraire mobile, général, chaque fois autre. On a costume de dire que chacun peut raconter un conte, une Geste, une légende “avec ses mots propres”.¹⁷¹

Embora as guerras civis desestabilizassem o universo político e social no nosso país, a imprensa marca um papel importante na divulgação do que literariamente vai acontecendo em Portugal. Era a forma mais eficaz e rápida de fazer chegar ao público leitor o romance em forma de folhetim ou do conto, que dada a sua extensão cabia perfeitamente em jornais da época. *Panorama, Revista Universal Lisbonense, Arquivo Universal* são alguns dos periódicos que acolhem os escritores da época. Almeida Garrett (1799-1854) publicaria os primeiros textos de *Viagens na minha terra* na *Revista Universal Lisbonense*. Homem de contradições, pondo-se em causa em relação ao romantismo por ele iniciado com a publicação de *Camões* e *D. Branca*, em 1825 e 1826, respectivamente, escreverá no final do Capítulo X de *Viagens na minha terra* publicado em 1843

Ainda assim, belas e amáveis leitoras, entendamo-nos: o que eu vou contar não é um romance, não tem aventuras enredadas, peripécias, situações e incidentes raros; é uma história simples e singela, sinceramente contada e sem pretensão.

Acabemos aqui o capítulo em forma de prólogo; e a matéria do meu conto para o seguinte.¹⁷²

Contemporâneo de Garrett, combatente da causa liberal é, também, Alexandre Herculano (1810-1877), autodidacta, conservador da Biblioteca Municipal do Porto, criada durante o cerco do Porto, lugar

¹⁷¹ *Op. cit.*, p. 186.

¹⁷² Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*, Manuel Barreira-Editor, Porto, 1956, p. 75.

que abandonou em 1836; mais tarde seria director da Biblioteca da Ajuda, sem ser considerado um contista, não deixou de publicar na revista *Panorama* entre 1839 e 1844, mais tarde publicadas em livro, *Lendas e Narrativas*, conjunto de histórias, produto da sua imaginação, a partir de acontecimentos históricos e lendas da Idade Média.

As *Lendas e Narrativas* são constituídas pelas seguintes histórias ocorridas em datas que vão desde o princípio da nacionalidade até ao século XIX, data em que se dá um acontecimento, presumivelmente, verídico, que Herculano entende contar:

A Morte da Lidador (1170); Arras por foro de Espanha (1371-1372); O Castelo de Faria (1373); A Abóbada (1401); De Jersey a Granville (1831); Alcaide de Santarém (950-961); A Dama Pé-de-Cabra (século XII); O Bispo Negro (1130); A tomada de Silves (1185-1189) e O Pároco da Aldeia (1825)

Sustentados por documentos de arquivo, estas lendas e narrativas, na generalidade, lembram mais romances históricos embrionários, que contos, excepção que pode ser feita a *O Pároco da Aldeia* e *De Jersey a Granville* que parece ser um relato verídico de uma viagem levada a cabo pelo narrador.

Na vertente historicista iniciada por Alexandre Herculano, há a considerar Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) que, não tendo concluído por doença o curso universitário iniciado em Coimbra, se tornou assíduo da Biblioteca da Ajuda onde terá convivido com Alexandre Herculano. Autor prolixo e de grande variedade, deixou as suas Obras Completas compostas por 41 volumes. *Dos Contos e Lendas* publicadas postumamente em 1873 há a destacar *Ódio velho não cansa*, entusiasticamente festejado por Alexandre Herculano e ainda um dos

seus textos mais conhecidos *A Última Corrida de Touros em Salvaterra*, traduzido para inglês¹⁷³.

Com o incremento da imprensa periódica em Portugal, o conto-folhetim vê a oportunidade de ser conhecido e divulgado com mais facilidade. À noite, ao serão, os poucos que sabem ler fazem-no para aqueles que ainda não tiveram acesso às primeiras letras. O jornal torna-se, assim, pretexto para transmissão de conhecimento e difusão do que de novo se produzia em Portugal no panorama literário. A leitura colectiva à noite ao serão unia as famílias tornando-as mais solidárias e mais sabedoras. Os folhetins colocados no jornal em forma de rodapé, uma vez reunidas constituiriam, mais tarde, um livro que poderia ser relido. O escritor acabava por ter mais incentivos: sabia que ao escrever, iria ser lido, criticado e apreciado. Saltava do anonimato para a praça pública da discussão. Era conhecido por aquilo que escrevia. Não se dando a conhecer pelo seu aspecto físico, encaminhava-se para uma espécie de endeusamento, o que poucos enjeitavam. Por volta da segunda metade do século XIX, o folhetinista torna-se uma espécie de instituição nacional. António Pedro Lopes de Mendonça, Evaristo Basto, Guilherme de Azevedo, Manuel Roussado, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão e Júlio César Machado são alguns dos mais cotados contistas que aparecem, amiudamente, nas páginas dos jornais. Eça de Queirós estreiar-se-á nas letras como folhetinista na *Gazeta de Portugal*, aí publicando alguns rudimentos de ficção.

Júlio César Machado (1835-1890) publicou em 1861 *Contos ao Luar*, que tinham como objectivo entreter e em 1865 dá à estampa *Contos a*

¹⁷³ Hernâni Cidade, *Dicionário de Literatura*, 4º vol. Figueirinhas, Porto, 3ª edição, 1978, pp., 1024-1025.

Vapor destinados aos passageiros dos caminhos-de-ferro portugueses recém-inaugurados.

Consolidada a divulgação do conto a que uma grande camada da população já tem acesso, processada a sua emancipação, na opinião de João Gaspar Simões:

É em 1861 que aparece, de facto, em Portugal a primeira colectânea de contos, em parte publicados na imprensa, quanto a nós o paradigma da reintegração da nossa arte de contar numa antiquíssima e quase perdida tradição (...) os contos que constituem o recheio do referido livro pertencem mais ao género da narrativa que nessa altura maior número de adeptos contava no País: o folhetim.¹⁷⁴

Referia-se aquele autor e crítico literário a *Os Contos do Tio Joaquim* publicados pela Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, de autoria de Rodrigo Paganino (1835-1863). A morte prematura tê-lo-á impedido de levar por diante um trabalho que já era prometedor. Subdelegado de saúde desempenhou um papel notável na sua área profissional. Fundou ou ajudou a fundar o *Jornal de Belas Artes* em 1857 e o semanário *Arquivo Universal* em 1859, para além de ter escrito a peça de teatro *Os Dois Irmãos* representada em 1862 no Teatro D. Maria II. A colectânea *Contos do Tio Joaquim* dada à estampa em 1861, recebeu os maiores encómios de escritores da época, conforme atestam alguns comentários insertos na 2ª edição.

Júlio César Machado declara no Prefácio:

O merecimento dos *Contos do Tio Joaquim* não consiste no maior ou menor novidade da fábula, nos efeitos de surpresa mais ou menos habilmente preparados, mas na pintura dos caracteres e dos costumes. Cada um dos seus personagens é desenhado com tanta espontaneidade, que fica vivo, real, palpável,

¹⁷⁴ *Op. cit.* (p. 545).

e toma o seu lugar nesta grande família de seres criados pela arte, mais verdadeiros do que a verdade, particulares e gerais, individuais e humanos, corpos de carne transfigurados em estátuas. (...) O seu estilo é claro, preciso e franco; e, a exceptuarmos algumas raras passagens em que aparece o autor, cada personagem fala perfeitamente a linguagem do seu carácter.¹⁷⁵

A propósito da leitura de *Os Contos do Tio Joaquim* declara Júlio Dinis em Maio de 1864:

Lembro-me bem que o li a um rancho de raparigas do campo e pude observar como elas o compreendiam sem custo. Não havia uma palavra que ignorassem, uma maneira de dizer que lhes causasse estranheza, as imagens faziam-as sorrir pela exactidão, como sorrimos ao ver o retrato fiel duma pessoa conhecida; não eram caracteres extravagantes, paixões excepcionais, situações inesperadas e únicas o que assim lhes absorvia a atenção; pelo contrario, era por aqueles personagens pensarem, sentirem e viverem como elas, que tanto lhes interessava o livro.¹⁷⁶

Os Contos do Tio Joaquim é um conjunto de histórias ligadas pela personalidade do narrador, o tio Joaquim, de quem o autor, no final, faz um retrato biográfico.

A primeira parte do livro é construída a partir da apresentação do narrador e por considerações acerca dos contos. Tem por título “O Tio Joaquim”. Dá a conhecer muitos dos pontos de vista e intenções do autor, embora atribua toda a responsabilidade das histórias ao pretenso velho contador. Seguem-se dez histórias e, por fim, uma décima segunda parte denominada A história do narrador, onde é posta em claro a personalidade do Tio Joaquim.

¹⁷⁵ Rodrigo Paganino, *Os Contos do Tio Joaquim*, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 2ª edição, s/d, p. 6.

¹⁷⁶ *Ibidem*, pp. 7-8.

A intenção é moralizadora e a edificação do povo através da literatura. A deslocação do narrador da cidade para o campo, torna este o *locus amoenus*, onde viver é estar sempre a bem com a vida:

O campo é sempre belo. Cada idade do ano imprime-lhe uma feição, diferente embora, mas formosa sempre: e o inverno, apesar da sua fria nudez, tem atractivos, como os que nos fazem amar muitas estátuas antigas, em que a falta de roupas mais realça a majestade¹⁷⁷.

A partir de uma metalinguagem que tem origem no Tio Joaquim aureolado de verdade, honradez, saber fazer e saber dizer, os contos aparecem inculcados de uma pedagogia que não ia para além da inteligência dos ouvintes, irmanando o sublime na simplicidade.

Citando Maria da Assunção Morais Monteiro:

Como é próprio da tradição oral, ao contador de histórias é sempre conferida uma certa idoneidade e conhecimento da moral vigente e experiência da vida, pelo que o Tio Joaquim é caracterizado como um homem velho, que sempre foi honesto, mais conhecedor dos trabalhos da agricultura do que os outros, experiente e possuidor de um saber empírico. Esta personagem aparece-nos, por conseguinte, como alguém que era superior a todos em sabedoria, protagonizando o contador tradicional e assumindo esse estatuto na obra. Por isso as suas histórias eram “cheias de verdade e de moral”.¹⁷⁸

Da leitura da primeira parte de *Os Contos do Tio Joaquim* parece prevalecer o desejo da elevação de um povo ávido de conhecimento numa época em que as taxas de alfabetização estavam muito aquém do desejável. Não era só o estilo que interessava. Havia que realçar a moral

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 13.

¹⁷⁸ Veja-se *O Conto no Diário de Miguel Torga*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2ª edição, 2004, pp. 54-55.

que dos contos se desprendia, a simplicidade dos episódios e as curtas dimensões que conferiam a cada história um cunho diferente e uma prática que andavam arredados da literatura popular.

Escreve Rodrigo Paganino na primeira parte

Entre nós, nestes últimos tempos sobretudo, a literatura tem desprezado um tanto o gosto popular.

Não acontece, porém, o mesmo em França, em Alemanha e nos demais países, em que, segundo nos consta, se cura desta coisas e se lhes atendem os resultados. Muitos homens de vulto, inteligências eminentemente superiores, tem-se aproximado das turbas, e as obras, que se têm publicado com este intuito, não são as que menos contribuem para a sua glória¹⁷⁹.

A primeira parte de *Os Contos do Tio Joaquim* prevalece, ainda, a ideia moral, a simplicidade dos episódios e as curtas dimensões, o que configura a geometria do conto, para além do realce dado à simplicidade dos episódios, à curta dimensão e à ideia moral, características que ligadas à unidade de acção e à curta extensão sintagmática conferem à narrativa uma intencionalidade pragmática.

Citando Lamartine e Emile Souvestre, autores da *Genoveva*, *Canteiro de Saint-Point* e do *Coin du feu* e do *Philosophe sous les toits* propõe-se seguir-lhes, uma vez que ambos se têm esforçado por fazer compreender as suas ideias, tentando chegar aos mais humildes, desde o operário ao mais infeliz. É, portanto, oportuno fazer chegar a todos o livro. Primando pela originalidade tentarão vencer a ignorância e chegar onde os mais experimentados não conseguiram ascender.

De um modo geral, os contos são de curta extensão, de trama bastante simples, dirigindo-se rápida e directamente ao objectivo em

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 17.

vista. De forma clara e simples, é dito sucessivamente ao leitor: não te deixes influenciar pelos “espíritos fortes”, “não mintas”, “não bebas”, “não jogues”, “não invejes”, “não cobices a mulher alheia”, “crê em Deus”, “honra e obedece a teus pais”, “honrar pai e mãe”.

O ambiente onde as histórias ocorrem é campesino, num campo idealizado pelo autor e que mostra não ter dele um conhecimento profundo. A aldeia é a que se apresenta a um moralista que tenta veicular uma história dentro dos cânones e dos princípios estabelecidos pela ordem estatuída.

Desconhecedor da vida do campo, rodeia-se de uma intriga central que, não sendo genuinamente mística, arrasta consigo acontecimentos curiosos, alegres e típicos da aldeia, que prendem a atenção do cidadão. Os camponeses ao toque das Ave-Marias em *O Sexto Mandamento* e o bailarico de S. João de *O Fruto Proibido* são quadros que não escapam à retina do leitor e que o fazem aderir sem reservas ao que está a ser contado.

O homem e os seus conflitos psicológicos são o nó de toda a sintagmática, desenvolvendo-se à margem do verdadeiramente campestre. Embora os problemas sociais e laborais sejam alvitados, de um modo aligeirado, é verdade que a ordem social e os princípios ancestrais postos em causa, por vezes, voltam à normalidade, evitando-se, assim, conflitos graves entre patrões e assalariados, maltezes, terminologia empregue nos contos.

Em *A galinha da minha vizinha*, André Pimenta, “um dos trabalhadores mais falados do sítio” sente-se injustiçado porque por mais que trabalhasse não passava dum miserável. Dando conta deste desajustamento por força de uma conversa que ouvira a uns senhores da

cidade que foram visitar a Chibanta, quinta onde trabalhava, propriedade do Sr. Manuel Fernandes, consciencializa a sua situação de deserdado da sorte e de trabalhador por conta de outrem por todo o sempre. Conhecedor da realidade, inveja o bem-estar do proprietário que sempre havia tido com ele uma relação de respeito. Sem aprofundar o problema social subjacente, é-lhe proporcionado a propriedade da Chibanta, como se a realidade se confinasse a uma troca de bens entre ricos e pobres, de modo a diminuir as diferenças entre senhores da terra e proletários.

Com uma experiência gorada, volta à sua situação de explorado, lugar onde afinal estava condenado a viver porque a ordem social estava correcta, não se podendo nada alterar porque era a mais justa e a melhor para todos.

É altura de o narrador escrever no fim do texto, como se pretendesse inculcar a fatalidade que faz com que haja, invariavelmente, pobres e ricos:

De novo reinou naquela casa o sossego antigo: a alegria, que parecia ter fugido espavorida das grandezas do rendeiro da Chibanta tornou a sorrir no pobre albergue do modesto trabalhador.

E como se vivêssemos no melhor dos mundos, onde Deus aparece como o grande conciliador e apaziguador, tinha-lhe aproveitado a lição, e quando lhe falavam nos haveres dos outros dizia sempre:

- Eu bem sei o que isso é; ninguém está contente com o que Deus lhe deu. Por isso diz o rifão: a galinha da minha vizinha...¹⁸⁰

Não se vislumbra, a partir da história, um verdadeiro conhecimento do povo rústico, antes alguma indiferença ante o que deve preencher a

¹⁸⁰ *Op. cit.*, p. 104.

tristeza ou satisfação daqueles que à terra dão todas as suas potencialidades, prevalecendo a adoção da defesa da ordem social, conservando-a indiscutível e imutável, vendo a felicidade mesmo onde não pode existir. A posse da propriedade por parte dos pobres alterava-lhe o comportamento “André, por natureza bondosa e crente, tornara-se irascível e desconfiado de todos”, daí declarar, mais tarde, ao Sr. Manuel Fernandes “quero a minha enxada e o meu sono descansado; a minha fêria e o meu sossego”¹⁸¹.

Aos senhores da terra são fornecidas características que os tornam admirados e mais capazes que os outros.

O Sr. António Tavares em *Os retratos de família* é-nos apresentado como “um dos fazendeiros mais ricos dos arredores. Amanhava para cima de sessenta geiras de terra; e só de uvas mandava perto de quinhentas caixas para embarque. Era franco, alegre e homem de boas petas; tinha pilhas de graça e parecia vender saúde; enquanto a modos e linguagem, sabia o nome dos bois, e quando falava de lavoira podia-se ouvir, discorria como um livro aberto”.¹⁸²

Todos gostavam dele, por não ser de contos, nem de arcas encoiradas; só cuidava da sua vida, andando liso no negócio como poucos”.¹⁸³

Afirmando-se através dum *status quo*, conforme já declarávamos, por vezes, manifesta-se defensor de uma evolução e de um progresso técnico. A quinta “dos Fuis poderia servir de quinta modelo, se os fazendeiros da terra, aferrados à rotina, cuidassem de modernismos ou tratassem de inovações”.¹⁸⁴

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 105.

¹⁸² *Op. cit.*, p. 60/61.

¹⁸³ *Op. cit.*, p. 60.

¹⁸⁴ *Op. cit.*, p. 66.

À maneira de Camilo, onde os matrimónios são feitos de acordo com a vontade do pai, em *O Fruto Proibido*, o narrador leva mais longe os seus conhecimentos acerca da psicologia do homem do campo e a sua avareza pelo agro que cultiva. Feliciano Gomes, pai de Rosa, heroína da história, não tem pejo em trocar a filha por terras, esquecendo os demais sentimentos:

Acabava de fazer um excelente negócio. Trocara a filha por uma courela de dez alqueires de sementeira: isto é, uma mulher que tinha que sustentar por uma terra que dava de comer.

E o olival das queimadas, e a quinta da cortiça, e o casal do petisco, e as terras do Penetra, e a horta da alamôa, e tantos outros bens e haveres, que constituíam a fortuna de Januário!

Claro estava que tinha tido uma tarde feliz.¹⁸⁵

Através de um discurso acessível e fácil, Paganino pretende levar a cabo uma doutrina inteligível a largas camadas da população mais ou menos inculta, servindo-se da simplicidade. As personagens postas em diálogo pertenciam ao povo, falando a linguagem própria do seu estrato social.

Influenciado por um estilo romântico ainda em voga, ou fruto da sua condição de médico para quem a filantropia fazia parte dos seus hábitos, ou fruto da sua juventude, verificamos que à maior parte das personagens não faltam atributos, caindo, por vezes, nalguns exageros. Os padres são modelos de virtudes. As raparigas são as melhores. A adjectivação é uma constante num texto onde a subjectividade do narrador é marcante, fazendo, assim, desaparecer toda a naturalidade. A religiosidade em confronto com a precariedade da vida humana é um

¹⁸⁵ *Op. cit.*, p. 76.

elemento presente a par de alguma heroicidade das personagens, justificando alguns actos, aparentemente, inverosímeis. Vejamos no conto *O Tomaz dos passarinhos*, o procedimento do herói:

Já quase não podia dar passo, e a vaca ia alcançá-la, quando Tomaz erguendo-se de um pulo, e tomando um cajadito, que trazia consigo, atirou de lado uma paulada ao focinho do animal, que cego com a dor, mudou de carreira e seguiu aos pulos e aos mugidos pelos campos fora.

Águeda, assim se chamava a perseguida, parou, tomou a respiração, que lhe ia faltando, e, volvendo um olhar reconhecido ao seu salvador, disse-lhe:

- Obrigado, Tomaz!

- Agradece ao Senhor. Águeda, e não a mim; a gente anda cá neste mundo à conta de Deus¹⁸⁶.

Os Contos do Tio Joaquim aparecidos em pleno ultra-romantismo mereceram da parte de António Feliciano do Castilho uma carta laudatória em virtude de o conto *Os Retratos de Família* ter sido publicado no Arquivo Universal e ter agradado ao grande ultra-romântico, facto que Paganino registou em nota com desvanecido enlevo.¹⁸⁷

O aparecimento deste livro em 1861 constitui uma inovação que agradou, estabelecendo uma renovação de temas e de formas num ambiente que já se fatigara de romantismo e espreitava um realismo que não deveria demorar pela pena de Júlio Dinis que a Paganino dedicou grande atenção, conforme transcrição operada no texto que temos vindo a criar.

A escrita fluente, a leitura fácil e os temas ao alcance de todos, num país ainda muito debruçado sobre o seu campo, fizeram de *Os Contos do*

¹⁸⁶ *Op. cit.*, p. 181.

¹⁸⁷ João Gaspar Simões, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*, p. 551.

Tio Joaquim uma obra de referência numa literatura que aguardava pelos textos de Eça e pelas *Pupilas do Senhor Reitor* de Júlio Dinis.

A propósito de *Os Contos do Tio Joaquim*, afirma João Gaspar Simões:

o certo é que é em *Os Contos do Tio Joaquim*, graças à visão simples das coisas e à singela maneira de descrever os homens, as paisagens, os dramas humanos, que se nos depara pela primeira vez em Portugal um narrador que anuncia, de forma espontânea, a escola que está para nascer: o realismo propriamente dito.¹⁸⁸

Camilo Castelo Branco (1825-1890) um dos mais prolíficos escritores da língua portuguesa, obrigado a escrever para sobreviver, deixou o seu nome ligado ao romance, novela, biografia, poesia e teatro, além de outros géneros, produzindo também contos que fizeram a delícia do público leitor durante várias gerações. De entre os contos publicados, podemos destacar *Noites de Lamego* saídos em 1863, *Noites de Insónia* oferecidas a quem não pode dormir em 1874 e *Novelas do Minho*, constituídas por oito novelas ou biografias enoveladas, como lhe chama o autor, publicadas em doze pequenos tomos entre 1875 e 1877¹⁸⁹.

Compõem-se as *Novelas do Minho* dos seguintes textos: *Gracejos que Matam*, *O Comendador*, *O Cego de Landim*, *A Morgada de Romariz*, *O Filho Natural*, *Maria Moisés*, *O Degredado* e a *Viúva do Enforcado*.

Sendo a nota dominante o idealismo passional, embora em diversas variantes, Camilo se volte para um realismo duro comprazendo-se em descrever aspectos sórdidos da vida que alternam quase sempre com as inclinações primitivas do escritor, sem que tenha conseguido uma orientação segura que o levasse a uma visão homogénea da vida.

¹⁸⁸ *Op. cit.*, (1987-p. 551).

¹⁸⁹ Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário de Literatura*, 3º volume, 3ª edição, Figueirinhas, Porto, 1978, p. 743.

Retirado da vida urbana por causa do seu envolvimento com Ana Plácido, o campo onde é obrigado a viver por muito tempo não o encanta, nutrindo um sentimento de quase ódio relativamente à sociedade aldeã. Para o autor de *Novelas do Minho* a vida do campo é despida de qualquer beleza e o camponês não lhe inspira simpatia: é um ser animalizado, orientando-se pelos instintos, irremediavelmente grosseiro por natureza.

No conto *O Comendador*, dedicado a D. António Costa, escreve Camilo com azedume e maldade

A peste, que infeccionou os costumes destas aldeias, não sei decidir se veio das cidades por aqui, se foi daqui para lá.

Ah! Meu amigo! Romances tecidos de casos cândidos e inocentes, apenas os fazem por aqui os pássaros em Abril, quando urdem e afofam os seus ninhos¹⁹⁰.

Fruto de alguma impulsividade e, da conseqüente leviandade, Camilo faz apreciações nada lisonjeiras acerca de homens e mulheres que habitam o campo, pintando-os nos seus aspectos mais sórdidos e miseráveis como se constituíssem uma classe à parte. Vejamos o que na dedicatória no conto *O Comendador*, escreve o homem do *Amor de Perdição* acerca da mulher minhota:

Transpostos os limites da Maia, a primeira mulher que se vos depara na primeira freguesia do concelho de Famalicão, é feia e, suja até ao asco, escanelada, escalavrada no peito, veste-se a frisar com a desgraça da sua má figura. E daí até Braga, se vos apraz, podereis inalar em todo seu perfume, a pura flor da castidade. Se há terra onde possam ermar e defecar-se de sensualismo santos

¹⁹⁰ Maria Matilde Cerejeira Nunes Bento, *O Conto Rústico em Portugal no século XIX*, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960, p. 89 (edição policopiada).

tentadiços, é ali. Cada mulher é uma figa benta de que fogem os três inimigos da alma, principalmente o último.¹⁹¹

Joaquim Guilherme Gomes Coelho, conhecido pelo pseudónimo de Júlio Dinis, nasce catorze anos após Camilo, tendo uma existência muito curta. Nasce no Porto em 1839, vindo a falecer em 1879, vítima de tuberculose, depois de se ter formado em medicina e de ter sido professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

A publicação da colectânea de contos de Rodrigo Paganino parece ter influenciado Júlio Dinis com a obra *Serões da Província* publicado em 1870. Para além de ter escrito poesia e teatro, deixou-nos ainda *As Pupilas do Senhor Reitor*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, *A Morgadinha dos Canaviais* e *Uma Família Inglesa*.

Se Júlio Dinis, conforme afirma João Gaspar Simões pode

Considerar-se o nosso primeiro romancista – visto que ele, ao contrário de Camilo, é romances que escreve, não apenas novelas, sobretudo a partir de *Uma Família Inglesa* (1863). Aliás é ele o nosso primeiro escritor a ver no romance uma arte literária autónoma¹⁹²

António José Saraiva, por seu turno, escreve

Ele penetrou nos lares e ajudou a formar numerosas consciências, a definir os ideais de muitas pessoas, precisamente porque a sua leitura nos impressiona numa idade particularmente susceptível e porque o ambiente em que muitos leitores o lêem é também daqueles que envolvem, enredam e se insinuam por todas as maneiras.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 89.

¹⁹² *Op. cit.* (1987-429).

(...) os ideais que ele exprime correspondem aos hábitos, às tradições, aos interesses materiais e morais de uma larga camada populacional.¹⁹³

Pondo em contraste a vida da cidade com a vida do campo, faz realçar a pureza deste face ao vício e à podridão daquela. Localizando as suas obras no meio rural, fruto do seu idealismo, o campo não é mais que o espelho de uma alma simples e boa que viu a verdade pelo prisma do seu coração. Diante de nós desfilam descrições vivas do trabalho, dos divertimentos, crenças e superstições do homem do campo, enquadrado por uma paisagem ideal.

De um realismo optimista, apresenta-nos uma sociedade em transformação, num mundo que tende para a concórdia, onde os pobres confraternizam com os ricos, num período de calma e onde o futuro se divisa de progresso e felicidade, a que não é estranha alguma prosperidade que parece existir no meio rural cujos habitantes acabam por se ligar a figuras oriundas da cidade a quem foi proporcionada uma educação superior.

O autor, não fazendo uniões discricionariamente, atribui ao elemento de classe “inferior” qualidades que o valorizam e superiorizam perante as classes mais elevadas. Os camponeses autênticos, não se deixando intimidar face à aparente maior capacidade do outro, estabelecem, por fim, laços de amizade, porque as diferenças se foram diluindo pela maior capacidade de adaptação e valorização do camponês, cuja simpatia transmitida pelo narrador acaba por contagiar o narratário. Furtando-se às longas tiradas líricas dos escritores românticos, faz da sobriedade e da naturalidade acomodados à posição social, instrumentos de diálogo capazes de transmitir veracidade e verosimilhança à

¹⁹³ *Para a História da Cultura em Portugal*, 2º vol., Publicações Europa-América, 1967, p. 61.

comunicação, ela que é simultaneamente, pedagogia, aprendizagem, sedução, prática e opinião, instaurando-se numa prática a que Roland Barthes apelidou de escrita ética, em que a consciência daquele que escreve encontra a imagem tranquilizadora de uma salvação colectiva.¹⁹⁴

Serões da Província englobam as composições de Júlio Dinis a que chamamos contos, não sendo, contudo, o livro que melhor espelha as características místicas e outros aspectos particulares da escrita de Júlio Dinis. Publicados pela primeira vez em folhetins, em 1862 no Jornal do Porto, sai pela primeira vez em livro em 1870 contendo apenas quatro composições. A terceira edição apresenta cinco contos, tendo-se-lhe juntado “Justiça de Sua Majestade” escrito em 1858 e que se conservava inédito.

No que respeita ao conto “Justiça de Sua Majestade” apresenta-se em cerca de cento e vinte páginas, o que comparativamente aos outros, podemos considerar de grande extensão, perdendo-se o autor em detalhes, descrevendo a cada momento o que se vai passando.

De rústico apresenta-nos um ambiente geográfico localizado no Minho que estava fascinador. De descrição pormenorizada, colorida e viva, a paisagem está sempre em primeiro plano, envolvendo e influenciando o espírito do homem. As personagens de índole cidadina pensam, agem e falam de acordo com a sua origem.

As “Apreensões de uma mãe” trata-se de um conto na linha dos romances que nos legou, em que o autor, através do amor quase impossível, une classes sociais bem diferentes. O jovem médico formado no estrangeiro casa com a leiteira que, para ascender ao nível cultural do futuro marido, também estuda e aprende canto em Lisboa, para surpresa

¹⁹⁴ Roland Barthes, *O grau zero da escrita seguido de elementos de Semiologia*, Lisboa, Edições 70, 1977, p. 31.

de todos. Paulina e Tomás são as personagens transformadas pelo amor em busca de uma felicidade que, a princípio, parece não ser fácil de alcançar.

Neste conto são ainda de assinalar as figuras do padre e do médico da aldeia, convidados a depor acerca do futuro de Tomás, mas cuja imagem, pela negativa, está muito distante de outros padres e de outros médicos criados por Júlio Dinis.

“O Espólio do Senhor Cipriano” é um conto desenrolado em ambiente popular, mas onde não se vislumbram grandes traços de rusticidade.

A avareza, o desprezo, o ódio, a mediocridade e a ignorância são aspecto da psicologia humana que perpassam ao longo do texto. Uma população ávida por descobrir o paradeiro da fortuna de Cipriano Martins que viveu miseravelmente e morreu da mesma forma. Não há traços característicos da aldeia, mas os típicos de uma burguesia provinciana que da inveja e da ganância fazem hábitos de vida.

“Os Novelos da Tia Filomena” é um conto em que a superstição, filha da ignorância domina toda a sintagmática construída ao longo de cerca de setenta páginas. A psicologia e a má língua aldeã criam um conjunto de coincidências que alicerçam o ouve-se e diz-se de gente alimentada por uma cultura rural e popular distante dos grandes centros. Através de uma trama bem delineada, a Tia Filomena apodada por todos e por muito tempo como bruxa, morre miseravelmente, graças à sua capacidade de abdição e de querer, com o epíteto de santa. De mulher detestada e odiada, com novelos a denunciarem bruxaria, é alvo, pela morte, de esplêndidas exéquias e dos novelos dirá o narrador em final

apoteótico “Abençoados novos (...) que deram para tecer tantas camisas aos pobres”.¹⁹⁵

O último conto “Uma Flor de entre o gelo” tem como elemento nuclear o amor de um médico, Jacob Granada por uma jovem de vinte anos que confessa na parte final do conto “Para o ter amado, bastar-me-ia... ter sido contemporânea de minha avó”.¹⁹⁶ Não sendo um conto com um final feliz como, habitualmente, o autor nos apresenta, aparece com uma alternativa, algo doutrinária e racional, face a um texto dominado pelo subjectivismo do narrador e pelo sentimentalismo característico da literatura romântica:

E o que eu julgo que nós todos devemos pedir a Deus é que nos não dê longa vida ao coração, se isto de paixões tem alguma coisa com ele, para que não seja o último a morrer.

Sem que nos detenhamos integralmente na sua autobiografia, porque há aspectos que não podemos deixar em claro e que justificam muito da sua personalidade e do que literariamente produziu transcrevemos algumas linhas que achamos pertinentes a propósito de Fialho de Almeida (1857-1911) cuja autobiografia vem expressa no livro *À Esquina (Jornal dum Vagabundo)* saído em 1903. Apesar de ter conseguido licenciar-se em medicina, os seus começos são difíceis, devido a constantes preocupações financeiras, factos que o haviam de marcar no seu carácter e na sua produção literária.

Em 79 deixei o colégio, porque a nossa situação pecuniária, em vez de melhorar, tendia a decair, e aí vou eu apodrecer numa botica, sete anos, numa botica que era a projecção agravada da existência do colégio, com uma enclausura mais rude,

¹⁹⁵ Júlio Dinis, *Serões da Província*, 1º volume, Livraria Civilização – Editora, Porto, 1980, p. 204.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 262.

numa fadiga física mais forte, e piores consideráveis de tratamento e convívio, de que ainda hoje me não posso lembrar sem ranger os dentes de despeito. A botica para mim teve a vantagem de me pôr em contacto absoluto com o povo, de me mostrar a existência dos bairros pobres, numa cidade onde o operário envelhece sem a menor ideia de conforto, e cumulativamente ensinou-me o manuseio e preparo de venenos, arte de que me tenho servido com êxito para rebentar diversas ratazanas. Durante esses sete anos d'emplastos e de pílulas, ninguém pode imaginar os tormentos que eu passei.

(...)

o sentimento da paisagem nascido da minha origem de aldeão contemplador; as predilecções por assuntos humildes, inspiradas numa longa e quase exclusiva convivência entre as classes chamadas ínfimas; e enfim todas as minhas sedes ásperas de justiça, reacção natural da minha índole singela contra os despotismos duma sociedade que durante anos a trouxe enrodilhada nos pés continuamente.

(...)

Tornando às letras, os meus próprios amigos repararam no carácter fragmentário dos meus escritos, e os mais ferozes me acusam de intrometer fezes humanas nas tintas duma paleta onde só deveriam esmair suavemente as cores do espectro.

(...)

O público entre nós não diviniza senão fabricantes de grandes calhamaços (critério natural num país onde a leitura é toda de lombadas), e mesmo que eu fizesse naqueles pobres bocados, maravilhas, passaria sempre por um cronista aguado das futilidades mansas do meu tempo.¹⁹⁷

Através destes excertos biográficos, é possível imaginar um indivíduo de temperamento pessimista, insatisfeito, misantropo. Dado ao

¹⁹⁷ Para melhor informação leia-se *À Esquina (Jornal dum Vagabundo)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 5ª edição, 1923, pp. VII-XXV.

seu Alentejo, o *País das Uvas*, conforme lhe chamou em livro que escreveu onde se radicou depois do casamento em 1893.

Não esquecendo nunca a sua condição de deserdado da fortuna, passa para o livro a gente pobre, miserável, proletária e explorada.

Num retrato social por si construído, é possível observar o Alentejo através da sua pena

As grandes extensões de território, no Alentejo, pertencem a dez ou doze nababos que vivem nos grandes centros, indiferentes ao cultivo, e empenhados somente em perceber num prazo fixo, o dinheiro das rendas, para a sustentação das suas prodigalidades e magnificências.

(...)

Há pobres diabos a trabalhar quarenta e cinquenta anos, vestindo saragoça, comendo xízaros, privando-se enfim, por amor do lucro, do estritamente necessário à existência, e que ao fim de velhos e cansados mal puderam juntar em vinhas pobres e casebres de telha vã, o capital de meia dúzia de contos. Nestas terreolas mesquinhas, entre o cavador que estanca a vida à enxadada, ganhando apenas com que morrer de miséria, e o homem rico que pavoneia em berlinda de correias o estadão dos seus quarenta contos de hortejos e farregaes;¹⁹⁸

Como contista, o “mais fértil e engenhoso do realismo”,¹⁹⁹ Fialho de Almeida publicou *Contos* (1881), *A Cidade do Vício* (1882), *Lisboa Galante* (1890) e *O País das Uvas* (1893).

O primeiro livro publicado por Fialho de Almeida é *Contos*, data de 1881, dedicado a Camilo Castelo Branco, iniciando-se pelo conto a *Ruiva*, com cerca de noventa páginas. Vítima do meio onde vive, Ruiva parece ser o comprazimento do autor na degradação física e social operada numa jovem que

¹⁹⁸ Fialho de Almeida, *O País das Uvas*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 8ª edição, 1936, pp. 20-21.

¹⁹⁹ Elenir Aguilera de Barros, *O Conto Realista*, Global Editora, São Paulo, 1985, p. 18.

conheceu todas as espécies de homens a quem se impingia às horas por baixo preço. As gengivas tinham-se-lhe descarnado, pintava os beiços com carmim e para o giro da noite cobria-se toda de pó de arroz.²⁰⁰

De todos os contos de Fialho de Almeida, afigurava-se-nos aquele que mais choca e é revelador de grande perturbação moral e psicológica, influenciado pelo Decadentismo, então em voga.

Se *A Ruiva* é o texto denunciador da intolerância, do sofrimento e da intransigência, o conto que se segue, *Sempre Amigos*, de ambiente místico, apresenta cenas de grande tolerância e de alguma ingenuidade. Apesar de o pai de um deles ter sido morto pelo outro, os jovens continuam a ser amigos, brincando, indiferentes ao infortúnio acontecido.

Os habitantes da aldeia, são-nos apresentados no seu aspecto físico e psicológico, bem como o padre e o sacrista cujo comportamento é de todo reprovável:

Todo abafado no casacão, o senhor prior, saciado das novidades fresquinhas, saía de casa da viúva, pensando que era ainda uma rica moçoila.

(...)

Adiante o sacrista ia de cruz alta e campainha na mão velho marau de sapateiro, de olho patife e calva luzidia, dos que sabem quantos escândalos usam acompanhar toda a gente do berço ao sepulcro.²⁰¹

Todo o ambiente é envolto numa atmosfera trágica, onde carências, indigências e a falta do necessário faz parte da vida destes homens e mulheres para quem a solidariedade e a sensualidade são formas de sobreviver ao quotidiano:

200 Fialho de Almeida, *Contos*, Clássica Editora, Lisboa, s/d, p. 95.

201 *Op. cit.*, pp. 115-116.

De cruz alçada e opa escarlate, o Zé do Ó caminhava piscando o olho às mulheres, que, em saia de estamena e sapatos de couro cru, viam da soleira marchar a procissão da morte, lacrimosas e trocando lamentos²⁰²

Sem horizontes à vista, com a insegurança e uma velhice imprevisível, eram iguais nos hábitos, no trabalho e no sofrimento. Procriar era, talvez, a única forma de assegurar uma reforma mais estável e segura. Projectos não os tinham. De seu, nada existia. A vida era um invariante e eterno mal-estar:

Haviam ganho toda a vida o mesmo salário, cobrindo-se de filhos constantemente e fazendo da fecundidade uma distração, a única, que lhes era dada, e que ainda assim caro pagavam. Dois ou três nunca haviam possuído um fato novo. Quase todos tinham andando descalços e rotos até ao vinte anos.²⁰³

Ao invés de Júlio Dinis, que encontra um final feliz para o camponês, elevando-o através de estratégias de socialização com classes sociais mais favorecidas, como se o mundo correspondesse à maneira de ser do médico portuense, em Fialho de Almeida os seus textos representam o azedume que a vida em si destilou. A linguagem em Fialho de Almeida parece soltar-se da boca de cada personagem sem que o autor a dominasse. Cada um fala conforme a sua educação, a sua instrução, o seu sofrimento e a sua dor. Dominados de todo o tempo, têm como única arma para apresentar e livrar-se da humilhação as expressões e os vocábulos populares gastos sem peia nem cerimónia.

“O Tio da América” é história de gente simples, vítima de uma distração. Conto hilariante a amenizar um ambiente pesado de gente humilhada, sofredora e explorada. Embora se trate de mais uma forma

²⁰² *Ibidem*, p. 116.

²⁰³ *Ibidem*, p. 117.

de enganar o próximo, é certo que a maneira aligeirada como a diegese se processa, entrecortada por diálogos, prende o leitor à narrativa. Um *fait-divers* em conto, num modo diferente de fotografar a realidade.

“O Milagre do Convento” é um conto de carácter rural localizado numa aldeia do Alentejo, com personagens ligadas à vida campesina, embora não pertençam ao proletariado rural. A religião, mais uma vez, é posta em causa através do comportamento de certas pessoas que actuam sem escrúpulos. Dois padres que se confrontam. Um que favoreceu um ambiente de superstição, fanatismo e de credices que tenta arrasar um povo inculto, explorado e miserável, acolitado por um sacristão abjecto, ao mesmo tempo que vê na superstição das beatas um meio mais fácil para se afirmar.

O mulhério acreditava fanaticamente no sangue do senhor do convento, uma lição a esses hereges que vinham do estudo falando mal dos santos e rindo da confissão e da missa.²⁰⁴

Neste conjunto de contos aparece ainda “O Ninho da Águia”, conto ligado a uma história de animais em que a mãe águia morre quando lhe roubam os filhos, embora na parte final o narrador volte ao ninho para roubar os filhos mortos e transponha a história para a sua própria mãe, cuja filha havia morrido há um ano.

O segundo livro de contos, publicado em 1882, intitula-se *A Cidade do Vício*, foi dedicado a Joaquim Xavier de Figueiredo e Mello Oriol Pena. Doze contos com uma introdução de doze páginas denominados Sinfonia de Abertura.

Em forma de justificação para a escrita do livro começa por dizer “Insuportável, em Lisboa”. A saída do autor para a província, saturado

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 262.

da cidade justifica a feitura do livro. Divagando e escrevendo sobre aquilo que vê e rememora, apresenta-nos o seu conceito de arte:

Deixando de consagrar-se exclusivamente aos regalados do mundo, nobres opulentos e reis, para descer à generalidade das massas e baixar classes, a obra de arte tem, para ser útil, de ser sincera – e, para ser sincera, de copiar a vida laboriosa, mortificada e doentia das populações modernas, os ateliers, as fábricas, os bordéis, a rua, ménages tristes de burocratas, e todo os enrodilhamentos de promiscuidade mendicante, coberta de vérmina, e de pústulas – essa vida que caleja as mãos, atrofia os membros, escava as fisionomias, marca as epidermes e perturba o jogo da circulação, que faz do cérebro uma monstruosidade patológica, pela actividade sem repouso que lhe imprime, definhando as mais vísceras em proveito da sua avidez de função, fazendo chispar de encontro a tudo essas centelhas que a certo ponto condensadas são o génio, de cujo exacerbamento resultam a loucura e a morte.²⁰⁵

O conto “Os Novilhos” que inicia a série de a *Cidade do Vício*, como se a vida da cidade contrastasse com a pureza e singeleza do campo, mostra-nos os amores de dois jovens, Pedro e Rosário, em plano paralelo aos de novilhos. A noite é o espaço e o lugar de instintos e impulsos de quem se ama. Não são muito distintas as relações entre pessoas racionais onde a lascívia presente a cada momento torna a narrativa entrecortada de diálogos curtos e naturais, divisionando casamentos a curto prazo; vale a pena ler o que um narrador omnisciente afirma em período pré-nupcial, onde o Alentejo, aparece com marcas de realidade através de Estremoz:

Ela não pôde mais, e na meia nudez em que viera, atirou-se-lhe contra o peito, beijando docemente esse bronze latejante, mesmo sobre o coração. As mãos de

²⁰⁵ Fialho de Almeida, *A Cidade do Vício*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1959, p. 15.

Pedro apanharam-na pelas espáduas e cingiram-na pelos rins, hesitantes num delírio que o fazia cambalear como um toiro ferido entre os cornos, e não sabendo se cingi-la até lhe fazer estalar os ossos, se arrojá-la lá para o largo, onde a não visse mais naquele abandono desleixado.²⁰⁶

Em “Abandono do Pombal” o narrador parece deleitar-se numa narrativa que pressagia a fuga dos pombos dum pombal que ficava entre um palheiro e o mirante. Através de uma adjectivação disfórica, os pombais são o núcleo central da narrativa prenunciada através do título premonitório. Maria de Jesus é o elemento humano que corporiza o sofrimento face ao comportamento dos pombos. Num texto de cerca de doze páginas, sete são marcadas pela decadência em que o narrador parece comprazer-se com uma situação que se adivinha trágica mas cujos motivos concretos desconhecemos, num ambiente bucólico com a festa de Santo António como fundo.

“Mater Dolorosa” – a antropomorfização de rebanho de Desidério Jacinto que “sofria por cima de todos – das onze ovelhas que no rebanho tinha de seu, três eram já mortas de gafeira e as outras Deus sabe!”²⁰⁷ Um texto pungente, onde perante a debilidade e a fraqueza da mãe que vê o filho a ser devorado pelos corvos, o narrador vai descrevendo a abnegação e a heroicidade do desânimo e do desalento face à voracidade e insensibilidade dos que, numa luta desigual, acabavam por celebrar em festa o aniquilamento, e a resignação e a convulsão dos mais fracos.

Da leitura de alguns contos de Fialho de Almeida e tendo em atenção que nos debruçámos, sobretudo, nos contos rústicos, onde se

²⁰⁶ *Op. cit.*, p. 26.

²⁰⁷ Fialho de Almeida, *A Cidade do Vício*, p. 87.

denota, através de uma narrativa que tem como personagens a gente humilde, simples, singela e explorada, vista pelo olhar de um narrador onde as marcas de subjectividade são marcantes, parece-nos pertinente citar o mesmo Fialho que em 20 de Janeiro de 1891 em *Os Gatos*, a propósito de Columbano afirmava:

O que é um artista? Um homem que vive uma certa vida, experimentou emoções, e no-las conta, transfiltrando-nos o calafrio com que as sentiu. A obra de arte é portanto uma porção de sensibilidade visionada, e interpretá-la é historiar a existência interior de quem na subscreve.²⁰⁸

Sendo um retratista da sua época, num país convulso à procura de uma estabilidade que não era fácil de encontrar, a sangrar de um regicídio a que assistiu e lamentou, não é por isso, um escritor meramente contemplativo. Abarcando o que havia de marginalizado no seu Alentejo, ao ponto de nos proporcionar o chocante, o duro, o nauseabundo que mais tarde irá configurar o neo-realismo, ou entreabrir a porta a João Grave e a Raul Brandão com *Os Famintos e Os Pobres*.

A propósito de Fialho de Almeida afirmou Óscar Lopes:

Com todas as suas limitações, é o mais importante daquela transição naturalista-decadentista-esteticista que domina o período de 1890-1910, e sob tal aspecto em avanço sobre todos os outros naturalistas.²⁰⁹

Contemporâneo de Trindade Coelho, embora nascido uns anos mais cedo, é oportuno falar de Eça de Queirós (1845-1900) pela importância que teve na literatura portuguesa, não só pela contribuição no nascimento de um novo grupo geracional literário, como também no

²⁰⁸ Fialho de Almeida, *Os Gatos IV*, Clássica Editora, Lisboa, 1972, p. 56.

²⁰⁹ Entre Fialho e Nemésio, *Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea, I*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1987, p. 187.

legado que nos proporcionou ao fazer um retrato de crítica social ao país que, visto de longe, pela sua pena, mostrava de modo mais nítido as suas mazelas.

Envolvido na Questão Coimbrã, tecendo armas por Antero de Quental e por um modernismo proveniente de França, inicia-se muito cedo no jornalismo. Textos seus publicados na *Gazeta de Portugal* aparecerão editados postumamente em 1903 em volume sob o título *Prosas Bárbaras*.

A obra *Contos*, publicada em 1902, inclui textos publicados por Eça em jornais e revistas a partir dos anos setenta até quase ao fim da sua vida. O primeiro conto é *Singularidades de Uma Rapariga Loura* publicado no Diário de Notícias em 1874, como Brinde aos Senhores Assinantes e o último é *Adão e Eva no Paraíso*, divulgado no *Almanaque Enciclopédico* em 1897, podendo afirmar-se, através da cronologia que nos é possível verificar, que o conto é uma prática literária ao longo da vida de Eça e onde ele podia, de uma forma mais abreviada, exercer alguma influência sobre o leitor através de uma literatura de tese como era o conto que, através de publicações periódicas chegava mais rapidamente ao consumidor da obra de arte literária.

Em texto publicado acerca dos contos de Eça, é aceitável a divisão dos contos em três planos²¹⁰ “um plano mítico-religioso que inclui “Outro Amável Milagre”, “Um Milagre”, “Suave Milagre!”, “Perfeição”, “Adão e Eva no Paraíso” e “Frei Genebro”; um plano simbólico-fantástico que inclui “Tema para Versos”, “O Tesouro” e “O Defunto”; e um plano de reflexão estética onde se incluem os contos

210 Henriqueta Gonçalves e Maria da Assunção Monteiro, *Introdução à leitura de Contos de Eça de Queiros*, Coimbra, Livraria Almedina, 1991, p. 19.

“Singularidades de uma Rapariga Loura”, “No Moinho”, “José Matias”, “Um Poeta Lírico”.

O conto “Civilização” merece um lugar à parte por apresentar uma estrutura embrionária do romance *A Cidade e as Serras*.²¹¹

É o conto uma história fechada, possuindo uma unidade dramática, unidade de espaço, unidade de tempo, um número reduzido de personagens que costuma ser narrado na terceira pessoa, fugindo da introspectivismo porque a realidade viva, presente, concreta constitui o seu campo de acção. As divagações ou digressões são escusadas cabendo numa breve história.²¹²

Para Eça de Queirós, os contos são romances mais reduzidos, com uma estrutura idêntica, como se tratasse de um esqueleto de um texto maior.

No Prefácio que faz aos *Azulejos do Conde de Arnoso*, escreve Eça de Queirós:

No conto tudo precisa ser apontado num risco leve e sóbrio: das figuras deve-se ver apenas a linha flagrante e definidora que revela e fixa uma personalidade; dos sentimentos apenas o que caiba num olhar, ou numa dessas palavras que escapa dos lábios e traz todo o ser; da paisagem somente os longes, numa cor unida.²¹³

Para António José Saraiva que ao conto dedicou também a sua atenção afirma:

²¹¹ Maria Assunção Morais Monteiro (2004 - p. 66).

²¹² Massaud Moisés (1975 - pp.128).

²¹³ Eça de Queirós, *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d, p. 107.

O conto é como que um romance adelgado, estilizado, descarnado, reduzido ao traço simples, à cor unida, desembaraço de acessórios, de incidentes, de acumulação descritiva.²¹⁴

Parece-nos de maior interesse o que sobre esta matéria este estudioso acrescentou a partir do estudo que realizou aos *Contos* de Eça, onde segundo ele, não são diferentes os processos operados na construção dos Contos e dos Romances. A esse propósito, declara António José Saraiva:

Há nos romances muita coisa que não está nos contos – particularmente a notação de factos, a minúcia descritiva, a pormenorização. Mas o que há de comum a um e outro género é precisamente a estruturação, a constituição molecular ou a infra-estrutura, as linhas em torno das quais cristalizam as cenas, os factos e os pormenores. A matéria cristalizada pode variar, acumular-se; o polígono dentro do qual a cristalização se opera pode complicar-se e ganhar ramificações – mas permanece esquematicamente o mesmo.²¹⁵

Embora nem sempre seja fácil fazer a distinção entre o romance e o conto, havendo obras em que a classificação não é absolutamente clara como em *A Relíquia*, há a considerar os contos que são esboços de romances que vieram a ser escritos ou que poderiam ter sido. A tese de O Primo Basílio encontra-se parcialmente no conto *No Moinho e a Cidade e as Serras* está no conto *Civilização*.²¹⁶

Colocando o conto num patamar a que não tinha chegado até então, reanimando-o e revigorando-o, podemos dizer que a Eça se deve um contributo maior na promoção de um género literário cujo estatuto se

²¹⁴ António José Saraiva, *As ideias de Eça de Queirós*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1982, p. 54.

²¹⁵ *Ibidem*, pp. 55-56.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 56.

limitava a uma certa subalternização, valorizada pela oralidade, de função moralizante e de exemplaridade.

Andrée Crabbé Rocha afirma

(...) Eça de Queirós e Fialho de Almeida, seguidos por Trindade Coelho, deram ao conto uma seiva e um renovo que ele até então não tinha, e outorgaram a este género pretensamente secundário uma autonomia literária que a primeira metade do século XX apenas vem confirmar e enriquecer.²¹⁷

Com grande tradição em Portugal, o conto atinge no século XIX uma prosperidade invulgar graças ao contributo de Paganino, Fialho de Almeida e Eça de Queirós, entre outros já citados.

Não sendo o resultado da incapacidade do produtor em aventurar-se em géneros de maior fôlego, o conto sendo uma opção do criador da obra de arte literária, é uma forma breve onde a notação de factos, a minúcia descritiva não tem grande relevo na constituição da infra-estrutura. Sendo um género do modo narrativo que, a princípio procurou na moralidade o caminho adequado aos seus objectivos, outros foram os temas desenvolvidos ao longo da sua evolução.

Narrativa curta, escrita para um leitor que na especificidade da escassez do tempo, procura na simplicidade da escrita ou na simplicidade dos conteúdos, a cativação para “contratos” de leitura onde a cidade em transformação, buliçosa, barulhenta e agressiva, dá lugar ao campo do conforto, da saúde e da solidariedade, onde as diferenças sociais se diluem no quotidiano de uma vida aprazível onde todos se conhecem e, muitas vezes, se respeitam.

²¹⁷ *Dicionário de Literatura Portuguesa*, direcção de Jacinto do Prado Coelho, 1º volume, 3ª edição, Figueirinhas, Porto, 1973 – p. 213.

Com a vida a tornar-se cada vez mais difícil e o tempo escasso, é no conto oral ou escrito que o homem procurará o bálsamo de um dia trabalhoso retirado à família, e poderá na simplicidade da escrita encontrar a compreensão e a solução para os seus problemas.

III. 1.4. O corpus de Trindade Coelho

Por detrás da obra de arte está o seu criador, quantas vezes condicionado pelas estruturas de teor linguístico e literário dominantes na época, determinantes na sua produção. Elementos que configuram o mundo de ordem religiosa, social, ética, política, filosófica e económica que estabelecem relações de conflito ou de aceitação com o produtor. Falando, concretamente, de Trindade Coelho, podemos dizer que as relações estabelecidas são as de um não alinhado, ligado visceralmente às suas origens.

Com efeito, numa carta que escreve a Luís Derouet, cuja data desconhecemos por não ter sido indicada, confessa-se patriota e democrata, acrescentando que “em literatura nunca fui nada, nunca tive escola. Mas fui do meu temperamento. Fui sincero. E a sinceridade, como qualidade de carácter, é só uma”.²¹⁸ O povo está acima de tudo na sua actividade de homem, cidadão e polígrafo. Rejeitando a ligação a escolas literárias, vai ao ponto de afirmar que não há escolas, o que há é talento inventivo, originalidade²¹⁹.

A sua grande escola, a que reconhecia como eficiente, que se impunha ao temperamento, era a da sua terra cuja ancestralidade estava acima de tudo. Como se fosse um arauto da sua terra e funcionasse em forma de vate, que vai à frente para publicitar espaço, tempo e pessoas,

²¹⁸ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910, p. 39.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 78. Carta dirigida a Louise Ey datada de 16.6.1902.

passa ao papel o mapa caligráfico daquele rincão transmontano que o viu nascer. Em Coimbra ou em Lisboa era um desenraizado. “Lisboa não é terra de ninguém!” afirmará em *A Minha Candidatura por Mogadouro*²²⁰.

“Os que são de cá não têm terra – perdidos, desnorteados, indiferentes no meio da casaria sem fim, no meio de uma população de acaso que os não conhece, que eles não conhecem”.²²¹

Não fazendo parte de nenhuma escola, conforme afirmava, não é difícil ligá-lo a um neo-garrettismo, feito do povo, para o povo e para todos os que não enjeitavam a sua escrita. Júlio de Lemos, que com Trindade Coelho se carteceu, em *Elogio do Contista Trindade Coelho*²²² transcreve citações que vale a pena recordar:

Pequena e tão pobre! Mas vá lá saber por que há-de gostar assim da sua terra²²³

Tudo que faço, ou, pelo menos procuro fazer, é escrever como o povo fala²²⁴

Eu fui feito para ler, substanciar, em seguida ministrar ao povo o que aprendo em formas simples e claras, na linguagem simples e clara que ele fala, que ele compreende – coando tudo, primeiro, pela rede do meu sistema nervoso, pelo véu da minha sensibilidade.²²⁵

Escrevendo por necessidade espiritual, ao mesmo tempo que se sente na obrigação de escrever para o povo, de onde emerge, numa das muitas cartas que escreve a Paulo Osório, confia-lhe em 22 de Janeiro de 1897 que

²²⁰ Trindade Coelho, *A Minha Candidatura por Mogadouro*, Câmara Municipal de Mogadouro s/d, p. 103.

²²¹ Trindade Coelho, *O Senhor Sete*, p. 220.

²²² Júlio de Lemos, *Elogio do Contista Trindade Coelho*, Edição da Revista Ocidente, Lisboa, 1949.

²²³ *Ibidem*, p. 23.

²²⁴ *Ibidem*, p. 22.

²²⁵ *Ibidem*, p. 29.

Eu não sei escrever a frio; não escrevo por querer escrever; - e até quando caio nessa tolice, rasgo tudo quanto faço. Eu escrevo do pescoço para baixo. Do pescoço para cima não sei escrever. O assunto para mim há-de ser uma emoção.
(...)

De resto, eu sou um insaciado, e um insaciável: nada me agrada do que faço, e rasgo com um grande desamor o que às vezes escrevo. Tenho um grande pudor de lançar ao público coisas más: e já que eu não posso ser um escritor, desejo, ao menos, amar a Arte, e servi-la o melhor que posso.²²⁶

Apesar desta demonstração de niilismo finissecular, tão característico do século XIX, que arrastou consigo Antero de Quental e outros homens das letras portuguesas, o estro precoce em Trindade Coelho não deixou de se manifestar.

Em tempos de colegial, no Porto, compõe um texto de ficção constituído por trinta e oito folhas de ambos os lados, excepto a última – com datas compreendidas entre 8 e 19 de Janeiro de 1879. Se Trindade Coelho nasceu em 18 de Junho de 1861, contaria 17 anos quando escreveu o texto a que deu o nome de *Enjeitado* que Viale Moutinho, o maior estudioso de Trindade Coelho, a par de Hironidino da Paixão Fernandes, acrescentou que “passou de projecto literário para a categoria de espólio de infância”²²⁷, adquirido pela Câmara Municipal de Mogadouro.

²²⁶ *Cartas de Trindade Coelho editadas por Paulo Osório*, Empresa Literária e Tipográfica, Porto, 1908, pp. 17-18-19. Esta carta também foi publicada na *Alvorada, Revista Literária Mensal*, Directores Paulo Osório & Jaime de Faro, Fevereiro de XCVII, n.º 5-1.º Ano, p. 38.

Tanto nas Cartas como na referida está escrito em nota de rodapé “Ganhar dinheiro pela pena, Deus me livre! O primeiro dever de um artista é morrer de fome; e eu já queimei um livro de 400 páginas, no dia em que havia de ser posto à venda, metendo num forno a edição toda: 900 exemplares”.

Trata-se de um livro de crítica literária sobre Guerra Junqueiro.

²²⁷ Trindade Coelho, *O Enjeitado e outras ficções inéditas*. Introdução de José Viale Moutinho, João Azevedo Editor, Mirandela, 2001, p. 9.

Juntamente com o *Enjeitado* e três contos incompletos a que o jovem Trindade Coelho não deu nome e que começam por “Na pequena vila da sua naturalidade o Artur...”, “O sol tinha-se sumido numa explosão gloriosa....”, “O filho mais pequeno de Rosa, da vizinha, chamava-se Estêvão”, além de outros dois que intitulou *Quadro singelo* e *Primeiro amuo* e os respectivos manuscritos fac-similados, é possível ler esta primeira ficção trindadeana numa edição de João Azevedo Editor, Mirandela 2001, com introdução de José Viale Moutinho, julgamos que patrocinada pela Câmara Municipal de Mogadouro, a que foi dada o nome de *O Enjeitado e outras ficções inéditas*.

Servindo-nos da nossa leitura do livro que acabámos de citar e da introdução de José Viale Moutinho, que intitulou de *Papelada inédita de Trindade Coelho*, verificamos que os contos publicados neste livro, são, na generalidade, completos, mesmo o que se refere à história do amanuense Artur que compreende as páginas sessenta e um a setenta e dois. Com efeito, o próprio Viale Moutinho, que teve acesso aos manuscritos, informa em nota de rodapé que na última frase “não consta o ponto final, ficando em aberto o texto para uma continuação nunca efectuada”²²⁸.

Embora não haja a indicação de qualquer data, é possível, segundo Viale Moutinho, que tenha sido escrito por volta de 1883, uma vez que utilizou papel de cartas tarjado de luto, igual ao que utilizou pela morte do pai em 5 de Agosto de 1883, nas termas de Longroiva²²⁹.

O outro conto a que não deu nome, embora tenha o título de *Conto* começa por “O sol tinha-se sumido numa explosão gloriosa”, constituído por duas folhas impressas, setenta e três/setenta e quatro, a

²²⁸ *Op. cit.*, p. 104.

²²⁹ *Op. cit.*, p. 11.

que correspondem quatro páginas manuscritas, pensamos que não vai além de um esboço de um texto, inicialmente de carácter descritivo para localizar temporal e espacialmente a personagem José Mouro.

O conto seguinte, igualmente sem nome, iniciado por “O filho mais pequeno da Rosa, da vizinha, chamava-se Estêvão” é um conto incompleto, com algumas características autobiográficas, onde o menino Josézinho, também tratado por senhor, compartilha com o órfão Estêvão, o vestuário de que prescinde em favor daquele que precisa. É um conto onde as qualidades filantrópicas do narrador são mostradas de modo inequívoco.

“Quadro singelo” é um conto escrito em Mogadouro. O autor teve a preocupação de escrever o nome da sua terra no fim do texto. Segundo Viale Moutinho terá sido escrito em 1883 ou 1884. Composto por cinco folhas e meia manuscritas e três impressas, é um conto onde os animais têm um papel preponderante, a fazer lembrar “Sultão” que veremos em “Os Meus Amores”. Mourisca, a pobre jumenta deixa órfã Diamante, o pequenino filho. Irracionais humanizados, crianças de lágrima fácil e homens solidários pintam um quadro onde tudo acaba bem num texto igual a muitos onde a memória da infância é marcante.

“Primeiro Amuo”, segundo Viale Moutinho²³⁰ foi escrito em Coimbra, tendo aparecido em folhetim no primitivo *Diário da Manhã*, ao mesmo tempo, que considera este conto um dos mais belos contos eróticos da Literatura Portuguesa. Cinco folhas impressas, treze manuscritas.

Viscondessa, loira e *mignonne* aguarda pacientemente a chegada do marido que não se esquece de ir ao clube jogar *baccarat*. Da lua de mel

²³⁰ *Op. cit.*, p. 13.

deliciosa lembra-se a viscondessa enquanto descansa, impaciente e nervosa junto do piano que lhe faz companhia. Discurso encomiástico e sedutor preparando a vingança da mulher que toca desesperadamente em preliminares de vingança. Provocante, deita-se simulando o sono até o visconde chegar. Não acorda a viscondessa. É vingativa. É o seu primeiro amuo. Depois a viscondessa desperta. Cobre-o de beijos e carícias. Sacia a vingança. Ela não podia enganá-lo. Com o primeiro beijo tinham terminado as hostilidades.

Relativamente a “O Enjeitado”, que Trindade Coelho escreveu “enjeitado”, é um conto, e isso importa realçar, escrito por um jovem de dezoito anos, a frequentar o Colégio de São Carlos, no Porto, onde o acesso ao livro não era tarefa fácil. Na carta que escreve a Louise Ey em 6 de Abril de 1902 afirma

E literatura?

No colégio eram proibidos romances ou quaisquer livros que não fossem de estudo, - só me lembro de ter lido às escondidas uma tradução dos *Três Mosqueteiros de Dumas*, e dois ou três romances portugueses, o *Mário* e não sei que mais.²³¹

Não obstante a escassez de leituras, o jovem Mogadouro desejava mais para além do que lhe era proporcionado. A leitura furtiva era por si só um indicador do seu gosto pelos livros. E escreve. Escreve e não publica. Mais tarde, homem de letras, jornalista e escritor, jurista e pedagogo não deu à estampa a sua primeira grande produção: “O Enjeitado”. Por pudor? Será que considerou o texto de menor qualidade? Os estudiosos da sua obra tiveram acesso ao manuscrito e mostraram-no a quem o quisesse ler. Pertinente será perguntar: se não foi publicado em

²³¹ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910, p. 15.

vida, será que deve ser feito depois da morte? Se a obra de Fernando Pessoa não tivesse sido publicada depois da sua morte, como seria possível dar ao mundo um escritor de suma qualidade? Se parte da obra de Eça de Queirós não tivesse sido publicada depois da sua morte como teríamos lido o seu legado?

Matéria controversa, mas se não houver nada a opor, que se torne conhecido tudo o que os grandes mestres produziram. Há alunos, estudiosos ávidos de saber, num mundo cada vez mais parco de valores. A propósito da publicação, noticiava o *Jornal de Notícias* em 26 de Maio de 2001 que a apresentação pública do livro seria realizado em 14 de Junho e informava que o manuscrito havia sido adquirido pela autarquia em 1990 por 125 contos, a um familiar do contista transmontano, tendo a edição sido proposta ao *Círculo de Leitores*, o que não veio a acontecer.

Não foi muito serena a passagem do manuscrito a documento publicável em livro. Assim, o jornalista/autor da notícia veicula a informação que o manuscrito havia sido retirado dos cofres da autarquia onde estava guardado, tendo sido posto em seu lugar uma cópia.

Esta situação foi denunciada por um vereador em assembleia municipal, tendo a Câmara apresentado o caso à Polícia Judiciária. Pouco tempo depois, o manuscrito original foi encontrado por caçadores numa porta de acesso ao edifício camarário embrulhado em várias folhas de papel.

Dado o número de páginas de “O Enjeitado”, poder-se-á dizer, que é a primeira tentativa de romance de Trindade Coelho, aliás na carta atrás citada escreve que “um dia se pôs a fazer um romance *O Enjeitado*, cujo manuscrito ainda conservo”.

Escrito em período de transição do romantismo para o realismo, numa altura em que se faziam ouvir os ecos da questão coimbrã, é uma história dominada pelo amor de dois jovens de classes sociais diferentes, face a uma jovem, Beatriz, de dezassete anos.

Tendo, como espaço dominante, a aldeia de Gondoim e a farmácia, centro das pessoas da terra, é a partir daí que o narrador desenvolve toda a intriga através de personagens que vão sendo caracterizadas na medida da sua importância da narrativa.

Beatriz, filha do major reformado Paiva Leite enamora-se de Henrique de Sotto-Mayor que tinha vindo passar férias à aldeia, habitando uma estalagem do outro lado da rua de Beatriz. Por força de coincidências que o romantismo proporciona, Henrique irá habitar num quarto contíguo ao de Beatriz, o que provocará uma maior aproximação entre os enamorados que combinam fugir para uma casa que os pais de Henrique tinham em Penalva.

O outro pretendente de Beatriz, o Enjeitado, que mais tarde saberemos a razão de ser do nome, embora sofrendo e imprecando contra Henrique deixa de aparecer, aconselhado pelo tio adoptivo.

À maneira de Camilo, com constantes interpelações ao narratário, apesar da reprovação do comportamento dos jovens por parte do pai de Beatriz e da tolerância dos viscondes de Sotto-Mayor, cuja identificação o narrador promete dar em duas palavras, tudo acaba bem, aliviando-nos o narrador de uma cena canalha entre os dois pretendentes à mão de Beatriz.

Construindo uma diegese a partir de um narrador onisciente que interpela um destinatário a cada momento, de modo a cimentar a relação estabelecida desde o início, ao começar o texto por “Todos sabem”,

enquadrados os prováveis leitores no quadro que pretende desenhar, o narrador parece querer credibilizar a história, mantendo o diálogo que deseja reforçado:

Imagine o leitor qual seria a alegria de Henrique quando viu que o seu quarto era contíguo ao da sua amada. Uma parede apenas os separava e a janela do quarto de Henrique distava um metro da janela onde ele vira Beatriz. Era claro que o Deus dos namorados o protegia de tudo²³².

e ainda:

O leitor não há-de acreditar, mas juro-lhe que o Ervas de vez em quando chamava ao Henrique: - seu colega!!!!²³³

ou:

Foram recebidos com todas as deferências tanto da parte do Major como de sua família, composta da mulher e duas filhas, uma das quais nós sabemos ser Beatriz²³⁴

Denotando, quanto a nós, um domínio de escrita muito apreciável, enquadrado num romantismo onde esta história de amor germina, vejamos como Trindade Coelho, escritor de dezoito anos, debutante de publicações e aprendiz de jornalista dedilhava o tecido gráfico:

Amava Henrique com todas as veras da sua alma, com toda a efervescência de um amor de criança e por isso a suas paixão nublava-lhe a vida não lhe deixando ver o dedo da consciência que lhe apontava o dever.²³⁵

²³² *Op. cit.*, p. 30.

²³³ *Op. cit.*, p. 30.

²³⁴ *Op. cit.*, p. 33.

²³⁵ *Op. cit.*, p. 40.

Com uma narrativa ajustada aos cânones da época, sem deslustrar a juventude da sua autoria, vejamos, na boca de um apaixonado romântico uma frase lapidar em qualquer texto do romantismo no seu auge

- Fala, anjo, fala! Tu, Beatriz, tens na voz as harmonias suaves da harpa do infinito e no teu coração germina o alvo lírio de uma candura de virgem! Fala que as tuas palavras são gotas de orvalho caindo sobre este coração retemperado ao fogo da paixão que me inspiraste...

Fala, sereia, que o pobre nauta atraído pela magia das tuas palavras, escuta-te com religioso silêncio...²³⁶

É verdade que “O Enjeitado” sendo fruto de um jovem com pouca experiência literária e de vida, denota a ingenuidade própria de alguém que não está formado nas lides da escrita, contudo a sua leitura não fica muito aquém de outros escritores românticos que lhe foram coevos. Estava ali, em embrião, aquele que ficaria como um dos maiores contistas portugueses e que iria mais longe se não tivesse partido prematuramente quando muito haveria a esperar.

A sua actividade de contista, no Porto, não se limitou a “O Enjeitado”. O primeiro conto publicado e que dedicou ao pai, denominou-o de “Uma Trovoada”, de que o pai não gostou. Aconselhado pelo progenitor a deixar de escrever para os jornais, continuou a fazê-lo, mas às escondidas. Depois foi o “Cepticismo”, inspirado na leitura de jornais em férias de Páscoa. Aí utilizou o seu primeiro pseudónimo, anagrama, conforme lhe chamou para esconder a sua identidade, Cojo Elhose, aliás, mais tarde, proibirá o filho de publicar

²³⁶ *Op. cit.*, p. 42.

seja o que for sem a sua autorização, aconselhando-o, mesmo a utilizar um pseudónimo, preservando, assim a qualidade.²³⁷

Em carta dirigida a Paulo Osório em 17.1.1902, a propósito da publicação de uns versos no jornal, por parte do seu filho Henrique, nascido em 1 de Julho de 1885, afirma Trindade Coelho:

E ao jantar interpelei-o, e proibi-o de publicar a menor coisa sem a minha autorização, e ralhei e barafustei, e expus pela milésia vez a minha teoria de que não devemos ter pressa em publicar, de que vale mais a qualidade do que a quantidade, de que é bom começar com um pseudónimo, de que se as coisas são boas até o próprio pseudónimo se ilustra, e se são más não atingem o nome e o não prejudicam, - e habitua a não recear a publicidade e a não ir à toa com a vaidade, o que quase sempre dá tolíce grande,²³⁸

Não deixa de escrever, sendo mesmo um colaborador voraz em jornais da época, por isso não é de admirar que em 1891 saia o seu grande livro que o lança para a imortalidade, editado pela livraria António Maria Pereira. Lourenço Coyolla, jornalista, possuidor de uma vasta bibliografia, director do *Jornal da Noite*, à data da publicação de *Os Meus Amores*, que dele faz o seguinte retrato que achamos oportuno registar

De estatura um pouco baixa, peito largo, cara redonda, bigode farto, olhos muito luminosos, mas com o brilho embaciado pelo uso constante da luneta e uma voz de trovão, a primeira impressão que se colhia, ao fitá-lo, não era das mais agradáveis. Trocadas porém com ele algumas palavras, essa impressão desvanecia-se e substituía-a uma outra inteiramente diferente.

Era tão sinceramente afectivo no modo como falava, tão terno nas suas expansões de entusiasmo, tão espontâneo e fácil no louvor, que, na sua

²³⁷ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910, p. 16.

²³⁸ Veja-se Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910, p. 64.

fisionomia, transparecia, como num espelho, toda a bondade da sua alma, tudo o que havia de generoso no seu coração.²³⁹

É, pois, Lourenço Cayolla, que temos vindo a citar, que em *Revivendo o Passado* escreve

Esse livro afirmou dum salto a existência dum novo e grande escritor em Portugal, e foi acolhido pela crítica e pelo público com igual e unânime entusiasmo. Não me recordo de nenhum outro escritor, entre nós, que, ao estreitar-se, tivesse alcançado um sucesso semelhante.²⁴⁰

Muitos são os que receberam com entusiasmo *Os Meus Amores*, contos rústicos na esteira do que já tinham escrito, entre outros, Fialho de Almeida, Abel Botelho, Júlio Dinis, Rodrigo Paganino e Alberto Braga; conseqüentemente muitas são as críticas tecidas na época e, ainda hoje, acerca dos escritores que, actualmente, alimentam as páginas e servem os estudiosos dos contos e das escolas.

Fialho de Almeida, crítico atento da sociedade portuguesa dos séculos XIX-XX, dedicará no volume V de *Os Gatos*, a propósito de *Os Meus Amores*, três páginas e meia, escritas em 30 de Janeiro de 1892, de que extraímos um excerto que nos parece oportuno

Como é provinciano, provinciano de aldeia, e natureza contempladora ainda por cima, Trindade Coelho cativa-se principalmente dos assuntos bucólicos, pequenas cenas de cabana, tempestades de campanário, pastorais, vida de povo, e sente-se que o não faça por diletantismo do escritor avocando de cor dramas lambidos, senão por esse estro de visão retrospectiva dos melancólicos despaisados em

²³⁹ Lourenço Cayolla, *Revivendo o Passado*, Imprensa Limitada, Lisboa, 1929, p. 240.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 240.

terras hostis, e que protestam contra o egoísmo ambiente, recluindo-se no passado, como num santuário de múmias adoradas.²⁴¹

Quando *Os Meus Amores* apareceram em 4 de Julho de 1891, numa edição de 2500 exemplares²⁴², a obra constituiu um enorme êxito editorial, ao ponto de, em 17 de Agosto, segundo a imprensa da época, estar quase esgotada. Não se pautando por uma edição definitiva, são várias as alterações operadas ao longo das três primeiras edições. A primeira dedicada ao Doutor António Xavier Perestrelo, precedido de seguinte soneto do seu amigo Luís Osório,

Os Meus Amores

Folhas dispersas dos meus anos de ouro,
Vivo enxame das minhas alvoradas,
Tenho zelos de vós, folhas sagradas,
As Desdémonas sois de um outro moiro.

As brancas horas que eu em sonhos doiro,
Essas horas febris, iluminadas,
Ei-las fugindo em tristes debandadas...
Levais nas asas todo o meu tesoiro.

Folhas: subi, voai ao céu tão alto,
Que o céu em estrelas vos converta e mude,
Lá nas longínquas ilusões que exalto;
Como as frementes águas dum açude,

Levai a Deus, no derradeiro salto,
O derradeiro adeus da juventude...

²⁴¹ Fialho de Almeida, *Os Gatos*, V volume, Clássica Editora, Lisboa, 1951, p. 107.

²⁴² *Brigantia, Revista de Cultura*, Bragança, Vol. XXVII, Jan/Dez 2007, Hirondino da Paixão Fernandes, Coelho, José Francisco Trindade, p. 186-189.

Composto por treze contos, tendo cada um dos contos uma dedicatória, note-se que *Batalhas Domésticas* era um excerto de um livro em preparação:

Idílio Rústico, Sultão, Última Dádiva, Prelúdios de Festa, Tipos da Terra, Vae Victoribus, Maricas, Para a Escola, Tragédia Rústica, Abissus Abissum, Mãe, Arrulhos e Batalhas Domésticas

Sempre ligado ao espaço onde tinha nascido, saudoso dele, que melhor forma de enaltecer as suas virtudes que não fosse a de reescrevê-lo numa tentativa de o prolongar para além do seu tempo? Seria um escritor do povo, dele oriundo. *Os Meus Amores* eram os seus amores que lhe corriam nos olhos e no pensamento. Tratava com esmero o retrato gráfico da sua terra. Não construía um edifício estático. Falava dele. Mandava-o para os amigos. Recebia críticas, elogios, reparos. Afirmava a sua obra. Ele era um homem da escrita. Não pertencendo a nenhuma escola literária, escrevia com emoção. O facto de estar longe da sua terra permitia-lhe sublimar através da escrita, a distância e o pensamento. Os seus contos, muitos deles representativos da sua colaboração nos jornais, eram a memória afectiva que transmitia aos leitores e amigos. Ambientes rústicos e paisagens transportadas no coração eram fotografados no papel pela escrita sem que houvesse a preocupação de seguir modelos. Vivendo numa época em que Camilo é considerado o corifeu do romantismo e não obstante a grande admiração que tinha pelo mestre, ultrapassa os dissídios amorosos, expressos na escrita, que inviabilizam laços matrimoniais, dirimindo-os pela exaltação das virtudes, lealdade, apaziguamento e concórdia.

Não pertencia a nenhuma escola. O romantismo ainda era uma constante nas práticas literárias da sociedade portuguesa. Antero e Eça tinham-se demarcado. A Questão Coimbrã e as Conferências Democráticas do Casino através da geração de 70 tinha aclarado os espíritos e anunciado o realismo como nova expressão de arte. *Os Maias*, *episódios da vida romântica* anunciavam uma outra forma e uma outra substância para os conteúdos da escrita, face a uma nova mentalidade que florescia, produto das grandes questões sociais que avassalavam a Europa e o mundo.

Homem atento ao seu tempo que vai expressando em copiosa colaboração nos jornais, literalmente um não-alinhado publica em 1891 *Os Meus Amores*, a marca da sua subjectividade, ou a demarcação através de uma opção em que conjugavam a sua indiossincracia artística e o seu modo de ver o mundo, construído a partir de retratos verdadeiros e autênticos dos heróis de segunda classe que teimavam em tirar da terra o produto do seu trabalho. Eram o *goût du terroir*²⁴³, conforme Carolina Michaelis de Vasconcelos, ou a influência do conto poético de Alphonse Daudet pela pena de Jacinto do Prado Coelho.²⁴⁴

O entusiasmo pelo livro de Trindade Coelho foi grande, conforme já relevámos. A segunda edição sai em 1894, sem qualquer alteração, embora fosse acrescido de um capítulo denominado *Os Meus Amores e a crítica* onde Trindade Coelho reúne as críticas feitas por ordem alfabética de título com o nome do autor, quando era caso disso.

²⁴³ Carta datada de 20.11.1894 in Feliciano Ramos, *Trindade Coelho Homem de Letras, O Contista, O Esteta e o Pedagogo*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1947, pp. 293-294.

²⁴⁴ Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Nova Série, vol XXXIV Janeiro a Dezembro de 1962, Jacinto do Prado Coelho, *Presença da França nas letras portuguesas dos séculos XVIII e XIX*, p. 144.

Ao romance de imaginação e ao romance histórico sucedera o romance de observação da natureza e do estudo da psicologia humana, configurando o real. É este real configurado por Trindade Coelho que mitiga o afastamento entre o espaço onde vive e aquele onde nasceu e viveu. Digamos que a distância acaba por servir de meio para a sua escrita. Dirá em carta escrita a Louise Ey em 6 de Abril de 1902 a propósito da definição dos contos

Mas então o que são os meus contos?! Não sei. Talvez saudades; e tenho a certeza de que se vivesse na minha terra(onde só escrevi, numas férias, *Sultão* e *Idílio rústico*) não os teria feito...²⁴⁵

Editada em Paris, aparece a 3ª edição que podemos considerar como a definitiva. É a livraria Aillaud & Cª que dá à estampa a 3ª edição muito aumentada. São transcorridos dez anos. Estávamos em 1901. São 23 contos, assim distribuídos, que servem de base aos que, modernamente, vão sendo publicados.

1. *Amores Velhos: Idílio Rústico, Sultão, Última Dádiva, Prelúdios de Festa, Tipos da Terra, Vae Victoribus, Maricas, Para a Escola, Abyssus Abyssum e Mãe.*

2. *Amores Novos: Terra-Mater, Luzia, A Choca, À Lareira, Vae Victis, António Fraldão, Manhã Bendita, Mater-Dolorosa e Manuel Maçores.*

3. *Amorinhos (recolhidos da tradição oral): O conto das três maçãzinhas de ouro, O conto da infeliz desgraçada, O conto das artes diabólicas e Parábola dos sete vimes.*

²⁴⁵ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910, p. 30.

Comparando a terceira com as edições anteriores, verificamos que os contos da primeira edição integram “Amores Velhos”, tendo passado de treze a dez.

“Os Amores Novos”, com excepção de “Manhã Bendita” que é o conto “Tragédia Rústica” da primeira edição com algumas alterações, formam um conjunto novo, independente da primeira edição. Os *Amorinhos* já haviam sido publicados em 1899 em *A Tribuna* e na *Gazeta de Bragança* em 12 de Março de 1899²⁴⁶. *Parábola dos sete vimes* fazia parte de um conjunto de textos que se destinavam à formação moral do povo e que pertenciam a um conjunto de folhetos que Trindade Coelho publicou com o nome de *Folhetos para o Povo*, que integravam, também, *Rimas à nossa terra*, *Remédio contra a usura*, *Loas à cidade de Bragança* e *Cartilha do Povo*.

Para além dos 23 contos que constituem *Os Meus Amores* que, inicialmente, deveriam chamar-se *Estudantina*, Feliciano Ramos dá conta de mais seis contos²⁴⁷, com dedicatória, na sua totalidade, excepto *Os Avós* e *Manuel Mocico*.

- “Arrulhos” - publicado no diário de Vigo, *La Concórdia*, em 28 de Fevereiro de 1883, com o nome de *Las Palomas*, sem a indicação do nome do autor e que mais tarde, em 5 de Março de 1883, a redacção deu como de autoria de Trindade Coelho, face a um protesto do autor.

- “Primeiro Amuo” - a cujo manuscrito já nos referimos quando falámos da publicação de *O Enjeitado*. Segundo Feliciano Ramos²⁴⁸, o conto foi escrito em Coimbra, dedicado a Licínio Costa e apareceu em folhetim do *Diário da Manhã*.

²⁴⁶ Feliciano Ramos, *Trindade Coelho Homem de Letras, O Contista, o Esteta e o Pedagogo*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1947, p. 83.

²⁴⁷ *Op. cit.*, p. 223-276.

²⁴⁸ *Op. cit.*, p. 277.

- “Os Avós” - trata-se de um conto inédito, redigido em Coimbra em 17 de Abril de 1884, não havendo a certeza de ter sido publicado.

- “Manuel Mocico” - publicado em 1882 pelo *Comércio da Figueira*, em princípio, constituiria um dos contos a incluir no livro *Comédia da Província*.

- “Fiel” - dedicado ao amigo Pedro Fernandes Tomás, saiu no *Progressista*, tendo sido, depois, transcrito pelo *Comércio da Figueira*.

- “Borboleta” - tendo sido escrito em Coimbra, em Maio de 1883, não há indicação sobre a sua publicação.

Nesta tentativa de completar a obra dispersa de Trindade Coelho, podemos acrescentar que todos estes contos que acabámos de citar pela mão de Feliciano Ramos, estão incluídos num livro que Viale Moutinho dedicou ao autor transmontano e à sua obra. Graças a ele, num trabalho aprofundado, foram estes contos esquecidos, conforme lhes chamou Feliciano Ramos²⁴⁹ publicados pela Editorial Labirinto, com outros dois, *Tragédia Rústica* e *Maria*, com o título de *Outros Amores*. Embora haja ausência de data de publicação, não deve andar muito longe de 1985, uma vez que o Prefácio feito pelo próprio Viale Moutinho com as iniciais V.M tem a indicação Porto, Abril de 1985.

A propósito do livro, escreve o autor

Outros Amores é um primeiro encontro com os materiais, de ficção de Trindade Coelho que, até este momento, se encontravam dispersos por jornais, revistas e obras que passaram já à categoria de raridades bibliográficas. Recuperados, entendemos que, apesar de não aproveitados pelo autor para a reedição de *Os Meus Amores* ou organização de outro volume, a sua importância é patente. O título adoptado foi-nos sugerido pelo poeta e bibliófilo Pedro da Silveira, quando

²⁴⁹ *Op. cit.*, p. 223.

conversámos era caso real acontecido quando era delegado em Portalegre, e não lhe tinha afeição por não ter sido criado por mim, e porque era mau...²⁵⁰

A actividade do contista Trindade Coelho não se limitou a escrever contos, transportando para o papel o resultado do seu imaginário e das suas memórias. Vasta foi a colaboração em jornais da época. Não sendo um crítico literário, não lhe passam ao lado matérias ligadas à sua actividade de polígrafo. Como contista emérito não deixa de falar da sua arte e da sua produção com quem se carteia. No *Jornal Branco e Negro* n.º 84 de 7 de Novembro de 1897, a propósito do livro de Lourenço Cayolla *Coração Doente*, aproveita a oportunidade para dar a sua definição sobre o conto.

O conto é uma forma literária encantadora (conquanto não mencionada ainda nos livros didácticos); e o maior assunto, ou o mais complexo, cabe no conto, pela mesma razão por que nas proporções delicadas de uma miniatura pode caber, desafogado, um grande quadro. Tudo se reduz a uma questão de processo; e pelo que toca à emoção, o conto pode dá-la mais intensa, creio eu, do que o romance.

Demais, o futuro parece-me que pertence ao conto, porque não há tempo de ler coisas grandes, nem a inteligência, habituada cada vez mais a soluções prontas, a impressões diferentes e quase momentâneas, nesta vida de febre que nos devora, não saberá amanhã, ainda que queira, fixar-se muito tempo no mesmo assunto, por ter muitos, além disso, em que fixar-se.

Depois, os próprios jornais com a sua insistência cronométrica de todas as horas, o seu carácter de enciclopédia, a sua variedade, ou absorvem, ou fazem aborrecido, o hábito de ler demorado, - e livros, são às dúzias, e na grande maioria livros maus, o que também desanima. A vida, hoje, e cada vez há-de ir a pior, é pouco extensa e é muito intensa. Nada, pois, de coisas demoradas: tudo se

250 Viale Moutinho, *Trindade Coelho, Outros Amores*, Editorial Labirinto, Porto (?) s/d, p. VI.

quer breve, curto, incisivo, como esta linguagem rápida do telégrafo, que é bem a deste fim do século alucinado...

O verso ficará talvez no soneto, e a prosa no conto, - e nem por isso, bem entendido, será menos difícil (e será talvez mais torturante) o delicado ofício de escrever para os outros...

Somente é preciso não fazer do conto um romance pequeno; porque alimentando-se quase exclusivamente do sentimento, ele carece de ser, essencial e fundamentalmente, uma emoção. O assunto, aí, há-de ser mais “sentido” do que “visto”; - e eu, pelo menos, careço de o não deixar cristalizar em ideias, sob pena, se lhe dou tempo a isso, de o ver murchar como uma flor queimada, diluir-se, evaporar-se, perder toda a cor e todo o interesse... - morrer!

Explorando-o por escrito, eu devo estar, verdadeiramente, a explorar um sentimento - estriga de luz que se vai desfazendo. Para que a palavra, forma única de o traduzir, seja antes a revelação do próprio sentimento, e dele vá saindo impregnada, do que a da ideia...

A ideia lá aparece, decerto, mas é já como uma feição exterior do sentimento: é o próprio sentimento noutra fase da sua existência, que não é ainda a fase verbal...

Esta vem depois, por sua vez, mas já como exteriorização da ideia; e há-de ter com ela, rigorosamente, a mesma afinidade misteriosa que a ideia teve com o sentimento. No fim, como resultante definitiva do equilíbrio calculado dos seus elementos, a obra ficará esteticamente equilibrada no conjunto, e produzirá, ao fim, ela que foi um produto da emoção, a emoção...

Mas como se faz o conto? O que é o conto? Não sei. Quem o sabe? Tenho dele, desse delicado género de poesia literária, a visão de uma coisa redonda, sem princípio, nem meio, nem fim, e todavia geométrico e perfeito, este modo de me exprimir, - mas confesso que não tenho outro, e peço desculpa...

Oh, vale a pena, decerto, amar esse delicado género! Chamou-lhe um grande poeta, que é Gomes Leal, o género mais difícil da prosa; - e em boa verdade, com efeito, que custa mais a fazer uma miniatura, em que todo um sentimento caiba à vontade, do que um largo e amplo quadro, com ensanchas para o artifício... Na

miniatura, as figuras têm de ser vistas através do sentimento, para parecerem do tamanho natural; no quadro, elas poderão ser apresentadas tais quais são, e ajudadas a definir pelos acessórios. Daí, naturalmente, a maior facilidade relativa do processo, - visto que no conto, resumidíssimo, nem uma só palavra se admite a mais, nem uma só palavra se admite a menos, porque o espaço a preencher, sendo pequeno, tem de aproveitar-se, a bem dizer, por fracções de milímetro...

Daí, da mesma sorte, o não ser para todos os paladares nem para todas as vistas, o melindroso trabalho do conto, - dado que ele só pode ser apreciado por gourmets de paladar esquisito, e por vistas muito educadas.

Impõe-se, todavia, ao comum dos leitores, creio bem, o conto bem feito; - mas a esses, aos não iniciados nestes segredos, pela dose de sentimento que se lhe imprime, e que ele, irresistivelmente, comunica, - sentimento que é já, por sua vez, um produto concreto da arte, que aliás, a esses, passou de todo despercebida...

Vimos assim a reverter ao ponto de partida: - o conto tem de ser, essencial e fundamentalmente, um produto da emoção. Debaixo deste aspecto, ele fica sendo a forma intermédia da arte literária, ocupando, entre a prosa e o verso, o meio termo. Daí, a necessidade absoluta, a condição essencial, de ser “muito bem escrito”, o conto, - quer dizer, afinado até ao ritmo; de modo que também o gozo físico daí resultante, e cujas causas são um decorativo precioso da arte literária, venha a ser, para esses mesmos que intelectualmente a não apreciam, um elemento plástico da própria emoção, um reforço da própria emoção... Mas tudo isto, já se vê, executado sem esforço aparente (frases que num conto se lêem num segundo, têm-me levado a mim, às vezes, mais de uma hora) e dando à superfície a simplicidade. Sendo de notar, todavia, sobre isto de simplicidade, que há uma coisa pior que ser complicado: - é afectar o simples...

É difícil, bem sei, o trabalho do conto, mas é por isso que ele é muito bonito; - e o prazer no fim resultante para o próprio artista, que pode, em alguns minutos, gozar todo o trabalho feito, burilá-lo e aperfeiçoá-lo até à minúcia, insuflando-lhe

um fôlego igual, é bem maior, como prémio, do que o resultante de fazer o romance.

... E pois que o outro prémio, ou requer a prémio que mais valha, se não pode aspirar, - porque romances, hoje, quase não há tempo de os ler – não nos furtemos nós, ao menos, o gozo de ser lidos por camaradas, e, se nem eles nos lerem, de nos lermos nós... Que será este, quem sabe! O ideal do verdadeiro artista; - e pelo que me toca, não se me daria que fosse já esta (com a condição, bem entendido, de escrever coisas muito bonitas) a minha sorte...

III. 1.5. Perfil temático-formal do conto trindadeano

Não concebo, nado em Lisboa, um poeta lírico.

Ora V. Ex.^a não é outra coisa

Alberto de Oliveira²⁵¹

Servindo-nos de Andrée Crabbé Rocha²⁵², a preocupação moralizante expressa anteriormente desaparece, embora no século XIX subsista o pendor para a narrativa que se cinge à realidade, quer esta seja histórica, quer do domínio da experiência de cada autor. A proporção de história de pura imaginação é praticamente inexistente.

O critério de limitação do tamanho e de conformidade com o real tornou o conto um género fácil, franqueando o acesso à literatura a muitos daqueles que se queriam iniciar nesta arte. Raro é o escritor daquela época que não inicia ou arredonda a lista das suas obras com um volume de contos, embora outros escritores mais consagrados se tenham dedicado ao conto como Alexandre Herculano em “O Pároco da

²⁵¹ Carta de Alberto de Oliveira de 16 de Julho de 1891, in *Trindade Coelho, Homem de Letras, O Contista, O Esteta e o Pedagogista*, Coimbra, 1947, p. 280.

²⁵² *Dicionário de Literatura 1º volume*, Direcção de Jacinto do Prado Coelho, pp. 213-214.

Aldeia”, Júlio Dinis, com “Serões da Província” e Teixeira de Queirós autor de “Comédia do Campo”.

O conto vai-se definindo como um episódio vivido ou relatando um caso singular onde o autor interveio ou de que teve conhecimento e concebido literalmente como um romance curto. Se Alexandre Herculano (1810-1877) não teve grandes contactos com o campo, só o fazendo por volta de 1859 quando adquiriu a quinta de Vale do Lobo e Júlio Dinis (1838-1871) não passou de Ovar para escrever os contos “Serões da Província”, o mesmo não se passou com Teixeira de Queirós (1849-1919) que foi pastor na infância e conviveu com os homens e a natureza minhota, de onde era natural. Trindade Coelho (1861-1908), por seu turno, nado e criado em meio rural e agrícola, habituado a lidar com a rusticidade de um espaço que não esqueceu, parece ter estabelecido um compromisso com as fragas transmontanas e a salubridade da terra natal. Iniciado na escrita e a ela dedicado desde os seus tempos no Colégio de S. Carlos não lhe é difícil manifestar no papel uma visão muito realística dos costumes, das vivências e das pessoas que tinham ficado para trás por força do seu percurso de estudante em busca de uma vida melhor.

Apoiados em leituras de estudiosos da literatura como Aguiar e Silva, Gérard Genette, Carlos Reis e Vincent Jouve, entre outros, e que têm por base as grandes variáveis do texto literário que sustentam as categorias mais relevantes, como sejam o espaço, o tempo, personagens e narrador, sem esquecer aspectos particularmente importantes no texto trindadeano e que têm sido objecto de vasto estudo, hoje, praticamente, caído no esquecimento, como se os escritores fossem lembrados como modas e depois ostracizados e caídos, por completo, no olvido,

dedicaremos o nosso estudo ao livro de contos que nos legou, ainda hoje reeditado, durante anos retirado dos compêndios escolares, mas que, actualmente, integra o Plano Nacional de Leitura, *Os Meus Amores*. Servir-nos-emos da 16ª edição publicada pela Portugália Editora, Lisboa, em 1968, analisando cada um dos contos que constituem *Amores Velhos*, *Amores Novos* e *Amorinhos*. Serão, ainda, objecto de análise os já citados “contos esquecidos”, denominação utilizada por Feliciano Ramos, publicados pela Editorial Labirinto com a designação de *Outros Amores*.

Na carta que escreve a Louise Ey, sua correspondente na Alemanha, em 6 de Abril de 1902 afirma Trindade Coelho em frase que não nos furtamos a citar, de forma apostólica, como se à sua existência tivesse sido conferida a missão de ensinar os que da vida pouco receberam e ficaram vivendo na ignorância

A mim... – a mim reputo-me um pobre filho do povo, que por acaso veio dar cá cima, e que não podendo voltar à terra de onde brotou – oh, jamais! – tem dela infinitas saudades (que quase nem sequer são feitas de lembranças, tão cedo eu a abandonei!) e está atónito do que vê cá cima... – e lá baixo!

Quando chegará, minha boa amiga, o “reino de Deus”.²⁵³

Face a esta irremediabilidade que é a sua existência, aspirando o reino de Deus, só restava ao homem que tinha partido da sua vilinha natal, e que com ela vivia no coração, pintá-la em desenhos de observador distante, de porta aberta para a memória. Elevado à categoria de procurador régio, depois de ter passado pelo Porto e por Coimbra, é no talento de escritor, que o transmuntano em diáspora vai buscar alento para um viver a que tinha direito. O escrevinhar, a mania de escrevinhar adquirida no Colégio de São Carlos será o antídoto para as suas carências

²⁵³ *Op. cit.*, p. 35.

do Mogadouro natal. Escreve. Como se tivesse feito um pacto com a sua terra dar-lhe-á o tributo que um homem simples pode proporcionar àqueles que serão seus amigos para além da distância.

Recusando ser deputado pela sua terra, dá-lhe como preito um livro, simbolismo do elo cada vez mais forte entre um filho e a terra que a ela regressará para sempre quando perfizer cem anos após o seu nascimento.

Os Meus Amores, poderíamos dizer que se trata de algo que se ama, de que se gosta e que é preciso declarar a todos *hic et nunc* que o escritor não se equivocou. Publicou-os em 1891. Melhorou-os em 1901 e recebeu os maiores encómios de jornais e de seus pares. Muitos foram os que a *Os Meus Amores* teceram loas, houve quem não estivesse de acordo. E o livro ficou para a posteridade.

Dele disse Antero de Quental em carta escrita a Trindade Coelho em 28 de Agosto de 1891

E depois, está-se tornando tão raro hoje encontrarem-se a seguir 200 páginas que sejam sãs em todo o sentido!²⁵⁴

Um livro irrepetível conforme afirmou João Bigotte Chorão²⁵⁵. Se a António Nobre bastou a autoria de o *Só* para se tornar um poeta conhecido e admirado pelo mundo das letras, para Trindade Coelho teria sido suficiente a publicação de *Os Meus Amores*, para que o autor encimasse um lugar de honra na literatura portuguesa. Enraizados no solo e profundamente assentes na terra, são, ainda hoje, *Os Meus Amores*, a marca de água e farol de uma terra que se obstina em ser cada vez maior e melhor, graças ao seu filho que tinha um pai que era “a maior bondade que há no mundo”.

²⁵⁴ Feliciano Ramos op. cit., (1947-p. 292).

²⁵⁵ Leia-se introdução a *Os Meus Amores*, Editora Ulisseia, Lisboa, p. 17.

Não abandonando uma sequência que se iniciara com Rodrigo Paganino (1835-1863) e Alexandre Herculano (1810-1877) no âmbito da ficção rusticista que atravessa todo o século XIX, Trindade Coelho retrata através da escrita todo um cenário onde a vida rústica é representada por personagens que não sendo neutras nem vivendo em neutralidade, labutam todo o dia dentro da vida como dentro das páginas dos seus autores. Com efeito, tanto em “Idílio Rústico”, como em “Sultão” as narrativas criam um cenário próprio da aldeia, longe do cosmopolitismo da cidade, onde o tipo de trabalho está longe de ocorrer num espaço populoso. “Quando atravessou a povoação, rua abaixo, com o rebanho atrás dele, era muito cedo. Ao longo das ruas tortuosas”²⁵⁶ “Ao cair da tarde, o Tomé da Eira entrava em casa cansado, esfalfado de andar um dia inteiro a mourejar no campo!”²⁵⁷

Nesta idealização de vida rústica onde os homens mourejam, mondam ou semeiam, vindimam ou ceifam, independentemente da amenidade ou agressividade do tempo, a terra é uma personagem viva que encarna todos os atributos humanos. Em “Última Dádiva” escreve o narrador “Distante do rio apenas um tiro de bala ficava o horto do José Cosme, belo horto ainda que pequeno, todo mimoso de frutas e hortaliças, fechado entre velhas paredes musgosas”.²⁵⁸

Distantes dos contactos com outros humanos, as personagens simples convivem com os animais num diálogo de ternura só concebível num cenário onde homens e animais se aconselham mutuamente. “O chocalho então badalava com força, e o Alípio que dormia à sombra das azinheiras, de chapéu sobre a cara, levantava-se sobre um cotovelo e

²⁵⁶ *Os Meus Amores, Idílio Rústico*, p. 13.

²⁵⁷ *Ibidem, Sultão*, p. 29.

²⁵⁸ *Ibidem, Última Dádiva*, p. 49.

intimava para o alto, com o seu vozeirão que fazia eco: - Toma tento, Ruça!”²⁵⁹ Um cenário edênico escrito por alguém que parece conhecer na perfeição o espaço descrito, criando uma unidade psicológica e social.

Num mundo onde a solidariedade e os costumes se afinam, marcado pela aproximação entre humanos e irracionais que percorrem os mesmos caminhos, aparentados fisiologicamente sem revoltas, nem gestos, nem reivindicações nem conflitos com a natureza, é no espaço rústico que vive a serenidade e o morrer em paz:

Foi então que Alípio José, à frente do rebanho, de novo abordou àquelas paragens, no intuito de procurar a cabra tresmalhada.

- Ruça! Torna ao rebanho, Ruça

Mas precisamente a essa hora, a Ruça exalava o último alento, pendida sobre o cadáver do pobre filhinho morto!...

Apostado em dar mais verdade aos textos que escreve, o narrador não se furta a utilizar o diálogo a cada passo, servindo-se das palavras que lhe parecem mais adequadas, quer utilizando o calão ou a linguagem popular:

- Eh, rapazes! – chamara ele já por duas vezes. –

- Vocês parece que vêm a dormir?!

Não iam a dormir, coitados, Mas eles próprios só agora é que reparavam também naquela modorra, e a espantavam pondo-se a conversar, ajeitando e ajeitando-se as mochilas uns aos outros:

- Xô, burro! – diziam alguns para os companheiros. –

- Pára aí, que te cai a carga!²⁶⁰

²⁵⁹ *Ibidem*, Mãe, p. 154.

²⁶⁰ *Ibidem*, Terra Mater, p. 165.

Dominando com grande clareza o diálogo, Trindade Coelho utiliza frequentemente a fala das personagens, ou a sua própria enquanto narrador, para interpelar o narratário. Ao terminar “Prelúdios de Festa” afirma o narrador “Isso não juro, porque não reparei. Mas estou em dizer aos senhores que o António Fagote – chorou!...”²⁶¹

O monólogo interior, também, serve de sintagma de coloquialidade, mesmo que seja a partir da fala de um animal, “A Choca”, prestes a sucumbir à vida “- Ah! se ao menos o dia nascesse!”²⁶²

Se é verdade que o conto rústico se manifesta através da vivência no campo, do trabalhar na cultura agrária longe das grandes cidades, a rusticidade também se manifesta pelo amar a terra, o abominar a guerra feita sem saber porquê. E rematavam os soldados “Oh! As “sortes”! Se havia coisa mais desgraçada!”²⁶³

Sem esquecer que o artista é um moralista, conforme escrevia Trindade Coelho a Louise Ey em 16 de Junho de 1902²⁶⁴ os contos “Para a Escola” e “Abyssus Abyssum” podem responder à moralidade que Trindade Coelho quis transmitir. O conto “Para a Escola” escrito no dia da sua formatura a recordar o fim da sua viagem como estudante que não tendo sido padre se formou em Direito e o conto “Abyssus Abyssum” a lembrar duas crianças que perseguindo o perigo, v.g., o abismo, precipitaram a sua morte.

Ninguém escreve numa situação adâmica. O resultado do conseguido é a soma de um conjunto de factores que o criador transporta consigo desde que é concebido. Crenças, tradições, princípios e mitos associam-se para, de forma convincente e harmónica, tornarem

²⁶¹ *Ibidem*, *Prelúdios de Festa*, p. 82.

²⁶² *Ibidem*, *A Choca*, p. 194.

²⁶³ *Ibidem*, *Terra Mater*, p. 173.

²⁶⁴ *Autobiografia e Cartas*, p. 78.

realidade o imaginado. Como tem vindo a desenvolver-se, Trindade Coelho, nado em Mogadouro, de lá saído por força de outros valores que ele espreitava, acabava por ser um estrangeiro em locais de estudo e de trabalho. Latentes, subjazem relações de incompatibilidade que ele não escamoteia em documentos deixados à posteridade, chegados até nós e cuja consulta foi possível realizar.

Se Lisboa não é terra de ninguém, conforme escrevia²⁶⁵, Mogadouro era a terra dos seus amores. Apesar de distância, a sua vilinha natal vivia no seu inconsciente num elo que era necessário estreitar cada vez mais.

De título premonitório *Os Meus Amores* são o guardião de fotografias escritas que ele ficciona de forma obsidiante. Os contos de *Os Meus Amores* constituem uma forma de viver, o sustentáculo de uma vida onde Trás-os-Montes renasce para ele e que é dado a conhecer de forma viva. Cartaz turístico de uma vivência que ele desejava ter, mas que, como se fosse um unguento, se sente na obrigação de publicitar, dando a conhecer ao mundo. Todos os contos são os seus amores. Gostará deles de igual forma, embora considerasse *Abyssus Abyssum* o pior conto do livro²⁶⁶.

A análise dos contos, que nos propomos efectuar obedecerá à ordem em que foram publicados pela Portugália Editora em 1968 e não a qualquer outro critério de qualidade ou de prazer.

III. 1.6. Trindade Coelho, entre o romantismo e o realismo

Quelle que puisse être la force d'innovation de la composition poétique dans le champ de notre expérience temporelle, la composition de l'intrigue est enracinée dans une pré-compréhension

²⁶⁵ *Senhor Sete*, p. 220.

²⁶⁶ Feliciano Ramos, *Trindade Coelho Homem de Letras, o Contista, o Esteta e o Pedagogo*, Coimbra, 1947, p. 66.

du monde de l'action: de ses structures intelligibles, de ses ressources symboliques et de son caractère temporel.

Paul Ricoeur, *Temps e récit*²⁶⁷

Todo o processo de criação literária é condicionado por estruturas de carácter linguístico que o produtor encontra dominantes no seu tempo, com as quais estabelece relações de preferência ou de rejeição e que o condicionam e definem como escritor, para além de outros considerandos de carácter ético, religioso, social, profissional ou económico que configuram a sua perspectiva do mundo no qual se insere e para o qual projecta a sua obra.

Estando o criador da obra de arte enquadrado numa época que o confina a determinantes que terá que contornar ou obedecer, podemos imaginar que, sendo o autor produto do espaço e do tempo, a sua capacidade individual é delimitada por factores intrínsecos a que ele se encontra ligado e limitado.

É verdade que cada regime, época ou escola literária possui a sua escrita que, de forma implícita, se compromete com a fala. Ao escritor, paladino da liberdade, arauto da verdade e vanguarda da comunicação, autoridade do dizer e do escrever, é-lhe facultada a possibilidade de escolha de entre a corralidade de escrita existente, fazendo-o muitas vezes contra a corrente, estabelecendo o seu próprio estilo. Contista ao jornalismo herdado, de escrita precoce, iniciado nos meandros da ficção enquanto estudante liceal no Colégio de São Carlos, no Porto, inscreve-se no quadro de honra das letras portuguesas através de contos que ditaram uma época e que, não obstante o esquecimento a que os

²⁶⁷ Paul Ricoeur, *Temps et récit, L'intrigue et le récit historique*, Paris, Éditions du Seuil, 1983, p. 108.

compêndios escolares votaram, ainda fazem parte das antologias especializadas.

Sendo um escritor do seu tempo, não é um contista datado, embora o Portugal dos finais do século XIX não seja o mesmo onde vivemos.

Sempre colado às suas origens transmontanas e ao seu percurso de vida social, familiar e profissional, a sua obra é bem o exemplo do escritor em transição de um romantismo que se ia diluindo por força da erosão das ideias e hábitos de vida, ao mesmo tempo que, de modo involuntário, apanhada a refrega da geração de setenta, e se vai posicionando no vanguardismo a que aderiram Eça de Queirós e Antero de Quental.

Dominador da palavra escrita ou falada e já com provas dadas em livros, jornais e revistas, dirá em 1902 volvidos que eram quarenta e um anos da sua existência, a Louise Ey, sua correspondente e tradutora na Alemanha, em tom confessional, numa carta que lhe escreve em 6 de Abril daquele ano

A mim... - a mim reputo-me um pobre filho do povo, que por acaso veio dar cá cima, e que não podendo voltar à terra donde brotou – oh, jamais! – tem dela infinitas saudades (que quase nem sequer são feitas de lembranças, tão cedo eu a abandonei!) e está atónito do que vê cá cima... - e lá baixo!²⁶⁸

E é este filho do povo que de lá emergiu, sem que alguma vez o abandonasse que a ele torna sempre que possível, através da escrita feita saudade, mitigada por palavras tão ao gosto da gente que ele transportava na sua imaginação pródiga. Nos jornais, onde colabora intensivamente, faz apelo ao nacionalismo, aos costumes, às tradições ao prazer da gastronomia.

²⁶⁸ *Autobiografia e Cartas*, p. 35.

Em constante comparação entre o espaço onde fisicamente habitava e o Mogadouro da sua memória, não se coíbe de diminuir tempos e locais vividos com espaços e momentos com os quais tentava subsistir.

Escreve, prodigalizando o estro. Não perdera hábitos iniciados em Coimbra. Igualmente em carta de 6 de Abril de 1902 dirigida a Louise Ey escreve Trindade Coelho

Em Coimbra escrevi muito. As minhas vésperas de feriado (quartas-feiras e sábados), à noite, levava-as a escrever, e nos dias feriados era esse o meu entretenimento favorito. Escrevia crónicas para jornais de província (*Tirocinio*, *Beira* e *Douro*, etc.) para um jornal do Porto (*Jornal da Manhã*), para um jornal muito lido em Lisboa (*Diário Ilustrado*), e fazia contos, o 1º dos quais (que desapareceu da 3ª edição dos *Meus Amores*, mas que nas anteriores se chamava *Arrulbos* e aparece no *Diário Ilustrado*, com o de *Pombos*) foi traduzido em Espanha não me lembro por quem, que lhe pôs por baixo o nome dele – sendo obrigado por mim a confessar o plágio em cartaz que publiquei no mesmo *Diário Ilustrado*.

269

À maneira de Garrett, Alexandre Herculano, João de Deus e muitos outros, vai dando a conhecer a sua verve através dos jornais da época. Muitos dos seus contos, exteriorização de uma imaginação que deseja compartilhar, são publicados na imprensa, até que, compilados em volume, saem pela primeira vez em Julho de 1891 com o nome de *Os Meus Amores*, numa edição de 2500 exemplares, quase esgotados em 17 de Agosto do mesmo ano²⁷⁰. Em 1894 aparecerá a segunda edição e em 1901 será editada a terceira edição com algumas alterações relativamente às anteriores, conforme já atrás escrevemos.

²⁶⁹ *Ibidem*, pp. 18-19.

²⁷⁰ *Brigantia, Revista de Cultura*, vol XXVII, n.ºs 1/2/3/4 – Janeiro/Dezembro 2007, p. 189. Texto de Hironidino Fernandes.

Ao talento vai buscar meios para suprir as saudades que procura ultrapassar para sobreviver. De facto, na carta que temos vindo a citar, escrita a Louise Ey, interroga-se acerca dos seus contos²⁷¹. Talvez saudades. Se não tivesse saído da sua terra, provavelmente, não os teria escrito.

Senhor de grande capacidade inventiva, sabendo a sua terra de cor, distancia-se de outros produtores literários coevos e escreve. Não acreditando em escolas literárias, mas tão só no poder da originalidade e na influência do temperamento na construção, digamos no texto literário, é muito natural que o retrato produzido no papel, resultado do caldeamento da imaginação e do talento, originasse um texto onde, os materiais filtrados pelos seus afectos, construísse um mundo que não sendo dos melhores era o cosmos habitado no seu imaginário destituído de desigualdades sociais, onde as querelas não interferem nas narrativas proporcionadas por Trindade Coelho.

Da leitura dos contos trindadeanos ressaltam alguns aspectos que consideramos singulares. A grande capacidade de síntese aliada a uma técnica do pormenor onde o adjectivo assume um papel de pouca importância, suprida pela quantidade de informação fornecida por um narrador onisciente, funcionando como espectador, refractário ao verbalismo e à retórica, afastada a complicação, tentando ligar a vida afectiva e a simplicidade do meio e das personagens.

Os contos, sendo a medida da subjectividade do narrador, apresentam as marcas do sentimento, da condescendência, da tolerância e do amor. Uma sociedade ecuménica vivida ao nível do bom relacionamento onde os grandes amores e as paixões, também, aparecem

²⁷¹ *Autobiografia e Cartas*, p. 30.

a cada momento. Diríamos que algum romantismo ainda acontece em textos marcados por práticas excepcionais como *Idílio Rústico*, *Última Dádiva*, *Vae Victoribus* e *Abyssus Abissum*.

É verdade que muitos dos contos escritos por Trindade Coelho são o resultado do seu idealismo. Distante dos acontecimentos e da vida da sua terra, parece ter retido os comportamentos vistos à luz do olhar do adolescente que se despediu de tudo e de todos para ir estudar para o Porto e que pensava a sua terra o melhor dos mundos.

As cenas da vida dos campos, caracterizados com excepcional delicadeza, com animais a pastarem na maior harmonia, nevoeiros do entardecer, manhãs que despertam para ouvir gente a correr para os campos, são quadros idílicos, onde o naturalismo, o realismo e o romantismo parecem querer unir-se.

A leitura atenta dos contos, valorizando o espaço rural e a terra natal, oferece-nos, também, um romantismo que não tendo a dimensão das *Viagens*, de Garrett até porque Trindade Coelho nunca se envolveu na aventura do romance, parece conduzir-nos a um romantismo serôdio que poderíamos apodar de neo-garretismo. Por seu turno, Jacinto do Prado Coelho escreve sobre Trindade Coelho:

Romântico em plena vigência do Realismo, pois vários contos de *Os Meus Amores* remontam à década de 1880, não estará Trindade Coelho, muito longe do nosso gosto actual, dos nossos problemas, da nossa exigência de compreensão do humano?²⁷²

Consciente que a sua escrita é uma emoção, confessa não saber escrever do pescoço para cima²⁷³ em carta dirigida a Paulo Osório em 22

²⁷² Jacinto do Prado Coelho, *Ao Contrário de Penélope*, 1976, pp. 199-202.

²⁷³ *Autobiografia e Cartas*, p. 62.

de Janeiro de 1897. Ao afirmar não pertencer a nenhuma escola literária, é patente em Trindade Coelho o seu desejo de independência, digamos, de um não alinhado. Sabemos que toda a criação estética é a manifestação de um temperamento, antes de ser o testemunho de uma cultura. O indivíduo que, naturalmente, vive em sociedade, isto é, convive com o seu semelhante, é permeável a modas, vicissitudes, altos e baixos do fenómeno social.

Trindade Coelho embora vivendo num período convulso da vida do país postula-se numa harmonia entre a sua capacidade de fazer e o seu tempo. Absorve o que se passa em torno de si e, naturalmente, sente-se obrigado a reflectir.

Os livros transportam-no ao colégio e à universidade, onde ele, muitas vezes, se conflitualiza com métodos e práticas pedagógicas. Sendo um bom estudante, não o é enquanto aluno. Atento ao país real e profundo, com mais ou menos dificuldade aceita o que lhe é proporcionado. A querela entre românticos e realistas apanha-o ainda quando começa a escrever os seus primeiros textos. Quando vai para Lisboa confessa que vai numa época muito má²⁷⁴. Ameaçado pelo *Ultimatum* de Inglaterra de 11 de Janeiro de 1890, o governo vê-se obrigado a promulgar em ditadura decretos violentíssimos e restritivos das liberdades públicas. Vivia-se, pois, um momento de crise, cuja solução só seria exequível a partir do regresso às origens, à aldeia, distante das influências estrangeiras, tentando conservar-se ligado ao nacionalismo literário, numa linha do que já fizera Garrett e que anos volvidos, em 1894, Alberto de Oliveira denominou de neogarretismo em *Palavras Loucas*²⁷⁵.

²⁷⁴ *Autobiografia e Cartas*, p. 25.

²⁷⁵ *Palavras Loucas*, p. 52.

A valorização do campo neste período é realçado por Joel Serrão que escreve:

Ora, de uma forma ou de outra, com mais ou menos estilo, todos os nossos escritores, quer os mais velhos de formação ainda positivista e científica, quer aqueles que vieram depois, e foram afeiçoados já à mercê dos ventos de desencanto que então sopravam, todos eles acabaram por sentir e por declarar, em vários tons, que “na aldeia, sim”. Sentiram-no, e com tal vivência alimentaram as suas obras derradeiras Eça, Teixeira de Queirós, Fialho, Jaime de Magalhães Lima. Sentiram-no e disseram-no, como novidade, os escritores da geração de 1890, cujo bardo é António Nobre, percursos do saudosismo e do messianismo literários [...]²⁷⁶

Admirador confesso de Alberto de Oliveira e do seu nacionalismo literário, vejamos o que sobre o autor de *Palavras Loucas* escreve

Nas mãos imaculadas de Alberto de Oliveira, esse que há-de ser, indubitavelmente, o Santo Antero da nova geração, o evangelário está aberto. Lede-o com devoção religiosa, professai-o com fé ardente, segui-o com intemerata coragem. Ouvei a sua voz – a voz da sua grande e pura alma, cristalizada na sua palavra de profeta. Escutai-o; num violino de cristal, de cordas de prata, prelúdio em serafim:²⁷⁷

Aderente do neogarretismo de Alberto de Oliveira, escreverá em 6 de Abril de 1893, com o pseudónimo de Ch. A. Hysson, no *Repórter* nº 303

O dia de Reis na aldeia!

Na aldeia, sim, na aldeia é que vale a pena passar o dia de Reis! E o Natal. E a Páscoa. E o Entrudo. A vida toda [...]

²⁷⁶ Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, vol II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, p. 95.

²⁷⁷ Trindade Coelho, *O Senhor Sete, Os poetas novos*, p. 191.

Lisboa é uma grande terra, mas não tem poesia nenhuma. Tem grandes casas, palácios enormes, mas sente-se aqui a gente como num acampamento de zingaros, que o acaso reuniu e baralhou...

[...] Na aldeia, sim. Toda a gente nos conhece; conhecemos toda a gente. [...]

Ontem à noite, por exemplo, que saudades eu tive da minha terra! Do tempo em que eu, pequenote, cantava os Reis no meio dos rapazes meus patrícios!

[...] Oh, a província! A província! Os lindos Reis lá na aldeia!²⁷⁸

Esta feição nacionalista, onde se mesclam um romantismo do fim de século que as Conferências do Casino não tiveram força para apagar, um idealismo e uma emoção marcantes, bem como um realismo descritivo, levam-nos a pensar que Trindade Coelho, confessando-se não pertencer a nenhuma escola fez convergir em si, por razões temperamentais, as aquisições culturais a que estavam condicionados os sujeitos da escrita que prolixamente geravam textos tão variados, propícios às críticas dos estudiosos que lhe seguiram o rasto.

Com efeito, se Fidelino de Figueiredo o considera como um verdadeiro realista, no que ao realismo tem de equilíbrio e de impassibilidade²⁷⁹, Audrey Bell afirma que em *Os Meus Amores* “vê-se o realismo no seu melhor aspecto, isto é, de mãos dadas com o idealismo”²⁸⁰.

João Gaspar Simões que à obra de Trindade Coelho dedicou parte dos seus estudos, afirma

Trindade Coelho [...] naturalista de escola [...] conta como contavam os escritores realistas [...]

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 213.

²⁷⁹ Fidelino de Figueiredo, *História Literária de Portugal, (sécs XII-XX)* Coimbra, Editorial Nobel, 1944, p. 423.

²⁸⁰ Aubrey F.G. Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)* Tradução do Inglês por Agostinho de Campos e J.G. de Barros e Cunha, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 442.

Não há outro livro de contos e língua portuguesa que obtenha do leitor, culto e inculto, o sufrágio que *Os Meus Amores* conquistaram. E a sua popularidade vem-lhe [...] de um processo antiquíssimo, o processo narrativo oral, a um processo novo, o processo realista [...]²⁸¹

Sendo *Os Meus Amores* o resultado de uma narrativa “sem escola”, produzida ao sabor do gosto pelo escrever, sem obediência a critérios literários, é natural que os seus contos se nutrissem de recordações que o escritor desejaria perpetuar. Escrevendo para deleite do espírito, expurgando o que considerava não ser o mais adequado, em carta escrita a Paulo Osório em 22 de Janeiro de 1897 dirá²⁸²

Estes meus escrúpulos, que eu não quebro nem por quanto há, custam-me às vezes grandes arrelias, e dificultam o meu trabalho. Ainda outro dia escrevi um conto, que estava a pedir uma certa passagem, palavras que eu não podia escrever. Lá vai sem elas, mas eu bem sinto as lacunas.

Através de uma escrita que poderemos considerar de desprogramada, já que afirma que

Pôr-me a escrever sem saber o que vou dizer, - mas sentindo qualquer coisa que eu não sei que é... Quando escrevo assim é que escrevo melhor, - e regalo-me então de estar sendo o espectador de mim mesmo, e ponho-me a perguntar, sorrindo, donde é que está saindo tudo aquilo.²⁸³

Jacinto do Prado Coelho apelida, por seu turno, o escritor transmontano como um “romântico em plena vigência do realismo”²⁸⁴.

²⁸¹ João Gaspar Simões, 1987 (pp. 579-580).

²⁸² *Autobiografia e Cartas*, p. 63.

²⁸³ *Ibidem*, p. 61.

²⁸⁴ Jacinto do Prado Coelho, (1976-199).

João Mendes, a propósito de Trindade Coelho, e do comportamento do pai quando recebe a notícia do nascimento do filho e mascara com bonomia a surpresa da boa nova, ao afirmar “Olha a grande coisa”, denuncia a existência do pudor paternal face a um acontecimento maior na sua existência. Um amor romântico que o pai não denuncia e o mesmo terá acontecido à escrita de Trindade Coelho, embora acrescente que a escola realista que o viu nascer, não teve argumentos suficientes para cessar com um romantismo que campeava e que ocupava, ainda, o imaginário da população.

Trindade Coelho produto da época vê inculcada em si a plasticidade de um romantismo que ele não consegue disfarçar, por razões próprias da época em que viveu e, também, por questões genéticas. Apelidará o analista a esta fase da existência de Trindade Coelho, realismo, disfarçado de romantismo.

Concretizando e sintetizando melhor, João Mendes considera o escritor mogadourense de

Romântico pudibundo; que, em vez de fazer cenas com espalhafato de grandes afirmações sentimentais, procurou disfarçar, num sorriso de ironia boa, o muito amor que tinha no coração. O mesmo pessimismo lúgubre do romantismo que passou para os realistas, na acidez do cinismo, nele, transforma-se na melancolia lírica do homem exilado, que toma consciência de si em saudade.²⁸⁵

Rogério Fernandes, um dos grandes estudiosos da obra de Trindade Coelho, num livro que ao autor dedicou interroga-se acerca da filiação literária do autor, reservando um capítulo de doze páginas à pergunta “É Trindade Coelho um escritor realista?”²⁸⁶

²⁸⁵ João Mendes, *Literatura Portuguesa IV*, Lisboa, Verbo 1979, pp. 77-78.

²⁸⁶ Rogério Fernandes, *Ensaio sobre a obra de Trindade Coelho*, Lisboa, Portugália Editora, 1961, p.???.

Admitindo que os contos sejam saudades da terra e uma tentativa de encurtar a distância entre o local onde vivia e a sua terra natal, eles representariam a fotografia de uma realidade que ele mantinha e teimava transformar em desenho gráfico. Mas, até que ponto é possível passar o real para o papel?

Vivendo à distância das histórias contadas na maior parte dos seus contos, e embora seja considerado um observador, sob o ponto de vista da construção, Trindade Coelho é um defensor da moral na arte. Nem todos os acontecimentos vividos, enquadrados em formas literárias servem para moralizar, para corrigir, para prescrever normas. Sendo a moralidade um dos vectores a considerar no conto trindadeano, tendo, ainda em consideração algum pudor que o levava a traçar determinado caminho à sua escrita, podemos considerar que a realidade utilizada por Trindade Coelho é a que o seu temperamento prescreve, uma realidade amável, depurada e alterada, de acordo com a sua subjectividade, mas que não o inibe de ser, também, considerado um escritor realista, onde as marcas do idealismo e do romantismo neogarretista também têm o seu peso nas suas tendências estético-literárias, embora pensemos que não seja muito ajustado e um tanto ingénuo, classificar um artista por uma ou umas designações genéricas, enquadrando-o numa escola e subordinando-o a uma fórmula estética.

Retenhamos, contudo, que Trindade Coelho escreve a Luiz Derouet²⁸⁷ numa carta sem data

Também em literatura nunca fui nada, nunca tive escola. Mas fui do meu temperamento. Fui sincero. E a sinceridade, como qualidade de carácter, é só uma. A minha própria literatura é democrata, porque nunca se ocupou senão do povo. Este é o que é *Os Meus Amores*.

²⁸⁷ *Autobiografia e Cartas*, p. 39.

Sendo muitas e variadas as apreciações acerca da obra ficcionada de Trindade Coelho, revelando a qualidade da sua escrita, desde o romântico ao realista, passando pelo idealista e naturalista, sem esquecer a feição decadentista e simbolista, é possível afirmar que o escritor transmontano é uma figura de proa das letras portuguesas que optou pelo conto por razões que considerou óbvias, expendidas no *Jornal Branco e Negro* n.º 84 de 7 de Novembro de 1897.²⁸⁸

De escrita caudalosa, vivendo à base da improvisação e do tempo escasso que a sua actividade de jurista permitia, exercita-se, também, na prática do folclorismo e do nacionalismo literário, tendo por suporte a ficção rusticista enquadrada no neogarretismo nascido de Alberto de Oliveira (1873-1940) em *Palavras Loucas*.

De curta vida, mas de longa produção, não obstante os estudiosos o considerarem vinculado às mais variadas práticas de escrita, afirma em 16 de Junho de 1902, em carta escrita a Louise Ey:

Eu até rejeito a noção de escolas literárias. Não há escolas! O que há é talento inventivo, é originalidade (origo, originis!) – e sujeitos que à falta de talento inventivo e de originalidade *macaqueiam*, melhor ou pior, a obra dos outros, dos tais que inventam e são originais²⁸⁹

Não perdendo de vista a procura da estesia na obra de arte literária, enjeita a hipótese de ser um alinhado, o que deita por terra qualquer filiação estética para que apontam os estudos levados a cabo pelos especialistas e críticos literários.

Fruto da sua simplicidade e da apreciação que faz da sua obra, em 29 de Maio de 1902, escreve a Louise Ey:

²⁸⁸ *Jornal Branco e Negro* n.º 84 de 7 de Novembro de 1897, pp. 91-92.

²⁸⁹ *Autobiografia e Cartas*, p. 78.

Para mim há um escritor que eu não conheço em Portugal: sou eu! Talvez por isso mesmo, não me reputo, nunca me reputei um escritor; e tenho de mim próprio a visão de um sujeito que está ao lado da literatura e dos escritores do seu país, sem ter de comum com eles a menor coisa!

Considerando-se ausente de todas as escolas, podemos afirmar que, permanecendo alheio a fórmulas e a cânones, mantém-se à tona da produção literária por meio de uma versatilidade e ecletismo onde se unem os mais variados conceitos estéticos, ficando para a posteridade como o paradigma da espontaneidade onde a arte se afirma pela beleza e pela verdade coadas pela sensibilidade de um homem que não esqueceu as formações sociais comunitárias onde praticou na sua infância e que transportou de modo visceral para o papel que o imortalizou.

III. 2. Os Meus Amores: “Forma literária encantadora”²⁹⁰

III. 2.1. Os contos em análise a partir da 3ª edição

“Ídlio Rústico”

Dedicado a Fialho de Almeida (1857-1911) que dez anos antes havia publicado *Contos*, foi este conto escrito em Mogadouro, tendo o autor competido num concurso literário promovido pela Associação dos Jornalistas e Escritores em Lisboa, conforme carta escrita de Mogadouro em 21 de Agosto de 1884²⁹¹. No campo semântico de um título que se assume como pretexto e paratexto, o narrador de modo progressivo vai desenhando uma sintagmática dominada por um espaço e um tempo que estabelecem com as personagens e a acção, infra-estruturas de uma

²⁹⁰ Trindade Coelho, *Jornal Branco e Negro*, nº 84, Lisboa 7 de Novembro de 1897. Frase com que inicia a sua definição de conto, p. 91.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 310.

estrutura que se desenvolve em cerca de quinze páginas, de maneira a criar um círculo onde o idílio tenha cabimento num espaço de rusticidade dominado pelo narrador, através de um saber que ele conhece e que por isso se exprime de forma abundante.

Utilizando o pretérito imperfeito e privilegiando a componente descritiva, resultado da sua qualidade de narrador heterodigético, assume-se com assinalável autoridade, colocando, quando lhe apraz e é oportuno, as personagens em ameno diálogo.

Tendo em comum hábitos de trabalho, já que Gonçalo e Rosária são pastores e circulam no mesmo espaço rural, estão estabelecidas as condições de coesão e coerência conducentes à carga semântica para que o título aponta. Dominando a linguagem da simplicidade, da ingenuidade e da ternura da gente da aldeia, os jovens dialogam. O narrador não nos fornece elementos que identifiquem as personagens. Conhecemo-las e identificamo-las pelo seu saber dizer e saber fazer. A ingenuidade emerge a cada passo. Rosária confessa que em momentos de febre sonhara com Gonçalo com montes e prados em redor. À maneira bucólica, como se recuasse aos tempos de Bernardino, Gonçalo toca flauta. Rosária, a pastora, escolhe a pastorinha. Eles, como os pobres, dão-se bem. O narrador a ficcionar o éden na terra.

Rosária era parecida a uma santa que Gonçalo havia visto. Não se lembrava qual. Aos poucos ia-se desenhando um mundo de sonho. Ele apreciava-a. Ela havia cortado o cabelo. Ficava diferente. Entre momentos de silêncio que a timidez construía, o tempo vai passando. Brincam: jogam ao fito, à pocinha, as necas e a bilharda. Era preciso pernoitar.

Como quisesse ajudar o narratário na viagem pela narrativa, é a vez do narrador opinar

Ora que lhe custava a ela! Já que as ovelhas tinham andado juntas todo o santo dia, que mais era que dormissem no mesmo curral, essa noite!²⁹²

Intromissão, através de um discurso indirecto livre que confere ao texto uma marca de pureza e de cumplicidade na inocência a caminho da veracidade que o narrador pretende inculcar.

Entraram na cabana em espaço onde os lobos podiam ser hóspedes. Não havia perigo. Gonçalo, ingénuo, como se habitasse outro mundo, delega a responsabilidade dos lobos para os cães.

Dormiram ambos. O dia clareou. Era outro dia. Havia gado para guardar... E havia um idílio que agora tinha começado.

Trindade Coelho tinha o hábito de enviar aos amigos muitos dos seus textos, quer de forma avulsa, contos, por exemplo, ou livros. Este conto enviou-o a Camilo, que lhe responde em 26 de Agosto de 1884, numa carta que achamos, oportuno, transcrevê-la

Li imediatamente o seu conto, realista na forma, nas descrições objectivas belíssimo; porém, quanto à estesia, muito mais sublime e melhor que a natureza. Aquele pastor teria dado a Bernardim de Saint-Pierre outro quadro, quase inverosímil como o de Paulo. Todos os que tivemos catorze anos sabemos o que é estar ao pé de uma rapariga intangível e sagrada como a Arca; mas também se quiséssemos dizer-lhe que a amávamos, não saberíamos, sem o auxílio de um malmequer desfolhado pétala a pétala. V Ex^a bem sabe. Ora, o pastor explicava-se com um entusiasmo indicativo de sensualidades que decerto perturbariam o sono dos dois na choça. Mas nem V.Ex^a dá peso a isto, nem eu quero que lhe dê.

O seu conto tem a poesia que a juventude devia ter para os velhos considerarem

²⁹² Op. cit., p. 25.

que já estiveram perto do Paraíso, antes da invasão da serpente. O seu manuscrito vai hoje ao seu destino.²⁹³

“Sultão”

Conto dedicado “Ao meu Henrique e a Beldemónio, seu amigo”²⁹⁴ que, tal como *Idílio Rústico* foi escrito em Mogadouro numas férias²⁹⁵. Publicado no n.º 3468 do *Diário Ilustrado*, em 1893, e depois transcrito na *Folha de Braga* e no *Comércio da Figueira*, tendo sido vertido para alemão na *Ams Fremden Zungen*²⁹⁶.

À verve de Trindade Coelho não podiam passar indiferentes os animais com os quais convivera no seu Mogadouro natal e que tinham feito parte das suas leituras no Colégio São Carlos, ao receber como prémios *Le Buffon Illustré, Histoire et description des animaux – Extrait des Oeuvres* de Buffon et de Lacépède, além das fábulas de Esopo que traduziu e as adoptou nos seus livros escolares: *O Primeiro Livro de Leitura*, *O Segundo Livro de Leitura* e *O Terceiro Livro de Leitura*.

Dezanove páginas de um texto que anda em torno de um título que não sendo de um paxá, ou de um homem que tem muitas mulheres, releva a relação afectuosa de uma família constituída por três personagens, Tomé da Eira, a mulher, a senhora Josefa e o filho de ambos, o Manuel. O animal é tratado como se fosse uma pessoa, como se falasse. Sultão é mimado, parecendo actuar conforme os seus desejos; tratam-no por você. O comportamento parece contagiar toda a

²⁹³ *Cartas de Camilo a Trindade Coelho*, p. 13.

²⁹⁴ Trata-se do filho Henrique Trindade Coelho, nascido em Coimbra a 1 de Julho de 1885 que foi embaixador junto da Santa Sé, falecido em Sintra no dia 8 de Outubro de 1934.

Beldemónio, amigo de Trindade Coelho, de nome, Eduardo Lobo Correia de Barros, nascido em Gouveia em 10.12.1857 e falecido em Lisboa em 1893. Para mais informação leia-se *Carlos Sombrio, Beldemónio*, Figueira da Foz, Livraria Moderna, 1942.

²⁹⁵ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, Lisboa, A Editora, 1910, p. 30.

²⁹⁶ Feliciano Ramos (1947, p. 310).

vizinhança. O narrador heterodiegético não nos fornece características físicas da personagem que são definidas pelo comportamento. Tomé da Eira trabalhava de sol a sol. A sua maior riqueza era o sultão, animal humanizado que um dia desaparece. E uma vez desaparecido, o ritmo de vida em casa de Tomé da Eira altera-se. O Sultão muda de nome, é o burro. O regedor intervém, mas em vão. Capaz de construir um cenário periodológico que se enquadra na história que está a desenhar, divide o texto em duas partes. Desaparecido o animal, é possível para o narrador marcar uma pausa através de um branco tipográfico e cronológico, sinónimo de um período em que Sultão não existe e a vida parece ter parado, mas em que há, mais uma vez, uma oportunidade para o narrador descrever um espaço místico, como se reinventasse um mundo legível através dos códigos da escrita. A segunda parte começa dois anos mais tarde, perfeitamente localizada no tempo, “Dois anos depois. Tarde de Agosto”. Uma prolepse que um narrador demiúrgico, que tudo sabe, cria, racionalizando uma diegese que, de outro modo, provavelmente, tornar-se-ia fastidiosa; oportunidade para o narrador falar de colheitas e lembrar-se da existência de um animal que desapareceu, suscitando da parte de quem lê, a esperança do aparecimento. Tomé da Eira, contudo, não desiste da sua actividade de agricultor. O cultivo criado pelo narrador, confere mais realidade à narrativa. Até que o Sultão aparece pela mão de um cigano e o Tomé que era caracterizado pela doçura, pela simplicidade, pelo trabalho e por ter a colheita que era a primeira da aldeia, põe-se em brios para reaver o Sultão. Todos o querem ajudar. Ele transfigura-se. A força fazia dele um homem diferente, mais forte, colérico e capaz de enfrentar fosse quem fosse. Na aldeia tratam-no por

senhor Tomé. O cigano que o tinha roubado, desculpava-se. Tinha comprado a uns ciganos. Sultão era inteligente. Volta para o antigo dono.

Em carta escrita a Paulo Osório em 23 de Outubro de 1900 afirma

Em outros contos importo-me com os animais por serem os nossos irmãos inferiores, - e porque nos servem, e porque nos ensinam, e porque nos amam, e porque sofremos também...²⁹⁷

Como se vivêssemos no melhor dos mundos dotado de algum maniqueísmo em que os bons são premiados e os maus castigados, uma história simples a acabar bem com um burro, digamos, Sultão, a ver preparado para si um alguidar de sopas de vinho. E como a festa era para todos, havia vinho para a rapaziada e o amuo com a Maria do Carmo que durava há quinze anos findara. O Sultão e a sua história eram o mundo próprio e inalienável de Trindade Coelho. Na sua pesquisa pela geografia humana era este o fruto da sua busca, a busca de quem escrevia do pescoço para baixo.

“Última dádiva”

Um conto dedicado a Júlio Monteiro Aillaud a fazer recordar a partida de Trindade Coelho para o Porto com adeus às pessoas, às árvores e aos pássaros nos seus ninhos. A viagem do Sabor ao Porto numa memória que não mais se dilui. Todos se despediam. Pai e filho que choram como se a despedida os impedisse de serem diferentes e fossem de igual idade. A mãe que já partiu. Dirá, em carta escrita a Louise Ey escrita em 29.5.92

²⁹⁷ *Cartas de Trindade Coelho*, editadas por Paulo Osório, Empresa Literária e Tipográfica, Porto, 1908, p. 22.

De resto, eu creio que os meus contos reflectem as fases da minha idade: os primeiros são mais objectivos, porque nas primeiras idades predomina naturalmente a visão do exterior, a impressão do real²⁹⁸

Este conto saiu na revista de Coimbra, *O Instituto* nº II, volume 32 em Maio de 1885, havendo no final do conto a assinatura de Trindade Coelho com a data de 15 de Maio de 1885. Foi transcrito no *Jornal da Manhã*, do Porto, em 1886²⁹⁹.

Um narrador heterodiegético relata a história de José Cosme, personagem sã, cujos atributos morais e profissionais são relevados. Personagem conhecido no local em que vive, tratam-no por tio José. Um modo familiar de tratamento para quem é amado. Tinha o melhor horto das redondezas, de cultura tão esmerada que nenhum palmo de terra ficara inculto. Sofre por ter morrido a mulher e a filha. Deixara de plantar flores, substituindo-as por repolhos que em fim de Maio eram postos em braçadas na sepultura rasa. A morte da mulher e da filha alterara-lhe o comportamento. Restava Joaquinzinho, o filho. Um núcleo familiar pequeno que é relevado pelo narrador. Acordar o filho era para ele quase um pecado. A religiosidade presente, como se toda a atmosfera envolvente constituíssem estados de alma do narrador.

Dois espaços por onde José Cosme se movimenta. A terra e o horto de que não abdica e o rio que lhe rouba o filho que o leva com Tomás, o barqueiro. Como José Cosme desejaria “que o rio ficasse ainda longe, muito longe, que fugisse diante deles, de modo que nunca o alcançasse”³⁰⁰.

²⁹⁸ Trindade Coelho, *Autobiografia a Cartas*, Lisboa, A Editora, 1910, p. 73.

²⁹⁹ Feliciano Ramos, (1947, p. 310).

³⁰⁰ *Op. cit.*, p. 57.

Numa linguagem simples, uma história de uma vida, talvez a dele, Trindade Coelho, a tentar exumar uma recordação que sempre o flagelou: a partida e o amor pela terra e pelos seus.

“Prelúdios de Festa”

Com “Tipos da Terra” faz parte de um conjunto de contos designado por “Comédia da Província”. Com uma linguagem muito dinâmica construída através de um diálogo muito fluente e natural, a festa que é por si, um acontecimento vivo da existência de qualquer lugar, é possível “ver” uma fotografia dos amores de Trindade Coelho. José da Loja e António Fagote, de 60 anos, personagens principais disputam entre si a realização da melhor festa. Outras são as personagens secundárias que povoam este universo diegético em torno da preparação da festa da Senhora das Dores. O fogo de artifício com animais é o troféu que cada um quer superar. As despesas avultadas são a bandeira que o juiz daquele ano apresenta para se considerar vencedor. Jantar para 24 pessoas que não chegam a ser. A Mestra que manda um recado pela criada querendo saber se há macaco de fogo no arraial. A festa prometia. E o narrador que se tem limitado a contar, movido pelo entusiasmo, à maneira de Camilo, interfere na narrativa, incluindo-se na história, como se tratasse de uma personagem, passando assim a narrador homodiegético, interpelando o narratário

Façamos de conta que a boca se calou, com efeito. Que não se calou. Mas neste particular, o resto do diálogo convém que se omita, mesmo porque afinal nem eu nem os senhores querem mal à mulher do José da Loja. Há-de perdoar-me o António Fagote, mas nisto não lhe faço a vontade. O pudor acima de tudo! E

demais ele bem sabe que eu sou conhecido da mulher. Adiante. Basta que lhes diga que por uma associação lógica de ideias a conversa veio parar em vitelas...³⁰¹

Um texto escrito em dezoito páginas a relatar o entusiasmo próprio de uma festa, acontecimento mor de uma terra onde nada de especial acontece para além do trabalho árduo do dia-a-dia e em que todas as pessoas da organização eram gente abonada e decidida.

As novidades e as mais valias vinham de fora. O fogo preso vinha de Chaves, cidade que confere uma marca de real à narrativa. O Sr. Fogueteiro que se deslocava à terra para deitar os foguetes era gente grada em dia de festa por isso as criadas dos mordomos saíam frenéticas para satisfazer os apetites e fraquezas gastronómicas de tão ilustre figura.

Mas nem tudo era bom. A terra também tinha os seus defeitos. Havia pobres. Lembrava uma praga que parecia vir do chão. E havia, também, quem tivesse roubado o Nosso Pai. Provavelmente o José da Loja, mordomo do ano anterior. Os foguetes dominavam todo o entusiasmo daquela gente que não estava habituada a festas. O fogueteiro estava acima de tudo e de todos. Diz o narrador pela boca de alguém “Grande homem! Com seiscentos diabos”. Ficámos sem saber quem tinha furtado o Nosso Pai mas soubemos que o José da Loja levava uma bofetada na cara.

Embora haja unidade de lugar, isto é, embora os prelúdios da festa aconteçam num único espaço que o narrador não identifica, anotamos que a acção decorre em três dias que poderíamos considerar em três partes. Servindo-se de uma prolepse o narrador identifica o furto do Nosso Pai, segunda parte da acção, começando-a pela adversativa *Mas* que confere uma carga semântica de descontinuidade, uma vez que até aí

³⁰¹ *Op. cit.*, p. 69.

tudo se tinha processado sem incidentes, salvo a partir de “Mas o melhor do caso foi no dia seguinte”.

A terceira e última parte, inequivocamente localizada no tempo, no espaço e na acção. Na véspera da festa, um sábado às 10 horas da manhã, num deslado da vila direito à capela da Senhora das Dores, quando começa o lançamento dos foguetes porque o fogueteiro tinha chegado. Era o entusiasmo generalizado: Um foguete estrondeou no ar galhardamente.

Este conto não passou fora dos interesses de muitos dos que o leram e que dele se serviram, inclusive, para a sua docência. Vejamos o que sobre ele disse um grande professor e escritor que à vida foi retirado muito cedo. Sebastião da Gama (1924-1952) em 25 de Fevereiro de 1948, escrevia

Mas o importante foi que estive a ler os “Prelúdios de Festa”, do Trindade Coelho. Isso encheu a aula, e encheu-a de alegria, de atenção e de gargalhadas. O Trindade Coelho é um Mestre; é um autor a incluir nas antologias das escolas, para ensinar a ser simples, e bom, e limpo de todo o mal. A bondade com que ele nos faz rir do Zé Fagote. A leveza de tintas, a ternura das suas paisagenzinhas! E depois, o seu amor à Ruça, à Choca, ao Sultão.

Quando vou ler Trindade Coelho, é já com a certeza de que terei uma casa à cunha...³⁰²

“Tipos da Terra”

Os Meus Amores são um revelar de fotografias memorizadas por Trindade Coelho. Um *flash-back* da sua existência em Mogadouro de que o escritor se serve para alimentar a sua vida enquanto cidadão “desterrado” em Lisboa. Através dos textos que nos legou é possível

³⁰² Sebastião da Gama, *Diário*, Lisboa, Edições Ática, 1996, pp. 58-59.

observar a existência no mundo místico tal como ele o viu e imaginou. Contudo o escritor é, também, uma figura urbana que viu e ouviu. Que assistiu a festas e conviveu com as figuras da terra. Sendo a casa de seus pais uma das melhores da vila de Mogadouro e estando situada no largo, ponto nevrálgico da terra, é natural que desse conta e não lhe era difícil congeminar acerca do que se passava no seu espaço natal. Iniciado o tabuleiro do ser e estar das gentes e animais, são os textos que vão compondo o *puzzle* que se propõe preencher num livro cujo título certamente, está ligado aos seus afectos. *Tipos da Terra*, dedicado a Rafael Bordalo Pinheiro, constituído por 23 páginas é o conto que complementa os *Prelúdios de Festa*, constituindo o díptico *Comédia da Província*, e que segundo Feliciano Ramos (p. 311) terá sido publicado em Setembro de 1886 no jornal *Novidades*. São muitas as personagens, não umas quaisquer, eram os empregados públicos, a que o narrador apelida de forma irónica, “os figuros da terra” (p. 84). Se o nível social das personagens configura uma vila onde o sector de serviços tem a sua importância, em contraste, verificamos que o espaço onde se movimentam, que é a “montra” da vila, é patente alguma degradação “algumas árvores enfezadas quase tudo olmos brancos, vegetavam a medo, com os troncos protegidos por velhas grades de madeira, desmanteladas”. (p. 83) Por outro lado, na descrição do que o narrador, vê e conta, verificamos que “Ficava ao meio o pelourinho, exótico, mutilado, de uma pedra grossa e muito negra” (p. 83). “Em volta, a casaria era triste, sem estilo, sem gosto, sem cal” (p. 83). Confrontando este quadro urbano de degradação com os campos floridos, viçosos e produtivos que o narrador nos descreve em contos anteriores que temos vindo a analisar, parece que somos transportados à poesia parnasiana de

Cesário Verde, (1855-185) poeta citadino e lisboeta, procurando refúgio nos campos de Linda-a-Pastora para a cura dos seus males.

Neste espaço de decadência, onde se destaca a torre do relógio, existente ao lado do castelo, o relógio, a que o narrador não se furta a chamar de “estafermo”, como se ele fosse o culpado do seu desacerto, há um relógio que dá onze horas quando deveria dar sete.

As personagens são identificadas pelo nome próprio a que é acrescentada a profissão e ainda o artigo definido, o que confere um tom mais familiar e aproximativo: o Melo da Administração, o Antunes da Câmara, o Escrivão da Fazenda, o Rodrigues do Real de Água. À vila, às sete horas é conferido um grau de cosmopolitismo, da multidão própria da sua densidade populacional. Há ainda “outros”, cujo nome desconhecemos, mas que pluralizam o largo, à fresca, em momentos de lazer. Há ainda “algumas madamas” (p. 84) pelas janelas em volta, de adjectivação depreciativa e irónica “nostálgicas, anafadas, de claro”.

Se o largo era o macro-espço onde tudo se via, há ainda o micro-espço onde se reúnem os grupos que têm algo em comum, e onde o narrador relata em pormenor o quotidiano pulsante, digno de relevo. Ernestinho, de diminutivo depreciativo, de modos femininos, dono do estanco aparece, “perfilado, muito cerimonioso, alto, esguio, flexível, cara rapada, chinó castanho, eriçado e velho, de maneiras feminis, falinha melíflua, cantante, viva, muito desempenado quando andava, saracoteando-se todo, em biquinhos de pés como se fosse levantar voo”. (p. 84) De comportamento duvidoso, o narrador ressalva-lhe o “retrato”. “De resto, bom sujeito, finório para o seu negócio – um pouquinho beato... – diziam-lhe”.³⁰³

³⁰³ *Op. cit.*, p. 85.

Vendia cigarros. Exasperava-se quando tinha que os vender fiado e lhe pediam para apontar no caderno, ao pé dos outros.

À maneira do melhor que se pode ler em *Eça de Queirós* sem que se possa reprimir um esgar, Trindade Coelho no seu melhor a ajudar-nos a conviver de forma hilariante com os tipos da sua terra.

Ao narrador parece que nada lhe passa ao lado neste périplo na sua terra. Na isotopia que tem vindo a dominar este conto, onde tudo é dito com um sorriso que parece querer escancarar-se à medida que a leitura se desenvolve, vale a pena dar conta da chegada da cerveja

- E aquela porcaria, ó Ernestinho, e aquela porcaria amarela que sujava tudo de espuma?

Alguns cuspiram, disseram ao Alves, que se calasse, que vomitavam, com seiscentos diabos!

- Cerveja! – disse o Ernestinho – cerveja! uma coisa que lá pra baixo toda a gente bebe por gosto, as senhoras mesmo!³⁰⁴

A vila não é só um lugar. A vila é a moldura de uma vida onde tudo se passa. Não só mas, casas, largos e pessoas. É um tempo que se revê, e o escutar desse tempo num dialecto chamado memória, uma nação chamada infância. À memória tudo é convocado, tudo aí é chamado. Tudo tem voz própria. O que mora no lugar da infância é indomesticável, ingovernável. Cabe ao narrador dar coerência ao que subjaz na sua existência concertando a coesão. Tornar verosímil o que anda disperso. Traço de união entre os sentimentos, os encantamentos, a racionalidade e o ético é o texto literário que se afirma num todo capaz de perpetuar o que corre o risco de resvalar no caminho do esquecimento. E é o talento de Trindade Coelho que se afirma através da

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 90.

palavra escrita criando a ponte que está entre o urbano e a tradição oral. A vila é, pois, o lugar da civilização, o lugar da crise, da contestação, do elogio, da intriga. Do ouve-se e diz-se. Onde tudo é susceptível de ser deturpado e censurado. Na vila também há jogos de azar e o juiz que passeia só, como sempre, gravemente, como é próprio de quem pretende equidade na justiça. Todos o reverenciam, tirando o chapéu.

A vila, com hábitos de cidade, adultera-se. Gente que aproveita o jornal para falar mal. Gente que escreve artigos que não são de sua autoria. Teatro representado pelas festas de Santa Bárbara em espaço onde a gente da terra se comparte por camarotes, plateia e galerias, conforme o seu nível social e então é ver senhoras, gente fina, separada da plateia imóvel e muito fria, distante das criadas e raparigas do povo, debruçadas no parapeito, apontando para o palco com uns caracteres amarelos desenhados nas costas de um dos actores que diziam *C'est fini*. No ridículo do espectáculo, o pano descera atabalhoadamente e foi a vez do senhor Antoninho que tinha estudado em Braga anunciar *É findo*.

Crónica de costumes a lembrar Eça, quando nos *Maias* dá a conhecer as práticas dos jornais *A Tarde* e a *Corneta do Diabo* e que Trindade Coelho, dois anos antes escreve procedimentos mais ou menos idênticos em a *Voz do Distrito* e *Almanaque de Lembranças*.

Um texto diferente a desmonotorizar um livro de saudades a que Trindade Coelho deu o nome de *Os Meus Amores*, a mostrar que o escritor de Mogadouro também era capaz de transmitir alegria ao que a memória lhe suscitava e ia dando forças.

“Vae Victoribus (Ai dos vencedores)”

Este conto de sete páginas, dedicado a sua mulher Maria Lucila mereceu de Trindade Coelho algumas palavras dirigidas a Louise Ey, sua correspondente alemã, que achamos oportuno transcrever:

Quanto ao título *Vae Victoribus* adoptei-o para contrastar com as palavras *Vae Victis* (...) sim, que são vítimas da lei injusta do mais forte; - mas aí dos vencedores, também, porque serão um dia vencidos: o José Gayo venceu matando o tendeiro, porque era mais forte; mas foi por sua vez vencido também... e esse pela sua voz da consciência, agrilhoadá pelo sentimento cristão do amor do próximo, simbolizado, no conto, pela cruz! O cenário é que, a meu ver, convinha ao sentimento.

Não é o remorso uma tempestade da alma?!

A tempestade exterior foi um meio de que lancei mão para reforçar a interior.

Mas tudo isto fi-lo eu sem dar fé: não foi de propósito; não o pensei.

Mas creio que está certo³⁰⁵.

Ainda no âmbito da criação literária, no que diz respeito ao conto *Vae Victoribus*, em carta escrita, igualmente a Louise Ey em 7 de Julho de 1902, escreve Trindade Coelho:

Oh, minha querida amiga! Fi-lo detrás de uma porta, uma noite, assustado com uma grande trovoada! E quer saber?! Fiquei espantadíssimo quando li no *Comércio do Porto* as suas palavras: As vozes da cruz são de um efeito imponente. Quais vozes?!!! O grito: - “Ó José Gaio!”?? – Pois em verdade lhe digo que nunca pensei nisso: aquela voz parecia-me que devia vir da treva, do remorso, de alguma perversão auditiva do assassino!³⁰⁶

Este conto foi redigido em 15 de Abril de 1887, às 3 horas da noite e foi publicado no nº 896 do jornal *Novidades*, tendo sido traduzido para

³⁰⁵ Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*, Lisboa, A Editora, 1910, pp. 74-75.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 81.

alemão pela escritora germânica Maria A'bebing e saiu na revista *Die Romanwelt*³⁰⁷.

Narrador heterodiegético dá conta do percurso de José Gaio num mês de Dezembro, às seis horas, quando já é noite cerrada e espessa tempestade se desenha por cima de José Gaio que caminha só, sacola ao ombro e um pouco atarantado com a trovoadas. Nada sabemos da personagem. Ela é definida pelo seu comportamento. Por nove vezes chamam por ele. A fúria da natureza é-lhe superior. Ao chegar à cruz onde José Tendeiro tinha morrido às suas mãos, também, ele morre. A lua rompera. No outro dia foi lá o padre. Só ele sabia que José Gaio havia morto o José Tendeiro. O vencedor de ontem era o vencido de hoje. Tinha-se feito justiça.

“Maricas”

Acerca da data da publicação deste conto, um dos mais pequenos de Trindade Coelho, cerca de sete páginas, Feliciano Ramos³⁰⁸ afirma que a sua versão primitiva data de 1884 e saiu no *Comércio Português*, sendo depois transcrito para o *Imparcial de Coimbra* e para a *Folha da Tarde*, contudo terá sido escrito em 1881 e publicado no jornal *Porta Férrea* em 1881, segundo Memórias que escreveu para o *Diário de Notícias* de 2 de Outubro de 1908 para explicar a origem das publicações com que concorreu em 1898 à Exposição da Imprensa.

Inicia a parte do livro a que Trindade Coelho denominou Baladas. Quanto ao tema afasta-se, nitidamente, dos anteriores. Longe da sua terra natal e, admitindo como certa a data da escrita, 1881, contando nessa altura, cerca de vinte anos, é a memória fresca de um passado

³⁰⁷ Feliciano Ramos, (1947, p. 312).

³⁰⁸ *Op. cit.*, p. 310-311.

recente como escolar e redactor de um jornal. Recordação de alguém que esconde por detrás de uma alcunha afectuosa e que o narrador quer partilhar com quem lê, tentando estabelecer *ab initio* um diálogo através do tratamento familiar Vocês. Ao defini-la no seu físico frágil e na sua qualidade “boa rapariga” e “sempre benévola”, cria um elo a que obrigatoriamente o narratário adere. Diálogos entrecortando a descrição conferem maior realidade e maior vivacidade ao descrito. O imperfeito do contar e o presente do diálogo marcam um discurso que o narrador pretende convincente. Uma linguagem muito simples com um desenho gráfico que se impõe pela existência do pontuar abundante e um narrador a utilizar o plural, demonstrativo da existência de vários outros num espaço que configura e partilham a redacção de um jornal onde a Maricas também trabalha.

Texto, decididamente, dividido em duas partes. Maricas enquanto viva, apresentada pelo fazer e pelo dizer, cuja vida é testemunhada por Santos Melo, estudante da Faculdade de Direito, amigo e condiscípulo de Trindade³⁰⁹. A segunda parte, a que o contista dedicou pouco mais de uma página é o anúncio da morte de Maricas, comunicação feita aos amigos que são todos aqueles que repartem com o narrador a história contada da Maricas. Um *requiem* que merece ter no final um elogio fúnebre à maneira das personalidades importantes, com um apelo a Deus que, apesar de a ter levado tão cedo, o narrador ousa chamar Bom. Citemo-lo para que recordemos

...Bom Deus! bom Deus! Para que a terra produza diamantes, e dela rebentem flores, são talvez precisos estes corpos a avigorar-lhe as seivas...

³⁰⁹ Feliciano Ramos (1947, p. 71).

“Para a Escola”

Conto escrito em Coimbra em 1885 no dia da sua formatura e publicado na revista *Nova Alvorada*, vol VI, pág.92³¹⁰. Ainda segundo Feliciano Ramos, que temos vindo a citar, no manuscrito da 1ª redacção consta “Mas ainda bem que não fui prior”, sendo as últimas palavras do conto seguidas de nota escrita à esquerda da assinatura “No dia do meu acto de formatura, 13 de Julho de 1885”.

Trata-se de um conto de doze páginas, curto, biográfico, relatando o início da sua actividade escolar e escrito numa altura da sua vida de estudante, em que pode escrever “Não volto mais à escola”. Do que foi dito precedentemente, é um texto com um narrador autodiegético, de carácter descritivo com duas personagens perfeitamente distintas, uma Helena, carinhosa, afectuosa e amiga, no seu papel de ama do Zezito e que o conduz à escola, fazendo a articulação entre a família e a instituição-escola, representada pelo Sr.Professor, classificada através do pronome indefinido (um de óculos com “falripas brancas por baixo do lenço vermelho, atado em nó sobre a testa”,³¹¹ o que configura um aspecto ridículo, risível e reprovável que será confirmado através do comportamento no dia da apresentação do aluno/narrador. Se, segundo o narrador, era um regalo subir as escadas que conduziam à escola, ela estava no velho casarão do convento, obras de frades. Para que todo o discurso da sua apresentação na escola, não seja pronunciado em vão, o narrador concita um diálogo com o destinatário “os senhores calculam...”³¹²

³¹⁰ Feliciano Ramos, (1947, p. 311).

³¹¹ *Op. cit.*, p. 125.

³¹² *Ibidem.*

Em vila pequena todos se conhecem. O menino ao chegar acompanhado de Helena, esta é portadora de um recado para o responsável da aula. Conhecimentos já consolidados que permitem trazer algo que se oferece, uma encomendinha. Em três linhas o substantivo no seu diminutivo. A leitura não vai permitir que a palavra se perca. Parece que vamos augurar uma boa escola, a julgar pela intimidade que se gera na apresentação. E, ainda, algo de pouco vulgar, o velho professor toma a criança entre os joelhos, como se o ajudasse a estar à vontade, uma vez que o narrador se afirma como “muito comprometido”, ao ponto de ter choramingado.

Perante o sorriso dos meninos que faziam parte da aula, o professor tornava-se iracundo, severo, tratando-os por canalhas e ameaçando-os com a fêrula, ao mesmo tempo que apresentava um semblante duro para os reprimir e oprimir. A palmatória era o instrumento milagreiro para o professor, em contraste com a casa onde havia carinho, mimo e bons tratos. O professor era agressivo e irónico, daquela ironia mordaz que fere e bloqueia, deixando sem palavras e movimentos quem o ouve. “Um mestre sem palmatória é um artista sem ferramenta”. O insulto e a ameaça do castigo físico eram condição necessária e suficiente para fazer doutores.

No primeiro dia de aulas estava à vista a escola que iria ter. O professor dera conta, através da sua actuação, de tudo aquilo que um professor não deveria ser. Manipulador de crianças, ditador, repressor, fazendo do vitupério um meio para amedrontar e reduzir ao silêncio aqueles que se iniciavam na aprendizagem das primeiras letras, Canalha, corja de atrevidos, cabeças-de-avelã, torres-de-vento, eram marcas que faziam dele um ser respeitado.

Helena, ser pacífico, reduzido à sua passividade ante uma atmosfera que não se compaginava com os princípios que transmitia ao Zezito beija a criança para se retirar. Inevitavelmente caiu-lhe uma lágrima. Depois Zezito tomou um lugar ao pé dos outros. Era um igual a todos os outros. Já sabia o que o esperava. Uma longa viagem pela escola se queria ser alguém. E foi assim até que se formou. Como se fosse um acto de contrição e um hino do Ipiranga, um conto a atestar uma existência pela qual lutou para que não se voltasse a repetir. No fim do percurso, como se tentasse exorcizar a escola antiquada de professores de cara rapada e falripas brancas.

“Abyssus Abyssum”

Na carta que escreve a Louise Ey em 6 de Abril de 1902 afirma que “nunca me há-de esquecer essa viagem de barco pelo Douro abaixo, uns poucos de dias, desde a foz do Sabor até ao Porto, onde chegámos numa linda manhã de névoa, antes do sol nascer”.³¹³

Este conto constituído por quinze páginas, parece fazer recuar o contista até à sua juventude quando ambicionava agarrar a estrela feiticeira que estava longe. É o simbolismo de que fala em 7 de Julho de 1902 numa das muitas cartas escritas a Louise Ey. Vale a pena reescrever o que, concretamente, sobre este conto disse à sua correspondente e tradutora alemã “há simbolismo (...) porque a ambição funesta das crianças é paralela ao desejo absurdo de atingirem a estrela: morreu vítima da ambição e da irreflexão, no instante em que a estrela feiticeira está mais longe do que nunca”.³¹⁴

³¹³ *Autobiografia e Cartas* (1910, p. 12).

³¹⁴ *Ibidem*, pp. 79-80.

Embora confesse ser o pior conto do livro³¹⁵ e que se fizesse uma edição *ne varietur* não ficava lá, sem que tenhamos qualquer outra indicação quanto à data da publicação, pensamos que terá vindo a público pela primeira vez em 1891.

Um conto que não se afasta da contextura de outros que Trindade Coelho nos legou. Um narrador heterodiegético e dois personagens jovens, cujos nomes nos são dados a conhecer. Manuel e António. O contacto estreito entre eles e a natureza e aquilo que lhes é proporcionado, faz com que se estabeleça uma relação de atracção que os desliga de outros compromissos. O barco branco do fidalgo desperta nos jovens um sentimento de prazer e de admiração adaptado às capacidades psicológicas do temperamento das personagens. O raciocínio perde-se em favor da emoção que um barco aparentemente à disposição das crianças parece querer prevalecer. Se, como diz Trindade Coelho, os seus contos são improvisações quase inconscientes, verificamos que “Abyssus Abyssum” é o resultado do domínio do emocional, do efeito do apetecido pelo desejado. Estrelas feiticeiras parecem estar à disposição de jovens que se esquecem que vivem num espaço aprazível contado com algum pormenor por um narrador que ao diálogo recorre para tornar o acontecimento mais dinâmico e mais atractivo.

João Gaspar Simões, que à obra de Trindade Coelho dedicou grande parte da sua crítica, nem sempre utilizando apreciações favoráveis, tece a propósito deste conto alguns comentários que vale a pena citar, para além de algumas palavras preambulares que fomos retirar de um livro bastante conhecido, como era, aliás, toda a sua obra de crítica e

³¹⁵ *Ibidem*, p. 80.

análise literária. Falando da celebração do centenário do nascimento de Trindade Coelho, afirma o crítico literário que a glória ultrapassa em muito os seus verdadeiros méritos de artista, levando de vencida, por circunstâncias aparentemente inexplicáveis, na sua popularidade, autores cuja aura refulgiu em vida muito mais resplandecentemente. Referia-se, concretamente, a Rodrigo Paganino e a Fialho de Almeida, já por nós citados e comentados no início do nosso trabalho. Por nos situarmos na cauda de grandes movimentos literários, acrescenta o articulista, é razão para lhe tributarmos a admiração de contornos admiráveis que lhe conhecemos. Desprezando o factor real, intervém exclusivamente no intuito de captar a sentimentalidade do leitor, exceptuando “dois ou três contos, os trechos de *Os Meus Amores* preferem adormecer a sensibilidade a mantê-la desperta” (sic).

Escreve ainda João Gaspar Simões

“... consegue levar a água ao seu moinho sem sobressaltar o leitor nem o apoquentar com, pormenores que apenas serviriam para enfraquecer os propósitos em vista. Um conto como *Abyssus Abyssum* ilustra perfeitamente a nossa tese.

(...)

Um contista de outra estirpe não faria intervir elementos inverosímeis numa história que se empenharia em contar nos seus pormenores mais realistas.

(...)

Sem esforço intelectual, sem preparação realista, sem concurso da própria capacidade de visão das situações trágicas ou dramáticas – o contista leva o leitor aonde quer. E antes que o conto finde já este sabe como ele acaba, preparando artificialmente pelo tom da prova, que se faz eloquente e sentimental para o suggestionar.

Sim, é este em parte o segredo da glória de Trindade Coelho. A sua popularidade e a sua fama têm de procurar-se ao mesmo tempo na incipiência de uma arte de contar que utiliza processos mais arcaicos que modernos e na mentalidade do leitor mais predisposto para se emocionar com histórias à medida da sua própria ingenuidade que ao nível de uma consciência adulta. Trindade Coelho é, de facto, um escritor predestinado para a glória num país onde a grande maioria dos leitores não ultrapassou ainda a mentalidade infantil.³¹⁶

Esta crítica não passou em claro a alguns dos admiradores de Trindade Coelho. Embora tardiamente, se atentarmos que o artigo foi escrito em 1961 e publicado em livro em 1964 e ainda que João Gaspar Simões tenha falecido em 1987, Fernando de Araújo Lima publica em 5 de Março de 1999 no *Jornal de Matosinhos – Magazine*, nº 950, página 17 um texto na secção Artes & Letras, com o título de *Trindade Coelho e uma crítica inexorável*. Insurgindo-se contra Gaspar Simões, afirma que tudo o que está escrito em *Os Meus Amores*, que leu e releu, é sempre tão novo, tão nosso e tão português, que tem de ser lido e relido com os olhos da sensibilidade.

Não se espraçando em opiniões sobre a obra de Trindade Coelho, mas tão só, contrário às afirmações de Gaspar Simões, termina por dizer que não sendo o autor de *Os Meus Amores* um literato, era um homem que escrevia com o calor da sua alma, recordando uma já conhecida e aqui citada frase “Eu não sei escrever a frio, não escrevo por querer escrever; e até quando caio nessa tolice, rasgo tudo quanto faço. Eu escrevo do pescoço para baixo. O assunto para mim há-de ser uma

³¹⁶ João Gaspar Simões, *Literatura, Literatura, Literatura... de Sá de Miranda ao concretismo brasileiro*, Lisboa, Portugália Editora, 1964, pp. 146-147.

emoção. Se lhe dou tempo de se converter em ideia, arrefece e não dá nada”.³¹⁷

Sem chegar a ser uma polémica, unicamente a exposição de duas opiniões opostas, ficou por aqui a apreciação de dois homens que à leitura de Trindade Coelho dedicaram parte do seu tempo e que sobre ela muito escreveram, sobretudo João Gaspar Simões de que bastante aproveitaram os estudiosos, quer concordando ou discordando.

Embora Trindade Coelho tenha sido contista numa época em que o conto começa a florescer na literatura portuguesa através de contistas como Rodrigo Paganino e Fialho, chamados à colação por Gaspar Simões, cremos que pouco tiveram em comum. Ao conto de sabor romântico e idealista, fruto de uma época em que está em voga o amor nas suas mais variadas formas, tendo como características a moral que pretende ser veiculada por um homem cuja idade lhe permite transmitir idoneidade, saber, experiência e credibilidade, produzido por Paganino e ao conto de Fialho de Almeida onde não falta a força, o drama, a revolta, a morbidez, sucede e aparece em simultâneo o conto de Trindade Coelho de características diferentes, onde a arte de contar se assemelha à do romance embora de outras dimensões. Quanto a nós, não nos parece que haja previsibilidade no que vai acontecer. Se tivermos em conta a emoção que o texto cria no seu autor, tudo é possível acontecer no calor de uma escrita onde a racionalidade, muitas vezes, não acontece. Como se tratasse de uma escrita descomandada, todas as expectativas são possíveis.

São muitos os elogios dirigidos a Trindade Coelho. Intelectuais de nomeada não deixam de lhe endereçar os maiores encómios. Oliveira

³¹⁷ Fernando de Araújo Lima, *Jornal de Matosinhos – Magazine n.º 950*, p. 17.

Martins em carta de 17 de Julho de 1891, agradecendo-lhe o envio dos livros, dirá “*O Idílio Rústico, a Maricas, Para a Escola, Abyssus Abyssum* principalmente, são jóias da melhor água, quadros colhidos da natureza de uma frescura primaveril”.³¹⁸ D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos em 20 de Dezembro de 1894 dirá em determinado passo da sua carta “os seus belos contos rústicos já faziam parte da selecção de obras em prosa e verso que eu chamo: “Os meus amores”.³¹⁹

“Mãe”

Conto publicado em Portalegre pela primeira vez, constituído por oito páginas, em forma avulsa, pela Tipografia de F. C. Sanches em 1888, apresentando na capa os seguintes dizeres

...

- Não insulte as cabras,
mulher: não insulte as
cabras, que essas não
enjeitam os filhos.

.....

A. Braga – *O Engeitado*.

Com uma dedicatória ao Dr. José Coelho da Motta Prego, “meu condiscípulo e amigo”, o produto da sua venda revertia “Para o Bazar dos Pobres de Portalegre”; aliás em carta escrita a Louise Ey, datada de 6 de Abril de 1902 escreve Trindade Coelho “para um bazar em benefício dos pobres publiquei numa plaquette o conto que vem nos *Meus Amores*, com o título Mãe”.³²⁰ Igualmente, em carta dirigida a Júlio de Lemos diz o autor “... e, se visse a primeira versão, o meu conto Mãe... Tem

³¹⁸ Feliciano Ramos (1947, p. 293).

³¹⁹ *Ibidem* (1947, p. 294).

³²⁰ *Autobiografia e Cartas*, (1910, p. 23).

sensibilidade de retina, tem sensibilidade de ouvido e tem qualidades literárias. Mas isto com muitos defeitos ainda, - mas defeitos que não são negativos, isto é, lacunas de qualidades: defeitos que são exageros de qualidades”.³²¹

Antes de constar de *Os Meus Amores*, o conto *A Mãe* aparece citado ou publicado em jornais e revistas de 1888 a 1889 dos quais nos referiremos *Novidades*, *Aurora do Minho*, *Correspondência do Norte*, *Jornal de Santo Tirso*³²².

Os animais fizeram parte da vivência de Trindade Coelho. A distância que o separava de Mogadouro, dos seus, do povo e dos animais, era de, algum modo, mitigada pela escrita. Se o Sultão é um abrir de portas aos meus amores, outros animais ocupavam as suas memórias. Em forma de diálogo, o narrador inicia o conto como se tornasse mais fácil o acto de comunicação “posso dizê-lo aos senhores”. Dono de todo o saber acerca do que vai contar, adjectiva o sujeito da sua narrativa para que não haja ambiguidades ou dúvidas. A cabra tem um nome, como se fosse um familiar, ou se de um humano se tratasse. Chama-se Ruça. Era bela, a melhor da manada, luzida, pêlo macio, sem saliências de ossos, altiva de porte, parecia comandar o rebanho, era a que mais dava que fazer, não havia árvore a que não trepasse com dente acerado de roedora.

Se a cabra é apresentada com um leque de atributos que nos permitem considerar a personagem principal, ao pastor Alípio José a escassez de informação torna-o uma personagem subalterna, contudo a forma como o pastor se dirige à Ruça faz dele um elemento tutelar.

³²¹ *Ibidem*, p. 139.

³²² Para informação mais detalhada consulte-se um trabalho notável sobre Trindade Coelho, de autoria de Híronidino Fernandes constituído por 359 páginas na *Revista Brigantia*, vol XXVIII, nºs 1/2/3/4 de Janeiro/Dezembro 2007, pp. 168-169.

Parece que se vive no melhor dos mundos. O tempo passa. Ruça teve o primeiro filho e deixou de pertencer ao rebanho. O seu espaço agora é outro. Vive noutra local, o que lhe dificulta a aproximação ao rebanho. Os dias passam. Os brancos tipográficos do texto marcam a prolepse. Cobras e lobos apavoram Ruça. Só o frio a quebra. Débil e enfraquecida, lá no alto, de onde não pode descer tenta vencer a intempérie. Incapaz de ultrapassar as dificuldades exala o derradeiro alento. E a morte inexorável aniquila aquela fraternidade tornada humana pela pena de um autor que na analogia busca reacções idênticas entre humanos e irracionais enquanto as estrelas pela indiferença observam cá em baixo a cabra e o filho, dando azo a que amaldiçoados corvos aguardem lauto repasto.

Coevo de Trindade Coelho foi Fialho de Almeida, também ele autor de contos. E esta contemporaneidade em oficiais do mesmo mister, levou-nos a regressar a Fialho de Almeida. *Cidade do Vício* é um dos livros onde o escritor alentejano verteu o seu talento. Publicado em 1882, nove anos antes de *Os Meus Amores*, apresenta-nos o conto *Mater Dolorosa* onde as analogias com o conto *A Mãe* são flagrantes. Ovelhas em vez de cabras e um pastor que sofre por todas as ovelhas que morriam de gafeira. Desidério Jacinto trata os animais como se fossem seus iguais. Vendo a noite cerrada pôs-se a juntar colmos, palhoças esquecidas, fenos que estavam hirsutos à beira de uma alverca ou outra³²³.

Suscitado o conto *Mater dolorosa* por força da leitura de *Mãe*, de Trindade Coelho, vale a pena repetir o final dos dois contos que não andam distantes um do outro. Vejamos o que Fialho de Almeida escreve

³²³ Fialho d'Almeida, *A Cidade do Vício*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1959, p. 90.

e até à última convulsão defendeu o cadáver, oferecendo o triste corpo de múmia em resgate por aqueles queridos despojos. Já se não sentia ao largo o rebanho, e no silêncio adusto do calvário, por todo o dia à vontade, os corvos tiveram festa.

Por seu turno, Trindade Coelho termina deste modo

Mas precisamente a essa hora, a Ruça exalava o último alento, pendida sobre o cadáver do pobre filhinho morto!...

E ao pino do meio-dia, quando o sol faiscava causticando nos rochedos – passava na direcção da montanha, crocitando lugubrememente, a esfaimada legião dos amaldiçoados corvos...³²⁴

“Terra-Mater”

Constituído por treze páginas, este conto é publicado pela primeira vez em 1896 no Brinde aos Senhores Assinantes do *Diário de Notícias*, saindo posteriormente no Nº 5 da Revista literária mensal *Alvorada* de Fevereiro de 1897, dirigida por Paulo Osório e Jaime Franco.

Em carta escrita a Paulo Osório em 22 de Janeiro de 1897³²⁵ diz Trindade Coelho:

Daí, meu amigo, já que deseja publicar a *Terra Mater*, esses retoques com que lha mando. Esse conto creio que é verdadeiro. Procurei dar nele aquele sentimento de aversão do nosso povo pela vida militar, - que não tem nada, que não contraria em nada a sua valentia.

Quando escrevi o conto, àquelas exclamações: “- Ah pimpões!

- Matar ou morrer! – Para diante é que é o caminho!

- Morra um homem. Fique fama!” – acrescentei-lhe uma que tive que riscar depois mas que na ocasião não resisti a escrever, e que me faz pensar que um povo que tem um tal ditado, que fez um tal ditado, é um povo de valentes:

324 Para uma análise comparativa mais aprofundada, consulte-se a *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1934, volume X.

325 *Autobiografia e Cartas*, pp. 62-63.

- “Quem morre de medo de m... se lhe faz o enterro!”

.....

(...)

Aí lhe mando, pois, a *Terra Mater*, refundida sobre a versão com que saiu há dias no Brinde aos assinantes do *Diário de Notícias*. Creio que esse conto só foi lido em Lisboa, se o foi, e, fora de Lisboa, por V. E muito e muito obrigado por mais esta prova de amizade.³²⁶

Vários jornais e revistas da época falaram deste conto, dos quais destacamos *Repórter*, *Ecos da Avenida*, *Aurora do Cávado* e a *Voz Pública*³²⁷.

A passagem de um destacamento militar numa manhã de um mês de Julho soalheiro, ao longo de uma estrada, aviva a memória daqueles que deixaram a terra e tiveram que incorporar as forças armadas. Ninguém tem nome porque acabavam por ser todos iguais. Iguais no dever a cumprir e nas recordações da casa paterna. Só a voz ameaçadora do alferes se faz ouvir, enquanto emerge naquela gente a imagem dominante do agro onde, também, havia, campos com árvores que davam sombra, casas, capelas e caminhos. O serviço militar parecia ter-lhes furtado tudo, a eles que nada tinham feito que merecesse castigo.

Talvez a metáfora da vida de Trindade Coelho que um dia se viu obrigado a abandonar o seu espaço natal que em Lisboa dirá

- Pequena e tão pobre! Mas vá lá saber a gente porque há-de gostar assim da sua terra!³²⁸

Se a vida na grande cidade é algo que não é muito apazível para Trindade Coelho, pelo mesmo tom se define a vida militar que merece a

³²⁶ *Autobiografia e Cartas*, pp. 62, 63.

³²⁷ Feliciano Ramos (1947, p. 313).

³²⁸ *Op. cit.*, p. 166.

reprovação da sociedade civil através da utilização de duas quadras que, no contexto, não consideramos de redundantes. Vejamos o que cantam os soldados:

Meu pai chora que se mata
Por eu chegar ao estalão:
Não chore, meu pai, não chore,
Que eu hei-de ter livração.³²⁹

Desvalorizados pelas raparigas porque namorar um soldado significava desprezo, são também elas que, através do cântico, mostram a sua animosidade:

Ó Maria, tola, tola,
Olha o que foste fazer!
Foste casar cum soldado,
Mais te valera morrer!³³⁰

O conto é uma imagem da biografia de Trindade Coelho que se viu deportado do seu mundo, podemos, também, observar uma crítica ao serviço militar numa época em que o reino vivia um período de grande convulsão por força da instabilidade do governo de D. Carlos. Era preciso mostrar até à exaustão os malefícios da vida militar porque a morte, também, aí existia. Mais um modo de propagandear aquilo que se abomina

E perante o destacamento formado, em que cada soldado parecia uma estátua, arremessou ao chão duas espingardas, e após as espingardas duas mochilas – que fizeram, caindo, o toque dos corpos mortos...³³¹

³²⁹ *Ibidem*, p. 167.

³³⁰ *Ibidem*, p. 175.

“Luzia”

Foi publicado em Lisboa em 1899, no nº 9 da *Tribuna* de 26 de Fevereiro de 1899. Um conto de nove páginas. Um narrador heterodiegético apresenta-nos um personagem de nome António Valente que habita uma casita situada numa aldeia que tem uma ermíndinha branca denominada Senhora das Graças. A utilização de diminutivos como “casita”, “ermíndinha”, “janelita” e “capelinha” na primeira página do conto, confere, pela parte do narrador, simpatia e afecto pelo que observa e conta. A natureza amena conjuga-se com a natureza das personagens que nos são apresentadas. E o narrador que à sua terra não abdica de lhe dar atributos que ele bem conhece, imagina um universo idílico onde tudo de bom acontece. A linguagem ao assumir-se como um elo de ligação entre o verbo de quem escreve e o ser, o fazer e o dizer de quem habita o espaço desenhado e são personagens do texto ficcional, cria um mundo onde a ética não é transgredida, os bons convivem com os menos bons e todos os desideratos são conseguidos.

António Valente, apresentado como personagem principal, é pai de duas crianças muito lindas e muito loiras. A adjectivação predica todas as personagens. Servindo-se da analepse, à maneira de um texto realista, onde o narratário “exige” que tudo lhe seja contado, vamos ficar a saber como se processou a sua relação até ao casamento com Luzia a mais linda e a mais alegre das raparigas que era órfã de pai e de mãe.

Todos se dão bem. A grande cozinha do amo é o local onde todos comem e todos falam com alegria. O Sr. António convive com os seus trabalhadores de modo descomplexado, sugerindo o namoro para

³³¹ *Op. cit.*, p. 178.

Luzia. O porqueiro, também, faz parte da assembleia que quer saber quem casará com Luzia.

Sintetizado num número reduzido de páginas, o narrador manipula a diegese para, através da prolepse, referir que daí a menos de um ano, à missa do dia, anunciava ao lavabo o casamento de António Valente e Luzia que se realizou num lindo dia de sol.

Um conto com laivos de romantismo para fazer sonhar aqueles que tentam construir o paraíso na terra.

“A Choca”

Conto de cinco páginas publicado pela primeira vez em 1898 na revista *A Arte*, sediada no Porto. Este conto mereceu da parte de Trindade Coelho uma explicação a Louise Ey, numa carta que lhe dirige em 29 de Maio de 1902 que vale a pena transcrever

A Choca tem uma história. Entre literatos, um criticou a minha simpatia pelos assuntos rústicos e disse-me assim: “Capaz é você de achar poesia numa galinha a morrer de gasma!”.

Pedi 24 horas para responder, e ao fim das 24 horas li-lhe *A Choca*. O literato (decadente!) viu-se atrapalhado para não chorar! Fiz *a Choca* só por isso; e dediquei-a ao Emídio Navarro³³² porque este, quando a viu numa revista do

³³² Nasceu em Viseu e viveu entre 1844 e 1905. Foi membro do Partido Histórico e do Partido Progressista, redactor de *O País* e director de vários jornais progressistas, como *O Progresso* e o *Correio da Noite*, fundador do jornal *Novidades* em 1887 e embaixador em Paris (1892.1895). Deputado em sucessivas legislaturas após 1879, ascendeu a ministro das Obras Públicas (1886-1889) no período em que avançaram as obras do porto de Lisboa e se deu seguimento a muitos projectos do fontismo. Emídio Navarro detém um lugar de destaque nas questões da instrução no último quartel de Oitocentos, na medida em que ao seu cargo ministerial se encontrava agregado a responsabilidade do ensino técnico.

Para mais informação consulte-se *Dicionário de Educadores Portugueses*, Direcção de António Nóvoa, Porto, Edições Asa, 2003, p. 973.

Porto, transcreveu-a nas *Novidades* dando-lhe o lugar do artigo principal – que devia ser ocupado pelo artigo deste que é o primeiro jornalista de Portugal.³³³

Não anda distante do outro conto que aqui analisámos a que Trindade Coelho deu o nome de *A Mãe*. Choca fora mãe de muitos filhos. Está velha e cansada. Agora é chegada a altura de dar balanço à vida, recordar tempos passados e lembrar que já tivera saúde e fora feliz. O narrador não deixa de manifestar a sua consideração perante a Choca que recolhe ao poleiro mais cedo que as outras galinhas, obrigada a mudar de hábitos. O amor de mãe e a quase ruptura com aqueles a quem Choca está ligada são pretexto para demonstrações de subjectividade que o narrador não consegue escamotear. É o seu sentimento. O contraste marcante entre os que vivem bem, o “rancho das companheiras” e os tempos já vividos em que nos bebedouros se enamorara da sua própria imagem e fora alvo da devoção dos galos, geram uma atmosfera vivencial que se confunde com qualquer ser humano, parecendo que à galinha lhe são conferidos atributos, ideias, e sentimentos que a memória e a inteligência dos que lêem transformam em humanos.

No seu caminhar na escrita, como se em simbiose coexistissem e vivessem humanos e animais, *soit disant*, narrador e Choca, é altura de chegar à contrição do mal feito e do mal acontecido:

Querelas com as vizinhas eram a toda a hora, se concorriam ao que esgravatara, para ele e para os seus; - e agora, prestes talvez a expirar, pesava-lhe na memória uma grande culpa: essa bicada feroz com que matara um pintainho estranho, de uma vez que o pobrezinho, que tinha a mãe também doente,³³⁴

³³³ *Autobiografia e Cartas*, p. 75.

³³⁴ *Op. cit.*, p. 193.

Esquecido, talvez, da sua situação de contador de uma história em que uma galinha é protagonista, o narrador atinge o paroxismo, concedendo ao irracional a graça da humanização e a sua passagem à qualidade de cristão

Disso pediria ela perdão a Deus; e isso mesmo, em verdade, não fora por querer, e remira-o, pela vida adiante, com muita obra de caridade.³³⁵

Finalmente a morte, mas num findar diferente. Cantava um galo no seu poleiro³³⁶. Um fim inevitável e apoteótico para quem cumprira na sua vida todos os seus deveres: o galo cantou e “enovelaram-se agora, piando os pobres dos pintainhos”.

Sobre “A Choca” escreveu Trindade Coelho duas cartas a Júlio de Lemos que, pelo seu tom confessional, não nos coibimos de transcrever excertos muito esclarecedores acerca da sua perspectiva de observação dos animais que, depois, transportava para as páginas dos livros.

Carta de 22 de Dezembro de 1898

De resto, o assunto estava já na tradição d’*Os Meus Amores*, - e um crítico francês, e, em Portugal, o Teixeira Bastos, notaram essa humanização dos animais como um dos feitos do meu temperamento. O estudo do homem cede lugar na minha simpatia ao dos animais, - e quando estes exorbitarem cá do meu ideal, vou-me para os vegetais ou para as coisas... Em tudo há lágrimas a enxugar: - *sunt lacrimae rerum...*

(...)

Carta de 31 de Dezembro de 1898

³³⁵ *Ibidem*, p. 193.

³³⁶ Segundo Jean Chevalier e Alain Gheerbrant em *Dictionnaire des Symboles, Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, Paris, Robert Laffont/Jupiter, p. 282 Le coq est aussi un emblème du Christ, comme l’aigle et l’agneau. Mais il met en particulier relief son symbolisme solaire: lumière et préssurrection.

Demónio do conto foi feliz! Aquele conto, se não é a dose de factos, de observação objectiva, que lhe meti, corria o risco de parecer uma cópia... da psicologia humana! Mas tomáramos nós, os homens e as mulheres, ser tão bons como esses animaizinhos de Deus, - nossos irmãos inferiores, não é verdade? A teoria dos fabulários deve ser essa: mostrar aos homens, para exemplo e lição deles, o que são os animais... Eu assim o entendo, - ou antes, eu não entendo nada, porque sinto mais do que penso, e disso dou graças a Deus...³³⁷

“À Lareira”

São os seus contos retratos de um homem que, embora distante, nunca abandonou a terra que o viu nascer. *À Lareira* é um outro conto, complemento de outros, que agregam a sua existência em figuras gráficas onde não vive e onde desejaria viver. Publicado pela primeira vez no nº 5 da *Revista Nova*, Tomo I de Março de 1894, dirigida por Alfredo da Cunha e Trindade Coelho e dedicado a António Albuquerque, seu parente residente em Mogadouro, é constituído por cinquenta e quatro páginas, formando, assim, o maior conto do escritor transmontano.

A personagem Maria Lorna é introduzida com o epíteto de Tia, o que confere um cunho mais familiar e popular à personagem.

Esta proximidade faz com que o narratário se integre mais facilmente na história. O nome da personagem podia, por si só, servir de identificação do conto, tão invulgar é o apelido. Se há personagens que saem dos textos para se emanciparem, como Blimunda e Marcenda, Lorna ou Lionça, de Miguel Torga, esta Maria Lorna, fruto da imaginação de Trindade Coelho, tal como Cherugaço, acabam por ser nomes que por si marcam uma narrativa.

³³⁷ Estas duas cartas foram publicadas na *Revista Limiana*, nº 8 – Julho de 1913, Viana do Castelo, dirigida por Júlio de Lemos e Severino de Faria.

Em carta escrita a Louise Ey em 16 de Junho de 1902 afirma

E no conto (ou quadro) *À Lareira*, tive de inventar o nome de Lorna, que não existe, porque não encontrei nome usual que afinasse com a psicologia do personagem. Lorna, está bem! Porquê?! Eu sei lá! Não lho sei dizer. Mais: procuro afinar a psicologia do tempo e da paisagem (deixe-me dizer assim!) com a psicologia da acção e dos personagens.³³⁸

À maneira de Trindade Coelho, onde a sua terra configura um local idílico, a casa da Tia Maria Lorna era das mais remediadas e das mais alegres, das mais arrumadas, parecendo um oratório. Por outro lado, é o trabalho o grande motor do bem-estar que transmitia aos que os visitavam “Do meu corpo me sai, comadre! Do meu corpo me sai!” Tinham trabalhado muito, e muita lágrima tinha o casal chorado.

Procurando escrever como o povo fala³³⁹, transmitindo, assim, maior realismo ao texto, o narrador sente necessidade de pormenorizar o quadro que é a casa da Maria Lorna. A utilização de algum léxico que está longe do conhecimento da generalidade dos leitores, leva Trindade Coelho, em nota de rodapé, a esclarecer o significado desse léxico. Na sexta linha, ao empregar a palavra larego, escreve o seguinte:

A intenção desta Revista permite-me fazer aqui o que não poderia fazer num livro: definir as palavras regionais que vou empregar.³⁴⁰

As personagens vão-nos sendo apresentadas, o casal Lorna e os três filhos, o compadre José Bernardo e a Senhora Aniceta, bem como o filho do casal, André. Outras personagens povoam o universo diegético

³³⁸ *Autobiografia e Cartas*, p. 77.

³³⁹ Júlio de Lemos (1949, p. 22).

³⁴⁰ Veja-se *Revista Nova n.º 5* direcção de Alfredo da Cunha e Trindade Coelho, Tomo I, Março de 1894, p. 55.

do conto que acontece num espaço temporal que engloba o período antes do meio-dia em que a família Lorna se prepara para ir levar o jantar ao pai e o período da noite, pretexto para, em torno da lareira, jogar às cartas, conversar, contar adivinhas, lenga-lengas, rezas e ditados. Numa reunião familiar, o contista encontra o meio adequado para transmitir uma visão genérica da vida material e espiritual no seio de uma família remediada, depositária das virtudes fundamentais da sociedade portuguesa, onde a língua é posta à prova através de jogos que animam a assembleia.

Se é verdade que às personagens não são fornecidos grandes traços, para além das relações familiares que nos permitem distinguir entre a família Lorna e a do compadre barbeiro, as referências aos hábitos e tradições do povo fazem deste conto um precioso repositório das tradições populares, onde não falta, também, uma história popular entre um lobo e a raposa recuperada para um convívio que tem, ainda, como adorno o estar a nevar, pretexto para o lavrador se afirmar através de um provérbio, argumento sancionado pela sabedoria popular “Pró ano ser de pão, sete neves e um nevão”. A leitura de *À Lareira* obriga-nos a inteligir o texto através dum universo imagético dominado pelos códigos da oralidade provocando a erosão do chão da escrita. Com feito, o texto vale, sobretudo, pelo verbo falado, dinamizado por um escritor que em estado de transe presente em todas as personagens que se vão definindo pelo modo como dizem e como vivenciam uma tertúlia que se repete todas as noites numa lareira em qualquer parte do Portugal rústico, simples, quente e confortável.

Narrador impetuosamente presente em cada uma das personagens, dialogando como todos, passa para além da vida de *À Lareira* para se

referir a outros universos diegéticos que são do seu conhecimento: José da Loja e António Fagote de *Prelúdios da Festa*, são convocados à narrativa, não pertencessem eles ao círculo cada vez mais alargado de um mundo que ele cultiva e preserva. E são os porcos razão de ser de um serão, onde se conversa, joga e bebe. Trindade Coelho a não esquecer hábitos memorizados em tempo de palmatoadas e que Anteu, herói mítico, robustece sempre que a isso é solicitado.

“Vae Victis”

Um conto de cerca de oito páginas que aparece no jornal *O Ideal da Bairrada* em número de 29 de Julho de 1900, trazendo na dedicatória o nome de Alfredo Mesquita³⁴¹. A propósito deste conto, escreve Trindade Coelho em carta dirigida a Louise Ey em 29.5.1902

o cenário é o de uma primavera nascente, porque dentro do coração dos dois personagens que figuram no conto começa a desapontar também a primavera do amor... Mas a Luísa cedeu à tentação, deixou-se vencer: - ai dela! Ai dos que se deixam vencer! ai dos vencidos: vae victis!³⁴²

O ambiente calmo e sossegado onde Luísa estaciona junto a uma fonte para encher um cântaro afastada de todo o bulício humano, onde se ouve o murmúrio da água da bica, é o local aprazível para que a personagem que domina todo o tecido narrativo possa ouvir o ecoar das palavras de Tónio:

Dás-me um beijo, Luísa?³⁴³

³⁴¹ Feliciano Ramos (1947, p. 314).

³⁴² *Autobiografia e Cartas* (1910, p. 75).

³⁴³ *Op. cit.*, p. 252.

Luísa rememora de modo obsidiante. Recorda o local e o tempo em que lhe foi pedido um beijo. O adro e o domingo à tarde ela não vai esquecer. O cenário envolvente, onde não falta, naturalmente, o retrato visualizado de Tónio. Tudo em pormenor é lembrado por Luísa. O pedido ficara sem resposta porque ele se afastara e ela não tivera tempo para responder. Ela ficara, incoerente, a pensar na resposta à pergunta.

E à medida que o tempo passa, Luísa não se lembra que o cântaro enchera porque aquela frase estava acima de tudo. Aquele quadro de domingo à tarde era irrepetível, era um querido domingo à tarde que a fazia sorrir, quando o recordava cheio de luz e realidade. E é o narrador que o afirma que essa tarde no adro definia-se como a primeira hora de existência, e não uma tarde indiferente como foram tantas.

A voz dele parecia-lhe estar cada vez mais próxima. A ilusão da audição provocava-lhe um encanto novo. Vivia suspensa pela frase que memorizava a cada momento. Interrogava-se por que motivo não tinha sido possível concretizar um desejo que era, afinal, também seu.

“Vae Victis” parece marcar um ciclo diferente na arte de contar de Trindade Coelho. O amor adulto prevalece neste conto onde dois adultos atraídos pela componente libidinosa, ensaiam o início de uma relação de, possível, vida em comum. A mulher apaixonada que sonha na concretização de um desejo que se inicia num sedutor que se enquadra no seu grupo social. É um amor precedido por palavras que dinamizam uma acção cujo fim, o narratário, ávido de conhecimento, aguarda com entusiasmo.

Pelo narrador, a personagem demarca-se e é desenhada pela auréola do amor, amor alimentado pelas palavras que lhe são dirigidas pelo

pretendente. Poucos são os traços que identificam a personagem. Aos poucos, o narrador informa do carácter generoso e solidário para com os pobres, enganando a mãe para dar uma esmolinha aos pobres. Trabalhava muito. A felicidade vivia suspensa da frase que a absorvia.

À maneira do texto realista vai doseando os elementos informativos que permitam esclarecer como foi possível Tónio e Luísa trocarem entre si olhares e falarem de amor, ao ponto de estarem suspensos pelo desejo de um beijo. Como se toda a acção se realizasse através da circularidade que, necessariamente, tem que se fechar, conduzindo à concretização de um desejo que ambos almejam, isto é, descrita a ida de Luísa à fonte para encher o cântaro, transportando consigo a frase que não esquece e que alimenta o seu campo onírico, desenhado o quadro que estabeleceu a relação entre Luísa, a mãe e Tónio, inevitavelmente, o narrador fecharia com um final que consideramos como feliz, este idílio que dois jovens construíram. Neste transformar-se o amor na coisa amada, um conto de características diferentes, a completar o naipe de costumes da comédia humana localizada em Trás-os-Montes, que Trindade Coelho deu a conhecer ao mundo letrado, que para os contos estava a dar os primeiros olhares.

Se é verdade que alguma literatura hedionda de dramas brutais, estava a despertar para o mercado livreiro, onde as grandes paixões contrariadas por progenitores hostis, faziam as delícias do público leitor que à lareira procura desanuviar da azáfama do quotidiano, Trindade Coelho traz para as páginas da narrativa aquilo que Júlio de Lemos considera

a literatura casta, suave, iluminada e emotiva, que nos banha a alma numa torrente de espiritualidade, bondade e graça, a literatura que respira saúde moral e, portanto, doce, límpida, repousante, construtiva.³⁴⁴

E porque o amor se havia desenhado por força do atrevimento de Tónio, era natural que aquele desejo navegando no campo de imaginação dos jovens acabasse por os fazer soçobrar perante uma vontade que lhes era superior e que ecoava dentro de Luísa como se a dominasse, manietando-a. O silêncio dominou-a e de um impulso beijaram-se num frenesim. Tinham-se deixado vencer pela irremediabilidade da linguagem. Eram ambos vencidos. Vencidos por um grande amor.

“António Fraldão”

Publicado pela primeira vez em Paris, na *Revista Moderna*, de 5 de Novembro de 1897, aparecendo com o nome de *José Fraldão*, o que terá sido gralha tipográfica³⁴⁵. Os nomes das personagens terão sido retirados de um processo judicial defendido por Trindade Coelho.

Dedicado a Columbano Bordalo Pinheiro, 23 páginas dominadas por um narrador onisciente e heterodiegético que através de um discurso narrativo desmonotonizado por diálogos e quadras ao gosto popular, acabam por aparecer na linha temática do conto “Vae Victis”. O amor adulto vivido entre duas personagens, Alonsa e António Fraldão, onde o ciúme aparece como elemento perturbador devido à intromissão de José Cherugaço que simboliza o amor oportunista e traiçoeiro.

³⁴⁴ *Op. cit.*, p. 13.

³⁴⁵ Feliciano Ramos (1947, p. 314).

A noite configura um quadro onde se acolhe o que não pretende ser visto, criando um cunho de mistério e de inquietação na relação vivida às escondidas entre Alonsa e António Fraldão.

A aldeia, a vegetação em redor, as casas humildes de Fraldão, filho de mulher viúva, e a casa de Alonsa, boa moça, vivendo à jeira e que já perdera um amor, formam o universo do conto que decorre durante vários dias não bem definidos. A fragilidade dos jovens é denunciada através dos seus comportamentos. António Fraldão vive sob o olhar tutelar da mãe que procura controlar as suas saídas, confessando Alonsa ter medo que alguém veja António Fraldão entrar-lhe em casa.

A noite é a parte do dia dominadora da estória, onde cantam ralos, grilos e cigarras³⁴⁶. A propósito da presença do canto das cigarras à noite, confessa Trindade Coelho em carta dirigida a Louise Ey em 6 de Abril de 1907 e já aqui bastas vezes citada³⁴⁷ que um parente seu que está em Mogadouro e que é o seu único crítico, verificara que o único lapso que cometera no conto António Fraldão consistia em pôr uma cigarra a cantar de noite

Todo o conto está certo; mas as cigarras só cantam à hora do calor. De resto (acrescenta!) não admira que não saibas estas coisas, porque saíste daqui muito pequeno³⁴⁸

Promessas de amor eterno alteram o estado de espírito de António Fraldão que vê com clareza o campo, por onde passa, que parece cumprimentá-lo. As ideias são agora lúcidas e luxuriantes, conforme afirma o narrador que parece compartilhar a alegria do seu personagem.

³⁴⁶ *Op. cit.*, p. 263.

³⁴⁷ *Autobiografia e Cartas*, p. 30.

³⁴⁸ *Ibidem*.

Fraldão é agora inspirado pela natureza, sendo capaz de imaginar quadras que ele inventa e canta. O amor embora elemento torturante está também na origem da transformação por que passa. A imaginação do Fraldão não pára. Tudo lhe fala como se ele fosse o centro dos interesses de toda a aldeia. Capaz de tudo, acha chegada a hora de matar José Cherugaço, aquele que é o seu rival. Manda recado. E encontram-se no palco mais adequado para que a valentia seja observada e criticada. Em dia de feira encontram-se e António Fraldão mata Cherugaço. Todos se perturbam. Todos fogem. A multidão também fala. Tem direito a comentar. À maneira do texto realista, cria-se a veracidade da estória. Há um velho de Variz, referente espacial junto a Mogadouro que pode atestar a autenticidade do acontecimento.

Fraldão julgado foi absolvido unanimemente. Trindade Coelho, jurista, escreverá em carta dirigida a Louise Ey em 29.5.1902

O Fraldão ficou absolvido, porque a consciência humana (o jury) o absolveu; e porque mesmo perante o nosso Código Penal podia-o ser: artigo 41 n.º 2, e artigo 44 n.º 5: - a legítima defesa própria ou alheia perante um mal eminente. A ofensiva foi tomada pelo Cherugaço: o Fraldão defendeu-se.³⁴⁹

Acerca dos nomes atribuídos às personagens, escreve Trindade Coelho em carta dirigida a Louise Ey em 16.6.1902

À rapariga, a essa dei-lhe um nome esquipático, arrevesado, avesso: _ Alonsa – tão esquipática, tão arreassado, tão avesso, como a sorte que ela teve e não merecia também... Fraldão, pelo contrário, é um nome chibante, quase um aumentativo, - mas plebeu e rude. Cherugaço, um nome áspero, rastejante, bravo como o sargaço, quase o detrito de um nome... Escolhi-os de propósito? Não. Mas afinavam instintivamente com a psicologia, e adoptei-os instintivamente com

³⁴⁹ *Autobiografia e Cartas*, p. 75.

a psicologia, e adoptei-os instintivamente. Depois é que reparei nisso, quando um amigo me disse que aquela mulher merecia outro nome. Decerto! Mas merecia também outra sorte, e teve aquela!³⁵⁰

É Trindade Coelho um defensor da moral. A arte é uma forma bela de moral. Se atentarmos a que a moral está ligada aos costumes, por via do étimo *mos, moris*, este conto fazendo prevalecer o amor ideal e leal, sobre o amor sensual e traiçoeiro corporizado por Cherugaço, parece querer indicar o caminho a seguir na senda da felicidade, do bem-estar e do reconhecimento.

“Manhã Bendita”

A propósito deste conto de cerca de nove páginas que substitui *Tragédia Rústica* da primeira e segunda edições, escreveu Trindade Coelho em 7 de Julho de 1902 numa carta, um excerto que achamos por bem transcrever:

A pincelada final da *Manhã Bendita* foi inteiramente sem intenção: - vi aquilo quando estava a escrever, e esse conto foi escrito no tribunal, com a sala cheia de gente, a julgar réus e a ouvir e interrogar testemunhas. Tinha diante de mim a 2ª edição do livro, para enviar esse dia para Paris e estava a cortar o que não devia figurar na 3ª edição. Cortei o conto *Tragédia Rústica*, e de repente digo assim: - “Este conto talvez se pudesse retocar e aproveitar”. E comecei a retocá-lo, e daí a um instante a pena tomou voo e eu deixei-a ir para onde ela quis ir! Foi para ali: saiu aquilo. Faça favor de confrontar o princípio do conto *Tragédia Rústica* (2ª edição) com a *Manhã Bendita*, da 3.ª. Um cardo transformou-se num lírio! *Tragédia Rústica* era no caso real acontecido quando eu era delegado em Portalegre, e não

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 77.

lhe tinha afeição por não ter sido criado por mim, e porque era mau... A comparação dos dois contos deve ser interessante para o seu lindo espírito.³⁵¹

Dedicado a António Correia de Oliveira, com quem Trindade Coelho manteve uma relação epistolar muito próxima, este conto, de seis personagens, José Grilo, Ana, a filha, Joana, a mulher, recém-nascido, a Brites, cujo nome é falado e Doroteia, é uma história em que as personagens são identificadas pelo fazer. Relevância especial para José Grilo que, inicialmente, é apresentado como o chefe de família que se insurge contra quem lhe bate à porta, para, depois, se mostrar generoso, afectivo e terno para com uma criança que lhe é depositada à porta, ao mesmo tempo que se define pelo ar desembaraçado e resoluto no sentido de prestar todo o apoio ao recém-nascido que lhe é colocado à porta em tempo de Carnaval, ao ponto de, num momento de maior hesitação, ter pregado “dois bofetões” na filha. Um conto que ritualiza a vida de uma aldeia em princípios do século XX, onde a roda dos expostos aparece para resolver casos de enjeitados, a que chamam zorros, nome que, aliás, o narrador, também utiliza.³⁵²

Conto escrito num hausto, em período de trabalho, simultaneamente com a sua actividade de magistrado, demonstra bem a capacidade de escrita que Trindade Coelho praticou ao longo da sua vida. Sem ser racionalizado, o José Grilo pode, muito bem, ser, por um lado, a face humana de Trindade Coelho ao tentar resolver a sobrevivência do recém-nascido e o seu conforto, por outro, face aos ciúmes da mulher, o ser capaz de lhe dizer da sua disponibilidade se alguma se metesse com ele.

³⁵¹ *Autobiografia e Cartas*, p. 86.

³⁵² *Op. cit.*, p. 284.

Com as marcas de religiosidade e os referentes da aldeia a denunciarem que quem levava a criança parecia levar o Santíssimo e que no campanário tocavam às ave-marias, não é difícil imaginar que estamos diante de um conto rústico desenhado “quando de manhãzinha lhe bateram à porta”. O que sucedeu ao José Grilo foi uma manhã bendita que pôs à prova toda a sua capacidade de solidariedade e de amor pelo próximo, tal como era timbre de Trindade Coelho seu criador.

“Mater Dolorosa”

Oito páginas dedicadas a José Vilas-Boas. Publicado em 1901 na revista *Branco e Negro*, provavelmente, escrito dois ou três anos antes daquela data³⁵³. A personagem Luísa é definida pelo mesmo comportamento da Luísa de *Vae Victis*, embora seja diferente quanto à sua genealogia. Luísa que é a mater-dolorosa, a mãe que sofre e que é virgem de afectos, desconhecendo o local onde nasceu, desconhece, também, os progenitores. Luísa, do com *Vae Victis* é generosa para com os pobres e dialoga com a mãe. O amor de mãe, que já nos tinha sido relevado em *A Mãe, A Choca*, através de animais, mais uma vez é tema para Trindade Coelho. Reminiscências de um amor que ele não esquece, da mãe que perdeu quando ainda cursava as primeiras letras em Travanca. Um conto que vale pela narrativa e pelo diálogo através do discurso indirecto livre.

Mãe preocupada com a criança que pouco mais tinha que dois anos, passa pela vida sem o apoio de ninguém. Se as vizinhas aceitavam com naturalidade as debilidades da criança, José Bernardo que lhe prescrevia as receitas aconselhava a arranjar outro.

³⁵³ Feliciano Ramos, *op. cit.*, p. 316.

Podendo ser dividido em três partes, podemos dizer que na primeira o narrador apresenta Luísa e a sua relação de idolatria para com o filho cujo nome não é desvendado. O comportamento de Luísa e a sua devoção a Deus para salvar o filho em oposição ao desprezo de José Bernardo e das vizinhas que lhe condenavam o desvelo em relação à criança que “de viçoso que era tornou-se murcho”.

A segunda parte iniciada com o advérbio de tempo “Agora” e separada graficamente da anterior por um asterisco é definida pela única relação positiva da narrativa. A ligação com a natureza e as andorinhas demarcam-se da atitude dos humanos. Depois, a terceira parte, marcada por um monólogo interior, Luísa pensa na sua relação com a criança imaginando um futuro risonho onde, *malgré tout*, rejeita a hipótese de o ver casado, porque casamento significava roubo e ela não queria ficar só. E neste novelo de pensamento uma vizinha lembra-lhe que morrer significava “sentimentos pelo filho (como se dizia na terra) e parabéns pelo anjo”.

A última parte, também, separada por um espaço em branco é o regredir da criança a caminho do fim, a que corresponde por outro lado, o retrato da natureza. A tarde que ia descaindo, com um fresquinho muito suave e o frio da noite. A criança morrerá.

Antes, são os gritos lancinantes da mãe que vê o filho morrer. O reflexo do verbo morrer como se a mãe também morresse na companhia do filhinho:

“Morre-me, o meu filhinho!”

A redundância da expressão a marcar a irreversibilidade do acontecimento e a fragilidade da mãe que nada podendo fazer acaba por

desmaiar, voltando à vida, ao contrário da Ruça que exalara o último alento sobre o pobre filhinho morto.

“Manuel Maçores”

Dezasseis páginas num conto dedicado ao Conde de Arnoso que em 1894 já estava escrito, uma vez que foi lido naquele ano a Augusto Moreno³⁵⁴.

Ao contrário dos outros contos que relatam acontecimentos verídicos ou ficcionados localizados em Trás-os-Montes, esta história passou-se em Portalegre, tendo Trindade Coelho relatado à sua correspondente alemã Louise Ey em carta que lhe escreveu em 6 de Abril de 1902

Aí, em Portalegre, resgatei, de um erro de justiça, um desgraçado que encontrei na cadeia, condenado por assassino e ladrão. É o Manuel Maçores dos *Meus Amores*, - mas o nome dele era Manuel Barradas; e isso foi uma agonia de mais de um ano, em que eu não pensei noutra coisa de dia e de noite, até que o libertei!³⁵⁵

Informação mais circunstanciada sobre o acontecimento que está na origem deste conto, é pretexto de uma carta endereçada de Portalegre em 7 de Abril de 1890 ao Dr. António Carvalho, da qual retiramos alguns extractos

O perdão do desgraçado Manuel Barradas caiu sobre a minha vida como uma grande bênção

(...)

Livre um desgraçado, um meu irmão, um homem dos abismos de um escuro poço que tinha 28 anos de profundidade! Vinte e oito anos tenho eu. Agora,

³⁵⁴ Feliciano Ramos, *op. cit.*, p. 316.

³⁵⁵ *Autobiografia e Cartas*, p. 22.

parece que a minha vida se duplicou. E sinto-me, no entanto, mais novo, certamente porque me sinto mais alegre.

(...)

Quando em Maio de 86 tomei posse do lugar de delegado do Procurador Régio na comarca de Portalegre, encontrei na cadeia desta cidade, condenado pelo duplo crime de homicídio e roubo, em 8 anos de prisão maior celular seguido de 20 anos de degredo o pobre Manuel Barradas. Impressionou-me aquele tipo, cujos simples caracteres fisionómicos pareciam repelir o crime que lhe imputavam.

(...)

Acrescia que Manuel Barradas negava o crime, o que afinal é naturalíssimo. O que porém não era natural, antes estava em oposição flagrante com a rudimentar educação do seu espírito, era a forma como ele se expressava, proclamando a sua inocência. Uma vez disse-me:

“- Eu bem sei, senhor doutor, que me não vale de nada o dizer que estou inocente. Todos o dizem, ninguém me acredita. Mas sabe?... Dizem que existe Deus e eu acredito. Pois só queria que Deus entrasse cá dentro de mim, bem cá dentro, para que depois, fosse dizer lá fora se me encontrou alguma pinta de sangue na consciência”.

(...)

Depois... trabalhei muito. Estudei o lugar do crime, tive conferências demoradíssimas e trabalhosíssimas com quantas pessoas tinham figurado no processo e creio que descobri isto: descobrir o autor do assassinato.

(...)

A esta hora Barradas estará em liberdade, resgatado dos seus 28 anos de inferno.

356

³⁵⁶ *Ibidem*, pp. 49-50-51.

Da leitura que é possível fazer das cartas dirigidas a Louise Ey e a António Carvalho, dois aspectos ressaltam relativamente ao carácter de Trindade Coelho. Um é o seu comportamento como magistrado, pondo ao serviço da jurisprudência a resolução de uma condenação que ele pensava ser injusta, por outro lado o seu carácter alocêntrico ao interessar-se por alguém com quem não tinha quaisquer laços de amizade, ou cuja relação só recentemente havia sido estabelecida, mostrando-se por isso desconhecedor quer da pessoa, quer do crime cometido. Não obstante esse desconhecimento, Trindade Coelho baseado nos estudos levados a cabo por Lombroso, um dos modernos criminologistas que lhe serviu de inspiração, envolve-se na defesa de Manuel Barradas, libertando-o da pesada condenação que o tribunal havia proferido.

A partir de um caso verídico, Trindade Coelho recria um conto. Graças à sua capacidade de síntese e ao estatuto que lhe é conferido na sua qualidade de narrador onisciente, carrega para a escrita os materiais necessários para uma história que acabará da maneira que ele entende ser a melhor. Se à biografia não tivéssemos acesso, o conto valeria, sobretudo, por aquilo que foi escrito e como foi escrito, pouco importando aquilo que lhe serviu de paratexto e pretexto.

Manuel Maçores inicia o conto definindo-se pelo seu fazer. Profissionalmente igual a muitas personagens desenhadas por Trindade Coelho, não são fornecidos referenciais que possam definir o espaço, embora a utilização da palavra lameiro, local para onde seguiam os bois do amo, nos possa indicar que é Trás-os-Montes, porque lameiro é um termo transmontano. Manuel Maçores e José Candona, um agricultor assalariado, o outro, velho cabreiro, são personagens de baixa condição

social, pertencentes ao proletariado agrícola, definidos onomasticamente por alcunhas, parecem pertencer a um universo dominado pela rusticidade.

Numa tipologia que se configura com o romance policial, que não sendo um tema usualmente trabalhado por Trindade Coelho, não anda desligado das suas actividades profissionais. Num misto de rusticidade onde se movem os representantes da justiça oriundos da cidade, ressalta um pretexto para Trindade Coelho mostrar a sua generosidade e a solidariedade pelo semelhante, ao mesmo tempo que, mais uma vez, mostra o seu estro literário. O conto para além de apresentar a personagem Manuel Maçores e a localização espacial, dá conta do assassinato de José Candona, o que preocupa Manuel Maçores. Todos os possíveis narratários do texto desejarão, também, deslindar o mistério. Numa analepse própria destes textos, recorda encontros com o pobre pastor, o velho, conforme é apodado pelo narrador. Outra personagem, também, se interroga sobre a morte, um mendigo. Um universo de proletários, gente humilde que tem preocupações como todos os outros.

Manuel Maçores amava Maria Rosa. Uma relação impossível. Ela era a filha do amo. Era rica. Ele, Maçores, era pobre. Casamento só com quem o pai mandasse.

Às escondidas, Maria Rosa entregava-se a Manuel Maçores.

Só Maria Teresa conhecia a relação.

O pai, José Tomás, desconfiado, do namoro da filha, pede a João Ferrador, cujo nome lhe confere o estatuto profissional, para descobrir com quem namorava a filha. Descobriu que era Manuel Maçores que na noite da morte de José Candona dormia no palheiro. Se Maçores, por

sinal, tinha assistido à autópsia de Candona e o sangue lhe tinha soltado pelo nariz, havia razões para o incriminar. Havia que lançar o boato. Maçores que naquela noite havia dormido com Maria Rosa não confessará. Maria Teresa, a velha amiga, que testemunhara o encontro expirara. Maçores nada diz. Não denuncia o seu encontro por amor à namorada. Entra na prisão a chorar. Era o nº 455. Disseram-lhe. Ele não era capaz de ler.

Conto em forma de uma síntese de uma história maior. Talvez uma homenagem a um homem que ele salvou da prisão, um pobre Manuel Barradas a quem Trindade Coelho dedicou o livro “*Anotações ao Código e Legislação Penal*”.³⁵⁷

Sobre a relação de Manuel Barradas com Trindade Coelho que ficou por algum tempo leia-se *Revivendo o Passado*.³⁵⁸

III. 2.2. Amorzinhos: Contos trazidos da tradição oral³⁵⁹

De todos os contos constantes do livro *Os Meus Amores*, cabe a sua autoria a Trindade Coelho. Convencionou dividi-los em *Amores Velhos* e *Amores Novos*. Na terceira edição saída em 1901, decidiu o autor acrescentar quatro outros contos a que deu o nome de *Amorzinhos* constituídos por quatro textos que Trindade Coelho foi buscar à tradição oral.

É do conhecimento público a relação afectuosa que o escritor nutria pelo povo, de onde ele emergiu e de que se sentiu representante daqueles que tendo menos capacidade que ele, seriam, em contrapartida,

³⁵⁷ *Autobiografia e Cartas*, p. 50.

³⁵⁸ Lourenço Cayolla, *Revivendo o Passado*, Imprensa Limitada, 1929, pp. 244-248.

³⁵⁹ Trindade Coelho, *Jornal Branco e Preto*, nº 84, Lisboa 7 de Novembro de 1897.

usufrutuários do seu talento. Sabedor da existência de uma tradição oral colectiva assaz rica e da qual ele não abdica, à maneira de Almeida Garrett que, a propósito da publicação do *Romanceiro* que fixa muito da produção oral que andava dispersa e que escreve:

O nosso cancionero passou sempre por ser o mais rico; e é decerto o mais antigo, porque as citadas colecções de Resende, do Colégio dos Nobres, e de D. Dinis vão até o século XIII e XIV. *Romanceiro*, torno a dizer, não o coligimos nunca; mas na tradição oral do povo, e dispersos pelos livros de vários autores e por alguns raros manuscritos, anda uma grande riqueza que ainda se não tratou de ajuntar e apurar como ela merece e como tanto precisamos.³⁶⁰

É Trindade Coelho por seu turno “obrigado” a passar para o povo contos que faziam parte da sua memória colectiva. Se ao povo e à população em geral divulgou os contos de cariz popular que produziu, era natural que outros, também de cunho popular, fossem fixados e transmitidos, porque, de outro modo, correriam o risco de se perderem.

Todos sabemos que a evolução das sociedades agrárias e a conseqüente transformação, arrastam consigo o definhamento, a falência e o desaparecimento de hábitos e tradições que a falta de prática e de utilização provocam, por outro lado, o desenvolvimento tecnológico e a industrialização que o país experimentava, alteravam as condições de trabalho e de convívio da população. Homem de aldeia, deslocado para um cosmopolitismo de que não pode abdicar, vai assistindo a alterações inevitáveis nas condições de vida das populações, pondo em perigo a literatura tradicional de transmissão oral.

³⁶⁰ Almeida Garrett, *Cancioneiro II*, pp. 34, 35.

Côncio do seu papel na sociedade, como jurista, jornalista e também como educador, acaba por ter preocupações sociais que o levam a dedicar-se não só à preservação do património como também aos costumes, digamos bons costumes dos meios por onde passa. Nos seus contos subjazem projectos de vida a que ele aderiu, quer, criticando como no conto “Para a Escola”, “Manhã Bendita”, e “Manuel Maçores”, emblema do que tentou passar para que uma sociedade mais justa fosse aquela onde habitou e que pretendia dar àqueles que da injustiça eram vítimas.

Em carta que escreveu a Louise Ey afirma Trindade Coelho que

A Arte é uma forma bela de Moral. O Artista é um Moralista. Como eu sou um pouco artista e o meu íntimo não é mau, as minhas obras, os meus contos, serão sob a feição exterior em que colabora a observação dos sentidos e da inteligência, factos interiores, em que colaboram as minhas qualidades anímicas.³⁶¹

Trazido da tradição oral, o primeiro conto pertencente ao capítulo *Amorinhos*, denomina-se “O Conto das Três Maçãzinhas de Ouro”, dedicado a D. Carolina Michäelis de Vasconcelos (1851-1925) com quem se cartou pedindo esclarecimentos sobre matérias como a língua portuguesa, por exemplo, e que está na origem da *Autobiografia*³⁶² levada a cabo por Henrique Trindade Coelho, conforme escreve no Prefácio, confessando “uma extraordinária admiração e simpatia”. O narrador dá-nos conta da existência de um pai e de sete filhos que são postos no mundo para buscarem meios para a sua subsistência, uma vez que o pai não dispunha de condições para os manter. Pai e filhos são caracterizados a partir do que fazem. O espaço não nos é definido. É o

³⁶¹ *Autobiografia e Cartas*, p. 76.

³⁶² *Autobiografia e Cartas*, Prefácio, p. XI.

mundo. Depois de partirem com um bocado de pão que pediram ao pai, exceptuando o mais novo que lhe pediu a bênção, voltam a encontrar-se passados sete anos.

O mais jovem traz consigo três maçãzinhas de oiro que lhe tinha dado Nossa Senhora, o que suscita a cobiça de dois dos irmãos. Matam-no e enterram-no com as maçãzinhas de oiro.

Depois de algumas peripécias próprias dos contos de tradição oral, ficaram a saber que graças à Virgem Santíssima o corpo do irmão mais jovem sobe ao céu, tendo a terra engolido os dois outros irmãos assassinos. O mal vencera o bem. As boas acções, a modéstia e o comedimento ultrapassaram a ganância, a cobiça e a inveja. Um princípio a reter para quem do conto faz uma leitura mais imediata.

O segundo conto com um *incipit* característico do contar, tal como todos os outros que fazem parte deste capítulo “Era uma vez” remete o leitor para uma efabulação que envolve, quem quer que leia ou oiça, numa auréola ficcional. A presença do rei e da filha constituem-se como argumentos capazes de fazer prender os mais jovens ao que se conta, no âmbito de uma oralidade, aprendida na infância e que perdura por muitos e largos anos.

Isabel, filha do rei, sofre todas as vicissitudes que o título do conto antevê “A infeliz desgraçada”. Casada, depressa se desliga do marido, graças ao comportamento e às virtudes invulgares de um cavalo cardano. O fantástico e situações anormais conduzem-na ao casamento com o rei. A relação nupcial é interrompida com a ida do monarca para uma batalha, depois, com a expulsão de casa.

A vida volta à normalidade. Isabel vai reencontrar o pai e o marido. E como se tratasse de um conto onde as boas maneiras fossem relevadas, dirá Isabel aos filhos, de modo subtil onde a aprendizagem dos costumes se adquire ao ritmo de um conto que se conta

“Os meus meninos têm muito preceito, que o preceito é tomar a bênção primeiro ao pai e depois à mãe e depois ao avô”.³⁶³

“O Conto das Artes Diabólicas”

Um conto na linha do fantástico³⁶⁴ em que duas personagens sofrem sucessivas metamorfoses, tendo em vista o extermínio de um pelo outro. Afilhado e padre/padrinho tentam dominar o outro, procurando a transformação no mais poderoso. A ganância, a argúcia, o poder e a astúcia do padrinho são vencidos pela inteligência e generosidade de um filho em relação ao pai, que não aceita a prepotência do Padrinho/Padre que o tenta dominar, vencer e aniquilar.

Se admitirmos que o comportamento do Afilhado se define por uma isotopia da sobrevivência através do bem e que o Padrinho se comporta nas antinomia do afilhado, fácil é imaginar o final do conto. Com efeito, terminará o narrador

³⁶³ *Op. Cit.*, p. 338.

³⁶⁴ São desta época alguns contos fantásticos que ficaram célebres pela pena de figuras importantes da literatura portuguesa, que vale a pena citar:

1865 – *Contos Fantásticos* – Teófilo Braga

1868 – *Contos* – Álvaro de Carvalho

1882 – *A Cidade do Vício* – Fialho de Almeida, apresenta alguns contos fantásticos, como *Abandono do Pombal* e *Mefistófeles* e *Margarida*.

1893 – *O País das Uvas* – Fialho de Almeida, apresenta alguns contos fantásticos, como *A Taça do Rei de Tule* e *A Princesinha das Rosas*.

1866-67 – *Prosas Bárbaras* – Eça de Queirós. Publicadas como folhetim na sua maioria na Gazeta de Portugal. Saíram postumamente como livro em 1903 com introdução de Jaime Batalha Reis que alude à arte e à literatura rústica e fantástica, p. 21.

Ali acabou o padrinho com a existência, e ele ficou feito anel no dedo da princesa.³⁶⁵

O bem sinónimo de vida, de anel, de relação com a princesa prevaleceu e venceu o padrinho provocando o fim da vida ao padre.

“A Parábola dos Sete Vimes” insere-se no conjunto de textos a que Trindade Coelho denominou de “Folhetos para o Povo”³⁶⁶.

É um conto construído a partir de uma fábula de Esopo, onde se releva o poder da solidariedade, da união, da cooperação e da colaboração em oposição ao individualismo, isolacionismo e egocentrismo. Sete pessoas juntas, sejam irmãos ou não, com laços de família ou não, conseguirão mais juntos que um elemento a actuar de forma isolada.

III. 2.3. Outros Amores. Um produto de emoções³⁶⁷

Nem toda a produção de Trindade Coelho foi publicada durante a sua vida. *Autobiografia e Cartas*, um dos seus livros mais conhecidos, foi editado em 1910 graças à iniciativa de seu filho Henrique e é nessa obra póstuma que muitos dos estudiosos trindadeanos vão buscar a seiva para o estudo deste polígrafo transmontano.

Fazendo do conto a sua obra ficcional por excelência, não se tendo envolvido em géneros de grande fôlego, deixando esse aspecto particular da sua criação para as obras de carácter jurídico, Trindade Coelho viu a sua escrita repartida por jornais e revistas e é nesses periódicos que dá a conhecer e se mostra como o contista que, realmente, foi. *Os Meus*

³⁶⁵ *Op. Cit.*, p. 347.

³⁶⁶ *Autobiografia e Cartas*, p. 32.

³⁶⁷ Trindade Coelho, *Jornal Branco e Preto* n.º 84, Lisboa, 7 de Novembro de 1897.

Amores recebidos com grande entusiasmo em 1891 e uma segunda edição em 1895 são a sua obra maior como contista, tendo lançado uma terceira edição em 1901 com alterações relativamente às anteriores, e é desta terceira edição que nos servimos para análise da obra de Trindade Coelho. Escrevendo sempre, e muito, repartindo-se pelas várias competências de que era dotado, sem esquecer a jurisprudência, seu ganha-pão, e terminando a sua existência de forma inopinada, é natural que alguma prosa ficcional, dedicada ao conto, ficasse por publicar, em livro.

Com efeito, Feliciano Ramos em 1947³⁶⁸ dá conta da existência de seis contos que não tendo sido publicados, mereceram daquele estudioso a sua atenção, transcrevendo-os no livro que sobre Trindade Coelho dedicou um dos estudos mais avançados, mencionando os seguintes contos a que deu o nome de Contos Esquecidos, embora o conto *Arrulhos* venha inserto na 1ª edição.

- *Arrulhos, Primeiro Amuo, Os Avós, Manuel Mocico, Fiel e Borboleta.*

Viale Moutinho levou a cabo a publicação de *Outros Amores* que considerou³⁶⁹ “um primeiro encontro com os materiais de ficção de Trindade Coelho que, até àquele momento, se encontravam dispersos por jornais, revistas e obras que passaram já à categoria de raridades bibliográficas”.

Compõem esta obra, presumivelmente, publicada em 1985, porque o Prefácio escrito por Viale Moutinho é de Abril daquele ano, nove contos, sendo sete completos e dois fragmentados. “Tragédia Rústica”, “Arrulhos” e “Batalhas Domésticas” figuram nas duas primeiras edições

³⁶⁸ *Op. cit.*, p. 223.

³⁶⁹ *Op. cit.*, p. VII.

de *Os Meus Amores*, tendo posteriormente sido retirados, não constando a partir da 3ª edição. Em carta escrita a Paulo Osório em 2 de Abril de 1901, explica Trindade Coelho o porquê da retirada destes contos

As duas primeiras edições tinham aquelas 50 páginas – infames: *Tragédia Rústica* (que eu quis retocar, e de que saiu num voo inesperado, um conto novo: *Manhã bendita* – como uma flor azul pode nascer dum estrume). – *Arrulhos* (uma indecência) e *Batalhas Domésticas* (uma porcaria).³⁷⁰

Os contos constantes de *Outros Amores* são:

Tragédia Rústica, *Arrulhos*, *Batalhas Domésticas*, *Maria*, *Borboleta*, *Fiel*, *Manuel Mocico*, *Primeiro Anuo* e *Os Avós*.

“Tragédia Rústica”

Este conto que tem a encimá-lo a indicação “Mogadouro de segunda-feira de Entrudo, Tapada dos Nobres, Alentejo, à porta do José Grilo”, vindo a lume na 1ª e 2ª edições de *Os Meus Amores* é retirado da 3ª edição, sendo esse facto comunicado a Paulo Osório, como atrás já ficou escrito, e a Louise Ey em carta escrita em 7 de Julho de 1902 ao dar origem a *Manhã Bendita*

Um cardo transformou-se num lírio!

Tragédia Rústica era no caso real, acontecido quando eu era delegado em Portalegre, e não lhe tinha afeição por não ter sido criado por mim, e porque era mau... A comparação dos dois contos deve ser interessante para o seu lindo espírito,³⁷¹

Conto constituído por catorze páginas, dividido em três partes a que corresponde cada um dos algarismos romanos assinalados no texto.

³⁷⁰ Paulo Osório, *Cartas de Trindade Coelho* (1908-p. 25).

³⁷¹ *Autobiografia e Cartas*, p. 81.

A primeira parte localiza-se em casa de José Grilo, na madrugada de segunda-feira de Entrudo, que acolhe uma criança que lhe é depositada à porta de casa.

Narrador onisciente apresenta as personagens que se vão definindo através da sua actuação face à presença de um elemento estranho na família José Grilo, o homem da casa, é assumido como a personagem mais importante. É ele que toma a atitude necessária à sobrevivência do bebé que lhe é depositado à porta. Ele é que se lembra do que há a fazer e dá instruções para que alguém venha dar o leite à criança, enquanto a mulher, a senhora Joana se lamenta do acontecido, roendo-se de ciúmes. Não olha a despesas para que a criança sobreviva

“Despediu imediatamente a filha, a Ana, à procura da Brites que chegasse a peito ao inocentinho”

“ – Que se não demore... Que se lhe paga aquilo que for”.³⁷²

Por seu turno, a mulher, dando mostra de grande infelicidade, chorava e gritava

“- Ai Jesus que estou perdida”

“Má hora em que me eu casei”³⁷³

José Grilo é retratado como uma personagem equilibrada e que, face ao aparecimento da criança em casa, se mostra receptivo e capaz de resolver a situação. Talvez possa ser desenhado como um alter-ego de Trindade Coelho, já que o narrador parece mostrar alguma apetência pelo personagem José Grilo que é casto e seriíssimo diante da mulher desconfiada. Por outro lado, talvez esquecendo-se da sua situação de

³⁷² *Op. cit.*, p. 9.

³⁷³ *Ibidem*, p. 9.

narrador heterodiegético que se limita a contar, trata-o por “o amigo José Grilo”.

À maneira do texto realista em que o narratário tem necessidade de saber e “exige” que lhe sejam justificados os procedimentos e o porquê, há no texto realista horror ao vazio informativo³⁷⁴. Como se pretendesse explicar a presença do “embrulho” à porta de José Grilo, o narrador, através de uma analepse situa-se na Quarta-feira anterior ao Domingo Gordo, portanto, nos dias antes de ter sido feito o depósito em casa do José Grilo.

Para o narratário mais distante da compreensão da história, em forma de epígrafe somos localizados no tempo e no espaço da acção contemplada pela segunda parte:

“Quarta-feira anterior a Domingo Gordo. Monte do Rodeio. Em casa de António Palma, casado com Rufina Maria”.³⁷⁵

Facilmente integrados no acontecimento que nos é relatado, confortados por um cicerone que tudo sabe e que tudo conta, que é um narrador onisciente e heterodiegético, vamos acompanhando a dinâmica dos personagens em casa do casal António Palma e Maria Rufina que acolhem Francisca Fortunata que, contrariamente, ao seu nome é alguém desafortunado que rompeu a sua relação com José Tomás, seu marido, negociante de gado. Não lhe faltam os epítetos para o seu comportamento e por extensão, ao seu corpo. Assim, podemos saber que tem “ventre alçado” e que é desavergonhada, mulher gorda, muito esfalfada e de grande miséria.

³⁷⁴ Veja-se *Poétique 16*, Seuil, 1973, Philippe Hamon “Un discours contraint”, p. 441: “On pourrait donc dire que le discours réaliste a horreur du vide informatif, et qu’il refusera les procédés dilatoires en général”.

³⁷⁵ *Op. cit.*, p. 11.

A pedido de Fortunata e face à sua situação de miséria, provocando, também, debilidade mental no marido José Tomás que “anda por esses caminhos que parece doido”³⁷⁶, António Palma e Rufina dão guarida a Fortunata até quatro dias após o parto. Como se não fosse igual às demais, Fortunata pela pena do narrador “desentupiu e teve um filho” que irá ser raptado pela avó que o irá abandonar à porta de José Grilo naquela madrugada de Fevereiro quando nevava.

Quebrado o vazio, aparentemente criado pela presença da criança, cuja procedência vemos esclarecida, o narrador volta à casa de José Grilo dando início e fim à terceira parte do conto.

Graças à boa vontade de José Grilo, a criança sobreviverá porque alguém a amamentará. Luísa, a mulher do moleiro e Doroteia, a filha do António das Varedas serão o amparo da criança nos primeiros tempos de vida. José Tomás, o marido abandonado, pai da criança, confortá-lo-á. Chorara para que lhe dessem o seu filho. Delegando a moralidade numa das personagens, num anónimo de um grupo, afirma “Um pai deve sempre beijar o seu filho” e foi isso que José Tomás fez “sempre de joelhos sobre a neve, foi para ela de mãos postas, humilde como um rafeiro...”³⁷⁷.

Voltando ao início e à razão de ser do conto, recordemos Trindade Coelho que afirma que se tratava de um caso real acontecido quando se encontrava em Portalegre, e não lhe tinha afeição por não ter sido criado por si, e porque era mau... Se os sinais de pontuação com que terminava a sua explicação permitem abertura ao campo da imaginação e fazendo a comparação com a *Manhã Bendita*, conto em que se transformou o texto

³⁷⁶ *Op. cit.*, p. 12.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 19.

modificado a partir de *Tragédia Rústica*, pensamos que o facto de não ser um conto com uma história de Trás-os-Montes feito em Trás-os-Montes com personagens da sua terra, tê-lo-ão suscitado a alteração, graças, também, à sua capacidade exímia de síntese, contudo não se afigura que a qualidade tenha melhorado graças à redução sintagmática operada da primeira edição para a terceira. Qualquer das versões se enquadra na linha de pensamento de Trindade Coelho que se esforçava por fazer da arte um campo de moral que pode muito bem significar, gramática de costumes, abonatório de valores e promotora de bem-estar. José Grilo é bem o representante de todos os que solidariamente se disponibilizam para minorar e aliviar o sofrimento alheio conhecido ou desconhecido.

“Arrulhos”

Dedicado a A.M. da Silva Gaio saiu pela primeira vez no *Diário Ilustrado*, segundo Feliciano Ramos³⁷⁸, tendo sido reproduzido em diversos jornais portugueses. Em 28 de Fevereiro de 1883, o jornal de Vigo *La Concordia* publicou-o em espanhol com o título de *Las Palomas*, omitindo o nome do autor, tendo sido truncado de algumas passagens. Sabedor do facto, Trindade Coelho insurge-se contra este comportamento, reclama junto do jornal galego que se apressou a declarar em 8 de Março seguinte que

“el articulo literario titulado: “Las Palomas”,... es traduccion del português y original del Sr. D. Trinidad Coelho, aventajadissimo estudiante de tercer año de derecho en la Universidad de Coimbra”.³⁷⁹

³⁷⁸ *Op. cit.*, p. 276.

³⁷⁹ *Op. cit.*, p. 276.

Note-se que a carta não saiu no jornal viguês, tendo Trindade Coelho, ao recebê-lo pedido ao *Diário Ilustrado* que a publicasse.

Uma história de animais tão ao jeito de Trindade Coelho. Pombos que são pessoas e que antropomorfizando-se revestem o conto de vidas como se de humanos se tratasse.

Compartimentando o conto em três partes de acordo com a sua localização espacial, podemos identificar a primeira parte situada no pombal da Morgada, senhora muito rica, de vinte e cinco anos e outras tantas quintas, viúva antes de casar, segundo afirmação do narrador e que à causa dos pombos dedica grande parte da sua vida. Em sua casa, de um casal de pombos, muitos outros se procriaram. É aí que vive um casal que foge à poligamia desenfreada. Ela, uma pomba branca, de uma alvura impecável de neve, ele um pouco rajado, preto e cinzento de nuances azul-escuro. Como se fossem pessoas, ele suspeita e receia as infidelidades dela. Ela farta-se dele e muda de espaço.

Perfeitamente identificado no branco tipográfico do papel, quase contíguo ao pombal da Morgada, a três quilómetros, havia o solar do abade das Donas e é para aí que se desloca a pomba saída de casa da Morgada. É fugaz a sua permanência na “nova casa”. De gorda e bem tratada, flácida, de penugens, de carnação consistente e apetitosa, começa a emagrecer, sem forças para voar, encolhida, tristonha. É agora uma intrusa. Resta-lhe regressar ao local onde fora feliz.

A terceira parte é marcada pelo regresso ao ponto de onde, inicialmente, partira. Recorda tempos recuados. Um pombo negro investe com a pomba. Cai no chão, sangrando. Um olho arrebitado e um bico aberto. Morre.

Narrador atento, vivendo o momento que passa, interpela o narratário porque para além da pomba branca havia mais mundo. E o rajado? Questiona o narrador. Para que saibamos tudo, rajado, ao invés, continuava feliz, beijando o colo da morgada, arrulhando, e debicando sempre.

Ao conto, na linha de outros escritos por Trindade Coelho em que a morte, a denúncia, a precariedade da vida, se afirmam como a grande linha sintagmática proposta pelo narrador que à *Choca* e *À Mãe*, é conferido o mesmo desenlace.

Acerca deste conto, Feliciano Ramos afirma

no conto *Arrulhos*, onde há cenas de infidelidade, ciúme, vingança e também manifestações de sentimentos de dignidade, que mais parecem convir a seres humanos do que a pombas propriamente ditas. O conto, sob alguns aspectos, pressupõe uma atitude moralizante, que se traduz pela condenação da infidelidade conjugal e do abandono do lar. A pomba, que caiu nestes dois percalços, pagou com a vida o seu crime.³⁸⁰

Sabendo que, para Trindade Coelho, a arte é moral, a apreciação atrás citada vem ao encontro daquilo que o escritor pensava sobre o que escrevia. Vejamos o que sobre o assunto escreve a Louise Ey em carta que lhe dirige a 16.6.902

O simbolismo, afinal, vem a ser o perfume moral da obra de arte. Debaxo deste ponto de vista, a arte não pode deixar de ser toda simbolista, porque precisa toda de ser moral, sob pena de não ser arte. Não vale, pois, a pena prender-se a gente com palavras, e muito menos architectar teorias. A Arte é a Arte: é uma Forma bela da Moral. O Artista é um Moralista. Como eu sou um pouco artista e o meu

³⁸⁰ *Op. cit.*, p. 170.

íntimo não é mau, as minhas obras, os meus contos, serão, sob a feição exterior em que colabora a observação dos sentidos e da inteligência, factos interiores, em que colaboram as minhas qualidades anímicas.³⁸¹

“Batalhas Domésticas”

Dedicado a Luís Trigueiros, é um conto diferente. Não se tratando de um conto rústico, onde os bons costumes são a imagem da gente humilde que Trindade Coelho retrata, ao invés, aquilo que é perverso domina o comportamento de uma personagem que marca a derrota de uma batalha doméstica. Narrativa de leitura obrigatória até à última frase para chegarmos ao epílogo.

O título do conto é, por si, premonitório. Batalha é sinónimo de luta, tendo em vista uma conquista. Neste caso a luta no quotidiano, numa tentativa de estar bem e viver em paz e em concórdia.

Podendo dividir-se o conto em partes, consideremos as várias batalhas desenvolvidas ao longo do texto. Joaquim Seabra, órfão de pai e de mãe, muito precocemente, consegue ultrapassar esta situação graças aos préstimos do reitor que assistiu à morte do pai, João Seabra. Inicialmente marçano, passa a caixeiro, para, depois, ocupar o lugar de empregado de escritório.

A partir de um texto descritivo, o narrador vai dando conta da vida de Joaquim Seabra que nascera numa aldeia da Beira, nas abas da serra da Estrela, mas de cujo nome não se lembra. Um discurso modalizante e um referente que todos conhecem, a serra da Estrela, aproximam o narrador do narratário, acaba por tornar a história mais verosímil, fazendo com que o narratário adira mais facilmente ao acto de narrar e

³⁸¹ *Autobiografia e Cartas*, p. 76.

onde a oralidade também se institucionaliza. “E aqui rompe a história: e se é do agrado dos senhores, comecemos”³⁸².

O desejo de voltar ao local da sua infância, dos seus companheiros de escola e a imagem da rapariga loira, levam-no a pedir aos patrões para visitar a terra. A mudança de espaço e o casamento com Emília pode marcar a segunda parte do conto, ao mesmo tempo que, metaforicamente, se deu por concluída mais uma batalha cuja vitória se liga ao consórcio entre Joaquim Seabra e Emília.

A posterior instalação do casal em Lisboa, vivendo a conjugabilidade que se auspícia de felicidade, num quotidiano de trabalho e num paralelismo de vontade marca a terceira parte do texto, onde a batalha pode ser definida por um armistício, conseguidos que foram os objectivos de Joaquim Seabra em harmonia com a ainda inexperiente esposa.

À medida que vamos habitando na escrita, numa tentativa de a observarmos na sua totalidade, deparamo-nos com uma interrupção na sua diegese através, não só de sinais de interrupção, como da utilização da adversativa “porém”. “Em certo dia, porém”; progressão temporal marcada por uma oposição à sintagmática antecedente. Uma afirmação concisa vai alterar a descrição até então recebida “A minha madrinha está muito mal”. Para manter a coerência e a coesão textuais, a personagem Joaquim Seabra reagirá de acordo com a notícia recebida “estacou, como que fulminado”, tendo um pressentimento, ao mesmo tempo que ordena à empregada que se cale.

³⁸² *Outros Amores*, p. 33.

À maneira do romance policial, algo de misterioso terá acontecido. Algo que é preciso esconder e que, provavelmente, poderá fazer parte do pudor familiar.

Através de uma simbologia difícil de decifrar, o narrador divaga, colocando cada vez mais distante a compreensão do texto num discurso inabitual em Trindade Coelho. É preciso reflectir, congeminar, extrapolar e matutar para num texto que, parecendo regressado ao barroco mais obstinado, se afigura querer afastar o leitor do *explicit* do conto.

Finalmente “Mais vinho”.

Numa moldura gráfica de nove páginas, cinco a tornarem um conto labiríntico, onde a porta de saída estava difícil de encontrar.

Um conto distante da produção que Trindade Coelho nos foi oferecendo, talvez por isso o tenha incluído somente na 1ª e 2ª edições, para o retirar nas edições subsequentes.

A propósito deste conto, Oliveira Martins, em carta endereçada em 17 de Julho de 1891, depois de elogiar os contos de *Os Meus Amores*, diz a propósito de *Batalhas Domésticas*

já lhe não digo o mesmo das *Batalhas Domésticas* que, segundo a nota, representam outra face do seu trabalho. O estilo torturado à busca de efeitos singulares nunca valerá a espontaneidade singela da verdade ingénua. Se me dá licença para lho dizer, não se deixe arrastar pelo realismo à *la mode* que afinal é o mais avesso que há da realidade.

Dê-nos muitos contos como os da primeira série e creia V. Exª que terá dotado as letras práticas com livros de um valor singular³⁸³

³⁸³ Feliciano Ramos (1947, p. 293).

“Maria”

Saiu pela primeira vez no *Comércio do Porto Ilustrado* em 1893³⁸⁴.

Texto em prosa constituído por nove capítulos numa matriz de dezassete páginas. Não sendo genuinamente um conto, antes um poema em prosa, iniciado com o subtítulo de *Invocação*, tendo como epígrafe “Alma da Mulher: escuta a minha alma! Tudo o que vais ouvir é vivido...”³⁸⁵.

Não tendo sido escolhido por Trindade Coelho para inserir em *Os Mens Amores*, naturalmente, porque não se tratava de um género que se enquadrasse naquele título, filia-se nos propósitos de Viale Moutinho quando lançou a público *Outros Amores* já que era um texto que se encontrava disperso e que, segundo o organizador dos textos, pertencia à categoria de raridades bibliográficas.

Segundo Viale Moutinho trata-se de

outra irrupção sem precedentes nem sequentes, numa experiência, diríamos, de escrita automática com os materiais do subconsciente do escritor, pois detectamos nessa peça literária fragmentos da sua correspondência, abrindo caminhos para uma inteligência da vida mental de Trindade Coelho.³⁸⁶

Se *Invocação* pode, também, ser sinónimo de apelo para inspiração, este texto é muito mais uma evocação feita em forma de monólogo a um elemento do sexo feminino, supostamente, objecto de uma paixão do narrador em forma de sujeito poético, uma vez que o texto é preferencialmente uma prosa poética em detrimento de uma narrativa.

³⁸⁴ Feliciano Ramos, *op. cit.*, p. 318.

³⁸⁵ *Outros Amores*, p. 41.

³⁸⁶ *Ibidem*, *op. cit.*, pp. IV-V.

Deambulando por uma diegese variada, onde a divagação faz lembrar um texto modernista em que alguns excertos não têm qualquer ligação entre si, o produtor do texto literário dá asas ao seu entusiasmo criativo através de um campo lexical abundante que lhe permite escrever até à exaustão, tendo como limite o fim da existência, sentindo-se a sedução da morte. Texto de carácter sombrio e mórbido, põe a descoberto estados avessos à lógica, bem como um sentimento de hostilidade aos homens pressagiando uma doença mental. Alma atormentada plasmada em anseios líricos que a sensibilidade lhe dita, demonstra mais uma vez interesse pelo solo natal com elementos rústicos e campestres, além de outras manifestações poéticas em voga na época em que viveu “Homens que vêm do trabalho. Agora um... logo outro... Às vezes dois, conversando alto:” ou ainda “A doente sem botica, sem pão a grande gaveta escura, escancarada... Coitado!... Coitados!... Levam vontade de comer...” A solidariedade e o sentimento evidenciados por Cesário Verde, António Nobre, Sá-Carneiro e mais tarde por Florbela Espanca parecem já aflorar no texto trindadeano.

À semelhança de outros textos como *Mãe*, *Mater-Dolorosa* e *A Choca*, onde existe a previsibilidade da morte, a que se chega depois de ter percorrido um caminho que acaba inexoravelmente na finitude, seja a do homem, seja a do animal antropomorfizado, Maria transporta consigo as marcas do irreversível e porque já é tarde “o velho namorado, cansado do seu desespero, segue para a morte”³⁸⁷.

O recurso à religiosidade aparece com alguma frequência, denunciando a debilidade deste caudal de pensamento vago, indistinto e fugitivo, resultado de movimentos oscilantes e contraditórios do espírito,

387 Feliciano Ramos, *op. cit.*, p. 204.

transformado em caudal de palavras, onde não faltam quadras populares tão ao gosto de Trindade Coelho. E como se todo o discurso tivesse sido pronunciado ingloriamente e em vão, o capítulo IX, parecendo distanciar-se de tudo o que foi dito, falta só a indicação do caminho para a morte

... para onde nos leva o teu carro?!...

Diz a rir a Mãe-Desgraça:

Prà mortel!...³⁸⁸

“Borboleta”

Conto de nove páginas dedicado a Carlos Augusto Pires, escrito em Coimbra. O texto traz a seguinte data de redacção “Coimbra, Maio de 1883”.³⁸⁹

Consultando o *Dictionnaire des Symboles*, das muitas simbologias que a palavra sugere, é possível verificar que é “un symbole de légèreté et d’inconstance” e ainda “les papillons sont des esprits voyageurs: leur vue annonce une visite, ou la mort d’un proche”³⁹⁰.

Este conto perfeitamente delimitado no espaço e no tempo que pode ser dividido em três partes inicia-se pela apresentação da personagem Fernanda, leitora de livros românticos. *Dama das Camélias* que estava a ler e que estava devidamente marcado com um papel branco, indo quase no fim, o *Werther* de Goethe que o pai lhe comprara a seu pedido e que, naturalmente, iria ler. Em abono da sua ligação ao romantismo, a leitura de *Rafael* de Lamartine que a tinha feito chorar

³⁸⁸ *Op. cit.*, p. 58.

³⁸⁹ Feliciano Ramos, *op. cit.*, p. 278.

³⁹⁰ *Dictionnaire des Symboles*, Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, Paris, Robert Laffont/Júpiter, 1999, pp. 727-728.

imenso. Mulher culta, provavelmente, não deixando de estar actualizada através dos jornais do dia que a criada minhota de olho garço lhe trazia para leitura depois da ceia. Amava as personagens das suas leituras que lhe suscitavam desejos lúbricos que não concretizados provocavam consternação e debilidade.

O pai que lê periódicos e que é apresentado pelo narrador, através do galicismo *robe de chambre* de ramagens, fazendo lembrar Eça nas suas descrições, compõe o cenário capaz de enquadrar as personagens na alta burguesia.

Preocupado com a descrição do espaço, o narrador gasta-se na sua apresentação que a estranhos “faria bocejos”, sinónimo de enfado e aborrecimento já que a casa transmitia um ar de “pacata sonolência”, onde nada acontece. Perpassa em toda a descrição a denúncia de tédio e de inutilidade, onde a decoração do espaço e as leituras românticas acabam por ter efeitos mutilantes, em que o pequeno pormenor e as minudências ocupam o imaginário da personagem Fernanda que parece “muito entretida, toda absorta no exame das florões vermelhos do pano verde da mesa”, ou ainda examinando o posponto numa grande abstracção, tudo sem consciência³⁹¹. É ainda Fernanda, que às leituras dedica grande parte do seu tempo, que nessa noite não lia porque se tal fizesse ficaria triste e choraria, porque na noite anterior levava a chorar e de manhã estava mole.

Neste quadro de tédio, de apatia e de torpor, introduzido pela expressão “Se não quando”, transmitindo a ideia do inesperado e de algo que acontece contra a corrente, pousa a borboleta, como se fosse o elemento mais importante, uma vez que configura o único ser vivo que

³⁹¹ *Op. cit.*, p. 61.

se movimenta e que tem acção além de apresentar atributos de indivíduo racional porque é capaz de estar atenta, medita, escuta, estremece num grande receio ou numa grande alegria.

A entrada da borboleta e o seu esvoaçar constante numa luta pela vida em contraste com a abulia e a indolência da Fernanda e do pai que vê por alto os anúncios do jornal e os dobra vagamente e onde o silêncio é sempre o mesmo, continuando perpétuo, exceptuando as horas que se ouvem nítidas, numa vibração prolongada, parecem pressagiar algo que possa vir a acontecer.

Numa progressão temporal marcada pelo avizinhar da meia-noite e pelo início do parágrafo “Instantes depois a Fernanda entrava no seu quarto”³⁹² e a separação gráfica na folha do texto, inicia-se a segunda parte do conto localizada no quarto de Fernanda com a descrição do *boudoir*, a que o narrador não se furta de utilizar o galicismo. Descrição do espaço e do comportamento da personagem que parece aguardar por alguém. Foi ver a noite, estendendo a mãozita delicada, a sondar a atmosfera. A utilização dos diminutivos na personagem Fernanda e na Borboleta podem denunciar a simpatia do narrador face à fragilidade destes seres retratados, um que luta pela manutenção da vida, a Borboleta, o outro que procura a estabilidade emocional, Fernanda que “Ao meio do quarto parou como ferida de súbito imobilidade, recolhida num pensamento muito íntimo, doloroso talvez”³⁹³.

O tempo corre célere e à medida que a hora prevista se aproxima, o seu corpo, dolorosamente, denuncia um encontro que aspira ao mesmo tempo que uma serenata de Chopin a acompanha em suspiros que parecem desfazer-se em lágrimas. De novo a Borboleta, como se a

³⁹² *Op. cit.*, p. 62.

³⁹³ *Op. cit.*, p. 63.

seguisse nesta plangência que ela esconde, voando perto da mão, ou pousando-lhe no ombro ou descendo pelo braço, mais cautelosa.

A hora marcada era lembrada pelo despertador. Tocaram duas horas.

Quem era, podia entrar porque o pai, que não lhe era indiferente, estava a dormir. “Coitado” seria talvez o epíteto que Fernanda teria para utilizar para alguém que, sendo pai, era o elo mais forte naquela casa, mas que cedera pelo facto de estar já a dormir.

Nada se sabe sobre o epílogo do encontro entre Fernanda e esse alguém a quem foi franqueada a entrada. No quarto ficaram juntos Fernanda e a borboleta que girava doidamente, freneticamente, incinerada, depois, pela chama que crescera.

É o narrador quem afirma, num discurso indirecto livre, numa tentativa de abrir o texto à compreensão “mas ela ao menos morrerá... era bem mais feliz, a borboleta”³⁹⁴

Recuando no nosso texto, vale a pena repetir o que nos serviu de arquétipo numa tentativa de nos aproximarmos de uma simbologia tão ao gosto de Trindade Coelho.

Les papillons sont des esprits voyageurs: leur vue annonce une visite, ou la mort d'un proche.

E quem disse que Fernanda não é um espírito viajante, onde a vida foge toda para a imaginação? E quem disse que o alguém que viu a entrada permitida em casa de Fernanda, não rompeu para todo o sempre com aquela mulher que lia *Dama das Camélias*, *Werther* e *Lamartine*?

“Fiel”

³⁹⁴ *Op. cit.*, p. 67.

Dedicado ao seu amigo Pedro Fernandes Tomás, saiu no *Progressista*, sendo depois transcrito pelo *Comércio da Figueira*. Segundo Feliciano Ramos *O Progressista* escreve na altura

“Partiu para o Mogadouro, sua terra natal, o sr. José Francisco Trindade Coelho, o nosso estimado Belisário das *Variiedades*. Parece que para acentuar mais a nossa mágoa pela sua ausência, esteve a guardar para os últimos números do jornal o seu formoso folhetim *Fiel*. É um conto dos primeiros anos de Coimbra”³⁹⁵.

Viale Moutinho escreve que *Fiel* saiu em 1884, tendo sido muito transcrito na imprensa da época³⁹⁶.

Um conto de cerca de onze páginas, onde o autor, mais uma vez se serve da humanização dos animais para dar lições aos humanos. Por outro lado, este conto retoma o tema já tratado em *Terra Mater* em que uma das personagens faz afirmações deste jaez

Oh! As “sortes”! Se havia coisa mais desgraçada!

(...)

Porque ter sido soldado, ter “andado com as correias às costas” era na tribo uma inferioridade, uma razão de desconfiança, uma agravante:³⁹⁷

Abel, personagem principal deste conto, que vai às “sortes” e fica na tropa durante três anos, adiando, por isso, o seu casamento com Anitas, reflectindo acerca da vida militar dirá

E vinham-lhe então à lembrança todas as cenas do viver da tarimba.

- Um nojo, uma porcaria – rematava – E lembra-me de que passei lá três anos e que só vi uma vez a Anitas³⁹⁸.

³⁹⁵ *Op. cit.*, pp. 277-278.

³⁹⁶ *Outros Amores*, p. XI.

³⁹⁷ *Os Meus Amores*, p. 173.

³⁹⁸ *Op. cit.*, p. 76.

Entre juras de amor, promessas de fidelidade, cantigas ao desafio e de admiração mútua, o narrador numa linguagem muito simples de protestos de paixão, numa tentativa de passar para o papel a naturalidade e o realismo da vida de aldeia suspensa das coisas simples, como o cuco do abade, gabado nas redondezas, a dar horas certas para quem as não tinha. Cicerone e porta-voz da gente simples e humilde que discute sementeiras e recusa aceitar a tributação que lhe é exigida, retrata-nos um Abel como se fosse uma personagem pintada a traço forte com todas as características físicas, psicológicas e sociais, não passando, afinal, de um ser tão só caracterizado pela sua passagem pelo serviço militar e que pretende um casamento que o fará feliz. Personagem a lembrar personagens-tipo a querer sair do papel para se emancipar e pôr em causa a fidelidade jurada numa despedida que provoca choro, ansiedade, desmaio e cuja cura exige recurso à botica, esfregações de vinagre nas fontes, um chá de tília à noite³⁹⁹.

Fiel, o cão que não esquece o dono, que faz jus ao nome que lhe foi posto, merecerá bem o título do conto. Melhor que humanos, ele é aquele que contra ventos e marés não esqueceu. Como se tratasse de um texto circular, termina de forma inequívoca de modo lapidar, encerrando um ciclo amoroso por força da infidelidade da mulher

- Só ele me não esqueceu, o meu Fiel! Só ele!

A moralidade do artista Trindade Coelho, tão ao seu modo.

“Manuel Mocico”

Conto com cerca de nove páginas. Teria feito parte de um conjunto de contos a incluir no livro *Comédia da Província* que não veio a público,

³⁹⁹ *Op. cit.*, p. 75.

não tendo sido datado pelo autor. O *Comércio da Figueira* publicou-o em 1882⁴⁰⁰.

Um conto que poderíamos considerar de personagem porque tudo se desenrola à volta de Manuel Mocico apresentado no primeiro período como uma das individualidades mais características da terra do narrador que institucionalizado como a autoridade do dizer e do saber credibiliza toda a informação que põe à disposição do narratário.

Uma história de vida cujo fim não se deseja, tal a quantidade de peripécias, onde o lúdico parece dominar todo o texto e onde a excepcionalidade dos acontecimentos é campo aberto para outros que desejamos conhecer. A personagem, dada a sua singularidade, fornece um campo isotópico que não se altera muito ao longo de toda a sintagmática. A análise criada à sua volta, pelo narrador, mantém-nos atentos não só para conhecê-lo, mas a conhecê-lo de outro modo porque parece tratar-se de uma personagem pícara porque cada acto ou cada prática podem provocar o riso pelo inesperado ou pelo imediatismo da situação.

Manuel Mocico que é sapateiro vem à terra e a partir daí dá-se a empatia com a população sem que, inicialmente, se saiba por que motivo todos falam dele. De facto, para justificar o ruído em torno da sua pessoa, ele que era sapateiro, veste fraque, colete, usa bengala e passeia-se balançando o corpo. Nos gestos e na fala mostrava toda a sua jactância ao ponto de fazer corar as raparigas. Era objecto de falas e comentários. No tribunal discutia-se a sua pessoa e o valor dos seus adereços. Nos correios descobrem-no sapateiro. Volta ao Porto onde casa e tem filhos. Filhos muitos e uma corja, segundo Mocico. Saudoso

⁴⁰⁰ Feliciano Ramos, *op. cit.*, p. 245.

da sua terra natal, volta a ela e regressa. Só. Saudoso, também, de umas pândegas às escondidas da mulher e da polícia.

Regressado à terra, acumula empregos, que o narrador de um modo irónico vai enunciando, acrescentando o valor do respectivo salário que o habilita a morrer de fome na louca convicção de quem tem dinheiro⁴⁰¹.

Vivendo ao nível do parecer, domina um conjunto de actividades que fazem dele pessoa importante na terra. Como sacristão está ao ponto de ombrear com o prior no domínio da língua latina que ele papagueia mas não entende. Quanto a baptizados, ousa falar pela criança em latim, ao mesmo tempo que o sino badala na proporção do dinheiro do padrinho. A festas e a procissões não ousa faltar, porque ele, o melhor garfo do concelho, e um dos melhores copos do universo, na douta apreciação do narrador, janta em casa de todos os mordomos e bebe desalmadamente para ficar três dias a dormir, evitando que o relógio toque ao meio-dia gerando grande perturbação nos hábitos domésticos da terra. Como músico são variadas as suas aptidões. É um faz-tudo da terra a completar o naipe de figuras que podiam perfeitamente ser *Os Tipos da Terra*, numa perspectiva lúdica como o lado oposto a outros contos “mais sérios” que Trindade Coelho nos apresentou. Digamos que este conto é um outro lado do poliedro que faltava aparecer à comunidade leitora. Mocico é aquilo a que se pode chamar uma personagem castiça e risível, facilmente observável nas terras de pequena dimensão.

“Primeiro Amuo”

Conto de cerca de cinco páginas, dedicado a Licínio Costa.

⁴⁰¹ *Op. cit.*, p. 86.

Dos manuscritos adquiridos pela Câmara Municipal de Mogadouro, dos quais constavam 38 folhas escritas de ambos os lados, excepto a última que constituíam o conto *O Enjeitado*, pertenciam ainda seis contos, um dos quais *Primeiro Amuo* que foram publicados, na totalidade com o título *O Enjeitado e outras ficções inéditas*, com prefácio e organização de texto de José Viale Moutinho e edição de João Azevedo Editor, Mirandela 2001, com apoio da Câmara Municipal de Mogadouro, uma vez que aparece na contracapa o logótipo da edilidade mogadourense.

Compulsando o texto publicado em 2001 que apresenta ainda, o fac-símile do manuscrito, com o constante no livro *Outros Amores*, verificamos que as versões são diferentes.

Segundo informação de Feliciano Ramos que transcrevemos na íntegra

Conserva-se ainda o manuscrito da redacção primitiva deste conto, a qual difere, e alguns passos, do original publicado. No final da narrativa apenas deu indicação da terra onde foi escrito: “Coimbra”. É dedicado a Licínio Costa e apareceu e folhetim do *Diário da Manhã*.⁴⁰²

Dado que Trindade Coelho concluiu os estudos em 1885, é muito provável que este conto tenha sido escrito numa data nunca posterior ao final do curso.

Um conto que se afasta da temática dos outros escritos por Trindade Coelho. Num ambiente de aristocracia, a viscondessa aguarda a chegada do marido, o visconde que saíra de casa, deixando-a só, preterindo-a e favor de um jogo no clube, com a promessa de não se demorar.

A espera é motivo para o narrador traçar um quadro voluptuoso em torno da personagem viscondessa e do espaço que a envolve, em

⁴⁰² *Op. cit.*, p. 277.

detrimento do marido que é um estroina, arrojado em paradas e perdido pelas desforras.

Abundante na adjectivação relativamente à viscondessa, estrutura um quadro de lascívia distante da simplicidade e humildade e nos antípodas do *Idílio Rústico* que mereceu alguns comentários jocosos de Camilo Castelo Branco.

E assim, vamos imaginando o que será o encontro de uma mulher que à uma hora da noite aguarda a chegada do marido, um estroina, por sinal. Mulher que é viscondessa, loura adoravelmente franzina e *mignonne*, alva de neve, fresca e veludínea como uma camélia, aguardando num gabinete, um pequeno ninho de ave chilreante.

A viscondessita, o narrador utiliza o diminutivo, tentando a aproximação afectuosa à personagem, tem nos cabelos fios dourados, num fluido de abstracção um pouquinho sensual e vaga.

Retendo e alimentando a imaginação da viscondessa e de quem lê, cria um discurso suspensivo através do verbo lembrar em forma iterativa “a lembrar-se... a lembrar-se”.

Com um cenário a condizer e a mostrar em todo o seu esplendor a personagem, “uma luz muito clara que acendia fulgores no morno dourado daquela cabecita redonda”.

Porque a mulher vale, sobretudo, pelo físico que o narrador vai desenhando, é ele, narrador, que, por vezes, interpela o narratário, suscitando-lhe o desejo da carnalidade. “De sangue então não lhes conto nada”⁴⁰³, E era esse sangue que a fazia lânguida agora, exaltada instantes depois. Não se esquecendo das “pequeninas dentadas na polpa fresca dos seus lábios de romã eternamente húmidos e eternamente famintos

⁴⁰³ *Op. cit.*, p. 88.

de beijos daquele homem novo e forte que era o seu marido havia meses”⁴⁰⁴.

Considerando o conto dividido em três partes, a primeira que acabámos de demarcar é a descrição da viscondessa, cujo nome desconhecemos, e no seu retrato físico, de mulher só, ávida, ansiosa pela presença do marido, noivo de há poucos meses, antegozando uma noite de amor, ao mesmo tempo que intui uma “vingançazinha”.

Cansada de esperar, a viscondessa irá sobraçar-se no tálamo nupcial, pretexto para o narrador continuar a sua descrição acerca da personagem “Sob o cetim rosa da colcha as formas do seu corpo escultural tinham um novo encanto na fascinação arrebatadora das curvas salientes que eram uma provocação ao pecado. Sobre o branco das almofadas o oiro daquela cabeça mudava de tons e de cambiantes a cada nova posição”.

Impossível de conter a descrição da personagem, como se estivesse a assistir a algo que parece indizível e para quem os adjectivos faltam, sem os utilizar em abundância, de uma forma simples, dentro de um cânone realista relevante para esta forma simples tão curta de paginação

No abandono de quem dorme deixara ela a descoberto perfeições indizíveis de plástica, maravilhas de contornos e primores fascinantes de carne. Era delicioso o exame daquele corpo de mulher quase nua, vista naquele abandono e naquela espécie de moleza geral em que toda ela parecia vaporizar-se, dissolver-se, fazendo-nos pensar nas mulheres fantásticas dos delirantes sonhos orientais⁴⁰⁵,

A terceira parte constituída pelas sete últimas linhas. Nesta melopeia de lascívia e ante um cenário lúbrico mais que previsível, natural seria

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 89.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 90.

que a vingança não acontecesse, nem a viscondessa fosse para o clube quando o visconde voltasse.

Ao ouvido a viscondessa entende o murmúrio do riso do marido. A inevitabilidade do perdão e a vingança adiada.

Um conto de amor descrito em linhas da escola realista que Trindade Coelho absorveu, embora este realismo conforme à nova expressão de arte, à maneira de Eça de Queirós, ainda estivesse titubeante a dar os primeiros passos.

“Os Avós”

Segundo Feliciano Ramos⁴⁰⁶ é apenas o trecho de um conto inédito que foi redigido em Coimbra e publicado com data de Dezembro de 85, aparecendo depois da assinatura do autor a seguinte nota: “*Da Estudantina*, no prelo”. *A Estudantina* era um livro que os jornais chegaram a anunciar, mas cuja publicação não se efectivou.

Viale Moutinho, por seu turno⁴⁰⁷, dá-o como saído na *Nova Alvorada*, estando no original datado de 17 de Abril de 1884.

Embora Feliciano Ramos escreva que o manuscrito completo se encontrava entre os papéis do contista, os mesmos não faziam parte dos que em 2001 serviram para a publicação de *O Enjeitado* e outras ficções inéditas.

Conjunto de cerca de seis páginas, de um conto incompleto. Um nascimento que se espera ardentemente e que o narrador a cada passo vai pressagiando algo que poderá redundar em fracasso. Ambiente urbano com personagens a condizer, longe do espaço rústico a que Trindade Coelho nos habituou. Um sujeito de barba loira que se apeia de

⁴⁰⁶ *Op. cit.*, p. 277.

⁴⁰⁷ *Outros Amores*, p. XI.

um trem para entrar numa casa de dois andares. Através de uma descrição paulatina, vamos sabendo que se trata de um bairro onde há casas de três andares, de pessoas que tocam piano e têm criados, para depois sabermos que o sujeito de barba loira é médico e que vem assistir a um parto. Localização espacial e temporal. Mês de Junho tarde que descai e horas que passam: uma, duas, três, seis.

Contemporâneo de Cesário Verde, parece ter trazido para o conto, o cantor de Lisboa. Omitindo a Lisboa burguesa de Cesário, não retira do quadro que “pinta” as senhoras em *deshabillé* e sujeitos em casacos leves, sem colete e sem colarinho que “vinham da sua sesta, por certo, e faziam horas para sair quando o sol baixasse de todo⁴⁰⁸. A intertextualidade parece não se quedar por aqui. Descrevendo o ambiente do bairro, aponta para a atmosfera que se torna cada vez mais transparente e diáfana, e na rua o rapazio do bairro aproveita o fresco da hora e cabriolava em brincadeiras, enquanto se ouviam as vozes dos que vendiam jornais, o ruído de carros que passavam a trote largo e o carro da fábrica a anunciar o fim do trabalho, além dos foguetes que eram atirados algures. Uma sociedade plural a conviver em pleno século XIX a despertar para novas realidades, tendo a máquina como pano de fundo: ruídos de carros e carros de fábricas.

Em contraste com o espaço exterior, o narrador heterodiegético, assumindo-se na sua qualidade de onisciente vai dando conta do que, por dentro, se vai passando. Personagens ansiosas e cautelosas aguardam pacientemente que a “pobre Angelina que para ali estava a gemer”⁴⁰⁹ dê à luz uma criança, enquanto o narrador vai dando conta das suas preocupações ou delegando noutras personagens essas inquietações. O

⁴⁰⁸ *Op. cit.*, p. 94.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 97.

narrador, utilizando o discurso indirecto livre, através do velho Filipe perguntava se “Não viam que a senhora estava assim doente, que tinha a vida em risco?...”⁴¹⁰ para corroborar de modo mais convicto “E com efeito ela estava num grande risco. Nunca se vira parto mais demorado, nunca”. O advérbio **nunca**, utilizado de forma iterativa, a hiperbolizar uma hipótese de desfecho que não se augura de feliz. Alguma morbidez no espírito à medida que a história se vai desenvolvendo e que se aproxima o momento desejado por todos. O receio chegado ao limite “Quem sabe se daí a um instante seria já viúvo, podia acontecer que nem mãe nem filho se salvassem”⁴¹¹.

Ao invés, *Os Avós*, em oposição ao espaço e às restantes personagens, excepto o médico, habituado a estes momentos, mostravam-se calmos e serenos. São eles a imagem positiva de um quadro onde o silêncio era lúgubre e a sombra do crepúsculo invadia a casa. Tratados com afecto pelo narrador “os dois velhinhos” não desanimavam, nem eram de lágrima fácil. Porque o avô era militar, ser avô era melhor do que ser general, além disso um militar nunca chora. A antevisão de serem avós, marcava o ponto mais elevado das suas vidas.

E enquanto a criança não nasce, muito é o que cada um ia conseguindo, vacilando entre dois meses de praia, livre dos cuidados da casa, sem a apoquentação das criadas e a ideia de uma cama mortuária, toda crepe, parecendo ver a eça, ladeada de velas, um caixão maior com a mãe, e ao lado outro muito pequenino, com o pobre filhinho dentro.

Enquanto isso, os avós entre a esperança e a dúvida, não perdendo nunca o vislumbre do optimismo, próprio dos velhos militares,

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 95.

⁴¹¹ *Ibidem*.

exteriorizam a esperança na continuação de alguém que lhes receberá o morgado:

- Se apanhemos cá fora o morgado⁴¹².

Não sabemos o que aconteceu. Lembramo-nos, contudo, que este tema é caro a Trindade Coelho. A sobrevivência de alguém que está para nascer, ou que acabou de nascer, ou cuja vida está a dar os primeiros passos. *Mãe* e *Mater Dolorosa* são contos que não se afastam desta narrativa de verbo fácil, que não decorrendo em espaço rústico, mas num bairro burguês mostra as mesmas vicissitudes e preocupações de quem à vida começa a projectar-se, digamos à maternidade na sua plenitude.

III. 2.4. Regionalismos em Os Meus Amores, Amorzinhos e Outros Amores

Escrevo, mais nada, e faço por escrever como o povo fala, e os escritores, poucos são, que aprenderam com ele

Trindade Coelho, *Carta a Paulo Osório*⁴¹³

Muitos dos contos de Trindade Coelho são, sem dúvida, quadros cheios de simplicidade de uma paisagem humana onde não falta a verdade do vocabulário transmontano que o escritor insiste em utilizar, quer através do diálogo das personagens, quer pela descrição que o narrador emprega para apresentar espaço, personagens ou tempo. Porque, a cada passo, encontramos um léxico regionalista que valoriza o texto trindadeano, julgamos pertinente dar testemunho das palavras e

⁴¹² *Op. cit.*, p. 98.

⁴¹³ Carta dirigida a Paulo Osório, sem data, provavelmente escrita em 19 de Outubro de 1901.

Veja-se *Cartas de Trindade Coelho*, editadas por Paulo Osório, Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1908, pp. 29-30-31.

expressões que fomos encontrando ao longo da leitura de *Os Meus Amores*, *Amorinhos* e *Outros Amores*, com a respectiva significação:

A.

abalar – ir, partir

acudir – dizer, observar

à esconsa – às escondidas

agastado – zangado

almanicha – alma negra, alma do diabo

alvaneira – sulco largo para água de rega

alvorar – abalar ou fugir à toa

angarelas – grades laterais que servem de taipais nos carros de bois

arada – terra depois de lavrada

argadilho – dobadoura

assomar – aparecer

avezada – habituada

B.

bagalhoça – dinheiro

baleio – vassoura especial, de giesta

batoque – homem baixo e forte

berregar – berrar

boldreguice – porcaria

bondar – chegar, ser suficiente

botar inculcas – indagar

botar – deitar, lançar, atirar fora

bugalhinho – noz de galho, “fruto” de carvalheira

de boa mente – de boa vontade

C.

caravelho – fecho de madeira
carmear – desenguiçar a lã para se poder fiar
certa aquela – certa categoria
carolo – fatia de pão, grossa
chimpar – pespegar, declarar, pôr
coch'qui – expressão onomatopaica usada para enxotar os porcos
conta-conta – palavra empregue no feminino
cortelho – corte pequena, casinhota
covilhete – tigela pequena com uma pega (inicialmente de madeira)
colheitão – colheita rica

D.

debaga – descasque (do feijão, por exemplo)
de boa mente – de boa vontade
debulha – tirar o grão a cereais
delamber – desfazer-se em delicadezas fingidas
descasca – extracção da amêndoa da casca
deslado – extremo
dianho – diabo

E.

empontar – despedir
enfrenisar – arreliar
engaideira – corda de carro
enraivado – agastado, arreliado
enzoneira – mulher de mexericos e de intrigas
escachar – partir, abrir
escaleira – escada

escano – móvel de cozinha, ao mesmo tempo mesa e arcas para arrecadação de pão e de roupa

escurentado – escurecido

espalhadora – objecto de madeira ou ferro com três ou cinco dentes, conforme a serventia

estriga – floco de linho pronto para ser fiado

esversadinho – bem espremido depois de lavado

F.

fanfar – aborrecer, gabar

fraganedo – fraguado, fraga ou porção de fragas

futurar – calcular, pensar, imaginar

fisgando – piscando o olho

G.

gogo – gosma, doença que ataca a faringe e a língua das aves, principalmente as galinhas, impedindo-lhes a respiração

L.

lambareiro – guloso

lampeira – lesta, rápida

larego – porco pequeno mas maior que leitão

leirão – rato grande

limpar – separar, com a ajuda do vento, o grão da moinha

louceiro – armário onde se guarda a louça

M.

malho – utensílio para bater o cereal, fazendo saltar o grão

mandar uma parte – mandar um telegrama

mandil – avental

manelo – porção de lã carmeada que se põe na roca para fiar

meda – monte de cereal ceifado, pronto para debulha
mós – dentes molares
moda – cantiga, melodia
morreu-se-me – morreu (forma reflexa muito utilizada em Trás-os-
Montes)
morilho – pedra atravessada na lareira para encostar a lenha que arde
N.
na fé que – na esperança de
necas – jogo popular entre as rapariguinhas e que se joga com
pequenas pedras arredondadas
neste direito – nesta direcção
O.
olhos esguichos – muito abertos e atentos, espertos
outoniço – do Outono, diz-se da fruta que vem tarde
P.
paquete – moço pequeno
parvas – chama-se à disposição que se dá ao cereal ceifado e
espalhado no chão para ser trilhado
para se sair – para replicar, para perder a calma
pilheira – buraco ao lado da chaminé, geralmente de forma
triangular, onde se guardam os fósforos
por mor de – por causa de
Q.
quartinho – na moeda antiga, um escudo e vinte centavos
quadra – divisão de habitação; estação ou época do ano
R.

rabeira – restos de grão misturado com alguma palha e pedras
pequeninas que, sempre ficam no fim das limpezas

ranchada – conjunto de pessoas, magote

rasa – medida de cereal

rasouro – rolo ou tábua com que se aplaina cereal nas “medidas”

regueira – sulco de água para regar

rês – animal quadrúpede que serve de alimento ao homem

restolho – pés de trigo, centeio ou cevada que, depois da ceifa, ficam
na terra

rexelo – borrego quando é separado da mãe

risa – riso

rodeira – caminho próprio para os carros

S.

salvar – saltar por cima

secrinho – cesto onde se guarda o pão cozido

seresma – parvalhona, mulher mole e sem préstimo

sortes – parte de herança que cabe em sorte; habilidade

T.

tamén – também

tiveram mondada – puseram à morte

trilho – utensílio puxado por uma junta de bois ou cavalos,
destinados a separar o grão da palha

V.

vais feita – estás de acordo

vianda – lavadura, comida para porcos

A língua como instrumento regular de comunicação verbal, carece de ser clara, límpida e sonora. O nível da palavra a utilizar depende do contexto e do espaço estabelecido entre destinador e destinatário.

A leitura dos textos de Trindade Coelho conduz-nos a um universo imagético onde a língua escrita transporta para o texto uma oralidade que parece fazer-se ouvir e que já Garrett, Fialho de Almeida e Eça de Queirós praticaram e afinaram. Se Eça de Queirós transportou para o léxico da sua produção literária neologismos ancorados na francofonia, Camilo, utilizando alguns arcaísmos na sua produção de mais de cem títulos, procurou dar às personagens a fala que lhes pertencia, falando de acordo com o seu meio e a sua condição social. Escrevendo de um jacto, respondendo a compromissos editoriais, nem sempre cumpre os códigos linguísticos estabelecidos.

Fialho traz para o léxico uma riqueza vocabular inusitada. Trindade Coelho, por seu turno, para além da paisagem, dos campos e das pessoas de Trás-os-Montes, não se coibiu de dar às personagens a fala que lhes pertencia. A par do diálogo constante onde as personagens possuem em si o dizer e parecem autonomizar-se do criador do tecido narrativo, a consciência comunitária é tanto mais acentuada quanto mais verdadeiro é o código linguístico transportado para o diálogo.

Se ao narrador se “pede” que fale ao modo de gente letrada e conforme o seu estatuto, a verosimilhança e a veracidade são alcançadas através de um léxico em consonância com a sua capacidade de dizer. Tratando-se de contos rústicos, como são os que constituem *Os Meus Amores*, a profusão de termos utilizados não só caracterizam as estruturas narrativas, rústicas e ideológicas, autenticando-as, enriquecendo o léxico e tornando o thesaurus mais abundante.

Praticando uma linguagem desataviada, de que era conhecedor profundo porque foi com ela que cresceu e a reteve por muito tempo, Trindade Coelho mostrou ao mundo leitor a paisagem, o folclore, as pessoas e o verbo iniludível que paulatinamente se vai perdendo no caminho inexorável do tempo.

III. 3. O Fabulista. Uma escrita herdada da escola

III. 3.1. O Fabulário português

O gosto pelos animais que lhe fora inculcado na sua terra natal, não o perdera. A rusticidade na escrita nunca a abandonara. Contos, onde os animais são uma extensão da sua existência e um retrato do seu agro já Trindade Coelho produzira em traço forte e firme em *Os Meus Amores*. “Idílico Rústico”, “Sultão”, “Mãe”, “A Choca”, “A Lareira”, “António Fraldão” são contos humanizados, a transmitirem hábitos e costumes de gente, como se os animais pretendessem morigerar hábitos aos humanos, de há muito esquecidos.

Dado à escrita e escrevendo de um jacto, de modo improvisado, começa a redigir as primeiras fábulas. Em carta dirigida à Louise Ey em 17 de Novembro de 1902 aludindo a livros que, entretanto, estava a preparar para apresentar a concurso para a instrução primária afirma

Para a parte educativa e recreativa servem também as *Fábulas* – essas fábulas que tanto têm agradado e que os jornais estão transcrevendo todos uns dos outros.⁴¹⁴

Basicamente constituída por uma narrativa elementar, muito breve e económica, muitas vezes reduzida ao mínimo essencial através de duas personagens que configuram duas forças antagónicas, tal como os títulos

⁴¹⁴ *Autobiografia e Cartas*, pp. 83-84.

evidenciam, a originalidade da fábula reside mais nas suas intenções didácticas que na criatividade das situações, uma vez que procura, por meio de animais, uma dimensão mimética ou imitativa da própria natureza⁴¹⁵.

Remontando à Mesopotâmia, tendo chegado depois à Grécia, através de Esopo, no século VI A.C. e depois a Fedro em Roma, no século I D.C., são muitas as definições atribuídas pelos dicionaristas e enciclopedistas, das quais revelamos a que o *Dicionário de Narratologia* confere

modernamente ela está muito longe de constituir um género narrativo com projecção sociocultural efectiva. Em épocas de imitação classicizante, como ocorrem com La Fontaine, no classicismo francês, a fábula ocupou, de facto, um lugar importante, deslizando por vezes para domínio da reflexão filosófica de recorte literário;

(...)

Modernamente, no entanto, a literatura tende a retrair ou a ocultar esse pendor abertamente moralizante que outrora se reconhecia na fábula; e nem aparentes afinidades de processo devem levar a pensar num recrudescimento do género em causa.⁴¹⁶

Porque não devemos confundir histórias com a presença de animais com fábulas, o dicionário, suficientemente esclarecedor, elucida:

Dos *Bichos* de M. Torga dificilmente se dirá serem fábulas estritas: de facto, a presença de animais é só por si insuficiente, por um lado, para determinar a

⁴¹⁵ Veja-se *Forma Breve*, Revista de Literatura, nº 3 – Universidade de Aveiro, 2005, A fábula, um género alegórico de proverbial sabedoria, pp. 21-32.

⁴¹⁶ Carlos Reis, Ana Cristina M. Lopes, 5ª edição, 1996, p. 159.

existência da fábula; por outro lado os relatos em questão definem-se antes, pela sua estrutura e economia interna, como contos.⁴¹⁷

Muitos são os estudiosos que se têm dedicado às fábulas. Na *Retórica*, Aristóteles, no Livro II, no capítulo dedicado ao argumento, pelo exemplo, afirma que há duas espécies de exemplo, sendo uma a parábola e a outra, as fábulas, havendo nestas a considerar as de Esopo e as Líbicas. Nas primeiras intervinham animais racionais e irracionais, enquanto nas líbicas intervinham somente animais irracionais, sendo esta designação de líbicas atribuídas a um líbio anónimo.

As fábulas são apropriadas às arengas públicas e têm esta vantagem: é que sendo difícil encontrar factos históricos semelhantes entre si, ao invés, encontrar fábulas é fácil⁴¹⁸.

Em Portugal, para além da publicação de *Horto de Esopo*, na Idade Média de autoria de um monge anónimo português, na época moderna foram muitos os escritores que se dedicaram às fábulas. No século XVI, Sá de Miranda escreveu *O Rato do Campo* e *o Rato da Cidade* e *o Cavalo e o Cervo*. Diogo Bernardes glosou *A Cigarra e a Formiga*. No século XVII, D. Francisco Manuel de Melo contou, também em verso, nas cartas V e VI dirigidas respectivamente a Francisco de Sousa Coutinho e a Joane de Mendes de Vasconcelos, as fábulas “*As Lebres e as Rãs*” e “*O Lobo e a Raposa*”.

A partir de La Fontaine (1621-1695) e de Esopo muitos foram os tradutores para língua portuguesa no século XVIII. Miguel do Couto Guerreiro, Bocage, Cruz e Silva, Filinto Elísio, Marquesa de Alorna, Viscondessa de Balsemão, Francisco Silveira Malhão, Curvo Semedo. No

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Aristóteles, *Retórica*, introdução de Manuel Alexandre Júnior, Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, *et alii*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, pp. 147-148.

século XIX, quer traduzindo, quer adaptando foram vários os escritores que cultivaram o género, como Almeida Garrett, João de Deus que escreveu *A Cigarra e a Formiga*, *A Águia e o Corvo* e o *Leão Moribundo*. Henrique O'Neill (1821-1889) elevado à categoria de Visconde de Santa Mónica por ter sido preceptor do rei D. Carlos, enquanto príncipe, publica em 1885 o *Fabulário* composto e dedicado a Sua Alteza Real O Príncipe D. Carlos. Na introdução à primeira edição feita pelo autor, escreve:

Das trezentas e sessenta e seis que formam a presente colecção um terço são novas, isto é, tratam assuntos que ainda não foram apresentados, ao menos que eu saiba, debaixo desta forma. Muitas das outras, que fui buscar ao fundo comum e já explorado por Pilpay, Lokman, Esopo, Babrius, Fedro, La Fontaine, Florian Lessing, Yriarte..., vesti-as, quanto pude, à moderna tirando delas, não poucas vezes, moralidade diversa da que tiraram outros, por me parecer mais conforme com o presente estado social.

Não pretendi escrever uma série de contos pueris e frívolos; mas, seguindo o espírito do meu tempo, desejei organizar um todo harmónico e útil, onde reunisse a maior cópia de ideias sãs e práticas, destinadas a concorrer para a educação da mocidade e a servir de memento às outras idades mais adiantadas⁴¹⁹.

Em 1853, João Félix Ferreira traduzira para português as *Fábulas* de Lessing.

Se é verdade que as fábulas são instrumentos de trabalho usados na educação da juventude, não só pela facilidade na leitura, mas também porque delas se extraem lições de comportamento cívico, nem sempre é unânime a sua utilização como objecto de estudo. Jean Jacques Rousseau (1712-1778) que à educação dedicou grande parte do seu talento, escreve

⁴¹⁹ Henrique O'Neill, *Fabulário*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1818, p. XV-XVI.

num livro de grande importância para a educação e que serviu de guia a grande parte da Europa civilizada, rejeitando a utilização das fábulas no ensino

Emile n'apprendra jamais rien par coeur, pas même des fables, par même celles de La Fontaine, toutes naïves, toutes charmantes qu'elles sont; car les mots des fables ne sont pas plus les fables que les mots de l'histoire ne sont l'histoire – Comment peut-on s'aveugler assez pour appeler les fables la morale des enfants, sans songer que l'apologue, en les amusant, les abuse; que, séduits par le mensonge, ils laissent échapper la vérité, et que ce qu'on fait pour leur rendre l'instruction agréable les empêche d'en profiter? Les fables peuvent instruire les hommes; mais il faut dire la vérité nue aux enfants: sitôt qu'on la couvre d'un voile, ils ne se donnent plus la peine de le lever⁴²⁰.

A propósito das fábulas, Garrett, no livro *Da Educação, Cartas dirigidas a uma senhora ilustre, encarregada da Instituição de uma jovem princesa*, constituído por doze cartas, disqueteando acerca do primeiro livro que se deve dar aos meninos, no segundo período da educação terminando a puerícia, pouco mais ou menos dos nove aos doze anos, tendo por comparação a educação em França, onde é costume começar a leitura com um livro de fábulas ou apólogos, que é *Maître Corbeau sur son arbre perché*, considera que não é livro que se escolha para “primeira amizade” de uma criança⁴²¹.

Na continuação da carta, escreve o espistológrafo

Um bom livro que contivesse – primeiro, histórias verdadeiras, bem escolhidas e tiradas das antigas e modernas crónicas, - segundo, vidas de homens célebres uma espécie de Valério – Maximo e Plutarco da mocidade, e que se achassem, não

⁴²⁰ Rousseau, *Émile ou de l'éducation*, Paris, GF Flammarion, p. 139.

⁴²¹ *Op. cit.*, p. 124.

Gregos e Romanos somente, mas varões ilustres de todos os povos, e principalmente nossos, - um livro tal preencheria todas as condições que em vão se buscam nas fábulas.

(...)

e mil outros de todos os tempos e nações, ensinarão, pelo menos, tão boa moral como a “comadre cegonha, o compadre rato” e outras distintas personagens das crônicas de Esopo e seus discípulos. De mais, fábulas quer dizer fingimento; e fingimento é mentira; nem zombando se deve ensinar às crianças: é mau divertimento, não se lhes deve deixar folgar com ele; é como brincos de lume, que a mais descuidada ama-seca lhes não permite. “No tempo que os bichos falavam:” começam os apólogos de tradição oral que se contam aos meninos: bem sabemos que ainda quando creiam nisso, não o podem crer muito tempo; mas para que é essa ideia falsa, por pouco que dure? Sempre é mau, - é péssimo.

(...)

Deve ser pois um livro de história o primeiro que aos meninos se dê, não história metódica e seguida, mas, conforme disse, uma colecção de factos e ditos, e de vidas de varões célebres, bem e singelamente contados e linguagem casta e fluente.⁴²²

III. 3.2. A fábula em Trindade Coelho

Ao contrário de Rousseau e de Garrett, Trindade Coelho em carta dirigida a Louise Ey em 4 de Maio de 1902, conforme documentos nº 22 e 23, acha as fábulas muito interessantes mas em geral muito aborrecidas porque são mal feitas, isto é, um pouco sensaboronas na forma, tendo resolvido fazer todos os dias à sua maneira, duas ou três fábulas a partir do “seu” Esopo.

Depois de, em 1899, ter ultimado e melhorado *Os Meus Amores*, com a publicação da 3ª edição contendo 23 contos, Trindade Coelho,

⁴²² *Ibidem*, pp. 127-128.

publicados que são o *ABC do Povo*, *Cartilha do Povo*, *A Minha Candidatura por Mogadouro em 1901* e no *In Illo Tempore* em 1902, não abrandam o seu ritmo de escrita.

Em carta escrita em Dezembro de 1901 ao editor⁴²³ Aillaud, tratando-o por amigo, pergunta-lhe se já alguma vez lera *Os Contos de Grimm*. Ele, Trindade Coelho, não achara nada de mais encantador. Em fase de grande interesse pela literatura para crianças, na carta que citámos, e cujas duas primeiras páginas nos permitimos apresentar, por se encontrar inédita, escreve o magistrado transmontano que com trinta ou quarenta fábulas faria um livrinho gentil a que chamaria *O Livrinho de Luísa*, ou então *O Livro da Luisinha*, provavelmente uma homenagem à sua correspondente lusófila, a quem ia confidenciando os seus estados de espírito, bem como a sua apreciação nada favorável a Portugal.

Não tendo feito o livrinho prometido, as fábulas acantonaram-se em *O Primeiro Livro de Leitura*, *O Segundo Livro de Leitura* e o *Diário Ilustrado*, editadas em 1903, 1904 e 1902, respectivamente, e ainda a *Parábola dos Sete Vimes*, introduzida na 3ª edição de *Os Meus Amores*, publicada pela Livraria Aillaud & Cª Paris – Lisboa em 1901. Desta fábula que, também, integra o livro *Pão Nosso* ou *Leituras elementares e enciclopédicas para uso do povo*, publicado em 1904 por Aillaud & Cª, Editores, Paris – Lisboa, diz Trindade Coelho na referida carta a Louise Ey de 4 de Maio de 1902

é uma fábula de Esopo também, chamada *Os Filhos do Lavrador*, e se confrontar a fábula com o meu conto ou lá o que é, notará a diferença. Essa diferença define o meu ponto de vista, melhor do que eu o faria se quisesse dizer-lho, porque nem sei! Tem dez linhas no grego.⁴²⁴

⁴²³ *Autobiografia e Cartas*, p. 159.

⁴²⁴ Conforme doc. n.º ???

Segundo Feliciano Ramos⁴²⁵, não sabendo Trindade Coelho grego devia ter partido directamente de qualquer tradução francesa, ou então latina, visto que dominava suficientemente o latim. É possível que se tivesse familiarizado com algumas traduções portuguesas.

É no *Diário Ilustrado*, onde publicou várias fábulas, de 14 de Julho de 1902, num ensaio intitulado *Para as Crianças*, que Trindade Coelho dá conta do processo estilístico das fábulas, tendo como referência La Fontaine e Esopo, explicando de forma categórica que não tinha saído de Esopo. Porque é um texto que ultrapassa a faceta de ficcionista, é importante observar o que, na função de teorizador, escreve sobre a matéria:

O processo de La Fontaine nas suas fábulas, é o mesmo que eu vou usar nas seguintes: - é o processo a que Taine chama directo: são os próprios animais que falam; e intervêm na acção. O processo de Esopo, esse é indirecto: é ele que fala e intervém, em vez dos animais.

Todavia, o “processo” por mim empregado difere do de La Fontaine no seguinte: - é que eu não saí de Esopo, e não fiz mais do que dar forma directa à feição e aos elementos indirectos das suas fábulas; - La Fontaine, pelo contrário, recorre quase sempre a elementos seus ou de sua invenção, que adita aos de Esopo liberrimamente, e às vezes até os modificam...

Pretendi provar assim, contra a opinião de Taine, que em Esopo há todos os elementos decorativos e de pitoresco, e até de psicologia animal, que bastam à acção – e que não era preciso, para a vida e para a verdade desta, inventar outros. Esopo não é inferior a La Fontaine, nem as suas fábulas são, como lhes chama Taine, “lugares comuns”. Esopo gerou La Fontaine, - e o filho é digno do pai. Este é o maior elogio de La Fontaine, cujas fábulas são maravilhas de Graça, vestindo as maravilhas de Verdade, que são as de Esopo.

⁴²⁵ Trindade Coelho, *Homem de Letras, O Contista, O Esteta e O Pedagogo*, p. 212.

Ainda pretendi outra coisa com o meu modesto trabalho: reduzir tudo a uma forma que fosse facilmente e imediatamente acessível a todas as inteligências, inclusive à das crianças, porque para estas, principalmente, escrevi as fábulas.

Tive, pois, de ser popular, sem deixar, todavia, de ser artístico (ou ao menos de o procurar ser); - e tive de ser simples, evitando, todavia ser vulgar. E isto foi tanto mais difícil para mim, quanto a tendência literária é quase despótica quando traduzo, - pois não escrevendo, nesses momentos, o que penso brotar de mim, mas o que outrem pensou ou brotou de outrem, o trabalho fica sendo mais da inteligência do que da sensibilidade, e portanto não é espontâneo. E só o que não é espontâneo tem literatura...

Fábulas houve que escrevi de um jacto; mas outras, e foram muitíssimas, resistiram, e fiz-lhes tantas maquetes como têm de letras... (Avalia-se a dificuldade, experimentando!)

Em muitas fábulas, das que sucessivamente irei apresentando, a Moral aflora, visível, à superfície da própria acção; - em outras, é referida directamente por algum animal. Mas neste caso, quando referida pelo animal, ela mesmo faz parte directa da acção da fábula, isto é, da situação em que nesta se encontra o moralista.

Confesso que fechar a fábula com a nota moral, crua e destacada, como fez Esopo, não me agrada: - é diferenciar a Arte, de um modo demasiadamente rude, da Moral, quando é certo que, para mim, a arte é uma forma bela da moral, e tudo o que não é moral não é arte...

Pouco me preocuparei com isso, de resto, ao menos nesta primeira edição das fábulas em jornal; preferindo, um dia (se um dia reunir em volume a colecção) reduzir a moral do fabulista grego à forma de rifão português, sempre que o houver, apropriado; ou, não o havendo, vazá-la numa frase curta: - pondo o rifão ou a frase no começo da fábula, em forma de pequenino tema.

Deste modo, a moral não será um corolário ou consequência da obra de arte; mas sim um princípio que a dominará, e de que a fábula será, por assim dizer, uma

forma artística, - uma das infinitas formas artísticas que esse princípio moral podia revestir...⁴²⁶

Ao incluir fábulas em livros de leitura e ao publicá-las em jornais de grande implantação, como o fez no *Diário Ilustrado*, Trindade Coelho para além de ter como público alvo as camadas mais jovens da população, outras razões o terão levado a produzir textos desta natureza. Estando subjacente a toda a sua produção a lição moral e cívica e ao mesmo tempo a educação do povo de uma forma simples e mais eficaz, as fábulas com a reduzida extensão do texto e a sua componente lúdica, acabavam por ser uma maneira pragmática baseada no princípio clássico *docere cum delectatione*. A população de *Parábola dos Sete Vimes* nos Folhetos do Povo que fez distribuir por Trás-os-Montes pode servir de paradigma ao que este transmuntano que tinha emergido do povo pretendia para a sua gente.

Não abdicando nunca da sua independência de espírito, não se subordinando a normas, não ousando, por isso, fechar as fábulas, como fez Esopo com a nota moral, crua e destacada, prefere sugerir-las no decorrer da acção, abrindo, assim, ao leitor o campo de imaginação. Recusando a ausência de moralidade no texto, não a utiliza, contudo no fim da leitura, em forma de epimítio, deixando esse ensinamento ao receptor da leitura, embora planeasse, mais tarde, quando reunisse as fábulas em livro, reduzir a moral do fabulista grego à forma de rifão português, sempre que o houver apropriado; ou, não havendo, vazá-la numa forma curta, pondo o rifão ou a frase no começo da fábula, em forma de pequenino tema.

Feliciano Ramos no livro que temos vindo a citar afirma

⁴²⁶ *Diário Ilustrado* de 14 de Julho de 1902.

A inovação era curiosa, mas, como Trindade Coelho não chegou a coligir as fábulas em volume especial, nunca a realizou. Introduziu, no entanto, provérbios nacionais em fábulas suas.⁴²⁷

Se a ausência de epímio por parte de Trindade Coelho é uma particularidade sua, a juntar ao desejo de criar um rifão português, substituindo por provérbios nacionais, conferindo à fábula um cariz peculiar, afastando-a da matriz de origem, é certo que a utilização de forma indiferenciada do verso e da prosa adaptam a fábula à realidade de cada região, de cada país e de cada produtor, moldando-a ao contexto epocal e situacional.

Franco Cambi num texto que reputamos de interesse para o estudo da fábula e sua integração no espaço escreve

La fiaba popolare è legata al narratore, alla situazione, all'uditorio e quindi ha maggiori margini di libertà, ha aspetti di indecisione, di variazione e di sviluppo legati alla trasmigrazione della fiaba, comunque essa sia avvenuta (da Est a Ovest, dalle tradizioni indoeuropee e sanscrite, ecc) e al suo adattarsi a culture diverse, a tappe storiche diverse, a popoli, lingue, tradizioni tra loro diverse. La potenza della fiaba – oltre che alla propria originarietà in quanto parla di esperienze archetipiche in ogni cultura, di itinerari universali di essistenza – va collocata proprio nella sua oralità, nella sua capacità adattiva e mimetica.⁴²⁸

Não aparecendo mencionado nos grandes fabulistas portugueses, são cinquenta e três as fábulas chegadas até nós produzidas por este homem que não saiu de Esopo, segundo afirmou e que terá usado a imaginação para algumas das suas adaptações. É Feliciano Ramos quem

⁴²⁷ *Op. cit.*, p. 214.

⁴²⁸ Franco Cambi, *Itinerari della fiaba*, p. 49.

avança com este número, apontando como “um caso interessante da influência helénica em Portugal”⁴²⁹

Publicadas em 1986 pela Editorial Labirinto aparecem 46 fábulas, com o apoio do Instituto Português do Livro, Coleção Reaver, num trabalho de Viale Moutinho com um Postfácio de sua autoria.

Para melhor identificação dos textos, nomeamos as que contam do livro atrás citado, encimado com o nome de Trindade Coelho, com o subtítulo de *Fábulas*, ocupando cada uma, uma página, exceptuando *O Rachador de Lenha* e *o Nadador* e a última, *Parábola dos Sete Vimes* que ocupa duas páginas

- *A Lebre e a Tartaruga, A Raposa e o Burro, A Raposa e o Carrapato, A Raposa e o Macaco, O Cabrito e o Lobo, O Corvo e a Raposa, O Leão, o Burro e a Raposa, O Lobo e o Menino, A Tartaruga e a Águia, As Duas Rãs, O Burro, a Raposa e o Leão, O Burro e as Rãs, As Vespas e as Perdizes, O Burro e o Cavalo, Um Homem mordido por um cão, Os Rapazes e o cozinheiro, Os Dois cães, O Rachador de lenha e o nadador, O Pescador que tocava flauta, O Pavão e a gralha, O Pastor e as ovelhas, O Macaco e o golfinho, O Leão e a rã, O Galo, o burro e o leão, O Caçadora e o passarinho, O Burro selvagem, A Águia e o escaravelho, A Coruja doente, A Formiga e a pomba, A Raposa e a máscara, O Leão e a raposa, O Leão e o urso, A Corça (1), A Corça (2), O Pastor e a raposa, O Gato e os ratos, O Leão e o mosquito, O Caçador de pássaros e a cotovia, O roubo do Colmeal, A Doninha e a lima, A Raposa e o bode, O Lobo e a cegonha, O Lobo e a ovelha, A Raposa sem cauda, A Galinha dos ovos de ouro e Parábola dos sete vimes*

Da leitura feita ao livro de Feliciano Ramos, *Trindade Coelho, homem de letras, o contista, o esteta e o pedagoga* e o de Viale Moutinho, *Trindade Coelho, Fábulas*, verificamos uma discrepância quanto ao número de

⁴²⁹ *Op. cit.*, p. 211.

fábulas, havendo, entre as dez divulgadas por Feliciano Ramos, uma que não consta da lista de Viale Moutinho, que nos permitimos transcrever, não só por ser omissa no livro que foi dedicado a Trindade Coelho no que respeita às fábulas, mas também porque, ao contrário dos propósitos do escritor transmuntano, é facilmente apreensível a moralidade e o epimítio, à maneira grega, consta da parte final da fábula, embora todas apresentem o incipito “Era uma vez”

O cão e o galo

Era uma vez um cão e um galo, que viajavam ambos de companhia. Nisto anoiteceu-lhes num sítio, e os dois resolveram passar a noite ali numa árvore, - o galo empoleirado nos ramos, e o cão dentro numa toca que havia no tronco. Depois de instalados e bem arrumados diz de lá o galo:

- Está-se aqui bem, ó compadre!

E diz o cão da sua casota:

- Aqui também!

- Toca a dormir?

- Toca!

- Boa noite.

- Até amanhã.

... Mas pela madrugada, o galo pôs-se a cantar como é seu costume, - e uma raposa ouve-o e vem a correr...

- Oh que petisco! – dizia já a raposa lambendo-se toda.

E levanta o focinho para a árvore e diz assim:

- Ó galo! Tu muito bem cantas! Anda cá baixo para te dar um abraço!

... O que ela queria era comer o galo, mas o finório diz-lhe de lá:

- Pois sim, lá vou! Ouve? Acorda o porteiro para que me abra a porta.

O porteiro era o cão que estava na sua toca, - e vai a raposa e acorda-o!

Mas mal se vê diante da raposa, o cão atira-se a ela e fá-la em pedaços!

De pouco lhe valeu a manha, está-se a ver: porque se a raposa é uma grande manhosa, o galo é prudente e o cão tem força, - e força e prudência vencem a manha.⁴³⁰

Um texto doutrinário, inspirado em Esopo que não sendo uma subversão à fábula tradicional, é alimentado pelo saber do sujeito de enunciação que na parte final se torna responsável pela ilação extraída do diálogo entre dois animais de características diferentes em que o mais fraco tem como adjuvante o mais forte.

⁴³⁰ *Op. cit.*, pp. 220, 221.

IV. OUTROS GÉNEROS DE UM ESCRITOR POLÍGRAFO

IV. 1. In Illo Tempore

IV. 1.1. A vida académica

IV. 1.2. Os Lentos

IV. 1.3. Os Futricas

IV. 1.4. A sociedade coimbrã

Não é possível saber quantas edições foram publicadas desta obra, nem quantas editoras se serviram deste texto maior vindo a público como livro em 27 de Abril de 1902, conforme cólofon da 1ª edição, editado pela Livraria Aillaud & C.^a, Paris – Lisboa. Segundo notícia inserta no *Diário de Notícias* de 8 de Novembro do mesmo ano, a primeira edição esgotara em poucas semanas, acabando de ser posta à venda a segunda edição, o que era um caso raríssimo entre nós – duas edições em dois meses⁴³¹.

Quando Trindade Coelho pensou publicar o *In Illo Tempore*, *Estudantes*, *lentos* e *futricas*, convidou António Augusto Gonçalves para ilustrar o livro. Tratava-se de uma figura de grande prestígio em Coimbra, exercendo a docência na Escola Brotero, onde desempenhava, também, funções de direcção. Segundo Carlos Santarém de Andrade⁴³² foi grande impulsionador da Escola Livre das Artes do Desenho, organizador do Museu do Instituto de Coimbra, cujo núcleo viria mais

⁴³¹ Conforme Hironidino da Paixão Fernandes in *Brigantia*, Bragança, vol XXVIII, n.ºs 1/2/3/4, Janeiro/Dez/2007, p. 301.

⁴³² Veja-se *Colóquio* - Letras n.º 134, Outubro/Dezembro 1994, Lisboa, Fundação Gulbenkian, p. 85.

tarde a integrar o Museu Machado de Castro, de que seria o primeiro director e ainda o restaurador da Sé Velha, o que lhe granjeara fama no campo cultural.

Da correspondência trocada, é possível saber que António Augusto Gonçalves colaborou com desenhos no *In Illo Tempore*, o que é indicado no cólofon do livro e na folha de rosto. Além disso colaboraram ainda com fotografias coligidas em Coimbra, António Luís Teixeira Machado e António Marques.

Conforme indicação expressa no livro, foi editado em Paris por Júlio Monteiro Aillaud, natural de Coimbra, descendente de uma família de livreiros que há muito se estabelecera na cidade e que se empenhou na edição da obra⁴³³.

Não sendo possível saber quantos desenhos são de autoria de Augusto Gonçalves, nesta obra que retrata a vida académica da cidade coimbrã, constituída por vinte e oito capítulos, com 422 páginas, dá-se conta da existência de cerca de noventa e duas fotografias e desenhos nas duas primeiras edições, tendo desaparecido na totalidade estes elementos icónicos nas edições posteriores.

Da correspondência trocada entre Trindade Coelho e Mestre Gonçalves, acerca da ilustração de *In Illo Tempore*, existem seis cartas manuscritas dirigidas pelo escritor de Mogadouro, na Biblioteca Municipal de Coimbra. Para além da solicitação de Trindade Coelho à colaboração do conimbricense, também consta o reconhecimento e a grande satisfação manifestada pelo apoio prestado.

⁴³³ Veja-se Centenário da Publicação do *In Illo Tempore* de Trindade Coelho, sessão comemorativa realizada na Casa Municipal da Cultura em 31 de Novembro de 2002, Carlos Encarnação, José Viale Moutinho, Carlos Santarém de Andrade, p. 31.

Porque reputamos de grande importância a epistolografia trocada, no que diz respeito à que tem origem em Trindade Coelho, registamos aqui, transcrevendo em ortografia actualizada a que em 10 de Março de 1902, Trindade Coelho dirigiu e se expressa de forma efusiva, agradecendo reconhecido, em documento timbrado a partir do 2º Distrito Criminal, Gabinete do Delegado, com a indicação de particular

10/3/1902

Caio-lhe nos braços, cheio de amizade e de reconhecimento! E de admiração! Admiráveis desenhos! Vivem! Falam à minha memória e à minha saudade!

O Aillaud vai ficar doido, - e eu e ele abençoamos a hora em que lhe batemos à porta! Se quero mais? Queria! Mas não teria fim o meu querer, e por isso não peço. O que veio é muito e é grande. Muito e muito e muito obrigado! Aí irei um dia, de propósito para o abraçar. Para ter esse grande prazer, e retribuir a sua generosidade na única moeda que me satisfará. Fizemos um livro interessante, nós dois! E o Aillaud, três! Aquele também está apaixonado e mete na edição todo o seu brio. Ainda hoje me diz que o livro fica Coimbra por dentro e por fora, e que vai ficar uma beleza! Mas a sua contribuição, meu Amigo, será a alma do livro! Não o digo para o lisonjear, e nem sequer com a minha vaidade magoada. Pelo contrário. Sermos companheiros, é já para mim uma grande honra e uma grata alegria. O restaurador da Sé Velha colaborador no *In Illo Tempore*. Isso me basta para me fazer feliz diante do livro! Adeus, adeus. De todo o coração, um abraço do

Seu de todo o coração

Trindade Coelho⁴³⁴

Não é estultícia afirmar-se que as duas grandes obras literárias, *Os Meus Amores* e *In Illo Tempore* são produto da saudade do escritor por factos e momentos acontecidos na sua vida. Com efeito, em carta escrita

⁴³⁴ Conforme documentos n° 24-25-26-27.

a D. Carolina Michaëlis Vasconcelos em 25 de Janeiro de 1902⁴³⁵ afirma “Mas a Mogadouro, por ser a minha terra, fiz *Os Meus Amores*. A Coimbra, por ser a terra da Lucilla e do Henrique, fiz o *In Illo Tempore*”.

Livros com grande sucesso no seu tempo e que ainda hoje fazem parte dos hábitos dos estudiosos da contística e dos que a Coimbra se dirigem para aí dar sequência aos seus estudos. João Gaspar Simões que à obra de Trindade Coelho dedicou grande parte do seu esforço literário, afirma

Como leitor, em verdade, me vejo diante de Trindade Coelho, dado que também eu, à semelhança da maior parte dos seus leitores, me encontrei com a sua obra numa altura da vida em que eram poucos ou nenhuns os meus pruridos de crítico. De facto, ao chegar a Coimbra para me matricular na Universidade, o livro que me serviu de iniciação nos mistérios da vida académica foi o *In Illo Tempore*, de Trindade Coelho. Nesse tempo nenhum estudante atravessava a Porta Férrea sem percorrer antes as páginas de tal breviário. Tudo que havia ainda de poético na vida estudantil da velha cidade do Mondego se conservava nesse livro ao mesmo tempo saudoso e recreativo. E Trindade Coelho passava a fazer parte da bagagem literária do estudante que não poucas vezes se iniciava na literatura ao mesmo tempo que ouvira no alto da torre da Universidade o primeiro badalar da “Cabra”.

Nunca mais li o *In Illo Tempore*. Não faço ideia dos seus méritos literários. Sei apenas que conservo fresca na memória a emoção dessa leitura e que só depois disso, encantado, percorri as páginas dos “contos e baladas” que deram a Trindade Coelho a celebridade viva que a comemoração do centenário do seu nascimento ainda tornou mais impressionante.⁴³⁶

⁴³⁵ *Autobiografia e Cartas*, pp. 190-191.

⁴³⁶ Veja-se *Literatura, Literatura, Literatura...*, p. 144.

Embora como livro *In Illo Tempore* só tenha sido publicado dezassete anos após a formatura de Trindade Coelho, a maior parte dos capítulos reporta-se a acontecimentos que se desenrolaram entre 1879 e 1885, período que o seu autor frequentou na Universidade de Coimbra.

Importa, ainda, salientar que durante este período que vai desde o início do curso de Trindade Coelho até ao seu final, que abrangeu o centenário de Camões, de que resultou a unificação e disseminação do Partido Republicano, ao mesmo tempo que se celebra o centenário do Marquês de Pombal, as apreciações acerca do ministro de D. José I dividiram a opinião pública. Esgrimiam palavras Avelino César Calisto, lente de História Eclesiástica Portuguesa e Camilo Castelo Branco, tendo intervindo José Maria Rodrigues, na altura, estudante de Teologia, considerado no tempo de Trindade Coelho sábio-sábio⁴³⁷.

Para além da apreciação nada lisonjeira que Camilo teceu em torno da figura do Marquês, ao ponto de afirmar que “ele estivera sete anos em Londres, e não aprendera o idioma inglês”⁴³⁸, esta polémica que ficou conhecida por *Sebenta, Bolas e Bulas*, virou-se para os métodos retrógrados do ensino, a altivez e o vazio da quase totalidade dos mestres e a subserviência dos alunos que pouco estudavam e que, depois, viriam a ser a classe dirigente do país.

De facto, sendo o *In Illo Tempore* um retrato da Universidade, da cidade e da vida académica, Trindade Coelho expressa a sua opinião acerca da sua vivência no espaço onde cursava Direito, numa carta que escreve à sua correspondente alemã Louise Ey, em 6 de Abril de 1902. A

⁴³⁷ *In Illo Tempore*, p. 151.

⁴³⁸ Notas à *Sebenta do Dr. Avelino César Callisto*, Camilo Castelo Branco, Porto, Livraria de Ernesto Chardron, 1883, p. 6.

sua impressão confidencializada em carta, coincidia com o livro que, entretanto vinha a público.

Outro horror, essa vida de Coimbra! Fora das aulas, uma delícia, pois dei-me sempre bem com os meus companheiros; mas da Universidade para dentro, um horror! Eu só agora raciocino aquela vida, porque enquanto andei nela levei-a a sério, e supunha-a alta e quase grandiosa...

(...)

Eu não entendia os lentes, eu não entendia aquele sistema de ensino, eu não via o princípio das coisas, nem o meio, nem o fim. Tudo era vago e incorpóreo, aéreo e sem raiz, banal, inútil, artificial... Mas eu nem dava fé, e a culpa devia ser minha. E estudei.⁴³⁹

Uns anos mais tarde, em 1925, António Cabral condiscípulo de Trindade Coelho publicará, *Tempos de Coimbra, memórias de estudante, anedotas e casos, figuras e tipos*, com uma segunda reedição em 1947 e uma terceira em 1962. Sendo um livro dos tempos de Coimbra, conforme diz o autor, constituído por duas partes de seis capítulos cada, a primeira parte vem na linha do *In Illo Tempore* confirmando ou negando algumas questões de pormenor insertos no livro de Trindade Coelho, a segunda parte incide sobre figuras e tipos de Coimbra cujos nomes andaram e andam na boca de quem à literatura dedica um pouco do seu tempo. Apreciações agradáveis de ler são-nos proporcionadas ao longo de cento e dez páginas num livro constituído por trezentas e nove. A juventude académica de António Cândido, Gonçalves Crespo e João Penha acrescentam algo ao conhecimento que os livros propiciam.

Avançando no tempo, em forma de prolepse, em 1989, um antigo estudante de Coimbra, de seu nome Camilo Araújo Correia, tornou

⁴³⁹ *Autobiografia e Cartas*, p. 17.

público um livro sobre a sua vida de estudante passada na Lusa Atenas. Deu-lhe o nome de *Coimbra Minha*, iniciando-o desta forma

Todo o estudante de Coimbra traz no baú do regresso um livro para escrever. Se não o escreve é porque as realidades da vida lhe vão rasgando os sonhos como fotografias velhas⁴⁴⁰.

Trindade Coelho ao evocar a sua vida académica de Coimbra, com as suas praxes, os seus hábitos, as suas peripécias, demonstra através do seu gosto pelo narrar, um passado que se identifica com o presente numa geografia física, sentimental e cultural que não se apaga e que decorre de modo atemporal porque tudo se perpetua na recriação de manifestações de leviandade tão ao gosto de preocupações de estudantes que mergulham na irresponsabilidade sadia e despreocupada daqueles que fazem de Coimbra o *locus amoenus* de uma existência que eles querem que perdure, como fez João de Deus que ao fim de dez anos, tantos como tinha durado a guerra de Tróia, achou por bem concluir o seu curso de Direito, ele que tinha vindo do seu Algarve natal onde o prazer dos dias não se comparava à estúrdia académica de Coimbra.

Abarcando um conjunto alargado de ocorrências que se manifestam com alguma periodicidade ou episodicamente na vida académica, importa dar a conhecê-las para que nos transportemos à Coimbra *alma-mater* da instrução em Portugal, onde poucos chegavam e por onde Trindade Coelho afinou qualidades trazidas do seu Mogadouro natal, para daí partir para a magistratura e para outras actividades que congraçou com notável maestria.

São os seguintes os capítulos:

⁴⁴⁰ *Op. cit.*, p. 7.

- A festa das latas, Resurrexit non est hic, O Saraiva das forças, Lopes ou Bettencourt?, Poetas balneares, O Orpheon Académico, Baltazar, o letárgico, D. Felicidade, A Niveleida, O Lusitano e o Anda a Roda, A Campanha do Zé Pereira, A Sebenta, Na Aula de Chaves, O Velho, As Fogueiras do São João, A Casaqueida, Um Homem não é de pau, A récita dos quintanistas, Alho! alho! alho!, A Cabra, O Bólson das contas lisas, À tábua, Viu bem?, Os voluntários... da Economia!, O grande Damásio, Miserere nobis, Leão, rei dos animais e Sanches, o comilão.

Escritor com vasta colaboração em jornais, publica muitas das suas memórias de estudante na imprensa, quer com nome próprio, quer com pseudónimos vários que utilizou com frequência. *In Illo Tempore* é o resultado da condensação de textos dispersos que relatam um pouco da sua biografia. Dos vinte e oito capítulos que compõem o livro, catorze iniciam-se por “No tempo em que eu”, que transmite ou um cariz autobiográfico ou biográfico, uma vez que, participando ou vendo, esses episódios fazem parte da sua vivência enquanto estudante de Coimbra. Para quem se queira debruçar sobre a vida de Trindade Coelho inevitavelmente, terá que ler *In Illo Tempore*.

No capítulo “Um homem não é de pau” ao dar conta do subsídio que recebe da Filantrópica, porque o pai deixou de lhe dar mesada por ter chumbado, confessa que nunca teve tanto dinheiro na sua vida. Não falta, também, a informação acerca da saída de um livro sobre a matéria a que tinha reprovado, manuscrito por si.

No capítulo dedicado à *Récita dos Quintanistas* é a vez de afirmar que

Logo que começavam as aulas em Outubro, começavam logo também os ensaios,
- e iam de enfiada pelo ano fora! Como se não estudava nada para o 5º ano,

porque também isso era da praxe, o toque da Cabra às 6 horas da noite, ou às 7 nos dias compridos, era o sinal da reunião. Em vez de ir para casa agarrar-se à sebenta, cada qual tomava para o teatro;⁴⁴¹

Acerca de Emídio Garcia, seu comprovinciano natural de Bragança, professor, regendo no 3º Ano, Direito Administrativo e que levava o ano com o Positivismo de Comte, lembra uma quadra que lhe escreveram, a propósito

Quem sou ninguém o diz porque ninguém o sabe
Sou a ciência infusa, a ciência do Littré,
Que a tudo se apropria, em toda a parte cabe
E que explica bem que o que é não é o que é!⁴⁴²

De Emídio Garcia falará, ainda, no capítulo denominado o *Bólson das Contas Lisas*, de que damos conta dum excerto

Quando eu fui para Coimbra e até no meu 2º ano, este Garcia era o ídolo da Academia! Regia no 3º ano Direito Administrativo: mas como ninguém lhe estudava palavra, e se lhe ia o ano com o positivismo de Littré e de Augusto Comte e dava muitos feriados – uns porque chovia, outros porque fazia sol, outros porque nem chovia nem fazia sol! – era um ídolo⁴⁴³

Da sua passagem pela Universidade, lembrando a festa de finalistas, escreve no capítulo dedicado à *Récita dos Quintanistas*

A minha em 1885, teve lugar nos dias 21, 23 e 24 de Março com o *Segredo do Mandarim*, original do Solano d'Abreu, com versos de Alfredo da Cunha; e no dia

⁴⁴¹ *Op. cit.*, pp. 304-305.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 312.

⁴⁴³ *Ibidem*, pp. 357-358.

20 de Maio, com o “charivari em 3 actos”, *À roda do Prego* original também do Solano d’Abreu.⁴⁴⁴

E entre os intérpretes do *Segredo do Mandarin* entrava Trindade Coelho que fazia um papel de Jornalista, com uma informação muito tímida. Um eu escondido denotando, talvez, algum embaraço na interpretação⁴⁴⁵.

Da leitura do *In Illo Tempore* memoriza-se, retém-se e convive-se com personalidades que fazem parte do colectivo deste país que a partir de Coimbra gerou as maiores individualidades da cultura portuguesa.

Não havendo uma linha diacrónica constante no desenrolar dos vários acontecimentos narrados, verificamos que o passado se cruza com o presente para dar oportunidades que outros factos e pessoas relevantes sejam mencionados. João de Deus, Mouzinho de Albuquerque, Antero de Quental, a dissolução da sociedade do Raio e a criação da maçonaria. Outras são as personalidades literárias que de um modo aleatório percorrem as páginas discursivas, apresentando-se para além da autoridade que os fez granjear mérito com a produção literária. Afonso Lopes Vieira, Gonçalves Crespo, António Feijó, João Penha são nomes que se colocam lado a lado com o leitor, que além de transmitirem cosmopolitismo, parecem abrir a porta de entrada para um diálogo que conduzem os leitores aos livros.

Não falta também a topografia e a nomenclatura a fazer recordar um espaço de onde emergiram tantos portugueses e que foi emblemático na sociedade coimbrã. A abundância de topónimos académicos, a utilização de ícones do património cultural sanciona e cimenta a ligação que o livro,

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 317.

⁴⁴⁵ Veja-se *In Illo Tempore*, p. 320.

sendo um recordar que se deseja, vai criando, estabelecendo uma situação quase fraternal, esquecendo-nos, hoje, que Coimbra constituiu uma elite, para se tornar, presentemente, num caminho onde todos têm a possibilidade de entrar. Um guia a consultar, o convite, um salvo-conduto para antecipadamente conhecermos uma escola a que todos, julgam, ter acesso.

A Torre da Universidade, o Choupal, o Penedo da Saudade, o Pátio das Escolas, o Jardim Botânico, o Arco da Almedina, a Cabra são nomes a reter e a avivar referentes que colam o leitor ao texto num entusiasmo que não arrefece. Os locais de convívio, também, não são esquecidos. As livrarias do Cabral, do Melquíades, do Pires, do França Amado. Os espaços de convívio dos estudantes, da arraia miúda no Anda a Roda, à porta da Havaneza ou do Abílio, as tertúlias dos janotas e polainudos, no Café Lusitano. A botica do Ferraz, local de encontro dos mestres de Medicina, as livrarias do Pires e do Cabral, onde estacionavam os homens de Direito e os mestres de Teologia na botica da rua dos Coutinhos. Todos estes pontos, naturalmente, paragem para discussão e vitupério.

Fornecendo um panorama mais alargado da topografia conimbricense, transporta-nos até aos arredores da cidade, onde não faltam Chelas, à estrada da Beira, à mata do Buçaco ou às férias na Figueira da Foz onde Trindade Coelho terá oportunidade de recitar a *Velhice do Padre Eterno* no casino. A gastronomia não podia faltar. Escrever e ouvir falar dos petiscos e dos bons pratos em tascas conhecidas, aviva a memória e aguça o sabor e o olfacto. Peixe frito da tasca das tias Camelas, as caldeiradas na Lapa dos Poetas, as açordas, os pires de arroz-doce e de marmeladas, os pastéis de Chelas e os festins de

lampreia, quando havia dinheiro, são um bom pretexto para lembrar em livro e um pouco do muito que haveria ainda por dizer, uma vez que confessa possuir material para publicar outro livro.

Se é verdade que o *In Illo Tempore* é um retrato que nos aproxima de uma sociedade que pertence a poucos, ao mesmo tempo desmistifica-a mostrando a nu aspectos que não são do conhecimento da generalidade dos cidadãos. A propósito dos voluntários de economia, no capítulo que a eles dedicou escreve Trindade Coelho

Ora os estudantes de Matemática, voluntários em Economia Política, afizeram-se desde tempos imemoriais a não estudar palavra para aquela cadeira, e é o mesmo que se a não tivessem!

Fazem a sua frequência de banco, porque se a não fizessem não iam a acto, mas não estudam nem uma palavra; são uns arruaceiros terríveis nas aulas; e até ocupam bancadas à parte, uma espécie de céu aberto porque não há cólicas, enquanto que os obrigados estão no inferno.⁴⁴⁶

Observador atento do que se passava à sua volta, vê de uma forma divertida, sem perder o equilíbrio da escrita, o ridículo, a mediocridade, a jactância de mestres e alunos, a vaidade da fidalguia, através de descrições que não resvalam no discurso soez ou no termo indecoroso. Lentes solenes, graves e empertigados que falam alto e de papo proporcionam a Trindade Coelho um texto que é um compêndio para uma cadeira de coimbralogia.

De entre os hábitos que compunham a boémia coimbrã, a caça aos gatos fazia a felicidade dos estudantes, ocupando-os durante a noite e impedindo-os que no dia seguinte se encontrassem preparados para enfrentar o lente. Muitas são as histórias em redor destas situações,

⁴⁴⁶ *Op. cit.*, p. 383.

provocando alguns descasos como o episódio que tem por título *Viu bem* em que o professor, julgando ter chamado um aluno, interrogou outro, trocando-lhe a classificação.

Como se o estudante de Coimbra particularizasse um tipo que se distinguia dos outros, Trindade Coelho aproveita para contar uma situação passada entre ele e José Leite de Vasconcelos (1858-1941), que mais tarde viria a ser uns dos nossos maiores filólogos

... fazendo eu uma vez uma viagem com José Leite de Vasconcelos, que estudava medicina no Porto, e eu Direito em Coimbra, o surpreendi, uma ocasião que estávamos a merendar à borda de uma ribeira, debaixo de uns choupos, a olhar muito para mim em vez de comer:

- Que diabo estás tu a olhar? – perguntei-lhe eu.

- Cá uma coisa. Estou a ver que diabo têm vocês, os estudantes de Coimbra, que se não parecem com os das outras escolas, mesmo no tipo!...

O fenómeno dá-se, com efeito.⁴⁴⁷

A tricana, como não podia deixar de ser, é tratada com o maior desvelo por parte de Trindade Coelho. Elas são o único elemento coimbrão, fora da universidade, capaz de competir com as letras e as matemáticas dos estudantes que em noites de São João se misturam com futricas e filhotes ouvindo música e trocando cantigas ao desafio que ainda hoje se ouvem, perdidas no decorrer dos tempos

O meu amor é estudante

Estudante de Latim

Se ele se chegar a formar

Ninguém tenha dó de mim.

⁴⁴⁷ *Op. cit.*, p. 376.

Eu vim a Coimbra ao estudo,
Com tenções de me formar,
Apenas vi os teus olhos
Nunca mais pude estudar⁴⁴⁸

Um livro de saudades e de memórias, a fazer recordar uma juventude que o tempo irreversível não contemporiza e que só as páginas da escrita trasladam para além do cronos. Uma cidade rememorada numa tradição que se renova através de marcos que servem de referentes a uma juventude irreverente que teima em fazer jus a um período de vida irrepetível. *In Illo Tempore* é que era bom. A tolerância na transgressão não tinha limites. O mundo era aquele. Em Coimbra, a fantasia caminhava ao lado da responsabilidade, do sacrifício e do querer. Tudo era permitido. E porque tudo é breve e transitório, que melhor meio para perpetuar o que ama, que não seja um livro? Livro de muitas edições, de muitos elogios, de muitas leituras. Livro dos melhores dias da vida. Como afirmava Carlos Santarém de Andrade em 2002⁴⁴⁹ “*In Illo Tempore* é um livro fresco, vivo e duradouro”.

Trindade Coelho exultava de satisfação ante a publicação da sua obra que o iria aproximar de Coimbra. Em carta de 12 de Março de 1902, existente na Biblioteca Municipal de Coimbra dirigida a António Augusto Gonçalves, afirma Trindade Coelho no final da mesma.

O livro fica d'arromba! “Assim o creio, e havemos de regalar os olhos a olhar para ele! A lê-lo, isso é outra coisa. Não haverá por aí um retrato da Marrafa⁴⁵⁰”

⁴⁴⁸ *Op. cit.*, p. 260.

⁴⁴⁹ Centenário da Publicação do *In Illo Tempore*, de Trindade Coelho, 2003, Câmara Municipal de Coimbra, p. 40.

⁴⁵⁰ Figura coimbrã que, à noite, distribuía sebatas de porta em porta.

Se houvesse, e vindo já, ainda viria a tempo. Não se esqueça da lista dos monumentos arquitectónicos dignos de nota. Mas não é pressa. Abraços do

Seu do c. muito afectuoso

Grato

Trindade Coelho⁴⁵¹

A propósito de *In Illo Tempore*, o nº 87 do jornal Brasil-Portugal de 1 de Setembro de 1902 dedica vários poemas de autoria de Angelina Vidal (1853-1917), vejamos o último poema escrito pela jornalista, datado de 15 de Agosto de 1902

Todo o título saltita; as graças do dizer
Num aticismo puro, afluem naturais,
Por vezes faiscando e lascas de cristais
Onde as pombas do Génio o néctar vão beber.

Neste feixe viçoso e vão quero recolher...
São tudo espigas de oiro e pulcras germinais
Ondeando ao contactear das auras musicais
Que a Alma Portuguesa escuta com prazer.

Ah! quando ingrata gente, em cómica atitude
Desdenha quanto é nosso, e prenhe de estultícia
Decreta o êxodo ao Génio, e algemas à Virtude.

É bem que a Fama acuda a conferir, propícia
As honras ao Talento oposto à ignária rude
Com vitalismos da Arte... E assim:

Fiat justitia

Angelina Vidal⁴⁵²

⁴⁵¹ Veja-se também *Colóquio Letras* nº 134, Outubro-Dezembro 1994, p. 88.

E foi assim que Trindade Coelho ultrapassou o desenraizamento a que a vida o sujeitou. Saído de Mogadouro, sublimou a ausência pela escrita, forma maior de superação mística dos problemas e das mágoas que o afligiam. Fiel às amizades, às pessoas e aos lugares, fraterno com todos os que conviveu, dotado de enorme capacidade para a escrita, escreve sem cessar a crise e a angústia de uma existência que o fez deambular por caminhos que não eram os ambicionados. Mogadouro era a terra do seu nascimento. Coimbra a terra da mulher e do filho. Eram o seu húmus. Transportava-as nesse caminhar pela existência porque

Lisboa! Isto não presta! É frio, é desaconchegado, é hostil... Na aldeia, sim. Toda a gente nos conhece; conhecemos toda a gente.⁴⁵³

E do seu estro... *In Illo Tempore* a perpetuar locais, pessoas, paisagens e costumes que borbulhavam dentro de si, ao mesmo tempo que expondo-se, fala de si.

IV. 2. O Epistológrafo

A produção epistolográfica de Trindade Coelho, suscita-nos a curiosidade de entrar pela investigação de um temário que, *a priori*, não tem merecido a maior atenção por parte dos estudiosos que à literatura têm dedicado grande parte do seu tempo.

Sendo uma matéria que a todos interessa, particularmente a quem, se consagra ao epistolário, tentando ir para além da produção literária, considerámos conveniente a divisão deste capítulo em dois aspectos

⁴⁵² Professora distinta, autora literária, jornalista e lutadora republicana. Veja-se *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições ASA, 2003, pp. 1433-1438

⁴⁵³ *Senhor Sete*, p. 213.

importantes, sendo o primeiro dedicado à epistolografia em Portugal e o outro a Trindade Coelho, enquanto epistológrafo.

IV. 2.1. A epistolografia em Portugal

Para além da escrita ficcionada que põe o produtor da obra de arte literária em contacto com o mundo que o lê, apreciando-o ou censurando-o, a necessidade de comungar com o próximo leva-o a escrever aquilo que ele considera íntimo, numa tentativa de desafogo, revolta, amizade, admiração ou desabafo.

São muitas as cartas chegadas até nós, escritas há muito e que perduram nos alfarrábios, aos quais os estudiosos vão buscar matéria para aprofundar biografias, ensaios literários ou que, servindo de especulação, servem de extrapolação na apreciação do texto literário.

Muitas cartas foram dirigidas a um destinatário concreto e só ele foi o receptor de uma alegria ou de uma tristeza, de uma novidade, ou de uma informação guardada segredo por muito tempo. Outras foram publicadas em forma de artigos vulgares ou crónicas breves, ensaios ou apontamentos de viagem, ou denunciando e afirmando um posicionamento político, como são hoje as modernas cartas abertas ou ainda as que nos anos setenta do século XIX inundaram jornais e revistas e constituíram a célebre *Questão Coimbrã ou Bom Senso e Bom Gosto*, como passou à posteridade.

Os descobrimentos iniciados na era de Quinhentos levaram os viajantes a escrever, de terras distantes, a Reis e Senhores Nobres, dando conta de achados, feitos, descobertas ou a pedir instruções sobre procedimentos a ter. São dessa época cartas de D. João III e de Afonso de Albuquerque que ainda hoje se conservam em locais acessíveis aos

que, devidamente credenciados, pretendem estudar épocas que fizeram grande o nome de Portugal.

De Camões que viveu na Índia cerca de dezassete anos, é impensável imaginarmos que durante esse espaço de tempo não tenha escrito uma carta. Segundo Hernâni Cidade

São sete as Cartas que o V vol. da edição das *Obras de Luís de Camões*, editadas pelo Visconde de Juromenha, atribui ao Poeta. Eliminemos desde já a III, porque é complemento e fecho da II, em conformidade com a edição das Rimas de 1598, a primeira a inseri-la.⁴⁵⁴

Ester de Lemos, a propósito das cartas escritas por Camões afirma

Nelas se espelha muita desilusão e alguma amargura, envolvidas em humor sentencioso com anexins, alusões ocultas, graças populares, que anunciam uma prosa nova, entretecida por vezes de poemas a propósito; adivinha-se por detrás delas uma vida de boémia, aventura e intriga, mas também a nostalgia, muito renascentista, das estâncias calmas no campo, lendo os clássicos à sombra amena.

455

A evolução da epistolografia vai-se fazendo sentir, à medida que prospera a vida em torno da corte e o convívio em salões onde cada um procura brilhar e dar provas de si. Com o iluminismo a divisar-se no horizonte e embora Portugal vivesse debaixo do domínio dos espanhóis, a preocupação pela língua portuguesa e por outros comportamentos sociais acabavam por ser marcantes, vincando uma forma de reacção ao país dominador. Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622) mostra grande parte dos seus atributos em *Corte na Aldeia* publicação impressa em

⁴⁵⁴ Luís de Camões, *Os Autos e o Teatro do seu tempo, as cartas e seu conteúdo biográfico*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1956, p. 145.

⁴⁵⁵ Veja-se *Dicionário de Literatura*, 1º volume, A/E, Porto, Livraria Figueirinhas, 1978, Epistolografia, p. 295.

Lisboa em 1619, quando outros amantes da língua portuguesa, há pouco iniciavam a sua existência. António Vieira tinha onze anos, a mesma idade que D. Francisco Manuel de Melo e Manuel Bernardes havia de nascer vinte e cinco anos mais tarde⁴⁵⁶. Acerca das cartas dedica dois capítulos que denominou de “Da polícia e estilo das cartas missivas” e “Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas”.

Por seu turno D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), preso por razões um tanto confusas, dedicou à epistolografia parte da sua prosa. Em *Escritório Avarento*, volume II de *Apólogos Dialogais* afirma a personagem Português

(...) porque os epistolários têm por certo que de todos os actos de entendimento nenhum é tão expreso retrato da alma, como a carta de cada um, por uma natural reverberação do espírito, que faz reflexo no papel de todos os affectos que no ânimo do homem estão guardados e só ali circunstantes; o que não é no livro, na prática, nem no discurso aonde o artifício serve sempre de liga ao mais fino ou do melhor entendimento⁴⁵⁷

Consagrando à epistolografia uma grande fracção do seu estro, publicou em 1664 em Roma um livro que denominou de *Cartas Familiares* que Rodrigues Lapa no Prefácio à edição de 1937 afirma

As Cartas Familiares, com excepção de umas poucas, constituem o diário truncado da sua vida na prisão, nas diferentes prisões por onde andou,

(...)

Não nos iluda contudo a sua designação de “familiares”, nem queiramos ver nelas a singeleza correntia duma epístola a amigos. Têm o seu enfeite; muitas delas têm até enfeite demais. O autor era difícil e trabalhava o estilo, segundo confessava:

⁴⁵⁶ Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945, Prefácio, p. X.

⁴⁵⁷ *Op. cit.*, p. 53.

(...)

Com tudo isso, as *Cartas Familiares* constituem um documento literário de primeira ordem para quem quiser conhecer o autor e a sua época. Com ele, de sua prisão “quase ouvimos os ecos dos tambores civis” e pressentimos a surda guerra em que se debatiam os espíritos, naquele período de crise.⁴⁵⁸

Denotando a amargura própria de quem pela prisão passou grande parte dos seus dias e os contabiliza numa memória que não os esquece dirige uma carta que denominou “Carta do autor aos leitores de suas cartas” afirmando que as cinco centúrias de cartas que se oferecem no livro foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas dobradas com singeleza, seladas pela desgraça e levadas pela morfina. Ainda na perspectiva da infelicidade que o domina esclarece o leitor que há pouca variedade de assuntos, porque o humor estava fixo na melancolia, predominando a quantidade em detrimento da qualidade.

Desconhecendo o número de cartas que escreveu ao longo de doze anos de cativo e seis de desterrado, que ninguém se admire de, nos primeiros seis anos de prisão, ter escrito vinte e duas mil e seiscentas cartas.

Apesar de afirmar que a edição apresenta cinco centúrias de cartas, a publicação a que nos reportamos datada de 1937, é constituída por 115 cartas.

No século XVII por razões diversas das de D. Francisco Manuel de Melo, é a prolixidade do Padre António Vieira que ressalta, cujo acervo de cerca de 700 cartas dirigidas a figuras importantes da governação com o fim de obter apoios para a sua tarefa como jesuíta empenhado na evangelização e promoção do índio do Brasil. Homem do seu tempo,

⁴⁵⁸ D. Francisco Manuel de Melo, *Cartas Familiares*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1937, Prefácio, pp. XXIII-XXIV.

virado ao exterior e para os problemas da sua época é na oratória e na escrita, *tout court*, na palavra que o Pe António Vieira alicerça a sua actividade com vista a tornar menos dolorosa a vida do escravo explorado pelos colonos no Brasil, ou, tentando, mesmo, a promoção e integração dos cristãos-novos.

Posteriormente, já no século XVIII, precedendo de reformas levadas a cabo pelo Marquês de Pombal, há a considerar o *Verdadeiro Método de Estudar* publicado de 1746 a 1747 por Luís António Verney, obra constituída por 16 cartas que procurou iluminar a Nação em tudo o que pudesse. Desta época, também a Marquesa de Alorna (1750-1839), conhecida pelo nome arcádico de Alcipe, em cujos salões passaram os intelectuais do seu tempo em busca de novas ideias estéticas, como terá acontecido a Alexandre Herculano. Ficaram célebres as cartas particulares de Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre, familiar dos Távoras, encerrada muito jovem no Convento de Chelas por força do atentado contra D. José I.

Voltando ainda ao século XIX, foram muitos os escritores que legaram à posteridade um espólio considerável de missivas. Oliveira Martins, Herculano, Antero, Camilo e Garrett são famosos pelo que escreveram enquanto produtores do texto literário e como dominadores da prosa epistolográfica, passando do tema mais delicado ao mais prosaico.

No dealbar do século XX, é famosa a correspondência trocada entre Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa e uma definição que o poeta dos heterónimos faz a propósito das cartas de amor, considerando-as ridículas. Manuel Laranjeira, de vida muito curta, vitimado pela doença e

suicídio que o precipitou para o fim da existência, também, merece um lugar como epistológrafo de nomeada.

O desejo de coleccionar autógrafos de personalidades notáveis, nacionais e estrangeiras, chefes de Estado, Ministros, diplomatas, artistas e escritores, levou o dicionarista Cândido de Figueiredo (1846-1925) a publicar cartas inéditas de oitenta e cinco escritores portugueses da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século XX.

É uma edição não datada, presumivelmente de 1924, atendendo a que o prefácio assinado por C. de F. data de 1 de Julho de 1924, resultado de uma selecção de cartas manuscritas que o autor possuía, pondo de lado centenas delas, não porque o assunto não interessasse ao destinatário, esclarecendo que continuará a guardar no seu arquivo inúmeras cartas, não só dos profectas menores da nossa literatura, mas também dos maiores, como Castilho, Camilo e outros.

A análise diacrónica que nos propusemos e que fizeram chegar até nós nomes das nossas letras que às cartas dedicaram muito do seu tempo, ou descobrindo homens que no século XVII teorizaram a epistolografia, e ainda o encontrar a justificação que levou Cândido de Figueiredo a “desvendar” cartas de oitenta e cinco escritores portugueses, conduz-nos inevitavelmente, à leitura do trabalho de investigação sobre epistolografia publicado em 1985, de autoria de Andréa Rocha, denominado *A Epistolografia em Portugal* que revela um conjunto de pontos, cuja pertinência importa realçar.

Há aspectos da carta que não passam em claro na observação do destinatário e muito menos na análise do investigador. Consideremos, de modo mais ou menos aleatório, a data, o destinatário, a assinatura o conteúdo.

A data permite-nos localizar no tempo, no acontecimento histórico, relativizar o momento. Opinar acerca da idade, do pensar e do agir do destinador da missiva, contextualizando a informação. A carta sem data fornece uma informação cujo valor é inócuo.

Procuramos para nos situarmos, para ir até ao âmago de um acontecimento, muitas vezes, irrepetível.

O destinatário é tão importante como o destinador. Há cartas que ficam célebres graças a este binómio. O destinatário condiciona o texto. Escrevemos de acordo com o destinatário. Confessamos ou não, conforme o grau de confiança que estabelecemos com o destinatário. Interessa ao investigador, o destinatário. Muitas cartas são uma contacorrente com o destinatário, um trocar de impressões, um pedido de ajuda, uma demonstração de solidariedade.

A ausência do nome do destinatário torna a carta uma amostra sem valor. Não se escreve para mortos. É preciso saber para quem se escreve.

A assinatura. Sem ela o objecto não tem valor. Não veicula a informação, o pedido, o desejo.

Os bibliófilos colecionam cartas com assinatura, raramente e excepcionalmente, sem ela. A assinatura responsabiliza quem dela faz uso. A assinatura é como a palavra dada à distância.

É a confidencialidade que chega a um, mas que outros desejarão conhecer.

É a linguagem oblíqua ou cifrada para que só um entenda.

O conteúdo é o que não se divulga e o que produz a comunicação ou a separação entre o receptor e o expedidor. É a alegria e a tristeza.

A leitura da carta, o seu conteúdo, põe-nos em contacto com o belo, com o génio, com o homem comum, com o saudável ou com o doente. É o suporte da continuidade.

Outros aspectos há a considerar na epistolografia, para além dos apontados. Considerando que as cartas fazem parte do espólio de quem as possui, entrar no domínio das cartas é despojar aquilo que pertence a alguém. As cartas são achegas para a biografia do autor, porque aí estão presentes factos e aspectos que ele não divulgou, que eram secretos, sendo possível encontrar traços da personalidade escondida através dum estudo grafológico. É possível compreender melhor a obra, se tivermos a capacidade de analisar a forma e o conteúdo da escrita.

Na carta é possível acompanhar o crescimento correcto ou enviesado do produtor da escrita, as suas tendências estéticas, as suas preocupações dominantes, os seus estados de espírito condicionadores da sua produção.

Sendo a carta de conteúdo ilimitado, é possível divisar unidades criativas anódinas, com textos marcados por grandes rasgos estéticos, numa simbiose do melhor e do pior.

É verdade que a carta é uma forma de refrigério e de refúgio à desinibição. Escreve-se para não enfrentar a pessoa a quem nos devemos dirigir. Ocultamos o nosso físico e as nossas reacções. A carta é uma terapêutica falando daquilo a que não nos atrevemos, mas é, também, um fingimento, uma forma de mentir, uma maneira de fugir ao inevitável.

Em pleno século XX muitas foram as cartas do mais variado tipo escritas em Portugal desde Manuel Teixeira Gomes (1860-1941), 7º Presidente da República entre 1923-1925 e que depois do seu exílio

voluntário na Argélia deixou um espólio epistolográfico notável à guerra do Ultramar que foi pretexto para que o movimento epistolográfico acelerasse. Cartas de amor cruzaram os céus de Portugal, inundadas de palavras onde mulheres e homens jovens juraram amor até à eternidade. Cartas repassadas de paixões que, teimosamente, insistem em sobreviver apesar das distâncias. Palavras magoadas escritas em surdina para ler em voz alta, a construir o quadro de honra do melhor que se produziu

Uma cama sem ti é um sudário. E o bacio da miúda, que ficou esquecido atrás da cortina de plástico é uma coisa absolutamente dolorosa.⁴⁵⁹

Era a guerra do Ultramar a interromper paixões, amores, a adiar vidas de família que, depois, se afinavam em palavras movidas pela metáfora, pela hipérbole, pelo exercício estilístico melhorado em cada carta escrita avolumando o acervo epistolográfico guardado em forma de relicário. Em cartas foram muitos os que aprenderam a ler e a escrever porque era preciso guardar segredo e conservar em forma de tabu aquilo que só aos amantes pertencia porque aí as cartas de amor não eram mais ridículas, eram sim uma forma de preservar o equilíbrio e derrubar distâncias que nenhum meio de comunicação era capaz de resolver. E naquele salve-se quem puder, o recurso à carta era o meio mais eficaz de sobreviver e encurtar o tempo de espera para um retorno que não mais chegava.

IV. 2.2. Trindade Coelho – epistológrafo

De entre o rol de individualidades que nos servem de arquétipo, é legítimo considerar Trindade Coelho como um dos epistológrafos que maior rasto deixou para a posteridade. Sem o acervo que nos legou,

⁴⁵⁹ António Lobo Antunes, *D'este viver aqui neste papel descripto*, Dom Quixote, 2005, p. 421.

difficilmente penetraríamos nos bastidores da sua existência. E é graças à publicação de *Autobiografia e Cartas* por iniciativa de seu filho Henrique em 1910, que é possível pegar no fio da meada que nos conduz ao conhecimento deste transmuntano que um dia sai de Mogadouro e se aventura no mundo das letras em terras distantes do litoral pátrio para se tornar na figura mais importante daquela vilinha transmuntana de origem árabe a quase, 1000 metros de altitude⁴⁶⁰. Divulgou-a deu-a a conhecer aos que mal sabiam que existia um nordeste transmuntano a que Torga apelidou de reino maravilhoso em 1 de Setembro de 1941⁴⁶¹. Em vida e depois dela, Mogadouro, a sua terra, prestou-lhe tributo, reconhecendo os seus méritos. E lá está o sinal da sua passagem por este mundo, para que não esqueçam. Aqui nasceu e viveu o que nunca se esqueceu do berço. Chamava-se José Francisco Trindade Coelho. O Largo tem o seu nome. A estátua representa-o na sua dimensão. Escreveu as primeiras cartas para a sua terra. O pai, orgulhoso do filho que estudava no Porto, no Colégio de São Carlos, vai tendo notícias. O filho obediente escreve em Novembro de 1873, com doze anos. É o início de um ciclo que terminará abruptamente quando se oferecer à morte em Agosto de 1908.

Em artigo escrito por Viale Moutinho, publicado no *Diário de Notícias* em 24 de Julho de 1988⁴⁶² com o título *Trindade Coelho: inéditos da sua infância*, existem 38 cartas de José Francisco Coelho, interno no Colégio de São Carlos, na Rua da Restauração, no Porto, para seu pai, João Francisco Coelho, comerciante em Mogadouro que viria a falecer subitamente em 4 de Agosto de 1883, quando tinha 56 anos e se

⁴⁶⁰ *Autobiografia e Cartas*, p. 3.

⁴⁶¹ Veja-se *Livro do Segundo Congresso Transmuntano*, edição da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, 1942, p. 274.

⁴⁶² Para o estudo de Trindade Coelho é de grande importância a leitura de trabalhos levados a cabo por este jornalista do *Diário de Notícias*, hoje aposentado.

encontrava nas termas de Longroiva. A mãe Narcisa da Conceição, expira e 9 de Setembro de 1870, com 40 anos.

Servindo-nos do texto de Viale Moutinho, permitimo-nos transcrever alguns apontamentos que uma criança de doze anos, internado no Colégio, se permitia escrever ao pai a duzentos quilómetros de distância. Padecendo de um problema físico escreve Trindade Coelho ao pai em 15 de Novembro de 1873

Agora vou dar-lhe uma notícia não muito boa, que é o meu pé que está cada vez pior (...), eu não posso descansar de noite na cama. Mas dizem que é unha encravada.⁴⁶³

E não terminavam os percalços neste ano de internato no Porto. Com uma apreciação nada favorável ao espaço, confessa na mesma carta:

Estava com muito gosto no colégio se não fosse que me roubassem um tinteirinho de bolso, dois canudos, um sistema métrico, Manual Enciclopédico, vinte réis que tinha numa bolsa à cabeceira da cama, uma tesoura, e inclusivamente as correias dos sapatos, que tinha debaixo da cama. Já vê, pois, que isto é a maior ladroeira.⁴⁶⁴

Como bom estudante que já começa a ser, dá conta ao pai da sua actividade:

Eu estudo com muita vontade, mas nunca esquecendo da minha boa mãe e das recomendações do meu bom pai e do sacrifício que está fazendo com bem poucas forças e de Nossa Senhora do Caminho, que só esta me pode ajudar.⁴⁶⁵

⁴⁶³ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1988.

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁵ *Ibidem*.

Sendo um homem atento ao aproveitamento escolar do filho, é natural que lhe faça algumas recomendações que merecem de Trindade Coelho alguma atenção, assim responderá

Vejo o que me diz em referência ao meu pouco estudo, mas eu ainda não deixei de saber as minhas lições, tanto em latim como em instrução primária. Porém, hoje, já conheci que o Sr. Director ficou mais satisfeito com a minha lição de latim e farei para que ele, quando lhe escrever, lhe diga, como eu vou, que me parece lhe dirá bem.⁴⁶⁶

Pondo o pai ao corrente do seu percurso como estudante, depois de ter passado o Natal longe da família mais próxima, escreve:

Agora tenho a dizer-lhe que os que fazem exame de instrução primária este ano, e frequentam outra língua – por exemplo francês ou latim – deixam estas línguas e estudam só instrução primária para ver se se podem habilitar, porque já falta pouco para os exames. Por isso eu tenho de deixar o latim por este pouco tempo.⁴⁶⁷

Acreditando em Deus e sendo cristão, como várias vezes escreveu, essa fé cresce com ele, desde muito novo e tendo como grande preocupação o sucesso escolar, escreve às irmãs “que quando for à missa da N. S.^a do Caminho rezem uma salve-rainha para eu ficar bem no exame, que eu não me esqueço tanto à noite como de manhã”, não se esquecendo na mesma carta, datada de 10 de Janeiro de 1874 “Hoje faz meses que morreu a minha mãe, eu bem me lembro”.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1988.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

O pai, também, ia sendo informado do andamento do filho, por cartas recebidas, directamente, do Colégio. Escrevendo ao jovem no Colégio de São Carlos, terá de Trindade Coelho a resposta atenta

Agora mesmo recebi a sua estimada carta, e vejo o quanto desgostoso está para mim, eu assim que a li comecei a chorar e ainda estou. E vendo que o meu pai tem razão desde já lhe peço perdão, o que espero alcançar do pai na primeira carta que me escrever. Eu ainda não deixei de saber uma só lição do que pode o pai informar com os meus professores. Quando eu para aí escrevo e a letra vai mal é porque não tenho tempo de escrever devagar.⁴⁶⁹

(...)

Desde já lhe digo que nunca pensei estudar com tanta vontade com o estudo, ainda não mereci a mais leve repreensão do meu professor. Pelo contrário, é muito meu amigo, do que muito me prezo, e com razão.

(...)

Hei-de ficar bem porque a vontade com que estudo mo diz. Estou muito satisfeito nada me mete medo, nenhuma dificuldade tenho, enfim nada me falta.⁴⁷⁰

Não são só as ocupações escolares que o preocupam, como transmontano, ligado à terra e à família, fala com o pai acerca da economia doméstica, prenúncio de precocidade

... Vejo o trabalho que tem com o azeite, as vezes que se levanta de noite cedo para ir à Roca. E por causa de quem são causados todos esses trabalhos? Por causa de mim e dos meus manos. Nunca lhe recompensaremos tantos trabalhos.

⁴⁶⁹ *Ibidem.*

⁴⁷⁰ *Ibidem.*

Quem é esse palerma desse criado que o pai agora tem? Eu não o conheço, mas faço ideia.⁴⁷¹

Órfão de mãe, é no pai que vão desaguar todos os seus desassossegos. O facto de estar longe da família, internado num colégio, distante do amparo dos mais próximos, torna-o alvo de alguns transtornos e de alguns problemas cuja ajuda solicita ao pai. Conta Viale Moutinho, cujo artigo de 24 de Julho de 1988, inserto no *Diário de Notícias*, temos vindo a citar, referindo-se a uma carta escrita em 12 de Fevereiro de 1874, a propósito da perda de um anel

... nesse dia não jantei nem ceci e agora estão-se a rebentar as lágrimas, mas eu tenho esperança que ele há-de aparecer. Eu rezo a Santo António e eu sei um responsinho e ele sai-me bem.⁴⁷²

O gosto pela língua francesa é uma preocupação de juventude em Trindade Coelho. Mais tarde, já Delegado do Procurador Régio em Portalegre traduzirá *Pêcheur d'Islande*, de Pierre Loti no jornal *Gazeta de Portalegre*, por si fundado, em 1891. Em 22 de Fevereiro de 1874 inquietado com os conhecimentos de francês escreve ao progenitor

Eu à noite vou para o dormitório. Às oito horas, até às nove, estamos a conversar, e rapazes pequenos, muito mais pequenos do que eu, começam a falar francês uns com os outros e eu envergonho-me de estar ali a ouvi-los e não lhes saber dizer nada.⁴⁷³

⁴⁷¹ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1988.

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ *Ibidem*.

Do seu catolicismo praticante vai dando conta ao pai. O seu quotidiano não lhe escapa à escrita continuada. A propósito das férias da Páscoa, escreve em 1 de Abril de 1874

... as férias em lugar de descansarem uma pessoa matam-na, porque todo o dia andamos a passear, outro dia fomos à estação do comboio, pagámos dez réis para irmos num barco. Terça-feira íamos a uma quinta que aqui há com um labirinto. Chegamos lá, disseram-nos: “Não podem entrar que está o senhor doente”. Uma légua para lá outra para cá são duas léguas e assim demos passeios desta natureza e forma. Domingo, fomos aos Passos à Foz. A pé, já se vê. Vimos passar a gente no americano, mas nós à pata. E o meu pé doente cada vez mais mal. Estou à espera que o pai cá venha para tratar dele.⁴⁷⁴

Sempre com as actividades lectivas presentes, diz ao pai em 3 de Maio de 1874, não esquecendo o húmus natal

eu admiro-me de mim mesmo, os exames estão aí e eu muito contente nada me faz tremer.

(...)

Fez ontem um ano que eu fui à horta e plantei ao lado esquerdo do poço grande uma arvorezinha. Não sei se era pessegueiro, mas também ignoro se pegaria. Eu quando lá ia regava-a, agora...⁴⁷⁵

Já nessa época era celebrado no Porto o São João, motivo para o jovem Trindade Coelho escrever ao pai a 23 de Junho, recordando ser, também, o seu dia de anos, o que não era verdade, uma vez que o dia do seu nascimento é 18 de Junho, nascido a uma terça-feira e não a um sábado ou domingo como dizia ter ocorrido.

⁴⁷⁴ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1988.

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

Este dia é meramente festivo para os alunos deste colégio, e para mim o é por motivo duplicado. Celebra-se amanhã o aniversário natalício do precursor do Messias e hoje tudo é alegria e prazer, em festejarmos os anos do discípulo querido. Não posso exprimir a alegria que nesta ocasião sinto, se a tudo isto juntar que é hoje o meu dia de anos. Que coincidência notável!⁴⁷⁶

Em carta escrita à sua correspondente alemã, Louise Ey, em 6 de Abril de 1902⁴⁷⁷ confessa que os seis anos passados no colégio, foram miseráveis, de uma obediência estúpida e passiva, sempre a toque de sineta. Uma tristeza de vida, só não o deformaram por milagre, lembrando que para fazer o exame de instrução primária, levava na véspera 37 palmatoadas porque respondeu não sei às perguntas que lhe fizeram.

Contrariando o que afirmou em 1902 à sua correspondente, em carta escrita ao pai em 14 de Fevereiro de 1875, a sua apreciação sobre o Colégio afigura-se-nos positiva ao declarar

Vejo o que o pai me diz a respeito dos meninos que saem do Colégio; é certo que têm saído alguns, não por serem maltratados mas por birra, e por serem muito tolos.

(...)

O sr. Carlos é meu amigo e enfim não espere o pai queixa alguma da minha parte do colégio, senão quando eu for muito maltratado.⁴⁷⁸

Sempre presente, a religiosidade na sua vida. Como se tratasse de um diário, escreve ao pai em 17 de Março de 1875

⁴⁷⁶ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1988.

⁴⁷⁷ *Autobiografia e Cartas*, pp. 13-14.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

Julgo que hoje nos vamos confessar, por isso desde já lhe peço perdão de todas aquelas faltas que tão frequentes são num filho para com o seu pai. Oxalá eu pudesse também pedir perdão àquele que dia 10 de Setembro de 70 para lugar mais sossegado e livre dos cuidados, qual é o céu. Também o peço à Mariquinhas, madrinha, padrinho, tia Jacinta, enfim, a todas aqueles que por mim devem ser respeitados e tidos em grau de meus superiores.⁴⁷⁹

Congratulando-se pelos êxitos obtidos no Colégio, escreve em 5 de Dezembro de 1875

tripla alegria para mim, viçosa flor colhida na senda escabrosa do estudo, que bálsamo e alívio para curar a chaga aberta da saudade da família e, enfim, que sorriso de felicidade no começo da minha carreira literária e juvenil. Permita o Altíssimo que em assim continue e que chegue a ver finalmente coroados tantos esforços e trabalhos meus (...); trabalho, privações e sacrifícios que o pai está fazendo e sofrendo com constância e gosto.⁴⁸⁰

A leitura das cartas de Trindade Coelho permite-nos saber quem foi, o que foi, o que fez, o que pensava, como agia. De facto, a autobiografia inserta em *Autobiografia e Cartas* publicada, posteriormente, em 1910, a partir de cartas seleccionadas pelo filho, Henrique Trindade Coelho, com um prefácio de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, constituída por cerca de trinta páginas, dirigidas à sua correspondente e tradutora Louise Ey em 6 de Abril de 1902 é o documento mais completo da sua existência. Uma descrição diacrónica que se inicia em 18 de Junho de 1861 até “Quando chegará, minha boa amiga, o “reino de Deus”?! Uma pergunta ao futuro cuja resposta não tardará muito.

⁴⁷⁹ *Diário de Notícias*, 24 de Julho de 1988.

⁴⁸⁰ *Ibidem*.

As cartas conferem um tom de confidencialidade que poucos instrumentos de comunicação apresentam. Como se o destinador e o destinatário falassem ao ouvido; em surdina tudo é possível. As questões domésticas, a neurastenia, os livros, a religiosidade, a crítica, a relação com a família. O tom íntimo que vai aumentando na proporcionalidade das cartas que vai escrevendo, permite que as formas de tratamento se tornem menos rígidas, provocando uma irresistível aproximação, não deixando de confessar que gosta muito das mulheres. Com efeito, iniciando a correspondência com Louise Ey através do modo formal de Excelência, acaba por resvalar para a intimidade de um tutear utilizado da maneira mais prosaica.

A confidencialidade aproxima-nos, também, de Trindade Coelho. São vinte e três os destinatários das cartas. Carteando-se com D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, fala sobre didáctica e a Paulo Osório diz não saber escrever a frio, escreve do pescoço para baixo. Do pescoço para cima não sabe escrever⁴⁸¹.

Na revista *Prelo* nº 11 de Abril/Junho de 1986, é possível ler dezanove cartas, datadas de 1889 a 1908, sendo a última dirigida a seu filho Henrique, a partir de Londres, de 11 de Março de 1908. Por curiosidade, vale a pena ler um extracto da mesma

Põe lá que esta formidável Inglaterra é um povo muito atrasado. Em religião, o seu protestantismo é tão carola como o catolicismo; com política, tem o fetichismo do seu rei e da sua rainha, e nem compreendem... a república! A liberdade inglesa é o produto do egoísmo inglês, que não incomoda o vizinho para que o vizinho não o incomode. São elefantes domesticados. Livrarias, poucas, - e essas exclusivamente de livros ingleses. O *mundo*, para esta gente, é a

⁴⁸¹ *Op. cit.*, p. 61.

Inglaterra. O temperamento inglês conhece-se bem neste julgamento do Niassa.⁴⁸²

António Correia de Oliveira, Bernardino Machado, António Nobre, Cândido de Figueiredo, João Penha, Camilo Castelo Branco, Gomes Leal, Eugénio de Castro e França Amado, possível editor da 3ª edição de *Os Meus Amores*, são algumas das muitas personalidades com quem Trindade Coelho se carteceu. A publicação de um livro era pretexto para a escrita de uma carta e consequente resposta de agradecimento. A propósito do *Só* de António Nobre, numa carta que lhe dirigiu em 19 de Abril de 1892

Penso que o seu belo livro, onde a uma grande originalidade pelo que respeita à forma literária, se alia uma flagrante novidade quanto aos motivos de inspiração, ficará como um dos mais altos documentos, mais equilibrados e mais simpáticos, mais radiantes e mais humanos, legados à história literária portuguesa pelos espíritos desta hora. A poesia novíssima perdeu no seu livro muito desse exotismo por vezes quase idiota que a ia tendo em cheque; e ficou demonstrado com o *Só* que uma nova estética pode, efectivamente, animar e dirigir em caminho de um justo ideal o engenho e o gosto dos poetas - quando servida, como acontece no seu livro, por um grande cérebro capaz de conceber ideias puras, e por um coração porventura ainda maior, capaz de se abrir, como uma grande flor de luz, às emoções mais delicadas do sentimento...

Deste modo, além do seu alto valor como produto de faculdades poéticas, o livro do António Nobre impõe-se neste momento como obra de crítica, merecedora, por isso, de ser estudadas - tanto quanto admirada.⁴⁸³

⁴⁸² *Op. cit.*, p. 49.

⁴⁸³ Carta publicada num jornal cujo nome não nos foi possível identificar, existente no Museu Abade de Baçal, Bragança, pertencente ao acervo de Trindade Coelho, oferecido ao referido museu por sua nora, D. Maria Cristina Trindade Coelho.

Grande admirador de Camilo, Trindade Coelho estabeleceu com o escritor de São Miguel de Seide, uma amizade, consubstanciada na admiração e na correspondência que trocava com o Mestre, conforme lhe chamava.

No *Diário de Notícias* de 13 de Março de 1980 foi publicado um artigo de autoria de Viale Moutinho, intitulado *Três Cartas Inéditas de Trindade Coelho a Camilo*. Porque faziam parte de um conjunto de doze cartas descobertas pelo jornalista/investigador em São Miguel de Seide e das quais publicou três, transcrevemos parte da carta que a Camilo dirigiu em 7 de Fevereiro de 1886, datada de Coimbra:

Meu Grande Mestre

Agradeço infinitamente a V.Ex^a a nova honra com que me distinguiu brindando-me com um exemplar da edição particular do seu encantador livrinho. Li-o já três vezes: a primeira para mim só, egoisticamente; a segunda à família; a terceira a dois amigos. E hei-de lê-lo mais vezes, muitas mais, pois o meu desejo era que me acontecesse com o seu livro o que a V.Ex^a acontecia com os sermões do seu tio...

É um livrinho adorável, encantador. Qualquer das suas páginas, a primeira, por exemplo, que é a mais pequena, vale mais do que todos os livrinhos publicados desde a *Brasileira de Prazins...* não contando os de V.Ex^a bem entendido. Cinquenta e uma páginas que são um monumento de soberba linguagem, de graça, de crítica! Ah, meu grande Mestre, cada vez repito mais do coração o que um dia escrevi: “Não podemos nós, os Portugueses, dar uma fracção da nossa vida para perpetuar a de V.Ex^a!”

Posteriormente à escrita desta tese, foi esta carta publicada com o nº 99 por Hírdino da Paixão Fernandes, *Correspondência, 1873-1908* na *Revista Brigantia*, vol XXVIII-XXIX, Bragança, 2008-2009.

No entanto, eu sempre que leio coisa nova saída da sua pena incomparável penso que deve ter saúde de ferro quem assim escreve. Que valentíssimo espírito que assim zomba do corpo!⁴⁸⁴

No âmbito das comemorações do centenário do nascimento de Trindade Coelho, o periódico *Via Latina*, órgão da Associação Académica de Coimbra, publicou no seu nº137 de 31 de Janeiro de 1962, um número especial de “*Artes e Letras*” de 6 páginas inteiramente dedicadas ao escritor mogadourense, contendo cartas inéditas. De entre elas, escolhemos excertos de duas, sem data, dirigidas a seu filho Henrique, quando estudava em Coimbra, e a outra que, pelo seu conteúdo, permite imaginar que se encontrava no princípio da sua vida de estudante no Colégio de São Carlos, no Porto.

Eis a carta de Trindade Coelho a seu filho Henrique, estudante em Coimbra:

Meu querido Henrique

Vejo que os costumes não mudaram desde o meu tempo. Também no meu tempo era obrigatório, antes de começarem os actos, a galga de que os actos iam estar “dificílimos”, “levados dum milhão de diabos”! E afinal a lenda era inventada pelas cólicas dos que estavam em maus lençóis pois os lentes, boas pessoas, tinham de abaixar sempre a bitola, ainda que não fosse por amor dos protegidos! Ora aí tens! De resto, logo que vejas os primeiros actos, convenceste de que não passam duma Qualidade! A gente farta-se de estudar o ponto, e afinal tudo vem a reduzir-se, no acto, a 3 ou a 4 perguntas e... lá vai o tempo! Em geral, fica-se furioso com tanta coisa que se meteu na cabeça, e que afinal “ não serviu para nada”! É que o acto, -nota bem – é mais uma prova de capacidade do que de saber... Coisa de que os cábulas inteligentes usam e abusam, metendo-se porque

⁴⁸⁴ Nesta data Camilo tinha 61 anos. Segundo Viale Moutinho, Camilo publicou em 1886 cinco obras, sendo de considerar a obra visada na carta e cujo título omite *Lira Meridional*.

de propósito “armam questão”! Tu lá verás como essa política dos actos, é curiosa, e como os inteligentes sabem fazer “chicana”. Mas repito-te o que já disse, e que tenho absoluta certeza de que os actos confirmarão: tudo isso é uma banalidade, um fogo de vistas. Deixa-te de preocupações falsas, pois verás que é incomparavelmente mais difícil uma lição do que um acto. Para ti, principalmente, que és capaz de discutir e dizer coisas, é até uma prova lindíssima, e só tem de arrelviador o ser muito rápida, pois mal começa, está logo no fim.

(...)

O exagero do estudo, produz a confusão.

(...)

E portanto, passear, girar, cavaquear, divertir. Não chegues ao acto, cansado. Nada disso. Antes não pegues num livro, do que chegares esfalfado ao acto. O acto, graças a Deus, está seguro e o resto, depende sobretudo, nesta altura, de uma boa disposição de espírito, e esta pode ser comprometida por exageros de estudo que às vezes empestam as ideias em vez de as aclarar.⁴⁸⁵

Apesar de já termos dada conta de muitas cartas dirigidas pelo escolar Trindade Coelho a seu pai, enquanto estudante no Colégio de São Carlos, no Porto, não deixamos passar em claro, esta que se inclui na separata de *Via Latina*, por se tratar de um tema de carácter muito privado, que reputamos de interesse para quem gosta de avançar no conhecimento do jovem transmontano, transcrevendo alguns aspectos que julgamos mais curiosos:

Meu bom pai

(...)

O Sr. Carlos diz-me a respeito a mandar a conta eu não desconfio, então deixe lá... eu gosto muito dele e ele é meu amigo quanto pode ser e assim a senhora

⁴⁸⁵ *Via Latina* n.º 137, 31 de Janeiro de 1962.

dele e as 5 manas que tem e a mãe; esta quando nos vê quer por força que lhe demos um beijo e um abraço.

Vá lá... lá vai...

Enquanto ao que eu preciso é isto tenho umas botas que cá me fizeram já tortas nos calcanhares por causa do meu pé doente que me obrigava a trazer os pés canelados. As calças com lista vermelhinha já me ficam curtas por isso tenho-as no baú e trago as cor de café e as pretas é só para ir à missa, o casaco preto está bom e o colete de seda também, o outro também, as botas que me fez o carreiro estão boas e os sapatos de pano é que estão rotos na ponta, alguma coisa, pouco. Dinheiro ainda tenho 450\$ em se acabando mandarei ao pai a conta em que os gastei.

Quando estava a escrever aquela palavra “estar” na primeira linha chamou-me o prefeito e era a tia Conceição que me trouxe o seguinte 7 doces muito bonitos com um raminho ao meio e seis amêndoas e disse-me que mandasse muitas saudades às manas e ao pai. Muitas saudades às manas e o pai lance a sua bênção a este filho obediente

José⁴⁸⁶

Com Augusto Moreno (1870-1955) filólogo, seu comprovinciano, natural de Lagoaça, também Trindade Coelho se cartou, opinando acerca de matérias que a ambos interessavam.

Acerca do conto, de que foi também doutinador, escreve a Augusto Moreno em 28 de Novembro de 1897

(...) Não confundamos: o conto não é o romance: é o contrário do romance. O romance é a extensão: o conto é a brevidade. O romance é a extensão: o conto é a intensidade. O romance é a ideia: o conto é o sentimento. Faz muita diferença.

⁴⁸⁶ *Via Latina* n° 137, 31 de Janeiro de 1962.

Mas adiante, que nem você está para me aturar, nem eu, daqui para diante, para me repetir.⁴⁸⁷

Continuando a dar conta do seu trabalho, escreve em 1 de Dezembro de 1899:

(...) Faço milagres de trabalho, meu querido Moreno, e se você visse a minha mesa, neste momento, encontrava, em provas, as coisas mais antitéticas um Regulamento do Ministério Público; a 3ª edição dos *Meus Amores*; o Código do Processo Criminal; um conto que deve sair na Arte, e que eu fiz há dias, o livro das crianças, - e a nascer em manuscrito, um conto que comecei ontem. Mas dou-me bem com isto, - e abençoo a memória de meu pai, cujo retrato trago sempre comigo e com quem falo, tantas vezes, por me haver, de pequenino, educado no trabalho. Escrevo-lhe tanto à pressa, meu querido Moreno, que não sei como há-de entender esta caligrafia. Tenha paciência; eu sei que a há-de adivinhar com o coração...⁴⁸⁸

Ainda em carta de 13 de Fevereiro de 1902 a Augusto Moreno sobre livros:

“Pedagogia!” Arrede lá a palavra, que anda nos dicionários e nos livros emparceirada com “pedantismo”! Livros, livros é que eu estou a fazer⁴⁸⁹. Chamem-lhe o que quiserem: é pão. A farinha são as palavras. E um está impresso, de mais de quinhentas páginas; e outro quase impresso, com mais de trezentas e cinquenta; e outro, - os meus amores! – está aqui, quase feito; e outro far-se-á em seguida. E lá irão a concurso, já que o concurso veio ter comigo. Não que eu escreva para o governo, pois em geral para o governo escreve-se com uma novela, mas porque quero aparecer no concurso para chamar para estes trabalhos a atenção dos escritores, a ver se fazem também livros para as aulas, o que é hoje,

⁴⁸⁷ *Autobiografia e Cartas*, p. 127.

⁴⁸⁸ *Autobiografia e Cartas*, p. 131.

⁴⁸⁹ Referências ao *Pão Nosso* e *Livros de leitura*.

salvo raras exceções, uma indústria de sapateiros letrados. Letrados ou iletrados. E aqui tem. E isto há-de ir.⁴⁹⁰

Escritor abundante, é-o também no âmbito da epistolografia; muitas são as cartas dispersas publicadas em jornais após a sua morte e muitas são as que constituem o seu acervo no Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal. A Louise Ey, tentando dar a conhecer o país, Portugal, escreve um texto com algum pormenor acerca do rei, partido e ministros, onde as apreciações não são nada favoráveis para os que governam Portugal nessa altura.

Em carta escrita a Louise Ey em 3 de Maio de 1902, em papel timbrado com a indicação de 2º Distrito Criminal – Gabinete do Delegado – Particular, fazendo um comentário acerca do que tinha escrito, que mostrou a um rapaz seu amigo, anexa à carta esse comentário acerca do Rei, Partido e Ministros, ele que era um monárquico, mas que não deixava de ser um crítico de quem tinha o poder, num período em que assomavam os olhares do republicanismo.

Porque a apreciação se manifesta com alguma intensidade, não é de lateralizar o que um homem pacífico e cujo passado é marcado pela serenidade, escreve sobre os órgãos do poder em Portugal

O Rei – O Rei limita o seu papel de rei a assinar o que os ministros lhe levam, uma vez por semana, numa hora fugitiva. Assina sem ler, e dizem que nem quer saber ao menos do que se trata. Pinta, passeia de carro ou a cavalo todos os dias, vai aos teatros todas as noites, não falha aos touros, é um dos centros da intriga palaciana (o outro é a rainha) e os jornais referem todos os dias que saiu para aqui ou para acolá, à caça, à pesca, e joga o ténis e atira ao alvo. Pinta muito bem paisagens: melhor do que todos os outros pintores de profissão, e é o primeiro

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p. 132.

atirador de todo o país: onde põe o olho põe uma bala. É dado às mulheres extremamente fáceis – axiomáticas... - e dizem que mete muita peta em tudo o que diz. Adula o exército por todas as formas, e crê que está seguro de reinar por ter o apoio da Inglaterra. Não tem a menor ligação com os escritores do seu país, e é mesmo de crer que não conheça nenhum... de o ler! Toda a sua política externa resume-se em viver bem com a Inglaterra; e quanto a política interna, pretende, mas não consegue, viver bem com o Porto, e diz que não quer patrulhas, isto é, grupos políticos dentro da monarquia além dos dois partidos que se revezam no poder de quatro em quatro anos: o regenerador (conservador) e o progressista (pseudo-liberal).⁴⁹¹

Partidos – Partidos é coisa que não há senão *in nomine*, porque não há ideias ou sequer a menor ideia ou sombra dela, que diferencie os chefes políticos dos dois grupos. O que há, verdadeiramente, são políticos: uns que vão com José Luciano de Castro (chefe dos progressistas). Mas Hintze Ribeiro podia ser chefe dos progressistas, e José Luciano dos regeneradores, e as ideias de um e de outro ficariam as mesmas, porque não são nenhuma. Do mesmo modo, quem é regenerador é regenerador *só porque não é progressista*; e quem é progressista é-o *só porque não é regenerador*. Simples questão de rótulo para uso externo, e mais nada. São garrafas do mesmo feitio, cor e capacidade, e todas vazias. Os rótulos é que fazem diferença, - mas é puramente *nominal*. Por isso quem é hoje regenerador é amanhã (ou hoje mesmo) progressista, e vice-versa: tudo depende do interesse individual, e da conveniência casual de qualquer hora. Directamente, os chefes dos dois partidos não têm a menor influência no povo: este não os conhece e nem sabe sequer que eles existem. Com o povo, nas eleições (único momento em que pensam nele) entendem-se os políticos ou influentes *locais*, espécie de sub-régulos dos dois régulos chefes. E como quem está no poder tem naturalmente mais força do que quem está na oposição, porque o governo é que faz os *favores*,

⁴⁹¹ Carta pertencente ao espólio de Trindade Coelho existente na Biblioteca Nacional, Cota – BN Esp. A/2539-2711-A-A/2651. Esta carta também se encontra na *Prelo*, Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 11, Abril/Junho 1986, pp. 43-44-45.

segue-se que o partido que está no governo tem sempre a maioria nas eleições. E não tem a unanimidade porque não quer: e não quer, porque ele mesmo, que é metade da mentira convencional chamada o *regime representativo*, precisa da outra metade, que é a “oposição”. Por isso os dois chefes entendem-se; e com antecedência de oito ou quinze dias das eleições, já se sabe, matematicamente, quantos deputados (!) tem o governo, e por onde; e quantos a oposição, e por onde. O povo vai à urna, e mesmo que não vá, ou vá em pequeno número, as eleições fazem-se, e saem da urna, precisamente, os votos que se encomendaram ou eram precisos, segundo o acordo dos régulos-chefes. Os deputados são em regra os insignificantes mais palavrosos ou irrequietos que em geral rodeiam os chefes dos partidos, e um ou outro influente local. É-lhes proibido ter ideias; proibição escusada porque a maior parte nunca as teve. Não se exige do deputado senão que vote na câmara o que o governo quiser, e o fogo sagrado da retórica é alimentado, de parte a parte, por meia dúzia que já foram ministros ou o querer ser. E para ser ministro não é preciso mais nada: bastam dois discursos, mesmo idiotas, na câmara dos deputados, e muita subserviência ao chefe do partido. O que se atreve a ter uma ideia, uma discordância, um assomo de brio ou de pundonor está perdido: chamam-lhe indisciplinado, isolam-no, e não volta à câmara. Morreu politicamente!

Os ministros – Para se ser ministro não se exige a mínima prova-real – de capacidade nem intelectual, e nem sequer moral. Têm sido ministros, chapadíssimos ignorantes que não resistiram a um exame benévolo de instrução primária: como em geral não sabem nada, atribui-se-lhes a omnisciência e servem para tudo: em qualquer das pastas estão muito bem, servidos por um funcionalismo que em regra é como eles e pior do que eles; - e pelo que toca a *moralidade*, nisso não se fala: a *moral política* é uma, que admite toda a casta de patifarias; e a *moral pessoal* é outra, que se convencionou, de parte a parte, respeitar... Um deputado chamou outro dia a um ministro, na câmara: “Corrupto e concessionário”. Chamado à ordem, explicou satisfatoriamente: - “quando

chamou corrupto e concessionário ao ministro, não o quis atingir senão politicamente. Pessoalmente, reputava-o um homem de bem, e um cavalheiro e toda a extensão da palavra”.

Está claro que não havendo *opinião pública*, porque o povo não sabe ler nem escrever, e ignora absolutamente o que se passa isto é dos políticos; e estes, como não têm ideias quanto mais *ideais*, formam afinal de contas uma unidade, uma casta, - e o povo só diz deles “que tão bons são uns como os outros”. Neste momento, partidos é coisa que não há. Os dois chefes são como os dois irmãos siameses: vivem, colados um ao outro, uma vida comum. Sabem que cada um deles tem de estar quatro anos no poder, e obsequiam-se o melhor que podem. No parlamento e na imprensa fingem que se atacam, e fingem mal: já não conseguem iludir.

Há republicanos? Há. Muitíssimos. Monárquicos, creio que não há nenhum. Mas os que *servem a monarquia* para se servirem a eles sem mais trabalho, resolveram não deixar eleger um único deputado republicano, que afinal podia incomodá-los, e ao rei... Com este é que eles todos querem viver em paz, porque afinal sempre é o rei, e o regime do país é a monarquia... constitucional! Mas não têm por ele o menor interesse, e a única coisa que lhe invejam... é o título! Por isso não se lhe daria, a nenhum dos chefes, substituir o rei por um presidente de república Mas como qualquer deles o quereria ser, e o quereria ser primeiro do que o outro, *não falam nisso*: aceitam o rei para se não incomodarem e porque eles próprios são dois *reixinhos*, - e esses então *absolutos*, porque o outro, o constitucional, deixa-lhes fazer o que querem, - com tanto que o não incomodem... De resto, o rei sabe perfeitamente que se os dois chefes de partido quisessem, ele não era rei nem mais uma hora. Querendo os chefes, quereriam os *políticos*: só porque os chefes queriam; - e o país, esse não se importava. É um *analfabeto católico apostólico romano*, e não é mais nada. O rei e o povo não têm amigos, - e os dois nem sequer se conhecem.

N.B. – Fora dos partidos, hoje, há os descendentes. São os chamados extra-partidários. Saíram dos seus respectivos partidos depois de serem ministros, ou de perderem a esperança de o virem a ser, - alegando que não queriam solidariedade com *tal política*... Mas eles mesmo são *políticos*, - e o menos que cada um quer, é ser chefe de partido, ou ao menos de um governo (presidente do conselho de ministros)... Daqui uma forte corrente contra os partidos chamados de *rotação* (a rotação constitucional, que é uma roda de nora com dois alcatruzes: o regenerador e o progressista), - corrente acentuada agora, a propósito do convénio com os credores externos feito pelo actual governo (Hintze Ribeiro) mas com o acordo a chancela e o *placet*... da oposição (José Luciano)!...

Fala-se numa intervenção do exército(?) e da marinha para acabar com a tal *rotação*, - e os rapazes das escolas, que respiram na atmosfera geral de descontentamento, e são *espontâneos*, andam sublevados e exaltados... Um estudante foi atravessado em Coimbra por uma bala de polícia, outros ficaram feridos, e a Universidade foi fechada e os estudantes obrigados a sair de Coimbra no prazo de 48 horas que findou há dois dias. Foram muitos para o Porto, onde os estudantes e os ânimos estão exaltados...

?...⁴⁹²

Louise Ey é ao longo de sete anos, período em que decorre a troca de correspondência, a *alma-mater* de Trindade Coelho. É a ela que confia o seu desespero, a sua vida que diz ser um martírio, que fala acerca da sua produção literária e a quem dá conta das suas impressões sobre o país onde vive e onde nasceu, não se coibindo de o criticar. Do seu estado depressivo lhe vai dando conta, confessando-lhe que a sua amizade é-lhe necessária, solicita-a por bondade e caridade.

Reincidindo na apreciação ao país escreve a Louise Ey em 19 de Outubro de 1903

⁴⁹² Esta carta, também, se encontra na revista Prelo 11, de Abril/Junho de 1986, pp. 43, 44 e 45.

Nasci num atoleiro e hei-de morrer nele!
Portugal é um país perdido, miseravelmente
abandonado pelos seus filhos, à espera
talvez de morrer...⁴⁹³

De novo, em carta a Louise Ey de 1 de Julho de 1904, falando de Portugal e da hipótese da sua correspondente vir para o nosso país, escreve:

(...) Ah, minha Amiga! Isto dá vontade de emigrar! O país é de meia dúzia de insignificantes, e não passa um dia sem esses miseráveis, por uma injustiça, que lhes não merece a menor consideração o trabalho dos que trabalham e a honra dos que são honrados!

Mas deixemos isto. Ainda bem que desististe da tua ideia de vires outra vez para Portugal, para não presenciares de perto a miséria que é esta vida do meu desgraçado país...⁴⁹⁴

A leitura das cartas de Trindade Coelho são um documento essencial não só para a compreensão da vida e obra deste transmontano que acompanhou o pulsar do país, não só porque conviveu com as figuras mais importantes da nossa terra, mas também porque não deixou de ser um homem atento ao que se passava, não se refugiando no quarto andar da rua do Mundo onde vivia a 111 degraus do rés-do-chão.

Acerca de Louise Ey correspondente e amiga de Trindade Coelho, figura importante na divulgação da literatura portuguesa na Alemanha, não será displicente acrescentar alguns elementos biográficos a esta mulher que estabeleceu uma aproximação cultural à Europa, tal como

⁴⁹³ *Autobiografia e Cartas*, p. 87.

⁴⁹⁴ BN Esp. A/2644.

Prelo, op. cit. pp. 48-49.

fizeram George Le Gentil, francês, que estudou em Portugal com escritores portugueses, Audrey Bell, inglês, que procedeu de igual modo e D. Carolina Michaëlis, alemã, que vinda para o nosso país aqui se radicou desposando um português, deixando uma obra de grande envergadura no campo da filologia portuguesa.

Louise Ey nasceu na Alemanha em Eylungen na Turíngia, tendo frequentado em Clausthal uma escola secundária. De seu pai herdou notáveis aptidões artísticas que se revelaram em Berlim, ao frequentar os cursos de piano da Academia de Música.

Para além das qualidades artísticas, cedo sentiu em si a vocação pedagógica e o gosto pela actividade científica.

Em 1883, depois de passar alguns meses em França, aceitou o convite para vir leccionar língua francesa num colégio alemão no Porto, tendo-se dedicado, depois, ao ensino de línguas vivas em casas particulares, ao mesmo tempo que ia aprofundando os conhecimentos da língua portuguesa.

Em 1896 regressa à Alemanha, voltando a Portugal em 1905, onde permanece até ao fim de 1906; a partir daí passa a considerar como tarefa primordial fomentar e divulgar na Alemanha o estudo e o interesse pela língua e literatura portuguesas. Começa a ensinar português na Escola Complementar do Comércio de Hamburgo e no ano seguinte, ao fundar-se nesta cidade o Instituto Colonial que dará origem à actual Universidade, foi convidada a reger a cadeira de língua portuguesa, o que fez durante cerca de catorze anos.

Dedicou cerca de cinquenta anos da sua existência ao estudo e à propaganda da língua e cultura de Portugal, país que considerava a sua

segunda Pátria e que sempre procurava ligar por laços intelectuais e de simpatia à sua Pátria de nascimento.

Trabalhou, ainda, durante seis anos num dicionário, gramática e métodos para a aprendizagem do português e à tradução e divulgação de obras dos nossos melhores escritores, como Gil Vicente, António Correia de Oliveira, Júlio Dantas e Tomás Ribeiro, para além de Trindade Coelho que escreveu a *Autobiografia* a seu pedido.

Não obstante não haver voltado a Portugal desde 1906 e ter deixado o ensino em 1924, conseguia falar e escrever o português com correcção e fluência.

Faleceu em Maio de 1936 num hospital dos arredores de Hamburgo⁴⁹⁵.

IV. 3. O Jornalista

IV. 3.1. Uma actividades jornalística sem limites

IV. 3.2. Os pseudónimos

Todo o homem acaba por cumprir com espírito de missão uma tarefa que lhe parece ter sido outorgada. Paulatinamente, de modo sereno e calmo, afastado dos grandes areópagos, no desvio equilibrado das multidões sulca espaços por onde vai deixando as marcas do seu labor. Entra furtivo, cauteloso, anónimo, distante, na terra estranha que acauteladamente o vai recebendo até ao amplexo maior em celebração de um esforço onde não falta o suor, marca de uma labuta que não mais finda e que insiste em demarcar-se porque os sinais do ser melhor são

⁴⁹⁵ Elementos coligidos a partir do *Boletim de Filologia* n° 41-2, Lisboa, 1936 pp. 218-219-220 e ainda da notícia do *Diário Popular* de 21 de Março de 1968, assinada por José Silva, sob o título *A Escritora Luísa Ey e a aproximação cultural Luso-Alemã*.

bem patentes, sem ter sido um lutador à maneira de Sísifo porque o seu caminho teve sempre a marca da ascensão num limiar cauto e metuculoso, aos poucos desbrava as veredas das palavras até se afirmar como um esteio do jornalismo. Foi assim Trindade Coelho.

De grande prolixidade foi o artista Trindade Coelho. Dos maiores que esta terra transmontana deu à luz. Mesmo considerando que o tempo em que viveu era desprovido de outros meios de comunicação social que não fosse a imprensa escrita, muitas foram as horas que Trindade Coelho furtou ao lazer, ao convívio com os amigos ou à família, se tivermos em conta a colaboração prestada a jornais ao longo da sua curta vida.

Não nos é possível concretizar a data que marca o início da colaboração de Trindade Coelho no jornal, porém, tendo em conta que o *Enjeitado* foi escrito entre 8 e 19 de Janeiro de 1875, afirma o escritor na *Autobiografia* relativamente ao primeiro artigo de jornal denominado Cepticismo e ao conto *Enjeitado*:

mas não a primeira coisa, porque a primeira coisa foi um artigo chamado *Cepticismo*, que me inspirou a leitura dos jornais, numas férias da Páscoa, ao ver que sobre o mesmo assunto, uns dizem uma coisa e outros o contrário,⁴⁹⁶

Creemos que a sua iniciação ao jornalismo terá começado por volta dos dezassete a dezoito anos. Viale Moutinho em artigo intitulado Trindade Coelho, inéditos da sua infância, publicado no *Diário de Notícias* em 24 de Julho de 1988 dá conta que no *Correio de Aveiro* de 28 de Fevereiro de 1879 foi publicado com o título *Folhetim-Discurso* pronunciado na festa da distribuição de prémios, no Colégio de São Carlos, no Porto, pelo aluno – José da Trindade Coelho.

⁴⁹⁶ *Autobiografia e Cartas*, p. 16.

Foram vários os pseudónimos utilizados. Talvez o receio de errar o levasse a esconder o nome verdadeiro, aliás era esse o conselho que dera ao filho.

A propósito da utilização do pseudónimo, vejamos o que numa carta datada de 17 de Janeiro de 1902 dirigida a Paulo Osório diz acerca da publicação de uns versos pelo seu filho Henrique:

E ao jantar interpelei-o, e proibi-o de publicar a menor coisa sem a minha autorização, e ralhei e barafustei, e expus pela milésima vez a minha teoria de que não devemos ter pressa em publicar, de que vale mais a qualidade do que a quantidade, de que é bom começar com um pseudónimo, de que as coisas são boas até o próprio pseudónimo se ilustra, e se são más não atingem o nome e o não prejudicam⁴⁹⁷

Através de pesquisas que temos vindo a levar a cabo, é possível distinguir alguns pseudónimos, O Cepticismo, segundo Trindade Coelho, terá sido subscrito com o anagrama Cojo Elhose, conforme escreve na *Autobiografia* que temos vindo a citar, a Louise Ey⁴⁹⁸.

No Jornal *Porta Férrea* fundado por si e cujo primeiro número saiu em 13 de Novembro de 1881, utilizou o pseudónimo Belizário, que conservou por dois anos. Depois utilizou Lopo Delmar em 1884 no jornal *Diário da Manhã*.

No Jornal *Portugal* nº 266 de 28 de Agosto de 1891, aparece o pseudónimo Ch. A. Mistura noticiando a ausência por um mês de Ch. A. Verde.

Ch. A. Hysson é utilizado em 1891 e 1897 na coluna “Echos” dos jornais *Portugal* e *O Repórter*.

⁴⁹⁷ *Autobiografia e Cartas*, p. 64.

⁴⁹⁸ *Autobiografia e Cartas*, p. 16.

De notar que o mesmo pseudónimo utilizou no jornal *Tribuna* com uma coluna com o mesmo título, tendo deixado de colaborar no nº 15, Ano I, de 9 de Abril de 1899. Nesse mesmo dia publicou seu filho, Henrique Trindade Coelho, então com treze anos um texto em verso denominado *A Comédia Velha*, com duas cenas, tendo o articulista-apresentador escrito o seguinte:

E aproveitamos o ensejo para encerrarmos esta secção com o elo literário dum talento juvenil que, a verdura dos seus graciosíssimos treze anos, tão auspiciosamente promete continuar as tradições de seu pai.

Henrique Trindade Coelho é o nome desta precocidade de talento e graça.

Aos treze anos todas as liberdades poéticas se admitem e até, para algumas que não são poéticas, preciso é voltar a face para que os rapazes nos não surpreendam a sorrir das suas audácias e frescaturas...⁴⁹⁹

Ch. A. Verde é utilizado, igualmente, em, 1891, no *Jornal Portugal*, na coluna “Echos”.

Com o pseudónimo Aza publicou Trindade Coelho no jornal *Novidades*, *Correio da Noite* e no *Magazine Literário*, *A Leitura*, grande parte dos textos que está na origem do livro *In Illo Tempore*, publicado em Paris em 1902.

Constante Leitor é o pseudónimo que utiliza no *Novidades* em 28 de Junho de 1907.

Para além destes pseudónimos há, ainda, a registar os seguintes⁵⁰⁰

Chfing-Tang, Chfing-Tang de Rabicho, João, João Pico, José Coelho e Fiel Leitor.

⁴⁹⁹ *Tribuna*, 9 de Abril de 1899.

⁵⁰⁰ Conforme Hironidino da Paixão Fernandes, in *Revista Brigantia*, pp. 110-111-112.

A sua obra ficcionada, publicada em livros, é, na generalidade, colaboração levada a cabo em dezenas de jornais e revistas por onde o seu estro se manifestou. *Os Meus Amores*, *In Illo Tempore*, *Fábulas*, *O Meu Livrinho* e *O Senhor Sete* nascem da sua colaboração avulsa na imprensa da época.

Enquanto esteve em Portalegre como Delegado do Procurador Régio, para além de ter fundado o *Comércio de Portalegre*, fundou, também a *Gazeta de Portalegre*, de que foi exclusivamente redactor literário⁵⁰¹, embora no jornal *Comércio de Portalegre, Semanário Político, Literário e Noticioso*, na primeira página, datado de 27 de Outubro de 1889, haja escrito um panegírico a propósito da morte do rei D. Luís, a quem intitulou, O Bom, que não nos furtamos a citar um excerto

Durma no seio de Deus, perpetuamente, a alma desse português imaculado, modelo de reis e de portugueses. Tenha a sua hora de paz, junto do seu sepulcro tumular, a voz serena da História...

Através do esfacelamento do seu corpo, nas horas derradeiras, a ciência proclamou que o Rei tinha intacto o cérebro e tinha intacto o coração...

Ainda bem!

O cérebro, porque era o mais iluminado de quantos em Portugal a coroa de Rei tem cingido. O coração, porque o não havia aí mais local, mais amigo, mais nosso, dentro do peito português – nisso que se chama dedicação pela Pátria, levada ao extremo do sacrifício; nisso que se diz amor pela Liberdade, levado à cegueira do fanatismo...⁵⁰²

Na *Gazeta de Portalegre*, em 1890, traduziu *Pêcheur d`Islande* de Pierre Loti.

⁵⁰¹ *Autobiografia e Cartas*, p. 23.

⁵⁰² *Comércio de Portugal*, 17 de Outubro de 1889.

Não se restringindo a sua colaboração a textos em prosa, é possível constatar poesia publicada nos jornais *A Tarde* e *Correio da Manhã* em 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1897, que nos permitimos transcrever dado o seu ineditismo, com ressaibos de romantismo:

Eu sei lá! Talvez que um dia
Nos encontremos, amor,
As mãos postas sobre o peito,
Entre os dedos uma flor,

Dormindo no cemitério,
Mansão de paz e verdade,
O sono que Deus concede
Por sua meiga bondade

Aos cansados desta vida,
Náufragos destas porcelas
Eu sei lá! Fosse já hoje!
Uma a uma as caravelas

Onde embarcou meu desejo
A caminho do teu porto,
Naufragavam. Como um beijo
Agora aceso, já morto

Foi assim a minha sorte,
Foi assim minha ventura!
.....

Já que a vida foi a morte,
Seja a vida a sepultura!⁵⁰³

⁵⁰³ Jornais *A Tarde* e *Correio da Manhã*, 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 1897.

Servindo-nos da investigação que temos vindo a desenhar ao longo dos anos, é possível dar conta e discriminar os jornais e revistas onde Trindade Coelho colaborou, servindo-nos de Júlio de Lemos em *Elogio do Contista Trindade Coelho*, publicado em 28 de Setembro de 1949 pela Edições Ocidente e ainda de Hironidino da Paixão Fernandes na *Revista Brigantia*, cujo número temos vindo a citar⁵⁰⁴ e *Publicações Periódicas de Portalegre*, (1836-1974) de António Ventura.

- *Actualidade, Almanaque das Senhoras, Alvorada (Porto 1897), A Alvorada (Vila Nova de Famalicão, 1905), Amigo da Religião (1901), O Andaluz (nº único), O António Maria, Argus (Coimbra), A Arte (Porto), A Associação (Lisboa, 1902, nº único), A Aurora do Cávado, A Aurora do Lima (Viana do Castelo), Aurora do Minho (Braga, nº único), O Ateneu, Beira e Douro, Beja-Creche, A Boémia (Porto, 1901/02), Boletim Parlamentar do Distrito de Bragança (fundador), Branco e Negro, Brasil – Portugal (Lisboa), Brinde aos Srs. Assinantes do Diário de Notícias, O Campeão, Ceara Albeia (Lisboa, 1897), Coimbra em Fralda, Comércio da Figueira, Comércio de Portalegre, O Comércio do Porto Ilustrado, Comércio Português, Consagração – Ao Dr. Magalhães Lima, O Contemporâneo, Correio da Noite (Lisboa), Correio de Portalegre, Correspondência de Portalegre (fundador), Dai aos Pobres – Álbum literário para o bazar em benefício do Asilo Lamecense de Mendicidade, Porto, Diário Ilustrado (Lisboa), Diário da Manhã, Diário de Notícias (Lisboa), Distrito de Viana (1900), Douro, Educação Nacional (Porto, nº especial), A Estudantina (nº único), O Estudo, Folha da Tarde, Folha d'Elvas, Fraternidade Militar (Coimbra, nº único), Gabinete dos Repórteres (Lisboa), Gazeta de Bragança, Gazeta de Portalegre (fundador), Gazeta de Portugal, Gazeta Ilustrada (Coimbra), A Geração Nova (Porto, nº especial, 1895), Ideal da Bairrada (1900), A Ilustração (1891), Ilustração Moderna,*

⁵⁰⁴ Veja-se *Revista Brigantia, Nótula Biográfica*, p. 110 e seguintes.

Ilustração Transmontana, A Ilustração Universal – à Espanha – n.º único, Imparcial de Coimbra, O Instituto, Os Insubmissos (1889), O Intransigente, Jornal da Manhã, A Rermesse (Viseu, n.º único), A Leitura (Lisboa), O Lima (Ponte de Lima), Lisboa Elegante, A Madrugada (Lisboa), Mala da Europa (Lisboa, n.º especial, 1895), Manuelinho d'Évora, Miosatis (Viana do Castelo), Mocidade, Mónaco (Lisboa, n.º único, 1894), O Mundo Legal e Judiciário, Nova Alvorada (Famalicão, à Caminho, n.º especial), Nova Aurora (1901), Novidades, Nordeste, Panorama Contemporâneo (fundador), O Picoense, Pontos nos ii (Lisboa), O Popular (Lisboa), Porta Férrea (fundador), Portugal, Portugal – Espanha (Vítimas de Granada, n.º único), O Progressista (Coimbra), O Repórter, Revista de Direito e Jurisprudência (secretário da redacção), Revista do Foro Português (Porto), Revista Ilustrada, Revista Ilustrada da Exposição Distrital de Coimbra, Revista Moderna (Paris, 1897), Revista Nova (Lisboa, director), Revista Pedagógica (1906), O Rosmaninho (Porto), Salvé (Lisboa, 1902, n.º único), Semana Ilustrada (Lisboa), Serões, Sociedade Futura, O Sorvete (1891), Tirocínio, A Tradição (Serpa), A Tribuna (Lisboa, director), Vida Nova (Viana do Castelo, 1901) e Zoófilo.

Importa dizer que a proliferação de jornais no nosso país, permitindo que Trindade Coelho colaborasse nalgumas dezenas, não significa que se vivesse um período de grandes liberdades. A D. Luís sucedera seu filho D. Carlos. Ao descontentamento existente na sociedade portuguesa resultante das lutas operárias, veio agudizar-se o conflito entre governantes e governados gerado pelo Ultimatum de 1890 decretado pela Inglaterra, o mais antigo aliado de Portugal. Estavam em causa as colónias africanas e o espaço compreendido entre Angola e Moçambique que Portugal havia reivindicado para si. A intolerância em relação ao jornalismo já vinha de 1881 com o governo presidido por António Rodrigues Sampaio. Era a imprensa que provocava a dilatação

do caudal de descontentamento que grassava no país, aparecendo em 12 de Outubro de 1881 uma portaria que corta cerce alguma liberdade que a imprensa experimentava. Na referida portaria o Rei ordenava aos governadores civis dos distritos e ao comandante – geral das guardas municipais que não fossem publicadas notícias das ocorrências e factos policiais de que tenham conhecimento no exercício das suas funções, procedendo o governo com severidade contra os empregados que deixassem de cumprir como era determinado⁵⁰⁵.

Não foi pacífica a adopção desta medida por parte do poder real suscitando protestos do lado da oposição. Teófilo Braga insurge-se face a esta decisão, Gomes Leal (1848-1921) no poema *O Renegado* dirige-se em termos violentos a Rodrigues Sampaio que, anteriormente, à sua subida ao poder, era tido com um dos grandes jornalistas portugueses que no jornal *A Vedeta da Liberdade* pugnava pelos princípios da liberdade.

(...) nada achou mais abjecto e nada achou mais baixo que ser do filho-rei o humílmo capacho, nada achou mais servil, para apagar a ofensa, do que vender a pena e perseguir a Imprensa⁵⁰⁶

Os processos de perseguição e suspensão de jornais vão-se processando em ritmo cada vez mais repressivo, culminando com o Decreto referendado por Lopo Vaz em 29 de Março de 1890 que pune gravosamente comportamentos tendentes a terminar com abusos que o poder estatuído julgava ter de acabar.

Trindade Coelho que nos jornais vazava muito do seu talento, não vê de modo indiferente o que se estava a passar, escrevendo, protestava:

⁵⁰⁵ José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989, p. 245.

⁵⁰⁶ *Ibidem*, p. 246.

Pelo decreto de 1890, não só os delitos de Imprensa eram todos da alçada do juiz singular; mas as penas corporais, acompanhadas de pesadas multas, tornavam-se taxativas, fixas, em caso de reincidência ou acumulação de delitos; e o jornal, sujeito a ser suspenso temporariamente, era definitivamente suprimido quando houvesse acumulação de três ou mais delitos de certa natureza, ou quando num período não superior a 18 meses se tivessem já efectuado duas condenações. Além disso o decreto considerava criminosos vários factos que a lei geral (Código Penal) não considerava tais; enfim, um sem-número de disposições, igualmente atentatórios da liberdade de Imprensa e do respeito pelo pensamento, faziam odiosíssimo semelhante diploma. Era um regime violentíssimo, que a Lei de 7 de Julho de 1898 veio derrogar⁵⁰⁷.

Mais tarde, em 6 de Abril de 1902, fazendo um balanço sobre a sua vida, Trindade Coelho, jurista escolhido para representante do Ministério Público e Lisboa para o lugar mais antipático dos tribunais, confessará a Louise Ey

ficava a meu cargo entre outras funções, a de fiscalizar oficialmente a imprensa de Lisboa, que o mais violento daqueles decretos esmagava!

Mas o dever nunca me pesou, e eu apliquei a lei – serenamente mas inflexivelmente. Era a lei, e era o meu dever, embora árduo: respeitei aquela e cumpri este.

Está claro que fui muito atacado; mas pessoalmente, os próprios jornalistas processados davam-se comigo como Deus com os anjos, e eu não lhes levava a mal que me atacassem, - e até gostava, porque era uma maneira indirecta de atacar a lei, a que o público chamava a “lei das rolhas”, porque, arrolhava a boca dos jornalistas, chamando-lhe também outros “a mordaza”...⁵⁰⁸

⁵⁰⁷ Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Porto, 1908, p. 409.

⁵⁰⁸ *Autobiografia e Cartas*, Carta a Louise Ey, pp. 25-26.

Se o lugar ocupado por Trindade Coelho era, do seu ponto de vista, antipático, não deixou de fazer aquilo que ele pensava ser realizado na sua posição de jornalista de pergaminhos. Assim, tenta recuperar a moribunda Associação de Jornalistas, juntamente com Alfredo da Cunha e Lourenço Cayolla. Mobilizados esforços, preparam o Congresso Internacional da Imprensa que se realizou em Lisboa com a assistência de muitos jornalistas europeus. Não tendo pertencido à Comissão Executiva do Congresso, por modéstia, pugnou por alcançar sempre bons resultados, tendo apresentado cinco propostas sobre a Liberdade de Imprensa ao Congresso, denominado União Internacional de Direito Penal, realizado em 1897, que transcrevemos, encimadas com o seguinte título:

Sobre a qualidade e responsabilidade do editor nos delitos de liberdade de imprensa, penas a aplicar, e forma de processo na verificação e julgamento daqueles delitos, sustento as seguintes proposições:

I – Que nos delitos de liberdade de imprensa, a responsabilidade criminal não deve ser exigida ao editor, senão no caso especial de ele não revelar o verdadeiro autor.

II – Que o editor deve ser sempre o director do jornal, isto é, o indivíduo tido e havido como sendo o chefe da sua redacção.

III – Que a pena aplicada ao autor deve ser sempre acompanhada de condenação do jornal em multa, devendo o produto desta reverter em benefício exclusivo de estabelecimentos oficiais de instrução.

IV – Que aos delitos de liberdade de imprensa não deve corresponder nunca pena corporal, excepto nos casos dos artigos 159º, 160º, 169º, 170º e 171º do Código Penal (ofensas a chefes de nações estrangeiras; ofensas a representantes de nações estrangeiras; ofensas ao chefe do estado; rebelião; tentativa de

destruição da integridade do reino); podendo ainda nestes casos a pena corporal ser substituída por multa, consoante parecer ao tribunal.

V – Que ao espírito da Carta Constitucional repugna que os delitos de liberdade de imprensa sejam julgados quer por um juiz singular, quer por um júri especial, devendo, sem excepção, ser cometidos todos ao júri geral, reformado este⁵⁰⁹.

Lourenço Cayolla, no seu livro *Revivendo o Passado*, crê que foi Trindade Coelho quem elaborou o prospecto dos estatutos que vieram a formar a lei orgânica daquelas colectividades⁵¹⁰

Da sua actividade como agente dinamizador da liberdade de imprensa em Portugal, é possível saber-se que publicou:

1897 – Liberdade de Imprensa. Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal;

1906 – Liberdade de Imprensa. Relatório e Projecto de Lei apresentado à Associação de Jornalistas de Lisboa;

1906 – Manual Político de Cidadão Português;

*1889 – Coleção Completa da Legislação sobre Liberdade de Imprensa desde 1834 até hoje. Acompanhada dos Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Proferidos por Abuso de Liberdade de Imprensa.*⁵¹¹

Por força da lei de imprensa imposta pelo Governo, foram muitos os jornais que viram a sua circulação cerceada; Trindade Coelho em 7 de Dezembro de 1907 conta que

de todos os jornais diários de Lisboa estão suspensos os seguintes: *Correio da Noite*, órgão do Partido Progressista; *Popular*, órgão do Partido Regenerador; *Dia*,

⁵⁰⁹ *Liberdade de Imprensa*, Proposições apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal por Trindade Coelho, Agente do Ministério Público em Lisboa, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1897.

⁵¹⁰ *Op. cit.*, p. 250.

⁵¹¹ Veja-se José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 318.

órgão dos dissidentes progressistas; o conservador *Jornal do Comércio*; a *Época*; o *Liberak*; e os jornais republicanos *País*, *Vanguarda* e o *Mundo*.

Subsistiam: *Diário de Notícias* (cujo director, Alfredo da Cunha, suspendera voluntariamente a sua direcção); *Século*; *Portugal*; *Novidades* (que já fora suspenso, sob a direcção de Barbosa Cohen); *Notícias de Lisboa*; o jornal republicano a *Luta*; e os dois jornais do governo, *Diário Ilustrado* e *Jornal da Noite*. Um outro, o *Diário Popular*, iniciara a sua publicação a 4 de Dezembro⁵¹².

Jornalista de uma actividade sem limites, espalhou o seu talento em mais de cem jornais. Serviu o governo quando a isso foi chamado, fazendo cumprir a lei da imprensa e lutou contra ela enquanto jornalista. Viu-se a braços com o que não gostava, pugnando por aquilo que estava mais de acordo com a sua maneira de ser. E a liberdade de imprensa estava dentro dos seus propósitos. O país vivia momentos difíceis; mais tarde em 1933 em 11 de Abril seria instituída a censura prévia pelo Decreto nº 22469. Nessa altura Trindade Coelho já não teria que lutar contra um estorvo que lhe coarctava a escrita.

IV. 4. O Educador

IV. 4.1. A produção didáctica

IV. 4.2. A preocupação pedagógica

IV. 4.3. O Meu Livrinho

O simples facto de o *Dicionário de Educadores Portugueses*, dirigido por António Nóvoa, editado pela ASA em 2003 contemplando 900 biografias de homens e mulheres que se dedicaram ao ensino e à educação nos séculos XIX e XXI apresentar entre os biografados, José

⁵¹² *Ibidem*, p. 258.

Francisco Trindade Coelho, reservando-lhe as páginas 361 a 368, i.e., cerca de oito páginas, já seria suficiente para aquilatarmos do valor que este mogadourense deixou de modo indelével no ensino em Portugal.

De grande simplicidade no seu envolvimento na arte de ensinar nos tempos da sua vivência, jamais se afastou do que considerava tarefa fundamental para os seus compatriotas. Em carta que escreve a Augusto Moreno, seu comprovinciano, nascido paredes meias do seu berço, confessa-lhe em 13 de Fevereiro de 1902 “já agora, não quero pensar noutra coisa. E se um dia poder edificar uma escola, meto-me nela e ensino meninos”⁵¹³. Não tendo enveredado pelo ensino, será a partir do livro que a sua acção se faz sentir. Muitos são os livros que imaginou e que levou a cabo, de muitas edições e muitas delas à sua custa.

Ainda, na mesma carta que dirigiu a Augusto Moreno é interessante reler e transcrever o início da mesma

“Pedagogia”. Arrede lá a palavra, que anda nos dicionários e nos livros emparceirada com “pedantismo”! Livros, livros é que eu estou a fazer. Chamem-lhe o que quiserem: é pão. A farinha são as palavras. E um está impresso, de mais de quinhentas páginas; e outro quase impresso, com mais de trezentas e cinquenta; e outro, - os meus amores! – está aqui, quase feito; e outro far-se-á em seguida. E lá irão ao concurso, já que o concurso veio ter comigo.⁵¹⁴

Escrevendo de forma copiosa, grande parte da sua verve dedica-a ao livro didáctico. Na sua memória os castigos aplicados na escola régia de Mogadouro e Travanca, no Colégio de São Carlos no Porto ou ainda a decepção na Universidade de Coimbra.

⁵¹³ *Autobiografia e Cartas*, p. 132.

⁵¹⁴ *Autobiografia e Cartas*, p. 132.

Crítico em relação ao que se passava em Portugal escreverá em 12 de Julho de 1902 a Vidal Oudinol

Os nossos estadistas, em geral, são ignorantes; e o que eu pretendo é pôr-lhes diante dos olhos uma formidável montanha de factos e observações, para os habilitar, ao menos, a estudar o problema. Ao mesmo tempo, a opinião pública aprenderá também, o que será o mesmo que adquirir armas novas para este combate que ela só peleja, por enquanto, sentimentalmente! Há um mês que com mão diurna e nocturna não faço outra coisa senão extractar diplomas legislativos sobre a instrução primária; e trabalhando nisso, invariavelmente, seis a oito horas por dia, ainda não saí do reinado de D. Maria II. Mas até ao ponto onde vou, não deixo um argueiro nos calhamaços!⁵¹⁵

Se era crítico acerca do ambiente escolar em Portugal, mormente quanto ao número de analfabetos e aos da sua província em particular, sentia necessidade de ajudar e acabar com semelhante estado de ignorância. Os métodos aplicados não eram os melhores e eles eram utilizados no seu distrito que era o mais pobre e infeliz de Portugal.

No prefácio que escreve no livro *A Cartilha Maternal e A Crítica de João de Deus*, páginas XIX e XX afirma Trindade Coelho em Dezembro de 1896:

A rudeza, primitiva até parecer selvagem, do processo por que eu e a minha geração aprendemos a ler, provocava ainda outra rudeza: a dos castigos concomitantes. O ensino consistia na repetição material de blasfémias convencionais,

(...)

e o que era, no fim de contas, uma relutância natural e instintiva de nós outros e adaptarmo-nos a tais disparates, assumia, por uma lógica refalsada de que as

⁵¹⁵ *Autobiografia e Cartas*, p. 121.

nossas pobres mãos eram as vítimas, ou uma feição de estupidez, ou a de cábula. Em todo o caso, matéria de palmatoadas, de puxões de orelhas, de bofetões, consoante os fígados do professor!⁵¹⁶

Era, portanto, necessário acabar com situações deprimentes na aula ao sabor dos fígados do professor que batia nos nós dos dedos com uma régua. Apostado no Método de João de Deus, afirmava Trindade Coelho que

O professor deixou de ser Herodes, para se inspirar em Jesus. E como a criança é profundamente lógica, à facilidade de percepção, quando carinhosamente ensinada, corresponde, no mestre, a alegria de se ver compreendido, e, o que é mais, o enternecimento de se ver amado...

A inteligência de uma criança mede-se pelo seu grau de predisposição para perscrutar a razão das coisas.⁵¹⁷

(...)

Aprender a ler, era, pois, uma função mecânica; e a criança, portanto, se não saía anémica das mãos do mestre, saía, pelo menos, instintivamente propensa ao horror ao estudo, que era para ela (como direi?) o trabalho de não perceber.⁵¹⁸

As suas apreciações acerca do ensino não se quedavam por avaliações em livros. O governo era, também, o grande alvo dos seus comentários. Em Louise Ey vão desaguar muitas avaliações do estado actual do ensino. Em carta que lhe escreve em 9 de Maio de 1902, afirma

Todos os argumentos de V. Ex.^a a favor do ensino elementar obrigatório pressupõem uma coisa que não existe em Portugal: vontade dos governos de que o povo aprenda. Os governos têm mais do que a vontade contrária: têm o propósito firme, calculado, invencível, de que o povo não aprenda. Estabeleceu-

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. XX,

⁵¹⁷ *Op. cit.*, p. XIX, XX.

⁵¹⁸ *A Cartilha Maternal e a Crítica*, p. XX.

se na lei a obrigatoriedade do ensino, mas só para inglês ver, como aqui se diz isto é, para que os estrangeiros suponham que o Estado se interessa tanto pela instrução, que até a tornou obrigatória...

(...)

os governos não querem que o povo aprenda, e procuram, por todas as formas, impedir o desenvolvimento da instrução. Claro que se assim não fosse, isto é, se os governos tivessem decidido e sincero empenho em que o povo se instruisse, a obrigatoriedade era excelente.⁵¹⁹

Continuando a disreter sobre o ensino, afirma, ainda, na mesma carta à sua correspondente alemã:

O ensino obrigatório, em Portugal, é uma burla. Há só um caminho eficaz: criar vantagens para os que souberem ler e escrever; e uma delas, que por si só resolveria o problema quanto aos homens, seria esta: reduzir de 3 anos a dois anos, o tempo de serviço militar, porque o povo tem o ódio da vida militar.

Para terminar, acrescenta de forma lapidar

Já as revoluções se não fazem com as armas, mas com... papel e tinta! O papel e a tinta servem muito bem para as evoluções!⁵²⁰

Não se coibindo de falar sobre a educação em Portugal a quem pouco conhecia, escreve em 17 de Novembro de 1902 a Louise Ey

O grande, o enorme defeito da nossa educação, tem consistido em andarmos afastadíssimos da Natureza! Tudo tem sido falso, conveniente, postiço e católico-apostólico-romano, - mas pouco cristão e pouco natural! É preciso chamar o

⁵¹⁹ *Autobiografia e Cartas*, p. 71.

⁵²⁰ *Op. Cit.*, p. 71.

espírito da criança para a verdade natural e para a admiração de trabalhos humanos.⁵²¹

Em 19 de Outubro de 1903, voltando a falar de educação à sua interlocutora lusófila, afirma:

Eu confiava na instrução do povo como instrumento seguro de uma evolução salvadora; mas hoje estou convencido de que a instrução popular só poderá ser obra de uma revolução, de qualquer facto anormal, que pode dar-se ou não, que pode demorar mais ou menos, mas que eu não chegarei talvez a presenciar. Nasci num atoleiro e hei-de morrer nele! Portugal é um país perdido, miseravelmente abandonado pelos seus filhos, à espera talvez de morrer...⁵²²

Muito atento ao que se passava em Portugal e não sendo um elemento passivo na sociedade portuguesa, escreve a Louise Ey em 16 de Janeiro de 1905

educar é combater a oligarquia miserável que nos governa, que só vive da ignorância e só nela e por ela impera! É um livro sem nomes, sem alusões pessoais, sequer.⁵²³

Não abdicando das suas origens sociais a que afirma estar ligado e empenhado finaliza a carta que temos vindo a citar:

Eu fui feito para isto: para ler, substanciar, e em seguida ministrar ao povo o que aprendo, em formas simples e claras, na linguagem simples e clara que ele fala, que ele compreende – coando tudo, primeiro, pela rede do meu sistema nervoso, pelo véu da minha sensibilidade⁵²⁴.

⁵²¹ *Op. cit.*, p. 84.

⁵²² *Op. cit.*, p. 87.

⁵²³ *Ibidem*, p. 88.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 89.

Não sendo professor e apostado em contribuir para a diminuição do défice de analfabetismo, é com entusiasmo que Trindade Coelho se lança na tarefa de pedagogo. De facto, é com paixão que fala do seu livro que iniciará a sua actividade numa arte onde escasseavam os meios que evitariam as palmatoadas e as reguadas para amedrontarem os alunos. Em 2 de Maio de 1901 em carta que escreve a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos fala do seu novo livro *ABC do Povo*

Ah, o meu *ABC*! Não imagina como eu o amo e como estou encantado! Fiz aquilo na quarta-feira de trevas, à noite, num serão, e sem o pensar! Quando me sentei à mesa, às nove horas, eu nem pensava no *ABC*! Mas veio-me ao coração esse vago desejo do meu coração, - e comecei, quase sem querer, e sem saber o que ia fazer...! Mas não tardou que eu visse o edifício, e quando deu meia-noite, o plano estava todo esboçado diante de mim!⁵²⁵

Estávamos em 1901. Saía o *ABC do Povo*, primeiro grande contributo de Trindade Coelho com desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro e a chancela da Livraria Aillaud – Lisboa. Um livro dirigido aos que se iniciam nas primeiras letras, de cerca de setenta páginas e uma nota final de dezasseis páginas, de Trindade Coelho.

Embora o *ABC* seja um livro que ajude a ler, Trindade Coelho afirma, ainda, na carta que temos vindo a citar:

Depois, levei três semanas a explorá-lo, a afiná-lo, a poetisá-lo, - a palavra é esta! E que lindas coisas simples, claras, intuitivas, eu descobria a cada hora! – Eu descobri, não! Eu não descobria nada! Que lindas coisas se me revelavam! Posso dizer-lhe que não fui que fiz esse pequenino sistema. Foi ele que se fez. Surgiu ele! Edificou-se ele!⁵²⁶

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 173.

⁵²⁶ *Autobiografia e Cartas*, p. 88.

O livro *ABC do Povo* foi objecto de alguma correspondência entre Trindade Coelho e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Falando de métodos a aplicar, afirma em carta de 16 de Dezembro de 1901

Quanto a métodos, isto para mim é um axioma: não há método mau com um professor bom, nem método bom com um professor mau;⁵²⁷

Depois surgirão *O Primeiro Livro de Leitura* e o *Terceiro Livro de Leitura* em 1903, publicando o *Segundo Livro de Leitura* em 1904 que são rejeitados como impróprios para o exercício da leitura escolar. Não obstante esta contrariedade, Trindade Coelho edita na Aillaud & C.^a Editores Paris–Lisboa, em 1904, com desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro o livro *Pão Nosso* ou *Leituras elementares e enciclopédicas para uso do povo*. Trata-se de um livro, que, conforme o nome indica, tem um carácter enciclopédico, constituído por mapas, figuras e 511 páginas, sendo duas destinadas ao índice. Apresenta, ainda, *Parábola dos sete vimes* e *Remédio contra a usura* que compunha parte dos *Folhetos para o povo*.

Inicia-se com uma advertência do próprio autor, de uma página e um quarto, que entendemos, por bem, transcrever

O título e o sub-título deste livro dizem a sua índole: é um conjunto de noções triviais (tão triviais que são o pão nosso de cada dia) sobre variados ramos de conhecimentos.

Vai resumido nas suas páginas o que actualmente constitui entre nós o ensino primário; mas a essas doutrinas elementares – assim condensadas num só volume no intuito de as fixarmos no património do lar – outras acrescentámos, igualmente elementares, cujo conhecimento é também indispensável na vida corrente.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 186.

Num país cuja inteligência – aferrada a condições absurdas e a ideias falsas – como que vive fora da Natureza, é urgente dar à instrução do povo uma base natural, explicar as causas e os efeitos dos fenómenos, orientar a vida, em suma, num sentido positivo e exacto, determinado pela razão.

Dirige-se, pois, este livro (como os três livros de leitura que o precederam, escritos para as crianças) ao cultivo da razão e da inteligência; mas não esqueço que, se muito importa instruir o povo, importa, ainda mais, educá-lo – moral e civicamente.

Essa educação moral e cívica será objecto doutro volume, ao qual um terceiro se seguirá ocupando-se do direito usual.⁵²⁸

Do *ABC do Povo* que custa apenas 50 réis, cujo preço os jornais afirmam não pagar o papel, deu 10 mil de graça, e ofereceu o livrinho de graça, ao seu distrito, o de Bragança, o que significa que não quer ganhar dinheiro com a instrução do povo⁵²⁹.

Acerca do “futuro” do livro e do custo do mesmo, escreve Trindade Coelho no parágrafo que antecede as desculpas pela extensão da nota de dezasseis páginas

Praza a Deus que se este livrinho pode produzir alguns bons frutos os produza, - e, senão, que ele não chegue a durar fora de mim (que aliás vivi nele tão intensamente durante meses) o espaço duma hora! De propósito lhe marquei um preço bem modesto, - já porque me não esqueço que é pobre, e muito pobre, o nosso povo, já porque não tenho eu fortuna para o reproduzir de graça em novas edições (como tanto e tanto desejava) era forçoso que ele, coitado, a si próprio se alimentasse! Vai de graça, em todo o caso, para o meu distrito, o de Bragança, que é o mais pobre e infeliz de Portugal todo; e pelos outros distritos, circulará ele pela modesta quantia de 50 réis – lembrado de que é a generosidade habitual dos

⁵²⁸ *Op. cit.*, p. V, VI.

⁵²⁹ *Ibidem*, p. 34.

nossos “padrinhos”, ainda mais pobres, quando oferecem ao afilhado aquela quantia, oferecer-lha com a sua bênção, dizendo-lhe assim:

- Toma! É para um ABC⁵³⁰

Era escasso o tempo para Trindade Coelho. De profissão jurista, colaborador de muitos jornais, ainda lhe sobrava tempo para se dedicar à educação. É notícia de primeira página no jornal *O Século* de 4 de Julho de 1907 a Liga Nacional de Instrução nascida de uma ideia de Trindade Coelho que na Assembleia Geral de 20 de Maio de 1906 propôs uma reforma dos estatutos, visando tornar possível a criação da Liga e a sua integração no organismo associativo, tendo a assembleia geral apoiado calorosamente a ideia. O autor da proposta fez o projecto de reforma dos estatutos, tendo a mesma sido aprovada pelo governo, a direcção criou a Liga em sessão de 10 de Março de 1907.

À propaganda da Liga dedicou-se, de imediato, Trindade Coelho, ao sul do Mondego, coadjuvado por Borges Grainha (1862-1925)⁵³¹ que se ocupou do norte do Mondego. Todas estas iniciativas surtiram efeito, ao ponto do congresso ter sido marcado para as férias da Páscoa de 1908, denominado de Congresso Pedagógico, cujo anúncio se iniciava da seguinte forma

A Liga Nacional de Instrução, empenhada ardentemente no ataque ao analfabetismo e no desenvolvimento da instrução popular, bem orientados e educativa, desejando atrair a auxiliar nesta empresa todos os seus consócios e em geral todos os cidadãos portugueses de ambos os sexos, resolveu celebrar, nas férias da Páscoa do próximo ao de 1908, um congresso pedagógico⁵³²

⁵³⁰ *Op. cit.*, p. 16.

⁵³¹ Professor liceal, maçom e político republicano. *O Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, dedica-lhe as páginas 653 a 658.

⁵³² Notícia transcrita da *Revista Pedagógica de Ponta Delgada*, 1907.

Porque nos parece da maior importância dar a conhecer esta iniciativa levada a cabo por Trindade Coelho, transcrevemos o que sobre o assunto anunciou a *Revista Pedagógica – Órgão do Professorado Oficial Açoriano*, publicada em 1 de Setembro de 1907 em Ponta Delgada

Todos os portugueses, instruídos e patriotas, e muito especialmente o professorado de todos os ramos de ensino, são convidados a interessar-se neste congresso, ou por escrito, apresentando memórias para se discutirem, ou oralmente ilustrando as discussões com o seu estudo e experiência.

Este primeiro congresso terá lugar em Lisboa, no local e nos dias que oportunamente serão designados.

Entre os assuntos a tratar, cuja escolha fica ao critério dos congressistas, chama-se especialmente a atenção para os seguintes:

1º Qual o estado do analfabetismo em cada distrito, por concelhos; causas principais desse estado e meios de as remover.

2º Estado dos edifícios escolares e seu mobiliário; causas desse estado; número de escolas que faltam em cada distrito, por concelhos e freguesias; meios de remediar esse mal.

3º Exposição dos esforços da iniciativa particular na criação de escolas e na leccionação de analfabetos; nomes dos indivíduos e das corporações benemerentes nestes dois pontos. A Liga Nacional de Instrução passará diplomas que atestem os serviços dos beneméritos.

4º Instrução cívica e educação moral que deve ser ministrada nas escolas primárias e meios de obter os fins desejados.

5º Diversos métodos de leitura, e escrita e contagem; sua discussão e vantagens.

6º Ensino prático que se possa e deva ministrar nas escolas primárias e populares, acomodado à agricultura, à indústria, ao comércio, e à vida marítima e colonial; modos de fornecer o ensino prático mais conveniente às localidades.

7º Educação física e noções de higiene nas escolas primárias e populares.

8º Ensino que se deve ministrar nas escolas primárias e populares do sexo feminino com aplicação à vida doméstica e ao futuro das alunas.

9º Conto coral nas escolas primárias e populares; orfeões escolares.

10º Escolas normais do professorado primário; disciplinas que ali se devem ensinar e modo de tornar prático esse ensino; trabalhos manuais em papel, cartão, gesso, madeira e ferro; número de escolas normais, necessárias.

11º Preparação e escolha do professorado das escolas normais.

12º Preparação, escolha e promoção dos professorado primário.

13º Ordenado do professorado primário e normal.

14º Inspeção escolar; o que deve ser; o que é; os seus resultados actuais e suas causas; inspeção sanitária; como deve ser feita.

15º Ensino dos adultos; instrução civil, moral e prática.

16º Livros escolares; sua variedade, liberdade de composição e adopção em relação com as exigências das localidades e das especialidades do ensino; discussão destes pontos.⁵³³

A Liga Nacional de Instrução passará diplomas que atestem a benemerência dos que se demonstre terem trabalhado mais para o progresso da instrução popular do nosso país.

Festa da Árvore – A Liga Nacional da Instrução convida todos os professores primários do país a celebrar a “festa da árvore” nos meses de Novembro e Dezembro, os mais próprios para esse fim, encaminhando os seus alunos a plantarem uma ou mais árvores em local conveniente, fazendo acompanhar a festa de cânticos apropriados ao efeito.

A passagem de Trindade Coelho pela Escola, pelo Colégio e pela Universidade deixam marcas na personalidade do escritor que ele procura remediar através de uma militância que o conduz às páginas dos jornais, quer como jornalista, quer ainda como produtor de obra de arte

⁵³³ *Ibidem.*

literária. É verdade que a sua terra era pobre e analfabeta, porém não deixava de ser um retrato do país onde vivia e onde ele emergira graças ao seu querer e ao seu fazer. Pugnando pela elevação das gentes do país que era o seu, num artigo escrito no *Repórter* em 14 de Novembro de 1896

Andam aí por essas ruas, tiritando de frio e de fome, pálidas, raquíticas, enfezadas e cobertas de trapos, dezenas de criancinhas.

Quem as não vê todas as noites? Quem não sente todas as noites o horror de as ver – e não receia ao olhá-las, que as pobrezinhas caíam mortas na lama das ruas – de que elas parecem, as tristes, uma emanção ou uma eflorescência?!

Ontem foi um pequenito que me saiu ao caminho. Teria os seus três anos; e na carinha de um amarelo de cera virgem, muito mole, que tristeza pávida e angustiosa! Arrepiava o seu olhar – tão dorido, que diríamos vir-lhe nele a pequenina Alma, pedir, a medo, o perdão de semelhante miséria...

Vinha descalço; vestiam-lhe as débeis pernitais umas calcinhas feitas de trapos; e por um casaquinho de lona velha, dessa de que fazem no Verão os “guarda-pós”, via-se-lhe ao léu um pedacinho de peito, roxo de frio, cruzadas como se fossem morrer, duas mãozinhas angustiadas...⁵³⁴

Mostrando especial pendor para as crianças, defende a criação de um instituto de protecção para as crianças, o que vem a acontecer em Fevereiro de 1897, sendo criado o Albergue das Crianças Abandonadas. Para além de Trindade Coelho, outros homens de letras se interessaram especialmente em livros dedicados à educação infantil. Antero de Quental (1842-1891) compila o *Tesouro Poético da Infância* e Gomes Leal (1848-1921) escreve *História de Jesus*.

⁵³⁴ Feliciano Ramos (1942, p. 146-147).

A imprensa é o local privilegiado para expor as suas preocupações. O seu espírito alocêntrico condu-lo por muitos caminhos, fazendo eco dos seus propósitos e da sua vontade de ajudar o próximo. Em 24 de Abril de 1899 publica na *Aurora do Lima*⁵³⁵ um artigo que intitulou de *A Tradição*, defendendo costumes e usos da pátria e da família, dirigindo-se às crianças, afirmando “os meninos devem amar de todo o seu coração velhos usos e costumes da sua pátria e da sua família, e sempre que puderem, ressuscitá-los e não se envergonharem de tomar parte neles, e animá-los”, exigindo a preservação daquilo a que chama as óptimas coisas do passado, onde inclui os monumentos, a linguagem, o vestuário e os costumes.

A escola é para Trindade Coelho motivo de inquietação. Em dia de acto de formatura lembra os seus primeiros tempos de escola em Mogadouro, diante daquela figura sinistra que ele descreve no conto *Para a Escola* “um de óculos e cara rapada, falripas brancas por baixo do lenço vermelho, atado em nó sobre a testa”. Era esse professor que passados anos assomava na sua memória e afirmava iracundo “Caluda, sua canalha! Não vêem que está gente de fora? Caluda, que vai tudo raso com bolaria!” Local de castração, inibidor do livre desenvolvimento da criança, utilizando a força e a coacção física. Pretexto para a escrita de um conto integrando *Os Meus Amores*, razão, também, para se justificar na Autobiografia que dirige a Louise Ey em 6 de Abril de 1902, como se tentasse resolver através de um método psicanalítico um problema que transportava há muito. Em Travanca, localidade a 15 kms, onde estudou dois anos com o irmão recorda que “o nosso professor escrevia muito bem e tinha seu gosto nessa prenda e em a transmitir a todos os

⁵³⁵ Feliciano Ramos (1942, p. 146).

discípulos batendo-nos muito nos nós dos dedos com uma régua, se não pegávamos na pena como devia ser, e se não fazíamos as letras como ele ensinava!”

Depois de Travanca e uma vez terminada a instrução primária, os processos não abrandaram. Dois anos em Mogadouro a estudar latim com dois padres não são esquecidos para serem lembrados pelas piores razões, afirmando “Estes dois padres não sabiam talvez muito latim, mas davam-nos muitas palmatoadas, e eu levei mais do que areias tem o mar e estrelas o céu. Um deles até imaginava que a palmatória operava por compressão infiltrando-nos na palma das nossas mãos (no inverno roxas de frio) as coisas que nós não sabíamos”⁵³⁶.

Sempre atento e muito crítico ao que se passava na escola, nomeadamente na Faculdade de Direito em Coimbra, escreve no *In Illo Tempore* no capítulo que denominou *Resurrexit non est hic* a propósito das faltas

Na Universidade, com uma dúzia de faltas não justificadas já se perde o ano; mas, com quarenta justificadas, não se perde. Nunca entendi isto! E se as faltas são dadas pelo lente, pode não haver aulas um ano inteiro, que o ano não se perde! É chinês, mas é assim!

Este sistema das faltas é como o das lições. Se um estudante dá duas lições boas, embora não saiba nada, tem a frequência feita e o ano seguro: passa, porque o acto é uma “formalidade”: - mas se dá uma lição má, embora saiba e tenha estudado (o que depende às vezes do humor do lente, e outras vezes do humor do rapaz, ou de qualquer tola banalidade!), já tem a frequência tremida, e o ano arriscado!

Ora tudo isto remediava-se bem: o lente não chamava à lição, e nem se marcavam faltas; - e no fim do ano, quem soubesse passava e quem não soubesse ficava

⁵³⁶ *Autobiografia e Cartas*, p. 7-10.

reprovado, e no acto é que se veria isso, Mais nada, e, quando muito, durante o ano, dar-se a palavra a quem a pedisse.

Acaba a tutela constante e deprimente do lente sobre o discípulo, e este havia de convencer-se de que só o estudo e o saber lhe podiam valer, e aprendia portanto a ser homem mais cedo – e sem empenhos...⁵³⁷

Em artigo publicado na *Revista Nova*⁵³⁸, criticando “essa coisa ignóbil que se chama o ensino em Portugal, reportando-se aos compêndios que o seu filho Henrique acabava de adquirir refere-se ao “horror de vermos entre as mãozinhas do nosso pequenito, peçados de boçalíssimas asneiras, os seus livros de primeiras letras”. Criticando alguns livros, reputa-os um suplício para as crianças e pensa que tudo ficaria solucionado com a seguinte medida preventiva “Livros para crianças deviam constituir monopólio do Estado. Devia este mandá-los fazer a pessoas competentes”. Apontando para algo que está incorrecto no ensino, alude ao ensino verbal e automático que sistematicamente apela para a memória e atrofia as faculdades de reflexão. A sua indignação contra os livros escolares, sugere-lhe as palavras seguintes: “Insurjamos todos contra isto, ao desafio! Procuremos conhecer esses miseráveis livrelhos que aí circulam no mercado para lição primária dos nossos filhos; e, se o Estado os não mandar apreender e inutilizar sem perda de tempo, estudamos nós o meio de levar a cabo essa obra de misericórdia – e um de nós, para lição, esfarrape, inclusivamente, um exemplar – na cara de quem o assina”.

Não se limitando a criticar, tendo como grande objectivo a educação das crianças, organiza três livros didácticos para a escola primária que

⁵³⁷ *In Illo Tempore*, p. 32.

⁵³⁸ Feliciano Ramos (1942, p. 157).

recordamos: *O Primeiro Livro de Leitura*, saído em 1903, o *Segundo Livro de Leitura*, editado em 1904 e o *Terceiro Livro de Leitura* publicado em 1903.

Defendendo um ensino activo, concreto, prático e racional, visando aproximar as crianças das realidades da vida prática, ajudando-as a adaptar-se aos usos e necessidades da vida corrente, recusando um ensino meramente livresco, tentando preparar as crianças para a vida, fornece-lhes noções de utilidade imediata, não escamoteando a intenção educativa.

Publicados através da editora Aillaud & C.^a - Lisboa, é na Advertência do primeiro deste livros, que o autor dá conhecimento do seu projecto e exprime o propósito de se cingir ao programa oficial:

O plano completo abrange as seguintes partes: Pessoas, Coisas, Plantas, Animais, Espaço (locomoção) e Tempo.

O limite oficialmente marcado a este 1º livro não permite que nos ocupemos nele senão das Pessoas, e do que a estas diz imediatamente respeito: Corpo, Vestuário, Alimentação, Habitação.

As restantes parte do plano constituem todo o 2º volume: Coisas, Plantas, Animais, Espaço e Tempo.

Tanto este livro como o seguinte são entremeados de rifões populares e de pequenos contos morais, para, ao mesmo tempo que instruímos a criança, a educarmos e deleitamos.

Outro volume, *O Terceiro Livro de Leitura*, continua esta série, abrangendo, como os precedentes, noções práticas, de aplicação imediata aos usos e necessidades da vida.⁵³⁹

Não sendo às Musas dado, já que a sua produção poética é muito escassa, desdobra-se o seu estro, também, pela poesia, numa

⁵³⁹ *O Primeiro Livro de Leitura, Advertência*, página não numerada.

manifestação de lirismo propiciadora de uma atmosfera própria de um público alvo, dado às primeiras letras. Um enquadramento condigno, onde o docente primava como cicerone e amante de uma obra que se abria aos olhos do aprendiz de um modo muito ténue, como se este abrir de porta transportasse o caminhante para um tesouro inalienável e imperdível.

Difícil sendo encontrar poesia escrita por Trindade Coelho, vejamos o que o artista mogadourense escreve de forma tutelar

Versos ao Meu Livrinho

Livro meu muito amado,
Tesouro do meu saber,
Folgarei de te encontrar
Se algum dia te perder.

Se algum dia te perder
À mão me volta a parar,
Livro meu muito amado,
Sem ti não posso estudar.

Sem ti não posso estudar,
Sem ti não posso aprender,
Livro meu muito amado,
Tesouro do meu saber.

Tesouro do meu saber,
Espelho do meu pensar,
Deus te trouxe às minhas mãos
Para por ti eu estudar.

Deus te trouxe, Deus te traga,
Se eu um dia te perder,

Livro meu muito amado,

Tesouro do meu saber.

A pessoa que te achar

Usará de homem honrado:

Para saber o meu nome

Abaixo vai declarado.⁵⁴⁰

Relativamente a *O Segundo Livro de Leitura* escreve uma Advertência que não se afasta do livro anterior, que transcrevemos

Este livro continua o plano que vem do anterior – *O Primeiro Livro de Leitura*. Nesse ocupámo-nos das Pessoas e do que imediatamente lhes diz respeito: Corpo, Vestuário, Alimentação e Habitação. O presente livro ocupa-se das restantes partes daquele plano: Coisas, Plantas, Animais, Espaço (meios de locomoção) e Tempo.

Como no 1º, também neste 2º livro entremeámos o útil com o agradável, esmaltando todo o volume de rifões populares e de contos morais, a fim de educarmos e deleitarmos a criança ao mesmo tempo que a instruímos. Outro volume, *O Terceiro Livro de Leitura*, continua esta série, abrangendo, como os precedentes, noções práticas – de aplicação imediata aos usos e necessidades da vida.⁵⁴¹

No capítulo dedicado aos animais procura realizar os seus objectivos pedagógicos, preferindo os animais que ocupam o primeiro plano da nossa fauna, instruindo, assim, a criança com a notícia e conhecimento dos animais que vê, ao mesmo tempo que procura incutir o amor por esses animais, educando a criança nos exemplos de muitos⁵⁴², recorrendo para isso a fábulas.

⁵⁴⁰ *O Primeiro Livro de Leitura* – início do livro em página não numerada.

⁵⁴¹ *O Segundo Livro de Leitura, Advertência* – página não numerada.

⁵⁴² Feliciano Ramos (1942, p. 152).

Em 1903 publica *O Terceiro Livro de Leitura* relevando na Advertência os objectivos pedagógicos:

Satisfazer a natural curiosidade da criança ministrando-lhe conhecimentos positivos; educar-lhe a razão e o sentimento; arredar ao seu espírito a superstição; levá-la a penetrar a verdade e a formar uma ideia exacta das coisas e até dos preconceitos nacionais, - tal foi o meu fito ao escrever o presente livro e os dois que o precederam: *O Primeiro Livro de Leitura* e *O Segundo Livro de Leitura*. Um quarto volume, também adornado de estampas, completa a série: é o *Pão Nosso*, ou *Leituras Elementares e Enciclopédicas* para uso do povo, cujo fim principal foi reunir em um único livro todas as matérias ou disciplinas que se estudam na escola primária, - e ainda outras igualmente importantes e que mal pareceria desconhecer.

Destinado essencialmente ao lar e à família, o livro *Pão Nosso* não faz parte das obras escolares do autor.⁵⁴³

Este *Terceiro Livro de Leitura* constituído por 367 páginas contempla três partes, tendo sido aprovado oficialmente. Vejamos cada uma das partes:

Parte I – Atmosfera, ar, calor, luz e água; Deus – Natureza; O Corpo humano; Reino animal; Reino Vegetal; Reino mineral; As grandes invenções.

Parte II – A terra portuguesa; Histórias de Portugal; A Lusitânia; A Nação; A Família.

Parte III – Trechos recolhidos, versos, narrativas históricas, descrições de lugares, contos morais, anedotas, colaborando Garrett, Herculano, Júlio Dinis, Camilo, Oliveira Martins, Simões Dias e Guerra Junqueiro.⁵⁴⁴

⁵⁴³ *O Terceiro Livro de Leitura, Advertência* – página não numerada.

⁵⁴⁴ *O Terceiro Livro de Leitura*, Livraria Aillaud, Lisboa, 1903.

Na linha dos três livros de Leitura e na sua sequência cronológica, publicou em 1904, através do mesmo editor *Pão Nosso* ou *Leituras Elementares e Enciclopédicas para uso do povo*. Na Advertência escreve:

O título e o sub-título deste livro dizem a sua índole: é um conjunto de noções triviais (tão triviais que são o pão nosso de cada dia) sobre variados ramos de conhecimentos. Vai reunindo nas suas páginas o que actualmente constitui entre nós o ensino primário; mas a essas doutrinas elementares – assim condensadas num só volume no intuito de as fixarmos no património do lar – ou acrescentámos, igualmente elementares, cujo conhecimento é também indispensável na vida corrente.

Num país cuja inteligência – aferrada a credices absurdas e a ideias falsas – como que vive fora da Natureza, é urgente dar à instrução do povo uma base natural, explicar as causas e os efeitos dos fenómenos, orientar a vida, em suma, num sentido positivo e exacto, determinado pela razão.

Dirige-se, pois, este livro (como os três Livros de Leitura que o precederam, escritos para as crianças) ao cultivo da razão e da inteligência; mas não esqueço que, se muito importa instruir o povo, importa, ainda mais, educá-lo moral e civicamente.

Essa educação moral e cívica será objecto doutro volume, ao qual um terceiro se seguirá ocupando-se do direito usual.⁵⁴⁵

São muitos os capítulos que constituem o *Pão Nosso*. Cerca de trinta e três iniciados pelo capítulo dedicado a Deus-Natureza. Não abdicando da sua qualidade de crente, depois da Advertência, começa o livro afirmando que “Deus criou tudo o que existe. O conjunto das coisas criadas chama-se Universo ou Natureza”. Não se desviando da componente patriótica que era seu timbre, tentando inculcar no espírito da criança e de todo o estudante, em geral, a simpatia e admiração pelo

⁵⁴⁵ *Op. cit.*, pp. V, VI.

país e pelos grandes homens, alguns dos capítulos são mais textos de exaltação patriótica do que meios destinados, meramente, a informar sobre a terra e o passado.

No capítulo dedicado a Portugal, deparamo-nos com um texto de grande fervor em que a linguagem encomiástica é dominante, numa altura em que o país vivia momentos conturbados com os republicanos à espreita do momento azado para modificarem a governação. Vejamos o que Trindade Coelho escreve sobre o assunto:

Portugal é uma das mais lindas regiões do mundo. Pequeno em extensão, de nenhum outro deve ter inveja este país de encantos. A natureza parece ter caprichado em acumular nele belezas de toda a ordem, que enlevam os olhos e enternecem a alma. Portugal, minha pátria bem-amada, és uma pequenina maravilha e uma rara jóia! Debaixo do teu céu quase sempre azul, que lembra uma concha de safira, onde de dia se engasta o mais famoso sol e de noite as mais belas estrelas, os teus campos semelham um tabuleiro de esmeralda, que os rios, serpenteando em todas as direcções, encrustam de fios de prata. Montes verdes, cobertos de árvores até às cristas, não os tem mais pitorescos o mundo todo; - e beijados por um clima doce, que o perfume de miríades de flores embalsamam na primavera, os teus vales, as tuas encostas, os teus campos são no estio pródigos de frutos, - e por toda a parte, e em tudo, parece esplendor, perpétuo o riso da natureza!⁵⁴⁶

Neste livro de características enciclopédicas, com cerca de 300 figuras não numeradas, exceptuando as 45 do capítulo a que o autor designou de Desenho Linear e os cerca de 21 mapas, vejamos como Trindade Coelho faz a introdução no capítulo dedicado à História de Portugal, configurando um diálogo à lareira, tão ao seu gosto, não

⁵⁴⁶ *Op. cit.*, p. 134.

esquecendo as suas origens transmontanas e o conto do mesmo nome inserto no livro *Os Meus Amores*.

- Oh, rapazes! Que não há no mundo toda história mais linda! – dizia aos outros o irmão mais velho, todos à lareira. – Isto até parece milagre, e que a Providência tomou à sua conta este abençoado bocadinho de terra, e que o próprio Deus, lá cima, se havia de estar às vezes a regalar – das proezas de tão grandes homens!

Grandes, sim, que o foram a mais não! Valentes como as armas, destemidos que nem que fossem leões, e então amando todos a sua terra, que era a sua Pátria, como a mãe ama o seu filho!

Isto foi bonito lá no princípio, irmãos!

Essas árvores até parece que medraram a ver batalhas; e tantas flores que para aí há e não têm rivais, parece mesmo que ainda trazem agarrados a elas a alegria e o cheiro das almas dos que fizeram disto, que era terra de Espanha e terra de Mouros, o que é há séculos e será pelos séculos: esta boa terra que é Portugal!⁵⁴⁷

Não abandonando o propósito de se afastar das realidades da vida e da natureza, por vezes é crítico relativamente àquilo que observa, não deixando passar em claro um tema que lhe é caro e que, embora distante da sua juventude, lhe diz respeito

Quase metade da população do nosso país não come carne bovina; e isto que é já um grande mal e revela só por si a nossa pobreza agrícola, ainda é agravado por outra circunstância: ao passo que metade da população portuguesa definha por falta deste alimento substancial, a carne de que se alimenta a outra metade vem-na de fora em grande parte, o que importa nova sangria de ouro, e portanto nova desgraça; - crescendo que esses mesmos que comem carne bovina, e não comem, em geral, na quantidade precisa, e cada vez vão comendo menos.⁵⁴⁸

⁵⁴⁷ *Op. cit.*, pp. 328-329.

⁵⁴⁸ *Pão Nosso*, p. 173.

Pugnando pelo trabalho, não lhe passando ao lado esta matéria, cria um capítulo, a que dá o nome de Pequeno Dicionário de profissões, artes e ofícios, introduzido pela apologia do trabalho, afirmando:

Todo o homem deve ter uma profissão, uma arte ou um ofício: numa palavra, uma ocupação ou modo de vida. O trabalho é um benefício para a própria saúde, tanto do corpo como do espírito e é o único remédio eficaz para as necessidades. O homem que trabalha é útil a si, aos seus e à sociedade; e é do trabalho de todos, seja qual for, que depende o progresso e o bem-estar geral. A única nobreza actual é a do trabalho: um artista, um artífice, um operário, um comerciante, um industrial, um lavrador, é tão indispensável ao bem geral, como o sacerdote, o mestre, o médico, o engenheiro, o advogado, o magistrado, o escritor ou o sábio. Perante a virtude do trabalho são todos iguais, e mais se distingue o que mais ou melhor produz.⁵⁴⁹

Multiplicando-se nas mais variadas actividades da pedagogia, Trindade Coelho vai escrevendo, escrevendo sempre. Dentro do seu ideário e do seu apostolado que pugna pela melhoria da instrução do povo, ele que é do povo, mas que dele emergiu para trabalhar a palavra e transmiti-la, escreve textos simples de índole formativa direccionando-os, sobretudo para crianças. *O Meu Livrinho*, dado à estampa em Dezembro de 1962 pela Portugália Editora, é um conjunto de 75 pequenos textos de carácter doutrinário fazendo apelo aos bons costumes, como se tratasse de um livro de feição morigeradora em obediência à ética. O primeiro texto intitulado Deus inicia-se por “Há Deus. Existe Deus. Deus existe. Está lá cima, está aqui, está em toda a parte. Criou o mundo e governa-o. Criou os corações e inspira-os. Há Deus, existe Deus. Está lá cima, está aqui, está em toda a parte. Ele tudo

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 307.

explica. É o princípio e o fim de tudo o criado”. Cerca de 174 páginas que terminam com o texto Altíssimo, fazendo, de novo, a apologia de Deus e o amor pelo próximo.

“Amar o próximo como a nós mesmos é uma grande regra de moral; e sendo dez os mandamentos da lei de Deus, todos eles se encerram em dois – amar a Deus sobre todas as coisas, e o próximo como a nós mesmos”.

Com temas cujo interesse não perderam a actualidade, anotamos alguns de entre os 75 que Trindade Coelho apresentou: As férias, A Memória, Querer, Devemos instruir-nos, Os nossos professores, A sorte, A honra, Deus, A fé, A inveja, A lisonja, não significando que os não mencionados tenham menos valia.

A propósito de As Férias escreve Trindade Coelho:

Nas férias não se deve estudar. Eu sou de opinião que nas férias não se deve estudar. Nas férias cada um deve dar largas às suas tendências, governadas, bem entendido, pelo bem, e pelos conselhos dos mais prudentes. Quem tem tendência para viajar, deve viajar; e a primeira viagem, e a mais fácil, que cada um tem a fazer é à roda da sua própria terra, procurando conhecer muito bem a sua freguesia, depois da sua freguesia o seu concelho, depois do seu concelho o seu distrito, depois do seu distrito a sua província; e depois com o tempo, as outras províncias do seu país. Assim ficará habilitado, pelo hábito de viajar, a viajar por países estranhos, e estudando os costumes das outras nações, melhor poderá compará-los com os da sua, e aperfeiçoar estes segundo o que vir.

(...)

estudarem, praticamente, como são feitas as colheitas e as sementeiras, as podas, as trilhas, as apanhas, em suma: a vida do lavrador, porque o agricultor é a

primeira e a mais nobre de todas as indústrias, e aquela de que depende, mais do que de outras qualquer, a felicidade e riqueza de uma nação.⁵⁵⁰

A propósito de *O Meu Livrinho*, em artigo publicado em 20 de Abril de 1963 no *Jornal A Voz*, a nora de Trindade Coelho, Maria Cristina Trindade Coelho em carta dirigida ao jornal afirma ter decidido publicar o livro, deixado entre os manuscritos do sogro, naquela época em que “tão necessário se apresentam todos os ensinamentos, que nele se podem ter numa linguagem tão bela e tão simples”⁵⁵¹.

O aparecimento do livro coincidia com uma intervenção feita na Assembleia Nacional pelo Dr. Júlio Evangelista, reproduzida no *Jornal A Voz*.

Conquanto *O Meu Livrinho* só tenha vindo a lume em 1962, note-se que em carta datada de 30 de Outubro de 1910, publicada no *Diário de Notícias* de 15 de Junho de 1961, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos disponibilizara ao filho de Trindade Coelho, Henrique, o seu apoio à publicação do referido livro, o que, pelos vistos, não veio a acontecer.

Também no livro *Trindade Coelho, Homem de Letras, o Contista, o Esteta e o Pedagogo*, publicado em 1942, Feliciano Ramos afirmava que se tornava “indispensável a publicação deste precioso inédito, que é uma obra de índole formativa”⁵⁵².

A publicação de *O Meu Livrinho*, embora um tanto tardia, não tendo vindo esclarecer qualquer dúvida que havia sobre a personalidade de Trindade Coelho, veio, também, enriquecer o património cultural português sob o ponto de vista do material didáctico posto à disposição da população não só juvenil, mas de todos aqueles que buscam nos livros

⁵⁵⁰ *Op. cit.*, p. 162, 163.

⁵⁵¹ *Jornal A Voz*, 20 de Abril de 1963.

⁵⁵² *Op. cit.*, p. 147.

meios para o seu aperfeiçoamento social, cívico, em suma, comportamental. De olhos postos no povo, Trindade Coelho foi lançando as sementes necessárias à germinação e crescimento de uma sociedade melhor, mais educada, mais instruída e menos explorada e mais esclarecida porque educar o povo era combater a oligarquia miserável que nos governa, confessava em carta que escreve a Louise Ey em 16.1.1905⁵⁵³.

Não se distanciando, de modo algum, do grande destinatário dos seus livros que era o povo, leva a cabo um conjunto de textos que denominou *Folhetos para o Povo*. Iniciou a publicação com *Parábola dos sete vimes*, seguindo-se-lhe *A minha candidatura por Mogadouro* e *ABC do Povo*, ao mesmo tempo, publicou um pequeno jornal, *Boletim parlamentar do distrito de Bragança*, onde dá conta da nula actuação parlamentar dos cinco deputados do círculo eleitoral de Bragança que, segundo afirma, é o mais pobre e infeliz de Portugal. Todos estes folhetos eram distribuídos gratuitamente aos milhares, principalmente, pelos párocos e professores de instrução primária e pelos políticos.

IV. 5. O Cidadão, o Jurisconsulto e o Magistrado

IV. 5.1. “A Minha Candidatura por Mogadouro”

Íncola de um espaço onde não abundam as benesses, Trindade Coelho como já vimos, cedo se afastou dos seus em busca de um conhecimento que não encontra na sua terra. Travanca, Porto e Coimbra, são pontos fulcrais na sua existência. Aí, habitante em diáspora, é-lhe possível observar e criticar o que lhe é proporcionado.

⁵⁵³ *Autobiografia e Cartas*, p. 88.

Nada lhe é indiferente. Através da escrita vai dando conta do que o rodeia. Muitas são as cartas que dirige ao pai, manifestando o seu pouco apreço pelo visto e vivido. No Colégio de São Carlos vai aprimorando a escrita através de uma epistolografia precoce, própria de quem está longe e tem muito para contar. Sopesando o que vê e ouve, vai alimentando a sua capacidade de cidadão em terras estranhas. A sua condição de indivíduo em constante mobilidade permite-lhe observar com maior lucidez o que o cerca. A indiferença não faz parte dos seus hábitos.

Uma vez integrado nos meios académicos, participa activamente. Dado à militância na escrita, escreve com sentido crítico, dando a conhecer ao público que o lê e ouve. Não sendo um militante encastrado na política, conhece os passos que deve dar. E foi nos jornais e no dia-a-dia dos bancos da escola que foi dando os primeiros passos da cidadania sem deixar de ser independente ao longo de toda a sua existência.

Viveu de forma emblemática, recusando ser político e não aceitou sinecuras ou prebendas. Partiu quando quis e como quis. Foi assim que o classificou o seu amigo Eugénio de Castro. “Pequenino mas tesinho. Alegre como uma romaria. A sua voz é um adufe ao som do qual os seus olhos bailam. Vigoroso e sadio física e literalmente. A sua prosa é máscula: prosa com músculos e sangue”⁵⁵⁴. Fez da sua prática de vida um exemplo de trabalho e de sinceridade.

Trindade Coelho é, pela sua índole e pela sua prática, um homem de carácter alocêntrico muito dado ao bem comum, pugnando, por isso, pela elevação dos que com ele se relacionam. Vive para ser solidário, bondoso, qualidades que herdou de sua mãe, perdida muito prematuramente. Está onde é necessário e para onde o chamam os seus

⁵⁵⁴ *Autobiografia e Cartas*, p. 31.

deveres de homem participativo na construção de um mundo que ele deseja melhor e mais equitativo, não se coibindo de tomar posições extremas que o deixam vinculado por muito tempo.

Não tendo ainda 21 anos, celebrá-los-ia em 18 de Junho, pronuncia um discurso apologético, em honra do Marquês de Pombal no Teatro Académico de Coimbra no dia 7 de Maio de 1882, que será editado pela Imprensa Comercial daquela cidade, nesse mesmo ano. Trata-se de um opúsculo de 15 páginas, cuja capa apresenta como subtítulo *Discurso pronunciado no comício anti-jesuítico no Teatro Académico de Coimbra no dia 7 de Maio de 1882*. De verbo fácil, semelhante a uma catilinária centrada nas qualidades do Marquês de Pombal e nos pecados dos Jesuítas, vejamos, de modo sucinto, o que afirma numa prosa oratória pejada de metáforas, tão ao gosto do século XIX. Com um *incipit* ao melhor tom declamatório, o jovem Trindade Coelho afirma:

Pombal! Pombal!...

Ah, meus senhores, os ecos desta casa hão-de estranhar a minha voz. Eles vibraram já sob a influência do verbo inspirado dos nossos melhores oradores desde José Estêvão até António Cândido, eles repercutiram, na electrização nervosa do entusiasmo, os alexandrinos titânicos de Junqueiro e as odes inspiradas de Quental.

E ainda ontem, e já hoje, esses ecos foram despertados pela eloquência de oradores distintos, já hoje, e ainda ontem, cintilaram nesta sala as fulgurações radiosas de inteligência alevantadas.

Era preciso que assim fosse, tornava-se necessário que eu falasse.

Um quadro não se faz só de luz, é a sombra que lhe faz realçar a nitidez dos contornos

Era preciso que assim fosse, eu devia falar

(...)

Meus senhores, gira-me nas veias o sangue de transmontano, a minha consciência não tem a flexibilidade do vime, e no meu temperamento há alguma coisa de rude como as montanhas que acidentam o solo da minha província.

Há dois meses aproximadamente que a imprensa reaccionária, no miserável e torpe desempenho da sua missão anti-civilizadora, fez propalar que em Mogadouro, na minha terra natal, se comemoraria o centenário de Pombal queimando o seu busto em frente da igreja da misericórdia, em plena praça pública.

À vileza sórdida de roupeta nada escapa, e por isso ela viu em Mogadouro uma terra em condições excepcionais. Os Távoras haviam lá vivido nos seus solares feudais, eles haviam dominado com o seu poderio de senhores aquelas aldeias em roda.

(...)

Miseráveis, o opróbrio que quereis lançar sobre a minha terra natal caia sobre vós, terrível, inexorável, como terrível e inexorável é o anátema da indignação das nossas almas juvenis, douradas pelo sol brilhante da civilização, acalentadas ao calor desta adoração que professamos pelos apóstolos do Progresso.

(...)

Daqui, deste lugar, tendo por juiz a opinião pública, por testemunhas os mancebos de hoje que hão-de ser os homens de amanhã, como já hoje são a esperança da minha pátria, tendo por missal este peito dentro do qual pulsa um coração que é português, por templo esta casa da Arte, por vestes esta capa e esta batina e por luz o clarão rubro da minha indignação – eu juro que hei-de vingar com toda a valentia das minhas forças a cobardia miserável do vosso procedimento.

Canalhas! Onde está a vossa fé?

Onde estão os vossos brios?

(...)

Eu venho aqui protestar, em nome da dignidade ultrajada da terra que me serviu de berço, contra a infâmia de que a quereis cobrar – a ela que é portuguesa.

(...)

A figura grandiosa do Marquês de Pombal mais avulta e cresce, quanto mais nos lembramos do meio em que viveu. Ele representa uma reacção contra a tendência enervadora da sua época, reacção tanto mais notável, quanto são notáveis e grandiosos os frutos a que deu origem.

A vista perspicaz do grande estadista mediu, dum lance, toda a profundidade do abismo à beira do qual Portugal estava adormecido.

Os nobres e os jesuítas.

(...)

Nobres e jesuítas – eis aí os dois grandes potentados contra os quais Pombal teve de lutar braço a braço, numa luta titânica, desesperada, sem tréguas, decisiva, porque dela havia de depender o futuro de Portugal.

E a luta travou-se e Pombal venceu

(...)

O Marquês de Pombal, ao mesmo tempo que esmagava, ao peso do seu braço hercúleo, o poderio dos nobres, vibrava um golpe certo e de morte no abutre – Jesuítismo!

Deixai, meus senhores, que eu fale agora dos jesuítas.

... Erguei o rosto, erguei-o

Para que as multidões venham cuspir em cheio

Nessas frentes venais!.....

Deixai que eu fale desses energúmeros raquíticos e enfezados, que vivem envoltos na negrura da roupeta, como larvas famintas na escuridão assustadora de um túmulo.

Foram eles que, com o seu misticismo baboso e com os refinamentos de uma hipocrisia reles e beata, prepararam o estado lastimoso em que Portugal se encontrava, inoculando no espírito do povo as ideias mais subversivas, os

princípios mais deletérios, arrastando-o a um marasmo desolador e árido, sem aspirações e sem crenças

(...)

Portugal que havia sido a primeira nação da Europa a chamar os jesuítas, foi também a primeira que os expulsou, a golpes de azorrague, vibrados pelo braço da indignação de Pombal sobre o dorso encortiado do jesuitismo soez e lazarento.

(...)

Ah, meu senhores, confrange-se-me a alma, sinto-me desalentado e triste, quando penso na maneira como os nossos governos têm sancionado a obra monumental de Sebastião de Carvalho.

Ao terminar, um apelo que julgamos pertinente ser registado:

Capacitemo-nos de uma vez para sempre que só à custa dos nossos próprios esforços podemos levantar o nível da nossa sociedade, que infelizmente está velha e decadente.

Não deixemos adormecer um instante sequer a consciência nacional, combatamos denodadamente pela nossa autonomia, lutemos pela existência, - esmaguemos o jesuitismo nojento e arqueroso, e caminhemos finalmente para a luz que é a simbolização maior e mais augusta da ideia do Progresso.⁵⁵⁵

Pelo que nos é dado ler, através de uma defesa acérrima da obra do Marquês de Pombal, em contrapartida de um ataque cerrado aos jesuítas, talvez já esteja divisando a sua apetência pela Maçonaria à qual adere em 1906, filiando-se na loja Solidariedade de Lisboa com o nome simbólico de Renovador⁵⁵⁶.

O homem é a circunstância. Se em momentos de fervor revolucionário, em defesa dos valores por que pugnava, onde não

⁵⁵⁵ *Op. cit.*, pp. 5-15.

⁵⁵⁶ A. H. De Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Editorial Delta, p. 355.

faltavam a defesa da honra da sua terra natal, era preciso mostrar toda a sua verve e toda a arte do convencimento do seu discurso, em que abundam a ferocidade, a crueldade e o azedume, noutras circunstâncias bem diferentes, também, era talentoso ao ponto de mostrar a palavra magoada em exéquias onde, por razões de solidariedade, entende estar presente.

Em tempos de passamento de um colega do quarto ano jurídico, é a vez de António de Pina Calado partir e ser sepultado em Teixoso. No dia 22 de Dezembro de 1884, Trindade Coelho, tal como outros colegas, Solano de Abreu, Taborda Ramos e Costa Macedo pronunciaram palavras de circunstância, fazendo publicar um livro a que denominaram *À Beira da Campa, de António Pina Calado*, através da Imprensa Académica, na cidade de Coimbra, naquele mesmo ano. Por coincidência o pai de Trindade Coelho, também, havia morrido um ano antes, quando se encontrava de férias em Longroiva, o que seria recordado pelo quartanista mogadourense.

Porque se trata de um texto impressionante, dito em momento de despedida, de modo informal e de maneira quase improvisada, revelador da grande capacidade de escrever e dizer de Trindade Coelho, à data com 23 anos, parece-nos pertinente a descrição de alguns excertos que consideramos antológicos:

.....

Ah! Meus senhores, quando penso na sorte desgraçada do moço que ali jaz, eu sinto-me desalentado e triste, arremetem-me o espírito as sombras negras da descrença, brumas de melancolias empanam o cristal da minha fantasia... a minha fantasia! essa janela rendilhada, amplamente aberta para o azul, e em cujo peitoril às vezes me quedo absorto na muda contemplação do futuro...

Loucos visionários que nós somos!

O fogo da mocidade que nos arde dentro do peito estonteia-nos o cérebro provocando nele a aparição feérica de miragens redutoras, e são precisos estes momentos de luto pesadíssimo e de profundíssima dor para que possamos compreender, em toda a sua hediondez, a fragilidade vítrea desta existência que levamos a rir, parece que fiados na própria imortalidade física.

(...)

Que tristíssimo quadro este, meus senhores!

Que romagem de luto nos trouxe de tão longe!

(...)

Ele era nosso amigo! Ele era nosso irmão!

(...)

Terra da Beira, ó terra da Beira! Que destino cruel me arrasta para ti!

Quase no mesmo dia⁵⁵⁷, ó terra fecunda da Beira, tu escondeste-me para sempre no teu seio duas existências queridas.

Nas tuas entranhas misteriosas, a bem poucas léguas daqui, meu Pai foi, e de bem longe, procurar saúde nas emanações salubérrimas do teu seio. E tu mataste meu Pai, e lá mo tens numa cova como aqui tens um meu irmão.

(...)

Eu vou dizer-te adeus, ó meu desgraçado amigo!

Dorme no seio de Deus, irmão da minha alma!

Quando de futuro os braços dessa cruz que aí vejo, aparecerem perlados de matinais orvalhos, olha que são as lágrimas das estrelas que toda a noite choraram lá do céu a tua desventura enorme.

(...)

Meu querido e desgraçado amigo – adeus!⁵⁵⁸

⁵⁵⁷ Este colega de Trindade Coelho faleceu em 22.5.1884; o pai de Trindade Coelho morre em 4.8.1883 quando se encontrava em tratamento de águas em Longroiva.

⁵⁵⁸ *Op. cit.*, pp. 16, 21.

Como cívico, é possível saber que foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube Transmontano, situado na Rua Nova do Almada, nº 109 – 1º andar em Lisboa, tendo tomado posse no dia 4 de Março de 1908.

No âmbito da sua área de actuação fundou com o juiz Francisco Maria da Veiga a *Revista de Direito e Jurisprudência* e publicou trabalhos de carácter jurídico: O Regulamento do Ministério Público, igualmente em colaboração com Francisco Maria da Veiga, *O Código do Processo Penal*, *Recursos finais em processo criminal*, *Incidentes do Processo Civil*, *Anotações ao Código e Legislação Penal* e *Roteiro dos Processos Especiais*.

A propósito da publicação de livros dentro da sua esfera profissional, explica Trindade Coelho a D. Carolina Michäelis de Vasconcelos, em carta que lhe dirige a 25 de Janeiro de 1902

E para que os graves magistrados, meus colegas, não me passassem carta de literato, que para eles é sinónimo de tolo chapado, faço o meu livro de direito: no prelo, agora, tenho eu dois: um calhamaço medonho, que é o *Código Penal* anotado e os *Incidentes em processo civil*, e penso numa Biblioteca Jurídica, nada menos, com o Aillaud por editor!⁵⁵⁹

Escreveu, ainda, *Dezoito Anos em África – Notas e Documentos para a biografia do Conselheiro José de Almeida*, editado em 1898 pela Tipografia de Adolfo de Mendonça. Figura de relevo da colonização portuguesa em África, nomeadamente na Guiné, Angola e Moçambique, envolvido na questão dos Vátuas e na consequente prisão de Gungunhana, mereceu de Trindade Coelho um livro de 539 páginas. Uma componente diferente na capacidade poliédrica do escritor. Dividindo o livro em duas

⁵⁵⁹ *Autobiografia e Cartas*, p. 191.

partes desiguais, que denominou de *Na África Ocidental* e na *África Oriental*, escreve no *incipit*:

Este livro não é sequer uma biografia, quanto mais um panegírico, do Conselheiro José Joaquim d'Almeida. Este livro é o que os seus coordenadores e editores querem que ele seja: - a exposição imprensa, cronologicamente ordenada, dos principais documentos de carácter público e oficial que assinalam actos, também de carácter público, e de carácter oficial também, da vida intensamente laboriosa, e singularmente prestante, do funcionário a que diz respeito. Nada mais, nada menos.

Decerto que à estima pessoal que nos honramos de professar pelo Conselheiro José Joaquim de Almeida, e às necessidades, podemos dizê-lo da afeição que lhe dedicamos, e que é, em nós, uma consequência do conhecimento que temos do seu carácter,⁵⁶⁰

Em carta escrita a Augusto Moreno em 1.12.1899 e inserta na *Autobiografia e Cartas*, pp. 129-130, Trindade Coelho explica a razão de ser do livro, que transcrevemos:

Eu não conhecia o Almeida, sequer. Senão quando, uma tarde, encontro na rua um meu velho amigo e muito querido condiscípulo na Universidade, o António Horta, ao tempo de licença aqui, pois é juiz da Relação no Ultramar, que me disse que queria pedir-me um favor. O favor era pôr em ordem, coordenar, e cerzir para aparecerem em público os documentos da vida pública dum seu amigo, - tão cheio de serviços como... de calúnias. Era pouca coisa, dar-me-ia um folheto, - fazia-lho? Respondo que só à vista dos documentos; que se esse seu amigo fosse o que ele me dizia, que podia contar comigo. Que em caso contrário - não! Vieram os documentos para a minha mão, - alguns documentos. Mas lê-los, ler esses, foi apaixonar-me logo por essa figura! Era um grande homem, um homem de trabalho e um homem de honra: - agora era eu o obsequiado escrevendo dele.

⁵⁶⁰ *Op. cit.*, p. 3.

Respondi, pois, que sim, num alvoroço. E quando, tendo já começado o meu trabalho, (leia isto como eu o escrevo: bem dolentemente!) esse meu discípulo, na melhor intenção, coitado, me perguntou quanto havia eu de ganhar por semelhante serviço, - eu respondi-lhe que me não fizesse envergonhar de lhe ter dito que sim, e que tudo quanto eu queria era a honra de apertar a mão de José de Almeida, e de que ele me considerasse seu amigo. Hoje, somo-lo, como irmãos.⁵⁶¹

Adaptado ao ensino primário, escreveu, ainda, *Primeiras Noções de Educação Cívica* que publicou em 1906 por intermédio da Livraria Aillaud, Paris-Lisboa.

No campo político são, ainda, de destacar, embora já aqui citados, *A minha candidatura por Mogadouro* e *Manual Político do Cidadão Português*, livro de 720 páginas, sendo as primeiras 187 a adaptação a Portugal da obra do suíço Norma Droz, *Instruction Civique*.

De realçar a sua ida a África para libertar trinta e três indivíduos que se encontravam presos e que foram restituídos à liberdade em contrapartida do castigo sofrido pelos seus algozes.

Outros foram os actos, como por exemplo, o ter libertado Manuel Barradas, agricultor alentejano, da prisão e que havia sido condenado, injustamente, a 28 anos de clausura. Este facto será pretexto para o conto *Manuel Maçores* incluído no livro *Os Meus Amores*.

No livro *A minha candidatura por Mogadouro* constituída por 134 páginas de texto, sete de Prefácio e uma de Post-Scriptum, escreve no Prefácio que nunca foi político, o que não quer dizer que não tenha temperamento para a política, mas não para “esta política”, continuando a afirmar

⁵⁶¹ *Op. cit.*, pp. 129, 130.

O meu programa, afinal, diz-se em muito poucas palavras: - creio em Deus e sigo o meu caminho. Não me meto com pessoa nenhuma; mas quem se meter comigo, encontra-me. Seja quem for. Só isto⁵⁶².

Dedicado a Sua Magestade El-Rei e com o subtítulo entre parêntesis *Costumes Políticos em Portugal*, escreve Trindade Coelho *A Minha Candidatura por Mogadouro* onde dá conta da sua verticalidade como cidadão e amante da pátria, fiel ao rei, abjurando o republicanismo e qualquer partido que o impossibilitaria de ser independente. Com um Prefácio, onde se insurge contra o facto de lhe terem atribuído a sua candidatura como republicano a deputado pelo círculo de Mogadouro, ao mesmo tempo que justifica a utilização da expressão “costumes políticos”, pretexto para os estudar numa época propícia a essa abordagem, considerando o livro uma “peça” onde abundam lances de comédia que achou forçoso dividir em três actos.

Em torno de uma política de influências, movimentando-se junto de elementos preponderantes da governação, como o Ministro da Marinha e o governador civil Abílio Beça, rejeitando candidatar-se a um lugar de deputado pelo círculo da sua terra, aproveita para explicar o aparecimento da *Parábola dos sete vimes*, incitamento à coesão e à amizade num concelho desavindo, escrito para ser distribuído pelo distrito de Bragança. Gastando por cada exemplar cinco réis, despendeu cerca de 8 mil réis em estampilhas para o colocar nos quatro pontos cardeais do seu distrito.

Como era seu hábito mandar um exemplar para os seus amigos, ao escrever um livro, enviou dois ao conde d’Arnos, secretário particular

⁵⁶² *Op. cit.*, p. X.

do Rei D. Carlos, que por sua vez fez chegar um dos modelos a Sua Magestade que “apreciou muito a publicação”⁵⁶³.

Ao invés, o governador civil de Bragança não acusara a recepção, bem como o Ministro da Marinha que tomara uma postura distinta dos outros Ministérios que agradeceram o envio do texto. Entretanto é dissolvida a Câmara Municipal de Mogadouro por decreto de 12 de Novembro de 1900, tendo sido nomeado para presidir à assembleia um republicano de nome Abílio Salgado, filho de Serafim Meirinhos, ex-sargento de infantaria, expulso do exército, implicado no 31 de Janeiro de 1891⁵⁶⁴.

A uma carta que um antigo discípulo lhe escrevera, de Alijó, pedindo-lhe informações políticas a seu respeito, responde-lhe que andava longe dos homens e dos processos políticos, não pensando candidatar-se a deputado, mas tão só em educar um filho que tinha. Trindade Coelho aproveita para informar que o jornal *O Século*, em 19 de Novembro de 1900 insere uma longa lista de pessoas de muita respeitabilidade que lhe rogam que aceite ser o chefe político dos signatários, lista essa encabeçada por Joaquim Augusto Felgueiras Leite, proprietário de Mogadouro e que termina com o nome de José Luís Pereira, negociante e proprietário, em Ventozelo.

Reportando-se a esta petição, informa o *Diário de Notícias* de 17 de Novembro, depois de esclarecer que o documento é concebido nos mais afectuosos e calorosos termos, é largamente assinado, figurando entre os

⁵⁶³ *Op. cit.*, p. 32.

⁵⁶⁴ Revolução de inspiração republicana ocorrida na guarnição militar do Porto, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, remate de profunda emoção nacional suscitada pelo ultimato inglês de 1890, assumiu também papel de grande relevo na história da conquista do poder pelo republicanismo, que culminou com a resolução de 5 de Outubro de 1910.

Veja-se *Dicionário de História de Portugal*, III volume, Direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

signatários o que de mais importante possui o concelho de Mogadouro: proprietários, párocos, os vereadores da câmara dissolvida, etc.. Aludindo à produção literária de Trindade Coelho, onde avulta *Os Meus Amores*, lembra o trabalho já extenso de tradições e costumes locais subordinado ao título de *Senhor Sete*, livro que só será publicado postumamente.

Decidido a não concorrer às eleições, escreve ao secretário do Ministro da Marinha que não irá, ao mesmo tempo que convida os amigos a actuarem da mesma forma. Como se fosse uma declaração de guerra escreve “Sou monárquico, são monárquicos os meus amigos; e eles e eu, honramo-nos de o ser, e de declarar que o somos”.⁵⁶⁵

Tendo em conta a divisão de *A Minha Candidatura por Mogadouro* preconizada por Trindade Coelho em três actos, podemos considerar que o 3º Acto termina em crescendo para esclarecer a sua atitude face a uma possível candidatura ao círculo da sua terra. De forma peremptória afirma que nunca foi político, sendo, contudo, monárquico, e inédito como regenerador ou como progressista, esclarecendo que há artigos monárquicos escritos e assinados por si em que mostra a sua vertente monárquica, citando, como exemplo, um artigo de homenagem A Sua Magestade a Rainha (Dona Maria Pia) no *Jornal de Lamego, Beira e Douro* ou o que escreveu na altura do falecimento do rei D. Luís, que denominou *Luís, o Bom*, publicado no *Comércio de Portalegre* em 27 de Outubro de 1889.

Falando com o Ministro da Marinha, através de perguntas cujas respostas não ecoam, declara que não foi ele que remeteu listas republicanas apesar delas terem aparecido em Mogadouro.

⁵⁶⁵ *Op. cit.*, p. 67.

Em tom confessional de índole encomiástica com laivos de alguma imodéstia diz nunca ter feito mal a pessoa alguma, nem concorrência a alguém. Vale a pena transcrever o que sobre si diz Trindade Coelho nesta audiência mantida a alto nível com o Ministro da Marinha:

A minha vida tem sido a de um trabalhador obscuro, metido consigo e com os seus livros, cuidando de um filho que tem. E nunca, sr. Ministro, bateram amigos meus à minha porta, e até indiferentes, que me não encontrassem, no pouco que valho, de braços abertos! E nunca pedi salário. E nunca aceitei, sequer, agradecimentos. Há um prémio único para aquilo que faço: é o reconhecimento, por banda dos que sirvo, da espontaneidade, do prazer da alma e do coração, com que os sirvo!

(...)

Deputado, podia-o eu ter sido há 10 anos, - e juiz! Não aceitei. E depois disso, duas, três, quatro vezes tenho recusado, - solicitado, embora, por homens eminentes! Aqui tem, sr. Ministro, o grande ambicioso que eu sou no campo da política.

- E que sou eu, afinal?! O que sempre tenho sido: delegado do procurador régio! Despachou-me delegado o senhor Camilo Castelo-Branco, há 15 anos, e delegado sou, e nunca fui mais nada.⁵⁶⁶

Prometendo continuar a luta pela defesa da sua terra, promovendo-a, tornando-a mais florescente, para além da *Parábola dos sete vimes*, seguir-se-á em verso *Rimas à nossa terra*, depois *Remédio contra a usura* e, finalmente, *Folhetos para o Povo – Loas à cidade de Bragança, para que não dê o seu mando senão aos seus filhos*.

Para além dos três actos, terminologia que Trindade Coelho decidiu adoptar, foi escrita a última parte, considerada pelo autor *Epílogo* que

⁵⁶⁶ *Op. cit.*, pp. 86-87.

anuncia, através do Jornal *Vanguarda*, a desistência independente de Trindade Coelho para as eleições de domingo, 25 de Novembro de 1900, acabando os supostos partidários por se oferecerem para votar na lista democrática.

Falando sobre a sua terra, escreve Trindade Coelho:

Esta gente não conhece senão o Padre, o usurário que lhe dá o dinheiro a juro ou lhe compra o cereal adiantado. Algum que sabe ler e escrever, esse conhece o “senhor F.” Por ter assinado uma letra ao Banco de Bragança. Devendo notar-se que muitas letras são assinadas com procuração dos aceitantes por estes não saberem escrever.

(...)

Vem a propósito a respeito de ilustração, contar-lhe que há ainda 3 ou 4 anos um regedor foi a uma repartição pública, e como não sabia ler nem escrever e precisava assinar umas relações que ele mesmo tinha obrigação de organizar, foram assinadas por um empregado da repartição, a rogo dele⁵⁶⁷.

Ainda sobre o estado e comportamento das gentes da sua terra, muito parecida com personagens dos seus contos, escreve Trindade Coelho a propósito das eleições e do que lá se passa:

Como disse, as assembleias foram pouco concorridas; mas ainda assim, a pouca gente que veio foi com o cheiro no vinho e trigo, que é petisco que lhe dão: dantes ainda apanhavam bacalhau frito, mas hoje está caro. “Carneiro com batatas” não se usa por aqui⁵⁶⁸

É claro que havendo vinhaça houve borracheira, e à noite ainda houve vivório pela rua, porém pouco, e ouvi dizer que eles em vez de dizerem – Vivam os lazarões! – diziam: - Vivam os ladrões! – Seria confusão? – Seria borracheira? Ou

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 97.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 98.

seria propósito? Não sei. O beberote, como lhe chamam, foi em caso do F. no curral.

(...)

Uma eleição faz acirrar ódios antigos, já mesmo esquecidos, e fica tudo, quase sempre, de candeias às avessas, e não se levam nada uns aos outros: é tudo igual.

(...)

Depois, não vejo quem tenha autoridade moral para fazer entrar isto nos eixos. O poder judicial precisava talvez de gente nova: esta já é muito conhecida e por isso falta de força, embora eu não avance, de vontade. Administrador do concelho, há muito que o não há com autoridade que se imponha e se faça respeitar. Aqui não há respeito algum pela propriedade particular e muito menos pela propriedade municipal e paroquial: cada um rouba o que pode, cada um usurpa o que quer⁵⁶⁹.

Nas notas inscritas no livro que tem vindo a ser citado, constituído por 29 páginas da letra A a H, inicia-as com uma crónica mogadourense publicada na *Revista Ilustrada*, de Lisboa e que, mais tarde, será incluída no *Senhor Sete*. Sendo uma crónica a lembrar a sua terra, um texto regionalista onde a capital é, de algum modo desvalorizada. Um excerto, pertencente à Nota A, bem elucidativo do que o escritor pensa da capital do país

Mas Lisboa, sabem? Não é terra de ninguém! Os que são de cá não têm terra – perdidos, desnorteados, indiferentes no meio da casaria sem fim, no meio de uma população de acaso que os não conhece, que eles não conhecem; como se todos nessa hora acabassem de arribar de longe, dali, dalém, dacolá, nenhum sabe donde, e cumprido o fim da viagem de novo abalasses para longe – agora, logo, amanhã, sem um riso, sem um adeus, sem uma lembrança...⁵⁷⁰

⁵⁶⁹ *Ibidem*, pp. 97-98.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, p. 103.

Fazendo citações a partir de artigos publicados na imprensa, quer a propósito de Trás-os-Montes, quer a respeito da sua pessoa, vejamos o que Trindade Coelho escreve, na nota D, acerca do seu distrito, citando Cristóvão Ayres (1853-1930) em artigo no *Jornal do Comércio*:

O distrito de Bragança tem sido, realmente, por muitas causas que não vem a propósito aqui citar, o menos favorecido dos poderes públicos, sendo, incontestavelmente, dos mais importantes quanto à sua população, riquezas naturais e tradições. Todos reconhecem isto, alguns melhor que os outros; mas poucos se interessam deveras, ou deveras trabalham para o fazer sair de tão injusto e lamentável estado; isto a começar pelos próprios da terra, que andam divididos em parcerias e que, até dentro de cada partido, levantam, a cada momento, a mesquinha bandeira das dissídias, de preferência ao honrado pendão dos interesses locais⁵⁷¹.

A publicação da *Parábola dos sete vimes* não passava indiferente à apreciação de Cristóvão Aires, aproveitando Trindade Coelho para prestar algumas informações que achara conveniente, esclarecendo que a “história” não era dos Evangelhos e nem sequer da Bíblia. Pertencia a Esopo que havia nascido 620 anos antes de Jesus Cristo, tendo Sócrates, quando esteve preso, passado para verso as fábulas. Lembra, ainda, o escritor transmontano, que a fábula de Esopo, também, inspirou La Fontaine que escreveu *O Velho e os filhos* vertidos para português por Francisco Manuel do Nascimento, que utilizou o pseudónimo de Filinto Elísio.

Outros registos de imprensa vêm à colação, nomeadamente do *Jornal Vida Nova*, de Viana do Castelo que, a propósito de Trindade Coelho, escreve:

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 111. São muito mais as considerações que Trindade Coelho transcreve, ocupando cerca de mais duas páginas.

Os trabalhos literários do dr. Trindade Coelho acusam pela sua terra a ternura e sincera afeição do filho. Recordem-se as iluminadas páginas que nos contos de *Os Meus Amores* formam a “*Comédia da província*”. Vivem ali tipos de lá, bem reais, bem humanos. A cor é igualmente transmontana. O som idem. Recorde-se a colectânea interessantíssima de *O Senhor Sete*, no “*Repórter*” e na “*Tradição*” onde a sua paciência beneditina deixa ao folclore investigações copiosas. Recordem-se os artigos que compôs sobre o distrito de Bragança para as últimas folhas da *Parábola dos sete vimes*. E não esqueça, também, o seu prometido livro *As Terras de Bragança*, em que serão compilados outros estudos que versam a etnologia de Trás-os-Montes e opulentam o nosso tesouro tradicional⁵⁷².

São muitos os jornais que, de vários pontos do país, falam de Trindade Coelho, mormente dos *Folhetos para o Povo* e particularmente sobre *Parábola dos Sete Vimes*. Na nota E em termos formais, como se estivesse a apresentar, anuncia *Rimas à nossa terra* – versos oferecidos aos que foram os vereadores da Câmara Municipal de Mogadouro extinta por decreto de 12 de Novembro de 1900, tendo sido feitos no próprio dia em que saiu no *Diário do Governo* a dissolução da Câmara, e nesse mesmo dia, remetidos, anónimos e manuscritos, a mãos femininas da sua terra. Escreve Trindade Coelho que a edição impressa seguiu depois, chegando, por sorte, a Mogadouro, no dia do recrutamento militar, quando lá estava gente de todo o concelho, sendo os folhetos distribuídos por um mudo que mendigava.

Constituídas por 21 quadras de rima alternada no segundo e quarto versos, não rimando entre si o primeiro e o terceiro versos, lembremos o que Trindade Coelho escreveu nas primeiras quadras e na parte final de *Rimas à nossa terra*:

⁵⁷² *Ibidem*, p. 117.

1

Não canto por divertir-me,
Por costume de cantar,
Mas p'ra erguer uma bandeira
Que Deus há-de abençoar.

2

Ouçam moças e rapazes
Ouça o lavrador sisudo,
Ouça-me a gente ignorante,
Ouçam-me os homens de estudo.

3

Acorde quem inda dorme,
Que o tempo vai de cuidados:
Se uns dormem na confiança,
Andam outros acordados.

4

Eu não canto por ser cego,
Mas canto, pelo contrário,
Só por ser e fazer ver
As voltas do mundo vário.

18

Eram sete, linda conta,
Lindo número de virtude:
Os sete sempre mudaram,
Queira Deus que ela não mude

19

Era governo tirano,
Onde estava a tirania!
Onde estava o desamor,
Pois o bem sempre se via

20

A que veio a lei ingrata,
A que veio a sindicância
E a fome de sete rabos,
Que quer comer a abundância!

21

E vieram na Cartilha,
Contra as leis mais naturais,
Opor-se às sete virtudes
Sete pecados mortais!⁵⁷³

Na Nota F nega mais uma vez a sua condição de republicano, embora lesse, nos seus tempos de estudante de Coimbra, o *Jornal Folha Nova*, do Porto, de tendências republicanas, muito lido pela academia literata da lusa Atenas por causa das Cartas de Lisboa, de Iriel, que eram admiravelmente escritas, na opinião de Trindade Coelho. Acrescenta, ainda, que no seu tempo de Coimbra, política era coisa que não havia, a não ser a “política dos feriados”, lembrando que os jornais por si fundados, em Coimbra, *Porta Férrea* e *Panorama Contemporâneo* nada tinham a ver com a política.

⁵⁷³ *A Minha Candidatura por Mogadouro*, pp. 124-126.

A propósito de política, lembra o discurso pronunciado no Teatro Académico no comício anti-jesuítico, e as circunstâncias em que o fez: ao pé do buraco do ponto, no palco, de capa e batina, chamando coisas que eram o seu discurso, discurso que tinha em cima da mesa da presidência como se fosse um sermão. Os jornais da época falaram e ele leu-o com saudades, daí o enviar um exemplar à Biblioteca Nacional de Lisboa, outro à Biblioteca Pública do Porto, outro à Biblioteca da Universidade de Coimbra, outro à Biblioteca da Academia Real das Ciências, e por fim à Real Biblioteca do Palácio da Ajuda.

A Nota G contempla as vinte e uma quadras de igual rima das anteriores dedicadas a Mogadouro. Tal como as quadras já citadas, marcam mais uma faceta na produção trindadeana, ele que à prosa dedicou o seu estro. *Loas à Cidade de Bragança*, que constituem o nº 4 dos *Folhetos do Povo*, distribuídos gratuitamente, apresentam na nota G uma justificação para as armas de Bragança, bem como para as armas de Vila Real. Um transmontano a espalhar a sua província por toda a parte, a antecipar o *Reino Maravilhoso* a que Torga deu a paternidade.

A nota H é preenchida por notícias de jornais versando a actividade de Trindade Coelho como Delegado do Procurador Régio.

Vejamos o que *O Século* escreve em 30 de Novembro de 1900 a propósito de um julgamento no tribunal da Boa-Hora:

O julgamento desse réu realizou-se ontem nas salas do tribunal do 2ª distrito sob a presidência do digno juiz sr. Visconde do Rio Sado, e tendo como acusador o distinto representante do ministério público sr. Dr. Trindade Coelho, que nesta causa, como em todas as outras, continuou afirmando os seus créditos de grande e notável orador⁵⁷⁴.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 132.

No mesmo artigo, a propósito de Trindade Coelho, escreve o articulista

O senhor dr. Trindade Coelho, ao fazer uso da palavra para acusar o réu, foi imponente, superior a tudo quanto temos ouvido em tribunais.

Numa outra notícia publicada no Diário de Notícias de 29 de Novembro de 1900 é possível ler o seguinte excerto

Este sistema de defesa que o patrono oficioso do réu não perfilhou por indigno, foi rebatido vigorosamente pelo distinto delegado, sr. Dr. Trindade Coelho, que num brilhante e notável discurso, como poucos temos ouvido das bancadas do ministério público, pôs a descoberto toda a torpeza do crime e as responsabilidades que cabiam ao réu como seu único autor⁵⁷⁵

A leitura de *A Minha Candidatura por Mogadouro* mostra-nos um Trindade Coelho cheio de pujança, equilibrado, monárquico confesso, não abdicando dos seus ideais.

Com uma postura cívica que o define distanciado da política, relevando, mais uma competência pouco conhecida, a da arte de fazer versos, num aproveitamento de louvor ao seu distrito, parece marcar encontro com o seu ego. É verdade que a terceira edição de *Os Meus Amores* foi uma oportunidade para agregar os comentários favoráveis da crítica. Trindade Coelho lia e ouvia o que sobre si escreviam. Os seus livros eram enviados por si aos amigos que não perdiam o ensejo de acusar a recepção e ter uma palavra de estímulo e de elogio que o escritor transmuntano guardava religiosamente. O manancial de documentos legados pela nora de Trindade Coelho ao Museu Abade de Baçal e hoje existente na Biblioteca Trindade Coelho em Mogadouro,

⁵⁷⁵ *Ibidem*, p. 133.

mostra bem quanto o escritor gostava da palavra amiga e do conselho que ele não enjeitava.

Muitos são os textos encomiásticos que integram *A Minha Candidatura por Mogadouro*, sinal que Trindade Coelho não era indiferente, o que estava dentro do seu espírito um tanto vaidoso, sem que isso o desprestigiasse. Talento não lhe faltava. A vaidade era-lhe intrínseca. António Cabral que foi seu colega na Universidade não era em vão que escrevia “Era vaidoso”. Com o vigor que possuía não lhe ficava mal ser um admirador e colecionador da sua obra. *A Minha Candidatura por Mogadouro* recordou-nos o que fez, como fez e como alguns o reconheceram.

IV. 5.2. O Manual Político e outros textos

A criação literária não se confinava à pedagogia e ao conto, na produção de ficção, fresta aberta para a sua terra natal, por onde espreitava para os seus e para a vida que ele deixara para trás, tentando emergir num espaço onde as dificuldades eram sempre maiores. E conseguiu. Ele era, também, um homem das leis, um praticante da moral e das regras estatuídas que as exercitava no âmbito cognitivo, emotivo e filosófico, recriando e projectando mundos através de textos feitos obra, digamos, obra-prima. Ser contista conduziu Trindade Coelho aos mais altos patamares da ficção dos finais do século XIX em estreita ligação com o realismo que florescia no dealbar do século XX. Escritor notável na sua arte, levou por diante a sua tarefa pedagógica através de textos que propôs à leccionação. Livros de leitura, e enciclopédias compuseram o caleidoscópio que este magistrado proporcionou àqueles que às letras iam buscar sustento para melhor caminharem pelas veredas da existência.

Porque desejava chegar sempre mais além e dar passos em frente na educação e instrução dos cidadãos da sua pátria, foi chegada a hora de escrever um livro que educasse cada um a integrar-se num colectivo que nem sempre era fácil, numa altura em que mudar de século significava, também, mudar de hábitos e conseqüentemente, crise e incerteza.

Tendo como modelo *Instruction Civique* escrito por Numa Droz, cidadão suíço que principiou a vida por mestre-escola, chegando, por força do seu talento e virtude, a presidente da República da Suíça, segundo Trindade Coelho, a mais feliz e a mais educada do mundo, surgiu em 1906 um livro original que expõe nas suas linhas fundamentais todo o quadro das Instituições Portuguesas. *Manual Político do Cidadão Português* apresenta na segunda folha interior a indicação de “às Gerações Novas de Portugal – esperança da renovação da Pátria pela educação e pela instrução O.D. e C. Trindade Coelho”.

Com uma advertência constituída por duas páginas, informa que a primeira edição saída em Julho de 1906 esgotou ao fim de um ano, tendo suscitado discussão dos problemas políticos na imprensa, o que agradou ao autor.

Num total de 703 páginas de texto, esclarece na advertência que até à página 187, o livro é a adaptação a Portugal da obra de Numa Droz, que merece palavras lisonjeiras a partir de um prefácio de Alberto d’Oliveira, na altura, embaixador na Suíça, o mesmo que escreveu *Palavras Loucas*, onde aborda a problemática do neogarretismo.

De Alberto de Oliveira são ainda as palavras que dedicou a Trindade Coelho que não nos furtamos de citar, depois de ter lamentado o seu suicídio, cuja triste notícia recebeu de chofre e lhe ensombrou o coração de velho amigo

Uma vez mandei de Berna a Trindade Coelho, que mo pedira, o modelar catecismo de educação cívica de Numa Droz. Trindade apaixonou-se pelo livro, traduziu-o, ampliou-o, adaptou-o, transformou-o naquele belo Manual que todos leram, e onde o escritor suíço e o lusitano, de almas e mãos dadas, aparecem a ensinar-mos como se chega a ser bom cidadão, e como de uma nação descordenada e caótica se pode fazer uma ditosa Pátria.

O êxito desse livro desviou Trindade Coelho dos labores remansosos da literatura para as lutas rudes da vida cívica.⁵⁷⁶

Com uma introdução de nove páginas, fala do objecto e divisão do livro que considera em quatro partes.

Na primeira parte define aquilo a que chama *Princípios Gerais*, como por exemplo Pátria, A Soberania Nacional, Diferentes formas de governo, Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Na segunda parte, *Organização e Funções do Estado*, estuda as Noções de Constituição, Separação de poderes, Poder Legislativo, Executivo, Judicial, Concelho-Município, Serviços públicos e Finanças do Estado.

A parte terceira, a mais curta, em 15 páginas, é preenchida por uns breves elementos de *Direito Internacional*, Relações diplomáticas, Direito internacional em tempo de paz e em tempo de guerra.

Finalmente na parte quarta, a mais longa, que se estende por cerca de 500 páginas, analisa as *Instituições Portuguesas*, à luz dos princípios enunciados e definidos sob o ponto de vista histórico, considerando principalmente os tempos posteriores à Constituição de 1822, data da instauração do liberalismo, os obstáculos que teve de ultrapassar, assim como as instituições liberais em pleno funcionamento até ao Congresso republicano do Porto de Junho-Julho de 1906. Nesta última parte

⁵⁷⁶ Alberto de Oliveira (1938, p. 207).

considera capítulos que estudam História das leis constitucionais portuguesas, Da soberania, Direitos individuais e colectivos, Os poderes políticos, Administração central, Partidos políticos e situação internacional de Portugal.

Embora Trindade Coelho fosse dado a grandes crises depressivas, e a leitura da correspondência dirigida a Louise Ey é uma prova inequívoca das constantes quebras de saúde, é certo que mantinha dentro de si um espírito reformista que o desejava ir sempre mais adiante. Consciente do país onde vivia, escreve em 19 de Outubro de 1903

Nasci num atoleiro e hei de morrer nele!

Portugal é um país perdido, miseravelmente abandonado pelos seus filhos, à espera talvez de morrer⁵⁷⁷

Depois de ter regressado de férias de Espinho, seu espaço de lazer habitual, e de ter sabido da morte de seu irmão em 15 de Outubro, tendo deixado sete filhos criancinhas, acontecimento a que não é alheio, na mesma carta que já citámos, afirma

Desde que regresssei, ainda não acendi a luz do meu gabinete, e procuro matar o tempo a ler algum romance tolo ou... a dormir! Isto há de passar, pouco a pouco. Já estive muito pior e revivi. Mas estou muito doente, e apoderou-se de mim uma descrença absoluta! Nem no trabalho confio já! E não podendo por temperamento, converter-me num pulha, tenho de aceitar que sou um condenado, à mercê de maus... Isto é deles, dos maus! Não vale a pena trabalhar por ideias irrealizáveis! Só uma causa estranha poderá inaugurar uma era de redenção – mas nem esse fenómeno surgirá.⁵⁷⁸

⁵⁷⁷ *Autobiografia e Cartas*, p. 87.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 86.

Apesar do desânimo demonstrado em Outubro de 1903, Trindade Coelho não desarma. Como se a palavra prolongasse o fazer sobre o saber, sendo, embora, a cultura, essencialmente, baseada em fazeres, há na vida deste mogadourense, subjacentemente, a par de um amor visceral pela gente simples, um desejo de aperfeiçoamento, que não se compagina unicamente com a saudade, a distância e o sentimento. *Os Meus Amores* e *In Illo Tempore* marcaram etapas de aprendizagem e de adestramento com a escrita, um prazer para chegar a um destinatário que se deleitava na palavra; uma forma de atracção ao texto, tentando captar adeptos para uma causa que era, fundamentalmente, sua: lembrar o passado, encurtar distâncias porque todos têm história e ele transportava-a a cada passo.

Depois, era preciso ensinar, quebrar a cegueira dos que não conheciam a escrita. E foi o que fez. Ensaiou o livro escolar. Fê-lo com arte de mestre, na esteira de quem às letras tinha proporcionado a *Cartilha Maternal*.

Evoluindo ideologicamente, não tinha dúvidas acerca do seu fazer como homem cívico. Recusara ser deputado. Era monárquico. Sabia perfeitamente o que queria e o que não queria. A sua pátria era um país perdido. Cabia-lhe, também, a ele ter uma atitude mais consentânea com os seus pergaminhos. Era um homem lido em livros e jornais. Tinha a experiência da palavra e o saber fazer e dizer que lhe proporcionava audiências. Tinha todas as condições para superar qualitativamente a tarefa que tinha iniciado. Educador do povo, em tempo de crise, era-lhe exigido que respondesse ao apelo que lhe faziam. Com o fôlego necessário e suficiente para falar como um homem do magistério, ele que era um magistrado, conclui o livro de vanguarda na nossa literatura

política de todos os tempos, conforme afirma Augusto da Costa Dias⁵⁷⁹. *O Manual Político do Cidadão Português*, um retrato escrito do que é um país, as suas instituições e todas as estruturas que põem de pé e fazem movimentar o espaço onde vivemos, sem esquecer a história e o cidadão nas suas mais variadas vertentes. Com um índice alfabético de dezasseis páginas, torna-se de fácil consulta, configurando um dicionário.

Iniciando-se com a ideia de Pátria no Capítulo Primeiro e o Amor da pátria, faz a apologia da mesma, definindo-a. Vejamos, a partir da tradução feita de Numa Droz, a interpretação de pátria:

A pátria é o torrão querido que nos viu nascer; a casa onde decorreu a nossa mocidade; os prados, os bosques, as montanhas; os rios e as ribeiras que serpenteiam através dos vales; o horizonte ora azul ora anuviado que nos extasia os olhos; a cidade, a vila, a aldeia ou a simples choupana onde habitamos; a casa tão cheia de recordações saudosas; a igreja com o seu campanário mirando do alto tudo à roda. Foi no meio de tal cenário que a nossa alma recebeu as primeiras impressões, de todas as mais duradouras. Assim é, pois, que sempre que a ideia de pátria surge aos olhos do nosso espírito, o que primeiro vemos é o torrão natal, por ser o que melhor conhecemos, e aquele, entre todos, que o nosso coração naturalmente prefere⁵⁸⁰.

Tratando-se de uma obra traduzida, a partir da realidade suíça, relativamente à melhor forma do governo, não admira que afirme que “a forma de governo que nos parece melhor, para um povo instruído e patriota, é a república democrática e federativa. Nesse regime, o povo é o verdadeiro soberano tanto de facto como de direito”⁵⁸¹.

⁵⁷⁹ *A Crise da consciência pequeno-burguesa, o nacionalismo literário da geração de 90*, Lisboa, Editorial Estampa, 1977, p. 361.

⁵⁸⁰ *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁸¹ *Ibidem*, p. 32.

Dedicando o capítulo IV ao conceito de liberdade, ocupando, cerca de dez páginas, afirma que a liberdade é condição indispensável de felicidade, não sendo, porém, um princípio absoluto, pois no mundo não há coisa alguma absoluta. O grau de liberdade de que uma nação pode gozar sem inconveniente, depende do grau de instrução geral porque o homem que não sabe medir o alcance dos seus actos não está em condições de se servir utilmente da liberdade. A missão de qualquer governo consiste em ir preparando a nação para o exercício cada vez mais amplo da liberdade, que é um direito que se desdobra em liberdade de pensamento, de trabalho, do qual resulta o respeito pela liberdade, a liberdade do lar com a conseqüente inviolabilidade do domicílio e da pessoa.

Há ainda a considerar a liberdade de associação, de reunião, de religião, de palavra, de imprensa e de ensino, concluindo por dizer que “a liberdade é o dom mais precioso que a Natureza concedeu ao homem. Toda e qualquer restrição à liberdade é de lamentar, mesmo que essa restrição seja necessária”⁵⁸².

No capítulo V dedicado à Igualdade, o autor afirma, ao contrário do que tem sido sustentado, que não é exacto que os homens nasçam todos iguais. Alguns vêm ao mundo em condições, tanto de fortuna como de saúde, muito mais favoráveis do que vêm outros. O filho de uma família abastada ou remediada pode ser tratada com maiores desvelos, e ter mais facilidade em se educar, do que o filho de uma família pobre⁵⁸³.

Falando na importância da instrução, como meio de corrigir as assimetrias, diz o autor:

⁵⁸² *Ibidem*, p. 44.

⁵⁸³ *Ibidem*, p. 47.

o que há a exigir em nome da igualdade, é que a nação se esforce por colocar ao alcance de todos os cidadãos os meios de corrigir, quanto possível, a desigualdade das condições sociais. Destes meios, o principal e o mais eficaz é a instrução. Sendo instruído, o filho do pobre tem mais garantia no futuro a sua prosperidade, do que o filho do rico, se este for um ignorante⁵⁸⁴

Acerca do direito das mulheres, afirma o autor:

a mulher deve poder seguir a profissão que lhe aprouver. Depois de casada, decerto não pode exercê-la sem autorização do marido; mas enquanto solteira ou viúva, a sua liberdade de acção é igual à do homem. Razão não há para se estabelecer a este respeito a mínima desigualdade, pois as mulheres são tão intelectuais como os homens; e se o gosto delas e a sua inteligência tomam em geral uma orientação diferente, elas próprias saberão ver com a maior clareza o que lhes convém, ou aquilo para que são mais aptas.

A tal respeito, toda e qualquer restrição à liberdade da mulher importaria uma grave injustiça.⁵⁸⁵

No Capítulo VI dedicado à Fraternidade, pergunta o autor se será um dever da nação a assistência aos pobres. Confessando que é uma questão delicada porque isso provocaria o aproveitamento de alguns, a que chamou de preguiçosos, para delegarem na nação o dever de sustentar os que não tinham direito à assistência.

Continuando, uma cautelosa exposição, afirma que

De um modo geral, o direito à assistência tem, pois, de ser repellido como um princípio falso e perigoso. Tal regra, todavia, tem excepções. Antes de mais nada, é preciso contar com as crianças infelizes e abandonadas, que não têm culpa da miséria da sua situação. Assiste à nação, é certo, o direito de punir os pais que se

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 48.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, p. 53.

mostrarem culpados da desgraça dos filhos; mas é do seu próprio interesse cuidar destes, pois mediante uma boa educação pode fazer deles cidadãos prestantes, enquanto que deixando-os ao desamparo, tornar-se-ão, na maioria dos casos, vadios e criminosos.⁵⁸⁶

Na Parte II, no capítulo XIV, no que diz respeito à Instrução Pública, importa transcrever a informação que presta em Factos e Observações

Em Portugal, a instrução primária não existiu até ao Marquês de Pombal. Desde a admissão dos jesuítas por D. João III em 1540, até ao grande Marquês, a instrução do povo cifrava-se no ensino da doutrina católica, ministrada pelo Padre Inácio, o da cartilha, e quejandos, no adro das igrejas. Nada mais; e aquilo mesmo, que durou mais de dois séculos, visava, natural e exclusivamente, à sujeição do povo ao jugo jesuítico, pois as classes elevadas estavam nas mãos dos jesuítas pelo monopólio do ensino secundário oficial, pela inutilização do ensino secular das ordens religiosas, pela proscricção do ensino secundário livre, pela substituição da própria Universidade oficial, a de Coimbra, por outra absolutamente jesuítica, a de Évora.

(...)

Foi o Marquês de Pombal que criou o ensino popular na célebre lei de 6 de Novembro de 1772, início da verdadeira alforria do povo pela instrução. Mas tal tem sido no decorrer dos anos a acção dos partidos e dos governos, que ainda hoje oferecemos ao mundo o espectáculo degradante de um povo europeu quase analfabeto.⁵⁸⁷

Terminado o capítulo XVIII, é concluída a terceira parte, adaptação a Portugal da *Instruction Civique* de autoria de Numa Droz. A quarta parte iniciada com o capítulo Décimo-Nono contempla a *História das Leis*

⁵⁸⁶ *Ibidem*, p. 54.

⁵⁸⁷ *Ibidem*, p. 149.

Constitucionais Portuguesas, incluindo as origens da independência de Portugal, as cortes de Lamego, a constituição de 1822 até ao acto adicional de 3 de Abril de 1896. A bandeira nacional, as armas do reino e o hino nacional, são pretexto para informação com algum pormenor, sobretudo no que diz respeito à bandeira nacional.

Tratando-se de um manual que pretende ter características doutrinárias, isto é, um texto de carácter ético, o autor, na parte final do capítulo, na rubrica denominada *Factos e observações*, no que respeita ao hino nacional, esclarece:

Sendo a bandeira o símbolo ou sinal representativo da Pátria, é dever de todo o bom cidadão descobrir-se diante dela, sobretudo quando acompanha a força armada.

Idêntica homenagem cabe ao hino nacional, que deve ser escutado com respeito, e de pé.⁵⁸⁸

No Capítulo Vigésimo intitulado *Soberania* inscreve-se uma rubrica respeitante à Instrução Primária gratuita. Diz o autor que o parágrafo 30º do Artigo 145º garante a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, atalhando que essa gratuidade é um mito, concluindo com o advérbio de modo “infelizmente”. Justifica a sua afirmação do seguinte modo

A gratuidade da instrução primária exige, como condição lógica, a assistência ou socorro às crianças necessitadas, pois, sem essa assistência ou socorro, os filhos dos pobres, que formam a grande maioria da população escolar, não poderão, sem um duplo sacrifício das famílias, concorrer às aulas: a compra de livros, de utensílios escolares e de vestuário decente, e, por outro lado, a privação do trabalho dos filhos, importariam para a família um sacrifício que, por pequeno

⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 205.

que pareça, é na realidade, para a gente probríssima dos nossos campos, muito pesado.

A instrução primária só será, pois, realmente gratuita quando for: 1º acompanhada da necessária assistência às crianças pobres; 2º isenta absolutamente de qualquer tributação, seja a que título for.

O capítulo XXI subordinado à temática *Direitos Individuais e Colectivos*, constituído por cento e noventa e cinco páginas, é o mais controverso, não por ser o mais longo, mas porque as matérias envolvidas são as menos consensuais. Questões de índole religiosa, onde o autor faz declarações discutíveis e que se afastam da sua maneira de ser e que estão longe das afirmações contidas na carta escrita a Louise Ey em 6 de Abril de 1902, considerada a sua autobiografia “Creio em Deus, sou cristão; (...) Quando chegará, minha boa amiga, o “reino de Deus?!”⁵⁸⁹

Um dos temas abordados neste capítulo é a Religião do Estado que segundo o artigo 6º da Carta Constitucional é a católica apostólica romana e que todas as outras são permitidas aos estrangeiros, com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. Embora a Constituição afirme que aos portugueses só é permitida a religião católica, o mesmo artigo 6º declara que o cidadão português não pode ser prosseguido por não professar a religião católica, mas, se professando esta, renunciar a ela publicamente, comete um crime, sendo criminoso se faltar ao respeito à religião católica, conforme Artigo 130º do Código Penal.

Dado que a situação é confusa quanto à religião, acrescenta o autor que estas anomalias não existiriam se o Estado fosse neutro em matéria religiosa, isto é, se se limitasse a reconhecer a religião que aos indivíduos

⁵⁸⁹ *Autobiografia e Cartas*, pp. 34-35.

que o compõem aprovesse seguir, fosse ela qual fosse, superintendendo, em todo o caso, neste assunto, em ordem a não permitir abusos⁵⁹⁰.

Os Jesuítas, Conventos e congregações, Associações religiosas, Associações Jesuíticas, Comunidades religiosas, Seminários diocesanos e Círculos católicos operários merecem da parte de Trindade Coelho uma apreciação e um estudo constituído por cerca de sessenta e seis páginas de crítica muito azeda e desfavorável. Mostrando-se profundo conhecedor da actividade dos Jesuítas desde a sua fundação pelo espanhol Inácio de Loyola, reconhecida e confirmada pelo papa Paulo III, na bula *Regimini militantis Ecclesiae*, de 17 de Setembro de 1540 e em Maio desse mesmo ano, admitida em Portugal por D. João III, fundando em Coimbra em 1542 o Colégio de Jesus, tendo-lhes sido confiado em 1555 por carta de 10 de Setembro o Colégio das Artes na mesma cidade, que em 1557 foi declarado isento da jurisdição do reitor da Universidade. Por bula de 18 de Setembro de 1558 são os jesuítas autorizados a fundar em Évora uma universidade que o papa Paulo IV confirma. Neste desejo de se afirmarem no ensino em Portugal, D. Sebastião em 1562 concede à universidade jesuítica de Évora os mesmos privilégios que gozava a de Coimbra, monopolizando os jesuítas por todo o país o resto do ensino que se circunscrevia à doutrina cristã.

Este clima de prosperidade e de expansionismo, veio a ser estorvado com a criação em Portugal da Congregação do Oratório, no reinado de D. João V, que se dedicou ao ensino e cujos alunos foram autorizados a matricular-se na Universidade, bastando fazer exames perante a

⁵⁹⁰ *Op. cit.*, pp. 262-263.

Congregação, não sendo necessário frequentar qualquer outro estabelecimento de ensino.

Segundo Trindade Coelho, o golpe decisivo foi dado pelo Marquês de Pombal que começou por expulsar os jesuítas do paço real, fazendo redigir uma memória dos abusos praticados por estes e enviando-a ao papa Benedito XIV, determinando o pontífice mandar a Portugal, na qualidade de visitador e reformador da Companhia, o cardeal Saldanha, que, muito dedicado ao Marquês, proferiu uma sentença de tal modo contrária, que os bispos portugueses se viram obrigados a proibir aos jesuítas a confissão e a pregação⁵⁹¹.

O atentado contra o rei D. José I, levou o Marquês de Pombal a tomar medidas drásticas que passavam pelo sequestro de todos os bens e avisar o papa da intenção de os expulsar do reino, o que veio a acontecer com a lei de 3 de Setembro de 1759 que os considerava desnaturalizados, proscritos e exterminados, conquanto só se tornasse efectiva em 28 de Agosto de 1767.

Exterminados em Portugal, conseguiu o Marquês que também o fossem pelo papa, o que veio a acontecer em 21 de Julho de 1773 através do papa Clemente XIV ao assinar o breve *Dominus ac Redemptor*.

Reabilitados por Pio VII em 7 de Agosto de 1814 pela bula *Sollicitudo omnium Ecclesiarum*, os Jesuítas entraram de novo em Portugal, tendo D. Miguel permitido a sua entrada em 1829, tomando posse do Colégio das Artes em Coimbra em 9 de Janeiro de 1832⁵⁹².

Muito adverso e em nítida oposição aos Jesuítas, vejamos o que Trindade Coelho afirma acerca da sua actuação em Portugal, sustentada

⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 270.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 271.

com leis e datas que vai citando em notas-de-rodapé muito circunstanciadas

A Província Portuguesa da Companhia de Jesus está completamente organizada e o seu provincial tem residência bem conhecida em Lisboa, na rua do Quelhas. Num momento, os jesuítas, podem perturbar o sossego do País; e frequentes vezes o noticiário dos jornais os mostra em pontos diferentes, missionando. Em algumas localidades, o espírito público levanta-se para os repelir; mas noutras, os patriotas que tentam fazê-lo ainda são mal vistos pelo povo, que a falta de instrução e uma tradição jesuítica de mais de três séculos tornam instrumento passivo da Companhia, que o explora e fanatiza.

O próprio clero paroquial e secular não tem força para lhes resistir – desamparado dos seus bispos, que não só consentem que os jesuítas se subtraíam à jurisdição dos párocos e lhes usurpem as suas funções; mas toleram que a sua mesma autoridade, deles bispos, seja pela jesuítas desprezada.⁵⁹³

Não se fica por aqui, a impressão de Trindade Coelho acerca dos jesuítas. Mais adiante acrescenta algo mais no sentido da desgradação do visado, que vale a pena citar:

Orgulhosos e ásperos com os pobres, dos quais nada têm a esperar; adulando os ricos e os poderosos, para lhes captarem os bens e a influência; insinuando-se no espírito das mulheres, que dominam pela confissão, pelo luxo e aparato das festividades e até pela convivência doméstica; movendo os fundos por toda a parte, feitos banqueiros, capitalistas, e industriais, e dispondo de banqueiros e capitalistas que não passam, muitos, de seus agentes; explorando, em suma, a riqueza e a influência sob todas as formas: - se os jesuítas assim praticam o voto da pobreza, o da obediência só o praticam (por disciplina, que é força) dentro da Ordem, de inferiores para superiores, mas com o reservado intuito, cá fora, de assentarem as sandálias na cabeça dos próprios reis.

⁵⁹³ *Ibidem*, p. 275.

E pelo que respeita a submissão ao pontífice romano, se ostensivamente têm cumprido este voto, e até de um modo quase teatral, elogiando publicamente, e mesmo exaltando, os próprios papas que os têm censurado inclusive o que os suprimiu, tudo isso tem sido com o reservado intuito de os dilacerarem internamente, sempre que eles hostilizem a Companhia.⁵⁹⁴

Acerca dos conventos e congregações desenha um percurso diacrónico desde a implantação do regime liberal em Portugal para dar conta que o decreto de 18 de Abril de 1901 de Hintze Ribeiro estabelece que as congregações religiosas deviam ser constituídas no país quando exclusivamente se dedicassem à instrução ou beneficiência ou à propaganda da fé e civilização no ultramar. Comentando o decreto de 18 de Abril de 1901 e o modo como o público em geral se deixou iludir, diz Trindade Coelho que é uma das mais flagrantes demonstrações do nosso atraso e da nossa falta de instrução e de educação⁵⁹⁵.

Das Associações religiosas, Associações jesuíticas e Comunidades religiosas dá conta em 43 páginas do número de instituições existentes em Portugal, o que demonstra o grau de preparação levado a cabo para chegar a uma informação deste jaez.

Sobre os Seminários diocesanos que, na opinião de Trindade Coelho, são outros tantos centros do Apostolado da Oração, isto é, da Companhia de Jesus, vivem completamente fora da lei nas doutrinas que ensinam, redondamente anti-regalistas, absolutamente irreconciliáveis com os direitos e prerrogativas do Estado. Muito do pessoal dirigente dos seminários, em regra escolhidos pelos jesuítas, está no exercício das

⁵⁹⁴ *Ibidem*, p. 277.

⁵⁹⁵ *Ibidem*, p. 283.

suas funções sem que a sua nomeação haja sido aprovada pelo governo, conforme está estipulado.

Acerca da frequência nos liceus, sugere que os seminaristas frequentem os liceus, que os há em todas as sedes dos seminários, devendo fazer nos liceus os seus exames, sendo equiparados, para todos os efeitos, aos demais alunos da instrução secundária que seguem o ensino doméstico.

Quando findo o curso preparatório, se não quisessem seguir a vida eclesiástica, possuíam, ao menos, uma instrução média conveniente, não se vendo forçados a abraçar uma carreira para que muitos não têm a menor vocação e na qual se encontram, por cálculo ou por erro dos pais.

Falando, ainda, dos Círculos católicos operários, enfraquecendo o movimento socialista que por toda a parte se alastra cada vez mais, e enfraquecendo-o no intuito de o eliminar. A cisão, pondo bandeira contra bandeira foi o fim político da chamada democracia cristã servida pelos círculos católicos operários a que vieram dar prestígio as encíclicas de Leão XIII, *Rerum novarum* de 15 de Maio de 1891, e *Graves communi*, de 18 de Fevereiro de 1901, confirmadas pelo *Motu proprio* de Pio X, de 18 de Dezembro de 1903⁵⁹⁶. Só depois de publicadas as citadas encíclicas é que o movimento dos círculos católicos principiou a ser propagado pelos jornais clericais e favorecido pelos bispos de diferentes dioceses e por alguns párocos, surgindo círculos católicos em diferentes localidades como Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Santo Tirso, Barcelos, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Ílhavo, Viseu, Guarda, Covilhã, Manteigas e Setúbal, havendo tendência a aumentar, quer devido à propaganda, quer por parte do clero mais conservador.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p. 331.

Muito crítico ao que se passava na sociedade, Trindade Coelho lembra que os operários são os escravos modernos. O cristianismo, na sua formação tenta apagar, na sua origem as desigualdades, que hoje consagra, contenta-se em reservar para o céu a emancipação do trabalhador. Citando um escritor francês, cujo nome omite, o catolicismo seguiu o exemplo de muitos revolucionários que, uma vez no poder, pactuam com os poderosos do mundo, já que os fracos e os oprimidos, esses, tenham paciência e resignem-se⁵⁹⁷.

Ultrapassando as fronteiras de observador passivo, questiona-se Trindade Coelho acerca do modo como resolver este estado de coisas, sugerindo que o melhor e mais seguro é a educação livre da mocidade, sendo necessário preparar esse remédio a partir de agora, ferindo-o com as suas próprias armas – o ensino e a associação, restringindo-lhe a confissão.

Das associações há que criar uma Liga Nacional de Ensino, tendo por base a Federação das associações de imprensa, a Liga de todos os jornais e Institutos de instrução superior. Relativamente ao ensino, emancipar o ensino primário de todas as peias que lhe tolham o desenvolvimento, bem como de todas as taras ancestrais, jesuíticas que o pervertem, de modo a fazer dele um instrumento de progresso e não um instrumento de reacção.

De modo sistematizado, aponta o seguinte programa, de maneira a acabar com a situação de atraso que se vive em Portugal, para além da educação livre da liberdade.

1º Reclamar o cumprimento de três leis criadas pelo marquês de Pombal, em 1759, 1767 e por Joaquim António de Aguiar em 1834

⁵⁹⁷ *Ibidem*, pp. 333-334.

- expulsar os Jesuítas;
 - extinção das congregações religiosas;
 - dissolução da corporação das Irmãs de Caridade;
 - possibilidade de admissão à matrícula na Faculdade de Teologia de alunos não habilitados com o curso preparatório dos liceus.
- 2º Encerramento de todos os colégios jesuíticos e proibição do ensino aos Jesuítas, seja qual for a designação com que pretendam cobrir-se.
- 3º Extinção do Apostolado da Oração, em todas as paróquias, institutos ou locais onde exista, e, bem assim, das demais associações jesuíticas seja qual for a sua forma ou designação, com expressa proibição de se reconstituírem, sob pena de serem considerados réus de crime contra a segurança interior do Estado os que o tentarem.
- 4º Proibição absoluta do ensino congreganista, ou exercido por qualquer associação de carácter religioso ou indivíduo não habilitado legalmente; - laicização de todos os institutos de caridade ou beneficência, pela não admissão nestes institutos senão de pessoal de classe civil; - e propaganda religiosa no ultramar exclusivamente confiada ao clero secular português, adrede preparado para esse fim.
- 5º Proibição de todas e quaisquer filiais de congregações ou ordens regulares estrangeiras, em Portugal e seus domínios.
- 6º Nulidade das disposições testamentárias, ou doações inter-vivos a favor de congregações ou ordens religiosas, directamente ou por interposta pessoa.

- 7º Rigorosa observância da lei de 28 de Abril de 1845 (Costa Cabral), tornando assim efectiva a inspecção do Estado no governo económico e direcção disciplinar dos seminários; e efectiva a gerência do Estado na nomeação de reitores, prefeitos ou directores e mais empregados na administração daqueles institutos; bem como na aprovação dos livros de texto professados nas suas aulas.
- 8º Derrogação da lei de 21 de Julho de 1899 (Alpoim) e regresso consequente no regime da lei de 1845 que não admitia clero nacional educado no estrangeiro, mas só nos seminários das dioceses ou na Universidade de Coimbra.
- 9º Proibição dos chamados “exercícios espirituais” do clero; ou, pelo menos, evitar que sejam dirigidos por membros de ordens religiosas, não se consentindo na sua obrigatoriedade, nem tão pouco que tenham lugar senão sob a direcção ou presidência do clero secular português.
- 10º Acabar com a ingerência estrangeira dos núncios na nomeação (apresentação) dos bispos e provimento dos benefícios eclesiásticos.
- 11º Reforma do Artigo 75º § 14º da Carta Constitucional, no sentido de dever sempre entender-se que o beneplácito se não reputa concedido às letras da cúria romana sem afirmação expressa do poder executivo.
- 12º Por meio de representantes do Estado e fiscais da lei junto das instancias eclesiásticas, - efectividade dos “recursos à coroa” das decisões dos bispos, metropolitas, vigários gerais ou quaisquer autoridades eclesiásticas diocesanas, e relações

eclesiásticas, sobre violências ou excessos de jurisdição, ou exercício ilegítimo de funções, - como meio de fazer acatados e respeitados os direitos dos párocos e dos presbíteros, não tolerando que num regime liberal se alimente e viceje o despotismo romano dos bispos.

- 13º Proibição de procissões fora dos templos; e de arraiais.
- 14º Proibição de Círculos Católicos Operários, ou, ao menos, do ensino e catequese nesses institutos, com tributação e fiscalização do Estado sobre as suas receitas.
- 15º Registo civil obrigatório; e instituição do divórcio.
- 16º Liberdade de cultos e separação da Igreja e do Estado.
- 17º Laicização do ensino primário.
- 18º Criação de colégios liberais, universidades populares livres, liceus femininos e liceus populares de ensino médio.
- 19º Propagação da benemérita Liga Nacional de Instrução, como meio de promover a difusão e progresso da instrução nacional em todos os seus ramos, principalmente no primário e profissional.
- 20º Expungir da legislação portuguesa todas as disposições que exprimam privilégios ou desigualdade entre os diferentes cultos que no país houverem de professar-se (juramento; atestado de comportamento religioso; etc.).
- 21º Tornar uma verdade de facto – que ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, e que a liberdade de consciência e de pensamento é o único fundamento real e eficaz de um regime verdadeiramente liberal e democrático⁵⁹⁸.

⁵⁹⁸ Todos estes elementos foram retirados de *O Manual Político do Cidadão Português*, pp. 335-340.

Depois de elencar este conjunto de regras a adoptar face ao que se estava a passar em Portugal, Trindade Coelho declara que era preciso passar à acção, afirmando que seria ocasião de começar, porque havia necessidade de resolver problemas de ordem política e económica para nos integrarmos na civilização contemporânea.

A leitura do *Manual Político* fornece-nos uma imagem diferente do Trindade Coelho autor de *Os Meus Amores* e do *In Illo Tempore*. É verdade que o ser humano constrói-se e reconstrói-se permanentemente. A verdade é derivativa. Não há uma só verdade. Há programas de verdade que se compaginam com circunstâncias espaciais e temporais. Trindade Coelho cidadão do mundo vê e lê o mundo em seu redor. Do direito à indignação, à formulação de programas de vida era um dever que ele sentia como homem da jurisprudência e líder na assunção de compromissos que ele pugnava por cumprir. Era necessário introduzir modificações nas regras sociais que ele compartilhava com iguais. Se os monopólios e outros esquemas de tributação de riqueza eram alvos das críticas de Trindade Coelho, não fazia sentido que a nível social, mormente eclesiástico, houvesse quem dominasse de forma indecorosa. Não era possível que interesses particulares se sobrepusessem a interesses gerais. Era necessário que a Monarquia para poder subsistir alterasse profundamente a sua atitude perante o povo que acabava por ser vítima de nichos de poder como, bastamente, alude a propósito de alguns órgãos da igreja, para os quais tinha apontando soluções.

Aderindo ao livre-pensamento que tinha como iniciador e organizador Heliodoro Salgado (1861-1906)⁵⁹⁹ em Outubro de 1906 O

⁵⁹⁹ Jornalista e escritor, incansável propagandista dos ideais republicanos, do anticlericalismo, da instrução popular e do acesso das classes trabalhadoras a um nível de vida mais elevado em todos os domínios. Protótipo intelectual, viveu e morreu muito pobre. Orador brilhante pôs sempre a sua voz ao serviço das causas populares. No seu funeral incorporaram-se mais de cem

Grande Oriente Lusitano Unido faz uma larga edição da comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa sobre Clero secular e o Registo Civil pelo irmão Doutor Trindade Coelho⁶⁰⁰. Estava confirmada a sua adesão à maçonaria e a conseqüente ligação ao seu ideário. Em 1909, lembrando a existência do ilustre transmuntano, é instalado pelo Rito Escocês Antigo e Aceito, o núcleo maçónico Trindade Coelho, na Covilhã⁶⁰¹.

De entre as preocupações dominantes da Maçonaria em Portugal constava a questão religiosa inscrita na Constituição, assim como a liberdade de consciência. Quem não tirasse o chapéu nas múltiplas procissões em que se passeava o Santíssimo Sacramento era brutalmente preso, e os soldados, qualquer que seja a sua crença, são obrigados a assistir todos os domingos à missa. Havia no país perseguições por motivos religiosos, o que, na opinião dos maçónicos, classificava o governo de reaccionário, abusando das suas prerrogativas, o que permitia afirmar que o povo era, instintivamente, mais livre – pensado – entre fronteiras do que em qualquer outro país. Os diferentes obedecem à palavra de ordem do *Sacré Coeur*, de Paris, não podendo os dirigidos obedecer abertamente à sua consciência e à sua razão. Segundo Magalhães Lima (1850-1928) grão-mestre da Maçonaria em relatório apresentado ao congresso de Paris e publicado na revista *Vanguarda* em 4 de Setembro de 1905⁶⁰² era preciso organizar uma maçonaria internacional, de modo a criar uma consciência colectiva que porá um termo ao estado anormal, de violência e de guerra, que atravessavam,

mil pessoas. Veja-se *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, volume V, 1992, pp. 425-426.

⁶⁰⁰ José Bernardo Ferreira, *Maçonaria Universal – Excertos, Ligeiro Resumo de factos maçónicos coordenados cronologicamente*, Lisboa, Tip. da Empresa Diário de Notícias, 1921, p. 133.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 137.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 346.

projectando os livres-pensadores portugueses, a fundação de uma Universidade Popular em Lisboa, cujo programa elaborado por Heliodoro Salgado, apareceu na *Vanguarda* de 15 de Agosto de 1904.

Fundado o Círculo de Estudos Sociais Teófilo Braga em 24 de Fevereiro de 1906 graças a Magalhães Lima, Fernando Botto Machado e Heliodoro Salgado a fim de estabelecer uma forma duradoura de homenagem ao maior semeador de ideias e de conhecimentos de todos os tempos no nosso país, e de dar a essa homenagem a forma que mais convém ao mais alto dos nossos trabalhadores mentais⁶⁰³.

Propunha-se o Círculo, por meio de conferências, folhas volantes, opúsculos, revistas, bibliotecas, cursos livres e até peças teatrais, actuar constantemente sobre o espírito público nacional, educando-o e impulsionando-o no sentido de uma maior liberdade e duma maior dignidade, individual ou colectivamente consideradas.

Tendo como grande objectivo, em síntese, a educação do povo e a sua elevação cultural, apresenta o Círculo um programa, de modo mais reduzido, que não andava distante do que Trindade Coelho já houvera sugerido. Vejamos os diferentes pontos do programa, a que deram o nome de Artigos⁶⁰⁴:

- 1º Derramar na sociedade portuguesa uma instrução enciclopédica, sistematizando conhecimentos sobre todos os ramos do saber humano e divulgando-os consoante as possibilidades.
- 2º Estudar as questões que se prendam com a organização da instrução pública, a fim de proficuamente poder interferir no nosso progresso pedagógico.

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 347.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, pp. 347-348.

- 3º Velar pela manutenção e trabalhar no alargamento metódico das garantias individuais e cívicas já conquistadas, de forma a evitar qualquer tentativa de criminosa regressão ao passado da parte dos elementos reaccionários ou dos erroneamente chamados conservadores.
- 4º Estabelecer uma secção de estudo histórico-comparativo das religiões, e de luta contra todas as tentativas de absorção teocrática e de reacção clerical.
- 5º Estudar a questão debatida entre o Capital e o Trabalho, no sentido de procurar que a emancipação dos trabalhadores possa realizar-se sem quebra da lei natural da evolução, pela eliminação e atenuação sucessivas das iniquidades tradicionais.
- 6º Combater os restos do canibalismo atávico, que espontaneamente se manifesta nos atentados contra a vida dos indivíduos isolados, e que os Estados cultivam por meio dos exércitos permanentes e das forças de policia armada, diferenciadas do próprio corpo da nação, já para oprimirem esta, já para manterem sobre o mundo o espectro ensanguentado da guerra.
- 7º Procurar fazer conhecidos no estrangeiro os produtos da intelectualidade portuguesa, e manter e estreitar entre os pensadores lá de fora e os nossos a mais estreita solidariedade e comunhão moral.
- 8º Promover, ou pelo menos patrocinar, tudo quanto tenda à elevação mental e moral da mulher, como base da sua emancipação.

9º Fazer propagandear dos princípios federalistas, que ligam entre si os homens e os grupos numa nação, as nações numa raça e as raças da nossa espécie.

Um ideário que não sendo de autoria de Trindade Coelho, enquanto personalidade individual, se enquadrava perfeitamente, no que ele concebia para situar o país em comunhão com os grandes areópagos culturais, por isso ele entendeu por bem, dar-se a conhecer e comungar com o grupo mais alargado a que aderiu e que não se distanciava do que pensava acerca do espaço onde era, sem dúvida, um mentor e um líder, através da palavra escrita que se manifestava ao longo de centenas de artigos em jornais e revistas, dando conta do que via e do que devia ser, segundo a sua opinião.

Não sendo um documento que tenha merecido grande divulgação, por razões óbvias, importa registar o que a *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa pelo Dr. Trindade Coelho* em 1906 e publicada em Lisboa pela Tipografia - Casa Portuguesa – Papelaria.

Editado pelo Grande Oriente Lusitano Unido, trata-se de um opúsculo constituído por vinte páginas versando Problemas Democráticos que encimam o texto em forma de título. Depois, apresenta uma primeira parte com cinco páginas e meia com o algarismo romano I e o título *O clero secular e o registo civil*, compartimenta-se, depois, em primeira, segunda e terceira apostilas, correspondendo as duas últimas páginas e meia a Resumo e conclusão.

Mostrando-se muito crítico em relação à igreja e à sociedade em geral, afirma Trindade Coelho que o país é um rebanho de quatro milhões de analfabetos, sendo o padre o pastor desse rebanho. Há ainda um outro milhão constituído por ateus que rezam.

Como actuar para fazer progredir um reformismo compaginável com a liberdade de consciência?

1 – Tornar obrigatório o registo civil, afastando dos cartórios e registos paroquiais a população que os procurava no sentido de obter as certidões indispensáveis à sua vida habitual.

2 – Retirar o ensino da tutela do saber eclesiástico, o que implicaria entrar em conflito com os jesuítas.

3 – Substituir a Carta Constitucional por uma verdadeira Constituição.

O poder moderador era atribuído ao rei a quem era facultado o direito de veto sobre toda a produção legislativa. Era protegido por uma Câmara de Pares, de nomeação régia vitalícia.

Segundo Trindade Coelho, a igreja portuguesa estava dividida em duas partes:

- o clero secular, pobre, vivendo precariamente dois óbulos voluntários dos fiéis, completamente sujeito à tutela dos bispos orgulhosos e distantes.

- patriciado congreganista, serventuário do romanismo e refractário a quaisquer concessões provenientes do espírito democrático, enfeudado à teocracia papal.⁶⁰⁵

Como o nosso clero secular era de grande sentimento de independência, aspirando a emancipar-se era necessário conquistá-lo, tornando-o potencial aliado da democracia e da futura igreja nacional, ao mesmo tempo que era necessário vencer as resistências do jesuitismo, do ultramontanismo e do congreganismo estrangeiro.

⁶⁰⁵ Em Agosto de 2008 foi publicado o livro *Comunicação* dirigida à Maçonaria Portuguesa – De Trindade Coelho, precedido do estudo constituído por 27 páginas sobre Trindade Coelho, um Amigo do Povo por Amadeu Carvalho Homem e desenho de Alberto Péssimo. Uma edição da Editorial Moura Pinto. Vinte páginas eram dedicadas à comunicação de Trindade Coelho. Da leitura da comunicação, extraímos as conclusões transpostas para o texto.

O nosso clero, mais português do que o romano, podia concorrer para a nacionalização e restauração da igreja portuguesa. No estado de atraso em que o país se encontrava, ao decretar-se o registo civil obrigatório, cessaria o registo eclesiástico, ficando o pároco, na freguesia, a ser o oficial público, devidamente remunerado, com emolumentos da respectiva tabela. Esta função civil seria independente da sua função eclesiástica; se o bispo o suspendesse do exercício das ordens, a suspensão não o privaria do exercício da função civil.

Era forçoso contar com esses párocos para a edificação de uma igreja nacionalizada, que aceitassem com naturalidade a liberdade de consciência e de culto, a separação da Igreja e do Estado, e as demais alterações reformadoras.

Em Portugal, Trindade Coelho dá conta da existência de duas igrejas:

- Igreja de Jesus mártir, que os cristãos primitivos tinham reverenciado nas catacumbas.
- Igreja orgulhosa, sobranceira e distante ligada ao papa-rei.

Felizes por termos um clero nacional isento de facciosismo, nada ultramontano, nada intolerante, e politicamente adstrito ao liberalismo, porque sempre militou nos partidos liberais.

O padre secular português é, por índole, liberal e patriota, odeia o romanismo.

Lembra que no congresso de clero em Coimbra foi um padre não educado em Portugal quem propôs a criação de um jornal em Lisboa para combater o liberalismo, o que teve a simpatia da imprensa clerical.

Era urgente identificar a Igreja-mártir com a Igreja nacional, opondo-a à igreja opulenta do clero regular estrangeiro, às ordens de

Roma, acreditando Trindade Coelho que o clero secular nacional não era adverso ao espírito democrático. Não é difícil separar o clero secular do Estado. O clero não é a igreja, mas a sua milícia.

O temor do clero para com a hierarquia dos bispos resultava da sua comprovada fragilidade económica, o que reforçava os laços de dependência, sentida como quase insuportável, mas também como irremediável. Os próprios seminários são subsidiados pela Bula da Cruzada, dos bens e rendimentos e receitas próprias. A milícia do clero estrangeiro, com os seus enormes interesses tirados dos seus institutos e angariados por mil processos industriais de que lançou mão, por isso é necessário que a Maçonaria tenha de resolver a questão religiosa.

Por termos melhores condições do que a França e a Espanha, temos obrigação de ser a segunda nação da Europa a separar a Igreja do Estado e restaurarmos a Igreja Lusitana e fazermos uma igreja nacional, como a Inglaterra tem a sua, emancipando-nos de Roma, libertar-nos-íamos do estrangeiro.

O *Independente* de 14 de Outubro de 1906 acusava o Patriarca de falta de vontade em atender e julgar com justiça o clero secular, para proteger todos os fradinhos e jesuítas que o povo português odeia.

Igualmente, citando uma carta publicada no jornal *Vanguarda*, o clero secular é na sua maioria democrata e pobre, tratam de deprimi-lo e degolá-lo, acrescentando que os jesuítas têm ido aos seminários e expulsado por motivos fúteis os alunos mais inteligentes que se não prestam a ser jesuítas ou autómatos, tendo embaraçado por todas as formas e feitios a frequência da faculdade de teologia da Universidade de Coimbra, para fazer com que a mesma faculdade acabe.

Defendendo, sempre, a criação de uma igreja nacional, afirma que se pode chegar ao domínio universal da doutrina cristã, universalidade concebida por Jesus. A catolicidade evangélica tropeçou no seu caminho com a igreja romana. Era preciso não confundir a igreja de Cristo-mártir com a igreja do papa-rei, a igreja do Calvário com a igreja do Vaticano, a igreja do filho de Deus, pobre, humilde, crucificado, com o homem a quem os presbíteros falam de joelhos.

Roma andava sequiosa de milhões e das regalias do mundo. Para acabar com as ambições papais, haja em vista o protestantismo que mais do que o romanismo, alargou pela Europa a doutrina cristã, por isso no duelo Inácio de Loyola – Lutero, o vencedor seria Lutero.

Para terminar a comunicação, escreve Trindade Coelho como título *Resumo e Conclusão*.

Decretada a liberdade de culto, o catolicismo romano não poderia contar em Portugal, mercê das hostilidades dos bispos para com o clero.

Ao confiar o registo civil ao clero da Igreja nacional, o Estado subvenciona a Igreja indirectamente, criando assim uma Igreja Nacional, presbiteriana ou mesmo episcopal, lusa, mas não romana. Seria uma igreja lusa subvencionada pelo estado como em Inglaterra. Em Portugal, o Estado só indirectamente subvencionaria a Igreja Lusitana, conferindo ao clero, funções civis remuneradas.

Decretada a liberdade de culto, o nosso clero secular, patriota seria para o

- presbiterianismo – mais parecido com a primitiva igreja cristã.
- . lusitanismo – idêntico ao anglicanismo, com hierarquia eclesiástica e com disciplina própria, compatível, inclusivamente, com o casamento dos padres.⁶⁰⁶

⁶⁰⁶ *Op. cit.*, p. 19.

Se não for assim, o clero morrerá de imobilidade, que é a morte que aguarda a igreja romana, amparada desde o século XVI à mentira jesuítica.

Se o sonho dos liberais monárquicos é uma monarquia democrática, não se podem subtrair à reforma do regime religioso do país, sob pena de comprometerem irremediavelmente o seu programa, sendo obrigatório substituir a Carta por uma Constituição soberana decretada pela Nação que pugnaria pela liberdade de cultos.

Sem ter entrado numa situação de conflitualidade ou de ruptura com pessoas ou com o clero, mas tendo definido uma posição inequívoca quanto a um ideário devidamente expresso, o *Manual Político do Cidadão Português* é o reflexo de um espírito que evoluiu, que teve tempo para verificar e não se satisfaz com o observado. Se a saída de Mogadouro lhe permite ver o mundo de outra forma, obsequiando-nos com um livro de saudades que são a sua história mais ou menos ficcionada, o situar-se no cosmopolitismo das pessoas, das cidades e dos livros teria, inevitavelmente, de tributar a essa vida ganha e conquistada, algo de mais importante, o desabafo de um mundo que ele não ajudara a construir mas que existia, um mundo que ele pisara em pequeno mas que crescera de modo distorcido e era preciso rectificar. Em cerca de 700 páginas o retrato exaustivo da sua terra, da nossa terra, com os seus governantes, os defeitos e as virtudes de quem caminha sem se importar com os que lateralizando nas estradas também procuram sentido para a vida. E ele que aprendera a ser educador, não se esquecerá de escrever até à saciedade as regras, os preceitos e o como devia ser de uma sociedade que se confundia e tinha dificuldade em encontrar o norte.

A publicação de *Manual Político* suscitou, naturalmente, uma coralidade de vozes de sentidos opostos. Se o livro ia de encontro a uma certa facção que divisava e aspirava por uma mudança na sociedade portuguesa, aos espíritos mais conservadores repugnava a divulgação e a aceitação de um conjunto de regras que colidia com os seus princípios programáticos. Para uma população habituada a comungar do binómio Estado/Religião e a aceitar sem discussão os princípios mais ancestrais alimentada por uma religiosidade que não admitiam ser posta em causa, a publicação do livro de Trindade Coelho era mais um foco de tempestade num país onde a insegurança era uma constante e uma ameaça para um regime que via as suas fundações cada vez mais debilitadas. Não seria difícil imaginar que Trindade Coelho fosse movido de boas intenções ao publicar um livro na esteira de outros que tinham como objectivo elevar o nível cultural do país que era o seu. Não sendo um enciclopedista, é certo que dera à estampa livros de menor dimensão onde o leque das matérias abordadas serviam na plenitude a uma educação e instrução que escasseavam aos portugueses e que, incrementada pelo Marquês de Pombal, teve em D. Maria II e D. Pedro V os grandes impulsionadores.

Tendo assistido à morte de D. Luís e vivido a apatia e a turbulência da governação de D. Carlos, ao propor-se escrever o *Manual Político* ressalta dos seus interesses, o que afirma na Advertência:

Educar para criar uma opinião individual consciente e uma opinião pública vigorou, - ou seja para formar o cidadão e organizar a nação soberana; pois se não há cidadão sem uma justa e exacta consciência dos seus direitos e dos seus deveres, também não há nem pode haver nação verdadeiramente soberana - sem cidadãos instruídos e educados.⁶⁰⁷

⁶⁰⁷ *Op. cit.*, p. VI.

E porque Trindade Coelho entendia que era necessário apontar os males que grassavam na sociedade portuguesa que obstavam ao seu desenvolvimento e, antes de mais, indicar os caminhos que visavam colocar o país no sentido correcto, sentia-se no direito de o fazer, aliás em carta dirigida a Louise Ey em 16 de Dezembro de 1907⁶⁰⁸ afirma “Isto é o país a quem o catolicismo romano e os jesuítas quebraram a espinha dorsal”, dedicará no *Manual Político* cerca de duzentas páginas a essa matéria no capítulo correspondente aos Direitos individuais e colectivos dos cidadãos, não só por dominar com à vontade a actualidade política da época, mas também porque via na acção da Igreja uma influência perniciosa na sociedade portuguesa. Não foram brandas as palavras com que se exprimiu acerca das congregações e da sua crescente difusão, utilizando epítetos como “onda avassaladora”, “subversão da sociedade”, “inimigo”, “instrumento de reacção”, “espírito acanhado, retrógado, antiliberal e antinacional⁶⁰⁹, além de apontar os meios julgados capazes para combater a reacção, já citados, que passavam pela expulsão dos jesuítas, extinção do Apostolado da Oração, Proibição absoluta do ensino congreganista, Proibição dos chamados exercícios espirituais, Proibição de procissões fora dos templos, Liberdade de cultos e separação da Igreja e do Estado, Laicização do ensino primário. Todo este conjunto de medidas preconizadas no *Manual Político* que se tornaram do conhecimento geral pela edição do livro, provocou a sanha do público alvo, cujas reacções não se fizeram esperar.

⁶⁰⁸ *Autobiografia e Cartas*, p. 91.

⁶⁰⁹ Veja-se *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, pp. 367-368.

Estava iniciada mais uma querela entre representantes da sociedade civil, encabeçada por Trindade Coelho e pela Igreja que via nos seus representantes os defensores capazes para uma causa que acabou por abortar à nascença porque Trindade Coelho não respondeu e também porque viria a morrer passado pouco tempo.

No ano da publicação da primeira edição do *Manual Político*, vem a público, a partir da cidade da Guarda, da Casa Editora Catholica Veritas, o livro *À Cabra Cega, Em lugar de um livro por Um homem atarefado demais para o fazer – Crítica alegre ao cartapácio “Manual Político” do sr. Dr. Trindade Coelho*, encimado com o nome do autor Wenceslau Polycarpo Banana (Obra Póstuma).

Num livro de 122 páginas de texto, encapotado no anonimato⁶¹⁰, conforme o próprio autor afirma numa introdução de 11 páginas que denomina A modo de proémio, podemos ver um conjunto de considerações e uma apreciação a um livro, escrito por alguém que se sente ofendido e, provavelmente, desvalorizado e ostracizado, utilizando um vocabulário radical e extremista, a roçar a boçalidade e a prosa latrinária, à maneira de alguns textos de escárnio em voga nos finais do século XIX.

Como se proferisse uma catilinária do princípio ao fim, começa o autor por dizer que “Acabo de ler as extenuantes 677 páginas, e XVI de prefácio, do trombeteado *Manual Político do cidadão português*, do sr. Dr. Trindade Coelho”.

Justificando o título do livro, afirma, ainda na introdução, na página 10:

⁶¹⁰ Segundo o Abade de Baçal, trata-se do doutor Artur Bivar. Veja-se *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo VII, p. 108.

Intitulei-as (as páginas) *À cabra cega*, porque ao acabar de ler o pastelão do sr. Trindade Coelho, pareceu-me que o cidadão que se guiasse por ele andaria às cegas no mundo, como a cabra cega no jogo das crianças... e os patuscos da maçonaria à roda, a rirem da sua obra.

Informando na primeira página da introdução que utilizará as iniciais M.P. para designar o *Manual Político* e compartimentando o livro do modo que W. P. Banana entende, decide chamar coisa em vez de capítulo, justificando-se no início:

Chamemos-lhe assim – coisa – porque chamar-lhe capítulo seria solene demais, e o livro do sr. Dr. Coelho não merece tanta seriedade. Além de que o M.P. é um mistifório onde entra tanta coisa, tanto ingrediente, que nos faz lembrar os caldeiros das bruxas onde entravam e ferviam à mistura mil e uma drogas do receituário ocultista. Nós, coisa por coisa, vamos decompor a caldeirada.⁶¹¹

Embora Trindade Coelho, ao começar o *Manual Político* diga na primeira página com que inicia a Advertência que:

Até à pag. 187, este livro é a adaptação a Portugal da famosa obra de Numa Droz, “*Instruction Civique*”, o evangelho da educação cívica da Suíça, escrito por um homem que principiando a vida por mestre-escola, chegou pelos seus talentos e virtudes à presidência daquela República, a mais feliz e a mais educada do mundo.

o autor de *À Cabra Cega* não se coíbe de afirmar

Eis o que é o M.P. desde as primeiras páginas emprestadas por Numa Droz ao sr. Coelho: uma burla, um mistifório, uma venda posta nos olhos do cidadão para ele não ver de onde veio, porque motivo é obrigado a observar uma determinada conduta, nem para onde vai.

⁶¹¹ *Op. Cit.*, p. 13.

Dirão que tratamos estas matérias, de tanta gravidade, em estilo faceto; mas francamente o livro não merece mais. À burla respondemos com burla. Aquelas 196 páginas são palha e mais palha, panal muito volumoso, mas seco e pouco alimentício.⁶¹²

Falando de Trindade Coelho, como contista, vejamos o que escreve na página 21

Toda a gente sabe que o sr. Coelho é muito menos que medíocre escritor de continhos leves. Nós vamos às do cabo, demonstrando que o M.P., em particular, não tem pés nem cabeça.⁶¹³

Grande defensor dos jesuítas e do catolicismo, através de leituras que preconiza e de exemplos de leituras que sugere, W. P. Banana na Coisa nona, que significa Capítulo nono, na sua linguagem açodada e esgotada, sem respeito pelo próximo, como se fosse senhor de toda a razão afirma

Eu não sei se o dr. Trindade Coelho é cabo de esquadra. O que sei é que o seu M.P. através daquelas 677 páginas, apresenta, como outros tantos marcos miliários, asneiras daquelas que o nosso povo, não sei com que bulas, chama de cabo de esquadra.⁶¹⁴

Quase a concluir o panfleto, debaixo da capa do anonimato o Banana na página 118 afirma

É pasmosa a ignorância do sábio dr!...

(...) Imaginem, que historiador nos saiu do dr.!⁶¹⁵

⁶¹² *Op. cit.*, p. 17.

⁶¹³ *Ibidem*, p. 21.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 117.

⁶¹⁵ *Op. cit.*, p. 116.

Palavras de quem se afirma saber da poda “porque somos retintamente clericais, jesuítas autentes, como diz o povo”⁶¹⁶.

Não ficaram por aqui os vitupérios ao *Manual Político* que mereceu por parte de muita crítica os maiores encómios. Óscar Lopes dirá que a obra de Trindade Coelho culminará no *Manual Político do Cidadão Português* que apesar de todas as reservas devidas a uma certa inexperiência didáctica e às obsessões ou ilusões pequeno-burguesas do tempo (anticlericalismo como doutrina central, panaceia fundamentalmente política e expansionista para os grandes problemas)⁶¹⁷.

Em 1907, através do Editor António Maria Fragoso é publicado em Portalegre o livro do Padre Francisco Sequeira, denominado *Um... Manual Político – A obra de Trindade Coelho – crítica*.

Trata-se de um livro de 48 páginas de texto, de sete capítulos, de leitura acessível, de crítica à obra de Trindade Coelho, constatando na sua parte inicial que o nome do escritor mogadourense se impôs à consideração de todos, gozando de uma reputação invejável.

Dando conta que a obra é escassa, sintetizando-se em *Os Meus Amores* e *In Illo Tempore* e no campo pedagógico não vai além do *ABC do Povo* e de mais alguns livros e opúsculos vários.

Os jornais dos mais variados quadrantes falam de modo lisonjeiro de Trindade Coelho e da sua obra. Apodam-no de ilustre, homem de letras, célebre contista, abalizado escritor.

Através da leitura de textos de carácter pedagógico dá conta de erros cometidos por Trindade Coelho. Sem exageros e sem grande alardes, comenta-os. O pedagogo mogadourense “não tem ideia nítida do que seja tenacidade”, desconhece as propriedades do ferro e não sabe que

⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 67.

⁶¹⁷ *Entre Fialho e Nemésio*, p. 53.

não existem caçarolas de estanho, bem como a cor do chumbo é um metal cinzento azulado.

Neste sossegado comentário, resvala para uma crítica mais mordaz devido ao facto de Trindade Coelho ter afirmado que o macaco é quadrumano. Muito pasmado, boquiaberto, afirma que o macaco só será quadrumano se o sr. Dr. Coelho lhe der as suas mãos. Continuando na sua admiração afirma “E propõe-se uma autoridade destas ensinar a mocidade!”⁶¹⁸

Sem designar a obra que está a criticar, afirma que “Não só falta a clareza na exposição das ideias, mas há erros de que se envergonha um homem de cultura mediana”.⁶¹⁹

Tendo em conta que Trindade Coelho havia escrito que a plumbagina é um composto muito brando de ferro, afirma o crítico Padre Sequeira:

Efectivamente, custa a tomar a sério que se afirme, como o sr. Dr. Coelho numa das suas obras para a mocidade, que a plumbagina “é um composto muito brando de ferro”. Isto é lamentável; isto é descarável.⁶²⁰

Depois de, em nota de rodapé, tomarmos conhecimento que esta série de artigos foi escrita no verão de 1906 e publicada na *União Católica*, na folha seguinte, sabemos que se trata de uma crítica ao segundo livro de leitura, terminando de forma retórica

O que é, pois, a obra do sr. Dr. Trindade Coelho? À vista de erros tão graves e de tantas deficiências, a sua autoridade é uma coisa irrisória e a sua glória nada menos que uma pura fábula⁶²¹

⁶¹⁸ *Op. cit.*, p. 6.

⁶¹⁹ *Ibidem.*

⁶²⁰ *Ibidem*, p. 7.

A partir do capítulo II começa a abordagem de *Os Meus Amores*. Trata-se da terceira edição, aumentada e, conseqüentemente, diferente das edições anteriores. Reconhecendo que o título é bonito e que tem merecido retumbantes elogios, dentro e fora do país, apostado que está em denegrir a obra do visado, começa por afirmar que “O sr. Dr. Trindade Coelho tem defeitos – e graves! – na obra *Os Meus Amores*, que fazem corar”⁶²² sem esquecer de atirar farpas aos críticos. A liberdade de escrita permitia que cada um utilizasse a quantidade de dislates que entendesse. Este Padre Sequeira afirma

Ora, salvo honrosas exceções, entre nós, os críticos assemelham-se a fogueteiros...

Meia dúzia de adjectivos bombásticos é coisa dum enfeitarão. Olá se é!

É mais fácil escrevê-la, por todos os motivos, do que ler, esmiuçar, anotar, e, de viseira erguida, dizer – quer doa quer não – a verdade, sem refolhos.⁶²³

Talvez porque o Padre Sequeira esteja habituado a verdades dogmáticas, onde as palavras se utilizem com um único sentido e a polissemia ainda não tenha chegado aos seus domínios, contesta de forma desabrida palavras que fogem ao seu campo de utilização. Recusa a utilização de gralhadoras para perdizes, de rancho de galinhas, de regongar para o cão, bem como rejeitando para os que descansavam na eira, a expressão “os da lavoura” porque na eira só descansam os malhadores, os homens da malha. Para os bois não é possível empregar levas de bois, mas tão só juntas de bois, boiada, manada de bois. Só o que o restrito campo lexical que o Padre Sequeira conhece, é possível ser

⁶²¹ *Ibidem*, p. 7.

⁶²² *Ibidem*, p. 11.

⁶²³ *Ibidem*, p. 12

utilizado. Nada mais é admitido pela pena inquisitorial de tão sectário censor.

Pela mão severa do crítico não é permitido escrever “pavor medonho, concentrado de íntimos temores”. Diz tão supina inteligência que “É de se ficar estarecido”⁶²⁴

Repetindo o que já havia dito e à falta de melhor comentário, talvez porque nesta prosa ruidosa e aguada já tenha esgotado todo o seu acervo lexical escreve

Muito há ainda a dizer sobre *Os Meus Amores*; mas o que aí fica – e sobra – dá-nos jus para asseverar que uma crítica imparcial, honesta do livro *Os Meus Amores* não admite outra conclusão: a autoridade do sr. Dr. Trindade Coelho é uma coisa irrisória e a sua glória nada menos que uma fábula⁶²⁵

Continuando a análise de *Os Meus Amores* põe em causa a divisão adoptada pelo próprio autor, Trindade Coelho, quando convencionou dividir o livro em *Amores Velhos*, *Amores Novos* e *Amorinhos*, num total de vinte e três contos. Do alto do seu palanque esclarece que um livro impõe-se e passa à glória pela pureza da forma, pela sua correcção verdadeiramente impecável ou pela elevação, generosidade, originalidade ou arrojo sublime da ideia que predica. Servindo-se de comparações que faz com as *Miniaturas* de Gonçalves Crespo, a *Guerra da Gallia* de César, as *Odes* de Horácio ou da obra de Verlaine, como se estes autores tivessem algum ponto em comum, informa que *Os Meus Amores* não têm a originalidade de nenhuma das obras de que se serviu para comparar. Nem sombras, acrescenta. Convicto de que está a pronunciar uma lição magistral informa

⁶²⁴ *Ibidem*, p. 16.

⁶²⁵ *Ibidem*, p. 17.

No livro *Os Meus Amores* a prosa parece feita... a pontapés; dá-nos – sem exagero – a ideia da que se emprega nas estações telegráficas⁶²⁶

De não perder o comentário que faz à utilização das expressões “cair da tarde”, “descair da tarde”, “descerá a tarde”, “a tarde ia descaindo”, “a noite ia caindo” e “serenidade calma”.

Avesso que é a sintagmas que não são por si empregues, afirma o douto crítico

Parece um coxo: não dá um passo sem muleta ou sem bordão.

Pois, olhem que deve andar bem na idade em que está, só se tem calos.

Mas isso... só os tem, hoje, quem quer.⁶²⁷

A crítica a roçar a boçalidade, na linha do seu comparsa Banana, distantes no espaço, mas juntos em espírito.

Ao afirmar que tinha sobre a banca de trabalho a terceira edição de *Os Meus Amores*⁶²⁸, lembrou-se, repentinamente, que Trindade Coelho tinha publicado através da Tipografia de F. C., Sanches em Portalegre em 1888 o conto *A Mãe*, cujo produto da venda se destinava ao Bazar dos Pobres de Portalegre, atitude que o Padre Sequeira se esqueceu de informar e relevar.

Segundo consta, Trindade Coelho, naturalmente, por lapso, chama ao filho da cabra o borreguinho. Qualquer espírito menos conhecedor sabe perfeitamente que o filho da cabra não é um borreguinho. Tal circunstância foi suficiente para que o Reverendo Sequeira chasqueasse com a situação e a transmitisse ao W. P. Banana que, também, a utilizou como elemento de troça no seu *À Cabra Cega*.

⁶²⁶ *Ibidem*, p. 19.

⁶²⁷ *Ibidem*, p. 20.

⁶²⁸ *Ibidem*, p. 10.

Conhecedor do lapso, Trindade Coelho corrigiu a tempos, a ponto de a 1ª edição não utilizar borreguinho, nem tão pouco a terceira que estava a ser objecto do trabalho do crítico. Muito pouca honestidade para quem tinha a pretensão de ser crítico literário, devendo utilizar a equidade na sua apreciação e que tinha ainda como responsabilidade ser um servidor da Igreja.

Mantendo um discurso que pretende ser um diálogo com o destinatário do texto que vai escrevendo, como se tivesse estabelecido uma relação de amizade, escreve o Padre Sequeira, dando ainda a conhecer os seus conhecimentos de inglês, motivo mais que suficiente para levar a sério o sacerdote, vestido com a capa de crítico literário, em defesa da sua honra

Não sei se têm notado os trabalhos do sr. Dr. Trindade para manifestar uma ideia simples, clara, que não vale um... caracol.

Ora vejamos: “sítio alcantilado e íngreme (pudera não!) entre penedias escarpadas”.

Chama-se a isto meter os dedos pelos olhos ou, como dizem os ingleses: The moon is made of green cheese⁶²⁹.

Ufano do poder que a caneta lhe dá e o virtuosismo que o ódio lhe confere, escreve lapidarmente

Já nos disseram: Ninguém sovou tanto o Trindade Coelho.

Replicámos somente: com tanta imparcialidade e delicadeza, é certo. Mas atenda:

Há mais e muito melhor.⁶³⁰

Deixando a análise de *Os Meus Amores*, inicia-se na crítica ao *Manual do Cidadão Português* no capítulo IV, dedicando-lhe quatro capítulos,

⁶²⁹ *Ibidem*, p. 21.

⁶³⁰ *Op. cit.*, p. 21.

afirmando, de início, que o leitor ficará com um juízo seguro, exacto a respeito desta obra de Trindade Coelho, até porque ele, Padre Sequeira, tem mão firme para autópsias, apesar do fétido e repugnância que sempre provocam os abscessos e organismos minados pela gangrena, e o sr. Trindade por ter encontrado um cirurgião tão resoluto e sem papas na língua, o qual podia e devia fugir de nojo e deixar para aí o Manual como um farrapo imundo que só o basculho do varredor público incomoda para o arrancar às vistas do transeunte.

Com um preâmbulo desta natureza, não é difícil conjecturar o que sobre o livro irá ser comentado. Parecendo ter tirocinado nas primeiras páginas, navegando com algum à vontade noutros textos de Trindade Coelho, o Padre Sequeira totalmente emancipado e com carta de alforria que sente ter-lhe sido concedida, põe em causa o título, preconizando que deveria ser *Manual Político de um Cidadão Português* e não do *Cidadão Português*.

Embora não tenha presente o texto de Numa Droz *Instruction Civique*, falando de memória, para um confronto imparcial, sem qualquer pejo, informa que não pode deixar de dizer que a adaptação não está perfeita nem mesmo na simples tradução, porém o que não sofre dúvida é que há os seus descuidos gramaticais e os seus galicismos, etc.

Incapaz de conter a linguagem, tratando as pessoas por microcéfalas, imagina-se a falar com Trindade Coelho desta forma desaforada

Ouçá lá, sr. Dr.: Um manual não é um panfleto: V. Ex.^a deve saber que um manual não é um cadastro; um relatório ou relatórios nunca foram, como V. Ex.^a sabe ou deve saber, um manual; o sr. Coelho, na sua perspicácia, atinge que um manual não é uma obra de ódio: V. Ex.^a não pode deixar de concordar que um manual não é repositório de estatísticas; mas V. Ex.^a deve saber que um manual não é um livro sectário e que, sendo-o, por isso mesmo, nunca pode ser uma obra

útil e de sã orientação; um manual, como V. Ex.^a com seu atilado espírito, discerne, não é uma obra onde se aduz somente o que convém ao autor; um manual, sr. Coelho, não é... não é um palheiro, e muito menos uma cloaca magna onde se lance toda a bÍlis de qualquer incoerente; sim, V. Ex.^a deve saber, ou fica sabendo que um manual não é a reedição *d'Os Jesuítas* do sr. Grainha.

O espírito superior de V. Ex.^a vê isto e aprova isto, não há dúvida, mas passou-lhe na lufa-lufa da confecção do seu novo trabalho.

Mas não se arrepele... embora não seja Homero,⁶³¹

A propósito da utilização por parte de Trindade da expressão “ter lugar” que o Padre Sequeira considera um galicismo, alvitando o uso de “realizar”, “efectuar”, “ocorrer”, “suceder”, “acontecer”, “haver”, “celebrar”, etc, despence o crítico cerca de duas páginas em comentários que ele considera pertinentes.

Manifestando-se a cada passo contra as opiniões expendidas no *Manual Político*, quer insurgindo-se contra o que Trindade Coelho afirma a propósito dos Jesuítas, quer pondo em causa a validade da obra, conclui, censurando-o por não ser poeta, convidando-o a mandar-lhe uns versos, convite esse servido com o verso de Camões:

“se a tanto me ajudar o engenho e arte”

Neste seu libelo, eivado de azedume, ódio e inveja, admirado por o terem louvado como poeta, como se o encómico tivesse partido de Trindade Coelho, deixa um espaço em branco para que os versos apareçam para serem apreciados em toda a parte.

A propósito de Trindade Coelho poeta, vale a pena lembrar o que Viale Moutinho, um dos maiores estudiosos de Trindade Coelho,

⁶³¹ *Ibidem*, p. 26.

afirmou na Introdução ao livro *O Enjeitado e outras ficções inéditas*, num texto que denominou *Papelada Inédita de Trindade Coelho*

E, surpreendentemente, *Os Meus Amores* foi livro anunciado pelo *Jornal de Notícias*, que já o fez em segunda mão, do seguinte modo: “Mais um poeta – O nosso velho amigo dr. Trindade Coelho, um contista primoroso que todos apreciam, vai agora revelar mais uma fase do seu belo talento. Um colega de Lisboa informa a breve aparição dum livro de versos que lhe pertence. Intitula-se *Os Meus Amores*.

632

Dado tratar-se de um lapso, no dia seguinte o jornal rectificava, informando que não era de versos, mas sim de contos, por força de uma carta que Trindade Coelho havia escrito a um colega da redacção do jornal. Porque a carta diz bem do conceito que Trindade Coelho tinha de si, como produtor literário, vejamos o teor da mesma:

Eu; poeta? Nefelibata, queres dizer? Sim, o ensejo era propício. Já pus até em letra redonda que, após o advento do simbolismo, chego a ver-me parvo para não fazer todos os dias... um poema.

Oh! Mas tenho resistido. A não ser que me aconteça fazer versos sem dar por isso, como acontecia ao conselheiro Jourdain com a prosa...

Eu sei. Tu viste a notícia na *Opinião*. Um lapso de noticiário, afinal. O que eu vou publicar é aquele célebre e decantado e adormecido volume de contos, que ao pegar no sono se chamava *Estudantina* e ao acordar, vendo-me em trajos maiores de magistrado, quis que lhe chamasse – *Os Meus Amores*.⁶³³

⁶³² Veja-se *O Enjeitado*, pags. 7-17.

⁶³³ *O Enjeitado*, p. 17.

A correcção apareceu no Jornal e o Padre Sequeira⁶³⁴ não a viu ou não a quis ver, daí a diatribe transportada para um livro onde não havia ninguém para refrear o ímpeto de tanta agressividade.

Críticas de Francisco Sequeira, padre, e W.P. Banana, presumivelmente, jesuíta, dominadas pela ferida que lhes provocou a leitura de *Manual Político* numa linguagem rasteira, grotesca, grosseira e azeda, longe dos comentários jocosos e caricaturais contidos em *Os Gatos*, de Fialho de Almeida ou nas *Farpas* de Ramalho Ortigão. O insulto transformado em palavras. O exagero do ridículo a perder a eficácia.

Ficou a obra de Trindade Coelho, o seu nome, as críticas elogiosas e a memória que ainda hoje se celebra. Do Padre Sequeira e do Banana nada resta, a não ser estes livros que lidos às escondidas e fortuitamente, dão conta que a escrita de escárnio e mal-dizer tem nestes dois intérpretes dos princípios do século XX fracos representantes porque são poucos os leitores que os conhecem. Escondidos em alçapões de livros antigos, a resvalar para um auto-de-fé mais próximo, produziriam combustão suficiente para reduzir a cinzas algum objecto de pouca valia. Quem sabe, mesmo, se no espírito de Trindade Coelho, que não ousou responder a estes dois dos seus algozes não terá começado a pairar algo que viesse a definir, passado pouco tempo o resto da sua vida?

⁶³⁴ Francisco de Andrade Sequeira, sacerdote e escritor, nasceu em Alpalhão a 26 de Fevereiro de 1877 e morreu em Portalegre a 25 de Fevereiro de 1955. Estudou no liceu e no seminário daquela cidade e foi ordenado presbítero a 27-2-1899. Nomeado director espiritual do Seminário Diocesano de Portalegre. Promotor do Bispado de Portalegre, governou-o episodicamente. Catequista e conferencista de mérito, notabilizou-se como pregador, poeta e jornalista, sendo colaborador assíduo da imprensa católica nacional, dirigindo em Portalegre *Luç da Alma* e o *Boletim Paroquial*.

Elementos coligidos a partir de *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*, de autoria de António Ventura, publicado pela Câmara Municipal de Portalegre em 1991.

Se o valor do texto literário e a produção do mesmo deixaram marcas ao longo dos tempos, a fraca qualidade, os detractores, difamadores e depreciadores também apareceram a cada passo legitimando os altos e baixos da existência. Aos mediócrs, também, está reservado o seu espaço e é bom sabermos o que eles fizeram.

Porque a crítica não é, de modo nenhum, unívoca, vejamos o que a douta opinião de Óscar Lopes afirma acerca do *Manual Político*

é a mais clara, objectiva e honesta obra que ao tempo se publicou acerca dos problemas fundamentais dos portugueses, excedendo em informação e certos pontos de vista ainda hoje tão reputadas como *A Crise em Seus Aspectos Morais*, 1896, de Silva Cordeiro, e *Do Ultimatum* ao 31 de Janeiro de 1905, de Basílio Teles.⁶³⁵

Seria sempre importante, chamar à colação textos que não sendo do domínio do grande público, tentassem intrometer-se na obra de Trindade Coelho, por isso dá-los a conhecer faz parte da tarefa do investigador. Cada um construirá o seu juízo acerca do que viu.

Desgraduando o que tem pouca graduação e que só foi focado porque, efectivamente, existiu, diz ainda Óscar Lopes

Foi naturalmente acolhido com entusiasmo pelos mentores republicanos, com quem tinha manifestado afinidades, mas, embora, propugnando, contra o franquismo, as garantias fundamentais da cidadania constitucional, Trindade Coelho já não acreditava, por fim, que a iniciativa dos quadros políticos seus contemporâneos, e o seu, aliás justo, receio pequeno-burguês das grandes manobras demagógicas foi suficientemente lúcido para preconizar uma completa independência sindical e política para as organizações operárias.⁶³⁶

⁶³⁵ Óscar Lopes (1987, p. 54).

⁶³⁶ *Ibidem*.

Embora Trindade Coelho não fosse um político militante, como a expressão é conhecida, designando todos aqueles que inscritos em partidos, dedicam muito da sua actividade à vida partidária, não foi só através de *Manual Político do Cidadão Português* que chegou junto do público, dando a conhecer as muitas vertentes da política. A sua actividade de educador condu-lo a uma camada da população para onde se dirigira muito do seu esforço e do seu interesse. Os grupos etários mais jovens merecem de Trindade Coelho muito da sua atenção e para eles escreve *Primeiras Noções de Educação Cívica* editado pela Livraria Aillaud – Paris-Lisboa em 1906, editora que publicou grande parte da sua produção.

Com 63 páginas de texto escrito e catorze capítulos cuja dimensão vai das duas às dez páginas denominados:

- Constituição do Estado, Carta Constitucional e Actos Adicionais, Divisão dos Poderes do Estado, Poder Moderador, Poder Legislativo, Poder Judicial, Poder Executivo, Tribunais e Corpos Administrativos: como são constituídos, Magistrados Administrativos e seus delegados, Divisão Militar: Exército; Marinha; Recrutamento, Divisão Eclesiástica, Imposto, Eleições e Liberdade de Voto e Deveres do Cidadão

Dedicado ao Professorado primário do país, classe antes de todas benemérita, apresenta uma advertência, tão ao modo de Trindade Coelho, sucintamente transcrita

(...) Não perdemos de vista, nem um instante, que escrevíamos para crianças, e que importava atraí-las para o livro, até pelo aspecto deste. E, como se tais dificuldades não bastassem, sobrevinha ainda a da brevidade sem prejuízo do essencial, e a da lógica – auxiliar indispensável da clareza.

E uma coisa tivemos sempre em vista: salientar as instituições locais com os seus funcionários, por ser em contacto imediato com aquelas e com estes que a criança

rural – a grande maioria da população escolar – se desenvolve. E quem diz a criança rural diz os homens de amanhã: os que hão-de fazer parte dessas instituições; os futuros funcionários locais.⁶³⁷

Sendo um livro adoptado oficialmente no ensino primário, conforme inscrição na primeira página, apresenta uma escrita muito fácil, acessível ao nível de ensino a que se destina, como se estivesse a abrir a porta para a leitura do outro livro de maior envergadura, exigindo um maior fôlego com vista a um conhecimento mais alargado e a alguma controvérsia, conforme veio a suceder.

A parte final é constituída por cerca de oito páginas, dedicado a livros publicados por Trindade Coelho, onde comentadores conceituados, como Teófilo Braga, tecem elogios aos livros de Leitura escritos pelo autor transmontano editados pela Livraria Aillaud.

Descrevendo em águas-fortes o quadro político do país, nunca se eriçando na batalha política, embora para ela tenha sido convidado, rejeitando a promoção a juiz que lhe tinha sido proporcionada, a vida nem sempre lhe corre de feição. Vivendo numa época em que ser político correspondia à possibilidade de fazer carreirismo e alcançar um bom lugar nos quadros da magistratura, não será promissora a sua existência e o futuro não se lhe augurava risonho, conquanto não lhe faltassem qualidades.

Terminado o curso, casado e com um filho, a viver em Coimbra, com os credores à porta, ónus herdado como herança do pai, as dificuldades eram muitas. Viu-se sozinho e pobre, conforme carta que escreve a Louise Ey em 6 de Abril de 1902⁶³⁸. Começou a advogar, mas

⁶³⁷ *Primeiras Noções de Educação Cívica – Advertência.*

⁶³⁸ *Autobiografia e Cartas*, p. 19.

fugia de pedir dinheiro pelos seus serviços, tendo estado, depois, administrador interino de Coimbra. O governador civil gostava dele, mas a classe política nem por isso. Ele aplicava a lei...

Era preciso mudar de vida ou mudar de espaço. A sua colaboração nos jornais continuava. O *Imparcial de Coimbra* onde escrevia, organizou em 1884 um plebiscito literário para ver qual era o escritor que ocupava o primeiro lugar na Literatura Portuguesa, tendo a honra cabido a Camilo Castelo Branco, logo seguido de Latino Coelho e Pinheiro Chagas. Este facto mereceu da parte de Trindade Coelho um artigo laudatório, como era natural, tanto mais que era grande admirador do escritor de S. Miguel de Seide. Camilo Castelo Branco não se esqueceu nem do prémio nem dos seus promotores, escrevendo em 27 de Dezembro de 1884 à redacção do *Imparcial de Coimbra* a seguinte carta:

Há 35 anos que trabalho nesta oficina de livros, estéreis sim, mas bem intencionados. Não tirei nem dei a felicidade a ninguém. Desfalquei tempos aos meus leitores, porém, isso podiam desbaratá-lo em coisa pior. O certo é que, depois de 35 anos, a primeira condecoração portuguesa que tive é esta que recebo das mãos de V. Ex.^a. Primeira e última. E, como a minha gratidão é grande, digne-se V. Ex.^a permitir que tenham parte nela os seus colaboradores neste diploma em que se traduz generosíssima simpatia por um velho que saúda na geração nova o fruto da árvore que ele ajudou a plantar.⁶³⁹

Em 1885, Trindade Coelho faz concurso para Delegado do Procurador Régio. Nessa altura, Camilo encontrava-se no Porto. Numa livraria⁶⁴⁰ daquela cidade nortenha indicaram-lhe o nome de Trindade Coelho como um dos concorrentes. Camilo escreve ao ministro da

⁶³⁹ *Cartas de Camilo a Trindade Coelho*, Lisboa, Livraria de Manuel dos Santos, 1915, PP. 31-32.

⁶⁴⁰ Segundo António Cabral, *Homens e Episódios Inovidáveis*, p. 123, deveria ser a Livraria Moré.

Justiça, conselheiro Manuel da Assunção, ao mesmo tempo que escreve a Trindade Coelho⁶⁴¹ dando-lhe conta da situação que o apanha de surpresa, uma vez que nunca se tinham visto. Preocupado com a situação de Trindade Coelho, são três as cartas que o autor de *Amor de Perdição* lhe dirige. Uma em 7 de Dezembro de 1885 com o seguinte teor:

Escrevo hoje ao ministro da Justiça, e escreverei a mais alguém, se lhe parecer que tudo é necessário. Não se constranja em dispor do de V. Ex.^a⁶⁴²

Em 18 de Fevereiro de 1886 volta a escrever, afirmando

Escrevo hoje ao ministro. Persuado-me que V.Ex^a, se o ministério está moribundo será dos contemplados no testamento. Parece-me que não ir para Paredes é prudente em todos os sentidos. Estão-se tecendo maus lençóis para as autoridades. Avisá-lo-ei, se o Assunção me responder o que não espero. A melhor resposta é o despacho.

Acabei hoje de escrever um opúsculo acerca do *Otelo*, versão de D. Luís. Enviar-lho-ei com um modelo de escritura de escritor aborrecido.

Conquanto não tivesse ficado por aqui a correspondência acerca da colocação de Trindade Coelho como Delegado do Procurador Régio, Camilo escreve mais uma carta relevando os méritos do novel magistrado, em 24 de Fevereiro de 1886:

Se V. Ex^a não tivesse por si o concurso e o merecimento, não seria despachado. Se eu pedisse por um idiota ou por um canalha, pediria inutilmente. Não fiz mais que estimular a boa disposição do ministro. V.Ex^a tinha em si o direito a ser despachado. Se alguma coisa eu fiz, ainda V.Ex^a tem a seu favor um grande saldo. Mande-me sempre⁶⁴³

⁶⁴¹ *Cartas de Camilo a Trindade Coelho*, PP. 17-18.

⁶⁴² *Ibidem*, p. 17.

⁶⁴³ *Ibidem*, p. 18.

Este comportamento de Camilo face a Trindade Coelho será recordada pelo mogadourense bastas vezes, quer em cartas a Louise Ey e a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, incluídas na *Autobiografia e Cartas*, quer no livro que escreveu que denominou *A Minha Candidatura por Mogadouro*.

Eis Trindade Coelho com a sua vida profissional e familiar resolvidas Estávamos no princípio de 1886 e fora colocado Delegado do Procurador Régio na Comarca de Sabugal. A sua passagem pelo Sabugal é meteórica. Em carta de 21 de Março de 1886⁶⁴⁴, datada de São Miguel de Seide, Camilo felicita Trindade Coelho por ter trocado Sabugal por Portalegre, onde permanecerá cerca de quatro anos:

Meu prezado amigo

Muito grato aos seus cumprimentos. Estou que fez bem em trocar por Portalegre o Sabugal. V.Ex^a precisa de alguma sociedade que é o calor do cérebro. Lá em cima corria o perigo de se fazer um reinícola pavoroso, à custa de saturações dos praxistas.

O que sentiu a menos na moeda com cunhos ganhá-lo-á em inspirações. Ah! Portalegre deve ser um *Vauchuse!* Sei que há lá uma fábrica de cotins e cobertores, a fora o nariz do Laranja, destilatório de humor português e do humor inglês.

Escreva de lá ao de V. Ex^a amigo certo:⁶⁴⁵

Se é verdade que a sua actividade de ficcionista o lançou para os grandes palcos da literatura, não foram menores as suas capacidades como produtor de textos na área da jurisprudência. Não lhe faltou engenho e arte para dar à estampa o que à sua actividade era legítimo proporcionar, não fosse ele um pedagogo a laborar em terrenos onde a

⁶⁴⁴ *Cartas de Camilo a Trindade Coelho*, p. 19.

⁶⁴⁵ *Cartas de Camilo a Trindade Coelho*, p. 19.

justiça era a *alma-mater*. Assim, publica *Recursos em Processo Civil*; *Recursos em Processo Criminal das decisões finais e das interlocutorias*; *Anotações ao Código Penal e à Legislação Penal em vigor, compreendendo os casos julgados e os artigos doutrinários que depois da nova reforma penal de 14 de Junho de 1884 figuram em todos os jornais jurídicos do País*; dedicado a Manuel Barradas, jornalista de Santa Eulália que por amor de uma mulher se deixou condenar por homicídio e roubo estando inocente dedica o seu admirador e amigo Trindade Coelho; *Roteiro dos Processos Especiais, Exposição prática dos artigos 406º a 776º do Código de Processo Civil, em apêndice: os decretos sobre acções de pequeno valor e despejo dos prédios rústicos e urbanos*; *Incidentes em Processo Civil – Explicação prática dos artigos 292 a 356 do Código do Processo Civil (seguido de um formulário)*; *Código do Processo Penal (proposta e relatório) com o conselheiro Francisco Maria Veiga, apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 6 de Março de 1899. Direito Romano – Resumo das doutrinas de Waldeck*.

Com uma experiência caldeada na escrita distribuída em muitos e variados jornais, livros, revistas e, naturalmente, na barra de tribunais onde passou o seu talento, a sua incursão no texto jurídico é, também o seu contributo, uma forma de se *delectare* com visos de *docere*. Não admira que, em 13 de Janeiro de 1899 o *Diário de Notícias* tenha publicado nas suas folhas a notícia de uma reunião da Segunda Classe da Academia Real das Ciências, na qual foram apresentados três volumes das obras de Trindade Coelho, os quais servirão de título de candidatura deste esclarecido jurisperito e escritor.

CONCLUSÃO

Vivemos plenos de passado. Os jovens em busca de melhores dias vêem no futuro um desiderato que procuram, tentando conquistar uma estabilidade e solidez que, muitas vezes, lhes escapa. Construimos o devir servindo-nos de erros, conhecimentos e aperfeiçoamentos que tentamos introduzir a partir de um passado recente ou remoto que herdamos dos nossos antepassados ou que esquadrinhamos em páginas de livros que nos vão servindo de alimento ao longo da nossa existência. Valemo-nos da memória para equacionar vidas que deixaram rasto pela positiva ou negativa.

Recorremo-nos da nossa História para aprender nas suas páginas a grande lição de vida que mais de oito séculos de caminhos impetuosos nos transmitiram. Observar vivências de homens e de mulheres que deixaram vincos no espaço que habitaram, faz parte de todos aqueles que teimam em aprender, tentando, sempre, utilizar melhor, a ferramenta que lhes foi legada.

Para uma história pejada de acontecimentos, onde pontuam êxitos e são esquecidos insucessos, encaminhámo-nos, de forma deliberada, para o escritor transmuntano Trindade Coelho. Leituras precoces deram-nos a conhecer o escritor que, por razões várias, foi por nós abandonado para, depois, o recuperarmos em leituras feitas a esmo.

A necessidade de sistematização do que íamos lendo, à medida da nossa investigação, levou-nos a percorrer Livrarias, Bibliotecas, Hemerotecas, Arquivos e Museus onde houvesse espólio de Trindade Coelho. Tarefa assaz interessante, tentando, sempre, a procura do

documento crítico que suscitava a multiplicação do interesse. É certo que muito já foi dito e escrito, contudo a dispersão do espólio por vários locais, bem como algum ostracismo a que são votados escritores cuja morte os conduz ao olvido, levou-nos a objectivar o que não estava ainda realizado. É muita a informação chegada até ao estudioso, numa perspectiva *ad auditum*, mas se a essa componente for acrescentado o elemento visualizado, tornando-o possível ao alcance do investigador, Trindade Coelho tornar-se-á mais conhecido, mais celebrado e menos esquecido.

Não escreveu romances, mas não é isso que o torna um escritor menos apetecível. Ele foi um escritor prolífico que ultrapassou em grande medida as fronteiras da sua terra natal, tendo-se tornado um ícone como contista de um século XIX, eivado de máculas, que deu ao mundo uma plêiade de escritores dificilmente repetida, numa época em que o país se encontrava a braços com problemas do foro interno e se via em sérias dificuldades para resolver as suas questões externas resultantes de uma governação que não traçara os melhores esquadrins, no que dizia respeito ao modo como as colónias eram geridas.

Entre dois séculos de descrença em que a individualidade se desagrega e o mundo atinge as raias da vulgaridade e do absurdo, a morte faz conluio com o niilismo, surgindo como uma árdua vitória da espécie sobre o indivíduo, parecendo contradizer a unidade da espécie. Sendo o homem um elemento da espécie e, como tal mortal, nesta relação silogística, a morte parece sobrepor-se, banalizando-se a interrupção da vida por vontade própria do sujeito humano. É neste mundo onde o efémero é cada vez mais dominante que vamos encontrar Trindade Coelho com um talento que se adivinhava capaz de muito

mais, e com uma obra deixada a meio. Cativados pela genuidade de um texto que nos mostra pela vez primeira um Trás-os-Montes afastado dos grandes centros e, por isso, singular nos seus hábitos e costumes, resolvemos reunir o enorme “puzzle” disperso, tentando construir, num texto coeso, uma tese que avançasse algo mais do que foi escrito e fosse do conhecimento da generalidade do público leitor, daí nos termos preocupado em apresentar alguma documentação afastada dos olhares daqueles que à obra de Trindade Coelho têm dedicado algumas das suas leituras.

Não nos furtámos a espaços para dar a conhecer certidões e notícias que fazem parte da sua vida íntima, e de aspectos menos conhecidos. Talvez por pudor, os livros dedicados à biografia de Trindade Coelho, pouco têm falado, sobre os motivos da morte e o período que antecede a tão infausto acontecimento. Correndo, provavelmente, o risco de errarmos, talvez porque as verdades inquestionáveis sejam abundantes, servimo-nos de livros escritos por amigos de Trindade Coelho para poder falar sobre o assunto. Lourenço Cayolla e António Cabral ajudaram-nos supinamente a esclarecer dúvidas e a diminuir o nosso campo de ignorância, e a lançar o desafio a todos os que apostem em acrescentar ou retirar as afirmações contidas e as conclusões extraídas.

Grandes homens de letras, já aqui apontados, dedicaram muito do seu labor ao estudo da obra e da vida de Trindade Coelho. Deles recebemos o testemunho e partimos à procura do Trindade Coelho que não sendo nosso, é a visão que dele extraímos e pretendemos transmitir ao outro, neste elo que se constitui a partir do dar e receber que nos torna mais ricos, mais cultos e melhores.

Com a orientação sempre prestimosa dos Professores Doutores Angel Marcos de Dios e Pedro Serra, delineámos um plano a partir do qual fomos dando conta de um escritor que corre o risco de resvalar apressadamente para o campo do esquecimento, numa altura em que os compêndios de língua portuguesa se preocupam cada vez menos com os autores da nossa terra, e os computadores, televisão e telemóveis são grandes concorrentes da cultura professada nas escolas e a dádiva dos diplomas parece ter ocupado o lugar do diploma ganho à custa do trabalho e do muito sacrifício.

Para além da introdução justificativa de um trabalho desta natureza, a que nos ligam anos de laborioso estudo, não era possível falar do escritor e do homem de leis Trindade Coelho sem nos debruçarmos no jovem José Francisco, assim registado no seu Mogadouro natal. Não se tratando de um ajuste de contas com o passado, certo é que transportou para a sua vida de adulto, o desejo de recuperar e melhorar uma existência, digamos vivência, que não se compaginava com o seu espírito solidário e alocêntrico. Injustiçado e forçado a levar longe de mais o seu estudo a troco de algumas palmatoadas, era necessário recordar tempos passados, cabendo no mesmo capítulo o Trindade Coelho, homem, amante e saudoso do seu agro natal e a chegada ao fim que tão, inopinadamente, alcançou, deixando lamentosos todos aqueles que o conheciam, que com ele compartilhavam e que o leram.

Uma tese, seja ela qual for, alimentada e defendida numa ágora que tem como fronteiras os muros de uma Universidade mult centenária, é um trabalho que pretendendo ser magistral, alia a subjectividade do produtor do texto, à objectividade do investigado, mas é também, um auxiliar de estudo para aqueles que ao texto em apreço dedicam a sua

actividade cultural, daí ter-se idealizado e concretizado a análise de todos os contos conhecidos, deixados por Trindade Coelho, sem esquecer o precioso contributo que o escritor e outros teóricos prestaram ao longo do percurso diacrónico que se entendeu promover, recorrendo, ainda, a outros escritores da língua portuguesa, exógenos, que fazem parte dos hábitos de leitura de muita gente que ao conto dedicam grande parte da sua investigação.

Sendo Trindade Coelho um escritor transmontano, não esquecido do falar da sua terra, entendeu-se por bem cotejar o termo ou a palavra que lhe serviu de bordão na condução do sintagma que, depois, produziu o sentido que entusiasmou gerações até aos nossos dias.

Da fábula e dos vários conceitos foi nossa preocupação “mostrar” o que foi estudado e a importância que a temática teve na obra de Trindade Coelho.

Não sendo este transmontano um escritor dedicado exclusivamente à ficção, era nosso dever tratar das várias vertentes a que o seu talento se dedicou. A esta parte do nosso trabalho a que denominámos de *Outros géneros de um escritor polígrafo*, cabem o autor que escreveu sobre a vida académica de Coimbra de modo até hoje insuperável, através do livro *In Illo Tempore* que nos mereceu um trabalho acurado, recorrendo a alguma comparação entre a primeira edição e outras subsequentes. À epistolografia recorreremos de modo quase sistemático. Embora nos tenhamos atido nesta temática, foi no texto epistolográfico que extraímos muito do que informámos e nos ajudou a alicerçar um trabalho cuja exequibilidade não é possível sem a objectividade que as fontes literárias nos fornecem, e Trindade Coelho acabou por ser o

maior fornecedor desta obra que outros melhorarão, cortando, acrescentando, *tout court*, afinando.

Para um escritor que no jornalismo deixou muito da sua produção, multiplicando-se em cerca de uma centena de periódicos, quer como redactor, quer como fundador, foi nos jornais que Trindade Coelho aperfeiçoou a escrita publicando muitos dos contos, comentários, crónicas, artigos de opinião que, mais tarde, viria a publicar em livros. Nos jornais criou as competências linguísticas e o à-vontade que lhe permitiram editar em livros uma obra que o colocou nos patamares superiores da ficção portuguesa. O jornalismo, palco onde se apresentou ao público, travestido de pseudónimos que entendeu utilizar, muitas vezes com medo de errar na obra produzida, mereceu da nossa parte a pertinência de um estudo que considerámos apropriado.

Dorido com o ensino que lhe foi ministrado ao longo da sua vida de estudante, no percurso que medeia Mogadouro à Universidade, não se esquecendo de um passado escolar que o não glorifica, objecto de conversa epistolar com Louise Ey, sua correspondente alemã, procura tirar desforço de uma deficiente transmissão do conhecimento, propondo-se ensinar à gente da sua terra, tão pobre e abandonada dos poderes públicos. Há em toda a obra de Trindade Coelho, *latu sensu*, uma preocupação pedagógica, o que era timbre de um século XIX a viver já o interesse de homens que à educação dedicaram muito do seu tempo. João de Deus, Feliciano do Castilho e Adolfo Coelho são alguns que acompanharam Trindade Coelho nesse trabalho ciclópico que não mais acabou. À educação reservámos também um espaço adequado para um homem que não sendo um educador de formação era-o por dedicação,

cabendo por direito próprio no *Dicionário de Educadores Portugueses* dirigido por António Nóvoa.

Conquanto esta tese tenha uma vertente eminentemente literária, não era concebível falar de Trindade Coelho sem nos debruçarmos sobre o que o escritor produziu no âmbito da sua actividade profissional e como homem cívico, demonstrando aí, mais uma vez, o seu pendor de pedagogo, contribuindo para um melhor esclarecimento da política como prática de vida, ou da jurisprudência enquanto ciência pertencente ao campo do legislador como utilizador da doutrina do Direito. Se nos limitámos a citar os livros que ao jurista interessam, com algum detalhe escrevemos sobre a substância de *O Manual Político do Cidadão Português*, ao mesmo tempo louvado e vituperado por aqueles que, supostamente, se viram atingidos quando as palavras de Trindade Coelho eram de crítica em relação àquilo que ele considerava ser menos adequado à sociedade portuguesa, numa altura em que o país ansiava por mudanças e o escritor transmuntano, declaradamente tinha aderido à maçonaria.

Tratando-se de um escritor de transição do século XIX para o século XX e tendo-nos servido de suporte muitos textos anteriores a estes séculos, entendemos actualizar a grafia, salvo de alguns títulos de artigos, jornais ou revistas, não desvirtuando, assim, o nome por que se tornaram conhecidos ao longo dos tempos.

Sendo necessário dar um título ao trabalho que nos tínhamos proposto levar a cabo, ele terá nascido desde a primeira hora. Era a vida e a obra plasmada no branco do papel que a nossa capacidade de escrita tinha desenhado através de traços gráficos seleccionados com o esmero que a tese merecia e que o autor, objecto de estudo não desdenharia aceitar. *Trindade Coelho: Estudo crítico e arquivo documental de um polígrafo*

finissecular foi uma tentativa de recuperar, eternizar e homenagear um grande escritor de Portugal, rico de virtuosa escrita em nove séculos de existência.

É de acrescentar que o título foi o conselho sábio do orientador que não deixou de elucidar e apontar caminho mais correcto a seguir num trabalho onde a sua experiência marca o equilíbrio entre o que se pensa, o que se escreve e o produto final.

Um trabalho possível operado longe do quotidiano, no silêncio dos livros, em intervalos das tarefas docentes, a desenhar-se a cada momento, tentando vencer quebras, angústias e tristezas, à custa de muito entusiasmo e de muita labuta conquistados pela vontade da inquietação e do desassossego. Um caminho num projecto de vida, uma desobediência a Sísifo. As memórias de um escritor vivo porque um escritor não morre enquanto houver gente a lê-lo.

BIBLIOGRAFIA

1. Obras de Trindade Coelho

COELHO, Trindade, *O Marquês de Pombal, Discurso pronunciado no comício anti-jesuíta no Teatro Académico de Coimbra no dia 7 de Maio de 1882*, Imprensa Comercial, Coimbra, 1882.

_____, *introdução Ao Leitor, João de Deus, A Cartilha Maternal e a Crítica*, Antiga Casa Bertrand – José Bastos, Lisboa, 1897.

_____, *Recursos Finais em Processo Criminal, De policia correccional, correccional e ordinário*, Imprensa de Libânio da Silva, Lisboa, 1897.

_____, *Dezoito Anos em África, Notas e Documentos para a biografia do Conselheiro José de Almeida*, Tipografia de Adolfo de Mendonça, Lisboa, 1898.

_____, *Os Meus Amores*, Livraria Aillaud & C.^a, Paris-Lisboa, 1901.

_____, *ABC do Povo*, Livraria Aillaud, Lisboa, 1901.

_____, *In Illo Tempore, Estudantes, lentes e futricas*, Desenhos de António Augusto Gonçalves, Livraria Aillaud & C.^a, Paris-Lisboa, 1902.

_____, *O Primeiro Livro de Leitura*, Aillaud & C.^a, Lisboa, 1903.

_____, *O Terceiro Livro de Leitura*, Aillaud, Lisboa, 1903.

_____, *Incidentes em processo Civil, Explicação prática dos artigos 292 a 356 do Código de Processo Civil*, Livraria Aillaud & C.^a, Paris-Lisboa, 1903.

- _____, *Anotações ao Código e Legislação Penal*, Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1903.
- _____, *O Segundo Livro de Leitura*, Aillaud & C.^a, Lisboa, 1904.
- _____, *Pão Nosso ou Leituras elementares e enciclopédicas para uso do povo*, Aillaud & C.^a Editores, Paris-Lisboa, 1904.
- _____, *Comunicação dirigida à Maçonaria Portuguesa*, Tipografia – Casa Portuguesa – Papelaria, Lisboa, 1906.
- _____, *Primeiras Noções de Educação Cívica*, Livraria Aillaud, Paris-Lisboa, 1906.
- _____, *Roteiro dos Processos Especiais, exposição prática dos artigos 406º a 776º do Código de Processo Civil*, França Amado – Editor, Coimbra, 1907.
- _____, *Manual Político do Cidadão Português*, Tipografia Vapor da Empresa Literária Tipográfica, Porto, 1908.
- _____, *Autobiografia e Cartas*, A Editora, Lisboa, 1910.
- _____, *Recursos em Processo Criminal das Decisões Finais e das interlocutorias*, F. França Amado, Coimbra, 1910.
- _____, *Autobiographie und Auswahl aus den Belle-tristischen Werken mit Esklärenden Anmerkungen un einigen Deutschen Übersetzungen Sowsie einer Einleitung, Herausgegeben von Louise Ey, Julius Groos, Heidelberg*, 1918.
- _____, *O Meu Livrinho*, Portugália Editora, Lisboa, 1962.
- _____, *Os Meus Amores*, Portugália Editora, Lisboa, 1968.
- _____, *O Senhor Sete*, Vega, Lisboa, 1993.

_____, *O Enjeitado e outras ficções inéditas*, Introdução de José Viale Moutinho, João Azevedo Editor, Mirandela, 2001.

_____, *A minha candidatura por Mogadouro (Costumes Políticos em Portugal)*, Câmara Municipal de Mogadouro, Mogadouro, s/d.

_____, *Idílio Rústico*, Mosaico, Fomento de Publicações Lda., Lisboa, s/d.

_____, *Prelúdios de Festa*, Mercúrio, Os Melhores Contos dos Melhores Autores, nº 1, Lisboa, s/d.

Cartas de Trindade Coelho editadas por Paulo Osório, Empresa Literária e Tipográfica, Porto, 1908.

Cartas de Camilo a Trindade Coelho, Depositária Livraria de Manuel dos Santos, Lisboa, 1915.

2. Sobre Trindade Coelho

AFONSO, António Nogueira, *Trindade Coelho e a Cultura Popular*, edição do autor, Bragança, 1991.

_____, *Trindade Coelho em três partes*, edição do autor, Bragança, 2002.

ALMEIDA, Lucília Soares de, *Algumas contribuições para o estudo de Trindade Coelho*, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1942 (edição policopiada).

BANANA, Wenceslau Polycarpo, *À Cabra Cega*, Casa Editora Catholica “Veritas”, Guarda, 1906.

CASTRO, António Pimenta de, *Os Judens na obra de Trindade Coelho*, Câmara Municipal de Mogadouro, Mogadouro, 1998.

- _____, *Trindade Coelho, Mestre e Lutador pela Cidadania*, edição do autor, Mogadouro, 2008.
- CASTRO, Laura, *Viajar com... Trindade Coelho*, Edições Caixotim, Porto, 2004.
- CHORÃO, João Bigotte, *Prefácio de Os Meus Amores, Trindade Coelho*, Editora Ulisseia, Lisboa, s/d.
- CORREIA, João de Araújo, *Perfil transmontano de Trindade Coelho*, Portugália Editora, Lisboa, 1961.
- FERNANDES, Rogério, *Ensaio sobre a obra de Trindade Coelho*, Portugália Editora, Lisboa, 1961.
- GONÇALVES, Maria José e Eusébio, António, coordenação de Maria de Fátima Gonçalves, *Os Meus Amores de Trindade Coelho*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1987.
- HENRIQUES, Adília Rosa, *O Conto em Trindade Coelho*, Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952 (edição policopiada).
- LEMOS, Júlio de, *Elogio do Contista Trindade Coelho*, Revista Ocidente, Lisboa, 1949.
- LOPES, Júlio Alberto, *Trindade Coelho, testemunho literário da realidade transmontana no século XIX*, dissertação apresentada para licenciatura em Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1965 (edição policopiada).
- MOUTINHO, Viale, *Inéditos de Trindade Coelho com interesse etnográfico*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia na Faculdade

- de Ciências do Porto, Trab. Antrop. E Etnolog. Vol. 25-fasc. 2-4-1985, p. 371-377.
- _____, *Trindade Coelho. Outros Amores*, Editorial Labirinto, Porto, s/d.
- _____, *Trindade Coelho, Fábulas*, Editorial Labirinto, Lisboa, 1986.
- N. J. de M. T. F., *Notas Críticas ao In Illo Tempore*, Magalhães & Moniz, Lda., Porto, 1910.
- PEDRO, Lúcia Vaz, *Os Meus Amores de Trindade Coelho*, Asa, Porto, 2003.
- PIRES, Maria Clarisse Ferreira, *Trindade Coelho em confronto com os principais rusticistas do século XIX*, Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1954 (edição policopiada).
- RAMOS, Feliciano, *Trindade Coelho Homem de Letras, O Contista, O Esteta e o Pedagogo*, Acta Universitatis Conimbricensis, Coimbra, 1947.
- RUIVO, Luís José Afonso, *Trindade Coelho na História e nas Letras*, Bragança, 1993.
- SEQUEIRA, Francisco, *Um... Manual Político, A Obra de Trindade Coelho, Crítica*, António Maria Fragoso, Portalegre, 1907.
- SOUSA, Ana e Queiroz, Cristina Barros, *Os Meus Amores de Trindade Coelho*, Texto Editora, Lisboa, 1998.
- VELOSO, Rodrigo, *Trindade Coelho, Galeria de Beneméritos*, Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.^a, Lisboa, 1911.

3. Geral

- ALMEIDA, Fialho de, *O País das Uvas*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1936.
- _____, *Os Gatos*, V volume, Clássica Editora, Lisboa, 1951.
- _____, *A Cidade do Vício*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1959.
- _____, *Contos*, Clássica Editora, Lisboa, s/d.
- In Memoriam*, organização de António Barradas e Alberto Saavedra, Porto, Tipografia Renascença Portuguesa, 1917.
- ARISTÓTELES, *Retórica*, Introdução de Manuel Alexandre Júnior, Tradução e Notas de Manuel Alexandre Júnior et alii, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1998.
- BARROS, Elenir Aguilera de, *O Conto Realista*, Global Editora, São Paulo, 1985.
- BARTHES, Roland, *O Grau zero da escrita seguido de elementos de Semiologia*, Edições 70, Lisboa, 1977.
- BÉDIER, Joseph, *Les Fabliaux, Études de Littérature Populaire et d'Histoire Littéraire du Moyen Âge*, 6ª edição, Genève, Slatkine, 1982.
- BELL, Audrey F.G., *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, Tradução do Inglês por Agostinho de Campos e J.G. de Barros e Cunha, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931.
- BENTO, Maria Matilde Cerejeira Nunes, *O Conto Rústico em Portugal no século XIX*, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960 (edição policopiada).
- BERNARDES, Padre Manuel, *Nova Floresta*, vol. II, Livraria Chadron, Lello & Irmãos, Editores, Porto, 1909.

- BRANCO, Camilo Castelo, *Notas à Sebenta do Dr. Avelino César Calisto*,
Livraria de Ernesto Chardron, Porto, 1883.
- _____, *Noites de Insónia, oferecidas a quem não quer dormir*, Lello, Porto,
1929.
- _____, *Novelas do Minho*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1965.
- _____, *Noites de Lamego*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1970.
- _____, *Amor de Perdição*, Lello, Porto, 1980.
- BRANDÃO, Raul, *Memórias (Tomo I), (Tomo III)*, Vol. I, Edição de José
Carlos Seabra Pereira, Relógio D'Água, Lisboa, 2000.
- CABRAL, António, *As minhas memórias de Jornalista*, Edições Gama,
Lisboa, 1949.
- _____, *Homens e Episódios Inolvidáveis*, Livraria Bertrand, Lisboa, s/d.
- _____, *Tempos de Coimbra, Memórias de Estudante, Anedotas e Casos,
Figuras e Tipos*, Coimbra Editora, Coimbra, 1962.
- CABRITA, João, *O Liceu Nacional de Bragança e o seu patrono uma história por
contar*, Edições Colibri, Lisboa, 2004.
- CAEIRO, Alberto, *Poemas*, Edições Ática, Lisboa, 1997.
- CAMBI, Franco, *Itinerari della fiaba*, ETS, Pisa, 1999.
- CAMÕES, Luís, *Os Lusíadas*, Porto Editora, Porto, 1974.
- Cartas d'El-rei D. Carlos I a João Franco Castelo-Branco seu último presidente do
Conselho*, Livraria Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1924.
- CARVALHAL, Álvaro do, *Contos*, Relógio d'Água, Lisboa, s/d.

- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.
- CAYOLLA, Lourenço, *Cenas Delidas pelo Tempo (Recordações do passado)*, Sociedade Industrial de Tipografia, Lda., Lisboa, 1934.
- _____, *Revivendo o Passado*, Imprensa Limitada, Lisboa, 1929.
- CHEVALIER, Jean e Gheerbrant, Alain, *Dictionnaire des Symboles*, Robert Laffort/Jupiter, Paris, 1999.
- CIDADE, Hernâni, *Luís de Camões, Os Autos e o Teatro do seu Tempo, As Cartas e seu conteúdo biográfico*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1956.
- COELHO, Jacinto do Prado, *A Letra e o Leitor*, Moraes Editores, Lisboa, 1977.
- _____, *Ao Contrário de Penélope*, Bertrand Editora, Venda Nova, 1976.
- COMBE, Dominique, *Les genres littéraires*, Hachette, Paris, 2006.
- CORREIA, Camilo de Araújo, *Coimbra Minha*, Almedina, Coimbra, 1989.
- CORREIA, João David Pinto, *Luz e Calor do Padre Manuel Bernardes: Estrutura e Discurso*, Livraria Almedina, Coimbra, 1978.
- DEUS, João de, *A Cartilha Maternal e A Crítica*, Antiga Casa Bertrand, Lisboa, 1897.
- DIAS, Augusto da Costa, *A crise da consciência pequeno-burguesa, o nacionalismo literário da geração de 90*, Editorial Estampa, Lisboa, 1977.
- Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, Livraria Apostolado da Imprensa, Porto, 1969.
- Dicionário Português-Latino*, Editorial Domingos Barreira, Porto, s/d.

- Dictionnaire abrégé Latin-Français*, Hachette, Paris, 1936.
- DINIS, Júlio, *Obras Completas de*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1979.
- _____, *Serões da Província*, 1º volume, Livraria Civilização – Editora, Porto, 1980.
- FERRÃO, Carlos, *Em Defesa da verdade, O regicídio, os adiantamentos, a diplomacia de D. Carlos*, Editorial Século, Lisboa, s/d.
- FERREIRA, José Bernardo, *Maçonaria Universal – Excertos, Ligeiro Resumo de factos maçónicos coordenados cronologicamente*, Tipografia da Empresa Diário de Notícias, Lisboa, 1921.
- FERREIRA, Vergílio, *Contos*, Bertrand Editora, Lisboa, 1993.
- _____, *Pensar*, Bertrand Editora, Amadora, 1993.
- FIGUEIREDO, Cândido de, *Cartas Inéditas de oitenta e cinco escritores portugueses da segunda metade do século XIX e do primeiro quartel do século actual (Prefaciadas e Anotadas)*, H. Antunes & C.ª, Rio de Janeiro, 1924.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *História da Literatura Realista (1871-1900)*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1924.
- _____, *História Literária de Portugal (sécs. XII-XX)*, Nobel, Coimbra, 1944.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *A novelística portuguesa do século XVI*, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1978.
- FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas, Uma arqueologia das ciências humanas*, Portugália Editora, Lisboa, s/d.
- GAMA, Sebastião da, *Diário*, Edições Ática, Lisboa, 1996.

- GARRETT, Almeida, *Romanceiro*, vol. II, Fundação Nacional para a alegria no trabalho, Gabinete de Etnografia, Lisboa, 1963.
- GASSET, Ortega y, *A Rebelião das Massas*, Relógio d'Água, Lisboa, s/d.
- GARRETT, Almeida, *Da Educação*, Ernesto Chardron Editor, Porto, 1883.
- _____, *Viagens na minha terra*, Manuel Barreira Editores, Porto, 1956.
- GONÇALVES, Henriqueta e Monteiro, Maria da Assunção M., *Introdução à Leitura de Contos de Eça de Queirós*, Livraria Almedina, Coimbra, 1991.
- JAUSS, Hans Robert, *Pour une esthétique de la réception*, traduit de l'allemand par Claude Maillard, Gallimard, Paris, 1998.
- JOLLES, André, *Formes simples*, Editions du Seuil, Paris, 1972.
- KAYSER, Wolfgang, *Análise e interpretação da obra literária*, (5ª edição Portuguesa, totalmente revista pela 12ª Alemã por Paulo Quintela), Arménio Amado, Editor, Coimbra, 1970.
- KÊMPIS, Tomás de, *Imitação de Cristo*, Círculo do Humanismo Cristão, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1959.
- LEMOS, Ester, *Dicionário de Literatura*, 1º volume, Livraria Figueirinhas, Porto, 1978.
- LIMA, Jorge de, (Seleccção e Prefácio de) *Os Melhores Contos Rústicos de Portugal*, Edições Dois Mundos, Rio de Janeiro, 1943.
- Livro do Segundo Congresso Transmontano*, Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, 1942.
- LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na Aldeia*, Prefácio e Notas de Afonso Lopes Vieira, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1942.

- LOMBARDINO, Dr. A. N., *Leitura do Carácter Humano, Estudo científico-psicológico do carácter humano baseado nos estudos feitos pelos médicos criminalistas Lavater, Lombroso e Vaught*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, s/d.
- LOPES, Óscar, *Entre Fialho e Nemésio, Estudos de Literatura Portuguesa e Contemporânea*, 1º volume, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *Les Romantismes au Portugal modeles étrangers et orientations nationales*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1986.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, II, Livros Horizontes, Lisboa, 1977.
- MARQUES, A. H. De Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa I*, Editorial Delta, Lisboa, s/d.
- MARTINS, Ana Maria Almeida, (Organização, introdução e notas) *Antero de Quental, Cartas II, 1881-1891*, Universidade dos Açores, Editorial Comunicação, Lisboa, 1989.
- MARTINS, Mário, *Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa*, Brotéria, Lisboa, 1980.
- MARTINS, Rocha, *D. Carlos, História do seu reinado*, edição do autor, s/d.
- _____, *João Franco e o seu tempo*, edição do autor, 1925.
- _____, *O Regicídio*, Bonecos Rebeldes, Lisboa, 2007.
- _____, *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Editorial Inquérito Lda., Lisboa, 1941.

- MATHIAS, Marcello Duarte, *No Devagar Depressa dos Tempos, notas de um diário 1962-1969*, Livraria Bertrand, Lisboa, s/d.
- MATOS, A. Campos, Organização e Coordenação, *Dicionário de Eça de Queirós*, Caminho, Lisboa, 1988.
- MENDES, João, *Literatura Portuguesa IV*, Verbo, Lisboa, 1979.
- MOISÉS, Massaud, *A Criação Literária*, Edições Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 7ª edição, 1975.
- _____, *As Estéticas Literárias em Portugal*, Vol. III, Século XX, Caminho, Lisboa, 2002.
- MONTAIGNE, *Essais*, Livre 1, GF Flammarion, Paris, 1998.
- MONTEIRO, Maria da Assunção Morais, *O Conto no Diário de Miguel Torga*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2004.
- MORENO, Armando, *Biologia do Conto*, Livraria Almedina, Coimbra, 1987.
- MOUTINHO, Viale, (Organização, Prefácio e Notas), *Gente do Século XIX*, Ulmeiro, Lisboa, 1987.
- NOBRE, António, *Só*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1979.
- NÓVOA, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*, Direcção de, Edições Asa, 2003.
- O'NEILL, Henrique, *Fabulário*, Livraria Ferreira, Lisboa, 1888.
- OLIVEIRA, Alberto de, *Vida, Poesia & Morte*, Atlântida Livraria Editora, Coimbra, 1939.
- _____, *Palavras Loucas*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1984.

- PAGANINO, Rodrigo, *Os Contos do Tio Joaquim*, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, s/d.
- PEDROSO, Consiglieri, *Contos Populares Portugueses*, Vega, Lisboa, 1996.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, Trindade Coelho – p. 159-182, *História da Literatura Portuguesa*, vol. 6, *Do Simbolismo ao Modernismo*, Lisboa, Publicações Alfa, 2003.
- PINTO, Abílio Augusto da Fonseca, *Cartas Selectas Escritas por*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1890.
- PIRES, Lucília Gonçalves, *Imagens da Obra do Padre Manuel Bernardes*, (*Apresentação crítica, selecção, notas e sugestões para análise literária*), Seara Nova, Lisboa, 1978.
- PROPP, Vladimir, *Morphologie du conte*, Poétique/Seuil, Paris, 1973.
- QUEIRÓS, Eça de, *Contos*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d.
- _____, *Notas Contemporâneas*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d.
- _____, *Correspondência*, Livraria Chardron, de Lello & Irmãos, Lda., Porto, 1925.
- RAMOS, Feliciano, *Licews de Portugal* n° 47, Novembro 1945, Da Acção Pedagógica de Trindade Coelho pp. 83-94.
- REIS, Carlos e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, Livraria Almedina, Coimbra, 1996.
- REIS, Carlos, *O Conhecimento da Literatura, Introdução aos Estudos Literários*, Livraria Almedina, Coimbra, 1995.
- RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se, memórias*, Livraria Bertrand, Amadora, 1974.

- RICOEUR, Paul, *Temps et récit, 3, Le temps raconté*, Paris, Éditions du Seuil, 1985.
- ROCHA, Andrée Crabbé, *Dicionário de Literatura Portuguesa*, direcção de Jacinto do Prado Coelho, 1º volume, 3ª edição, Figueirinhas, Porto, 1973.
- _____, *A Epistolografia em Portugal, Temas Portugueses*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1985.
- RODRIGUES, António Simões (coordenação), *História de Portugal em Datas*, Círculo dos Leitores, Lisboa, 1994.
- RODRIGUES, Ernesto, *Cultura Literária Oitocentista*, Lello Editores, Porto, 1999.
- ROUSSEAU, *Émile ou de l'éducation*, G. Flammarion, Paris, 1966.
- SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, vol II, Jornal do Foro, Lisboa, 1953.
- SARAIVA, António José e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto Editora, Porto, 1976.
- SARAIVA, António José, *As ideias de Eça de Queirós*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1982.
- SARAMAGO, José, *Manual da Pintura e Caligrafia*, Caminho, Lisboa, 1985.
- SÉNECA, *Cartas a Lucílio*, Tradução, Prefácio e Notas de J.A. Segurado e Campos, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.
- SERRÃO, Joel, direcção de, *Dicionário de História de Portugal*, II volume, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.
- _____, *Temas Oitocentistas*, vol. II, Livros Horizonte, Lisboa, 1978.

- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico*, Tomo III, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar, *Teoria da Literatura*, Livraria Almedina, Coimbra, 1973.
- _____, *A Estrutura do Romance*, Livraria Almedina, Coimbra, 1974.
- SIMÕES, João Gaspar, *Literatura, Literatura, Literatura...*, De Sá de Miranda ao concretismo Brasileiro, Portugália Editora, Lisboa, 1964.
- _____, *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa (das origens ao século XX)*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987.
- SOARES, Bernardo, *Livro do Desassossego*, Assírio & Alvim, Edição Richard Zenith, Lisboa, 1998.
- SOMBRIO, Carlos, *Beldemónio*, Livraria Moderna, Figueira da Foz, 1942.
- TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.
- TORRES, Ruy d'Abreu, *Cultura Portuguesa*, Editorial Notícias, volume XVI, Lisboa, 1975.
- VAN ROSSUN-GUYON, Françoise; Hamon, Philippe e Sallenave, Danièle, *Categorias da Narrativa*, Arcádia, Lisboa, 1976.
- VENTURA, António, *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Câmara Municipal de Portalegre, Portalegre, 1991.
- WELLEK, René e Warren, *Teoria da Literatura*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1962.

4. Jornais e revistas

- A Leitura*, Magazine Literário, n.ºs 6, 7, 11, 27 e 29 de 25.3.1894, 10.4.1894.
- A Pátria Nova* (Bragança), 16 de Agosto de 1908.
- A Voz*, 20 de Abril de 1963.
- Alma Nova*, n.ºs 25-27, Janeiro-Março, 1925.
- Alvorada, Revista Literária Mensal*, Directores Paulo Osório & Jaime de Faro, Fevereiro de XCVII, n.º 5 – 1.º Ano.
- Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1934, volume X.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova Série, vol. XXXIV, Janeiro a Dezembro de 1962, Jacinto do Prado Coelho, Presença da França nas letras portuguesas dos séculos XVIII e XIX.
- Boletim de Filologia*, n.º 4 (1-2) Lisboa 1936.
- Boletim Parlamentar do Distrito de Bragança*, 1.º Ano, N.º 1, 17 de Fevereiro de 1901.
- Brasil-Portugal n.º 87*, 1 de Setembro de 1902.
- Brigantia, Revista de Cultura, Bragança*, vol. XXVII, Janeiro/Dez 2007, Hirondino da Paixão Fernandes.
- Bulletin Hispanique*, Tome LXXXVI, n.os 3-4, juillet-décembre 1984, Éd. Bière, Bordeaux.
- Centenário da Publicação do In Illo Tempore*, de Trindade Coelho, 2002, Câmara Municipal de Coimbra.
- Clube do Coleccionador – CTT-Correios – N.º 2 Jun/Julho/Agosto 2002.*

Colóquio Letras nº 134, Outubro-Dezembro 1994 – Lisboa, Fundação Gulbenkian.

Comércio de Portalegre, 27 de Outubro 1887.

Comércio do Porto, 14.8.1929.

Correio da Noite, 10 de Agosto de 1908.

Correio da Noite, 22 de Agosto de 1908.

Diário do Governo, nº 104, 11 de Maio de 1907.

Diário do Governo, 3 de Dezembro de 1907.

Diário de Lisboa, 3 de Junho de 1959.

Diário de Notícias, 24 de Julho de 1988.

Diário de Notícias, 11 de Agosto de 1908.

Diário de Notícias, 12.8.1929.

Diário de Notícias, 13 de Janeiro de 1899.

Diário de Notícias, 15 de Junho de 1961.

Diário de Notícias, 4 de Janeiro de 1899.

Diário Ilustrado, 12 de Agosto de 1908.

Diário Ilustrado, 14 de Julho de 1902.

Diário Popular. A Escritora Luísa Ey e a aproximação cultural Luso-Alemã, 21.3.1968.

Forma Breve, *Revista de Literatura*, nº 1 – Universidade de Aveiro, 2003.

Forma Breve, *Revista de Literatura*, nº 3 – Universidade de Aveiro, 2005.

Guião da Mostra Bibliográfica e Documental – Trindade Coelho, Obra Jornalística na Colecção da Hemeroteca – Hemeroteca Municipal de Lisboa, Setembro/Outubro 2008.

In Illo Tempore, Número Especial, Fórum Terras de Mogadouro, Câmara Municipal de Mogadouro, 2003.

Jornal Branco e Negro n° 84, 7 de Novembro de 1897.

Jornal de Matosinhos, Magazine, n° 950, 5 de Março de 1909.

Jornal de Notícias, 31 de Maio de 1961.

Jornal de Notícias, 15.8.1929.

Jornal de Notícias, 27 de Dezembro de 1947.

Jornal Universal, 3 de Janeiro de 1899.

Liberdade de Imprensa, Proposições Apresentadas ao Congresso da União Internacional de Direito Penal, por Trindade Coelho, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1897.

Limiana, n° 8 – Julho de 1913, Viana do Castelo.

Mensageiro de Bragança, 14 de Agosto de 1959.

Mensageiro de Bragança, 29 de Maio de 1959.

O Mundo, 16 de Agosto de 1908.

Occidente, 30 de Maio de 1908.

O Século, 12.8.1929.

O Século, 4 de Julho de 1907.

Palavras n° 1/Setembro/Dezembro 1980, Revista da Associação dos Professores de Português.

Prelo - Revista da Imprensa Nacional/Casa da Moeda - Abril/Junho 1986.

Revista Nova, n° 1, Novembro de 1893, Tomo 1.

Revista Nova, n° 5, Março de 1894, Tomo 1.

Revista Pedagógica – Órgão do Professorado Oficial Açoriano. Ponta
Delgada, 1 de Setembro de 1907.

Terra Feita Voz – Revista do Círculo Cultural Miguel Torga, nº 2, 1998.

Tribuna, Ano I, Nº 15, Lisboa, 9 de Abril de 1899.

O Tripeiro, 1 de Fevereiro de 1927.

Via Latina, nº 137, Janeiro 1962.

Apêndices



Documento nº 1 - Colégio de S. Carlos

1875

COLLEGIO DE S. CARLOS

O DIRECTOR E PROFESSORES DO COLLEGIO DE S. CARLOS, em conformidade com o Regulamento Interno do mesmo Collegio, conferem o 1º premio ao Alumno *José Francisco Coelho*, filho de *J. João da Trindade Coelho*, natural de *Mogadouro*, pela sua distincta applicação e aproveitamento no estudo de *Latim* que frequentou durante o anno lectivo de 1874 para 1875.

O Director,

Carlos Amador de Vasconcellos

O Professor,


Carlos Amador de Vasconcellos

Documento nº 2 – Diploma - 1875

*Dado em premio ao alumno
 José Francisco Coelho pelo
 seu bom comportamento moral,
 civit e religioso*

Porto 26 de novembro de 1876

O Director



Documento nº 3 - Prémio atribuído no Colégio de S. Carlos

PARIS — TYPOGRAPHIE LAMURE
 Rue de Valenciennes, 9

CEUVRES CHOISIES
 DE
BERNARDIN DE SAINT-PIERRE
 TRANSCRITES ET CORRIGÉES PAR SON
 FILS **EMILE BAYARD**

Paris de Vapores
 Koenigshausen, 10, rue de Valenciennes, 10

NOUVELLE ÉDITION

PARIS
 LIBRAIRIE LACROIX ET C^o
 Boulevard des Capucines, 23
 1871

Documento nº 4 – Prémio – Bernardin de Saint-Pierre

Enlace matrimonial.—Uniram-se hontem ás duas horas da madrugada, na igreja de S. Bartholomeu, pelos sagrados laços do matrimonio, o nosso bom amigo e dedicado collega n'esta redacção o sr. José Trindade Coelho, distincto alumno do 5.º anno juridico, e a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Lúçilla de Andrade Costa.

Foram testemunhas do noivo os ex.^{mos} sr.^{es} Carlos Augusto Paes, conhecido e intelligente commerciante da praça do Porto e Joaquim Ferreira Moutinho, tambem d'aquella cidade, o auctor do notavel livro *A Crèche*; padrinhos da noiva, sua tia a ex.^{ma} sr.^a D. Umbelina Candida d'Andrade e seu primo, o ex.^{mo} sr. dr. José de Vasconcellos Freire, distincto advogado nos auditorios de Castello Branco.

Entre outras pessoas assistiram á cerimonia a mãe e a irmã da noiva as ex.^{mas} sr.^{as} D. Angelica de Andrade Costa e D. Eugenia Costa, a distincta poetisa D. Amelia Janny e o ex.^{mo} sr. dr. Raymundo Gama, medico n'esta cidade.

A noiva trajava elegantemente vestido de *faille damassé* rosa, guarnecido de rendas brancas e chapéu de setim branco e rendas.

Depois de um bem servido *lunch*, que terminou ás 6 horas da manhã, os noivos partiram em carro para o Bussaco.

Felicitemos cordealmente os noivos e ambicionamos-lhes a maior somma de venturas possivel, enviando particularmente d'aqui um vigoroso *shake-hand* ao nosso amigo Trindade Coelho, um levantado character e um espirito d'e-leição.

Dr. Trindade Coelho

Do nosso amavel correspondente de Mogadouro recebemos o telegramma seguinte :

«Redacção do *Universal*, Lisboa. — O proprietario em Lisboa, sr. José Antonio Machado, acaba de offerter á nova Camara Municipal do concelho de Mogadouro um retrato a oleo em tamanho natural, ricamente emmoldurado, copia d'uma photographia do abalisado jurisconsulto dr. Trindade Coelho, delegado do 2.º districto criminal de Lisboa. O retrato representa uma esplendida producção, muito nitida e bastante expressiva, trabalho sahido do acreditado atelier photographico da *Photographia do Povo* na Avenida da Liberdade em Lisboa, de que é proprietario o sr. Antonio Maria Serra. A camara municipal em acto continuo a tão gentil offerta, procedeu á inauguração do mesmo retrato na sala das sessões em sessão solemne e deliberou lançar na acta um voto de sincero agradecimento ao offerente, amigo devotado e admirador do talento e nobreza de character que tanto distingue o dr. Trindade Coelho.

A camara municipal resolveu que se tirasse uma copia da acta, enviando-a ao dr. Trindade Coelho para d'ella ter conhecimento. Agradeceu sobremaneira ao sr. José Antonio Machado a offerta feita que representa no seu todo uma justa homenagem prestada ao dr. Trindade Coelho que tão distinctamente honra o concelho de Mogadouro, d'onde s. ex.ª é natural. O grupo Trindade Coelho, composto de caracteres honestissimos e influentes independentes n'este concelho, tambem por seu turno foi agradecer ao nosso amigo José Antonio Machado a gentil offerta.

(Correspondente).



Documento nº 9 - Retrato de autoria de Columbano Bordalo Pinheiro, existente no Museu Abade de Baçal, em Bragança.



Documento nº 10 - Ex-libris de Trindade Coelho

Direcção Geral dos Negocios de Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados na seguinte data

Novembro 28

Bacharel José Francisco Trindade Coelho, delegado do procurador regio da 3.ª vara da comarca de Lisboa — exonerado a seu pedido.

Bacharel Julio de Lemos Correia Leal, delegado do procurador regio na comarca de Silves — transferido para identico logar na comarca de Lisboa, 3.ª vara cível, vago pela exoneração do bacharel José Francisco Trindade Coelho. (Tem o visto do Tribunal de Contas de 3 do corrente).

Documento nº 11 – Direcção Geral dos Negócios de Justiça

Trindade Coelho

Sobre a desgraçada morte d'este bello homem e distincto escriptor, offerecemos hoje aos leitores uma noticia que dá bem a ideia da momentanea decisão que lhe atravessou o espirito.

Trindade Coelho só na vespera do dia em que resolvera matar-se é que comprou o revolver com que poz termo á vida. N'esse dia, dirigiu-se, das 11 horas para o meio dia, á casa do sr. Heitor Ferreira, aquelle espingardeiro agora preso, como é conhecido do publico.

Ahi, repararam os empregados da casa, que elle, um pouco alterado, comprou por 14,000 réis a arma, da marca A. Francotte-Liege e uma caixa com 25 balas. Serviu-se para isso do seu cartão de identidade de delegado do ministerio publico.

Pouco mais de 24 horas apoz, Trindade Coelho matava-se.

Documento nº 12 - Correio da Noite, 22 de Agosto de 1908.



Documento nº 13 - Casa onde morreu Trindade Coelho.

Certo e certo
 certo e certo
 certo e certo
 certo e certo
 certo e certo

N.º 45 Aos cinco dias do mes de agosto de anno de
 mil oitocentos e cinco, pelas quatro horas
 de J.º Francisco, na casa numero vinte, y oito de
 São Trindade, da rua de São Braya, desta freguesia de
 de Coelho (baptizado sacramentalmente, e genuinamente de
 n.º 1 Trindade para
 o Conselheiro de Negócios, falleceu um Sacramento, com idade
 de seis, alguns annos
 de idade, e quanto
 a idade de seis de idade
 de mil e oitocentos e cinco
 de mil e oitocentos e cinco
 de mil e oitocentos e cinco
 de mil e oitocentos e cinco
 de mil e oitocentos e cinco

por José Francisco Trindade Coelho
 natural da villa de Algodouro, diocese
 de Braga, e natural desta do Sacramento
 Sacramento; filho legitimo de José Trindade
 de Coelho e de Dona Maria Maria Trindade
 de Coelho, proprietarios, naturaes, e habitan-
 tes, e elle ignorante, e qual não fez testa-
 mento, deixando um filho maior, e um
 seu filho, um filho particular, e um
 natural occidental. E para constar haui
 um duplicado este assento que assigno
 e rubrico aqui.

O Parocho e Vicario Augusto de Sacramento

Documento nº 14 - Certidão de óbito de Trindade Coelho.

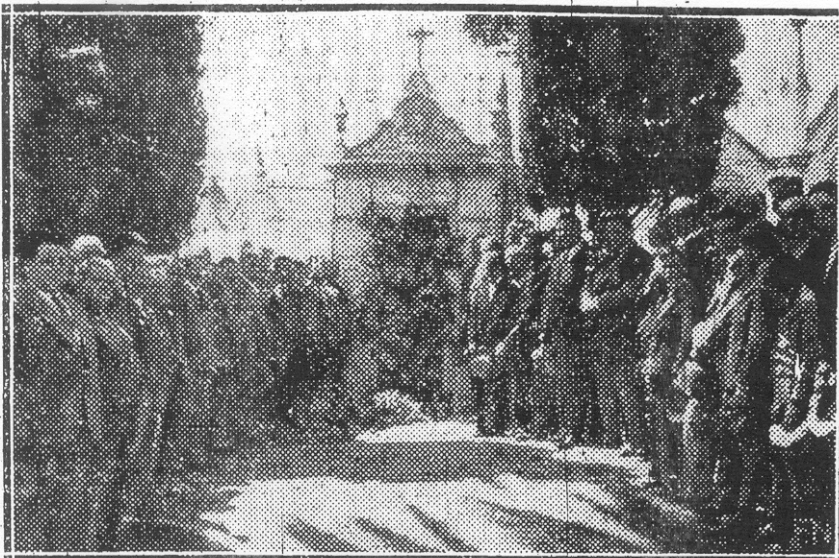
Romagem ao tumulo do dr. Trindade Coelho

Passou, ontem, o 21.º anniversario da morte do grande cidadão que foi o dr. Trindade Coelho, pai do nosso amigo sr. dr. Henrique Trindade Coelho, ministro dos Negocios Estrangeiros. Por tal motivo, muitas centenas de amigos e admiradores do autor do «Manual Politico» foram ao cemiterio occidental depôr flores sobre o seu tumulo, junto do qual desfilaram, das 14 ás 16 horas, em piedosa romagem.

Documento nº 15 – Romagem ao túmulo de Trindade Coelho.

DR. TRINDADE COELHO (PAI)

Comemorando o anniversario do seu falecimento milhares de pessoas juncaram de flores, ontem, o tumulo do grande escritor



Um aspecto da homenagem funebre no cemiterio aos Prazeres

Comemorando o 21.º anniversario do falecimento de Trindade Coelho, o enternecido autor de «Os meus amores», milhares de pessoas de todas as classes sociais desfilaram, ontem, das 14 ás 16 horas, diante do seu tumulo, na rua 12 do cemiterio dos Prazeres.

O jazigo da familia Augusto Maria da Costa, onde se guardam os restos mortais do autor do «Manual Politico do Cidadão Português», ficou juncado de flores, oferecendo um belo aspecto ao fim da tarde. Não foram pronunciados discursos.

Documento nº 16 – Dr. Trindade Coelho (Pai).

Cópia da carta enviada ao Sr. Foz

Lisboa 12 de Agosto de 1929

Meu Ilustre Presidente

Foi só depois de conversar com V.Exa no Ministério dos Negócios Estrangeiros que tive conhecimento exacto pelos jornais da manhã e por informações complementares, das circunstâncias em que se efectuou a manifestação de hontem ao tumulto de meu Pae, e não só do aspecto que ella revestiu como da publicidade que foi possível attribuir-lhe, publicidade, aliaz, mentirosa e infame.

Há neste facto, meu ilustre Presidente, dois aspectos a considerar:

Por um lado, a questão de ordem pessoal com a imensa revolta que em mim provocou essa demonstração ignobil de chacais à solta;

Por outro lado, a questão de ordem politica que, essa sim, interessa a V.Exa como a mim me interessa.

Nunca uma situação politica se manteve, nem uma larga acção administrativa se desenvolveu, sem a garantia de ordem nos espiritos e nas ruas.

Este minimo necessário, indispensavel ao trabalho fecundo duma administração renovadora, não logrou atingir-se ao cabo de trez annos de governo.

Por que só assim se explica, pela falta absoluta duma acção policial inergica e competente, a possibilidade desse espectáculo repugnante e miseravel que foi a manifestação de hontem gerada na atmosfera das lojas maçonicas para o incitamento do atentado pessoal.

O exame dos factos ocorridos, c seu exame sereno, conduz à convicção da impossibilidade material de governar quando falta aquelle minimo reductivel de condições necessarias.

Nestas circunstancias entendo do meu dever colocar à disposição de V.Exa a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Digne-se V.Exa aceitar as homenagens da minha mais alta consideração.

De V.Exa mto Atto Vdr.

(a) Trindade Coelho.

Documento nº 17 – Carta de Henrique Trindade Coelho

Em conselho de ministros

O pedido de demissão

apresentado pelo dr. Trindade Coelho
foi aceite

O Conselho de Ministros, reunido hoje na residência do sr. ministro das Finanças, forneceu à imprensa a seguinte nota officiosa:

«Tendo o ex.^{mo} sr. dr. Trindade Coelho atribuído a uma deficiente accção policial, o ter podido realizar-se a manifestação do dia 11 no Cemitério dos Prazeres, a qual S. Ex.^a considerou

como um agravo pessoal, embora realizada com o pretexto de glorificar a memoria de seu pai, e não desojando o mesmo ex.^{mo} sr. aguardar o resultado do inquérito a que se está procedendo, solicitou ao ex.^{mo} sr. presidente do ministério a sua demissão do cargo de ministro dos Negocios Estrangeiros, a qual foi aceite por S. Ex.^a o sr. Presidente da Republica.»

Documento nº 18 – Pedido de demissão.

de perpetuar-se na terra a onde nas-
ceu, e sua saudosa memoria. A seguir
fui concedida a proclamação ao Cidadão
Eduardo Ernesto Faiva, a qual também
se referiu ao extinto, como artista de
povo, furota nova na arte, que dá a
Mamandra e Suíza, também, antes d'
ella, enterrada, encerrando assim o ci-
dadão e o homem sobre os direitos as-
postos da sua vida pública e privada.
Em seguida e no meio dos aces enthu-
siasticos e aplausos como enuncia-
ção do illustre extinto foi descob-
erta a lapide collocada no frontispicio
da casa onde nasceu aquelle illustre
cidadão e que contém as seguintes re-
gras: - Casa onde nasceu, a 18 de Ju-
nio de 1864 o grande escritor e Magistra-
do Jose Francisco Trindade Coelho, fallecido
em Lisboa a 9-8-1908. = Do que trata
porem constar se houver a presente au-
ta que se se assignada pelo Cidadão
Gonçalves Civil e por Henrique Trindade
De Castro, filho do illustre extinto, pelas
ordens da Commissão municipal repen-


Documento nº 19 - Folha da Acta lavrada em 30 de Maio de 1911, respeitante ao
descerramento da lápide na casa onde nasceu Trindade Coelho.



Documento nº 20 - Mausoléu de Trindade Coelho no Cemitério de Mogadouro. Espaço tumular 161.



Documento nº 21 - Estátua de Trindade Coelho em Mogadouro.

2.º - Como eu não tenho a jorna de Lisboa por desat d'officio, eu lhe mandarei
 o seu appontamento, n'um ou n'outro, digas na nota, e lhe estagerei, se quiser,
 o quadro  politico d'este momento, que é muito interessante... por ex-
 cepção! O que lhe juro é que estava tão bem informada como se esti-
 2.º Districto Criminal vessa cá e fosse portugueza! Depois, lá comprou
 Gabinete do Delegado o ramo como lhe parecer. As flores em Lisboa =
 Merce. Tira d'ahi o sentido, se confia em mim!
 - A Alice Pastana casou aqui, ha 2 annos, com
 Minha querida Suzette: vive em Madrid
 Elle é muito amavel, e respun-
 de logo por lhe escrever. Toda di-
 zer-lhe que foi indicação minha.
 O marido tambem é escriptor, e está
 a trabalhar entre portuguezes, e está
 elle alguns meus. Dizei a novidade.
 ... bre em tempo de me justificar
 que lhe disse hontem d'aquelle horrivel. Fiquem
 sempre se me chamaria tolo, ou ao
 menos injusto, e então quero justificar o
 meu ponto de vista. É que eu acho muito
 interessantes as fabulas, mas em geral
 muito aborrecidas porque são mal feitas, -
 isto é, um pouco sensaboronas na for-
 ma... E por isso resolvi fazer todas as fáb-
 2 ou 3 fabulas a' minha maneira, e

PARTICULAR

4/5-1902 (?)

2.º D.º - S. Alice Pastana - Passos de S.ºa Ingracia, 44 = 2.º = Madrid
 Tem romances, contos e varios trabalhos sobre instrução (Vou eu n'um embudo!)
 Interessante e muito pelo feminismo e operariado.



Documento nº 22 - Primeira página da carta dirigida a Louise Ey, provavelmente em 4 de
 Maio de 1902, existente no espólio do escritor nos reservados da Biblioteca Nacional -
 Lisboa, a propósito da utilização da fábula.

mandar-l'as para que me perdoe... Por isso
abri as cartas a meu Egoz, e lendo - só em a
punta de olhos... - duas fabulas, quasi-as e pro-
sa minha, fazendo d'ellas, ao mesmo tempo, dois
prequinhos e risinhos contos, e fundindo-lhes
a moral na propria accção, em vez de a
retirar no fim como um corollario - a ma-
neira dos fabulistas. - Vem a sêr. Foram
as fabulas A aguia e o escaravelho e o burro e o cavalleto. A 1: rahiim assim:

Por uma vez uma aguia que im-
briava muito com uma lebre. Uma vez
viu modos de saltar na lebre, mas ella fu-
giu-lhe e foi metter-se na toca de um es-
caravelho.

- O'escaravelho! deixa-me esconder aqui
senão a aguia mata-me!

O'escaravelho deixou, e disse a' aguia:

- O'aguia! não faças mal á lebre! Lá

DIÁRIO ILLUSTRADO

31.º ANNO ESTAB. RESPONSÁVEL LEO AGUIAR DE ANDRADE	ASSIGNATURAS EM LÍBROS		FUNDAADOR: PEDRO CORREIA DA SILVA	ASSIGNATURAS DAS PROVÍNCIAS	N.º 40:546 TIPOGRAPHIA E IMPRESSÃO 22 — TRINDADE DA QUINANDA — 22
	1 ANNO..... 200 FMS. 2 ANNO..... 350 FMS. 3 ANNO..... 500 FMS. COPERTURAS E OUTROS ARTIGOS, CONSULTAR NA ADMINISTRAÇÃO.	ASSIGNATURA PARA OS DEB. ASSIGNATURA PARA OS DEB. ASSIGNATURA PARA OS DEB.	ASSIGNATURA PARA OS DEB. ASSIGNATURA PARA OS DEB. ASSIGNATURA PARA OS DEB.	SEGUNDA FEIRA 44 DE JULHO DE 1902	



TRINDADE COELHO

A sua biographia todos a conhecem: repetil-a seria aborrecidamente superfluo. Eil-o novamente em foco com o seu *La Illa temporis*—livro que em breve correrá o paiz de lés a lés, pois em todos os seus cantinhos ha quem outr'ora envergasse a capa e a bafina e se impreguasse da inolvidavel poesia colimbras,—é uma evocação dos tempos idos, tempos de uma saudade que nos acompanhará até o tumulo.

Todos os que tiveram uma pagina de vida academica na cidade cujonome já de si resume um prestigio especial, uma inconfundivel magia, sentir-se-hão remogar milagrosamente, vinte, trinta annos; e quantos, até mesmo na opulencia, ou no fastigio da glo-

ria litteraria, ou politica, ou artistica, chorarão de saudade, e trocariam até a sua elevada posição social por um dia d'esse poetico passado, com vinte annos o a cabeça turgida de illusões e esperanças, quando tudo é para nós roseo, quando nem sequer se pensa no nada d'além-campa!

O livro de Trindade Coelho é mais alguma coisa do que uma evocação d'esses tempos radiosos que já não voltam: é a illusão do que se está ainda nas margens do Mondango, sem cabellos brancos, sem cuidados, sem preoccupações d'economia domestica e com esse thesouro que ninguém é capaz de nos restituir, quando uma vez perdido—o thesouro dos vinte annos...!

Documento nº 23 - *Diário Ilustrado* onde Trindade Coelho dá conta do processo estilístico das fábulas.



2.º Districto Criminal
Gabinete do Delegado

PARTICULAR

10/3/1907.

Meu caro amigo:

Caiu-me um livro, meu
teu amigo e te lembrando! &
de adoração! Admiração de
teu! Viva! Faltam a minha
memória e a minha saudade!

Documento nº 24 (I) – Carta dirigida a António Augusto Gonçalves acerca dos desenhos a inserir no *In Illo Tempore*.

O Millard vai ficar triste, — e eu e
elle abençoamos a hora em que elle
lecturas e' feita! Se posso mais?
Queria! elle não teria fim o meu
poder, e por isso não quero. O que
veio e' muito e e' grande. Muito
e muito ^{to} obrigado! Ah! irei
dizer, se propozito para o abraço. Para
ter esse grande poder, e attribuir a

Documento nº 24 (II) - Carta dirigida a António Augusto Gonçalves acerca dos desenhos a
inserir no *In Illo Tempore*.



me permitida em unico mes. que
me estirpari. fizemos um livro in-
teressante, um dia! e. Hilland, tres!
Aquelle tambem esta expozendo, e
mette em edicao t. s. o seu livro.
Ainda hoje me diz que o livro fica
Coimbra por dentro e por fora, e que
seu ficar uma belleza! Mas a sua
contribuicao, meu caro amigo, sera

Documento nº 24 (III) - Carta dirigida a António Augusto Gonçalves acerca dos desenhos a inserir no *In Illo Tempore*.

a alma do livro! Não há o fogo por
o linzeas, e um segredo com a minha
vidade megoada. Pelo contrario. Ser=
mos comprensivos, e já por mim
uma grande honra e uma grande ale=
gria. O rectorem de Si Villa, collecto=
ran no In illo tempore. Isso me basto
de um fogo feliz, sem o livro! Adem,
adem. De t. s. a união, um abraço de
Seu de t. s. o amor
Antônio Augusto

Documento nº 24 (IV) - Carta dirigida a Antônio Augusto Gonçalves acerca dos desenhos a inserir no *In Illo Tempore*.

N.º 1
 João da
 Trindade
 Coelho

Em quatro dias do mez de agosto do anno de mil oitocentos oitenta e tres, ás quatro horas da manhã, na freguesia de Longroiva, concelho de Alpedregas, Diocese da Guarda, falleceu tendo recebido os sacramentos da santa madre igreja, um individuo do sexo masculino, por nome João da Trindade Coelho, negociante, da idade de cento e setenta e tres annos, viuvo de Narcisa Rosa da Silva, natural desta freguesia, estando ali a viuvo de banchos ragoas, filho legitimo de Francisco Antonio Coelho e de Joazeira Longoivina, proprietaria e natural desta freguesia, a qual fez testamento, de seu filho e foi sepultado no cemeterio publico. E para constar hauei esse duplicado e de si affirma. Era et supra.

O Prior Francisco Antonio Gonçalves

Documento nº 25 - Certidão de óbito do pai de Trindade Coelho.

N.º 2
 Narcisa
 da
 Trindade

Em nove dias do mez de agosto, do anno de mil oitocentos e trinta e tres, ás duas da tarde, na casa da Rua de S. Thomaz desta freguesia de S. Thomaz da Vila do Alentejo, ten. v. do termo da villa de S. Thomaz, falleceu, de idade de setenta e tres annos, uma mulher, natural de S. Thomaz, casada com João da Trindade Coelho, de idade de quarenta e tres annos, filho legitimo de seu pai e de sua mãe, e foi sepultada no cemeterio publico. E para constar hauei esse duplicado e de si affirma. Era et supra.

O Prior Francisco Antonio Gonçalves

Documento nº 26 - Certidão de óbito da mãe de Trindade Coelho.

Esp. A | 2703

(Allemagne)

Reellingen in Holstein



2.º Districto Criminal
Gabinete do Delegado

PARTICULAR



Documento nº 27 – Subscrito utilizado na correspondência com Louise Ey.



FOLHETIM

Ob sua familia, e em particular a seu Pai

Discurso pronunciado na festa da distribuição de premios no Collegio de S. Carlos, no Porto, pelo alumno José da Trindade Coelho.

Meus Senhores: Se ousou erguer a voz deante de tão selecta e respeitavel assembléa, não é porque m'o garanta a minha competencia intellectual. As azas ainda quasi implumes não podem erguer-se a regiões elevadas, e dos meus labios bem sei que não podem emanar torrentes de harmonia e de eloquencia.

Vindo aqui, não faço mais que ceder a um impulso de dever e gratidão; e é sob a acção combinada d'estes dous sentimentos que uso apresentar-me deante

de vós, e implorar, por um pouco de sa benevolencia. Serei breve.

Quizera ter palavras com que expressar ao vivo, o sentimento de dô que me domina; quizera um pomposo e eloquente para patentear a Dignissimo Director e ao Doutissimo po-docente d'este collegio a effervescô meu affecto; mas, como nada posso, —darei ao com austeramente que d'aquí voto a todos, com o mais fundo respeito e submisso acatamento a minha eterna gratidão.

Jámais me esquecerei que fostes que me conduzistes ao grande banho de sciencia e do saber; que fostes vós primeiro me fizestes comprehender verdadeira nobreza é a nobreza da doria, e que só ella é indestructivel através dos seculos.

Sacerdotes da sciencia, trabalho arduo e difficil, de luz radiante as densas trevas gencias juvenis, que a vossa nobre e grandiosa. Com tam bori escudados pelo vosso talento e frontaremos as difficuldades e passo nos surgem, e lá no futuro mos hosannas a quem, como os praseres de uma vida trançalhos arduos da educação e Leio-vos no rosto os traços do talento, e as vossas intelligetas são outros tantos focos d'om a luz que vindo reflectir-se nos espargem ahi o clarão deslumbrante. A festa a que presidis é o rito augusto que vós proprios eris estas corôas com que nos ornades são entretecidas de flores, caidas de arvore da vossa gloria immo Accete pois o illustradissimo

Documento nº 28 - Excerto do primeiro texto jornalístico escrito por Trindade Coelho. Fotocópia existente no Museu Abade Baçal – Bragança.

ABC DO POVO

POR

TRINDADE COELHO

COM DESENHOS DE

RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO



LIVRARIA AILLAUD

LISBOA

242, RUA DO OURO 1.º.

—
1901

Documento nº 29 – Capa do ABC do Povo.



Commissão de recenseamento

Attilio Pauro

Ernesto Pereira de Salles

Luiz Carlos de Saldanha

Pelo Honorável Presidente da Assembléa Geral
D. José Francisco Simões de Paes foi lhey conferida
a posse, depois de terem declarado que estavam promptos
para o desempenho das funções para que tinham sido
eleitos.

Não compareceram os Exmos. Sr. João Ba-
tista da Silva Rosa, e Affonso Gonçalves de Souza
Machado, eleitos para directores substitutos, tendo poem
ambos officiados, agradecendo as suay eleições, mais
pedindo escura, porque o seu estado de saúde lhey
não permitia o exercicio das funções d'estes cargos.

E pela gerencia do anno transacto lhey
foi entregue toda a mobilia, livros e mais papeis de
escripturação, assim como todos os mais valores pertencen-
tes ao Club.

E para constar se lavrou este termo
que vai ser assignado pelo Honorável Presidente, assim
como por todos os corpos gerentes presentes.

Por quatro dias do mez de Maio de mil novecentos e oito, na sede do Club Transmontain, Rua Nova do Almada n.º 109, a andar compareceram os socios abaixo designados, que em sessão da Assembleia Geral realizada aos vinte e sete de Fevereiro do presente anno foram elitos para os cargos indicados, a fim de tomar posse dos referidos logares.

Assembleia Geral

- Presidente = D.º José Francisco Trindade Costa
 Vice Presidente D.º Paulo de Barros Pinto Aguiar
 1.º Secretarij D.º José A.º Ferreira de Sousa
 José Alves de Castro
 2.º Secretarij Antonio Vieira Affonso
 Francisco Manoel Henriques

Direcção

- Presidente Antunio Luqueto Feres dos Santos
 Alberto Vieira Dias
 D.º Arnaldo Monteiro
 José Antunio Mendes Saldaña
 Sebastião Vieira e Silva
 José Raul de Carvalho
 Theotonio de Moraes Sacramento

Substitutos

- Alfonso Conceição de Souza Macabado
 João Baptista da Silva Moraes
 Amândio Junqueira

Conselho Fiscal

- D.º Sebastião Maria Sampaio
 Félix Garcia
 Milton de Moraes Carvalho

Substitutos

- José Cardoso Correa
 Antunio Joaquim Conceição Gamin

Director dos Encontros

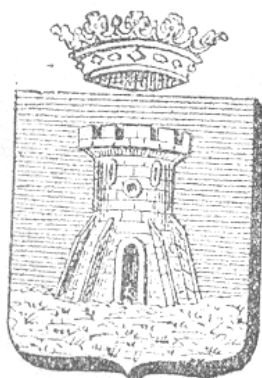
- D.º José Francisco Trindade Costa

FOLHETOS PARA O POVO

N.º 4

Loas á Cidade de Bragança

Para que
não entregue o seu mando
senão aos seus filhos



LISBOA

LIVRARIA MODERNA — EDITORA
95, Rua Augusta, 95

Este folheto é distribuido de graça

Documento n.º 33 (I) — Loas à Cidade de Bragança.

«FOLHETOS PARA O POVO»

- N.º 1 — PARÁBOLA DOS SETE VIMES — *Na qual figura um pae com seus sete filhos — seguida de conselhos uteis.*
- N.º 2 — RIMAS Á NOSSA TERRA — *Versos offerecidos aos que foram os vereadores da CAMARA MUNICIPAL DE MOGADOURO extincta por decreto de 12 de novembro de 1900.*
- N.º 3 — REMEDIO CONTRA A USURA — *Ou conselhos aos habitantes de Mogadouro para que fundem uma Caixa Economica*
- N.º 4 — LOAS Á CIDADE DE BRAGANÇA — *Para que não entregue o seu mando senão aos seus filhos.*
-

Todos estes folhetos são distribuidos de graça

Todos os mandões da Provincia de Traz-os-Montes teem sido e são de Villa-Real: Lopo Vaz, Manuel de Assumpção, Antonio d'Azevedo, José de Azevedo, Eduardo José Coelho, e até um que tambem quer mandar em nossa casa, porque o não deixam mandar na casa d'elle! — Bragança, coitada, Bragança até parece que não tem gente!

Ora mas isto é uma vergonha para os filhos do districto e da cidade de Bragança: servirem só para serem mandados; e mandados sempre por gente de fóra; como se os filhos de terras de Bragança fossem escravos ou fossem zórras, — ou fossem todos zórras e escravos!

Mas por isso o nosso pobre districto está como está, — que o não ha mais despresado nem mais desgraçado em Portugal todo!

E sabeis porque? E' que o amor dos outros chama-se caridade; e só o amor dos nossos é amor; — e nem caridade teem tido connosco, quanto mais amor!

Coitada da nossa terra!

Malvados os que a exploram!

Malditos os que a não ouvem chorar!

Malvados e malditos!

Documento n.º 33 (II) — Loas à Cidade de Bragança.

LOAS

À

CIDADE DE BRAGANÇA

1

Aqui torna o das cantigas,
Aqui torna o cantador :
A quem no ouve, saude
Na graça e paz do Senhor !

2

Desde a serra do Marão,
Por toda a terra cantei :
Suspiros, foram cantigas
Quantos suspiros eu dei !

3

Ninguém reprhenda este canto
Pela tristeza que tem,
Que ninguém reprhende um filho
Por chorar por sua Mãe.

Documento nº 33 (III) – Loas à Cidade de Bragança.

4

4

Provincia de Traz-os-Montes,
Ai que triste é tua sina,
Que sendo grande entre as mais
Te fazem tão pequenina!

5

Porque és pobre, se eras farta
De condição e nascença?
Mal haja quem tem saude
A' custa d'essa doença!

6

Onde andam, terra, os teus filhos,
Pois os não trazes na guerra?
— Comendo o pão do destêro,
Perdidos por outra terra!

7

Não ha corações alegres,
Nem se vê um rosto enxuto,
Nem casa de lavrador
Sem ter bandeira de luto!

8

Terra forte, que desmaias!
Terra christã, que mourejas!
Que tens bocca e que não fallas,
E braços e não bracejas!

9

Bragança, terra tão nobre,
N'esta Provincia a primeira,
E' a ti a quem pertence
Levar a sua bandeira.

10

Mas lá vem Villa-Real
Que quer ter a primazia,
Não te guardando respeito,
Faltando-te á cortezia!

11

Bragança, nobre Bragança,
Falla tu como quem és:
— Tem-te lá, Villa-Real,
Não venhas calcar-me aos pés!

12

Foste a primeira cidade,
De aquem e além do Marão,
Que se ergueu contra os francezes
Do feroz Napoleão!

13

Terra aonde ganhou raizes
Aqulla arvore de fama,
Que nos cobriu contra a Hespanha
Com seu tronco e sua rama.

Documento nº 33 (V) – Loas à Cidade de Bragança.

14

Olhem o rio Fervença,
A mail-o rio Sabôr;
A mail-as suas tres pontões,
Mail-os campos de ao redor !

15

Olha o Convento, olha a Torre,
E o Castello Portuguez;
Olha a Egreja onde Dom Pedro
Arrecebeu Dona Ignez !

16

Bragança, cidade forte,
E em tudo tão principal,
P'ra tomar teu mando antigo
Não venha Villa-Real !

17

Villa-Real, linda villa,
E' real, por ser do Rei:
Mas se o Rei é de Bragança,
De Bragança ha-de ir a lei !

18

Porque é que o teu brazão
Outro maior desacata?
Já se alevanta um cacete
Contra um castello de prata !

Documento nº 33 (VI) – Loas à Cidade de Bragança.

19

Como ha-de agua corrente
Poder mais que a propria fonte
D'onde nasce, e d'onde vae
Correndo de monte em monte?

20

Manda a villa ou a cidade?!
Pois contra a lei, contra a usança,
Já quer o filho segundo
Ser o morgado da herança?!

21

Defende a tua cidade,
Põe-te em guarda, povo forte!
Não te passe a villa adeante,
Nem na vida, nem na morte!

FIM



Documento n° 33 (VII) – Loas à Cidade de Bragança.

COMMUNICAÇÃO

DIRIGIDA Á

MAÇONARIA PORTUGUEZA

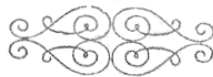
PELO

DR. TRINDADE COELHO

EDITADA PELO GR.º OR.º LUSITANO UNIDO

0
28 - 19/10/918

29 - 26/10/918

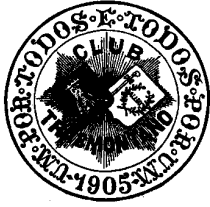


LISBOA

Typographia — CASA PORTUGUEZA — Papelaria
139, Rua de S. Roque, 141

1906

Documento nº 34 – Comunicação de Trindade Coelho à Maçonaria em 1906.



Lisboa, _____ de _____ de 190____
Rua Capello, 5, 1.º

Mmo. Exmo. Sr. _____

Tendo o socio Manuel de Figueiredo
Rosa, proposto em sessão de Direcção, que
se officiasse a V.ª Ex.ª felicitando-o pela
publicação de seu ultimo livro "Manual
Politico do Cidadão Portuguez", que tanto exito
tem tido no mundo litterario, sinto verdadeira
satisfação em levar ao conhecimento de V.ª Ex.ª
que a referida proposta foi calorosamente
approvada.

Atenciosamente V.ª Ex.ª

Lisboa 18 de Julho de 1906

Mmo. e Exmo. Sr. Dr. José Francisco Frindade Coelho.

O Presidente
Manuel Augusto Branco de Sousa